

ANAIIS

e-ISSN 2596-2892



XXII

2022

CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

CONIC **22**
ANOS

DE 27 A 29 DE OUTUBRO

**DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
DA EDUCAÇÃO**

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra

ANAIIS

e-ISSN 2596-2192



XXII

2021

CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

CONIC 22
ANOS

DE 27 A 29 DE OUTUBRO

**DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
DA EDUCAÇÃO**

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra.

**LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE**

**ANAIS DO CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO
UNI-RN:DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DA
EDUCAÇÃO**

**NATAL/RN
2022**

ANAIS DO CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO UNI-RN:

CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE – UNI-RN

Rua Prefeita Eliane Barros, 2000 – Tirol – Natal/RN – CEP 59.014-540

Portal de Revistas: <http://revistas.unirn.edu.br>

Catálogo na Publicação – Biblioteca do UNI-
RNSetor de Processos Técnicos

C759 Congresso de Iniciação Científica do Centro Universitário do RioGrande do Norte (22: 2022: Natal, RN).

Anais do Congresso de Iniciação Científica do UNI-RN: desafios contemporâneos da educação, Natal (RN), 27 a 29 de outubro de 2022. – Natal: UNI-RN, 2022.

2 v. (I, 323 p.; II, 271 p.)

ISSN 2596-2892 (edição online) ISSN 2446-5089 (edição impressa)

(Ciências Sociais, Exatas e da Terra; v.1, Ciências da Saúde; v.2)

1. Educação - Resumos. 2. Saúde - Resumos. 3. Empreendedorismo - Resumos. 4. Iniciação Científica - Resumos. I. Centro Universitário do Rio Grande do Norte. II. Título.

RN/UNI-RN/BC

CDU 001(063)

LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE

CONSELHO DIRETOR E CHANCELARIA

Presidente da Liga de Ensino do RN - Dr. Manoel de Medeiros Brito
Chanceler do UNI-RN - Dr. Manoel de Medeiros Brito

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO UNI-RN
DIREÇÃO GERAL, ASSESSORIA E APOIO ESTRATÉGICO

Reitor - Prof. Daladier Pessoa Cunha Lima
Vice-Reitora - Profa. Angela Maria Guerra Fonseca
Assessoria do Reitor - Maura Marjorie Gomes Nogueira
Assessoria de Comunicação - Zilene dos Santos Costa
Marketing - Adrielly Ravane Oliveira
Secretaria Geral - Rosana Karla Pereira Caldas
Prefeitura do Campus - Josefa Arioene Medeiros
Biblioteca - Helena Maria da Silva Barroso

ÁREA ACADÊMICA

Pró-Reitoria Acadêmica - Profa. Fátima Cristina de Lara Menezes Medeiros
Controle Acadêmico - Patrícia Falcone Pessoa
Coordenação Estágios e Convênios - Prof. Alcir Veras da Silva
Coordenação dos Cursos de Administração - Prof. Domingos Carvalho de Souza
Coordenação do Curso de Arquitetura e Urbanismo - Profa. Camila Furukava
Coordenação do Curso de Ciências Contábeis - Prof. Domingos Carvalho de Souza
Coordenação do Curso de Direito - Profa. Úrsula Bezerra e Silva Lira
Coordenação do Curso de Engenharia Civil - Prof. Fábio Sérgio da Costa Pereira
Coordenação do Curso de Serviço Social - Profa. Adriana Coura Feitosa Lopes
Coordenação do Curso de Sistema de Informação e Redes de Computadores - Prof. Alexandre Luiz Galvão Damasceno
Coordenação do Curso de Educação Física - Profa. Sônia Cristina Ferreira Maia
Coordenação do Curso de Enfermagem - Profa. Juliana Raquel Silva Souza
Coordenação do Curso de Fisioterapia - Prof. Robson Alves da Silva
Coordenação do Curso de Nutrição - Profa. Carina Leite de Araújo Oliveira
Coordenação do Curso de Psicologia - Profa. Adriana Coura Feitosa Lopes
Comissão Própria de Avaliação - Prof. Werner Farkatt Tabosa
Educação e Gestão Ambiental UNI-RN Sustentável - Mariana M. de Araújo Nunes
Estudos Transdisciplinares - Profa. Wannise de Santana Lima
Departamento de Pesquisa e Pós-Graduação - Prof. Aluisio Alberto Dantas
Núcleo de Extensão Universitária - Profa. Mariana Medeiros de Araujo Nunes
Programa de Monitoria - Prof. Eduardo Henrique Cunha de Farias

ÁREA ADMINISTRATIVA

Coordenadora Administrativa - Carla Andressa de Azevedo Costa
Assessor Financeiro - Prof. Prof. Márcio Carvalho
Setor de Informática - Francisco das Chagas da Silva
Setor de Recursos Humanos - Ana Elizabete de Lara Menezes Spindola Rodrigues
Setor de Contabilidade - Mário Henrique C. de Sá Leitão
Setor de Serviços Gráficos - Wantoilton Albuquerque

COMISSÃO CIÊNCIA DO XXIII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO UNIRN

Aluísio Alberto Dantas - Coordenação Geral
Eduardo Henrique Cunha de Farias - Coordenação Científica
Cristiane Clébia Barbosa - Assessoria

COMITÊ DO XXII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO UNIRN

Adriana Coura Feitosa Lopes
Adriana Gomes Medeiros de Macedo Dantas
Alcir Veras da Silva
Alessandra Silva de Oliveira Martins
Alexandre Luiz Galvão Damasceno
Aluísio Alberto Dantas
Ana Elizabete de Lara Menezes Spindola Rodrigues
Angela Maria Guerra Fonseca
Camila Furukava
Carina Leite de Araújo Oliveira
Domingos Carvalho de Souza
Édson Luiz Amaral de Oliveira
Eduardo Henrique Cunha de Farias
Fábio Sérgio da Costa Perreira
Fátima Cristina de Lara Menezes Medeiros
Fernando Roberto Brandão da Silva
Francisco das Chagas da Silva
Helena Maria da Silva Barroso
José Marcelo da Silva Rodrigues
Josefa Arioene Medeiros Dantas
Juliana Raquel Silva Souza
Larissa Inês da Costa
Mariana Medeiros de Araujo Nunes
Mário Henrique C. de Sá Leitão
Maura Marjorie Gomes Nogueira
Patrícia Falcone Pessoa
Paulo Sergio Santa Rosa Castim
Robson Alves da Silva
Romeica Cunha Lima Rosado Batista
Rosana Karla Pereira Caldas
Úrsula Bezerra e Silva Lira
Wannise de Santana Lima
Wantoilton Albuquerque
Werner Farkatt Tabosa
Zilene dos Santos Costa

APRESENTAÇÃO

É crescente o êxito dos congressos de iniciação científica, a cada ano. No UNI-RN, a iniciação científica tem uma característica especial, pois faz parte do próprio projeto institucional. Através dessa atividade, o processo ensino/aprendizagem sai da mesmice, no sentido de incentivar os alunos por novos conhecimentos. Ela é fundamental na manutenção do “learning environment”, ou seja, de um ambiente institucional, não restrito à sala de aula, que favoreça uma formação acadêmica de qualidade superior.

Mais uma vez, o CONIC 2022 foi um sucesso. O evento representa o apogeu de vários meses de trabalho, de pesquisas, de estudos, com alunos e professores em interação intelectual efetiva. Parabéns aos organizadores, aos incentivadores e, principalmente, aos autores dos trabalhos científicos e culturais apresentados durante o 22º CONIC, cujos resumos estão presentes neste compêndio, o qual é uma prova inequívoca do elevado padrão acadêmico do UNI-RN.

Natal, outubro de 2022

Daladier Pessoa Cunha Lima

Reitor do UNI-RN

PROFESSORES ORIENTADORES DOS TRABALHOS

<p align="center">ÁREA DE CONHECIMENTO</p>	<p align="center">ORIENTADORES</p>
<p align="center">ARQUITETURA E URBANISMO</p>	<p><i>André Felipe Moura Alves</i> <i>Camila Furakava</i> <i>Everlane Ferreira Moura</i> <i>Huda Andrade Silva de Lima</i></p> <p><i>Sandra Albino Ribeiro</i> <i>Miss Lene Pereira da Silva</i> <i>Suerda Campos da Costa</i></p>
<p align="center">CIÊNCIAS CONTÁBEIS</p>	<p><i>Cristiane Clébia Barbosa</i></p>
<p align="center">DIREITO</p>	<p><i>Abraão Luiz Filgueira Lopes</i> <i>Adriana Conceição Silva</i> <i>Adriana Gomes Medeiros de Macedo Dantas</i> <i>Ana Maria de Araújo Ananias</i> <i>Ana Mônica Medeiros Ferreira</i> <i>Andréa de Andrade Fernandes</i> <i>Edinaldo Benicio de Sa Junior</i> <i>Emmanueli Karina de Brito Gondim Moura Soares</i> <i>Everlane Ferreira Moura</i> <i>Everton da Silva Rocha</i> <i>Fabio Fidelis de Oliveira</i> <i>João Batista Machado Barbosa</i> <i>Leonardo Medeiros Junior</i> <i>Luiz Eduardo Marinho Costa</i></p> <p><i>Marcelo de Barros Dantas</i> <i>Marcelo Maurício da Silva</i> <i>Marco Aurélio de Medeiros</i> <i>Jordão Matusalem Jobson Bezerra Dantas</i> <i>Nelisse de Freitas Josino Vasconcelos</i> <i>Petrucia da Costa Paiva Souto</i> <i>Rasland Costa de Luna Freire</i> <i>Rocco José Rosso Gomes</i> <i>Rosangela Maria R. M.Mitchell de Moraes</i> <i>Sandresson de Menezes Lopes</i> <i>Shirley de Moura Torres Castro Ursula</i> <i>Bezerra e Silva Lira Walber Cunha Lima</i></p>
<p align="center">ENGENHARIA CIVIL</p>	<p><i>Anderson Albino Ferreira</i> <i>Carlos Gomes de Moura</i> <i>Everlane Ferreira Moura</i> <i>Fábio Romano Freire</i> <i>Fábio Sérgio da Costa Pereira</i></p> <p><i>Leaivlam Rodrigues de Lima</i> <i>Marília Rodrigues da Silva</i> <i>Suerda Campos da Costa</i> <i>Tomás Barros Vasconcelos</i> <i>Werner Farkatt Tabosa</i></p>
<p align="center">INFORMÁTICA</p>	<p><i>José Lucas de Paiva Victor</i> <i>Romulo Fagundes Cantanhede</i></p>

SUMÁRIO

ARQUITETURA

A ARQUITETURA E URBANISMO E SUA RELAÇÃO COM A SAÚDE MENTAL	27
A IMPORTÂNCIA DA ENERGIA SOLAR NA ARQUITETURA ECONOMIA E SUSTENTABILIDADE: UM ESTUDO DE CASO DE UMA RESIDÊNCIA NA ZONA RURAL EM MARCELINO VIEIRA/RN	28
A IMPORTÂNCIA DO ECODESIGN NA ARQUITETURA	29
A UTILIZAÇÃO DE CONTAINERS MARÍTIMOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL: SUSTENTABILIDADE E REDUÇÃO DE RESÍDUOS	30
AMBIENTE DE TRABALHO E QUALIDADE DE VIDA: QUAL A CORRELAÇÃO?	31
ANÁLISE DE CONFORTO AMBIENTAL EM SUBÁREA DE INTERVENÇÃO DO SÍTIO HISTÓRICO DE NATAL/RN – CIDADE ALTA	32
ANÁLISE URBANA PARA IMPLANTAÇÃO DE EMPREENDIMENTO HOTELEIRO NA PRAIA DE PIPA/RN	33
ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO DE UMA GALERIA MULTIUSO COM ENFOQUE PARA A UTILIZAÇÃO DOS MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DA ARQUITETURA MODULAR	34
ANTEPROJETO DE GALERIA COMERCIAL PARA CLÍNICA ODONTOLÓGICA EVILSON DANTAS EM BARROVERMELHO, NATAL-RN	35
CAMINHOS NATALENSES: UMA ANÁLISE DO IMPACTO CÊNICO-PAISAGÍSTICO NA RESSIGNIFICAÇÃO E RESGATE DA MEMÓRIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO DOS BAIRROS DE CIDADE ALTA E RIBEIRA, NA CIDADE DO NATAL, NO RIO GRANDE DO NORTE	36
ESTUDO SOBRE PARÂMETROS PARA PLANEJAMENTO E CONCEPÇÃO PROJETUAL DE Pousada em TIBAU DO SUL-RN	37
ESTUDO URBANÍSTICO: DESENVOLVIMENTO DE HOTEL SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO DE TIBAU DO SUL/RN	38
MEMORIAL PAISAGÍSTICO PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL: RESIDÊNCIA PITANGUEIRAS	39
PROJETO COLMEIA: INTERVENÇÃO PAISAGÍSTICA E ECOLÓGICA NO BAIRRO DE PETRÓPOLIS	40
PROJETO PAISAGÍSTICO: GIARDINO DELL'ELEGANZA	41
SONHOS, AFETOS E ANCESTRALIDADE: O PARQUE MANOEL MARINHEIRO COMO INSTRUMENTO DE REQUALIFICAÇÃO URBANA NO BAIRRO FELIPE CAMARÃO, NATAL, RN	42

SUMÁRIO

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

A EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE NO BRASIL E O DESENVOLVIMENTO DO PROFISSIONAL CONTÁBIL	45
--	----

DIREITO

A MINERAÇÃO DE CRIPTOMOEDAS DE FORMA IMODERADA E SEUS IMPACTOS AMBIENTAIS: UMA ANÁLISE À LUZ DA LEI Nº 9.605/98	49
---	----

A UTILIZAÇÃO E BENEFÍCIOS DA ARBITRAGEM NOS CONTRATOS EMPRESARIAIS	50
--	----

ANÁLISE DOS IMPACTOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NAS RELAÇÕES PROCESSUAIS CÍVEIS E TRABALHISTAS	51
--	----

CONFLITOS DE DIREITOS FUNDAMENTAIS À INTIMIDADE E A PREVALÊNCIA A LIBERDADE DE IMPRENSA	52
---	----

INTERFERÊNCIAS DAS RELAÇÕES FAMILIARES NA AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS POR USUCAPIÃO.	53
---	----

LIMITES DAS ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS: ABALROAMENTO ENVOLVENDO AS EMBARCAÇÕES CHANGRONG 4 E OCEANO PESCA I EM ÁGUAS INTERNACIONAIS E OS SEUS DESCOBRAMENTOS JURÍDICOS	54
--	----

O ANTAGONISMO DE ENTENDIMENTOS ACERCA DA APLICAÇÃO DO ROL DE PROCEDIMENTOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE E O REFLEXO NAS OPERADORAS DE PLANO DE SAÚDE E SEUS BENEFICIÁRIOS	55
---	----

REDUÇÃO DA PENA EM DEFESA DO RÉU DURANTE ESTADO DE ÂNIMO ALTERADO NOS CRIMES CONTRA A HONRA	56
---	----

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO CONTEXTO DE ISOLAMENTO SOCIAL PELO COVID-19: DUPLA PANDEMIA	57
--	----

(IN)EXISTÊNCIA DE UMA SOCIEDADE INTERNACIONAL	58
---	----

10 ANOS DA LEI DE COTAS NAS UNIVERSIDADES: AVANÇOS E DESAFIOS	59
---	----

30 ANOS DO MASSACRE NO CARANDIRU: OS POSSÍVEIS IMPACTOS NO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO	60
--	----

A APLICABILIDADE DOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO FILME “O CANDIDATO HONESTO”	61
---	----

A AUTONOMIA DA VONTADE SOBRE O DIREITO DE HERANÇA	62
---	----

A BANALIZAÇÃO DO DOLO EVENTUAL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O JULGAMENTO DOS RÉUS DO INCÊNDIO NA BOATE KISS	63
---	----

SUMÁRIO

A BUSCA POR CARACTERIZAÇÃO DE VÍNCULO DOS TRABALHADORES POR APLICATIVOS: UMA ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE PROJETOS DE LEI DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	64
A CONCESSÃO DO DIVÓRCIO POST MORTEM E O DIREITO SUCESSÓRIO	65
A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 SOB A ÓTICA DE UM FILME DE AÇÃO: COMO FUNCIONA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA	66
A DINÂMICA DOS CRIMES NO NORDESTE: ANÁLISE ECONÔMICA E SOCIAL	67
A DIVISÃO ISONÔMICA DO TEMPO DE CONVIVÊNCIA NA GUARDA COMPARTILHADA	68
A DIVISÃO RACIAL E SEXUAL DO TRABALHO E A SUB-HUMANIDADE MODERNA: UMA ANÁLISE SOB A LUZ DO DIREITO ABISSAL	69
A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO EM UM CONTEXTO JURÍDICO: ANÁLISE DOS IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 SOB A PERSPECTIVA DO GÊNERO	70
A EQUIPARAÇÃO DAS AÇÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	71
A ESCOLA DE SALAMANCA E OS AVANÇOS HUMANISTAS NO VELHO E NO NOVO CONTINENTE: OS CASOS DE FRANCISCO SUÁREZ E ANTÔNIO VIEIRA	72
A FAMÍLIA MULTIESPÉCIE E A SUA RESPONSABILIDADE AFETIVA EM SITUAÇÕES DE ABANDONO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS	73
A IMPORTÂNCIA DAS EMPRESAS JUNIORES NOS VÍNCULOS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: O SEU IMPACTO NA FORMAÇÃO JURÍDICA E EMPREENDEDORA DO PROFISSIONAL GRADUADO	74
A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO PSÍQUICA DAS VÍTIMAS PARA A ELUCIDAÇÃO DA AÇÃO PENAL EM CASOS DE CRIMES SEXUAIS	75
A INCONSISTÊNCIA DOS JULGADOS FRENTE AO RECONHECIMENTO DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO: DIANTE DA UBERIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO	76
A INCONSTITUCIONALIDADE DA EXECUÇÃO ANTECIPADA DA PENA SOB A ÓTICA DO PACOTE ANTICRIME	77
A INDIGNIDADE DE SUZANE VON RICHTHOFEN	78
A INFLUÊNCIA DAS MEDIDAS PROTETIVAS NOS PROCESSOS DE GUARDA	79
A INSERÇÃO DA MULHER NEGRA NO MERCADO DE TRABALHO E OS SEUS REFLEXOS NA SOCIEDADE	80
A INTERFERÊNCIA DA MÍDIA NO JULGAMENTO DOS CRIMES DE GRANDE REPERCUSSÃO NO BRASIL E O DIREITO PENAL COMO VINGANÇA SOCIAL	81
A INVISIBILIDADE DAS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA NA CAPITAL POTIGUAR: UM RETRATO DA INTOLERÂNCIA RELIGIOSA	82
A IRREVOGABILIDADE DOS ATOS DE RENÚNCIA	83

SUMÁRIO

A LEGALIZAÇÃO DA MACONHA	84
A LIBERDADE DE EXPRESSÃO COMO FORMA DE REPRESSÃO À VIDA	85
A NECESSIDADE DE AUTORIZAÇÃO DO CÔNJUGE PARA A REALIZAÇÃO DA CIRURGIA DE LAQUEADURA E SUAS REPERCUSSÕES SOCIAIS E JURÍDICAS	86
A PANDEMIA DA COVID-19 COMO INSTRUMENTO PARA O AUMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER NO BRASIL	87
A PANDEMIA DO COVID-19 E O AUMENTO DO ASSÉDIO MORAL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO	88
A PEDOFILIA CIBERNÉTICA E SEUS REFLEXOS NO ÂMBITO JURÍDICO BRASILEIRO	89
A PROBLEMÁTICA CONCERNENTE À INOPERABILIDADE DE UMA SOCIEDADE INTERNACIONAL	90
A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS MIGRANTES	91
A QUESTÃO DA CULPABILIDADE DE RÉUS PSICOPATAS SOB À LUZ DO DIREITO PENAL BRASILEIRO	92
A QUESTÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ÂMBITO ESTUDANTIL	93
A RECUPERAÇÃO JUDICIAL COMO INSTRUMENTO PARA SUPERAR A CRISE NAS EMPRESAS, COM ENFOQUE NA PANDEMIA DA COVID-19	94
A REFORMA DO CÓDIGO PENAL: DIREITO PENAL DO INIMIGO	95
A REGULAMENTAÇÃO TRIBUTÁRIA DAS APOSTAS ESPORTIVAS E CASSINOS ONLINE NO BRASIL	96
A RELAÇÃO DA INTERVENÇÃO FEDERAL APRESENTADA NO FILME "MEDIDA PROVISÓRIA" COM O DIREITO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO	97
A RELAÇÃO ENTRE O FILME O VENTO SERÁ SUA HERANÇA E O DIREITO CONSTITUCIONAL QUANTO À LAICIDADE DO ESTADO	98
A RESPONSABILIDADE CIVIL DIANTE DOS EFEITOS PSICOLÓGICOS GERADOS PELA ALIENAÇÃO PARENTAL NO ÂMBITO DA DISSOLUÇÃO CONJUGAL	99
A RESPONSABILIDADE DO ESTADO COM JOVENS EX-INSTITUCIONALIZADOS	100
A RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL NO INCENTIVO À INOVAÇÃO NA ÁREA DE TÉCNICAS SUSTENTÁVEIS	101
A REVISÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS RELATIVOS À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À LUZ DA LGPD	102
A SITUAÇÃO DECADENTE E O DESCASO ESTATAL COM AS MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE NO BRASIL.	103
A TORTURA POLICIAL: UMA ANÁLISE SOBRE OS LIMITES DO ESTADO NA SEGURANÇA PÚBLICA	104

SUMÁRIO

A UNIFICAÇÃO DOS ATOS DE INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA E INSTITUIÇÃO DE CONDOMÍNIO: UMA ANÁLISE DA LEI N.º 14.382/2022	105
A VIOLAÇÃO DO JUSNATURALISMO PRESENTE NA VENEZUELA	106
A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E O FEMINICÍDIO: REFLEXOS DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19.	107
ABANDONO DIGITAL: OS DEVERES PARENTAIS DIANTE DOS PERIGOS DAS REDES SOCIAIS À LUZ DA PROTEÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	108
ABANDONO PATERNO-AFETIVO: AFETO COMO OBJETO DE LITÍGIO E A RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL	109
ABUSO DE AUTORIDADE	110
ACESSIBILIDADE A EDUCAÇÃO COMO DIREITO FUNDAMENTAL	111
ACORDO NA FASE INICIAL DO PROCESSO: POSSIBILIDADES E DESAFIOS	112
ADOÇÃO AVOENGA: PRIMAZIA AO ATENDIMENTO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	113
ADOÇÃO HOMOAFETIVA À LUZ DO PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	114
ADOÇÃO: O TRÁFICO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES PARA ADOÇÃO ILEGAL E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS	115
AGRAVO DE INSTRUMENTO E O SEU CABIMENTO NA RECORRIBILIDADE DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS À LUZ DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015.	116
ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA	117
ALIENAÇÃO PARENTAL: UMA ANÁLISE DOS ASPECTOS JURÍDICOS DA LEGISLAÇÃO E SUA RECENTE ALTERAÇÃO	118
ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O FILME “O CANDIDATO HONESTO 2” E A REALIDADE POLÍTICO-ADMINISTRATIVA NO BRASIL	119
ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A OBRA CINEMATOGRAFICA O CANDIDATO HONESTO 2	120
ANÁLISE DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 A PARTIR DA SUA COMPARAÇÃO COM O FILME "O CANDIDATO HONESTO"	121
ANÁLISE DA EFICÁCIA DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NA REINTEGRAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NA SOCIEDADE	122
ANÁLISE DA MULTICULTURALIDADE SOB A ÓTICA DA MIGRAÇÃO FORÇADA E DO COSMOPOLITISMO DE KANT	123
ANÁLISE DE ARTIGOS CIENTÍFICOS SOBRE A PANDEMIA	124
ANÁLISE DO FILME BACURAU À LUZ DA CARTA MAGNA DE 1988 COM ÊNFASE NA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA	125

SUMÁRIO

ANÁLISE DO FILME GETÚLIO À LUZ DOS TEXTOS CONSTITUCIONAIS	126
ANÁLISE DO FILME “SPOTLIGHT - SEGREDOS REVELADOS” E A SUA INTERPRETAÇÃO À LUZ DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA	127
ANÁLISE DO RACISMO ESTRUTURAL NO BRASIL ATRAVÉS DO FILME “MEDIDA PROVISÓRIA”	128
ANÁLISE POLÍTICA-ADMINISTRATIVA DO FILME “CINE HOLLIÚDY”	129
ANÁLISE POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO LONGA-METRAGEM “NÃO OLHE PARA CIMA”.	130
APLICABILIDADE DA BLOCKCHAIN NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: UM INSTRUMENTO DE EFICÁCIA, CELERIDADE E CONFIABILIDADE	131
APLICABILIDADE DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: A EFICÁCIA DOS MECANISMOS SANCIONATÓRIOS ANTE AS SOBERANIAS ESTATAIS	132
ARTHUR SCHOPENHAUER E SUA DOUTRINA DO DIREITO	133
AS REPERCUSSÕES JURÍDICAS DA MULTIPARENTALIDADE	134
ASSÉDIO MORAL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO: UMA VIOLÊNCIA NATURALIZADA	135
ATOS INCONSTITUCIONAIS NA ERA VARGAS	136
AUTISMO: A REALIDADE POR TRÁS DA LEI Nº 13.146/2015	137
CAC: MUDANÇAS OCORRIDAS A SEREM SEGUIDAS	138
CAMPOS DE REFUGIADOS NA HUNGRIA: UMA ANÁLISE DA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS À LUZ DO DIREITO DA UNIÃO EUROPEIA	139
COMO A RELIGIÃO CRISTÃ CULMINOU NA CRIAÇÃO DO DIREITO POSITIVO E A RELAÇÃO ENTRE AMBOS NOS DIAS DE HOJE	140
COMO A TEORIA RAWLSIANA INFLUENCIOU O PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO NO PROCESSO CIVIL DEMOCRÁTICO	141
COMO O DIREITO SUCESSÓRIO ADEQUA-SE A TRANSFERÊNCIA DE CRIPTOMOEDAS.	142
COMPARAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA: “MUNIQUE: NO LIMITE DA GUERRA” VS CARTA MAGNA DE 1988	143
COMPETÊNCIA CUMULATIVA DA VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR COMO FORMA DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS DA MULHER	144
CONDIÇÕES SÓCIO-JURÍDICAS DO ACESSO AO EMPREGO DE REFUGIADOS NA REALIDADE BRASILEIRA	145
CONFLITO APARENTE ENTRE LIBERDADE DE EXPRESSÃO E LIBERDADE POLÍTICA	146
CONFRONTO DE IDEOLOGIAS MEDIANTE UMA OBRA CINEMATOGRAFICA E A CONSTITUIÇÃO	147

SUMÁRIO

CONSTITUIÇÃO FEDERAL: A REALIDADE POR INTERMÉDIO DA ANÁLISE POLÍTICO-ADMINISTRATIVA	148
DAVID LANDAU E O CONSTITUCIONALISMO ABUSIVO	149
DELEGACIA DO IDOSO	150
DEMOCRACIA EM VERTIGEM: ASPECTOS POLÍTICO-ADMINISTRATIVOS DO DIREITO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO À LUZ DO IMPEACHMENT DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF	151
DESAFIOS DO PERÍODO PANDÊMICO: UM ESTUDO CIENTÍFICO	152
DESERDAÇÃO NO CONTEXTO HODIERNO	153
DIREITO DE CONDOMÍNIO (ART. 1.314 A 1.358): DIREITOS E DEVERES	154
DIREITO DIGITAL: CONCEITO E APLICAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE	155
DIREITO DO CONSUMIDOR NAS COMPRAS PELA INTERNET	156
DIREITO E RELIGIÃO: INFLUÊNCIA DOS DEZ MANDAMENTOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	157
DIREITOS AUTORAIS E ARTE INDÍGENA: UMA ANÁLISE DA PROTEÇÃO INTELECTUAL SOB A PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS	158
DIREITOS FUNDAMENTAIS EM COLISÃO - DIREITO CONSTITUCIONAL - INVESTIGAÇÃO DE DNA: VIOLAÇÃO DA DIGNIDADE HUMANA E DO PRINCÍPIO DA PRIVACIDADE OU CENSURA DO DIREITO À IDENTIDADE?	159
DIREITOS FUNDAMENTAIS EM CONFLITO: VIDA CONTRA HONRA NA EUTANÁSIA	160
DIREITOS HUMANOS E 2º GUERRA MUNDIAL: REFLEXÕES EM TORNO DA TRÁGICA E MAIOR GUERRA JÁ VISTA NA HISTÓRIA DO HOMEM	161
DUMPING: UMA ANÁLISE À LUZ DO DIREITO EMPRESARIAL E AMBIENTAL	162
EDMUND HUSSERL E O DIREITO: CRISE DA CIÊNCIA JURÍDICA	163
EFEITOS DA PANDEMIA DO COVID-19 NAS RELAÇÕES PARENTAIS REGIDAS PELO INSTITUTO DA GUARDA COMPARTILHADA NO BRASIL	164
ESCOLÁSTICA COLONIAL: UM PANORAMA DA HISTÓRIA DAS IDEIAS JURÍDICAS DA AMÉRICA LATINA	165
ESCRavidão DIGITAL: A DISPONIBILIDADE PERPÉTUA PARA O LABOR	166
ESTUDO SOBRE A FASE JUSNATURAL DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	167
ESTUPRO DE VULNERÁVEL EM SERVIÇOS DE SAÚDE: UMA ANÁLISE À LUZ DOS PRINCÍPIOS DE PROTEÇÃO À MULHER E DO SISTEMA PENAL	168
EUTANÁSIA NO DIREITO BRASILEIRO E A AUTONOMIA DO PACIENTE EM ESTADO TERMINAL	169

SUMÁRIO

FASE VOLUNTARISTA DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: APONTAMENTOS E CONTRIBUIÇÕES	170
FASES DO DIREITO INTERNACIONAL: MOTIVOS QUE FIZERAM O DIREITO INTERNACIONAL SER CONSIDERADO VOLUNTARISTA	171
FAST FASHION E SEUS IMPACTOS NO DESCARTE DE RESÍDUOS TÊXTEIS: UMA BREVE ANÁLISE DO ENQUADRONA LEI DE POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS, 12.305/2010.	172
FILME: O CANDIDATO HONESTO 2	174
FORMA DE VIOLÊNCIA DOMÈSTICA CONTRA MULHER: ALIENAÇÃO PARENTAL	175
FREIOS E CONTRAPESOS JUSNATURALISTAS: UM MODELO SUAREZIANO	176
GARANTIA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	177
GRADES DO SILÊNCIO: O TRATAMENTO INDIGNO AOS PORTADORES DE TRANSTORNOS PARAFÍLICOS NOSISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO	178
IMPACTO DO HOME OFFICE: FRENTE ÀS JORNADAS DE TRABALHO DAS MULHERES	179
INDIGNIDADE E DESERDAÇÃO: QUAIS OS FUNDAMENTOS PARA A APLICAÇÃO DE UMA SANÇÃO CÍVEL A UMMENOR?	180
INQUÉRITO POLICIAL E O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	181
ISOLAMENTO SOCIAL E A PANDEMIA DA COVID-19: O PAVOR VIVIDO PELAS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA	182
JOÃO ERNESTO, A CARICATURA DA DESORGANIZAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA	183
LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E O DEVER LEGAL NO ATENDIMENTO CLÍNICO E HOSPITALAR	184
LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DIREITO DA PERSONALIDADE	185
LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO E SAÚDE COLETIVA, CONFLITO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NO CONTEXTO DAPANDEMIA COVID-19	186
MARCO LEGAL DAS STARTUPS E O DESENVOLVIMENTO DO EMPREENDEDORISMO INOVADOR NO BRASIL	187
MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO: O ABUSO DE AUTORIDADE	188
MITIGAÇÃO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA SOB A ÓTICA DA TEORIA DA PROPORCIONALIDADE DE ROBERTALEXY	189
MULHERES INVISÍVEIS NO CÁRCERE: REFLEXÕES ACERCA DA DESIGUALDADE DE GÊNERO NO SISTEMAPRISIONAL FEMININO DO RIO GRANDE DO NORTE	190
O ABANDONO AFETIVO INVERSO E SEUS REFLEXOS NA VIDA DO IDOSO NO BRASIL E A POSSIBILIDADE DERESPONSABILIZAÇÃO	191

SUMÁRIO

O ABANDONO DIGITAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E O QUE REGE A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA QUANTO AOTEMA	192
O CÁLCULO DE BENEFÍCIOS É UM DIREITO FUNDAMENTAL?	193
O CANDIDATO HONESTO DE MAIS	194
O CINEMA SOB A ÓTICA CONSTITUCIONAL	195
O CONFLITO ENTRE O DIREITO À VIDA E A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	196
O CONFLITO ENTRE O RECURSO ESPECIAL 1819075 E O DIREITO DE PROPRIEDADE	197
O CONFRONTO ENTRE A DÉCADA DE 60 AMERICANA E A CF88 BRASILEIRA	198
O DEVER DO CUIDADO: UMA PRERROGATIVA DO PODER FAMILIAR	199
O DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO OBJETIVISTA E O PRINCÍPIO DO “IN DUBIO PRO SOCIETATE” COMO GARANTIA DE DIREITOS DA SOCIEDADE INTERNACIONAL EM TEMPOS DE GUERRA	200
O DIREITO PREVENTIVO COMO PROPULSOR DE ESCALABILIDADE E REDUÇÃO DE LITÍGIOS EM EMPRESAS	201
O DISCURSO DE ÓDIO SOBRE A COMUNIDADE LGBTQIA+ E A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	202
O ESTIGMA DA FALTA DE CONHECIMENTO SOBRE ABORTO NO BRASIL E O PERIGO DA PRÁTICA ILEGAL.	203
O EXCESSO DA LEGÍTIMA DEFESA E OS MEIOS USADOS PARA DETERMINÁ-LO	204
O FILME “TROPA DE ELITE 2” SOB A ÓPTICA DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO DIREITO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO	205
O IMPACTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS NA ADMINISTRAÇÃO DOS CONDOMÍNIOS EDILÍCIOS, SOB A LUZ DA NORMA REGULADORA N.º 2 DA AGÊNCIA NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS.	206
O IMPACTO DA MEDIDA PROVISÓRIA 1.108/22 NO REGIME DE TELETRABALHO	207
O IMPACTO DAS EÓLICAS NO DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE: SOB A LUZ DO DIREITO	208
O OBJETIVISMO NO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	209
O ORÇAMENTO PÚBLICO E AS IMPLICAÇÕES DA EXECUÇÃO RACIONADA DOS RECURSOS FINANCEIROS ATINENTES ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE NO ESTADO RIO GRANDE DO NORTE	210
O PANOPTISMO E SUAS DIVERSAS RELAÇÕES	211
O PROBLEMA CRÔNICO DA CORRUPÇÃO NO BRASIL	212
O QUE É O PÓS-MODERNISMO E COMO ISTO AFETA O DIREITO	213

SUMÁRIO

O RECONHECIMENTO DO STEALTHING COMO VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	214
O REGIME JURÍDICO DA RESPONSABILIDADE CIVIL DOS AGENTES DE TRATAMENTO DE DADOS NA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD (LEI Nº 13.709/2018)	215
ORGANIZAÇÃO POLITICO-ADMINISTRATIVA EXPOSTA NO DOCUMENTÁRIO "DEMOCRACIA E VERTIGEM".	216
ORTOTANÁSIA COMO DILEMA BIOÉTICO E JURÍDICO: A REDUÇÃO DO SOFRIMENTO DE PACIENTES TERMINAIS E AGARANTIA DA DIGNIDADE HUMANA	217
OS COMPLEXOS PRISIONAIS BRASILEIROS E O (DES)CUMPRIMENTO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	218
OS DESAFIOS DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS: UMA REFLEXÃO ACERCA DA UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIANO STJ DIANTE DA RESPONSABILIDADE CIVIL NO ÂMBITO DO ABANDONO AFETIVO	219
OS DIREITOS HUMANOS FRENTE AOS IMPASSES DO DIREITO INTERNACIONAL	220
OS DIREITOS HUMANOS SOB A ÓTICA EXISTENCIALISTA	221
OS IMPACTOS JURÍDICOS E SOCIAIS DO TRABALHO INTERMITENTE PREVISO PELA LEGISLAÇÃO TRABALHISTABRASILEIRA	222
OS LIMITES CONSTITUCIONAIS DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO FRENTE A DISSEMINAÇÃO DAS FAKE NEWS	223
OS LIMITES DA DOAÇÃO REMUNERATÓRIA NO PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO	224
OS PRINCÍPIOS A SEREM OBSERVADOS NA DESERDAÇÃO FEITA PELO AUTOR DA HERANÇA POR MEIO DE AÇÃO JUDICIAL	225
OS REFLEXOS DA CULTURA DE SUBMISSÃO FEMININA NA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER	226
OS REFLEXOS DAS AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO NO ÂMBITO DA JUSTIÇA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE PARA O ACESSO À JUSTIÇA	227
OS SISTEMAS DE CONTROLE E PODER SOB A ÓTICA DE FOUCAULT	228
OS SUPLÍCIOS DISSIMULADOS NA CONTEMPORANEIDADE	229
PARCERIAS ENTRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL: FALTA DE ACESSIBILIDADE E CRIMINALIZAÇÃO BUROCRÁTICA	230
PARIDADE DE GÊNERO: MACHISMO ESTRUTURAL E A REPRESENTATIVIDADE FEMININA NA POLÍTICA.	231
PEDOFILIA	232
PLANTÃO CIVIL: VIZINHANÇA	233
PONDERAÇÃO ENTRE DIREITO À LIBERDADE RELIGIOSA E O DIREITO À VIDA COMO PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS	234

SUMÁRIO

PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE PROCESSUAL X LGPD: UM OLHAR RETROSPECTIVO E PROSPECTIVO	235
PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS COMO DIFERENCIAL COMPETITIVO NA CAPTAÇÃO DE INVESTIMENTOS PARA STARTUPS	236
PROCESSOS LICITATÓRIOS SOB O MEIO ELETRÔNICO COM O ADVENTO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES	237
PROIBIÇÃO DO CASAMENTO ANTES DA IDADE NÚBIL, CONFLITO ENTRE EFEITOS JURÍDICOS DE NULIDADE OU ANULABILIDADE	238
PROTEÇÃO DE DADOS E PODER PÚBLICO: A APLICABILIDADE DA LGPD ÀS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS	239
PROTEÇÃO JURÍDICA NAS FAMÍLIAS FORMADAS PELO VÍNCULO SOCIOAFETIVO	240
PUNIR E RESSOCIALIZAR: UMA ANÁLISE SOBRE O SISTEMA PENAL E O DETENTO PSICOPATA.	241
QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO DO JUDICIÁRIO BRASILEIRO: IMPACTOS DAS NOVAS TECNOLOGIAS, DO TELETRABALHO E DE PROGRAMAS DE QUALIDADE DE VIDA	242
QUEM FALA?: A MULHER NEGRA NO JUDICIÁRIO BRASILEIRO	243
REALIDADE POLÍTICO ADMINISTRATIVA: FILME MARIGHELLA E A CF 88	244
REFLEXOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E SUA APLICAÇÃO NO DIREITO: LIMITES, DESAFIOS E POSSIBILIDADES	245
REGIME DE SEPARAÇÃO LEGAL DE BENS E INDIGNIDADE - ARTS. 1.641 E 1.814 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002	246
RELAÇÕES TRABALHISTAS SOB A ÓTICA DE FRANZ KAFKA NA OBRA “A METAMORFOSE”	247
REPETIBILIDADE DOS ALIMENTOS FACE AO ABUSO DE DIREITO	248
RESPONSABILIDADE DOS CLUBES DESPORTIVOS POR ATOS DE DISCRIMINAÇÃO PRATICADOS PELOS SEUS TORCEDORES	249
RESUMO E ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A OBRA CINEMATOGRAFICA: “GETÚLIO”, E ANÁLISE HISTÓRICA VOLTADA AO DESENVOLVIMENTO CONSTITUCIONAL	250
SANÇÕES: USOS E FRAGILIDADES	251
SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: CONTRIBUI PARA A RESSOCIALIZAÇÃO?	252
SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS EM SENTENÇA CONDENATÓRIA TRANSITADA EM JULGADO	253
TRABALHO DIREITO CONSTITUCIONAL	254
TRANSFUSÃO DE SANGUE EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES TESTEMUNHA DE JEOVÁ: CONFLITO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E SEUS DESDOBRAMENTOS JURÍDICOS	255

SUMÁRIO

TRIBUNAL DO JÚRI: UMA INVESTIGAÇÃO ACERCA DA INFLUÊNCIA DA MÍDIA NO JULGAMENTO DE ELIZEMATSUNAGA	256
TROPA DE ELITE E A CONSTITUIÇÃO DE 1988	257
TROPA DE ELITE E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL	258
TROPA DE ELITE E OS SEUS CONFLITOS COM OS DIREITOS HUMANOS	259
UMA ANÁLISE ACERCA DO PAPEL DA POLÍCIA E DOS MECANISMOS LEGAIS NO COMBATE E PREVENÇÃO DE CRIMES CIBERNÉTICOS: ESTELIONATO EMOCIONAL, SEQUESTRO DE INFORMAÇÕES SENSÍVEIS E TRÁFICO HUMANO	260
UMA ANÁLISE ACERCA DO CASO DA BOATE KISS: A GARANTIA DE PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS	261
UMA ANÁLISE SOBRE A ALIENAÇÃO PARENTAL	262
UMA ANÁLISE SOBRE A LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: A MUDANÇA PARA A LEI 14.230/21 E O REFLEXO NA PUNIBILIDADE DOS AGENTES PÚBLICOS	263
VIDA: LIBERDADE OU PRISÃO	264
VIOLAÇÃO DO DOMICÍLIO FRENTE AO COMBATE AO TRÁFICO DE DROGAS	265
VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DA POPULAÇÃO LGBTQIAP+ NO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO	266
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E ISOLAMENTO SOCIAL	267
VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL: A IMPORTÂNCIA DO PAPEL DO FEMINISMO PARA SUA EXTINÇÃO	268
"O CANDIDATO HONESTO" E O DIREITO CONSTITUCIONAL	269
"O DESIGN QUE EU NÃO CRIEI MAS EU VENDI" PROPRIEDADE INTELECTUAL NO MERCADO DA MODA E AS REPERCUSSÕES JURÍDICAS NO TOCANTE AOS PEQUENOS DESIGNERS	270
"PANÇADA DE AMOR NÃO DÓI": ANÁLISE SOBRE A PROTEÇÃO DA MULHER SOB A ÉGIDE DA SANÇÃO PENAL CLASSIFICADA PARA O CRIME DE DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA	271

PÓS-GRADUAÇÃO DIREITO

FACÇÕES CRIMINOSAS: O PODER DOS GRUPOS ORGANIZADOS E COMO OS PRESÍDIOS FEDERAIS IMPULSIONAM O CRESCIMENTO DAS FACÇÕES CRIMINOSAS	275
--	-----

ENGENHARIA CIVIL

ANÁLISE DE RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO E ABSORÇÃO DE ÁGUA DE CONCRETOS	279
---	-----

SUMÁRIO

COMPORTAMENTO DE VIGAS EM CONCRETO ARMADO QUANDO SUBMETIDAS A GRANDES VÃOS	280
ABSORÇÃO DE ÁGUA	281
ACESSIBILIDADE E A IMPORTÂNCIA DA NORMATIZAÇÃO DE RAMPAS NA CONSTRUÇÃO CIVIL	282
ACESSIBILIDADE NA CONSTRUÇÃO CIVIL	283
ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE ESTRUTURAS DE CONCRETO, AÇO E MADEIRA EM SITUAÇÕES DE EXPOSIÇÃO A OFEGO	284
ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE METODOLOGIAS NO DIMENSIONAMENTO DE SAPATAS ISOLADAS	285
ANÁLISE ESTRUTURAL E VIABILIDADE ECONÔMICA DE DIFERENTES SOLUÇÕES ESTRUTURAIS PARA UM GALPÃO CONSTRUÍDO NA CIDADE DE PARNAMIRIM/RN.	286
AVALIAÇÃO DA ORÇAMENTAÇÃO DE UMA OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL: UM ESTUDO DE CASO	287
CONCRETO PARA AMBIENTE RURAL COM SUBSTITUIÇÃO PARCIAL DO AGREGADO MIÚDO POR RESÍDUO DE LODO	288
DETERMINAÇÃO DO LIMITE DE LIQUIDEZ DE SOLO ARGILOSO EXTRAÍDO DE UM VIVEIRO DE CAMARÕES	289
ENSAIO LABORATORIAL DE RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO DE CONCRETO	290
ENSAIOS LABORATORIAIS DE DETERMINAÇÃO DE LIMITE DE LIQUIDEZ	291
ENSAIOS LABORATORIAIS DE GRANULOMETRIA POR PENEIRAMENTO E SEDIMENTAÇÃO, LIMITE DE LIQUIDEZ E LIMITE DE PLASTICIDADE	292
EXECUÇÃO DE MAPEAMENTO COM DRONE	293
GESTÃO DE SEGURANÇA NA CONSTRUÇÃO CIVIL	294
IMPORTÂNCIA DAS TUBULAÇÕES DE PVC NO PROJETO HIDROSSANITÁRIO	295
IMPORTÂNCIA DE UM BOM ORÇAMENTO NA ENGENHARIA CIVIL	296
MECÂNICA DOS SÓLIDOS ENSAIO EM LABORATÓRIO	297
MECÂNICA DOS SOLOS - LIMITE DE LIQUIDEZ	298
ORÇAMENTOS NA ENGENHARIA CIVIL	299
PESQUISA REFERENTE A APLICAÇÃO DO CONCRETO PARA O AMBIENTE RURAL COM A ADIÇÃO DE FILLER CALCÁRIO NA SUBSTITUIÇÃO DA AREIA GROSSA	300
PESQUISA SOBRE APLICAÇÃO DE CONCRETO PARA AMBIENTE RURAL COM ADIÇÃO DE RESÍDUO DE BORRA DE TINTA NA SUBSTITUIÇÃO DA AREIA GROSSA	301

SUMÁRIO

PREVENÇÃO DE RISCOS ATRAVÉS DO REFORÇO ESTRUTURAL	302
QUALIDADE DE VIDA DO TRABALHO NO CANTEIRO DE OBRAS	303
QUALIDADE DE VIDA NA CONSTRUÇÃO CIVIL	304
REAPROVEITAMENTO DE MÁRMORE E GRANITO: PRODUÇÃO DE PEÇAS DE ACABAMENTO PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL	305
SEGURANÇA DO TRABALHO NO ÂMBITO DA CONSTRUÇÃO CIVIL, COM REALCE DA PERCEPÇÃO DOS RISCOS E USO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL	306
SISTEMAS DE GERENCIAMENTO DA QUALIDADE NA CONSTRUÇÃO CIVIL EM ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO	307
USO DE PLÁSTICO RECICLADO NA PRODUÇÃO DE ASFALTO	308
USO DO BIOCONCRETO FRENTE AO CONCRETO NORMAL E OS EFEITOS DE "IMORTALIDADE" DA BACTÉRIA BACILLUS SUBTILIS	309
UTILIZAÇÃO DE ARGAMASSA DE REBOCO COM ADIÇÃO DE RESÍDUO DE BORRA DE TINTA EM SUBSTITUIÇÃO PARCIAL DO CIMENTO	310
UTILIZAÇÃO DE ARGAMASSA PARA EMBOÇO COM ADIÇÃO DE RESÍDUO DE LODO NA SUBSTITUIÇÃO DO AGREGADO MIÚDO	311
UTILIZAÇÃO DE ARGAMASSA PARA EMBOÇO COM ADIÇÃO DE RESÍDUO DE LODO NA SUBSTITUIÇÃO DO CIMENTO	312
UTILIZAÇÃO DE ARGAMASSA PARA REBOCO COM ADIÇÃO DE RESÍDUO DE LODO NA SUBSTITUIÇÃO DO AGREGADO MIÚDO	313
UTILIZAÇÃO DE ARGAMASSA PARA REBOCO COM ADIÇÃO DE RESÍDUO DE LODO NA SUBSTITUIÇÃO DO CIMENTO	314
UTILIZAÇÃO DO SISTEMA (PEX) NA CONSTRUÇÃO CIVIL VANTAGENS, DESVANTAGENS E VIABILIDADE	315

INFORMÁTICA

METaverso : INTERAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM MUNDOS VIRTUAIS	319
--	-----

PÓS-GRADUAÇÃO INFORMÁTICA

TESTE DE DESCONFIRMAR TRABALHO CONFIRMADO	323
---	-----

GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA

ANAIS

XXII



2022

CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

CONIC 22
ANOS

DE 27 A 29 DE OUTUBRO

**DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
DA EDUCAÇÃO**

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra

A ARQUITETURA E URBANISMO E SUA RELAÇÃO COM A SAÚDE MENTAL

Autor(es):

Maryanne Alicia da Silva: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Pedro de Vasconcelos Lisboa Neto: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Beatriz Leite de Menezes Holanda: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A arquitetura sempre foi ativa no auxílio do tratamento de pessoas com transtornos depressivos e psicologicamente abaladas, com o apoio do conforto induzido por intervenções arquitetônicas de ambientes internos e externos, seja pela escolha de cores e tipo de material, uso de técnicas de acolhimento no contexto individual e de interação social. A arquitetura deve atender esses aspectos de conforto tanto para o uso residencial como em ambientes de uso público ou privado como escolas, postos de saúde, shoppings e praças. Estudando e pensando corretamente o projeto, podem ser utilizados diversos mecanismos para que o ambiente se torne mais agradável, como o uso de elementos naturais que têm o potencial de afastar depressão (ENSINE FACULDADE, 2021) ou através da neuroarquitetura, se utilizando da biofilia, acústica, iluminação e ventilação natural, com boas propostas de conforto ambiental, uso de cores adequadas, entre outros (BRITO, TRINDADE, 2022).

(Metodologia) A metodologia se baseia em uma pesquisa bibliográfica para levantamentos de artigos científicos, em meios digitais, sobre as influências do ambiente na saúde mental, qualidade de vida e bem-estar dos utilizadores dos espaços. Foi-se pesquisado sobre neuroarquitetura, biofilia, arquitetura e saúde mental e arquitetura e qualidade de vida. Foram incluídos os artigos que traziam informações teóricas, com embasamento, projetos que pudessem servir de exemplo para a concepção de espaços mais saudáveis e confortáveis, ambientes que proporcionem melhor qualidade de vida e bem-estar.

(Resultados) A TH House de ODDO Architects em Hanói, no Vietnã, é um bom exemplo de arquitetura pensada para o bem estar de seus usuários. A casa foi construída em um lote extremamente estreito pelo qual o acesso é feito por uma viela de apenas 1.2 metros de largura. Sob essas condições, problemas que afetam profundamente o bem estar dos moradores, como a ventilação, insolação e a sensação de confinamento espacial podem surgir. Para isso, os arquitetos desenvolveram uma planta dividida em cinco andares e que criativamente eliminam possíveis sensações negativas à experiência humana. Na fachada principal, que em alguns andares possui a distância de apenas um metro em relação à construção da frente, foi instalado um gigantesco pano de vidro para garantir a iluminação natural. As escadarias e pequenos corredores que integram os cômodos e andares da casa são abertos e geralmente possuem comunicação entre si. Os quartos muitas vezes possuem paredes vazadas, varandas ou portas que podem ser abertas para integrar os ambientes. Por fim, os jardins presentes na casa trazem sensações calmantes do verde e da natureza para o ambiente que normalmente não teria como promover essa atmosfera. As plantas, junto às aberturas entre andares e cômodos garantem a ventilação e a troca constante do ar que corre pela casa, tornando todo o ambiente residencial mais saudável e confortável.

(Conclusão) De acordo com os estudos realizados e projeto analisados foi percebido que a conexão entre a arquitetura e bem estar depende de seus usuários e do entorno. Dessa forma, pode-se dizer que o espaço físico, devido a sua dependência, fornece estímulos que, por sua vez, determinam o comportamento humano. Sendo assim, conclui-se que espaços bem pensados, com soluções aplicadas, afetam tanto a saúde física quanto mental. Na TH House, por exemplo, os arquitetos adotaram ferramentas para solucionar problemas que afetam o conforto ambiental e o bem-estar do morador, que surgiram posteriormente.

Palavras-chave: Neuroarquitetura; arquitetura; qualidade de vida; saúde; bem-estar; conforto.

A IMPORTÂNCIA DA ENERGIA SOLAR NA ARQUITETURA ECONOMIA E SUSTENTABILIDADE: UM ESTUDO DE CASO DE UMA RESIDÊNCIA NA ZONA RURAL EM MARCELINO VIEIRA/RN

Autor(es):

Danielle Sthefany Silva Maniçoba: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Suerda Campos da Costa: Docente do UNI-RN

(Introdução) As energias renováveis têm como objetivo garantir o futuro das próximas gerações e reduzir o impacto ambiental. Diante disso é entendido que, as fontes limpas de energia são as que não interferem no ciclo do carbono, não lançam poluentes na atmosfera, não contribuindo para o aumento do efeito estufa (MAUAD; FERREIRA; TRINDADE, 2017). São elas: fotovoltaica (solar), eólica (ventos), maremotriz (movimento do mar), geotérmica (calor do interior da Terra quanto mais afastada da crosta e mais perto do magma, maior é a temperatura terrestre), biomassa (matéria orgânica), nuclear e hidráulica. No Brasil, a energia fotovoltaica residencial começou a ganhar notoriedade no ano de 2012, com a Resolução Normativa 482 da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), ela regulamentou o sistema de compensação de energia, que possibilitou a troca de eletricidade entre os consumidores e a concessionária. Nesse sentido, grande parte dos sistemas fotovoltaicos é instalado em construções que já existem, essa instalação é feita através de painéis que são instalados sobre trilhos colocados no telhado.

(Metodologia) A metodologia foi do tipo bibliográfica e análise do estudo de caso, tendo em vista que testa informações já existentes em uma situação específica.

(Resultados) Através da análise foi possível observar que antes da instalação da energia solar o cliente pagava R\$: 2.300 reais de conta de energia, referente ao consumo de 2.138 Quilowatts Hora (kWh), diante dessa demanda foi realizado o projeto de energia solar dimensionado conforme essa necessidade, foram instaladas 38 placas fotovoltaicas totalizando uma área de 87,4 m² com potência total de 22,42 kW. Após o primeiro mês de instalação o cliente já obteve 90% de redução no pagamento de seus contratos de energia, o cliente atualmente está pagando R\$: 230 reais referente as taxas de iluminação pública e taxa de disponibilidade.

(Conclusão) Diante do que foi explanado, conclui-se que o objetivo de realizar a análise de um estudo de caso da residência localizada da zona rural de Marcelino Vieira/RN foi cumprido com êxito, portanto, este trabalho foi de grande relevância para a compreensão da utilização da energia solar. Nessa perspectiva, é importante ressaltar que os projetos arquitetônicos precisam considerar as áreas de sombreamento e as áreas de acessos as placas fotovoltaicas. Sendo assim é importante contratar uma empresa responsável para a elaboração de projetos de energia solar, que faça um bom aproveitamento do projeto arquitetônico e projeto solar que irá resultar em um projeto mais econômico e com um bom retorno para o cliente.

Palavras-chave: Energia Solar. Arquitetura. Energias Renováveis.

A IMPORTÂNCIA DO ECODESIGN NA ARQUITETURA

Autor(es):

Danielle Sthefany Silva Maniçoba: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Suerda Campos da Costa: Docente do UNI-RN

(Introdução) Design for Environment (DfE), ou Ecodesign é considerado uma junção de algumas técnicas ecoambientais que buscam minimizar a geração de resíduos reduzindo a utilização de recursos não renováveis visando diminuir o impacto ambiental causada pela ação humana, o conceito do Ecodesign teve início na Europa e nos Estados Unidos na década de 90 (VENZKE, 2022). Esta técnica abrange alguns princípios importantes sendo eles: a economia, materiais preferencialmente reciclados, materiais que utilizem menos energia em sua fabricação e a qualidade e durabilidade. Na arquitetura o Ecodesign tem grande contribuição na fabricação de objetos funcionais e ecologicamente otimizados. Assim como é de grande relevância ressaltar a diferença entre Ecodesign e Design Sustentável, uma das principais diferenças entre os dois é que o Design Sustentável visa a construção de uma sociedade mais sustentável, um exemplo são as smartcities. Já o Ecodesign busca minimizar os impactos referentes à exploração descontrolada do meio ambiente através da produção e comercialização de objetos que visam a qualidade ambiental (CRÍZEL, 2019). É bem verdade que os dois conceitos são de grande importância, tanto no estilo de vida mais consciente e em busca do equilíbrio ecológico como na área da construção e no mercado da arquitetura.

(Metodologia) A metodologia empregada foi do tipo bibliográfica, visto que foi necessário investigar, analisar e comparar o objeto de estudo. Para isso, utilizou-se um questionário anônimo aplicado por meio da internet para coletar e analisar os dados sobre esta pesquisa. Foram recebidas 30 respostas, onde foram abordadas perguntas referentes ao gênero, idade, o que é Ecodesign e a diferença entre Ecodesign e Design sustentável.

(Resultados) Diante dos resultados obtidos foi possível notar que 56,7% são do gênero feminino e 43,3% do gênero masculino. A maioria dos entrevistados 53,3% possui mais de 45 anos de idade, seguido de 20% variando entre 31 e 35 anos de idade. A maioria das pessoas 80% não sabe o que é o Ecodesign e 20% sabem o que é o Ecodesign. E por fim, 83,3% não sabem a diferença entre o Ecodesign e Design sustentável e 16,7% sabem a diferença.

(Conclusão) Neste trabalho foi abordado a importância do Ecodesign na arquitetura. Conclui-se que, a maioria dos entrevistados não conhecem o Ecodesign e não sabem a diferença entre Ecodesign e Design sustentável. Foram cumpridos os objetivos propostos, os quais inicialmente foram evidenciar a importância do Ecodesign e os seus principais benefícios para a arquitetura. Por fim, este trabalho foi de grande relevância para a compreensão e análise desta temática, uma vez que permitiu conhecer melhor o conceito do Ecodesign e a sua importância para a arquitetura.

Palavras-chave: Ecodesign. Arquitetura. Objetos Funcionais.

A UTILIZAÇÃO DE CONTAINERS MARÍTIMOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL: SUSTENTABILIDADE E REDUÇÃO DE RESÍDUOS

Autor(es):

*Edilma Barreto das Neves : Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Kamilla Martins Felipe de Oliveira Paes: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*

Orientador(es):

*Suerda Campos da Costa: Docente do UNI-RN
André Felipe Moura Alves: Docente do UNI-RN*

(Introdução) A construção civil é um dos setores que mais causam impactos ambientais no nosso planeta. De acordo com o arquiteto Felipe Savassi "a construção civil é responsável pela geração de mais de 70% de todo o lixo produzido pelas cidades" (2017, SAVASSI, p.23), começando pela extração dos minérios, argila, brita e principalmente areia, passando pelos resíduos gerados durante a obra e finalizando com os resíduos das demolições. Reduzir esse problema é um grande desafio que se faz necessário para a melhoria dos níveis de consumo do setor. Com isso, pensar em construções sustentáveis na atualidade garantem que antes, durante e depois sejam feitas ações visando minimizar esse impacto.

(Metodologia) Os métodos utilizados no presente estudo foram as referências bibliográficas sobre o tema e entrevista com o arquiteto e professor André Alves, no intuito de coletar dados sobre as obras já executadas nesses moldes, no Estado do Rio Grande do Norte. O arquiteto atua diretamente no ramo deste tipo de sistema construtivo e foi o idealizador da Casa Alves, uma residência unifamiliar de 240 m² com estrutura mista, na cidade de Natal/RN, onde 60% da sua construção é de container marítimo e o restante de estrutura metálica e concreto armado. Foram reciclados dois containers de 40 pés e as estruturas metálicas foram pré-fabricadas, chegando na obra já prontas vigas, pilares, esquadrias e coberturas, evitando o desperdício de material e a geração de resíduos.

(Resultados) Uma amostragem informada pelo entrevistado apontou que, 57 obras executadas pela sua empresa, todas elas residências convencionais com metragem de 200m² a 400m², geraram entre 09 e 10 caçambas de entulhos (aproximadamente 50m³ de resíduo), por sua vez, a construção da Casa Alves, de método misto (container, estrutura metálica e concreto armado) gerou apenas 04 caçambas. O que representa uma redução de mais de 50% dos resíduos sólidos. Portanto, a pesquisa foi de grande importância para a análise da redução de resíduos sólidos provenientes da construção civil quando se trata de construção com reciclagem de containers marítimos.

(Conclusão) Após a análise dos dados coletados, pode-se concluir que a utilização de containers marítimos como substituto à construção convencional é uma opção para executar obras rápidas e limpas, com baixo custo, menor impacto ambiental e sustentabilidade.

Palavras-chave: Container, Sustentabilidade, Resíduos, Construção.

AMBIENTE DE TRABALHO E QUALIDADE DE VIDA: QUAL A CORRELAÇÃO?

Autor(es):

Valentina Maria Cure de Carvalho: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Mirela Costa e Silva: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Juliana Brito Campos Goes: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Melissa Bezerra da Silva: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Giovana Torres Andrade: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

Camila Furukava: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente resumo acadêmico foi realizado durante o quarto período letivo do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN e alicerçado pela disciplina de Qualidade de Vida, Saúde e Meio Ambiente. A pesquisa será desenvolvida com base na investigação de questões psicológicas e arquitetônicas voltadas ao espaço laboral e seus efeitos no bem estar social, relevante para conceituar e discriminar como o lugar, juntamente com sua disposição e organização, criam gatilhos mentais que refletem no foco, na produtividade e na satisfação no ofício ocupado.

(Metodologia) Trabalho acadêmico baseado em levantamento bibliográfico através dos bancos de pesquisa científicas Google acadêmico, retiradas por meio de cinco artigos. As palavras chaves foram: qualidade de vida, ambiente de trabalho, produtividade, influência do local, condições de trabalho, estresse ocupacional, saúde mental, área verde. Os critérios de inclusão foram: a influência da qualidade de vida no ambiente de trabalho e como isso causa impacto na produção e na saúde mental, o quanto são importantes para as pessoas se sentirem satisfeitas e saudáveis. Quanto aos critérios de exclusão, entende-se que os temas competitividade no mercado de trabalho, remuneração e atividades físicas não válidas para a pauta elencada nesta pesquisa.

(Resultados) Em análise aos conteúdos presentes na ementa, tem-se como resultado, após a análise em conjunto dos artigos estudados, que um ambiente de trabalho saudável é aquele em que há o equilíbrio das cargas de atividades e da vida social do indivíduo segundo os estudos ponderados, o qual, com o contato direto às áreas verdes, têm-se momentos de descanso e lazer, os quais influenciam na satisfação do trabalhador, na melhora da qualidade de vida e, conseqüentemente, na saúde da pessoa após a redução do estresse gerado por uma rotina acelerada. Com isso, ambientes de trabalho adequados e confortáveis, juntamente ao controle equilibrado da demanda de atividades, remuneração apropriada e relações sociais saudáveis são essenciais para uma melhor qualidade de vida, saúde e produtividade do proletariado. Além dos elementos citados, os quais promovem funções primordiais, é imprescindível a presença das áreas verdes, enquanto locais de lazer, têm capacidade de neutralizar por meio do relaxamento, os fatores urbanos estressantes, como ruído, calor e poluição do ar o que garante um conforto térmico e ambiental.

(Conclusão) Assim, com o estudo acerca do recorte, têm-se resultados obtidos através de pesquisas científicas que garantem que a arquitetura é decisiva no âmbito salutar, pois é capaz de promover ambientes que reforçam o espírito de conquista, motivação e produtividade, garantidas pela inclusão de áreas verdes, construção do layout do ambiente, uso específico de texturas e cores. Trazer o equilíbrio entre momentos de trabalho e lazer, sem sobrecarregar ou exagerar é de grande relevância para o entendimento dos estudos apresentados e que devem ser considerados em todo e qualquer desenvolvimento arquitetônico. A partir disso, tem-se que espaços laborais bem projetados são de grande importância para uma melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho para os indivíduos.

Palavras-chave: Ambiente. Bem-estar. Paisagismo. Arquitetura. Influência.

ANÁLISE DE CONFORTO AMBIENTAL EM SUBÁREA DE INTERVENÇÃO DO SÍTIO HISTÓRICO DE NATAL/RN – CIDADE ALTA

Autor(es):

Nailma Cavalcanti da Cunha: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Camila Furukava: Docente do UNI-RN

(Introdução) No estudo apresenta-se a subárea 09, fração do bairro Cidade Alta, foco de análise no 7º período de arquitetura e urbanismo do UNI-RN, semestre 2022.1, visando compreender os níveis de conforto ambiental que se insere. Se localiza onde nasceu o município de Natal, em 25 de dezembro de 1599, no estado do Rio Grande do Norte, sendo berço de parte do seu sítio histórico, por ter sido a primeira localidade habitada quando os portugueses conquistaram o espaço e demarcaram com o Marco Zero onde hoje localiza-se a Praça André de Albuquerque.

(Metodologia) Como metodologia foram realizadas visitas in loco, assim como a aplicação de questionários aos moradores e usuários da subárea, e acervos científico, tais como a tese de doutorado da arquiteta Débora Nogueira, referente aos níveis de ruídos ocasionados pelas vias na cidade de Natal/RN. Sendo assim, o primeiro capítulo se inicia apresentando as condições climática do município, introduzindo o contexto da cidade, e entrando posteriormente, no capítulo dois, referente as discussões entre fontes lineares e pontuais. No terceiro capítulo, se introduz os aspectos ambientais referentes a topografia, onde se analisa a planicidade encontrada no bairro de Cidade Alta e, por fim, descrevendo no último capítulo o comportamento da propagação do som devido pontos de convergência, pontos mais baixos da via, e divergência de sons, pontos mais altos davia, ocasionado pela topografia.

(Resultados) Dentro do contexto ambiental de conforto, a área de estudo dá destaque ao uso misto, apresentando poucas edificações que ocasionam uma intensa emissão de ruídos, assim como também a presença de uma praça central de 526,5 m² que auxilia na dispersão dessa propagação sonora, quando associadas a ação dos ventos. Além disso, se insere em clima tropical com temperatura variante entre 24° e 29°, com ventos dominantes a Sudoeste, tem-se que os estudos demonstram uma região de declínio na Cidade alta, resultada na planificação das áreas por edificações, possuindo poucas, sendo passíveis de ilhas de calor. Sua predominância viária gira entorno de ruas locais, onde os níveis de velocidade são em média de 30km/h, possuindo apenas duas ruas coletoras de trânsito mais intenso, sendo as vias asfaltadas em sua totalidade, aspecto positivo para o controle da emissão de ruídos. Dentro dessa realidade, devido a uma topografia com baixas variações de altura, temos a diminuição da influência na reflexão do som. Porém, nas ruas com predominância comercial, ocorre o fenômeno de canalização, devido fachadas planas e paralelas entre si, sem o recuo frontal de 1,5m determinado pelo Plano Diretor de Natal (Lei Complementar N° 082, de 21 de junho de 2007), resultando em um prolongamento dos ruídos gerados nas vias.

(Conclusão) Dessa forma, de acordo com o solicitado, tem-se que o objetivo foi cumprido com êxito, analisando a área de estudo de acordo com o contexto histórico, elementos estruturais e morfológicos da paisagem e o conforto ambiental, criando uma base teórica para possíveis intervenções e construções no bairro de Cidade Alta em Natal/RN, visando estabelecer um mínimo de impactos negativos. Além disso, identificou-se os elementos e características arquitetônicas, uso e ocupação do solo, aspectos psicossociais e os estudos dos aspectos ambientais, como a relação da topografia e da ventilação com a emissão e propagação de ruídos, identificando as fontes ruidosas e os impactos destes na massa construída.

Palavras-chave: Arquitetura; História; Cidade Alta; Conforto Ambiental; Propagação Sonora.

ANÁLISE URBANA PARA IMPLANTAÇÃO DE EMPREENDIMENTO HOTELEIRO NA PRAIA DE PIPA/RN

Autor(es):

Igor de Araujo Lima Freire: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Gabrielle Santiago Gomes de Macêdo: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Vinicius Eliel Cavalcante dos Santos: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Huda Andrade Silva de Lima: Docente do UNI-RN
André Felipe Moura Alves: Docente do UNI-RN

(Introdução) Localizada na cidade de Tibau do Sul, no estado do Rio Grande do Norte, a área de estudo do presente trabalho se caracteriza pela forte exploração turística e hoteleira, sendo um dos principais destinos turísticos do estado, porém o seu potencial de crescimento ainda é enorme. Atualmente Tibau do Sul tem predominância em seu setor hoteleiro e nas funções de serviço e comércio. Nesse sentido, busca-se um projeto diferenciado que incorpore aspectos ambientais e sociais no desenvolvimento de suas atividades através da responsabilidade socioambiental. Assim, fez-se necessário o estudo para compreensão da morfologia urbana, aspectos históricos e técnicos a uma pequena fração de Tibau do Sul, analisando suas características físicas e sua infraestrutura, levando a um entendimento mais claro das condições gerais da subárea. O estudo é, portanto, ponte para as próximas etapas, como a elaboração do projeto de intervenção urbana e arquitetônica na fração estudada do município de Tibau do Sul.

(Metodologia) Como técnicas de pesquisa foram utilizadas pesquisa de campo exploratória, fotointerpretação, técnica de geoprocessamento, levantamento bibliográfico, realização de entrevista e aplicação de questionário junto aos entrevistados. A etapa de campo teve como objetivo o estudo "in loco" dos elementos que compõem a paisagem, estabelecendo um diagnóstico coerente com a realidade local. Assim, tem-se uma metodologia adaptada, a partir do roteiro disponibilizado pelo professor André Alves.

(Resultados) Como resultado do estudo proposto, foi escolhido um terreno de 29.000m², na entrada da Praia da Pipa para a implantação de um Hotel Boutique, bem como uma proposta de melhoria para a urbanização do local.

(Conclusão) Diante de todo o exposto, conclui-se, a partir do presente estudo, que, apesar da considerável quantidade de hotéis na região e de sua forte exploração turística e hoteleira, a praia da Pipa, na cidade de Tibau do Sul, possui ainda grande potencial de crescimento, uma vez que esta quantidade não é suficiente para suprir a demanda local, fazendo-se necessário a implantação de novos empreendimentos que agreguem, principalmente, acomodações de excelência, com boa condição de localização e boa oferta de serviços e lazer, condições estas totalmente consideradas na presente proposta, com vistas a desenvolver ainda mais o turismo na região.

Palavras-chave: Estudo Urbanístico. Praia da Pipa. Implantação hoteleira. Hotelaria.

ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO DE UMA GALERIA MULTIUSO COM ENFOQUE PARA A UTILIZAÇÃO DOS MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DA ARQUITETURA MODULAR

Autor(es):

Izabella Magalhães : Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Miss Lene Pereira da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) A decisão do tema de estudo foi levada em consideração a partir da necessidade de desenvolver um projeto flexível e de rápida construção e obtenção do retorno do seu investimento. Entretanto, a aplicação e o avanço de tecnologias no ramo da arquitetura vem tornando-se algo cada vez mais frequente, viabilizando transformar e evoluir a maneira de se construir o mundo. A escolha da temática partiu inicialmente desse interesse em querer criar um projeto que possuísse uma execução mais rápida, fácil, que possuísse menos impactos ambientais e atendesse todos os contextos sociais, diante disso foi pensado na arquitetura modular, por meio de uma combinação de componentes estruturais modulares separados entre si. Concomitante a isso, a certeza de executar algo no universo da arquitetura comercial já estava definida, o apreço em projetar edificações desse nicho projetual é algo que foi despertado a partir do 6º período do curso de arquitetura e urbanismo do Centro de Universidade do Rio Grande do norte, no qual foi projetado um edifício de uso misto, a contar esse momento, o interesse por estudar mais essa área foi intensificado, no intuito de conhecer mais a respeito. A decisão final de executar o projeto de uma galeria comercial com métodos da arquitetura modular, foi o resultado da junção de se trabalhar com os dois princípios ditos acima. Além disso, a escolha desse tema, da possibilidade de projeção de espaços comerciais variados, com possíveis intervenções de diferentes âmbitos, podendo ser relacionadas a aspectos sociais, econômicos e de conforto ambiental.

(Metodologia) A metodologia utilizada no presente trabalho traduz-se em uma pesquisa básica, que proporciona o entendimento da problemática com o uso de métodos quantitativos, exploratórios e qualitativos, traduzindo opiniões e informações, e observando as mudanças necessárias para uma relação de melhor uso. À vista disso, a metodologia desta pesquisa foi dividida em 4 sub pontos, que são eles: métodos de abordagem, métodos de procedimentos, técnicas e etapas.

(Resultados) Anteprojeto arquitetônico de uma Galeria Multiuso com enfoque para a utilização dos métodos e estratégias da arquitetura modular

(Conclusão) A partir desse trabalho foi possível analisar os métodos e estratégias da arquitetura modular, pontuando suas vantagens e desvantagens, além disso foi possível apreender e compreender um pouco mais a respeito da arquitetura comercial, vale levar em consideração que o presente trabalho esta passando por avaliações e ainda esta em fase de conclusão.

Palavras-chave: Arquitetura; Modular; Modularidade; Galeria.

**ANTEPROJETO DE GALERIA COMERCIAL PARA CLÍNICA ODONTOLÓGICA EVILSON DANTAS EM BARROVERMELHO,
NATAL-RN**

Autor(es):

Vivian Crispim Dantas: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

André Felipe Moura Alves: Docente do UNI-RN

Sandra Albino Ribeiro: Docente do UNI-RN

Camila Furukava: Docente do UNI-RN

(Introdução) O tema a ser abordado neste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Arquitetura e Urbanismo, será pautada na arquitetura comercial voltada para área de saúde. O universo de estudo é localizado em Natal RN, no bairro de Barro Vermelho e O terreno se encontra, mais precisamente, na Rua Sargento Ovídio, de numero 214, zona leste. Tem como problemática uma crescente demanda de centros comerciais em Natal e o desafio de implantar uma galeria voltada para uma vertente específica. E a justificativa é de: Interesse pessoal no tema Compreensão e estudos sobre o tema da arquitetura comercial.

(Metodologia) Afim de desenvolver um anteprojeto para um centro comercial será abordada a metodologia qualitativa para obter um aprofundamento teórico a respeito do tema. Para isso será dividida em 3 etapas que aprofundam a escolha metodológica: Coleta de dados, partido arquitetônico e anteprojeto.

(Resultados) O projeto tem em vista um centro comercial cujas características “conversem” com uma clinica odontológica, construindo um ambiente atrativo e moderno, atendendo à integralização do prédio novo com a clínica existente. Conta também com uma área de estacionamento integrada à clinica e ao prédio comercial, que possuam um acesso mútuo. Aestética do prédio deve seguir a estética da clínica existente, assim seguindo uma aparência mais “limpa” e ligada a área de saúde, utilizando cores e materiais mais claros e leves e bastante área verde. Assim, foi criado um prédio prevalecendo uma estética mais quadrada e com bastante vidro, deixando-a mais leve, temos uma área em balanço para dar uma identidade a essa estética e com intuito de criar uma área ao ar livre para um café ou algo similar.

(Conclusão) É necessário um projeto em conjunto com a clinica existente para ver as necessidades que temos para colocar nessa ampliação e assim atender oque as duas edificações precisam. Concluimos que esse empreendimento seria de suma importância tanto para clinica como para as pessoas que ali residem, visto que temos poucos empreendimentos desse estiole nesse bairro.

Palavras-chave: Galeria comercial.

CAMINHOS NATALENSES: UMA ANÁLISE DO IMPACTO CÊNICO-PAISAGÍSTICO NA RESSIGNIFICAÇÃO E RESGATEDA MEMÓRIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO DOS BAIRROS DE CIDADE ALTA E RIBEIRA, NA CIDADE DO NATAL, NO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

*Roberta Andrade de Oliveira Teixeira : Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Maria Lethícia de Vasconcelos Brambila: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*

Orientador(es):

Huda Andrade Silva de Lima: Docente do UNI-RN

(Introdução) É sabido que a desvalorização e o sucateamento das formações espaciais urbanas e arquitetônicas de uma cidade, ocasionam na perda da memória cultural e identitária de toda uma sociedade. Tendo em vista o descaso com que o patrimônio da cidade do Natal vem sofrendo ao decorrer dos anos, este trabalho utilizará ferramentas que proporcionem a preservação e a requalificação cênico-paisagística das memórias do povo natalense, utilizando propostas projetuais para os bairros de Cidade Alta e Ribeira.

(Metodologia) A partir de estudos realizados no primeiro semestre de 2022, durante o 7º período do curso de Arquitetura e Urbanismo, foi realizada uma primeira pesquisa de campo durante uma visita técnica aos bairros da Cidade Alta e Ribeira sobre orientação dos professores, a fim de observar e documentar os aspectos históricos relacionados às formações antropológicas e construtivas da localidade, durante o seu desenvolvimento como cidade. Posteriormente, realizou-se uma visita pontual aos locais de intervenção projetual para a constatação das dimensões físicas da fachada da casa de número 601, localizada na Rua Vigário Bartolomeu, utilizando-se da trena métrica para realização das medições. Quanto ao projeto urbano, pela dificuldade de acesso ao local, foram utilizados métodos digitais para aferição do dimensionamento da localidade, os métodos utilizados foram: Google Earth e Google maps. Além disso a pesquisa usufruiu de fontes documentais fotográficas para comparação e observação das mudanças ocorridas durante o decorrer do tempo, nos locais de projeto. Por último, as seguintes fontes bibliográficas foram consultadas para o desenvolvimento textual do trabalho e entendimento geral da pesquisa: "Natal que eu vi", de Lauro Pinto (1971), "A imagem da cidade" de Kevin Andrew Lynch (1960), com principal direcionamento no capítulo "A imagem da cidade e os seus elementos".

(Resultados) Nessa situação, as pesquisas realizadas acerca dos efeitos gerados na memória, na qualidade de vida da população e no desenvolvimento da cidade, levando em consideração a preservação e a requalificação dos espaços urbanos, se faz notória, a partir do momento em que se observa os impactos cênico-paisagísticos ocasionados pela inserção das propostas dos projetos urbanos e arquitetônicos de restauro e preservação patrimonial nos pontos de interesse históricos que permeiam a formação e o crescimento da cidade do Natal.

(Conclusão) Para além disso, este tipo de ação projetual impacta significativamente, não só na movimentação turística ocasionada, mas também no impacto psicossocial da relação dos moradores nativos ou não nativos da cidade, com a sua própria raiz histórica, cultural, paisagística e territorial.

Palavras-chave: Patrimônio; histórico; requalificação; cênico-paisagístico; memória.

ESTUDO SOBRE PARÂMETROS PARA PLANEJAMENTO E CONCEPÇÃO PROJETUAL DE Pousada EM TIBAU DO SUL-RN

Autor(es):

Geseane Cristina de Macêdo Silva Leopoldino: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Huda Andrade Silva de Lima: Docente do UNI-RN

(Introdução) O setor de turismo é constituído por diversas atividades, dentre elas os serviços de hospedagem através da produção de empreendimentos pela indústria hoteleira, como pousadas e hotéis. No caso do Rio Grande do Norte, a hotelaria desponta como vetor fundamental de expansão e consolidação do setor. Gera receitas, inclusive cambiais, como para o município de Tibau do Sul, que oferece aos turistas brasileiros e estrangeiros “sobretudo, argentinos e europeus” uma variedade de meios de hospedagens, desde os econômicos aos luxuosos. O potencial turístico da localidade deve-se primordialmente à diversidade das paisagens naturais, compostas por orla marítima, falésias, lagoas, dunas móveis. Entretanto, tais condições ambientais restringem substancialmente as construções em localidades vulneráveis, como em Áreas de Preservação Permanente (APP) - e em Área de Proteção Ambiental (APA). Os avanços do mercado turístico envolvem dimensões que influenciam e interferem em aspectos físico-territoriais, ambientais, econômicos, financeiros, sociais no município. Então, como planejar e projetar empreendimentos de hotelaria em áreas de vulnerabilidade ambiental e com intensidade dinâmica do imobiliário-turístico?

(Metodologia) A experiência partiu da seleção de determinado terreno situado nas margens da Lagoa Guaraíras, na sede do município e inserido na APA Bonfim-Guaraíras, que se destaca pelo valor cênico-paisagístico, de preservação ambiental e se configura a maior Unidade Estadual de Conservação. Posteriormente, elaborou-se um modelo de abordagem sobre a metodologia a ser utilizada para a programação arquitetônica com as questões que devem ser respondidas para direcionar as problemáticas de projeto e suas respectivas soluções. O estudo complementa-se com o levantamento do contexto histórico e social da área, da leitura das transformações do tecido urbano – em raio de 500m do entorno do terreno, a partir de visita in loco – e suas inter-relações com análises específicas, como o sistema viário local, o gabarito das edificações, o uso e a ocupação do solo, a disponibilidade de infraestrutura e de equipamentos urbanos e levantamentos sobre os aspectos socioeconômicos dos moradores e usuários da localidade, através da aplicação de questionários. Além disso, recomenda-se ao profissional nortear o processo de projetar com base em condicionantes legais e, devido às fragilidades ambientais em que se encontra inserido o terreno, analisar normativas em âmbito municipal – como Plano Diretor, Código de Obras e de Edificações, Código do Meio Ambiente – e em demais instâncias, como Plano de Manejo APA Bonfim-Guaraíra, Código Florestal, dentre outras normativas. Segue com uma análise morfológica da área de estudo, complementada pela elaboração de bases cartográficas e de registros fotográficos, levantamento de condicionantes urbanísticos, tais como localização, diversidade de usos do solo; como também as legislações ambientais que restringem a diversidade de ocupações para a localidade, dada a presença de Mata Atlântica nativa, grandes corpos d’água como a Lagoa Guaraíras e tabuleiros de encosta.

(Resultados) Com todas as informações obtidas, resulta-se na elaboração de parâmetros para a concepção projetual de uma pousada.

(Conclusão) Por fim, torna-se imprescindível a análise das condicionantes climáticas, da vegetação existente no lote e sua topografia.

Palavras-chave: Arquitetura; Hotelaria; Diretrizes.

ESTUDO URBANÍSTICO: DESENVOLVIMENTO DE HOTEL SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO DE TIBAU DO SUL/RN

Autor(es):

Guilherme Medeiros Nogueira: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Thacyany Thaynara Fagundes de Lima Silva: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Paolla Carolina de Araujo Pessoa: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Lorena Borges Pires: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Huda Andrade Silva de Lima: Docente do UNI-RN

(Introdução) De acordo com o ranking do TripAdvisor, a praia de Pipa, distrito de Tibau do Sul, localizada no Rio Grande do Norte é um dos destinos mais procurados para viagem, sendo considerada uma das 10 melhores do mundo para conhecer, e por isso, é notório o crescimento da cidade e o turismo desordenado na região, o qual é considerado a atividade de maior empregabilidade e caracterizado como conjunto de serviços que exploram a riqueza de atrações naturais consumidas pelos viajantes.

(Metodologia) Dessa forma, com o intuito de obter mais informações sobre esta área, foi realizada uma visita de campo no município de Tibau do Sul, onde foi aplicado o método fotográfico, estudado em aula, a partir da discussão do livro "A vida na cidade: como estudar", dos autores Jan Gehl e Birgitte Svarre (2018). Como também, foi possível aplicar um questionário com os turistas e moradores para entender as fragilidades e potencialidades, e assim, analisar soluções práticas para gerar bem-estar para os usuários da região. Os dados trabalhados permitem observar a inserção cada vez mais substantiva, de pessoas e de regiões nas atividades turísticas. É importante ressaltar que o terreno de intervenção está encontrado em um dos cartões postais por estar nas proximidades do chapadão da Praia de Pipa. Por isto, é essencial o estudo das diretrizes ambientais, visto que está localizado em uma área frágil, a qual apresenta diferentes leis de preservação. Além disso, também observou-se a legislação municipal, abordando as condicionantes legais, extraídas do Plano Diretor do município, com ênfase na análise do macrozoneamento urbano para que estratégias sejam criadas e possam contribuir para a ocupação do solo, áreas de consolidação da urbanização e vetores de crescimento mais indicados, a partir da capacidade de suporte da infraestrutura existente e das condições do ambiente natural.

(Resultados) Por conseguinte, foi possível identificar na área de intervenção do projeto a presença de falésias e, por isso, foi necessário respeitar a linha de preamar, deixar a vegetação existente (Mata Atlântica) na hora de zonear o projeto. Isso também trouxe implicações na hora da escolha do método construtivo, em destaque à infraestrutura, visto as limitações que o solo de falésia carrega.

(Conclusão) Diante disso, foi constatado a importância de identificar as problemáticas que existem na área de estudo, apresentando soluções favoráveis ao meio ambiente, aos turistas locais e outros. Por fim, é compreendido que o estudo foi de extrema importância para a compreensão da área, possíveis impactos que exercem sobre o espaço urbano e natural, portanto, servirá como norteador para as intervenções do atual semestre, no qual será importante para a nossa formação acadêmica, visto que há uma enorme complexidade em planejar construções em locais de prevenção ambiental no município de Tibau.

Palavras-chave: Macrozoneamento; Pipa; Urbano; Turismo.

MEMORIAL PAISAGÍSTICO PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL: RESIDÊNCIA PITANGUEIRAS

Autor(es):

*Igor de Araujo Lima Freire: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Geseane Cristina de Macêdo Silva Leopoldino: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN*

Orientador(es):

Miss Lene Pereira da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente Memorial descritivo visa justificar e descrever a proposta de implantação do projeto paisagístico da Residência Pitangueiras, localizada no Loteamento dos Pomares, no bairro de Ponta Negra, em Natal/RN, bem como trazer instruções e solução para a manutenção e conservação futuras do projeto implantado.

(Metodologia) Primeiramente será feita uma breve descrição do empreendimento Residência Pitangueiras. Em seguida, descreve-se a intenção e princípios norteadores do projeto bem como a proposta para a futura intervenção paisagística para o pavimento térreo da edificação, incluindo calçadas, jardim de entrada e garagens, jardins internos, pomares, hortas, e área de lazer, apresentando perspectivas do resultado do projeto de todos os ambientes. Depois encontram-se as tabelas listando todas as espécies vegetais a ser implantadas no terreno, com fotos, especificações e quantidades. No item seguinte são apresentadas informações importantes acerca dos cuidados no preparo do terreno, plantio, bem como para conservação e manutenção das espécies.

(Resultados) Acredita-se que o resultado esperado fora atingido com o projeto, dependendo somente da estrita implantação deste no terreno para o seu completo sucesso. Assim, frisa-se que é de suma importância a observância e entendimento deste projeto para o sucesso final da implantação paisagística, a partir da compreensão do que propõe o projeto de intervenção.

(Conclusão) O presente Memorial descritivo se propôs a apresentar uma proposta de jardim inglês tropical para um prédio multifamiliar de interesse social, em lote plano, medindo 20,00 x 20,00m, no Loteamento dos Pomares, localizado no bairro de Ponta Negra na cidade de Natal/RN. O primeiro desafio se apresentou na necessidade de se integrar vegetações que produzissem algum tipo de alimento para o consumo próprio das famílias moradoras do lote, assim, foram pensadas árvores frutíferas, como a jabuticabeira, a laranjeira e o limoeiro, além de do coqueiro e da pitangueira, vegetação arbustiva que dá, inclusive, nome ao projeto. Ainda foram pensados locais destinados a produção de hortaliças, que também facilitarão a produção e auxiliarão na alimentação das famílias moradoras. Uma outra necessidade foi a de sombrear alguns cômodos das residências, uma vez que, como as casas são espelhadas no terreno, inevitavelmente, alguns cômodos de longa permanência acabaram ficando do lado do sol poente, também prejudicado pela ventilação. Pensando nisso, foram criadas estruturas para receber trepadeiras Unha-de-Gato, para forrar as paredes e diminuir a temperatura interna dos cômodos durante o dia. Ainda, com a distância de mais de 7,00m entre a rua e a entrada da edificação, era necessário pensar numa forma que acolhesse e recebesse tanto o morador, quanto o visitante, protegendo-os do sol, na sua chegada à residência, tendo sido criado um caramanchão a ser coberto e ornado com trepadeiras bouganvilleas, bem como de uma área de lazer, aos fundos do lote, que permitisse aos moradores desfrutar da área externa abrigados do forte sol da nossa região

Palavras-chave: Projeto Paisagístico. Paisagem. Habitação de Interesse Social.

PROJETO COLMEIA: INTERVENÇÃO PAISAGÍSTICA E ECOLÓGICA NO BAIRRO DE PETRÓPOLIS

Autor(es):

Igor de Araujo Lima Freire: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Geseane Cristina de Macêdo Silva Leopoldino: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Gabrielle Santiago Gomes de Macêdo: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Vinicius Eliel Cavalcante dos Santos: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Miss Lene Pereira da Silva: Docente do UNI-RN
Huda Andrade Silva de Lima: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Projeto Colmeia, composto por quatro diferentes propostas de intervenção paisagísticas e ecológicas, foi desenvolvido, junto à disciplina de Planejamento e Projeto da Paisagem e de Planejamento de Projeto Urbano e Arquitetônico do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNIRN), ministrados pelas Professoras Miss Lene Pereira da Silva e Huda Andrade Silva de Lima. Foram feitas as primeiras proposições e esboços com base no diagnóstico sobre a localidade. A Inspiração hexagonal veio do favo de mel que, fazendo parte da estrutura da colmeia, dá abrigo e aconchego às abelhas. Da mesma forma, a praça e os Parklets do Projeto Colmeia almejam dar abrigo e aconchego as inúmeras formas de expressão, reunião e convivência para os que frequentam o Bairro de Petrópolis.

(Metodologia) Após definida nossa subárea a ser estudada, foi realizada análise para definição e apresentação do contexto histórico do bairro de Petrópolis, onde está localizada a área de estudo, passando pelo aprofundamento de sua formação. Em seguida foi realizado uma análise morfológica da área, complementada pela utilização de mapas, fotos e figuras, observando as informações urbanísticas, tais como localização, diversidade de usos do solo, composição de edificações (estudo de gabarito) de suas relações público x privado e da densidade construtiva do local. Além das condições, como a topografia, o estudo quantitativo e qualitativo das áreas verdes, da arborização e o reconhecimento do recobrimento do solo presente no local.

(Resultados) Incentivo ao uso do espaço público na localidade e valorização a escala pedonal, promovendo interação entre as camadas sociais que residem e/ou transitam na região, a praça e os parklets propõe atividades ao ar livre e convivência, arborização e mobiliário urbano como bancos, lixeiras, floreiras e postes de iluminação. E ainda contamos com a arte urbana com a pintura do pavimento e fechamento da via no período noturno, garantindo mais espaço livre e segurança, atraindo a comunidade.

(Conclusão) Conclui-se que a partir da criação da praça oásis, parklet atheneu, parklet connect e o parklet activity a subárea passaria a ter, em suas ruas, melhores espaços de convivência, de descanso, de atividades e também de contemplação. Dessa forma, os projetos trariam uma melhoria na qualidade do caminhar, da socialização e também na estética das ruas.

Palavras-chave: Parklet, Praça, Intervenção Urbanística.

PROJETO PAISAGÍSTICO: GIARDINO DELL'ELEGANZA

Autor(es):

Danielle Sthefany Silva Maniçoba: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Suerda Campos da Costa: Docente do UNI-RN

Miss Lene Pereira da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho é referente ao projeto paisagístico Giardino dell'Eleganza desenvolvido na disciplina de Planejamento e Projeto paisagístico do curso de Arquitetura e Urbanismo. No terreno com área total de 28300 m², destinou-se 30m² para execução do projeto paisagístico, sendo 6 metros de comprimento por 5 metros de largura. Ele está localizado entre a Avenida Ayrton Senna e a Rua Desportista Jeremias Pinheiro da Câmara Filho, no bairro de Ponta Negra, Natal/RN. Para realização do projeto teve-se como principais fontes de inspiração os jardins italianos, os quais se caracterizam pela presença de fontes de água e estátuas de diversas formas em um contexto funcional e clássico. Sendo incorporado aos mesmos o calor dos países do mediterrâneo, quebrando a formalidade excessiva, tornando um espaço de contemplação e relaxamento com um ar romântico.

(Metodologia) A metodologia empregada foi do tipo método descritivo-exploratório indireta através do Google Earth, visto que foi necessário investigar, analisar e comparar o objeto de estudo. A metodologia do projeto foi pensada em entender a problemática com o estudo urbano do entorno, organização e a divisão de tarefas, programação tendo em vista o trabalho em equipe e compromisso com os prazos. Como método de projeto, foi utilizado o círculo de cores análogas, contendo as seguintes cores: amarelo esverdeado, verde e azul esverdeado (cores frias) para as vegetações arbustivas, arbóreas e gramado. Para compor o jardim, de acordo com a psicologia das cores, com relação as sensações transmitidas pelas cores em determinados ambientes, a cor verde é predominante, visto que, inspira proteção, paz, harmonia e transmite equilíbrio. Dessa forma, pensando na acessibilidade do jardim, foi utilizado o piso intertravado para a circulação.

(Resultados) Diante disso, foram incorporadas formas topiadas de buxinho, viburno e cipreste italiano, as cercas vivas do jardim conduzem os caminhos para o ponto focal de contemplação que combina perfeitamente com a estátua que se encontra dentro da fonte de água que é uns dos elementos principais do jardim. Transmitindo a sensação de tranquilidade e equilíbrio, fazendo com que a forma converse com o entorno.

(Conclusão) Em conformidade com que foi apresentado, conclui-se que o objetivo de realizar um projeto paisagístico foi cumprido com êxito. Portanto, o trabalho foi de suma importância para a compreensão e a análise dessa temática da arquitetura paisagística, uma vez que permitiu compreender e analisar melhor a realidade local e trazer um projeto paisagístico de acordo com a necessidade dos moradores existentes e dos futuros moradores.

Palavras-chave: Paisagismo. Jardim Italiano. Arquitetura Paisagista.

**SONHOS, AFETOS E ANCESTRALIDADE: O PARQUE MANOEL MARINHEIRO COMO INSTRUMENTO DE
REQUALIFICAÇÃO URBANA NO BAIRRO FELIPE CAMARÃO, NATAL, RN**

Autor(es):

Yara Maria Fernandes Leite : Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Huda Andrade Silva de Lima: Docente do UNI-RN

(Introdução) Os primeiros registros de ocupação do bairro Felipe Camarão, teve sua história associada ao Rio Potengi em 1920. Em seguida, os movimentos de ocupação do bairro foram predominantemente populares, com registros expressivos entre o ano de 1940 até o final da década de 1950. Já no início da década de 1960, o parcelamento do solo referente ao bairro avançou por intermédio da empresa Gerna Agro-Industrial S/A. Devido às mudanças no crescimento da cidade do Natal e a forte influência do mercado imobiliário-turístico, as populações de maior poder aquisitivo focaram na busca por terrenos próximos ao mar. Aliado a isso, a falta de infraestrutura da região e a distância do centro urbano contribuíram para tal processo. Desse modo, ao longo do processo de urbanização do bairro e com a desvalorização da região, a área começou a apresentar grandes conflitos sociais, a exemplo disso a crescente marginalização e a segregação socioespacial, desencadeando até os dias atuais um ciclo de pobreza, violência e aumento exponencial da criminalidade.

(Metodologia) Diante do universo de estudo, procedeu-se pesquisas por fundamentações teóricas direcionadas a terminologias no que diz respeito a classificação e definição de parques e praças, além de conceitos relacionados ao planejamento urbano, a vitalidade urbana e pela garantia do direito a cidade como, por exemplo, em pressupostos teóricos de Francine Gramacho Sakata e Silvio Soares Macedo (2002), Jane Jacobs (2007) e Jan Gehl (2013). Assim, o trabalho tem como metodologia de pesquisa exploratória sendo método dedutivo com procedimentos técnicos através de pesquisas bibliográficas, levantamento, estudos de caso, entrevistas e visita de campo.

(Resultados) Os resultados deram-se a partir do entendimento da problemática, identificando a vulnerabilidade sócio ambiental do Bairro Felipe Camarão e suas desigualdades socioespaciais. Além disso, a realidade local apresenta inúmeras áreas de segregação socioespacial com desvantagens sociais, onde a população, socialmente vulnerável, se mantém nessas áreas ambientalmente degradadas. Assim, com base nos aspectos observados, juntamente com a grande importância da identidade cultural do bairro realizou-se a elaboração do projeto urbanístico – em nível de estudo preliminar - do parque urbano Manoel Marinheiro. O conceito e partido urbanístico do projeto traz as características e os aspectos culturais da comunidade como, por exemplo, o Auto do Boi de Reis do mestre Manoel Marinheiro sendo proposto espaços atrativos e equipamentos que atendam às necessidades da população.

(Conclusão) O Parque Manoel Marinheiro é um espaço relevante e importante para a população, sendo um fator de potencialidade para a busca de áreas urbanas com vitalidade, e sustentável.

Palavras-chave: Parques. Vitalidade urbana. Cultura. Crescimento urbano. Assimetrias sociais.

GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ANAIS

XXII



2022

CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

CONIC 22
ANOS

DE 27 A 29 DE OUTUBRO

**DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
DA EDUCAÇÃO**

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra

A EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE NO BRASIL E O DESENVOLVIMENTO DO PROFISSIONAL CONTÁBIL

Autor(es):

Joselito Melo Souza: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Ana Luiza Damasceno de Souza: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Hellen Thawana da Silva Ferreira: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Evelin Santana Do Val: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Lorena Garcia Divino Nunes: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Cristiane Clébia Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Ensino contábil no Brasil data do início do século XIX. Em 1754 é originada a formação profissional do contador no Brasil. A partir da presente data foi surgindo a necessidade de ter um controle dos bens pela adoção do sistema de partidas dobradas e pode-se ver as manifestações da legislação com o surgimento do Código Comercial que instituiu a obrigatoriedade da escrituração contábil e a elaboração anual da demonstração do Balanço Geral. No final do século XIX, surgiram escolas, instituições de grande importância, além de Decretos e aprovação da Lei 6.404, denominada Lei das Sociedades por Ações, o que deu início a uma nova fase na história da contabilidade nacional. Foi de grande importância os degraus pelos quais a contabilidade avançou no Brasil chegando ao século XXI passando por uma verdadeira revolução visando adequar-se ao mundo globalizado. Os avanços tecnológicos e econômicos decorrentes da globalização trouxeram uma era em que as pessoas estão cada vez mais conectadas. A partir disso, os processos da globalização tornam-se mais evidentes diante do progressivo crescimento da economia mundial, onde uma nova era está surgindo, a era digital. Com isso, através do levantamento e análise das pesquisas científicas em questão, é relevante a análise do futuro da contabilidade no Brasil, buscando compreender como os avanços econômicos e tecnológicos podem e estão refletindo na área das ciências contábeis na atualidade.

(Metodologia) O trabalho é baseado no levantamento bibliográfico com busca em bases de dados científico, onde foram selecionados o total de cinco artigos, dentro do Google Acadêmico. Os presentes artigos descrevem “A Evolução da Contabilidade no Brasil”. O critério seletivo teve como base as principais palavras chaves “contabilidade”, “evolução” e “profissional contábil”, textos que não se relacionavam com o tema desejado foram excluídos da fonte de pesquisa, já texto que obtinham critérios e comprovações reais e se conectaram ao assunto desejado foram incluídos no presente trabalho.

(Resultados) Através do levantamento e análise das pesquisas científicas, concluiu-se a necessidade do profissional da contabilidade de se adequar e alinhar os seus conhecimentos de acordo com os avanços tecnológicos, pois as máquinas executam parte dos serviços, mas é preciso de um profissional qualificado para que juntos exerçam com excelência as demandas.

(Conclusão) O objetivo do trabalho foi mostrar a evolução da contabilidade no Brasil e o desenvolvimento do profissional da contabilidade. Com a globalização surgiram os avanços da tecnologia na área e se constatou com o passar do tempo que os futuros contadores ficaram mais suscetíveis à informatização e menos habilidosos com as ferramentas da área contábil. É perceptível que o avanço da tecnologia influenciou negativamente no desempenho do profissional da contabilidade, pois, os conhecimentos aprofundados durante sua formação para se tornar um excelente contador agregando valor no seu desenvolvimento ficou a desejar com esse avanço na área deixando esse profissional menos apto a elaborar as demonstrações contábeis. Os desafios do profissional da área contábil são muitos e somente por meio de um estudo mais profundo na área do conhecimento, procurando se tornar mais rico em suas habilidades analíticas em paralelo as tecnologias existentes a fim de alcançar patamares cada vez mais de destaque nessa brilhante área do conhecimento.

Palavras-chave: Contabilidade. Evolução. Profissional Contábil.

GRADUAÇÃO EM DIREITO

ANAIS

XXII



2022

CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

CONIC **22**
ANOS

DE 27 A 29 DE OUTUBRO

**DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
DA EDUCAÇÃO**

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra

**A MINERAÇÃO DE CRIPTOMOEDAS DE FORMA IMODERADA E SEUS IMPACTOS AMBIENTAIS: UMA ANÁLISE À
LUZ DA LEI Nº 9.605/98**

Autor(es):

João Victor Machado Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN

(Introdução) As criptomoedas, baseadas na tecnologia de blockchain, abriram um inovador caminho para explorar uma economia descentralizada de instituições reguladoras. Mineração é o nome que se dá ao processo de aferição e validação das transações dessas criptomoedas, por meio de uma rede de intenso processamento de cálculos matemáticos. Nesse diapasão, pode-se chegar a conclusão de que quanto mais rápido e mais eficiente for o trabalho do minerador, mais retorno financeiro ele recebe. Com esse retorno, ele compra mais máquinas, ganha mais dinheiro e assim o ciclo se perdura eternamente. Por demandar cada vez mais força computacional, o sistema precisa de quantidades enormes de energia, que vêm, em grande maioria, de combustíveis fósseis, portanto, o aumento da mineração de moedas virtuais acaba indo contra toda a discussão global sobre emissões de gases e uso renovável de energia.

(Metodologia) Objetiva-se demonstrar pelo método analítico e pela técnica de revisão bibliográfica que a necessidade em obter maior retorno financeiro através da mineração de criptomoedas, gera demanda de combustíveis fósseis, afetando o meio ambiente, exemplo: excesso de gás carbônico produzido, aumento dos lixos eletrônicos e apagões de energias generalizados, bem como a indiferença da legislação para prevenir tais acontecimentos. Já aos métodos de procedimento, será utilizado o descritivo, com a finalidade de apresentar uma análise crítica acerca da eficácia legal que o Brasil possui no que tange à prevenção do meio ambiente para com o uso e a mineração de moedas virtuais, atrelado às consequências negativas que essas práticas podem ocasionar.

(Resultados) Constata-se que a enorme demanda energética necessária para a mineração de criptomoedas, atrelada ao bom retorno financeiro desse mercado (mesmo sendo volátil), acarreta a atração frequente de pessoas para trabalharem com isso. Nesse sentido, com um número cada vez maior de força computacional e necessidade por energética a os impactos ambientais tornam-se inevitáveis. Nesse diapasão, pela ineficácia da atual Lei do Meio Ambiente, o Brasil se mostra como um bom local para atrair mineradores de todo o mundo, que realizam essa prática de mineração de forma irregular, ocasionando em larga escala consequências negativas ao meio ambiente, como por exemplo: aumento do lixo eletrônico, escassez de chips, aquecimento global, etc. Assim, a elaboração de novas normas regulamentadoras dessa prática trona-se um caminho imprescindível para evitar e proteger o meio-ambiente brasileiro.

(Conclusão) Durante o decorrer do texto, pretendeu-se responder: quais os impactos ambientais trazidos pela mineração de criptomoedas? Demonstrou-se que a grande quantidade de energia demandada para a mineração de criptomoedas afeta de forma direta a quantidade de gás carbônico emitido na atmosfera terrestre, quanto maior sua demanda maior o aumento dos impactos ambientais ao redor do mundo. Além disso, outro questionamento abordado, seria a eficácia da Lei nº 9.605/98 diante dos respectivos impactos explicitados no trabalho, e diante da demonstração teórico-prática acerca do tema, mostra-se que a referida lei não possui qualquer tipo de aplicabilidade no que tange à prática de mineração de criptomoedas. Devendo a legislação pátria, portanto, adotar novas medidas referentes à criação de normas específicas sobre a problemática.

Palavras-chave: Mineração; criptomoeda; impactos ambientais, eficácia legislativa.

A UTILIZAÇÃO E BENEFÍCIOS DA ARBITRAGEM NOS CONTRATOS EMPRESARIAIS

Autor(es):

Heloisa Targino Bezerra Alves: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Mariana Ferreira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Clarice Mariz: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN

(Introdução) Uma pesquisa feita pelo CNJ no ano de 2020 estima que o tempo médio para o trânsito em julgado de um processo e a ocorrência de sua execução é de aproximadamente três anos e seis meses. Inúmeros são os desafios que impactam em tal morosidade, se destacando dentre esses a exorbitante demanda que superlota o Poder Judiciário, as diversas possibilidades recursais acessíveis a parte para evitar sucumbência e até mesmo postergar o trânsito em julgado, assim como, após o trânsito em julgado, o desafio de encontrar recursos para satisfação do título executivo judicial constituído. Diante disso, a crise e falta de funcionalidade do Judiciário implica na necessidade de uma via alternativa para resolução dos conflitos no âmbito das relações empresariais, posto "tempo é dinheiro" e a espera de anos para obtenção da resolução de um litígio pode implicar em significativas perdas. Nesse cenário, a arbitragem ganha notoriedade não somente em razão da celeridade, mas também por possibilitar que as demandas sejam apreciadas por julgadores que dominam assuntos pertinentes ao caso, bem como, um julgamento sem solenidades e ritos, como é próprio da via judicial, culminando em uma redução de gastos. Além disso, a arbitragem possibilita às partes escolherem a lei que desejam que impere na resolução da lide, de modo que a demanda pode ser julgada por equidade, ou ainda com base em outro critério que as partes convençionem. Por fim, outro aspecto positivo da arbitragem no direito de empresas é o sigilo inerente ao procedimento, que possibilita que empresas solucionem conflitos de maneira sigilosa.

(Metodologia) O método utilizado será o método dialético, com enfoque no padrão de resolução de conflitos pelo judiciário e sua morosidade em relação aos conflitos empresariais. O método de procedimento será o tipológico, através de comparações entre a utilização e os benefícios do sistema judiciário e da arbitragem quanto aos contratos empresariais e a técnica de pesquisa será a através de documentos e biografias acerca do tema.

(Resultados) A presente pesquisa ainda está em progresso, todavia, têm-se como resultado prévio, levando em conta o levantamento anual feito pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça, que o tempo médio de tramitação dos processos no Brasil é de 3 anos e 6 meses. Essa estimativa foi feita considerando o acervo até o final de 2020 e abrangendo todos os ramos do judiciário. Foi analisado o período entre ajuizamento da ação até a baixa do caso, que pode ocorrer em uma das instâncias do Judiciário ou em Cortes superiores. Com isso, foi possível observar que as empresas estão cada vez mais em busca da jurisdição privada, como método de solução de conflitos empresariais mais complexos e específicos, principalmente em relação aos contratos, por mostra-se mais eficaz se comparada ao Poder Judiciário, sendo verdadeiro diminuidor dos custos de transação entre agentes econômicos.

(Conclusão) Embora ainda em curso, observou-se na presente pesquisa que inúmeros são os benefícios da utilização do meio alternativo de resolução de conflito da arbitragem nas relações empresariais. Esse meio é inconteste aliado das empresas na redução de custos e na obtenção de maior funcionalidade na resolução de conflitos, no que concerne a celeridade, redução de custos e discricção do processo. Portanto, observou-se que para a problemática vigente da crise do Poder Judiciário, a arbitragem tende a emergir como meio cada vez mais recorrente nas mais diversas áreas do direito, sobretudo no direito societário.

Palavras-chave: Arbitragem. Direito empresarial. Litígio.

ANÁLISE DOS IMPACTOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NAS RELAÇÕES PROCESSUAIS CÍVEIS E TRABALHISTAS

Autor(es):

Leonardo Andrade Cândido: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Emmanuelli Karina de Brito Gondim Moura Soares: Docente do UNI-RN

(Introdução) Em primeira análise, de maneira lúdica, a frase de Bill Gates, fundador de uma das mais conhecidas e maiores empresas de software do mundo, demonstra a nossa relação com a tecnologia vigente: “A primeira regra de qualquer tecnologia utilizada nos negócios é que a automação aplicada a uma operação eficiente aumentará a eficiência. A segunda é que a automação aplicada a uma operação ineficiente aumentará a ineficiência” (GATES, Bill). De maneira análoga, a tecnologia aplicada ao Direito nas novas formas de relação processuais deve, primeiramente, se ater à eficiência, eficácia e possuir aspecto solucionador de conflitos. As principais possíveis dificuldades a serem contempladas é o uso da Inteligência Artificial sem supervisão, ou seja, atuando de maneira autônoma e definindo, sozinha, os padrões de entrada e saída. Dessa forma, a Inteligência Artificial traça padrões e perfis que corroboram para a criação de uma “memória jurisdicional” que pode, como qualquer máquina, cometer falhas de autenticação, cadastro e manutenção. Vale ressaltar que devido à imensa quantidade de processos que podem ser analisados, elaborados, revistos e cadastrados em um curto período de tempo, pelo motivo da automatização do trabalho, podem ocorrer falhas em larga escala e gerar o sentido oposto que se é oferecido pela implementação desse sistema. Ademais, o fator social relacionado à essa automação trabalhista levanta discussão acerca da problemática social do trabalho e a disponibilidade de empregos. Além disso, existem as dificuldades de estabelecimento e fixação da IA supervisionada, gerando a necessidade de capacitação e readequação dos funcionários que a manuseiam.

(Metodologia) Quanto ao procedimento: Partindo do ponto de vista do delineamento metodológico utilizado, o elemento mais essencial é o procedimento de coleta de dados, com propósito de investigar, avaliar capacidades e limitações da inteligência artificial. Sendo realizada através de entrevista por pautas com Isabel Dilmann Nunes, professora de Tecnologia da Informação da UFRN que possui vasto conhecimento acerca da Inteligência Artificial e suas aplicabilidades. Quanto à técnica de pesquisa: A pesquisa bibliográfica será vital para a promoção da abordagem necessária, tendo em vista que o tema abrange a área tecnológica da programação e controle de dados. Dessa forma, a consulta a artigos científicos será utilizada para análise dos dados que estão contidos nela. Quanto ao método de abordagem: O presente trabalho inclui o método hipotético-dedutivo como forma de abordagem em se tratando dos desafios da expansão da Inteligência Artificial buscando entender o movimento das Revoluções com o intuito de trazer a comprovação das hipóteses traçadas com base nos entraves oriundos da maior e implementação dessa tecnologia em ampla escala no âmbito jurídico.

(Resultados) O resultado esperado para a presente pesquisa é a demonstração de que o direito e a tecnologia são ciências ligadas de tal forma que os avanços tecnológicos configuram-se como pontapés para a modernização das ferramentas jurisdicionais hodiernas.

(Conclusão) A presente pesquisa encontra-se em andamento, portanto, não há resultados conclusivos.

Palavras-chave: inteligência artificial; direito e tecnologia; processo.

CONFLITOS DE DIREITOS FUNDAMENTAIS À INTIMIDADE E A PREVALÊNCIA A LIBERDADE DE IMPRENSA

Autor(es):

Maria Eduarda Alves do Nascimento: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Alice Fonseca de Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) Com o avanço da comunicação social surgiram conflitos entre a liberdade de imprensa e o direito à liberdade. Visto que em certos momentos a liberdade extrapola. A liberdade de imprensa e os direitos da intimidade e honra, embora sejam garantias constitucionais, não são absolutas. Tanto no art.5, em seu inciso x tem-se direito e garantia fundamental assegurada pela carta magna, que evidencia a intimidade, vida privada, honra e imagens das pessoas com invioláveis, podendo indeniza quando atingido. Quanto em seu art.220 parágrafo primeiro que diz que nenhuma lei impedirá a plena liberdade de imprensa em qualquer veículo de comunicação.

(Metodologia) Sendo assim, o objetivo é mostrar os conflitos existentes entre os direitos acima mencionados. Uma vez que a liberdade de expressão extrapola seus limites e acaba atingindo diretamente a intimidade. Partindo do pressuposto que também a liberdade de imprensa quanto aos direitos da intimidade são assegurados constitucionalmente, sendo ambos direitos fundamentais, e Ainda, sabendo que nenhum é absoluto. Desse modo, nenhum direito deve sobrepor outro. Os meios de comunicação são encarregados de informar sobre o que acontece ao redor, sobre a realidade e com isso pode acabar atingindo a intimidade do outro.

(Resultados) O presente trabalho teve como objetivo abordar o conflito que por vezes estabelece entre a liberdade de imprensa e o direito a intimidade. A importância de trazer o tema liberdade imprensa x direito a liberdade, devido a momentos que acontecem na nossa atualidade que se pode ter violação dos direitos.

(Conclusão) De acordo com que foi evidenciado, conclui-se que a colisão entre direitos fundamentais, é um exercício de reflexão sobre o que realmente importa para o indivíduo, no sentido do bem comum de todos. Ademais, ressaltar que umdireito não deve sobrepor outro . E que os meios de comunicação tem seus pontos positivos e negativos, a partir do momento que invade a privacidade do outro. Já que os meios de comunicações eles não só informam, como também tem função de formar opiniões.

Palavras-chave: Conflitos; direitos fundamentais; direito a intimidade; direito de imprensa.

INTERFERÊNCIAS DAS RELAÇÕES FAMILIARES NA AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS POR USUCAPIÃO.

Autor(es):

Ailda Bezerra: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O direito de propriedade é um direito real e pertencente aquele que usa, goza e dispõe da coisa (CÓDIGO CIVIL, 2002). Nesse sentido, a problematização em questão refere-se a interferências nas relações familiares perante a aquisição de imóveis relativo a sua propriedade integral perante bem em que se compartilha com ex-cônjuge ou companheiro (a), configurando-se esta como consequência do abandono familiar. Com isso, age de forma a visar a funcionalidade social e econômica deste ou destes, ou seja, conferir a propriedade a quem já desfruta de sua posse, uso e gozo, atrelado ao abandono pelo outro daquele bem. Sendo assim, o usucapião detém como principal objetivo dar funcionalidade ao bem que porventura esteja sendo utilizado por apenas um dos indivíduos enquanto o outro age de forma indiferente, configurando posse mansa e pacífica, e ainda, cumprindo os requisitos da normatização trazida pelo Código Civil. Isto posto, haverá consequências atreladas ao direito familiar e patrimonial as quais estão presentes em discussões no âmbito jurídico com o objetivo de beneficiar a parte que faça uso e desfrute do bem proporcionando encargo social.

(Metodologia) No estudo em questão, restou evidente a necessária utilização dos métodos de pesquisa pautados na abordagem de forma hipotética-dedutiva, a qual traduz-se pela conclusão através da lógica trazida pelas hipóteses abordadas no decorrer do artigo. Ademais, recorreu-se ao método procedimental comparativo e qualitativo a partir das condições em que se caracteriza a usucapião familiar, e por fim, o uso do método de pesquisa exploratório, descritivo e bibliográfico, com aplicabilidades jurisprudenciais, doutrinárias e legislativas acerca do tema, para que se alcance a conclusão jurídico-científica em pauta.

(Resultados) Sob a ótica dos resultados da presente pesquisa, conclui-se que a eventual ação usucapiante oportuniza a necessária e real funcionalidade do bem imóvel, com caráter de função social mantenedora da proteção familiar e domiciliar, isto é, garante assim o melhor desfrute e estabilidade através da segurança jurídica aquele que usucapiu bem imóvel de seu/sua ex companheiro(a). Posto isso, resta evidente que a modalidade usucapiante familiar tem como maior objetivo a utilidade do bem e a garantia seguratória perante reinvidicações que possam ocorrer passado vasto lapso temporal, ou seja, se cumpridos os requisitos do artigo 1240-A, CC/02, está configurada tal espécie.

(Conclusão) Acerca da linha de estudo descrita, o artigo científico conclui e responde as hipóteses em que se confirma o direito de usucapir, seus impactos e implicações normativas e jurisprudências, concluindo de forma concreta o episódio em que se utiliza de tal modalidade aquisitiva de bem imóvel em que se compartilha propriedade com ex-cônjuge ou companheiro, o qual agiu de forma indiferente a sua obrigação familiar e patrimonial do bem a que se analisa em caso concreto. Gerando assim, a faculdade ao cônjuge que permaneceu de adentrar com ação judicial em intervalo posterior a 2 anos, munido de comprovada posse mansa e pacífica, uso e gozo e ato negligente do indivíduo da parte contrária, culminando em poder de propriedade integral do bem.

Palavras-chave: Usucapião. Ex-cônjuges. Bem. Função social. Abandono familiar.

LIMITES DAS ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS: ABALROAMENTO ENVOLVENDO AS EMBARCAÇÕES CHANG RONG 4 E OCEANO PESCA I EM ÁGUAS INTERNACIONAIS E OS SEUS DESCOBRIMENTOS JURÍDICOS

Autor(es):

Fernanda Sindel Paz Pereira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Os limites das águas jurisdicionais brasileiras é um tema pouco comentado, mas de extrema relevância para a manutenção da soberania nacional. As regiões marítimas desde muito tempo são responsáveis pelo desenvolvimento econômico de diversos países e regiões, de modo a refletir o aspecto de subsistência e evolução científica dessas áreas.

(Metodologia) A pesquisa realizada para o desenvolvimento do trabalho em epígrafe consistiu na análise e interpretação de textos acadêmicos, bem como de previsões legais dos ordenamentos jurídicos brasileiro e internacional diretamente ligados ao tema. A interpretação do material estudado foi realizada de maneira qualitativa, com o intuito de verificar subjetivamente os aspectos abordados, além de estar presente na execução o método histórico, o qual auxiliou na interpretação dos conceitos e acontecimentos relacionados à historicidade do tema.

(Resultados) Os mares e oceanos são pautas históricas desde os primeiros séculos de vida da humanidade. A exploração dos meios oceânicos como forma de comércio e soberania passaram a ser parte do estilo de vida dos indivíduos, que buscavam incessantemente novas formas de explorar e aproveitar o que o mundo os havia provido. Nesse sentido, há de se retratar a respeito dos aspectos marítimos os quais envolvem a jurisdição brasileira, de modo a refletir os aspectos tão ricos de um país com notório ecossistema florestal e desenvolvimento econômico ligado aos meios de pesca. As águas jurisdicionais brasileiras (AJB) representam um denso espaço de relevância estratégica, além de repercutir os modos de defesa, exploração de recursos naturais e pesquisas científicas. O território marítimo brasileiro abrange as zonas sob jurisdição ou soberania nacional, quais sejam as águas interiores, o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental. Nessa seara, o caso das embarcações Chang Rong 4 (chinesa) e Oceano Pesca I (brasileira), ocorrido em meados de 2018, consistiu no ataque pela embarcação chinesa ao barco de pesca brasileiro. Este episódio, que ocorreu a 600 quilômetros da costa da cidade de Natal/RN, se desdobrou em virtude da concorrência pelo território para a pesca de atum, ocasião em que a embarcação chinesa tentou afundar o barco de pesca brasileiro que teria efetivamente afundado caso não fosse novo e revestido de aço. Por conseguinte, é possível compreender a importância da definição de limites jurisdicionais aos países do globo, uma vez que as responsabilidades jurídicas aplicadas a cada um deles será proporcional aos limites do seu território. Uma situação como a supracitada possui diversos desdobramentos nacionais e internacionais, de modo a refletir a importância da delimitação das áreas de atuação e enfoque concernente à aplicação da soberania nacional.

(Conclusão) Por meio das explanações e das pesquisas realizadas, foi possível compreender acerca dos limites marítimos jurisdicionais que foram estabelecidos mediante a reflexão da sua importância. Assim como o território terrestre, as vias marítimas que entornam o globo possuem a sua relevância no cenário mundial, tendo em vista que é responsável pela exportação e importação de matérias-primas, além de constituir um importantíssimo ecossistema para fins de estudo e análises científicas. Nesse sentido, o conflito entre as embarcações Chang Rong 4 e Oceano Pesca I refletem a relevância da criação e da existência dos limites das águas jurisdicionais, posto que refletem diretamente nos atos de soberania de cada país.

Palavras-chave: Águas jurisdicionais. Limites. Soberania.

O ANTAGONISMO DE ENTENDIMENTOS ACERCA DA APLICAÇÃO DO ROL DE PROCEDIMENTOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE E O REFLEXO NAS OPERADORAS DE PLANO DE SAÚDE E SEUS BENEFICIÁRIOS

Autor(es):

Luiza Freire Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN

(Introdução) A Constituição Federal de 1988 resguarda em seu artigo 6º o direito à saúde a todos os cidadãos, arrolando-o como um direito fundamental social. Atesta, ainda, que a saúde é direito de todos e dever do Estado, a ser garantido mediante políticas e sociais. Portanto, diante o elevado número de pessoas necessitadas desse serviço, o poder público passa a não comportar de forma eficiente a quantidade de demandas dos hospitais públicos, tornando o acesso à saúde algo complexo e tardio. É nesse cenário que o mercado da Saúde Suplementar começa a crescer. Com o passar dos anos, a judicialização da saúde suplementar se tornou evidente no cenário nacional em razão principalmente do elevado número de ações ajuizadas em face dos planos de saúde. Hoje, os beneficiários enfrentam dificuldades em ter seus procedimentos e tratamentos autorizados pelas operadoras, que negam seu pleito sob a justificativa de que o evento solicitado não consta no Rol de procedimentos da ANS. Diante da negativa, milhares de pessoas recorrem ao judiciário visando obter a autorização do procedimento negado. Como resultado, criou-se um cenário de insegurança jurídica no mercado da saúde suplementar, com decisões ora pró- consumidor, ora pró-beneficiário.

(Metodologia) A presente pesquisa será realizada com base no uso de dois métodos de pesquisa: o comparativo e a análise de caso. O primeiro se justifica visto que o trabalho tem como base dois entendimentos distintos e a aplicação deles na realidade fática, sendo cabível, portanto, a comparação e a análise entre eles.

(Resultados) Com resultado da análise acadêmica, com a disparidade de entendimentos, o aumento de causas contra os planos de saúde aumentou fortemente, criando-se um cenário de desequilíbrio para ambas as partes. O judiciário brasileiro até os dias atuais julga causas muitas vezes de natureza semelhante de forma distinta, onde a procedência ou não do tratamento pleiteado fica totalmente nas mãos da sorte no momento da distribuição eletrônica do processo, podendo levar a resultados distintos a depender do entendimento adotado pela Turma.

(Conclusão) Diante o exposto, resta cristalino a insegurança jurídica voltada ao tema apresentado. Com isso, aqueles que buscam a tutela jurisdicional se prejudicam, bem como as operadoras que são compelidas a autorizar eventos negados inicialmente.

Palavras-chave: Plano de saúde. ANS. Judiciário.

REDUÇÃO DA PENA EM DEFESA DO RÉU DURANTE ESTADO DE ÂNIMO ALTERADO NOS CRIMES CONTRA A HONRA

Autor(es):

Rhamon Isaac Tajra de Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Atualmente há uma crescente na criminalidade, onde cada vez mais a população brasileira se aflige ao sair de casa, seja para o trabalho ou para o lazer. Atualmente estamos cada vez mais vulneráveis, tanto para crimes como furto, roubo, bem como os crimes contra a honra, principalmente hoje em dia nas redes sociais, onde tudo é divulgado e prosperado de uma forma acelerada. Surge a partir daí um grande tópico a ser discutido sobre os crimes contra a honra, onde geralmente diante de determinadas situações de alerta ou perigo, leva os indivíduos a agir sobre o estado de ânimo alterado ou até um estado de ira, tendo em vista que pelo fato de sofrer injúria, difamação ou calúnia contra si, denegrindo não só a sua reputação, mas como também a imagem da sua família, o indivíduo no ímpeto da sua emoção, irá defender a todo custo aquele que ama, como a si. Neste âmbito, o presente trabalho não está apenas para se atentar aos crimes e discorrer sobre cada um deles, mas sim se adentrar especificamente a reação do agente, diante dos crimes contra honra, que está resguardado pela Constituição Federal de 1988 em seu Artigo 5º, inciso X, dentro dos Direitos e Garantias Fundamentais do indivíduo. Desse modo, a reação do agente em se tratando especificamente de crimes contra a honra, pode acarretar uma reação de forma exaltada, ou seja, uma reação sob o estado de animo alterado, tendo em vista que os crimes contra a honra são falsas imputações que menosprezam a imagem do indivíduo, o deixando desmoralizado na sociedade, como também podendo ser acusado de um falso crime, como um exemplo, dentro dos crimes contra a honra, está em seu artigo 138º do Código Penal, a calúnia, que atribui a alguém um fato falso de que tenha cometido um crime, não sendo algo fácil de lhe dar, pois situações como essas não estão corriqueiramente na vida do indivíduo, fazendo com que cada um tenha diferentes reações, dentre elas uma reação desassissada. Sob o mesmo ponto de vista, o presente trabalho também irá tratar da perspectiva do agente, diante de um fato perturbador externo a situação em que ele se encontra, pois irá influenciar totalmente na sua reação, e diante disso acaba agindo de forma incoerente, neste ponto o agente não terá o animus de denegrir a imagem do indivíduo, sendo um grande atenuante para minorar a pena.

(Metodologia) A abordagem metodológica que é utilizada neste trabalho é a dedutiva, tendo em vista a natureza do objeto de pesquisa: redução da pena em defesa do réu durante estado de ânimo alterado. Por isso, é feitas análises dos princípios e doutrinas, norteadoras do assunto, tendo como base o Art. 121 do Código Penal. No método de procedimento é o estatístico, tendo em vista que também é analisado dados da problemática, fornecendo assim uma base concreta e segura das informações analisadas. Como também, é utilizado o método comparativo no qual é analisados diferentes pensamentos, trabalhos e casos concretos, transitados em julgado, se adentrando na técnica de pesquisa que é por meio das pesquisas bibliográficas dentro do campo penal.

(Resultados) A pesquisa ainda está em andamento, não havendo, portanto, resultados, se tornando inclusivo.

(Conclusão) A pesquisa ainda está em andamento, não havendo, portanto, conclusão.

Palavras-chave: estado de ânimo alterado; inviolável; dolo específico.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO CONTEXTO DE ISOLAMENTO SOCIAL PELO COVID-19: DUPLA PANDEMIA

Autor(es):

Nathália Caluête Vieira da Cunha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Mariana de Melo Gomes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Lillian Suyanne de Medeiros Góes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Nicole Alves Matos Mendonça: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Neste trabalho foram abordadas várias causas e consequências sobre o aumento da violência doméstica durante a pandemia causada pela Covid-19, dentre elas: a sociedade ser machista e patriarcal, colaborando para agravamento da violência doméstica, bem com a fragilidade das políticas públicas advindas do Estado. Além disso, a obtenção de informações sobre esse tema é bastante importante para todos, visto que a violência doméstica é bastante recorrente na sociedade, principalmente brasileira, e foi agravada pela situação recente da pandemia, que aconteceu nos dois últimos anos, atingindo o mundo inteiro.

(Metodologia) A pesquisa foi baseada em 5 artigos utilizando um levantamento de dados bibliográficos através de banco de pesquisas científicas “SciELO” e “Google Acadêmico”. Dessa forma, a abordagem da pesquisa é de natureza qualitativa, de caráter descritivo, bibliográfico e documental, sendo, na parte bibliográfica, uma revisão teórica de livros e artigos científicos sobre a temática apresentada e a parte documental se deu com base em dados publicados no site do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Foi utilizado, também, entrevistas semiestruturadas por meio remoto com profissionais que atuam na linha de frente de serviços da rede de enfrentamento à violência, assim como dados, ainda incipientes, publicados pela imprensa de diversos países, bem como relatórios de organizações direcionadas ao enfrentamento da violência doméstica. Paralelamente faz-se uma breve revisão da literatura com autores, que discutem o papel social da mulher na sociedade. Por último, as palavras chaves e o critério de inclusão usados para a escolha dos artigos foram: a violência doméstica contra a mulher no âmbito do isolamento social da pandemia do Covid-19.

(Resultados) A problematização do aumento da violência doméstica no contexto de isolamento social pela pandemia de covid-19 revela os reflexos de uma sociedade machista e patriarcal que associam o sexo masculino à força e ao poder, revelando uma difícil realidade na qual as mulheres brasileiras não estão seguras dentro das próprias casas. A pandemia da covid-19 apresentou-se como uma questão que acentuou e intensificou as violências produzidas pela vulnerabilidade social das mulheres no cotidiano - inclusive dentro da sua própria casa -. Essa situação revela a precarização de programas governamentais e de discursos ineficazes que desconsideram a desigualdade de gênero. Nesse sentido, destacou-se a importância de compreender as identidades sociais envolvidas, conhecer o perfil dos agressores, os tipos de agressão e as características das vítimas, as quais podem ser aliadas para desenvolver ações preventivas e melhorar as políticas públicas existentes. A fim de que as mulheres se tornem protagonistas de suas vidas e que contribuam para a mudança estrutural na desigualdade entre sexos.

(Conclusão) Nesse trabalho abordamos o assunto da violência doméstica no contexto de isolamento social pelo covid-19, sendo uma questão considerada “dupla pandemia”, tendo em vista que uma é vista como problemática intrínseca em nossa realidade – violência doméstica – e a outra nos afeta completamente na atualidade. Desse modo, concluímos que o isolamento social motivado pelo covid-19 agravou e acentuou os casos de violência doméstica sofrida pelas mulheres, e, por fim, no tocante à relação vítima/agressor, o cônjuge foi o principal agressor, seguido pelo companheiro, ex-cônjuge, e, por último, suspeito desconhecido. Conteve uma abordagem de extrema relevância para o nosso conhecimento, compreensão e aprofundamento do tema, visto que nos permitiu conhecer melhor sobre a problemática da atualidade.

Palavras-chave: Violência contra a mulher; Covid-19; isolamento social; violência doméstica; pandemia; políticas públicas.

(IN)EXISTÊNCIA DE UMA SOCIEDADE INTERNACIONAL

Autor(es):

Felipe Bezerra de Brito: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Thays Eduarda Duarte de Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) De acordo com o pesquisador Celso Mello, a sociedade internacional é formada por 5 características, sendo elas: 1. universalidade; 2. paridade (jurídica); 3. aberta; 4. descentralizada; e 5. não institucional. Sabemos que a sociedade Internacional é o conjunto de sujeitos que têm uma convivência global, dando importância a interesses parecidos. Contudo, o Direito Internacional não pode ser confundido com a Comunidade Internacional.

(Metodologia) O escrito foi desenvolvido valendo-se de pesquisa virtual de cunho qualitativo, através de artigos e tese onde dispõe a temática abordada juntamente com pesquisa bibliográfica, além disso, utilizou-se os conhecimentos repassados em aula de direito internacional para a efetiva elaboração da pesquisa.

(Resultados) Tendo em vista que a inexistência de um poder centralizador no Direito Internacional gera a ideia de que a ordem jurídica da sociedade internacional é descentralizada. Ela sendo então paritária jurídica, já que todos os países independente do seu desenvolvimento tem o mesmo peso em seu voto. A (in)existência se deu pelo fato de que não existe nenhum órgão com jurisdição capaz de fazer com que os Estados acatem as decisões. Como não há um poder para controlar os Estados, a sociedade acaba tendo a impressão de uma sociedade dispersada.

(Conclusão) Desse modo, pode-se concluir com base nos ensinamentos do pesquisador Celso Mello, e com as pesquisas realizadas sobre o tema, além do que foi debatido e aprendido em sala de aula, a sociedade internacional é considerada descentralizada pois não há nenhum órgão gestor como por exemplo o Estado que é responsável por administrar determinada nação, por essa falta deste órgão gestor, a sociedade internacional é considerada descentralizada. É considerada juridicamente paritária, pois por exemplo na votação da ONU, os Estados Unidos, mesmo sendo um país gigante, possui o mesmo poder de voto de um país pequeno por exemplo, sendo assim, juridicamente há uma paridade, todos têm voto de peso. 1. É não institucional pois não existe uma instituição apenas, há na realidade um espalhamento de locais para serem abordados diversos temas da sociedade internacional. É considerada aberta, pelo motivo de que não há a necessidade de cumprir requisitos, pagar ou qualquer outra coisa para se tornar membro da sociedade internacional, basta ser um Estado pleno, e por fim, é universal pois abrange todos os sujeitos de Direito Internacional do mundo, indo desde de países até instituições como a ONU e até marcas grandes como Apple e Coca cola, que possuem relevante influência no mundo e portanto devem participar de discussões sobre temas que são abordados no Direito Internacional.

Palavras-chave: Sociedade internacional, (in)existência, características.

10 ANOS DA LEI DE COTAS NAS UNIVERSIDADES: AVANÇOS E DESAFIOS

Autor(es):

Janaina da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Guilherme de Carvalho Caetano: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Rudson de Aquino Varela: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Crislane Maria de Souza Ramos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Remarna Lorayne Cunha da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Em 2022 completa-se dez anos da implementação da lei N° 12.711/2012, a qual reserva 50% das vagas de instituições de ensino para alunos oriundos de escolas públicas, negros e pardos, indígenas e pessoas com deficiência (PcD's). Nesse sentido, cabe destacar as ações afirmativas como políticas que tem como finalidade proteger e promover o bemestar de minorias sociais que sofrem com a desigualdade de oportunidades. Essas iniciativas, portanto, são implementadas em vários países em todo o mundo, no Brasil, por exemplo, a adoção de tal medida está intrinsecamente ligada a tentativa de reparo aos danos causados a população negra do país pelo longo período de escravidão que, apesar de tardiamente abolido em 1888, nenhuma política de reparo fora acompanhada visando conceder o mínimo de dignidade econômica a este povo. Na atualidade, o racismo continua a ser um problema na sociedade brasileira, refletindo negativamente em todas as áreas ao povopreto, com destaque para a econômica e social. Dessa forma, o Brasil buscou utilizar-se das políticas afirmativas para promover a valorização da identidade de grupos étnico-raciais, surgindo, assim, a Lei de Cotas nas Universidades. Abrindo, desta forma, um grande debate entre as pessoas que eram a favor e contra o sistema. O Supremo Tribunal Federal (STF), nesse sentido, convocou parlamentares, acadêmicos, representantes de movimentos sociais e de órgãos governamentais para ampliar a discussão e, assim, buscar por um amplo entendimento a respeito do assunto - que resultou na aprovação, em 2012, da lei. Nesse sentido, o baixo número da classe menos favorecida no ensino superior passa a ser reduzido a partir da aplicação da norma, como abordaremos, a partir de dados e pesquisas, ao decorrer do artigo. Logo, para além de analisar os 10 anos de implementação, caberá discutir o processo de rediscussão e, também, os desafios posteriores para o aprimoramento da política pública supracitada.

(Metodologia) Utilizou-se, como metodologia, a pesquisa descritiva, tendo como finalidade analisar fatores importantes e relevantes para desenvolver o estudo, por meio de uma revisão bibliográfica, ou seja, com base em artigos científicos publicados. Uniu-se, assim, pesquisa e análise das diversas informações acerca do tema, selecionado as que se relacionam com o tema para melhor compreendê-lo e destacando as citações de trabalho científico e legislações.

(Resultados) Como resultado observamos uma análise mais crítica da lei 12.711/2012 desde a sua criação, a fim de buscar por melhora na política de acesso às universidades dos grupos menos favorecidos e a sua permanência.

(Conclusão) A revisão da lei de cotas faz-se necessária por se tratar de uma política pública de caráter temporário. No entanto, os indicadores têm mostrado que há um longo caminho a ser percorrido para que a legislação supracitada não seja mais necessária. Logo, ao analisar os 10 anos de implementação da norma no país, conclui-se que faz-se imprescindível que a política de acesso a Universidade seja analisada junto a de permanência, pois para além de possibilitar o ingresso do estudante na instituição de ensino, urge a adoção de medidas que o faça, também, permanecer.

Palavras-chave: Política afirmativas. Desempenho de alunos cotistas. Ações afirmativas.

30 ANOS DO MASSACRE NO CARANDIRU: OS POSSÍVEIS IMPACTOS NO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO

Autor(es):

Rudson de Aquino Varela: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rasland Costa de Luna Freire: Docente do UNI-RN

(Introdução) No dia 2 de outubro de 1992, o Estado de São Paulo registraria um dos casos mais marcantes na história do Brasil: a invasão, por policiais, da Casa de Detenção - conhecida como "o massacre do Carandiru". O episódio, além de traumático, escancarou, mais uma vez, a veia punitivista e autoritária impregnada no que se compreende por Estado - que já havia sido observada, anteriormente, no período que marcou a Ditadura Militar. Dessa forma, o assassinato de um número superior a 100 detentos no local põe em dúvida a garantia, para além da teoria, dos direitos das pessoas privadas de liberdade, uma vez que o respeito à integridade física dos detentos, bem como a garantia de não serem submetidos a tortura ou a tratamento desumano, foram severamente desrespeitados na ação truculenta comandada por agentes do Estado. Diante disso, a presente pesquisa tem como objetivo estudar a fundo o caso e os possíveis impactos que o mesmo possa ter trazido ao sistema carcerário brasileiro atual.

(Metodologia) Por meio do estudo de casos, da coleta de dados e de um levantamento bibliográfico, a pesquisa buscará elucidar o ocorrido na Casa de Detenção e os casos recentes de violações aos Direitos Humanos registrados no âmbito prisional. Além disso, deverão ser analisados, também, as ações judiciais que tramitam até os dias de hoje no poder judiciário acerca do ocorrido. Destacando, principalmente, as de caráter indenizatório, requeridas pelas famílias dos detentos assassinados. Assim, espera-se reunir um material consistente para os resultados e a conclusão da pesquisa, de modo que os reais impactos do Massacre no Carandiru no sistema prisional atual sejam identificados e expostos.

(Resultados) Os diagnósticos, embora sejam parciais, evidenciam um cenário pouco diferente do vivenciado nos anos de 1990 pelos detentos do Estado de São Paulo: uma série de violações registradas no sistema carcerário brasileiro, apesar dos avanços na legislação brasileira no tocante aos direitos dos encarcerados. Presídios superlotados, condições de vida infra-humanas e indícios de tortura são alguns dos diversos casos de contravenção da lei noticiados, principalmente, pela mídia. Desse modo, a distância entre os dizeres teóricos do ordenamento jurídico e o contexto prático fica nítida, devendo o poder público mobilizar-se para mudar tal cenário de infrações.

(Conclusão) Diante do exposto, constata-se, parcialmente, que o ocorrido há 30 anos na Casa de Detenção repete-se no presente devido a uma série de violações e ao evidente descumprimento da Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, a proposição, pregada pela Lei de Execução Penal, de criar mecanismos que possibilitem a reeducação social dos encarcerados e, posteriormente, a reinserção destes na sociedade, não se cumpre quando notada a realidade encontrada, vivenciada e denunciada pelos detentos nos presídios. O Massacre da Papuda (2000), a chacina na Casa de Custódia de Benfica (2004) e a rebelião no presídio de Alcaçuz (esta, tendo ocorrido no Rio Grande do Norte em 2017) são exemplos da falta de segurança instaurada no país e de falhas na gestão das penitenciárias brasileiras. No mais, o trabalho encontra-se em andamento e buscará reunir esforços para apresentar um diagnóstico conclusivo acerca do sistema prisional atual e a íntima relação com o ocorrido na Casa de Detenção.

Palavras-chave: Massacre no Carandiru. Sistema Carcerário. Direitos Humanos.

A APLICABILIDADE DOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO FILME “O CANDIDATO HONESTO”

Autor(es):

Isis Gyanne Negreiros de Andrade: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Joyce Karine Vitorino de Melo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Giovanna Maria de Figueiredo Leite Carneiro: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O filme “O Candidato Honesto” retrata sobre a vida de João Ernesto, que é candidato ao cargo de Presidente do Brasil, e se diz honesto para o cargo. Diante disso, no presente trabalho faz-se imprescindível compreender os princípios da administração pública presentes na Constituição Federal (CF) em seu Art. 37, caput, para perceber o desalinhamento do candidato através de suas ações e falas no decorrer do filme. Logo, a partir dessa compreensão, pretende-se entender como um chefe de Estado deve agir diante das normas constitucionais.

(Metodologia) Para o fim almejado, trata-se de uma pesquisa teórica de cunho exploratório sobre o tema em questão, realizada através do estudo da Constituição Federal, sendo ela a principal fonte de busca dos princípios da administração pública, assim como a análise das atitudes do personagem João Ernesto pelo método de abordagem indutivo, para que houvesse uma comparação das atitudes que seriam corretas para alguém que exerce um cargo público como também alguém que o almeja.

(Resultados) Por conseguinte, com base no passo a passo descrito acima, foi possível identificar e analisar as principais características do filme em conformidade com o artigo 37 da Constituição Federal de 1988. Nessa toada, é pelos princípios expressos no artigo, que se evidencia a ausência da responsabilidade do candidato diante da figura do presidente - cargo esse que deseja ser eleito - sendo um de seus delitos, o crime de corrupção. Outrossim, vê-se que a corrupção de João Ernesto torna-se expressa de forma mais evidente ao aceitar dinheiro, de diversas camadas sociais, no intuito de apenas se beneficiar, não fazendo jus as responsabilidades do possível cargo e o respeito à Constituição Federal. Diante disso, ao comparar a análise da campanha exposta pelo candidato e a realidade vivenciada, percebemos a evidente falta de ética presente em João Ernesto e em todos os que estão envolvidos em sua candidatura. Em igual sentido, é no decorrer de toda sua trajetória como candidato das eleições à presidência da república, que nota-se o fato de que João Ernesto não realizou nenhuma ação - enquanto Deputado Federal e enquanto candidato às eleições presidencialistas - que não apresentasse prejuízos ao povo, ou seja, a realidade de seus atos só demonstra os verdadeiros resultados de sua gestão. Assim, fica óbvia apéssima administração de João Ernesto enquanto político e também, torna-se compreensível no filme, o entendimento de que a Administração Pública não está em conformidade com seus princípios constitucionais.

(Conclusão) Portanto, é evidente por meio da comparação entre a legislação brasileira e os atos praticados por João Ernesto a existência da péssima administração de um político enquanto estava no exercício de seu cargo público. Por fim, em uma realidade onde se há o excesso de distorções no exercício do poder da Administração Pública em relação ao assegurado ao povo, é necessário que exista a transparência e a verdadeira aplicação - de forma eficaz, legal, moral, publicizada e impessoal - do que é estabelecido dentro dos limites e das determinações da Constituição Federal Brasileira; não somente para o respeito e estrito cumprimento da lei, mas também para haver a real garantia dos direitos dos brasileiros.

Palavras-chave: Administração Pública. Constituição Federal. Filme.

A AUTONOMIA DA VONTADE SOBRE O DIREITO DE HERANÇA

Autor(es):

Maria Fernanda Bezerra de Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Emmanuelli Karina de Brito Gondim Moura Soares: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este artigo versará sobre a autonomia da vontade no direito de herança e a exclusão da obrigatoriedade dos herdeiros necessários. Pretende-se neste trabalho, defender a possibilidade de extinção da legítima, dando ao testador total liberdade para dispor de seus bens post mortem, rompendo diretamente com a visão ultrapassada de que há necessidade de conservar em lei os herdeiros necessários. Assim, permitindo ao testador que o rateio de seus bens não esteja atrelado às ordens expressas na lei, mas como entender o melhor para seus herdeiros, tendo assim a sua vontade total demonstrada em testamento.

(Metodologia) Foi utilizado sites consultivos de artigos científicos da área jurídica, por meio do google acadêmico, relacionados ao tema sucessório. Se utilizará como metodologia a pesquisa qualitativa através de uma revisão bibliográfica. Deste modo, explanar-se-á sobre os significados e fenômenos importantes para se estabelecer conclusões sobre a autonomia da vontade. A partir disso questionar-se-á se esta garantia aos herdeiros necessários ainda se sustenta e se está em conformidade com a legislação atual, onde a autonomia do testador segue altamente suprimida.

(Resultados) Por ter sido feito somente a entrega parcial do TC à professora orientadora, a pesquisa se encontra sem resultados definidos até o presente momento. Mas os resultados gerados apenas pela entrega parcial do Trabalho de curso que devido a compreensão do contexto histórico, utilizada como forma de análise, demonstra que a autonomia de testar tem um caráter restrito, ou seja, o proprietário dos bens tem a sua vontade regulamentada pelo Estado. O que pode ser considerado como afronta ao princípio da Dignidade, pois o testador tem sua vontade limitada a partir da vedação legal presente em nosso Código Civil, o que desrespeita o direito personalíssimo da Autonomia da Vontade Privada, que é negligenciado muitas vezes, já que a legítima, em sua atual configuração, se torna insustentável para o protagonismo sucessório do testador.

(Conclusão) A pesquisa encontra-se inconclusiva no momento, mediante entrega parcial do TC à professora orientadora, além de que até a presente submissão a professora orientadora responsável por este trabalho não enviou suas correções e considerações em relação à entrega parcial do Trabalho de curso do referido curso de Direito da instituição.

Palavras-chave: Direito Sucessório, Autonomia privada, Sucessão Legítima.

A BANALIZAÇÃO DO DOLO EVENTUAL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O JULGAMENTO DOS RÉUS DO INCÊNDIO NA BOATE KISS

Autor(es):

Heloísa Filgueira Borges Campos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Nelisse de Freitas Josino Vasconcelos: Docente do UNI-RN

(Introdução) Analisar as dificuldades encontradas pelo Tribunal do Júri na aplicação dos institutos de dolo e culpa, mas especificamente, na aplicação de dolo eventual ou culpa consciente, tomando por base o julgamento dos acusados pelo incêndio na Boate Kiss, na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, que culminou com a morte de 242 (duzentas e quarenta e duas) pessoas, e deixou incontáveis feridos. Será dividido em três capítulos. O primeiro é abordado a temática do conceito de dolo e culpa, os conceitos pertinentes, evolução das leis que versam sobre o tema. No segundo capítulo a influência das mídias nos crimes de competência do tribunal de júri, analisando a história do tribunal de júri, sua competência, e como ele se fortaleceu e passou a exercer importante papel na sociedade. No terceiro capítulo tem-se como objetivo abordar o caso concreto, trazendo de forma geral e resumida os complementos probatórios, laudos, relatórios, documentos oficiais divulgados nas coletivas, e trazendo por fim, os conceitos abordados no início para a possível caracterização do dolo eventual no caso do incêndio da boate Kiss.

(Metodologia) Por ser um estudo que analisará principalmente o caso concreto do julgamento dos acusados pelo incêndio da Boate Kiss, o método de abordagem utilizado será o Estudo de Caso. O método do Estudo de Caso consiste em observar um tema específico, a análise da aplicação do dolo eventual versus culpa consciente no Tribunal do júri, dentro de um caso concreto específico, a exemplo o julgamento do incêndio da Boate Kiss. Já os métodos de procedimento, serão utilizados o descritivo, que consiste na análise, registro e identificação de tudo que gira em torno do fato em tela; o método histórico, que auxiliará na análise da origem da problemática em questão, observando desde o seu surgimento até os dias atuais; e, por fim, será utilizado o método comparativo, que irá estudar as semelhanças e diferenças entre os conceitos em questão. Por fim, as técnicas de pesquisa que estarão presentes nesse estudo são a doutrina, jurisprudência, análise de notícias.

(Resultados) Pretende-se com o presente trabalho concluir a respeito da banalização do dolo eventual no caso paradigma do júri dos réus da Boate Kiss.

(Conclusão) O presente trabalho abordou a banalização do dolo eventual nas decisões do tribunal do júri, tomando por base o caso paradigma da boate kiss, apontando como a mídia teve o seu papel de influência nos caso concreto e os motivos pelos quais houve a anulação do júri realizado em dezembro de 2021.

Palavras-chave: Dolo eventual; Culpa Consciente; Tribunal do Júri; Incêndio da Boate Kiss; Aplicação da lei penal.

A BUSCA POR CARACTERIZAÇÃO DE VÍNCULO DOS TRABALHADORES POR APLICATIVOS: UMA ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE PROJETOS DE LEI DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Autor(es):

Venicius Mateus Cabral Garcia : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O mercado de trabalho passou, e passa, por diversas mudanças, dentre elas a perpetuada pela economia de compartilhamento, mormente com os aplicativos e suas relações de exploração da mão de obra. Aliado ao fato crescente, ocorreu o processo de aceleração dos mercados por aplicativos com a pandemia do Covid-19, tendo em vista as campanhas de lockdown, em que a crescente economia ganhou contornos ainda mais fortes e, diante de tal razão, no mundo dos fatos é atribuída uma nova significação aos valores enxergados sob essa forma de exploração laborativa, o que invariavelmente acarreta uma importante mudança no ordenamento jurídico, de modo a acompanhar tais significados conferidos.

(Metodologia) Trata-se uma pesquisa teórica de cunho exploratório e documental, realizada através de pesquisa bibliográfica, bem como a utilização da ferramenta de busca no site da Câmara dos Deputados, com a finalidade de possibilitar o desenvolvimento de relatórios e posterior seleção dos projetos normativos que tratam sobre a temática, através do instrumento de pesquisa pela palavra chave “aplicativo”. Utilizou-se, para tanto, o método de abordagem indutivo, na medida em que buscou-se analisar uma sequência de dados particulares, ou seja, de projetos regulatórios, na tentativa de chegar a um dado generalista. Como método de procedimento, utilizou-se o estatístico, avaliando a quantidade de projetos apresentados, tanto em tramitação quanto fora, no período de 2018 a 2021, que possuam como intuito o caráter regulatório dos trabalhadores por aplicativos, de forma a medir o grau de repercussão dado a temática na Casa do Povo.

(Resultados) No Estado brasileiro, especialmente na Câmara dos Deputados, através do filtro de pesquisa simplificado disponível em sua plataforma, foram encontrados, como resultado parcial, no período de 2020 a 2021, um total de 37 (trinta e sete) projetos com a palavra “aplicativo” em seu texto de ementa, entre os em tramitação e os fora. Considerando-se apenas os que visaram estabelecer vínculo empregatício entre os trabalhadores por aplicativos e suas plataformas, apenas 2 (dois) foram filtrados com tais especificidades, ambos apresentados no ano de 2021 e estando em tramitação, o que permite vislumbrar, a priori, a timidez ainda dada a matéria, com alguns outros projetos trazendo aspectos garantistas de cunho meramente transitório ou mesmo outros distantes da discussão originária sobre a formação de vínculo laboral. Todavia, acentuando-se a retomada sobre a temática na Casa do Povo.

(Conclusão) Na atual práxis normativa, através dos dados parciais obtidos, observa-se que os fatos, no caso em específico as relações jurídicas precárias, a que são submetidos os trabalhadores por aplicativo, recebem sua valoração muitas vezes com um processo legislativo tardio, em grande parte pelo caráter reativo do Direito. Além disso, destaca-se, após o impacto inicial da Pandemia do Covid-19, o crescente movimento de projetos no sentido de tutelar tais trabalhadores com propostas de vínculo empregatício entre trabalhadores e as empresas da Gig Economy, mas sem ainda maior caracterização de possível aprovação com amplitude de garantias destinadas às categorias. Por fim, a movimentação demonstra-se encontrar em caminho contrário ao tomado por outras relações laborais que passam por um grande movimento de flexibilização ou mesmo desregulamentação de direitos.

Palavras-chave: Economia de Compartilhamento. Trabalhadores por aplicativo. Pandemia Covid-19. Relatórios da Câmara. Projetos de Lei.

A CONCESSÃO DO DIVÓRCIO POST MORTEM E O DIREITO SUCESSÓRIO

Autor(es):

Carolina Cirne Felinto: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A família se configura como uma instituição que possui como um dos alicerces a manifestação de vontade e, com o mesmo arbítrio que é formada, poderá ser desfeita caso assim deseje os integrantes. Nesse sentido, a materialização da manifestação da vontade se dá através da ação de divórcio. Entretanto, do momento em que as partes iniciam a demanda pelo fim do relacionamento até a homologação do pedido feito pelos autores, há um espaço de tempo no qual pode ocorrer a morte de um dos cônjuges, por exemplo. Diante disso, discute-se a possibilidade da concessão do divórcio post mortem, uma vez que visa proteger as vontades dos indivíduos inseridos no contexto familiar, aplicando princípios norteadores das relações familiares no ordenamento jurídico.

(Metodologia) No estudo em questão, para elaboração e dissertação da problemática, se fez necessário pesquisa bibliográfica, apresentando informações de obras escritas por doutrinadores experientes na tese abordada, assim como pesquisa jurisprudencial, uma vez que o divórcio post mortem ainda não possui previsão legal.

(Resultados) Como resultado da análise acadêmica, constata-se a importância de fazer uso de institutos jurídicos para fundamentar a concessão do divórcio post mortem. Dentre as possibilidades de fundamentos jurídicos, inicialmente vale destacar o art. 1.511 do Código Civil (Brasil, 1916), em que preceitua que a união legal entre os cônjuges deve ter como objetivo construir uma família, havendo o animus de permanecer casados. Nesse sentido, não há sentido manter uma relação em que uma das partes não deseja ser integrante. Ademais, importante citar a influência dos princípios das relações familiares previstos no ordenamento jurídico, uma vez que, também prestigiam a necessidade de garantia do divórcio a qualquer tempo aos cônjuges.

(Conclusão) Relativamente a linha de raciocínio aplicada acima, nota-se a utilidade do divórcio após a morte de um dos cônjuges, uma vez que, por todo o avanço alcançado ao longo dos anos acerca da possibilidade de se divorciar, a não aplicação do instituto quando necessário configuraria um retrocesso a tudo que foi logrado acerca do assunto.

Palavras-chave: Divórcio, morte, divórcio post mortem, princípios.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 SOB A ÓTICA DE UM FILME DE AÇÃO: COMO FUNCIONA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

Autor(es):

Laura Beatriz Gomes de Andrade: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho visa fazer uma correlação entre a obra cinematográfica "O Doutrinador" (2018) e a Constituição Federal de 1988. O filme baseado na série de quadrinhos homônima de Luciano Cunha, apresenta a figura de um anti-herói nacional, um policial de elite, que se mostra determinado a aniquilar todos os políticos brasileiros envolvidos em um esquema de corrupção. A narrativa é ambientada na cidade fictícia de Santa Cruz, uma espécie de Brasília, que está com hospitais superlotados e como consequência pessoas estão morrendo nas filas sem assistência médica, em pleno ano eleitoral. De forma sensata, o longa problematiza os jogos políticos que assolam a organização administrativa brasileira e afetam o bem comum.

(Metodologia) O estudo foi realizado através de uma análise de conteúdo do filme "O Doutrinador", tendo como base a Constituição Federal de 1988. À vista disso, trata-se de uma pesquisa teórica de cunho jurídico e cultural. Como meio de procedimento, utilizou-se o indutivo e o comparativo, com a finalidade de entender como a administração pública da República Federativa do Brasil funciona e como a corrupção afeta o sistema e impacta diretamente a população.

(Resultados) Entre os principais resultados obtidos através de análise do longa, destaca-se que assim como na realidade nacional, os políticos driblam a lei fundamental e corrompem o sistema às custas da população que carece em questões públicas de saúde, segurança e educação. À vista disso, é possível fazer um paralelo de situações expressas na obra sobretudo com os artigos 14, 34 e 85 da constituição. Isso, levando em consideração a crise na saúde pública que a cidade de Santa Cruz enfrenta em função de desvio de verba da saúde pública pelo governador, a diplomação do empresário Antero Gomes, que foi eleito presidente da República mediante abuso de poder, corrupção e fraude, e a sua atuação duvidosa como chefe do Executivo, que visava privilegiar um grupo seleto de políticos do alto escalão da política nacional, negligenciando os interesses da população. Além disso, faz-se importante ressaltar que violência como revolução, não é a solução para o problema no sistema político brasileiro, isso apenas favorece o discurso de ódio e corrompe a manutenção da ordem.

(Conclusão) O trabalho teve por objetivo fazer uma análise de uma obra cinematográfica nacional tendo como base a Constituição Federal de 1988, a qual delimita e explica de modo claro e evidente, as funções políticas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios. O filme faz um retrato crítico e desperta um olhar reflexivo sobre o cenário político brasileiro, e sobre o Brasil ideal descrito na Lex Fundamental, demonstrando assim, ter notável relevância social na abordagem do contexto político-administrativo. Consequentemente, faz-se necessário esclarecer e disseminar a ideia de que políticos são servidores públicos, eleitos através de voto direto pela população e que devem trabalhar priorizando sempre a grande motivação democrática: o bem comum. Por tudo isso, deve-se pensar, em formas de tornar a letra da lei mais acessível para a população, visando incentivar maior conscientização em períodos eleitorais, e a instituição de uma fiscalização mais efetiva dos agentes públicos, buscando garantir que o contexto político - administrativo esteja sempre em conformidade com a constituição, e que o bem comum seja sempre a prioridade dos Poderes.

Palavras-chave: O Doutrinador. Constituição Federal. Organização político-administrativa.

A DINÂMICA DOS CRIMES NO NORDESTE: ANÁLISE ECONÔMICA E SOCIAL

Autor(es):

Allan Daniel Torres Soares: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A região Nordeste do país conta com números alarmantes de homicídios e crimes violentos, bem como o aumento das organizações facciosas. Frente a esse quadro degradante da sociedade, a presente pesquisa, considerou dados relevantes em artigos científicos, interpretações de análise estatísticas, e pesquisas explicativas de doutores, para uma abordagem científica sobre a dinâmica dos crimes no Nordeste no que tange a economia e os impactos sociais. É importante que fiquem estabelecidos os pontos que serão tratados para uma melhor compreensão da realidade atual da região, bem como para ficar claro o motivo desses fatores lamentáveis ocorrerem.

(Metodologia) Trabalho baseado em levantamento bibliográfico através dos bancos de pesquisa científicos Google Acadêmico, Revista da USP, Revista Brasileira de Segurança Pública, Revista UFRJ e o Repositório do Conhecimento do IPEA. Foram escolhidos 5 artigos, através das palavras chaves: Dinâmica, Crimes, Nordeste. O critério de inclusão da pesquisa foi o requisito de ser um artigo científico com dados, estatísticas e análises descritivas e explicativas para fortalecer e concretizar os objetivos da pesquisa. Também foi utilizada a técnica analítica dos quadros de violência no país.

(Resultados) Os Estados do Nordeste estiveram, antes de 2001, abaixo do limite tolerável de violência, estipulado como 10 mortes por cem mil habitantes. Em 2002 adiante houve um crescimento na economia nos Estados nordestinos que, segundo a literatura científica, está diretamente relacionado com o aumento da criminalidade. Isso se dá devido a qualidade de vida não ter aumentado com o aumento na economia, pois distribuição da renda gerou desigualdade social. Nesse cenário, algumas pessoas de baixa renda optavam por cometer crimes. A situação se agravou em função da baixa eficiência do sistema de justiça criminal nestes Estados e pelo pouco uso de políticas e estratégias de ressocialização, acarretando reincidência dos crimes. A consequência disso foi o aumento da circulação de armas no país, tanto da parte dos criminosos, quanto da parte das possíveis vítimas, que se revoltaram com o crime e contra a ineficácia das políticas governamentais. Isso levou à multiplicação dos crimes violentos e dos homicídios. Além disso, segundo os estudos do doutor em ciência política Túlio Kahn, houve uma migração dos crimes do Sudeste para o Nordeste no período de aumento econômico do país, pelos fatores aqui citados. Convém também frisar a disseminação das fações no território potiguar e cearense, principalmente do Comando Vermelho, PCC e Sindicato do Crime, gerando instabilidade na segurança da sociedade.

(Conclusão) É fatídico que o país necessita de melhorias na segurança pública, sistema judicial e prisional quando analisamos a dinâmica dos crimes no Nordeste. Assim, é indiscutível a relação do crescimento econômico com os crimes, sob o fato de que a qualidade de vida não foi aumentada simultaneamente. As fações e o governo possuem responsabilidade direta nesse quadro, pois de um lado o crime quer conquistar seus objetivos e precisa de pessoas, e pelo outro o governo se mostra omisso e ineficaz na socialização e ressocialização de indivíduos passíveis de crimes por morarem nas comunidades e os que já cometeram delitos.

Palavras-chave: Crimes, Nordeste, Econômica, Social, Análise.

A DIVISÃO ISONÔMICA DO TEMPO DE CONVIVÊNCIA NA GUARDA COMPARTILHADA

Autor(es):

João Victor de Paula Delafiori Hikiji: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Emmanuelli Karina de Brito Gondim Moura Soares: Docente do UNI-RN

(Introdução) O direito de família, como seu nome já propõe, é uma área do direito que vai tratar de questões familiares de uma forma geral. Além disso, com o avanço dos direitos individuais e da igualdade vieram conquistas como o divórcio e o tratamento igualitário entre filhos independente de sua origem. Com isso, o ponto chave para o início da mudança de ótica sobre este ramo do direito foi a Constituição de 1988 que trouxe como um de seus pilares a dignidade da pessoa humana e a igualdade. Logo, a forma de tratamento entre genitores, como nos referimos aos pais de uma criança e adolescente, também mudou.

(Metodologia) Além disso, um direito conquistado através de mudanças na legislação foi o divórcio, cabe dizer que alterações na legislação sobre o tema sofreram muita repressão da igreja católica baseada no dogma da indissolução do casamento. Logo, cidadãos que já haviam acabado o seu relacionamento não conseguiam dissolver o vínculo com seu outro cônjuge. Portanto, é uma grande benefício dos dias atuais o divórcio.

(Resultados) Contudo, o esse direito traz diversas implicações a vida de indivíduos que não podem decidir sua situação diante de tal fato, esses seriam as crianças e adolescentes que, apesar de não decidirem sobre o fim do casamento de seus genitores ou responsáveis, acabam por ter suas vidas completamente afetadas e diante do divórcio com filhos vemos nascer o instituto da guarda.

(Conclusão) Logo, com o surgimento da guarda conceituá-la se torna essencial para entendermos o que esse instituto, sendo assim, em síntese, podemos entender como a possibilidade de os genitores exercem sobre seus filhos o poder familiar, Ou seja, os direitos e obrigações dos pais para com os filhos. Do instituto da guarda temos suas ramificações como a guarda: compartilhada, unilateral e alternada. Neste artigo, iremos tratar apenas da guarda compartilhada onde os pais têm a guarda constantemente. Não se confundindo guarda com convivência, pois a forma de divisão de convivência pode variar dentro de cada espécie de guarda. A tese do presente artigo é a ideia é o fato de apesar da sugestão de convivência equilibrada presente na legislação, sustentada pelo art. 1.583, parágrafo 2º, do CC pela Lei 13.058/2014, não é o que ocorre na realidade, pois muitas ainda seguem as mesmas convivências na forma de guarda unilateral.

Palavras-chave: Tempo de convivência. Guarda compartilhada. Crianças e adolescentes.

A DIVISÃO RACIAL E SEXUAL DO TRABALHO E A SUB-HUMANIDADE MODERNA: UMA ANÁLISE SOB A LUZ DO DIREITO ABISSAL

Autor(es):

Amanda de Messias Sales: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) Boaventura de Sousa Santos sustenta, como perspectiva de estruturação teórica, que o pensamento hegemônico é um pensamento abissal. No âmbito desta acepção, teoriza que as segmentações sociais, culturais e geográficas provenientes da era colonial subsistem estruturalmente na modernidade ocidental, em facetas metamorfoseadas, de modo a engendrar as dicotomias vigentes na atualidade, as quais decorrem da reinvenção e perpetuação das três formas de dominação moderna: o colonialismo, o capitalismo e o patriarcado. À vista disso, a mais implacável clivagem engendrada pela dicotomia abissal consiste na distinção entre os seres plenamente humanos e os seres considerados sub-humanos. Os primeiros compõem a “sociedade civil”, os quais denotam-se homens formalmente livres e iguais, para quem reserva-se o trabalho considerado digno e livre; os segundos, por sua vez, situam-se na “zona colonial”, considerados subalternos àqueles, para quem destina-se o trabalho em condições precárias e exploratórias. No cenário laboral brasileiro, o caráter dicotômico sobredito revela-se na divisão sexual e racial do trabalho, porquanto o labor em condições precárias e exploratórias é destinado, historicamente, à população preta e pobre, sobretudo quanto às mulheres negras, as maiores vítimas da denominada tripla jornada de trabalho. Isto posto, a finalidade da presente pesquisa é a análise, alicerçada na perspectiva do pensamento abissal, das razões de existência e continuidade das subjugações e desigualdades decorrentes da divisão social do trabalho, e, a partir disso, responder a seguinte questão: como o direito figura como mecanismo de legitimação e perpetuação das continuidades metamorfoseadas das sujeições estruturadas pela divisão laboral racial-sexual.

(Metodologia) Haja vista que a pesquisa fundamenta-se numa problemática, sobre a qual formulou-se uma hipótese em que tenciona-se confirmar, a verificação desta está a desenrolar-se por intermédio do método hipotético-dedutivo. Assim, a fim de atingir os objetivos geral e específicos da pesquisa, tem-se como pretensão, através do método sobredito, confirmar a sua hipótese lastreadora, qual seja, a existência factual do direito como instrumento legitimador das desigualdades provenientes da divisão racial e sexual do trabalho.

(Resultados) Inobstante a pesquisa ainda estar em fase de elaboração, os resultados obtidos até o presente momento, através da metodologia supracitada, demonstraram o caráter abissal do pensamento moderno, visto que as distinções provenientes do período colonial ainda subsistem estruturalmente no âmago da sociedade atual, uma vez que os radicados das antigas “zonas coloniais” permanecem relegados às margens e periferias e, de forma velada, continuam a ser considerados inferiores em relação aos indivíduos das ditas “sociedades civis”.

(Conclusão) Ademais, denotou-se que o direito figura como uma das mais cabais expressões do pensamento abissal. Portanto, como instrumento legitimador das sujeições oriundas das dicotomias abissais, o direito opera, simultaneamente, para validar a existências dessas desigualdades e estabelecer meios para inviabilizá-las.

Palavras-chave: Pensamento abissal. Divisão social do trabalho. Direito do Trabalho.

A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO EM UM CONTEXTO JURÍDICO: ANÁLISE DOS IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 SOB A PERSPECTIVA DO GÊNERO

Autor(es):

Marina Fernandes Fontes de Andrade: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A presente pesquisa enquadra-se nas bases teóricas que produzem a união entre a ciência jurídica e a teoria feminista, como forma de proporcionar uma análise do direito através das interseccionalidades em que as mulheres se inserem. Dessa forma, toma por objeto o Direito do Trabalho para abordar a divisão sexual do trabalho, fenômeno social advindo do determinismo cultural que se dá ao sexo, como forma de atribuição de distintos papéis sociais aos gêneros, os quais remetem ao labor. Nesse sentido, em uma exploração que coloca em foco o aprofundamento do tema sob a perspectiva da pandemia da COVID-19, busca-se uma abordagem que traz à baila elementos cronológicos e contemporâneos, com escopo na distância entre o legislado e a prática. Busca-se, conseqüentemente, responder à seguinte problemática: como a divisão sexual do trabalho funciona como elemento que corrobora com a manutenção das desigualdades estruturantes que impõem vulnerabilidade às mulheres?

(Metodologia) Constitui-se em uma pesquisa descritiva, teórica e qualitativa, a qual utilizará dos métodos de procedimento histórico e comparativo, partindo da divisão sexual do trabalho e suas implicações na seara jurídica. A partir do método bibliográfico, as técnicas de pesquisa serão: a pesquisa documental e observação, de forma a obter um olhar crítico acerca do tema.

(Resultados) Tratando-se de um futuro trabalho de conclusão de curso, a partir da aplicação da metodologia de pesquisa, tem-se apenas resultados parciais. Observou-se, assim, que a sociedade molda-se, historicamente, através de hierarquias que produzem desigualdades, sendo o patriarcado determinante para a manutenção de mulheres em espaços sociais vulneráveis. Isso quer dizer que, em uma perspectiva histórica, a cultura do cuidado foi imposta à mulher como forma de comprometer seu tempo e energia, proporcionando seu enclausuramento no espaço privado. Tal configuração social misógina produz a divisão sexual do trabalho e afasta mulheres da independência financeira, único meio de ascensão social e mudança de paradigma. Ademais, no escopo da pandemia da COVID-19, tais desigualdades apenas foram aprofundadas, haja vista que as mulheres foram as que mais sofreram com o desemprego. Nesse sentido, as leis e princípios do direito do trabalho devem ser aplicados em observância às desigualdades e suas intersecções, para, assim, ultrapassar a igualdade formal.

(Conclusão) Mesmo ainda em curso, foi possível aferir, como conclusões preliminares, que para romper a tradição secular patriarcal que traz direitos trabalhistas menos efetivos às mulheres, na medida de sua desigualdade, é necessária a união de forças do Direito do Trabalho negociado e legislado, de modo a cumprir a sua função social: a pacificação de conflitos que envolvem interesses contrapostos. Sendo assim, apesar das constantes flexibilizações, os institutos protecionistas da ciência jurídico-laboral mostraram-se indispensáveis para a resolução da presente problemática, pois estabelecem patamares civilizatórios mínimos. Assim, os institutos do Direito do Trabalho merecem uma aplicação que se dê no escopo da equidade, haja vista que as obreiras, como minoria representativa, devem receber tratamento proporcional à sua desigualdade, para, assim, atingir-se uma igualdade material plena.

Palavras-chave: Divisão sexual do trabalho; Direito do Trabalho; COVID-19; Gênero; Pandemia.

A EQUIPARAÇÃO DAS AÇÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Autor(es):

*Marcos Maciel Jacinto Ferreira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Gabrielle Teixeira da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Cinthia Gomes dos Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O filme "Tropa de Elite 2: O inimigo agora é outro", traz diversos temas sobre a sociedade brasileira, o sistema de estado, servidor público vigente da época e sua grande equiparação à realidade atual. Tendo como protagonista enarrador da história o Capitão Coronel Nascimento, que por sua atuação desenrola o trâmite da problemática do filme em relação a corrupção do servidor público, demonstrando a falha do estado para com o povo e a proliferação do mal-estar social. O Capitão Nascimento visa comprovar e melhorar o sistema do estado, retirando os servidores públicos que ferem os princípios da administração pública, estes com intenções de favorecimento próprio, sem benefício a sociedade. Sendo assim, o grande ponto a ser abordado é a equiparação das ações dos agentes públicos em relação ao texto constitucional de 1988.

(Metodologia) A fim de compreender a conjuntura em apreço, a pesquisa se deu com base na investigação e referências bibliográficas, documentos eletrônicos, filme cinematográfico e fundamentação legal, abordando a constituição federal de 1988, utilizando a equiparação para melhor entender a problemática e poder discuti-la a partir do método demonstrativo em que foi possível alcançar um resultado satisfatório.

(Resultados) Os princípios da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência devem ser seguidos por todos os agentes públicos do estado para dispor dos mecanismos e atribuir ao povo a sua devida função que é o bem-estar social. Com estes preceitos dar-se-á ideia do filme de que os devidos servidores públicos na época apresentada, não equivalem a qualitativa do que se descreve na constituição federal de 1988, art. 37 caput. Por suavez, Nascimento expõe e degrada os agentes participantes do esquema de corrupção em organização criminosa junto aos milicianos, mas mesmo com todo o esforço e comprovação, o sistema corrupto perdura até os dias atuais, já que sua fonte não se encontra só no estado, mas na sociedade.

(Conclusão) Ante o exposto explica como a realidade atual não mudou em suas conquistas, na busca do fim de bloquear as vias contínuas do sistema corruptivo dos agentes públicos transformando o estado, inacessível para uns e inviável para outros quando se trata de manter a rigidez e atuar mediante conformidade com os princípios constitucionais e da administração pública, partindo do julgamento do Capitão Nascimento na CPI do Fraga, expondo fatos probatórios das negligências e omissões destes servidores, onde infelizmente aos dias contemporâneos perpétua, pois, não se surpreende ao ouvir notícias de prisão de agentes públicos em seu exercício de função.

Palavras-chave: Corrupção. Servidor-público. Estado. Atualidade. Justiça.

A ESCOLA DE SALAMANCA E OS AVANÇOS HUMANISTAS NO VELHO E NO NOVO CONTINENTE: OS CASOS DE FRANCISCO SUÁREZ E ANTÔNIO VIEIRA

Autor(es):

Lucas Francisco Costa de Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Fabio Fidelis de Oliveira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Escola de Salamanca comporta em seu escopo conceitual uma variedade de teses, proposições e corolários que influenciaram profundamente o pano de fundo europeu a partir do Renascimento. Temas como o Direito das Gentes, a Teoria do “Estado”, Escravidão indígena, liberdade de coação, antiabsolutismo divino dos Reis, relação entre Igreja e Estado e Simonia eram corriqueiramente discutidos nas salas universitárias. O primeiro a tratar desses novos temas, e ao mesmo tempo atualizar o fundo teórico ao momento histórico, foi o Frei Francisco de Vitória – tido pela historiografia recente como fundadora da Escola de Salamanca e do Direito Internacional em sua famosa *Rellectio* sobre os Índios. Apoiado nessa tradição salmanticense de pensar o *Ius*, Francisco Suárez escreve uma vasta obra jurídica que perpassa desde as concepções iniciais acerca do que é o Direito, dando bases teóricas para se pensar uma teoria do “Estado” a partir de uma “soberania” rigorosa da comunidade política, amplia a concepção de Direito das Gentes inaugurada por Vitória – estabelecendo princípios fixos para se tratar desse direito em âmbito internacional – e reafirma a liberdade de coação dos povos contra regimes que se apoiam no direito divino dos Reis. Antônio Vieira, diferente de Suárez e Vitória não é um professor universitário, mas sim um agente prático-político produto da retórica humanista de Salamanca; vindo de Portugal ao Brasil ainda criança começa a estudar no Colégio Jesuíta do Maranhão onde tem contato, através de seus professores, com as discussões teóricas da escolástica portuguesa “que bebia das fontes do humanismo espanhol”, é a partir desse contato teórico que Vieira fundamenta toda sua argumentação que reconhecia as comunidades indígenas como legítimas e combatia a escravidão desses mesmos índios.

(Metodologia) O procedimento metodológico ocorreu por meio de pesquisas bibliográficas, principalmente na obra *De Legibus* de Francisco Suárez e em algumas obras do Pe. Antônio Vieira sobre os Índios, também em artigos de apoio para explicar mais fundamentalmente os conteúdos tratados.

(Resultados) É possível notar uma clara linha de continuação teórica desde o nascimento dos corolários humanistas na Escola de Salamanca, passando por sua aceitação, atualização e ápice nos escritos de Francisco Suárez e, por fim, na produção prática e literária do Pe. Antônio Vieira, que consistia em uma exposição mais decadente das teses primeiramente erguidas em Salamanca, seja por não se ter o mesmo rigor escolástico de outros autores ou por tal tradição escolástica de fundamentação estar, em sua época, começando a ficar em desuso.

(Conclusão) Por fim, se conclui que, de certo, Vieira foi influenciado diretamente pelo suarismo presente na companhia de Jesus em seu tempo, em verdade Suárez era o autor escolástico mais requisitado da escolástica português e a formação de Vieira em um colégio da Companhia de Jesus o colocou a par da tradição suareziana de se pensar a teoria do “Estado”, o direito internacional e as relações entre Igreja e a República, concepção essa intimamente ligada aos ensinamentos salmantenses com os quais Suárez teve contato em sua formação na Universidade de Salamanca. Se constata então, que existe uma plena linha de continuidade entre a Escola de Salamanca, a interpretação e adaptação das teses e corolários por Francisco de Suárez e a prática jurídico-política do Pe. Antônio Vieira, sendo Vieira a última expressão importante do humanismo jusnaturalista na história das ideias brasileiras.

Palavras-chave: Francisco Suárez; Antônio Vieira; Escola de Salamanca; humanismo; jusnaturalismo.

A FAMÍLIA MULTIESPÉCIE E A SUA RESPONSABILIDADE AFETIVA EM SITUAÇÕES DE ABANDONO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS

Autor(es):

Lara Cibele DAuarte Fernandes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Emmanuelli Karina de Brito Gondim Moura Soares: Docente do UNI-RN

(Introdução) A relação humano-animal, está cada vez mais presente na nossa sociedade. A família multiespécie é formada por pessoas e seus animais de estimação, que muitas vezes são cuidados como filhos, companheiros e membros da família e, assim, trazem a relação afetiva como ponto principal da convivência. A afetividade existente entre esses dois seres acaba sendo um problema para o nosso ordenamento jurídico, uma vez que não possuímos uma lei que assegure os animais nos casos de abandono e de responsabilidade afetiva.

(Metodologia) O presente trabalho será realizado pelo método dialético, que procura usar a conversa, opiniões e assim, saber o que a sociedade pensa sobre a problemática do trabalho e o método de pesquisa - a pesquisa de campo, além de também abordar o método dedutivo, por estudos realizados por jurisprudências, livros, artigos e materiais da área.

(Resultados) Olhando a convivência afetiva existente entre o homem e seus animais, não é comum passar pela nossa cabeça que antes do processo de civilização não existia uma relação de afetividade e cuidados familiar. Os homens tinham os animais como submissos, providos de características específicas feitas para servir. Inicialmente, os animais tinham apenas 3 funções: caças, alimentação e comercialização. O ato de domesticar os animais acabou por influenciar no comportamento social, visto que, se num momento anterior os animais serviam basicamente para funções de guarda e caça, hoje alcançaram um patamar superior perante o homem, na medida em que se tornaram animais de companhia (DIAS, 2020), passando a ser demandas das Varas de Família, diante da jurisprudência do Tribunal Paulista. Assim, acabam trazendo uma responsabilidade famílias para as resoluções de conflitos existentes.

(Conclusão) Deste modo, infelizmente os animais domésticos são tratados como objetos e sujeitos de direitos despersonalizados, mesmo com a evolução da nossa sociedade e direitos, são tratados apenas como seres existentes para sentimento passageiro, sem a tal importância do afeto para esse animais. Grandes autores que vem debatendo o assunto da lacuna legislativa presente na defesa dos animais e que foram de grande importância para o desenvolvimento deste trabalho.

Palavras-chave: Famílias Multiespécie. Responsabilidade Civil. Abandono afetivo.

A IMPORTÂNCIA DAS EMPRESAS JUNIORES NOS VÍNCULOS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: O SEU IMPACTO NA FORMAÇÃO JURÍDICA E EMPREENDEDORA DO PROFISSIONAL GRADUADO

Autor(es):

Esther Fernandes de Castro Dantas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ursula Bezerra e Silva Lira: Docente do UNI-RN

(Introdução) As Empresas Juniores funcionam com o objetivo de aproximar o mercado de trabalho e o ambiente acadêmico, proporcionando aos estudantes a oportunidade de aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos durante seu curso, com o intuito de auxiliar no aprendizado e capacitar esses estudantes para serem profissionais mais completos e preparados para integrar um meio corporativo. É possível compreender que apenas os conhecimentos teóricos não são suficientes para moldar o profissional que se aventura no mercado de trabalho após a formação acadêmica, portanto, o presente trabalho visa realizar uma análise acerca da importância dos vínculos da extensão universitária a fim de que, seja possível construir, durante a formação do profissional graduado em direito, diretrizes que alavanquem as oportunidades de emprego e garantem uma maior empregabilidade para aqueles que acabam de chegar no mercado de trabalho.

(Metodologia) A metodologia a ser aplicada no presente trabalho é de pesquisa exploratória, tendo como método de abordagem quali-quantitativas, Como fontes de pesquisa, utilizar-se-á a pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e estudo de caso.

(Resultados) A presente pesquisa ainda está em andamento. Até o presente momento entende-se que o ingresso no mercado de trabalho, devido à advocacia tradicional, sofre diversas dificuldades, e os profissionais que possuem bases, ainda na graduação, sobre empreendedorismo e mercado de trabalho, atingem um diferencial capaz de destacar a vida profissional do recém-formado. Portanto, através de pesquisas e observação prática, é possível perceber que existem diferenças reais e estruturais impulsionadas pelo Movimento Empresa Junior nos vínculos educacionais, o que auxilia na formação acadêmica, capacitando de maneira imersiva e intensa, frentes do direito e diversas outras áreas que serão necessárias para os profissionais que desejam se preparar para o mercado de trabalho.

(Conclusão) Por fim, apesar da pesquisa ainda está em andamento, conclui-se que a experiência prática impulsionada pelo Movimento Empresa Júnior nos vínculos da extensão universitária, influenciam diretamente na imersão do profissional que deseja ingressar no mercado de trabalho. Cabe afirmar, ainda, que as experiências atreladas a vivência empresarial nas Empresas Juniores, são responsáveis por ampliar e capacitar o aluno, através de experiências reais e práticas, permitindo que ele conheça ou se encontre com diversos ramos de trabalho em que se vinculam, ou não, com a advocacia tradicional. Através do princípio fundamental em que se impõe a extensão universitária, a atuação das empresas juniores nas universidades impactam diretamente a formação jurídica, prática, e empreendedora, influenciando e moldando o aluno para o mercado de trabalho antes mesmo que ele saia da graduação.

Palavras-chave: Empresa Júnior. Extensão Universitária. Mercado de Trabalho.

A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO PSÍQUICA DAS VÍTIMAS PARA A ELUCIDAÇÃO DA AÇÃO PENAL EM CASOS DE CRIMES SEXUAIS

Autor(es):

*Walter Nunes da Silva Neto: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Lara Manuela da Silva Cunha: Discente do curso de Psicologia, Formação de Psicólogo do UNI-RN*

Orientador(es):

Luiz Eduardo Marinho Costa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A avaliação psíquica é um elemento significativo para elucidação da ação penal em casos de crimes sexuais. Por mais que o resultado seja insuficiente para comprovar a existência do abuso sexual, a sua realização mostra o uso comum dessa atividade pelos órgãos acusatórios e pelo próprio magistrado para afirmar seguramente a ocorrência da violação. Sabendo disso, a verificação do grau de confiabilidade no relato da vítima que os profissionais podem trazer para a apuração do delito faz-se fundamental ao caso, tendo em vista a possibilidade de haver contradições no processo de análise judicial.

(Metodologia) Nosso trabalho possui um caráter qualitativo e foi elaborado mediante discussões realizadas no grupo de estudos da Simulação e Investigação de Perícia Forense, projeto de extensão do UNI-RN proveniente dos cursos de Direito e Psicologia, além de uma pesquisa bibliográfica e documental. Os dados coletados foram retirados de artigos científicos e do Código de Processo Penal (CPP).

(Resultados) Como resultado da pesquisa realizada foi possível constatar a relevância do cuidado na realização da avaliação psíquica das vítimas, observando que a má condução da entrevista cognitiva pode resultar na confusão das memórias da situação e na revivência do conteúdo traumático sofrido pela vítima. Além disso, destaca-se, também, a importância do Depoimento sem Dano, técnica utilizada com crianças, as quais são ouvidas em uma sala apropriada à idade sem interferência de outras pessoas, exceto de profissionais capacitados. Quanto à influência do tempo nas lembranças do acontecido, o psicólogo tem a tarefa de tentar recuperar a memória dos acontecimentos e identificar possíveis contradições no relato através das técnicas corretas. Sendo assim, o grupo elencou essas questões como as mais pertinentes ao estudo.

(Conclusão) Dessarte, é perceptível a indispensabilidade da figura de um profissional qualificado para o bom andamento da persecução penal para a elucidação do fato criminoso, por meio da oitiva da vítima e/ou testemunhas, a qual tem como objetivo principal a coleta de provas da forma mais fidedigna possível. Ademais, destaca-se a influência do tempo na recuperação das memórias, as quais devem ser minimizadas pelo profissional mediante o uso de técnicas adequadas, evitando o fenômeno das falsas memórias. No mais, a lei 13.431/2017, que dispõe do depoimento sem dano, é de suma importância tanto para a vítima quanto para o esclarecimento do delito. A priori, a lei visa proteger o menor, evitando o cometimento de novas agressões ao longo da ação penal e, conseqüentemente, corroborando para a não ocorrência das vitimização secundária e terciária, mediante apresentação de um ambiente seguro e com profissionais especializados. A posteriori, o espaço criado nas salas especializadas faz a criança ser ouvida de forma menos agressiva, contribuindo para que o seu relato seja colhido de maneira menos traumática. No mais, há de se falar, consoante o artigo 158 do CPP, da indispensabilidade do exame de corpo de delito para os crimes que deixam vestígios, o qual não será suprido nem pela confissão do acusado. Assim, caso esteja ausente, ensejará na nulidade do ato praticado, conforme expresso no artigo 564, III, b do CPP.

Palavras-chave: Depoimento sem dano. Crimes Sexuais. Avaliação Psíquica.

**A INCONSISTÊNCIA DOS JULGADOS FRENTE AO RECONHECIMENTO DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO: DIANTE DA
UBERIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO**

Autor(es):

Kamila Teixeira Galvão : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo de Barros Dantas: Docente do UNI-RN

(Introdução) Muito embora haja no Brasil a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, que atua regulando o relacionamento entre empregador e empregado, há o que se falar quando o assunto é Uberização do mercado de trabalho. A partir do “boom” nacional no ano de 2016, o fenômeno da Uberização, que consiste na modernização das relações de trabalho decorrentes da popularização dos aplicativos de contratação de prestação de serviços, trouxe consigo grandes apontamentos acerca do cabimento do reconhecimento do vínculo empregatício. Sendo assim, tem-se aqui um estudo que propõe analisar e discutir as diferentes decisões acerca do reconhecimento do vínculo de emprego das relações uberizadas, além de refutar também os entendimentos e argumentos utilizados para a propositura de tal reconhecimento. Desta feita, na presente pesquisa serão analisadas as decisões judiciais e julgados contrários e favoráveis ao reconhecimento de vínculo, bem como o ordenamento jurídico trabalhista vigente no Brasil.

(Metodologia) A metodologia utilizada no presente trabalho foi a pesquisa exploratória, com a finalidade de reunir o máximo de informações sobre o fenômeno estudado, de maneira a aumentar a familiaridade com ele, deu-se através do método de pesquisa bibliográfica, a fim de analisar os dados e as informações conhecidos acerca do tema a partir de diferentes materiais bibliográficos já publicados. Por sua vez, quanto à técnica utilizada no trabalho, foi realizada uma pesquisa indireta, documental e bibliográfica, através de doutrinas, como a Consolidação das Leis do Trabalho e de decisões dos Tribunais Superiores do Trabalho sobre o objeto de estudo, através da análise quantitativa e qualitativa.

(Resultados) Embora a presente pesquisa encontre-se em andamento, os resultados esperados para a presente pesquisa são, delimitar através dela os impactos da inconsistência dos julgados frente ao reconhecimento do vínculo empregatício, assim demonstrando os aspectos jurídicos e sociais que permeiam o fenômeno da Uberização.

(Conclusão) Desta feita, conclui-se que para que sejam configuradas as relações de trabalho com vínculo empregatício no Brasil, é imprescindível o cumprimento dos requisitos estabelecidos na CLT, e que embora a sociedade evolua constantemente e com isso sujam novos moldes de prestação de serviços, o sistema jurídico brasileiro vigente possui uma ordenação normativa que regulamenta e jurisdiciona o vínculo empregatício. Além da observação de fatores que estão inscritos em nossa sociedade, os quais também regulam o relacionamento entre empregador e empregado. Ademais, vale ressaltar que a presente pesquisa encontra-se em desenvolvimento, portanto não consta conclusão definitiva.

Palavras-chave: Uberização. Julgados. Reconhecimento. Vínculo empregatício. Decisões.

A INCONSTITUCIONALIDADE DA EXECUÇÃO ANTECIPADA DA PENA SOB A ÓTICA DO PACOTE ANTICRIME

Autor(es):

Gerson Brendo Mesquita Ferreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Lei n. 13.964/19 ou simplesmente denominada como Pacote Anticrime, trouxe inúmeras alterações em dispositivos do Código Penal, Código de Processo Penal, e em Leis Extravagantes do nosso ordenamento jurídico. Entre as diversas mudanças advindas por meio desse novel legislativo, a que chamou mais atenção dos operadores do Direito foi à previsão inserida no artigo 492, I, e, do Código de Processo Penal. O supracitado dispositivo gerou grandes discussões no mundo jurídico, principalmente no que tange a sua constitucionalidade. Assim, é em torno de toda essa problemática da execução antecipada da pena que se fundamentou o presente trabalho, de modo a analisar se a discutida alteração jurídica é compatível ou não com a ordem constitucional vigente.

(Metodologia) A pesquisa realizada neste trabalho teve como método de abordagem o qualitativo, uma vez que foi analisado criticamente o tema aqui discutido. Outrossim, teve como método de procedimento o bibliográfico, considerando que foram lidos e discutidos diversos livros e trabalhos acadêmicos de modo a extrair os comentários pertinentes ao tema da pesquisa. Ademais, utilizamos como técnica de pesquisa a análise histórica, comparativa e descritiva acerca do princípio constitucional da presunção de inocência e os aspectos inerentes a execução antecipada da pena.

(Resultados) De acordo com Nucci (2020), a referida norma não possui nenhuma base lógica ao considerar que o condenado a 14 anos e 11 meses poderia ficar em liberdade, no entanto, aquele sentenciado a 15 anos deve ficar preso. Nesse sentido, ao estudar o tema em questão vê-se que o grande liame advindo por essa novidade legislativa é a sua compatibilidade com a Constituição Federal de 1988, de modo a confrontar a execução antecipada da pena com o famigerado princípio da presunção de inocência. Além disso, nas palavras de Rosa (2016), essa previsão constitucional é mais que mera presunção de inocência: o réu encontra-se em estado de inocência, já que não é considerado culpado enquanto não verificado o trânsito em julgado. Destarte, se é inconstitucional a execução antecipada da pena após decisão de segundo grau, por lógica não se poderia admitir a execução antecipada após decisão de primeiro grau ainda que seja pelo rito do júri (Lopes Junior e Rosa, 2020). Em relação a isto, aponta Badaró (2019) que o trânsito em julgado que se trata no artigo somente ocorre quando a sentença ou o acórdão condenatório tornasse imutável, de modo a surgir a chamada coisa julgada material. Dessa forma, para ele não se pode existir margem exegética para a interpretação do referido artigo, não podendo, portanto, considerar o trânsito em julgado após julgamento em primeira ou segunda instância.

(Conclusão) Conforme expõem Lopes Junior e Rosa (2020), a previsão do art. 492, inciso I, alínea e, segunda parte, do Código de Processo Penal “viola a presunção constitucional de inocência, na medida em que trata o réu como culpado, executando antecipadamente sua pena, sem respeitar o marco constitucional do trânsito em julgado”. Portanto, vislumbra-se que muitos são os autores que falam sobre a possível inconstitucionalidade da execução antecipada da pena nos moldes definido pelo artigo 492, I, e, do Código de Processo Penal, sendo amplamente discutível a inconstitucionalidade ou não deste instituto, tendo em vista o julgamento que está por vir das Ações Declaratórias de Constitucionalidade n. 42 e 43 suspensas depois de pedido de vista de um dos Ministros da Suprema Corte do país.

Palavras-chave: Inconstitucionalidade. Pena. Pacote Anticrime. Presunção de Inocência.

A INDIGNIDADE DE SUZANE VON RICHTHOFEN

Autor(es):

Ian Galdino Alves: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) Demonstrar, de certa forma, como se chegou na sentença civil de indignidade de Suzane Von Richthofen. Isso porque, na época em que fora ajuizada a demanda para que se declarasse a indignidade da suspeita do assassinato dos próprios pais, ela ainda não possuía uma sentença criminal declarando, efetivamente, sua participação, por isso, somente ao final do processo criminal, o juízo cível julgou a demanda para declarar a ré indigna.

(Proposta do roteiro) Aqui, propõe-se demonstrar, ainda que de forma resumida, o trâmite processual do caso Suzane Von Richthofen. Nesse passo, ao analisar esse andamento processual é possível constatar uma verdadeira aula de direito material, tanto quanto processual. Seja no âmbito civil ou penal. Diz-se isso, pois o juízo cível acompanhou o processo criminal, a fim de usar a possível sentença de condenação como base em sua sentença civil. O interessante, é que princípio da presunção de não culpabilidade de Suzane foi respeitado no âmbito cível, até que se tivesse uma sentença condenatória transitada em julgado.

(Efeitos esperados) Busca-se demonstrar, reiterando, ainda que de forma sintética, os reflexos penais e civis da condenação de Suzane. Isso porque, conforme demonstrado, a ré no processo civil foi considerada inocente até se ter uma sentença penal condenatória transitada em julgado. A partir disso, os fatos não poderia mais ser discutidos no âmbito cível, de sorte que a indignidade restou demonstrada na seara civil, tendo em vista a condenação na seara penal. Destaca-se, uma economia de atos fantástica para se chegar na sentença de indignidade, respeitando todas as garantias processuais.

A INFLUÊNCIA DAS MEDIDAS PROTETIVAS NOS PROCESSOS DE GUARDA

Autor(es):

Amanda Arruda Teixeira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Emmanuelli Karina de Brito Gondim Moura Soares: Docente do UNI-RN

(Introdução) A sociedade do século XX é marcada pela presença do patriarcalismo e do conservadorismo, tais características se transmitiram para as leis da época que mostram a predominância do homem nas relações matrimoniais. Com o passar dos anos, os direitos das mulheres, foram evoluindo em busca da igualdade de gênero. Um grande direito conquistado pelas mulheres, são as medidas protetivas provenientes da Lei nº 11.340/06, que busca proteger a mulher de relações abusivas e violentas, mas estas medidas não são um impedimento para que o agressor deixe de lado o litígio da guarda de seus filhos.

(Metodologia) Será realizada uma pesquisa jurisprudencial nos sites do STF, STJ e nos sites dos tribunais de justiça visando obter decisões de casos concretos em que envolvam o instituto da medida protetiva dentro do direito das famílias, de modo a fazer uma análise comparativa acerca do tema, junto com o auxílio da doutrina majoritária para se entender e definir os institutos que serão abordados. Além disso, será realizada consultas e entrevistas com advogados experientes na área em busca de resultados práticos em casos que contém esta problemática.

(Resultados) Foi possível constatar casos em que mesmo quando a genitora é protegida pela lei, do seu ex-companheiro, a guarda de seus filhos é discutida de forma a respeitar o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, sendo encontrados casos em que o agressor tenha a guarda compartilhada ou até mesmo unilateral de seu descendente. Tais resultados foram escassos no quesito da situação da mulher que compartilha a guarda com seu agressor, ocasionando diálogos e encontros inesperados, visto que, a pesquisa ainda se encontra em andamento.

(Conclusão) Com base nos estudos realizados até o presente momento, foi verificado que a retrospectiva histórica do direito da mulher traz uma visão sociológica do direito, concomitante com a evolução da legislação, abarcando os direitos conquistados ao longo dos anos. Destarte, o estudo sobre as medidas protetivas, trouxe resultados esperados, sob o olhar imparcial, de modo que, o menor não seja prejudicado ou impedido de conviver com os seus genitores visando o respeito ao princípio do melhor interesse da criança e do adolescente.

Palavras-chave: mulher; direito; violência; medida protetiva; guarda.

A INSERÇÃO DA MULHER NEGRA NO MERCADO DE TRABALHO E OS SEUS REFLEXOS NA SOCIEDADE

Autor(es):

Brenda Alencar de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ursula Bezerra e Silva Lira: Docente do UNI-RN

Adriana Conceição Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) A percepção de não fazer parte de um padrão, o autoconhecimento como mulher negra, preta ou parda, e como essa questão atinge diretamente todas as outras mulheres desenvolve uma autoconsciência e conseqüentemente gerainúmeras inquietações e mudanças no comportamento. As mudanças no comportamento são extremamente importantes para que mulheres negras venham a ocupar espaços, principalmente no mercado de trabalho, que à elas ainda são minoritariamente destinados. A representatividade é crucial para a autoafirmação e ela só é possível caso haja a conscientização da sociedade como um todo, isto é, todas as pessoas, independentemente da cor de pele, devem buscar entender e apoiar o crescimento da representatividade e do espaço ocupado pelas mulheres negras para uma sociedade mais justa e igualitária.

(Metodologia) Esse trabalho está sendo realizado através de uma pesquisas descritivas, com o intuito de sanar questionamentos e descrever fenômenos sociais, pesquisas bibliográficas através de leitura documental de leis, livros e artigos científicos, bem como por meio da pesquisas documentais tendo em vista que a pesquisa abrange uma contextualização histórica, pesquisa quantitativa quanto a análise percentual de espaços ocupados por mulheres negras no mercado de trabalho ao longo dos anos e a pesquisas explicativas, observando a necessidade de análise e explicação das dimensões e características de indivíduos e grupos sociais.

(Resultados) O trabalho ainda não possui resultados conclusivos, pois ainda está em andamento, no entanto é possível perceber que as estruturas das estruturas sociais desenvolvidas no Brasil fazem com que as mulheres negras tenham menos oportunidades e permaneçam, ainda, em sua maioria ocupando posições subvalorizadas no mercado de trabalho.

(Conclusão) O direito do trabalho traz como luta social os trabalhadores à medida que o trabalho vai muito além do que uma fonte de renda, atingindo o poder de demandar e de dignificar os indivíduos, mas ele não atinge as mulheres negras em sua maioria, pois elas estão em locais e posições de trabalho precarizados. É urgente que se observe a importância das políticas afirmativas, para que a presença das mulheres negras começa a tencionar os espaços por meio da representatividade, e esta só será possível com a conscientização da sociedade como um todo, isto é, com o apoio dos demais grupos sociais, seja consumindo livros, filmes, serviços profissionais ou na busca de profissionais específicos de outras profissões como médicas, advogadas e entre outras. O feminismo negro é uma ferramenta de revolução social que precisa ser movimentada por toda a sociedade.

Palavras-chave: Feminismo. Mulheres Negras. Mercado de trabalho.

A INTERFERÊNCIA DA MÍDIA NO JULGAMENTO DOS CRIMES DE GRANDE REPERCUSSÃO NO BRASIL E O DIREITO PENAL COMO VINGANÇA SOCIAL

Autor(es):

Rafaela Alvares Bandeira Luz Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A mídia pode ser definida como um complexo de meio de comunicação, cuja finalidade consiste em promover a transmissão e o compartilhamento de informações e conteúdos para a sociedade. Sendo assim, como fruto do seu amplo papel propagador, a mídia assume uma posição significativa na formação da opinião popular. Diante disso, no âmbito do direito processual penal essa interferência atua de modo direto no julgamento dos crimes de grande repercussão no Brasil, fato este que consolida o sentimento de vingança social criado pela sociedade em busca de justiça, assim como atinge o Art. 5º LVII da Constituição Federal, no qual afirma que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”. Esse sentimento de vingança social se desenvolve em virtude do juízo de valor atribuído à mídia no compartilhamento de informações acerca dos crimes em análise, no qual em muitas vezes é escolhido um “lado” certo e outro errado para ser tido como verdadeiro. Assim, deve ser analisado se a violação do Princípio da Presunção da Inocência, ao se chocar com os limites impostos pelos Princípios da Razoabilidade e Proporcionalidade, faz com que o suspeito do delito se transforme em “culpado” e “criminoso”, sendo condenado, através sensacionalismo midiático, pela sociedade antes mesmo da atuação da justiça.

(Metodologia) A pesquisa contem como método de abordagem o dedutivo, partindo dos princípios constitucionais e processuais penais, da Presunção da Inocência, Proporcionalidade e Razoabilidade, de modo a interligar o papel da influência da mídia nas decisões dos casos de grande repercussão no Brasil por meio de situações reais, quais sejam: Caso Doca Street e Boate Kiss. Quanto aos métodos de procedimento, foi utilizado o descritivo, no intuito de apresentar uma análise crítica acerca da interferência da mídia nos casos de grande repercussão no Brasil. No tocante as técnicas de pesquisas, foi utilizada a bibliográfica, no âmbito do direito penal e processual penal.

(Resultados) Obteve como resultado a percepção de que a mídia e os diversos meios de comunicação, diariamente, ao expor demasiadamente os crimes de grande repercussão, promovem um sentimento de vingança social pela população, fato este que, além de ocasionar um julgamento prévio pela sociedade, viola princípios constitucionais penais. Notou-se que nos casos de crimes de grande repercussão, com o julgamento social promovido pela intensa disseminação de informações pelos meios de comunicação, ocorre uma violação expressa ao Princípio da Presunção de Inocência e in dubio pro réu, de maneira a acarretar uma abusiva exploração midiática perante o processo judicial e o fato criminoso, condenando o hipotético réu de modo anterior ao seu próprio julgamento legal.

(Conclusão) A conclusão foi permeada pela necessidade do zelo da mídia e dos meios de comunicação no tocante ao compartilhamento e exposição de informações, principalmente no que diz respeito aos crimes de grande repercussão, no intuito de evitar que o julgamento seja corrompido pelos operadores do direito. Sobre esses, percebe-se a imprescindível necessidade de imparcialidade.

Palavras-chave: Interferência da mídia, crimes de grande repercussão, vingança social, direito penal.

A INVISIBILIDADE DAS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA NA CAPITAL POTIGUAR: UM RETRATO DA INTOLERÂNCIA RELIGIOSA

Autor(es):

*Nathalia Kaluana Rodrigues da Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Rudson de Aquino Varela: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

Orientador(es):

Rasland Costa de Luna Freire: Docente do UNI-RN

(Introdução) O princípio da laicidade é primordial a um Estado Democrático de Direito por configurar a separação entre o poder público e a religião. Essa norma compreende, portanto, que a diversidade religiosa deve ser respeitada em uma nação, de forma que os indivíduos sejam livres para manifestarem a crença que desejarem e que o regime político mantenha neutralidade ao não adotar uma religião como oficial. O Brasil, por meio da Constituição Federal de 1988, busca prezar pelo pluralismo ao assegurar a todos os brasileiros o livre exercício dos cultos religiosos no país. Entretanto, a norma tem colidido, historicamente, com a realidade posta: os intensos casos de intolerância enfrentados pelos representantes das religiões de matriz africana. Ameaças, destruição de terreiros e assassinatos são registrados diariamente por representantes da Umbanda e do Candomblé, pondo assim em dúvida a eficácia do direito à liberdade religiosa. Dessa forma, pretende-se, com o presente estudo, analisar e discutir como os fatores citados impactam o cenário religioso em Natal/RN.

(Metodologia) A metodologia utilizada consistiu em uma consulta das organizações da sociedade civil (OSCs) na cidade de Natal/RN pelo mapa das OSCs disponibilizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Posteriormente, foram filtrados todas as que possuíam a classificação de "Organizações Religiosas". Em seguida, foi pesquisado no Google em qual religião a referida organização pertencia e documentado para esta pesquisa.

(Resultados) Foram encontradas 2469 organizações sociais registradas na capital potiguar. Destas, 341 são organizações religiosas, sendo 250 da religião evangélica, 56 da católica, 15 são espíritas, 13 não foram identificadas, 3 são budistas, 2 são xamânicas, 1 é judaica e 1 foi identificada como umbanda. Os números analisados foram obtidos de um conjunto de dados de cadastros de CNPJs que expõe a invisibilidade das religiões de matriz africana ao revelar a representação de apenas 1% da totalidade das organizações religiosas - sumariamente composta por entidades ligadas à religião evangélica (73%). Assim, compreende-se que a baixa representação de religiões como a Umbanda e o Candomblé tem ligação direta ao cenário de intolerância religiosa presente na cidade.

(Conclusão) Diante do exposto, conclui-se, parcialmente - uma vez que o trabalho encontra-se em desenvolvimento, que o direito ao exercício da liberdade religiosa têm sido cerceado quando se trata de religiões de matriz africana em Natal/RN. Tal cenário repete-se a nível nacional, com denúncias a casos de desinformação e fake news, discursos de ódio e violência. Dessa forma, impactando negativamente no pleno exercício dos cultos religiosos e ferindo, gravemente, a Carta Magna Brasileira por não respeitar os princípios fundamentais da Constituição e oferecer risco de vida para aqueles que praticam religiões ligadas ao povo negro.

Palavras-chave: Intolerância Religiosa. Religiões de Matriz Africana. Direito à Liberdade Religiosa.

A IRREVOGABILIDADE DOS ATOS DE RENÚNCIA

Autor(es):

Anamélia França da Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Clara Dantas de Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Carolina Cirne Felinto: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O presente vídeo possui como objetivo a ilustração do direito sucessório na hipótese de renúncia. Ademais, busca demonstrar também que a renúncia pode ocorrer apenas após a morte do de cujus, não sendo válida caso ocorra antes, uma vez que, não existe herança de pessoa que ainda possui vida.

(Proposta do roteiro) O roteiro foi idealizado para narrar uma história prática e dinâmica onde duas irmãs decidem renunciar a herança para beneficiar sua mãe. Contudo, uma delas renunciou com seu pai ainda em vida, a outra, por sua vez, renunciou após sua morte. Com isso, aproveitando-se da oportunidade e vendo que poderia voltar atrás, Maria Clara resolve aproveitar o ato de renúncia de Carolina e ficar com a herança inteira para si.

(Efeitos esperados) A partir do presente trabalho, espera-se o aprendizado de modo prático e descontraído acerca do direito sucessório e suas regras, se atentando quanto ao momento da realização da renúncia e aceitação, no qual ambas retroagem para a data da abertura da sucessão, sendo apenas um ato irrevogável.

A LEGALIZAÇÃO DA MACONHA

Autor(es):

João Eric Nasoli Nunes da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Mateus Carvalho Rodrigues: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Bruna Lory Queiroz Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Paula Fernanda Falcao Sousa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Tales Rafael de Brito Guerra: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) No Brasil, desde 2006, a Lei de Drogas proíbe em todo o território nacional o plantio, a cultura, a colheita e a exploração da cannabis sativa, planta mais conhecida como maconha. O debate sobre a descriminalização é longo e conta com médicos, juristas e representantes de organizações com opiniões contra e a favor das mudanças na legislação, algo que esbarra em questões de raça e classe também. Por outro lado, estudantes e pesquisadores sabem do benefício que ela pode dar a população e por isso torciam muito para o julgamento acabar. De um lado as liberdades individuais e do outro a saúde pública.

(Metodologia) A metodologia utilizada para a realização do trabalho consistiu em basicamente na pesquisa bibliográfica, através de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos que na ocasião foram os artigos científicos pesquisados acerca da legalização da maconha, feitos por diversos pesquisadores que tiveram seus trabalhos embasados em análises de livros, artigos em periódicos e em outros textos encontrados na internet.

(Resultados) Alguns dos principais dados encontrados pelos autores dos artigos mostram que o cultivo local controlado deverá baixar o custo dos tratamentos para pacientes e governos. Alex Manente cita um valor na casa dos 3 mil reais que será economizado pelo SUS quando comparado ao produto que é comercializado hoje nas farmácias a atuais itens alternativos. Portanto, é visível a necessidade da legalização para fins medicinais, pois sabemos dos malefícios da maconha quando usada para outros fins, pois pode acarretar com o uso contínuo alguns problemas como: depressão, sonolência, ataque de pânico e ansiedade, além de vários outros sintomas prejudiciais à integridade física e mental do indivíduo. Porém, o Estado continua proibindo qualquer uso e impedindo a população de usar um medicamento que vai trazer melhoras e acabar com várias doenças, já que a indicação do canabidiol no rol de substâncias controladas da ANVISA é prova suficiente da admissão, por parte do Estado, da capacidade medicinal da cannabis, tornando totalmente inconstitucional sua proibição, por isso se faz necessário a regulamentação para que libere não totalmente, mas sim, dando ênfase na parte medicinal.

(Conclusão) No Brasil ainda está proibido o uso da maconha, como é previsto na lei 11.343/06 com penas a serem aplicadas. Com as notícias que estão sendo passadas adiante, mostra que os artigos estão mudando a visão grosseira que se tinha, conseguindo mostrar que a maconha pode ser usada para salvar e melhorar a vida de várias pessoas. Portanto, pedir a legalização da maconha não significa seu incentivo, apenas uma forma de se expressar, pois o que é pedido é o uso parcial e com foco no âmbito medicinal, já que o uso próprio no Brasil já não é mais considerado crime, apenas o transporte e tráfico de drogas, logo o Brasil que tem como figura pública a frase "o fim da guerra das drogas", prova-se que outros países que legalizaram se deram bem e o Brasil devia se espelhar nisso, já que seria um grande avanço para o país que luta tanto contra esse tráfico. Parte da população ainda está lutando para conseguir seu objetivo que é a legalização da maconha para uso medicinal, os problemas descobertos foram que está prejudicando no avanço do país, no avanço a ciência e aumentando o tráfico de drogas.

Palavras-chave: Cannabis; Legalização; Descriminalização. Lei de drogas; Uso medicinal da maconha; Legalização da maconha para fins medicinais; Regulamentação; Maconha.

A LIBERDADE DE EXPRESSÃO COMO FORMA DE REPRESSÃO À VIDA

Autor(es):

*Marianny Aparecida Maia de Melo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Sara Raquel da Silva Avelino: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

Orientador(es):

Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) O youtuber Bruno Aiub, conhecido como Monark, foi desligado do Podcast Flow no dia 09/02/2022, após ter feito apologia ao nazismo, defendendo que no Brasil deveria haver um partido nazista legalizado e que é aceitável que os cidadãos sejam “antijudeus”. O ex-apresentador é fã de um direito chamado “liberdade de expressão”, em seus posicionamentos nas redes sociais, como o Twitter, o mesmo justifica seus comentários até então ofensivos através desse direito, porém, Monark possivelmente não sabe que o seu direito acaba a partir do momento ao qual fere-se o direito do próximo, nesse caso, o direito à vida e a religião. Por intervenção da leitura dos conflitos de tais direitos fundamentais, busca-se uma resolução prístima ao caso.

(Metodologia) Para corporificar o qualificado estudo recorreu ao objetivo da pesquisa explicativa, concomitantemente com procedimentos bibliográficos, tendo como base livros, materiais virtuais e conhecimento adquirido em sala de aula.

(Resultados) A liberdade de expressão encontra-se na seara dos direitos da personalidade, cujo são classificados fundamentais ao indivíduo, tendo assim grande proteção de nossa Constituição Federal. No que tange a abrangência do direito de manifestar-se e expressar-se, observa-se determinada elasticidade em relação a até onde a manifestação do pensamento é tolerável no âmbito social. A contenda de grande estima à sua menção, é a compreendida na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, onde pode-se identificar os limites subjetivos ao exercício dos direitos fundamentais, uma vez que a liberdade consiste em poder fazer tudo aquilo que não prejudique outrem. Seguindo os pensamentos do economista e filósofo John Stuart Mill, o princípio para a intervenção na liberdade de ação do outro é a autoproteção, prevenindo assim, danos a outros. Nessa temática, o direito à liberdade de expressão está em confronto direto com o direito à vida e a religião, uma vez que, ao extrapolar a liberdade de expressão em prol da existência de um partido nazista, o indivíduo está propagando o ódio e a violência, ferindo o direito de outrem. Assentando com o art. 5º da Constituição Federal, a garantia do direito à vida, à liberdade e à segurança são fundamentais e, portanto, sua inviolabilidade é inaceitável, principalmente no que se refere a um momento histórico que matou mais de 6 milhões de pessoas, incluídas nesse número minorias que na atualidade sofrem com preconceitos e cicatrizes profundas do passado. Como alicerce, a Constituição proíbe a criação de partidos antidemocráticos, consequentemente, a prática de induzir a criação de algo historicamente cruel segue sendo até hoje desprezado segundo a Constituição e seu descumprimento possui sanções graves.

(Conclusão) Nos anos 80 surgiu o movimento “No Platform” com o intuito de evitar discursos constitutivamente antidemocráticos, contendo o desígnio de restaurar a supremacia de poderes, exemplificativamente o nazismo, a supremacia da raça ariana. No Brasil, anuindo a “Lei Caó”, certifica-se a tipificação do crime de racismo em caso de atos resultantes de preconceito de raça, compreendendo o discurso de ódio. Dessarte, com os esforços da coletividade majoritariamente e da própria Constituição, torna-se perceptível a proeminência do direito à vida e a religião no panorama da concorrência dos direitos fundamentais presentes no caso, ficando assim defeso por parte dos direitos fundamentais a responsabilidade de uma manifestação que não ultrapasse a linha pessoal dos direitos alheios, causando danos morais à pessoa ou conjunto de indivíduos, visto que este é um direito de todos irrestritamente.

Palavras-chave: Direitos-fundamentais; liberdade; Nazismo.

A NECESSIDADE DE AUTORIZAÇÃO DO CÔNJUGE PARA A REALIZAÇÃO DA CIRURGIA DE LAQUEADURA E ASSUAS REPERCUSSÕES SOCIAIS E JURÍDICAS

Autor(es):

Ana Luisa Breckenfeld Nobre: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Emmanuelli Karina de Brito Gondim Moura Soares: Docente do UNI-RN

(Introdução) A criação da Lei 14.443 de 02 de setembro de 2022, que entrará em vigência em 2023, afetará o planejamento familiar, assim como a visão sobre a independência da mulher, temas de extrema importância no cenário brasileiro nas últimas décadas. Essa Lei, ao entrar em vigência, irá reduzir a idade mínima para realização da cirurgia de esterilização voluntária de 25 para 21 anos, assim como dispensará a necessidade de autorização do cônjuge para a realização desta, ou seja, irá interferir diretamente na atual Lei nº 9.263/96, de Planejamento Familiar (especialmente § 5º do Art. 10) o que é um grande passo para a independência e afirmação dos direitos fundamentais das mulheres, que vêm crescendo desde o Estatuto da Mulher Casada (Lei nº 4.121 de 27 de agosto de 1962). É de extrema importância frisar também que a criação de leis e transformações jurídicas não são o suficiente para colocar a mulher uma posição igualitária na sociedade, principalmente no âmbito familiar, visto que ainda é um problema social que acompanha o Brasil em toda a sua evolução, criado pela sociedade prioritariamente patriarcal e machista, que coloca o “homem da casa” como a figura principal no sustento e tomada de decisões de sua família, tornando a mulher um personagem secundário, apenas de apoio para seu marido. Por conseguinte, é fundamental que o tema proposto seja discutido, de modo a analisar as incumbências históricas trazidas pelas imposições masculinas e as suas repercussões na contemporaneidade onde, teoricamente, a sociedade, e principalmente as mulheres, possuem liberdade de expressão e autonomia para a busca da efetivação dos seus direitos.

(Metodologia) Abordagem O método a ser utilizado para a elaboração do projeto de trabalho em epígrafe consiste no método indutivo, uma vez que será por meio do exame das previsões legais do ordenamento jurídico brasileiro, da análise de dados bem como de interpretações textuais, que se pretende examinar os fatores os quais norteiam as implicações estudadas. Procedimento No tocante ao tipo de abordagem, serão empregados os métodos histórico e estatístico, uma vez que será por meio da análise de textos, documentos jurídicos e estatísticas sociais que os aspectos propostos serão analisados. Pesquisa Quanto ao método de pesquisa, a análise de documentos jurídicos e elementos textuais serão empregados densamente na elaboração do trabalho de curso em epígrafe, de modo a observar de maneira exploratória e quantitativamente os dados e textos acerca do tema - além da observação de publicações acadêmicas e notícias jornalísticas - sendo possível, dessa forma, a captação de informações acerca da temática em questão.

(Resultados) Pesquisa ainda está em andamento, não possui resultados conclusivos.

(Conclusão) Resta claro que a necessidade de autorização do cônjuge para a realização da cirurgia de laqueadura no Brasil é uma temática bastante relevante e de inúmeros desdobramentos sociais e jurídicos, e que apesar da grande evolução para a contemporaneidade, que trouxe consigo a percepção da garantia dos direitos fundamentais, os quais foram – e ainda são – conquistados com muita luta e reivindicação.

Palavras-chave: Planejamento familiar; processo de esterilização; consentimento do cônjuge; dignidade da pessoa humana.

**A PANDEMIA DA COVID-19 COMO INSTRUMENTO PARA O AUMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR
CONTRA A MULHER NO BRASIL**

Autor(es):

Beatriz Rocha Rodrigues: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Adriana Gomes Medeiros de Macedo Dantas: Docente do UNI-RN

(Introdução) Essa pesquisa visa analisar, por meio de pesquisa teórico-bibliográfica, da análise de dados estatísticos e da legislação brasileira a eficácia dos métodos do Estado para resguardar a vida e os direitos fundamentais das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, dando ênfase ao período de pandemia da covid-19 e a uma das maneiras implementadas no Brasil para conter o avanço da doença, o isolamento social, que apesar de necessário teve seu lado negativo, deixando as mulheres em situação de violência doméstica e familiar ainda mais vulneráveis, aumentando o convívio com seus agressores, dificultando o acesso a justiça e as redes de apoio, além da precarização das condições de vida, em quemuitas mulheres perderam o emprego e viram a renda familiar diminuir.

(Metodologia) A pesquisa está sendo desenvolvida por meio do método teórico-bibliográfico, sendo analisadas as medidas legislativas e sociais que o Estado propõe, assim como a análise de dados estatísticos e obras sobre o assunto.

(Resultados) A pesquisa ainda está em andamento, portanto os resultados são inconclusivos.

(Conclusão) Apesar da violência doméstica e familiar contra a mulher ser um enorme problema no Brasil há muito tempo, como expõe a pesquisa de 2015 da Organização Mundial da Saúde que elencou o Brasil como o quinto país que mais mata mulheres no mundo, não há dúvidas que a pandemia da covid-19 e o isolamento social tornou a situação das vítimas ainda mais precária e vulnerável. Os principais motivos foram a dificuldade ao acesso a justiça e a redes de apoio, a maior permanência em casa com seus agressores e muitas vezes a perda do emprego ou diminuição da renda familiar. Segundo pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública a precarização das condições de vida durante a pandemia é maior entreas mulheres que sofreram violência. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2020 comparou os dados do primeiro semestre de 2020 e de 2019 e mostrou que as denúncias de crimes contra a mulher, com exceção da violência letal, haviam diminuído. Este dado mostra a dificuldade que as mulheres em situação de violência doméstica ou familiar tiveram em acessar a justiça e as redes de apoio a tempo de salvar suas vidas. Dado essas circunstancias foram implementadas formas de proteger as vitimas, tanto legislativas quanto tecnológicas, no entanto, a eficácia dessas medidas fica comprometida quando durante a pandemia a cada um minuto oito mulheres eram agredidas fisicamente, segundo o Forum Brasileiro de Segurança Publica.

Palavras-chave: Violência doméstica. Violência contra mulher. Covid-19. Pandemia.

A PANDEMIA DO COVID-19 E O AUMENTO DO ASSÉDIO MORAL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Autor(es):

Maryanne Leal Estrela Araújo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A pandemia do Covi-19 chegou assolando o território brasileiro, afetando diversas áreas. O país esteve diante de uma crise na saúde pública, em que impulsionou tribulações nos outros setores, como a crise econômica, educacional e afins. Diante disso, as relações trabalhistas foram uma das primeiras a sofrer graves consequências desta conjuntura. À vista disso, a calamidade pública interferiu nos hábitos e estilo de vida da população. O país parou. Todos foram obrigados a ficar confinados dentro de suas residências a fim de evitar uma possível contaminação, apenas alguns setores ficaram abertos para a comercialização de produtos de natureza essencial. Diante da crise econômica instaurada, adveio o aumento do desemprego, as relações laborais se tornaram frágeis, gerando um maior conflito nos relacionamentos profissionais, o que viabilizou o aumento da ocorrência de infortúnios, como o assédio moral. O assédio moral é considerado uma violência sistemática e que acontece de forma habitual contra uma pessoa em situação de vulnerabilidade. Dessa forma, é configurado como a prática de comportamentos inaceitáveis e ameaças que se manifestam de forma reiterada, atingindo a dignidade, a integridade mental que comprometem o exercício do trabalho, e até mesmo a convivência social e familiar da vítima, isto é, acarreta em um dano psicológico. A Organização Internacional do Trabalho (OIT), em sua Convenção Internacional nº 190, afirma que o assédio moral no trabalho não se configura apenas pelo local em que é praticado, mas pela causa das agressões. Neste sentido, verifica-se que essa prática pode ocorrer não só no ambiente físico de trabalho, mas também em outros locais. Desse modo, há uma margem para que o assédio moral se configure dentro da própria residência da vítima, haja vista a instauração do trabalho remoto (home office). Observe-se que com o teletrabalho não há a formalidade do estabelecimento físico, sendo assim surge o questionamento acerca da possibilidade desse ambiente mais informal favorecer a prática desse tipo de violência.

(Metodologia) A pesquisa se baseia na leitura crítica e reflexão da doutrina e artigos que versam sobre a temática. Além do acompanhamento das jurisprudências dos Tribunais Superiores e seu posicionamento. Neste sentido, analisa também a legislação vigente no país e suas possíveis lacunas. Desse modo, está dividida em capítulos, no qual o primeiro contextualiza a pandemia do covid-19 e seus impactos na economia, e conseqüentemente no mercado de trabalho. O segundo capítulo trata do conceito de assédio moral, e suas práticas nas relações trabalhistas. E por fim, o terceiro analisa a legislação vigente acerca da temática, e suas possíveis lacunas.

(Resultados) Através das buscas nas jurisprudências e na doutrina, observou-se o agravamento dos aumentos dos casos de assédio moral nas relações trabalhistas em decorrência da pandemia.

(Conclusão) Em suma, conclui-se que o grave estado de calamidade pública que o país se encontrava resultou em diversas consequências nos mais variados setores da sociedade, destaca-se aqui o setor econômico, e conseqüentemente, o mercado de trabalho. Neste sentido, constatou-se a precarização das relações trabalhistas em virtude da alta taxa de desemprego, o ambiente propício para as práticas de assédio moral, e por fim, lacunas na legislação trabalhista acerca da temática.

Palavras-chave: Assédio moral; relação de trabalho; pandemia do Covid-19; tutela jurisdicional.

A PEDOFILIA CIBERNÉTICA E SEU REFLEXOS NO ÂMBITO JURÍDICO BRASILEIRO

Autor(es):

Leide Nara Alves Veras: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Emmanuelli Karina de Brito Gondim Moura Soares: Docente do UNI-RN

(Introdução) É fato que a criação da rede cibernética abriu inúmeras possibilidades positivas à evolução da população humana, tendo se tornado imprescindível à manutenção da vida em sociedade. Contudo, importante se fazer a relevância dos aspectos negativos advindos de tanto progresso. O presente trabalho analisa as repercussões jurídicas, sociais e morais da pedofilia cibernética a fim de retratar de que forma os criminosos atuam, bem como de que modo o ordenamento jurídico brasileiro protege os direitos dessas crianças e adolescentes.

(Metodologia) As pesquisas realizadas para o desenvolvimento do presente trabalho consistiram na análise e interpretação de textos acadêmicos e previsões legais do ordenamento jurídico brasileiro diretamente ligados ao tema. A compreensão do material estudado foi realizada de maneira qualitativa, a fim de verificar subjetivamente os aspectos abordados, além de estar presente na execução o método histórico, o qual auxiliou na interpretação dos conceitos e acontecimentos.

(Resultados) As evoluções tecnológicas trazidas com o decorrer dos séculos foram responsáveis por inúmeras contribuições ao desenvolvimento da sociedade. Nesse sentido, há de se abarcar uma das principais invenções já criadas, qual seja a internet. Atualmente, a rede cibernética mundial é responsável por interligar os indivíduos ao redor de todo o globo, trazendo e levando informações de maneira praticamente instantânea. Todavia, como quase todas as coisas, a rede cibernética possui os seus aspectos negativos, sendo um deles o ponto principal deste trabalho, a saber: a pedofilia cibernética. Os crimes cibernéticos ligados à exploração sexual infantil comumente ocorrem, tendo em vista a facilitação exacerbada que as crianças e os adolescentes possuem ao acesso à internet e a consequente falta de supervisão, fato este que colabora para o modus operandi dos criminosos virtuais. No Brasil, é crescente o número da criminalidade relacionada à seara virtual, sendo relevante destacar que o ordenamento jurídico brasileiro se fez imprescindível ao se atualizar e se adaptar às novas constantes que surgiram em decorrência tanto da evolução da internet, como das consequências advindas com o seu surgimento e a sua popularização. Contudo, faz-se importante refletir: as previsões legais são efetivamente suficientes quando o assunto é resguardar o princípio do melhor interesse das crianças e dos adolescentes? Nesse sentido, há de se afirmar que a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, do Marco Civil da Internet e da Lei Geral de Proteção de Dados foram pontos cruciais à determinação legislativa concernente ao ambiente virtual, de modo a demonstrar as determinações jurídicas adotadas com o intuito de combater esses crimes.

(Conclusão) Por meio das explanações acima referenciadas, foi possível entender um pouco mais a respeito da rede cibernética e os seus impactos sociais. Ora, não há dúvidas de que a criação da internet foi um divisor de águas no tocante à comunicação e a facilitação de interação entre indivíduos ao redor de todo o globo, todavia, há de se refletir a respeito dos aspectos negativos igualmente advindos dessa revolução. Sendo assim, a criação de uma rede mundial de internet a qual facilitou o acesso à rede cibernética para todos os indivíduos foi responsável por abrir um novo leque de crimes a serem cometidos, estando, dentre eles, a pedofilia cibernética. O ordenamento jurídico brasileiro felizmente encarou os fatos de maneira célere, de modo a tentar atualizar as previsões legais até o momento existentes.

Palavras-chave: Pedofilia cibernética. Crianças e adolescentes. Ordenamento jurídico brasileiro.

A PROBLEMÁTICA CONCERNENTE À INOPERABILIDADE DE UMA SOCIEDADE INTERNACIONAL

Autor(es):

Maria Fernanda Mendonça Carvalho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Direito Internacional Público – com vistas a manter a ordem jurídica em âmbito mundial – tem como principal objeto de estudos o sistema no qual os Estados Nacionais e as Organizações Internacionais (OI's) são os principais atores. Apesar da existência de divergência oriunda de uma pequena ala doutrinária, convencionou-se – por razões etimológicas e sociológicas – cunhar o termo Sociedade Internacional para se referir ao modelo vigente de governança global em detrimento da alcunha Comunidade Internacional, cuja regência seria atribuída ao jusnaturalismo. Prezando pela máxima da busca pelo bem-estar de seus membros, sofreu diversas alterações e aperfeiçoamentos ao longo da história do mundo moderno; todavia, apesar dos ensaios de pacificação do Sistema Internacional – em especial, o Universalismo Cosmopolita de Kant e Habermas e a Sociedade Anárquica de Bull –, a Sociedade Internacional ainda enfrenta empecilhos para a sua plena operabilidade na conjuntura atual. Nesse sentido, atestada a necessidade de coordenar soberanias de forma eficaz, a relevância da presente pesquisa reside na análise do funcionamento e das características da Sociedade Internacional com vistas a entender seu hodierno subdesenvolvimento.

(Metodologia) Com o fito de atingir os objetivos supracitados, far-se-á uma análise de cunho fenomenológico respaldada no método indutivo. Ademais, realizar-se-á uma pesquisa historiográfica com vistas a observar as diferentes perspectivas que o presente assunto assumiu ao longo do espaço-tempo, comparando, desse modo, suas diferentes características e implicações. Por fim, será feito, de maneira análoga, levantamento bibliográfico e doutrinário de modo a averiguar criticamente a literatura preexistente na comunidade científica.

(Resultados) Os primórdios do que hoje se entende como Sociedade Internacional, bem como seu desenvolvimento histórico, é, ainda, uma questão polêmica dentro da academia, visto que há posicionamentos completamente divergentes – da perspectiva clássica à revisionista – acerca de um mesmo referencial. Atualmente, seus membros se tornaram mais diversos – com a inclusão de OI's e pessoas físicas e jurídicas –, mesmo assim, os principais papéis são interpretados pelos Estados soberanos, cuja interação está sob a égide de normas, valores, interesses e instituições mutuamente construídos. Por conseguinte, suas principais características estão atreladas à sociabilidade dos agentes, dado que, devido à maior abertura para o diálogo e relações que transcendem o cunho comercial, tornou-se mais aberta e universal para o acolhimento de novos membros, facilitado pela sua ausência de institucionalidade. Ademais, sua conjuntura anárquica influencia diretamente na horizontalidade das tomadas de decisões, assegurada pela paridade jurídica que garante igual participação dos pares em problemas hidraconstitucionais.

(Conclusão) Apesar dos significativos esforços e avanços ocorridos na Sociedade Internacional, é lamentável atestar que sua operabilidade ainda está aquém do ideal. No pós-1945, todo o sistema estava dedicado a questões concernentes à pacificação da conjuntura, da barganha e da segurança coletiva. Entretanto, o hodierno cenário está inclinado à precarização do DIP face à ascensão de agendas nacionalistas que priorizam a segurança e a defesa dos Estados nacionais em detrimento dos acordos internacionais de cooperação. Malgrado a obrigatoriedade das decisões e sanções legitimamente acatadas pelos países, a política externa de grandes e médias potências aponta para um infundado protecionismo de soberania que ameaça a integridade dos demais membros. Face o exposto, é imperativa a urgência de reversão da presente situação a fim de que a Sociedade Internacional possa encontrar um ambiente mais propício ao seu afloramento por razões de ordem humanitária, jurídica, moral, econômica e social.

Palavras-chave: Sociedade Internacional. Direito Internacional Público. Estado Nacional.

A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS MIGRANTES

Autor(es):

Ana Flávia Rosendo de Melo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Edinaldo Benicio de Sa Junior: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho, com base no Direito Internacional e nas políticas de controle dos Estados, aborda a temática do processo migratório internacional, os instrumentos de proteção cabíveis, bem como a necessidade de ampliar essa proteção nos dias atuais, pois vivencia-se um crescente fluxo migratório mundial, devido o cenário de mudanças estruturais e organizacionais, impactadas pela pandemia e crises econômicas. Embora todo ser humano tenha direito à migração, na prática, do direito de migrar nasce uma grande problematização, com dinâmica de exclusão e negação dos sujeitos migrantes. Em face disso, intensificou-se os desafios de reconhecimento dos direitos dos migrantes, que se confrontam com a arbitrariedade do Estado, negando essa mobilidade internacional como uma possibilidade humana. Sob essa perspectiva, este estudo visa discorrer sobre a temática da proteção internacional dos migrantes, trazendo reflexões sobre o processo migratório e a atuação do Direito Internacional.

(Metodologia) O presente artigo trata-se de uma pesquisa teórico - bibliográfica e documental, a partir o estudo de obras, análise das legislações e artigos referentes à Declaração Nacional de Direitos Humanos, à Convenção Internacional de 1990 adotada pela ONU, o Estatuto do Estrangeiro e Lei nº 13.445/17, bem como a consulta eletrônica de sítios como o Ministério das Relações Exteriores, a Organização das Nações Unidas e o site do Senado, com o intuito de compreender o objeto de estudo e o contexto que o envolve, estabelecendo premissas conceituais e práticas aplicadas na construção de uma política migratória.

(Resultados) As coletas de todas as informações, das fontes citadas anteriormente, foram essenciais para a definição dos objetivos determinados, fazendo a observância da atual realidade internacional no que tange aos processos e políticas migratórias, bem como expressar o que pode ser feito para diminuir os impactos dessa crise migratória e oferecer uma maior proteção e acolhida humanitária para os imigrantes.

(Conclusão) Diante do que foi exposto, é possível compreender que as migrações envolvem aspectos diversos como aspectos jurídicos, políticos, sociais, culturais e econômicos, tendo um impacto grande na sociedade e sendo, portanto, um tema de grande relevância social. A intensificação dos processos migratórios nos últimos anos demanda um grande desafio para a sociedade internacional em conciliar a soberania dos Estados com as obrigações internacionais inerentes à proteção dos migrantes, bem como a inserção dos mesmos na sociedade a que se propuserem viver, com iguais condições de acesso a direitos básicos. Ser parte de uma nação é um direito básico que está diretamente relacionado a cidadania e a dignidade do ser humano, não existindo limites geográficos que provoque desigualdades, pois acolher o imigrante não se trata de um favor e sim de um dever moral institucionalizado pelos Direitos Humanos.

Palavras-chave: Migração internacional. Direitos dos migrantes. Direito Internacional.

A QUESTÃO DA CULPABILIDADE DE RÉUS PSICOPATAS SOB À LUZ DO DIREITO PENAL BRASILEIRO

Autor(es):

Guilherme Freitas Figueiredo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Hodiernamente, no Código Penal brasileiro, o psicopata é tratado como um agente semi-imputável, sendo assim, aplica-se para esses indivíduos o previsto no artigo 26 deste código reduzindo sua pena em até 2/3 ou aplicando a ele a medida de segurança. No entanto, verificou-se que esta semi-imputabilidade é um dispositivo insuficiente para atender a real demanda de risco que estes agentes criminosos oferecem para a sociedade.

(Metodologia) Análise dos artigos dispostos no Código Penal acerca da imputabilidade do agente portador de psicopatia, além de correlacionar com estudos psicológicos referentes ao tema.

(Resultados) A priori vale destacar que, a psicopatia possui três formas de interpretação, sendo a primeira e mais conservadora a ideia de uma doença mental, a segunda sendo considerada uma doença moral e a terceira, a qual vemse destacando é a ideia da psicopatia relacionada com o transtorno de personalidade, em razão do indivíduo permanecer consciente de suas ações, apesar de perder a empatia com os demais. Sob esse viés e analisando o Código Penal brasileiro, especificamente o artigo 26 o qual afirma a inimputabilidade do agente incapaz de, no momento da ação ou omissão entender o caráter ilícito do fato, prevendo inclusive o caso de doença mental, cabendo a interpretação da psicopatia como tal tipo de doença. Todavia, também é compreendido a psicopatia como um transtorno de personalidade, o qual permite ainda que o indivíduo consiga ter plena consciência de suas ações. Outrossim, é válido ressaltar a extrema incapacidade deste tipo agente criminal ser reintegrado plenamente e com total liberdade na sociedade. Segundo Robert Hare, psicólogo de referência internacional neste tema, “a definição de psicopatia é operacional e se resume em: predadores intraespécie, que empregariam quaisquer meios, inclusive a violência, para satisfazer suas necessidades egoísticas”. Dessa forma, os indivíduos portadores de transtorno de personalidade antissocial possuem plena consciência de seus atos hediondos para atender aos seus prazeres internos, não devendo apenas cumprir as medida de segurança propostas no artigo 96 do Código Penal. Para fins de exemplificação, o assassino em série Jeffrey Dahmer, em uma entrevista na emissora norte-americana CBS, enfatizou sua frieza nos macabros óbitos, apontou que não tinha nojo ou chateação ao esquartejar as vítimas, acrescentando que, após matar as primeiras vítimas, sentiu “curiosidade” de desmembrá-los, guardando o que considerava predileto. Sendo assim, pode-se inferir que, pelo fato de ser um transtorno de personalidade e não uma doença mental, os responsáveis que cometam espécies hediondas de crimes (assassinatos, estupros, torturas, etc) reiteradamente, sem demonstrar arrependimento, culpa ou remorso, devem ser considerados completamente imputáveis.

(Conclusão) Sob tal ótica, vale ressaltar a relevância do debate acerca de como a psicopatia deve ser interpretada na área jurídica, bem como a importância da psicologia jurídica para a solução adequada dos casos especificamente no âmbito penal, tendo em vista as possíveis consequências que a presença desses indivíduos geram a sociedade.

Palavras-chave: Culpabilidade, Psicopatia, Direito penal.

A QUESTÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ÂMBITO ESTUDANTIL

Autor(es):

Aline Medeiros de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Laura Barreto Escóssia: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Luiza Maia Fernandes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Nathalia Melo Santos Gadelha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Grazielly de Aguiar Ribeiro Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) De acordo com os artigos lidos e estudados, sabe-se que a questão da educação inclusiva ainda possui diversos entraves no que diz respeito ao seu efetivo funcionamento em instituições educacionais, assim como dentro da própria vida em sociedade. Dessa forma, pesquisas buscam solucionar os empecilhos presentes nessa realidade para que a vida dessas crianças seja melhorada e para que, assim como todos os seres humanos, elas tenham seu direito à educação efetivamente garantido. Logo, a investigação, pesquisa e debate sobre o tema mostra-se indispensável, já que sem adequadas instruções acerca do tratamento para com esses deficientes, os gestores e educadores não serão capazes de lecionar e auxiliar no processo de aprendizagem, além de que o convívio da criança pode mostrar-se muito mais conturbado ao ser inserida em uma realidade completamente nova e sem preparo.

(Metodologia) Trabalho baseado em levantamento bibliográfico através do banco de pesquisa científico Scielo e 5 artigos foram selecionados. As palavras chaves utilizadas: “educação inclusiva”; “inclusão” e “educação especial”. O critério de inclusão e exclusão das pesquisas para serem selecionadas como fonte de pesquisa para este trabalho: fundamental a abordagem da problemática educação inclusiva na sociedade. Para fundamentar as ideias, os autores dos artigos baseiam os seus argumentos utilizando citações de autores especialistas em educação inclusiva e as suas perspectivas, utilizam a referência das leis da Constituição Federal que asseguram os direitos dos indivíduos que possuem devidas deficiências, citações referentes ao Plano Nacional de Educação especial, enfatizando que todas as escolas das redes de ensino, públicas ou privadas, devem ser inclusivas, ou seja, devem estar abertas a todos. Sobretudo, também é realizado o uso de apresentações de casos reais de alunos com deficiência e suas experiências na ausência da devida inclusão.

(Resultados) Ao analisar os resultados de maneira ampla, pode-se perceber que todos os autores chegam a ideia de que a educação inclusiva precisa de melhorias, com implementação de políticas públicas amplas e eficazes, as quais melhorem os índices de escolaridade. Além disso, percebe-se que esse desfalque na educação das pessoas com deficiência tem raízes históricas, culturais e que estão ligadas, principalmente, ao capacitismo e ao preconceito.

(Conclusão) Levando em consideração os aspectos observados, é notório que a Educação Inclusiva já teve um grande avanço em diversos aspectos, visto que antes as pessoas portadoras de deficiência não iam nem à escola. Logo, ainda se espera muito mais a respeito da inclusão, que é de extrema importância até mesmo para quebrar um certo preconceito existente na nossa sociedade, visto que nem todos os objetivos foram alcançados. Vale a reflexão e pressionar as autoridades competentes para dar mais atenção a esse público que necessita de mais inclusão.

Palavras-chave: Educação inclusiva, educação especial.

A RECUPERAÇÃO JUDICIAL COMO INSTRUMENTO PARA SUPERAR A CRISE NAS EMPRESAS, COM ENFOQUE NA PANDEMIA DA COVID-19

Autor(es):

Claudia Coutinho de Melo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Emmanuelli Karina de Brito Gondim Moura Soares: Docente do UNI-RN

(Introdução) Analisando o cenário econômico no Brasil, com o surgimento da pandemia da COVID-19, ocorreram diversas mudanças, colocando em risco a atividade empresarial, podendo esta sentir graves efeitos negativos na sua situação econômico-financeira. Assim, devido aos efeitos da pandemia e consequentemente a instabilidade econômica causada no país, tal efeito poderá refletir no número de pedidos de recuperação judicial, para as empresas em crise. Sabendo que a empresa desempenha uma função social, gerando benefícios à coletividade, seja na geração de empregos, recolhendo tributos, etc., não é interessante que a empresa em crise feche as suas portas, decretando falência, pois além de afetar negativamente o empresário, também afetará a sociedade em geral. Com base nisso, será estudada a Lei 14.112 de 2020, que trata sobre a nova Lei de Recuperação e Falências, focando na recuperação judicial da empresa em crise econômico-financeira, objetivando a sua superação e consequentemente, mantendo a sua função social. Partindo do pressuposto que é necessário um motivo objetivo que seja capaz de ser solucionado, à partir de um plano de recuperação, quais os desafios necessários para enquadrar a pandemia como uma justificativa objetiva?

(Metodologia) A forma de abordagem utilizada foi a pesquisa qualitativa e quanto aos procedimentos foram utilizadas a pesquisa bibliográfica e a documental.

(Resultados) “A maior parte das requisições partiram do segmento do comércio (43,2%), de acordo com Serasa Experian”; “O maior número de pedidos de recuperação judicial, foram de micro e pequenas empresas”; “Empresas especializadas em recuperação judicial, apontavam uma expectativa no aumento de pedidos para o início do ano de 2021, uma alta de 53% em relação ao ano anterior, no entanto, isso não ocorreu”; “Grandes empresas como LATAM, Supervia, o Grupo Metodista de Educação, a TNG, a Le Postiche, a Cavaleira e a Mineradora Samarco, também recorreram à Recuperação Judicial”; “Eficácia do instituto de Recuperação Judicial”.

(Conclusão) Verificou-se com a pesquisa, que a recuperação judicial, é um meio de viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira das empresas, no entanto, verificou-se que não ocorreu o aumento esperado nos pedidos de recuperação judicial, para ingressar com tal recurso. Não se sabe ao certo, por qual motivo, não ocorreu o aumento esperado dos pedidos, talvez por não preencherem os requisitos solicitados para obter tal recurso e diante da situação de pandemia da covid-19 que assolou o mundo inteiro, muitas empresas vieram à falência, diante do baixo faturamento e queda no consumo, em decorrência da pandemia que agravou a situação. Além disso, as empresas tiveram que se adaptar às novas condições do mercado, conforme o aumento das vendas de produtos e serviços, no mercado digital. Dessa forma, foi de grande importância as medidas tomadas pelo Governo, de forma a amenizar os prejuízos causados, em decorrência da pandemia, para as empresas e para a sociedade em geral, visto que sem tais medidas, os resultados poderiam ser ainda piores.

Palavras-chave: Recuperação Judicial. Pandemia. Impactos nas relações de trabalho e nas relações econômicas e sociais.

A REFORMA DO CÓDIGO PENAL: DIREITO PENAL DO INIMIGO

Autor(es):

Júlia Brenda Diniz Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Com toda a dinamicidade presente no Direito, o Direito Penal não conseguiu acompanhar de forma satisfatória todas as modificações ocorrentes na sociedade, pois a cada momento surgem novos delitos que provocam o aumento das tipificações e a evolução dos criminosos, fazendo com que o Direito Penal tenha que ser atualizado. Diante desta oportunidade de modificação, deveria surgir a possibilidade de incluir, no novo Código, a então chamada “Teoria do Direito Penal do Inimigo”, uma vez que é fácil perceber que não só a sociedade como os criminosos evoluíram e, no caso deles, evoluíram para pior. A base desta teoria consiste em separar os delinquentes e criminosos em duas categorias, sejam elas: a categoria dos que teriam o “status” de cidadão e a categoria dos chamados “inimigos do Estado”. Dessa forma, em um Direito Penal único, o autor de um crime seria tratado como pessoa, enquanto, em outro momento, como fonte de perigo. Com isso, dependendo de qual categoria o indivíduo infrator pertencesse, este teria uma determinada sanção, sendo elas diferentes entres si, uma vez que são categorias diferentes.

(Metodologia) O presente trabalho faz uso do método de procedimento histórico, seja investigando os fenômenos sociais nos seus processos históricos. As técnicas de pesquisa utilizadas são a de análise bibliográfica e documental, seja por meio de obras científicas e normas legais publicadas por meios escritos e eletrônicos, tais como livros, artigos científicos, páginas de web sites, informativos e notícias. Com o método de abordagem dialético, trazendo o panorama entre o doutrinador alemão Gunter Jakobs, bases filosóficas, jurisprudências e a aplicabilidade do Direito Penal do Inimigo.

(Resultados) Conscientização dos benefícios trazidos pela Teoria do Direito Penal do Inimigo, aplicação de penas mais severas dentro das possibilidades do Direito Brasileiro, penas combatíveis com a gravidade ou não do crime cometido, aplicando de forma integral o Direito Penal do Inimigo.

(Conclusão) Percebemos que o Direito Penal do Inimigo é uma teoria que prevê punições mais severas e uma tutela jurisdicional mais célere ao indivíduo que, após cometer determinados crimes se torna um inimigo do Estado, os inimigos perdem os direitos e as garantias previstas em lei e sofrem uma punição mais rápida e rígida.

Palavras-chave: Reforma do Código Penal; Teoria do Direito Penal do Inimigo; Direito Penal.

A REGULAMENTAÇÃO TRIBUTÁRIA DAS APOSTAS ESPORTIVAS E CASSINOS ONLINE NO BRASIL

Autor(es):

Joan Rocha Silva Nunes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Atualmente, muito se é discutido a respeito das apostas esportivas presentes no Brasil, questionando se a prática é fato legal ou não dentro do país, na medida em que ao longo dos anos esta modalidade vem crescendo e ganhando cada vez mais repercussão no cenário brasileiro, sendo então, responsável direto por diversas movimentações de capital dentro do país. Frente a isso, a situação das apostas esportivas no Brasil chegou a ser pauta no Congresso Nacional, mas sem evoluir muito com relação a qualquer resolução a pauta, mediante isso, o presente estudo busca analisar a possibilidade de regulamentação das apostas esportivas e cassinos online em solo brasileiro, apresentando possíveis meios para a obtenção da regulamentação dessas práticas, por meio de análise comparativa em relação a outros países onde as apostas já são regularizadas e os cassinos legalizados.

(Metodologia) A metodologia da minha pesquisa será desenvolvida por meio de uma abordagem dedutiva, haja vista, que o problema parte de uma curiosidade comum e popular, buscando assim, uma resposta ou solução para o supracitado questionamento social, nesse caso é de notório conhecimento a fama das apostas esportivas e cassinos online no Brasil, ocorrendo legalmente sem nenhum tipo de regulamentação por via de lei. Ademais, será utilizada a pesquisa documental por meio da busca pela origem das apostas, assim como, as formas de regulamentação realizadas em outros países. Dessa forma, obtendo determinados resultados que serão vistos mediante análise de dados, a qual encontrará questões fundamentais para a resolução do proposto no tema da pesquisa.

(Resultados) Os resultados ainda não foram apurados concretamente, em detrimento da pesquisa ainda está em desenvolvimento, obtendo-se assim, apenas resultados provisórios e suposições.

(Conclusão) Mesmo sem o exato resultado da pesquisa, pode-se dizer que a pesquisa se encaminha para dois rumos, um deles seria a proibição total e completa dos cassinos online, junto a tributação dos valores ganhos nas apostas esportivas; ou então a devida regulamentação tributárias de ambas as categorias, voltando o cassino a se tornar legalizado no Brasil mesmo que seja só na modalidade online, entretanto ao se legalizar a modalidade online é aberta a possibilidade para o debate acerca da volta dos cassinos no Brasil, havendo a possibilidade da sua regularização e legalização em detrimento do feito conquistados pelos sites de apostas esportivas e cassinos online.

Palavras-chave: Palavras-chaves: Regulamentação, Tributação, Legalidade, Apostas Esportivas, Cassinos online.

A RELAÇÃO DA INTERVENÇÃO FEDERAL APRESENTADA NO FILME "MEDIDA PROVISÓRIA" COM O DIREITO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO

Autor(es):

*Guilherme Freitas Figueiredo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Anderson Flor Penaforte e Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Marcelo Lisboa da Cunha Lima Filho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Thales Mauro Assunção de Abreu Leite: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
João Henrique de Azevedo Simões: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN

(Introdução) No filme “Medida Provisória”, dirigido por Lázaro Ramos, é instaurado um dispositivo legal que abre um processo de deportação opcional da população negra do Brasil para a África, mas depois passa a ser obrigatório, sendo usada força policial e militar na intervenção federal que prendia os negros que estavam nas ruas e o deportavam, sancionada pelo próprio presidente da República. Dessa forma, associando com nossa realidade, vemos que algumas características jurídicas vão de acordo com o sistema constitucional do país, percebendo-se a importância do debate dos frutos deste tema, como o uso excessivo da força militar para impor medo e repressão na sociedade e a consequente fragilidade do Estado democrático de direito.

(Metodologia) A pesquisa utilizada no trabalho foi a bibliográfica, tomando como base os estudos e trabalhos autorais já existentes que dissertam sobre a temática abordada, com o objetivo final de responder e dissertar sobre o tema. Ademais, foram observadas questões levantadas pelo filme a respeito da constitucionalidade dos atos interventivos realizados pelo Governo Federal. Foi utilizado de modo constante a leitura acerca do tema nos diversos dispositivos do direito, como doutrina e jurisprudência, mas principalmente a própria Constituição Federal em sua estrita letra da lei, sendo peça fundamental para a resolução da problemática.

(Resultados) Analisou-se a obra fílmica com base no artigo 34, principal dispositivo acerca da questão interventiva, e notou-se que de fato, o Presidente da República pode tomar iniciativa para deliberar o ato, como ressalta Alexandre de Moraes: “A Constituição Federal [...] indica quem poderá deflagrar o procedimento interventivo: Presidente da República: nas hipóteses previstas nos incisos I, II, III, V ex officio poderá tomar a iniciativa de decretar a intervenção federal”. Nesse sentido, o autor ainda ressalta o decreto interventivo: “A intervenção será formalizada através de decreto presidencial (CF, art. 84, X), que, uma vez publicado, tornar-se-á imediatamente eficaz, legitimando a prática dos demais atos consequentes à intervenção”. Ou seja, todos os atos realizados durante a intervenção são justificados para atingir o objetivo final desta, até mesmo, por exemplo, forças militares agressivas.

(Conclusão) Portanto, é possível apontar, diante de todo o exposto neste artigo, que uma abordagem crítica do filme foi necessário para entender aspectos sociais e políticos-administrativos de nossa República. E o mais retratado é a intervenção política que vem a ser uma supressão temporária da autonomia territorial assegurada a uma nação, nesse caso os denominados com melanina acentuada, sob suas dependências ou entes federativos normalmente regulados pelas constituições nacionais em virtude de estado de anormalidade ou exceção, que devem ser interpretadas de maneira restritiva, por isso medida provisória. Foi evidenciado uma correlação intrínseca entre a obra fílmica e a atual organização político-administrativa, principalmente no tocante aos temas relativos a como se procede com uma medida provisória e uma intervenção federal. Além disso, fica esclarecido, na análise crítica, que a obra faz referências diretas e totalmente críveis na atual conjuntura sócio-política, trazendo dessa forma reflexões pertinentes para observarmos mais atentamente a sociedade brasileira.

Palavras-chave: Medida Provisória, Direito constitucional, Intervenção federal.

A RELAÇÃO ENTRE O FILME O VENTO SERÁ SUA HERANÇA E O DIREITO CONSTITUCIONAL QUANTO A LAICIDADE DO ESTADO

Autor(es):

Sabrina Lopes de Araújo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Yasmin Louyze Freitas Marcelino: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Tâmisa Talita de Medeiros Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O filme “O Vento Será Sua Herança”, retrata uma história verdadeira sobre um julgamento que aconteceu no Estado do Tennessee, nos Estados Unidos da América em 1925. O Professor de Biologia cujo nome era John Thomas Scopes era réu do processo em que o mesmo era julgado por infringir uma lei que proibia o ensino do evolucionismo, ou qualquer outra teoria que viesse a ser contra as interpretações Bíblicas em escolas públicas. A pena do professor foi o pagamento de cem dólares. Através de breve análise do que se trata o filme, podemos averiguar a intolerância existente contra toda e qualquer teoria que fosse diferente daquela em que o Estado tinha como única. Deste modo, trataremos como análise a relação entre o filme e a Laicidade Estatal. O Direito a Fé Individual é um direito que todos nós, cidadãos, temos e a Constituição defende tal afirmação.

(Metodologia) Quando abordamos o tema da Laicidade Estatal, constata-se que o Brasil é um país que possui maioria Cristã, tendo tal religião sido adotada por algumas constituições como oficial no Brasil, fato este que veio a ser proibido em Cartas Magnas mais recentes, entre elas a de 1988. Porém, desde 7 de Janeiro de 1890, o Decreto de Lei de nº 119-A “proíbe a intervenção da autoridade Federal e dos Estados Federados em matéria religiosa, consagrada a plena liberdade de cultos”, decretado, na época, pelo então chefe de governo provisório Marechal Manoel Deodoro da Fonseca. O julgamento proferido no filme, tornando Professor culpado, era um ato válido para os EUA, muito diferente do Brasil, além de garantir a liberdade privada, íntima de crença, também preconiza as liberdades públicas de crença, quais sejam: expressão, culto e organização, vigente no artigo 5º, VI de nossa Carta constitucional, em que cita que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

(Resultados) Como corrobora o artigo 19º da Constituição Federal de 1988, no seu inciso I – “É vedado a União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I Estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público”. Independentemente da predominância de alguma religião, o Brasil é constitucionalmente um Estado laico, ou seja, deve adotar uma posição neutra no campo religioso, buscar a imparcialidade nesses assuntos e não apoiar ou discriminar qualquer religião. A liberdade religiosa na vida privada deve ser completamente preservada, desde que devidamente separada do Estado.

(Conclusão) É importante concluir de forma expressiva para o grupo, como meio de mostrar as características que fundamentam a Laicidade estatal, onde há a não participação do Estado perante crenças, em que direcionadas as religiões e às crenças são evidentes em nossa legislação, o direito da liberdade legítima e a participação de forma democrática, bem como a importância do seu surgimento, que foi indispensável para vida humana em seu meio social e, principalmente em seu meio político, sobre os quais, os direitos individuais e coletivos sejam respeitados como condiz não só os princípios constitucionais, mas políticos do nosso Estado Federativo brasileiro.

Palavras-chave: Estado, Laicidade, Constituição.

**A RESPONSABILIDADE CIVIL DIANTE DOS EFEITOS PSICOLÓGICOS GERADOS PELA ALIENAÇÃO PARENTAL NO
ÂMBITO DA DISSOLUÇÃO CONJUGAL**

Autor(es):

Mariana Rose Costa da Silva Bezerra Dantas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Emmanuelli Karina de Brito Gondim Moura Soares: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este trabalho possui a intenção de provocar uma reflexão acerca da alienação parental, sob todos os seus aspectos, levando-se em consideração os efeitos negativos que essa prática acarreta na vida dos envolvidos. Os estudos já evidenciam que essa prática, geralmente surge diante da separação do casal, e que com o sentimento de raiva intrínseco, surge a necessidade de vingança, utilizando-se o filho como meio para cumprir esse objetivo, com a intenção de atingir o outro genitor, sem observar, contudo, os danos que a prole sofre com essa prática, violando, portanto, um princípio basilar do Direito de Família, qual seja, o princípio do melhor interesse da criança. Ademais, visa especialmente, abordar a possibilidade, no que concerne, a condenação do genitor que praticou a alienação, de uma indenização as vítimas dessa conduta.

(Metodologia) É de suma importância ressaltar o valor da pesquisa científica no meio acadêmico, com o uso de doutrinas na área, com o objetivo de contribuir e aprofundar o tema, abordando categoricamente, por meio de pesquisas qualitativas. Sendo assim, de acordo com coleta de informações, por meio de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, estudo de caso, dando destaque a análise da Lei 12.318 (Lei de Alienação Parental) e seus impactos, diante da realidade atual. Além disso, presente monografia fará uso de entrevistas não padronizadas, entre outras técnicas, de forma analítica, passando por vertentes de extrema relevância, tomado pelo método dedutivo, isto é, escolha qualitativa.

(Resultados) Resta evidente que apesar de muito comum nos casos de separação conflituosa, a alienação parental é responsável por causar inúmeros danos, especialmente o dano moral, o qual possui cunho subjetivo, atingindo assim, o interno da pessoa, não sendo, portanto, danos patrimoniais, o que enseja uma dificuldade no sentido de quantificar o valor a ser fixado a título de indenização.

(Conclusão) Isto posto, infere-se que a condenação, no que concerne a responsabilização civil do genitor que praticou a alienação parental possui o intuito de indenizar as vítimas dessa prática, diante de todo o sofrimento que tiveram que passar, bem como possui como objetivo obstar que o genitor alienador continue com essa prática.

Palavras-chave: Direito de Família. Princípios Constitucionais. Alienação Parental. Consequências. Responsabilidade Civil.

A RESPONSABILIDADE DO ESTADO COM JOVENS EX-INSTITUCIONALIZADOS

Autor(es):

Anielle Gomes Bezerra: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Laura Sol Ananias Alves: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este resumo tem foco principal a problemática causada pela falta de acolhimento com os jovens que vivem em instituição de amparo, que ao completarem 18 anos de idade são obrigados a deixar sua instituição, ficando totalmente desamparados. No decorrer da pesquisa ficou constatado que a ausência de incentivos Estatais para essas instituições é a maior problemática encontrada, além dos desenvolvidos decorrido do abandono, da falta de estrutura familiar, da convivência na própria instituição, do preconceito enfrentado diariamente e da falta políticas sociais. Além disso, o Estado não serresponsabiliza por aquele jovem que ao atingir a maioridade, até então “filho do governo”, deveriam estar preparados para enfrentar a sociedade com programas de autonomização oferecidos por eles, mas a realidade não é exatamente essa. Pois, apesar de haver normas garantindo direitos sociais, a inércia do poder público para facilitar a autonomia desses adolescentes demonstra um esquecimento com esse público e devido os preconceitos enfrentados por eles não há quem brigue pelos seus direitos, ficando excluídos da sociedade.

(Metodologia) Trabalho baseado em levantamento bibliográfico através dos bancos de pesquisa científicos do Google Acadêmico, foram selecionados 5 artigos científicos usando-se como principais **Palavras-chave:** infância; higiene mental; eugenia; Código de Menores; Institucionalizados; Maioridade; Desamparados; Jovens institucionalizados ;Intervenções de carreira; Autonomização; Proteção; Acolhimento; Vazio normativo; Política pública; Adoção; Abandono. Ademais, os artigos selecionados precisavam abordar a legislação brasileira e o Estatuto da Criança e do Adolescente; discorre também acerca da Lei nº 8.069, DE 13 de julho de 1990, dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências.

(Resultados) Em decorrência do avanço dos estudos e da legislação, hoje o juizado entende que apesar da necessidade de afastar a criança ou o jovem de seu núcleo familiar, quanto menos tempo permanecer em uma instituição de acolhimento melhor o desenvolvimento, preferindo redes de suporte familiar. Entretanto, quando não há essa possibilidade, vão para acolhimento, que em relação a programas de profissionalização constatou-se que poucas instituições oferecem, sendo insuficiente para mudanças significativas. O comando constitucional de proteção e diretrizes para o acolhimento previstas no ECA determinam que as unidades devem assegurar aos acolhidos os direitos fundamentais, a serem trabalhados num plano individual, podendo assim a criança em uma fase de quase atingir a maioridade ter assistência de forma personalizada visando o bem-estar do mesmo.

(Conclusão) No decorrer da pesquisa concluímos que desde a criação dos mecanismos para a proteção a crianças e adolescentes pelo Estado Brasileiro, tanto o jovem marginalizado quanto o abandonado receberam tratamento igual pela legislação, causando uma generalização desnecessária para com aqueles que sofreram danos e/ou abandonos por familiares. Isto foi determinante na forma com estes adolescentes vêm sendo vistos pela sociedade, causando assim sua exclusão social. O abandono e a falta de preocupação com o futuro dos jovens institucionalizados merece ser revisto pelo Estado, dando-lhe a oportunidade de um futuro digno de acordo com os direitos fundamentais previstos na constituição.

Palavras-chave: Código de Menores; Institucionalizados; Maioridade; Desamparados; Jovens institucionalizados ;Intervenções de carreira.

A RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL NO INCENTIVO À INOVAÇÃO NA ÁREA DE TÉCNICAS SUSTENTÁVEIS

Autor(es):

Beatriz Cunha de Menezes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Rebeca Rodrigues Soares: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Izabel Andrade Lima Nunes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) A ideia central do vídeo é trazer de forma dinâmica e descomplicada a importância da empresa manter um diálogo com o meio ambiente e, conseqüentemente, com a comunidade. Ou seja, como os valores sustentáveis de uma organização influenciam a visão social dos consumidores.

(Proposta do roteiro) A proposta desse vídeo é trazer de forma interativa por meio de imagem e gráficos como adotar uma atitude socioambiental responsável que pode beneficiar positivamente as empresas dentro do mercado de trabalho e na ótica dos consumidores. Bem como, mostrar e exemplificar que é possível se atrelar o aumento da geração dos lucros da companhia com a implementação da responsabilidade socioambiental empresarial.

(Efeitos esperados) Os efeitos esperados é trazer mais informação de maneira descomplicada para a sociedade a respeito do tema, fazendo com que se compreenda a importância da responsabilidade empresarial no incentivo à inovação na área de técnicas sustentáveis. E também, alertar as empresas acerca da importância de manter um diálogo sociocultural com a sociedade e clientela.

A REVISÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS RELATIVOS À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À LUZ DA LGPD

Autor(es):

Victória Christina James Miranda de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Edinaldo Benicio de Sa Junior: Docente do UNI-RN

(Introdução) A partir das rápidas e constantes transformações nas concepções do que tange o modelo econômico atrelado aos avanços tecnológicos, tem como consequência novos e complexos desafios na utilização de dados pessoais. Mediante a relevância e indispensabilidade de usufruí-los e com uma recente norma em vigência específica à regulamentação de seu manuseio, continuam persistentes os abusos, como uso de dados para disparo de campanhas publicitárias e a comercialização dos dados pessoais para objetivos diversos daqueles para os quais foram coletados. Apesar do período cedido pelo Poder Judiciário às empresas de forma geral de adequação às exigências da Lei Geral de Proteção de Dados, há uma desatenção por parte da Administração Pública de comprovação das empresas que sejam ou serão fornecedoras por meio das licitações ou contratações diretas. Sob esse viés, é gerado uma insegurança aos indivíduos que cedem seus dados pessoais, sejam sensíveis ou não, e demonstra contradição por parte dos Órgãos Públicos, uma vez que as pessoas jurídicas porém as empresas assumem a integral responsabilidade e as respectivas penalidades, enquanto deveria-se haver uma fiscalização mais rigorosa nestes. Quanto a iniciativa pública, ao discutir o impacto do tratamento de dados pessoais no setor público, deve-se lembrar que para o Direito Administrativo, o ordenamento jurídico brasileiro submete diversas hipóteses de atuação da administração pública, nos três poderes e em todos os níveis da Federação, em alguns momentos o regimento jurídico tipicamente de direito público e em outros, predominantemente do direito privado. É importante destacar que existem diversas particularidades as quais devem ser observadas a LAI (Lei de Acesso à Informação), no que dispõe o tratamento de dados por órgãos públicos integrantes da Administração Pública Direta, as autarquias, fundações públicas dentre outros órgãos. Outrossim, a LGPD tornou-se indispensável o cumprimento dos princípios Privacy By Design e Privacy By Default, que visam permitir a adequada governança de dados, seja ela através de produção de aplicativos e/ou recursos digitais dentro do contexto da proteção de dados. A adoção das boas práticas e da governança através da gestão de riscos tem por finalidade aperfeiçoar as atividades, estimular a inovação, bem como mitigar riscos relativos a incidentes de segurança envolvendo dados pessoais, além de gerar confiança entre o titular e os agentes de tratamento.

(Metodologia) Os procedimentos técnicos que serão adotados para a presente pesquisa será por meio de análise documental e bibliográfica, orientada a partir das normas que regem a Administração Pública. O levantamento bibliográfico tem o papel de orientar todo o processo de construção da pesquisa, usando o referencial como forma de corroborar com as afirmações apresentadas. Ademais, a abordagem utilizada também será pelo método científico explicativo, o qual busca-se expor os fatos e os objetos problemas.

(Resultados) A referida pesquisa ainda encontra-se em andamento.

(Conclusão) A referida pesquisa, por ainda estar em andamento, não é possível extrair uma conclusão de seu objeto de estudo.

Palavras-chave: Administração pública. Licitações. LGPD. Prestação de serviços.

A SITUAÇÃO DECADENTE E O DESCASO ESTATAL COM AS MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE NO BRASIL.

Autor(es):

*Maria Izabel de Oliveira Barbalho da Cruz : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Sofia Meirelles Portela Bezerra e Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Rany Estefani Ferreira da Gama: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A análise da mulher no sistema carcerário, especialmente as gestantes, é de extrema importância para afirmar a situação precária da penitenciária feminina. Nessa pesquisa, foram utilizadas análises de artigos científicos e relatos de detentas gestantes e não gestantes.

(Metodologia) Com estudos feitos sobre a vida de mulheres privadas da liberdade podemos fazer uma analogia à obra “vigiar e punir” de Michel Foucault, os sistemas carcerários têm falhado no que concerne a “punição”, tanto na sua execução e em seus objetivos. Logo, o tratamento dado nas penitenciárias tira a individualidade da pessoa, enfraquece seus laços familiares e o coloca em um estado de sofrência diária. Observa-se que as mulheres são as que mais sofrem no cárcere, visto que estão sujeitas a violência em diversos âmbitos: estatal, familiar, físico e mental.

(Resultados) O descaso com a mulher e o seu cuidado íntimo é constante, pois exames femininos fundamentais são escassos e isso agrava ainda mais quando as presas pioram quando estão grávidas, pois sofrem durante e pós gestação. Sem o acompanhamento médico certo com a mãe e o inocente que está sendo gerado, ambos correm risco de vida pela negligência estatal. Inúmeras mães durante o seu parto sofrem ainda mais já que, muitas vezes, estão algemadas e dão a luz em celas com condições sanitárias deploráveis, e na fase puerperal as tais não têm contatos com seus filhos e sem meios para cuidar durante os primeiros dias de vida do seu bebê sendo que em alguns casos não tem a oportunidade de conhecê-lo. Descasos como esses que podem levar a consequências gravíssimas como complicações na hora do parto, no qual pode haver óbito dos envolvidos, depressão pós-parto e até mesmo doenças pela falta de higiene. A violência estatal ocorridas com mulheres privadas de liberdade, viola Leis e faz com que elas sofram por esse descaso em momentos tão vulneráveis, já que na maternidade, só em 3% dos casos havia um familiar como acompanhante, o que contraria a lei 11.108/05, que garante o direito de ter acompanhante de livre escolha da mulher durante sua permanência na maternidade. Esse déficit da família é causado também pelo Estado, que não fornece informações da gestante aos familiares.

(Conclusão) Ademais, os presídios femininos não tem um ambiente adequado para promover um vínculo familiar, especialmente quando se trata de mães e filhos, que promove ainda mais o afastamento do auxílio familiar. Isso é, de fato, um problema de grande escala, visto que o filho nascido no cárcere muitas vezes é o único apoio emocional que a detenta possui.

Palavras-chave: Mulher, maternidade, presídio, violência.

A TORTURA POLICIAL: UMA ANÁLISE SOBRE OS LIMITES DO ESTADO NA SEGURANÇA PÚBLICA

Autor(es):

Joyce Rayane Alves dos Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN

(Introdução) (Introdução): Influenciado pelos amargos frutos da Ditadura Militar, cenário no qual crimes hediondos, como homicídios qualificados e torturas eram propagados de modo descomunal pelo Estado, o Poder de Polícia no Brasil ainda carrega a marca da tortura como meio de ação para com os suspeitos e condenados por crimes. Assim, mesmo após a Constituição de 1988 com a defesa dos direitos fundamentais e da dignidade da pessoa humana, a realidade apresentada no ambiente investigativo e ostensivo policial é, por muitas vezes, cruel e desumana. Desse modo, urge a necessidade de mudança na visão do Estado na segurança pública, a fim de que não prevaleça a ideia de que os fins justificam os meios, o que debilita a legalidade e a moralidade, princípios da Administração Pública.

(Metodologia) (Metodologia): Para a compreensão da presente temática foi realizada uma análise por meio da pesquisa bibliográfica, qualitativa, bem como por estudos de casos concretos sobre a tortura institucional empregada pela polícia no Brasil e seus efeitos na sociedade, além da relação desse fenômeno com os princípios constitucionais, os quais proíbem qualquer forma de tortura ou tratamento desumano.

(Resultados) (Resultados): Segundo dados do Relatório Final da Campanha Nacional Permanente de Combate à Tortura e à Impunidade (CNPCTI) de 2003, em apenas dois anos somaram-se mais de 1300 alegações de tortura praticada por agentes de segurança em todo o país. Não obstante, esse cenário insiste sendo tangível e observado em casos noticiados nacionalmente, a exemplo dos policiais de Itapebi, que em janeiro de 2022 causaram sofrimento físico e mental em um homem a ponto de levá-lo à óbito, sob a justificativa de obter a confissão de furto de um aparelho celular. Além desse incidente, há muitos outros que sequer chegam a ser denunciados, devido ao medo ou à impunidade. À vista disso, os limites do Estado ao cumprir seu dever na preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio devem ser bem estipulados, tendo em consideração a importância e o impacto dessa área no corpo social. Nessa lógica, o professor Norberto Bobbio defende a existência do direito absoluto de não ser torturado, o que demonstra a salvaguarda do bem jurídico maior: a vida. Nesse sentido, a Lei Maior veda qualquer prática de tortura e pena cruel, todavia, quando esses crimes são executados pelo próprio Estado irrompe um sentimento de injustiça social, que só aumenta os níveis de violência. Isso, por consequência, afeta a efetividade da Constituição, tornando-a nominalista, isto é, transformando-a em uma Constituição que não possui força normativa, pois os detentores do Poder desrespeitam seu texto.

(Conclusão) (Conclusão): Diante do que foi exposto, nota-se que a tortura por parte do Estado é uma realidade que persiste no país, apesar de vedada pela Constituição. Dessa forma, a falta de treinamento especializado, de acompanhamento psicológico e de punição mais efetiva dos servidores públicos são fatores que contribuem para a perpetuação da tortura. Portanto, é necessária uma mudança na estrutura dos órgãos policiais, bem como na Administração Pública, para que o texto constitucional não se torne alibi para os governantes, conforme ensina o doutrinador Marcelo Neves.

Palavras-chave: Direito Constitucional. Tortura. Polícia.

**A UNIFICAÇÃO DOS ATOS DE INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA E INSTITUIÇÃO DE CONDOMÍNIO: UMA ANÁLISE DA
LEI N.º 14.382/2022**

Autor(es):

Siseli Cardoso Fernandes Pandolphi: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Para conseguir se adaptar às constantes mudanças que ocorriam – e ainda ocorrem – diariamente na sociedade, o direito imobiliário necessitou adaptar as suas previsões e normas legais. Foi com esse intuito que o legislador instituiu a Lei n.º 14.382/2022, a qual prevê alterações em relação à Lei n.º 4.591/64 (Lei de Condomínios e Incorporações Imobiliárias). A referida lei de 2022 determinou a possibilidade de abertura de matrículas para as futuras unidades autônomas em construção após o registro do memorial de incorporação, partindo da premissa de que o objeto é o imóvel enquanto unidade econômica e não mais unidade física atrelada ao solo.

(Metodologia) A pesquisa realizada para o desenvolvimento deste trabalho consistiu na interpretação e análise de previsões legais do ordenamento jurídico brasileiro bem como revisão bibliográfica diretamente ligados ao tema. Ademais, a compreensão do material aqui apresentado estudado foi realizada de maneira qualitativa com o escopo de verificar subjetivamente os aspectos abordados, além de estar presente na execução o método histórico, o qual auxiliou na interpretação dos conceitos e acontecimentos relacionados à historicidade do tema.

(Resultados) A Revolução Industrial foi responsável por um vasto processo de urbanização ao redor de todo o mundo, acarretando, como consequência, um aumento na demanda habitacional. Foi necessário repensar a forma de moradia, tendo sido desenvolvido o conceito de prédios com unidades superpostas e condomínios habitacionais horizontais. No Brasil, o ordenamento jurídico, o Código Civil de 1916, trouxe um capítulo exclusivo com disposições e regramentos a respeito do condomínio, conceituando, assim, a propriedade coletiva. Todavia, o conceito de condomínio abordado pelo referido Código ainda não abarcava a noção de condomínio edilício, tendo este conceito sido agraciado e destrinchado somente com o advento da Lei n.º 4.591/64 (Lei de Condomínios e Incorporações Imobiliárias). Recentemente, entrou em vigência a Lei n.º 14.382/2022, a qual trouxe consigo algumas alterações relacionadas ao direito imobiliário. Anteriormente à decretação da referida lei, o incorporador deveria, após a conclusão da obra, proceder ao registro da Instituição do Condomínio no cartório de forma concomitante à averbação da construção do empreendimento. Essa incorporação é praticada antes da venda das unidades – ou seja, anteriormente ao início das obras do empreendimento. Nesse sentido, a Lei n.º 14.382/2022 estabeleceu que a incorporação e a instituição do condomínio passam a constituir ato único na matrícula do imóvel.

(Conclusão) Por meio das pesquisas realizadas e dos materiais bibliográficos interpretados, foi possível compreender um pouco mais acerca do surgimento e da constituição do conceito de condomínio. Foi possível observar, que as mudanças socioeconômicas obrigaram os legisladores a se adaptarem ao surgimento de novas formas de habitação e de regularizar essas práticas. Tendo sido elaborada a Lei n.º 14.382/2022, que trouxe alterações à Lei n.º 4.591/64, unificando os atos de instituição do condomínio e incorporação imobiliária, cujas alterações além de simplificar os atos, reduzem o tempo e custos do procedimento registral.

Palavras-chave: Direito Imobiliário. Lei n.º 14.382/2022. Incorporação.

A VIOLAÇÃO DO JUSNATURALISMO PRESENTE NA VENEZUELA

Autor(es):

Giovanni Medeiros Pinto de Almeida: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Matheus Marjan Bay: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Ana Flávia Medeiros Cavalcanti Gomes: Discente do curso de Psicologia, Formação de Psicólogo do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho trata da relação entre o direito natural ou jusnaturalismo e como este influencia a realidade vivida pelos indivíduos. O Direito Natural, inicialmente, pode ser considerado como um conjunto de princípios que são considerados básicos e inatos a todos os seres humanos. Não à toa se confunde o jusnaturalismo com os direitos humanos, que são direitos, também, fundamentais a todos os indivíduos. No entanto, mesmos básicos, esses direitos são constantemente violados, em grande parte por governos autoritários. Podemos aqui trazer o exemplo da Venezuela, que viola o Jusnaturalismo e os direitos humanos na medida em que “obriga” parte de sua população a emigrar para o Brasil.

(Metodologia) Para a construção desse trabalho foi feito levantamento bibliográfico através do banco de pesquisa científico Google Acadêmico. Foram utilizados 5 artigos para a elaboração desse trabalho. Foram levados em consideração os artigos que compararam o direito natural com outros direitos e que melhor explicassem o direito natural ou exemplificassem. Foram desconsiderados os artigos que quisessem comparar o direito natural com conceitos mais específicos.

(Resultados) Diante dos resultados obtidos, foi notado que no período de 2010-2016, 4.434 era o número de venezuelano solicitando refúgio para o Brasil. Essa imigração do povo venezuelano se dá por conta da crise política vigente no país, por conta de um governo autoritário que beira o totalitarismo. Levando em consideração o entendimento de Direito Natural para John Finnis, a Venezuela estaria justamente violando o bem comum defendido pelo Jusnaturalismo, na medida em que os valores básicos, como a sociabilidade e a vida, deste estão em oposição aos interesses do país. Na visão de Finnis, ainda, a obediência a autoridade do governo só dependeria se este defendesse o bem comum das pessoas. Seguindo esse raciocínio, se torna mais fácil entender o porquê que muitos desses imigrantes venezuelanos saíram de maneira ilegal de seu país. Mas o cenário se demonstra mais desfavorável quando se expande o campo de visão para todo o planeta, onde existem várias pessoas de diversas nacionalidades se refugiando de governos autoritários a todo momento

(Conclusão) Em virtude dos fatos mencionados, podemos destacar que a maioria da população venezuelana não está satisfeita com as constantes violações do seu direito natural de vida, defesa, liberdade e justiça. Podemos perceber, que esse grave problema está muito longe de ser solucionado, visto que o país vive em um regime ditatorial e totalitário. Não obstante, todos os países têm o dever moral e ético de aplicar duras sanções e acolher os refugiados para que assim eles possam ter garantidos o seu direito natural.

Palavras-chave: Direitos humanos, jusnaturalismo, direito natural, autoritarismo, violação dos direitos naturais, Venezuela, John Finnis.

A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E O FEMINICÍDIO: REFLEXOS DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19.

Autor(es):

Yasmim Maria Azevedo de Figueiredo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Emmanuelli Karina de Brito Gondim Moura Soares: Docente do UNI-RN

(Introdução) Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS 2002), a violência é definida como “uso intencional da força ou poder em uma forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa, grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesão, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações”. Atualmente, a violência contra a mulher é um tema frequentemente abordado, pelo fato de ter uma grande visibilidade, através da divulgação da mídia, internet e jornais. A violência de gênero, é uma relação de desigualdade, onde o homem considera a mulher como submissa e advém de um contexto histórico, onde um de seus principais instigadores é o patriarcalismo e a cultura imposta por nossos antepassados. Dessa forma, é evidenciado como é importante a luta das mulheres pela medidas em que protejam elas, durante a pandemia do COVID-19, ocorreu um aumento significativo nos casos de violência contra a mulher e o isolamento social instigou mais a situação fazendo com que o agressor passassem mais tempo com a vítima.

(Metodologia) O presente trabalho de pesquisa foi fundamentado em artigos e leis que tratam da violência contra a mulher e dados bibliográficos/estatísticos referentes aos últimos anos. Utiliza-se o método indutivo, partindo de uma cultura pré-estabelecida pela sociedade antiga e como a mulher era e ainda está nesse meio e, analisando essa cultura patriarcal ainda presente no contexto da pandemia. A partir disso, aperfeiçoar conhecimento acerca do tema, as pesquisas foram direcionadas pelas Leis 11.340/2006 e 13.104/201, além da constituição Federal, artigos e matérias jornalísticas do período atual.

(Resultados) Como resultado geral, o presente artigo acadêmico, tem a análise do aumento de casos de violência contra a mulher durante a pandemia do COVID-19, no entanto, o artigo ainda não está concluído assim, não tem resultados completos.

(Conclusão) A luta das mulheres foi difícil até conseguirem chegar ao presente momento, cheio de leis e mecanismos para protegê-las, no entanto, a Lei Maria da Penha, a Lei do Feminicídio e todas as suas punições ainda não são suficientes para coibir completamente a violência e conseqüentemente o feminicídio, portanto, o artigo em questão, irá buscar, na sua conclusão, quando for finalizado, uma solução juntamente com as leis já vigentes para tentar coibir cada vez mais e prevenir as mulheres de passarem por esse tipo de situação seja na sua própria casa ou em qualquer ambiente.

Palavras-chave: Feminicídio. COVID-19. Patriarcalismo. Violência contra a mulher.

ABANDONO DIGITAL: OS DEVERES PARENTAIS DIANTE DOS PERIGOS DAS REDES SOCIAIS À LUZ DA PROTEÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Autor(es):

Rebeca Rodrigues Soares: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O tema aqui se escolhido aborda sobre o que atualmente é reconhecido pela doutrina como “abandono digital” e os deveres cíveis e constitucionais, no âmbito da responsabilidade civil, dos pais para com os filhos menores de idade usuários das redes sociais, uma vez que as redes sociais os expõem a diversos perigos relacionados ao seu uso. O abandono digital refere-se à negligência apresentada pelos pais no seu dever de resguardo dos direitos fundamentais da pessoa menor de idade a qual é responsável frente aos perigos relacionados ao mundo cibernético das redes sociais, como os que serão exemplificados, em especial no que consta o direito à dignidade e ao desenvolvimento sadio, uma vez que são considerados seres mais vulneráveis em razão de sua situação peculiar de desenvolvimento antropológico, tendo por base o princípio da proteção integral da criança e do adolescente. Assim, o presente trabalho tem o intuito de demonstrar o que fundamenta os deveres parentais, no âmbito da responsabilidade cível e constitucional, diante da negligência dos pais quanto aos perigos relacionados ao uso das redes sociais pelos filhos menores de idade.

(Metodologia) O método aplicado será o hipotético-dedutivo com o objetivo de analisar e refletir sobre como os menores de idade, enquanto seres de maior vulnerabilidade às influências externas das redes sociais, são prejudicados em seus direitos fundamentais por meio do abandono digital exercido pelos seus pais, sendo que estes têm o dever constitucional de resguardá-los. Para tanto, a pesquisa fará o uso preponderante do meio documental para a pesquisa aplicada, através da avaliação legislativa e doutrinária do ordenamento brasileiro, visando o enriquecimento e bom desenvolvimento do tema em questão.

(Resultados) Tendo em vista que a pesquisa ainda se encontra em desenvolvimento, os resultados que se esperam são a identificação do abandono digital dos pais aos filhos menores de idade como causa da responsabilidade civil dos pais, além de estabelecer a necessidade da fiscalização dos pais à atuação online dos filhos, mas também em equilíbrio com o direito à privacidade do menor de idade de acordo com sua condição antropológica, de forma a assegurar o princípio de proteção integral da criança e do adolescente e na busca do melhor interesse do menor de idade.

(Conclusão) Portanto, é possível aludir que o princípio da proteção integral da criança e do adolescente é um conceito doutrinário com o intuito de assegurar o melhor interesse dos menores de idade para ser possível seu pleno desenvolvimento e máxima progressão evolutiva, uma vez que são os jovens o futuro da nação e por isso recebendo proteção especial a sua condição. Nesse contexto, um dos grandes e preponderantes perigos que ameaçam esse pleno desenvolvimento é o abandono digital desses jovens, não somente pelos seus pais, mas com destaques a esses por terem o maior encargo, legal e social, na proteção de seus direitos em razão da convivência familiar e do afeto envolvido nesse meio.

Palavras-chave: Abandono Digital. Princípio da Proteção Integral da Criança e do Adolescente. Deveres Parentais.

ABANDONO PATERNO-AFETIVO: AFETO COMO OBJETO DE LITÍGIO E A RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL

Autor(es):

Natanny Caroline Teixeira Silva : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ursula Bezerra e Silva Lira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente artigo tem a finalidade de abordar o assunto do abandono paterno-afetivo, que consiste no abandono imaterial de um filho, ou seja, em alguns casos o genitor continua prestando assistência financeira, entretanto não mantém vínculo ou contato nenhum com a criança, abandonando-o na responsabilidade do outro genitor, abandono de modo a não construir laços afetivos. Para isto analisaremos o instituto da responsabilidade civil e em que momento ele cruzou com o direito de família, serão expostos os princípios que regem as relações familiares bem como, analisaremos abordagem do tema perante a legislação brasileira e a psicologia, e posicionamento doutrinário e jurisprudencial acerca do abandono afetivo.

(Metodologia) Será utilizado o método dedutivo na presente pesquisa, tendo em vista que partiremos de uma análise de informações, conceitos, princípios, para então se chegar a uma conclusão de como se configura o abandono afetivo, e em que situações ele deve ser reparado. Utilizaremos ainda materiais bibliográficos bem como referências jurisprudenciais.

(Resultados) Nas relações entre os ascendentes e os filhos podemos dizer que a Responsabilidade Civil nasce da obrigação de exercer os deveres inerentes ao poder familiar, que trata-se de um dever imposto por lei aos genitores, disposto na Constituição Federal, em seu art. 229, que aduz: que aos pais cabe o dever de assistir, criar e educar os filhos menores (BRASIL, 1988). O reconhecimento jurídico do afeto tem o objetivo de alcançar a felicidade do filho. A satisfação desse objetivo, tornou-se relevante no ordenamento jurídico brasileiro, por este motivo o judiciário tem se posicionado a favor da indenização pecuniária pelo abandono afetivo.

(Conclusão) A essência deste trabalho é justamente identificar o que levou as pessoas a procurar o judiciário e o que levou ao atual posicionamento do judiciário quanto a indenização pecuniária decorrente do abandono afetivo. Podemos dizer então, que os danos sofridos, decorrentes do abandono afetivo são necessariamente morais, pois não se pode atribuir-lhes valor pecuniário, devendo a indenização ser em valor capaz de atenuar os impactos psicológicos sofridos pelo filho.

Palavras-chave: Abandono paterno-afetivo. Responsabilidade civil. Reparação.

ABUSO DE AUTORIDADE

Autor(es):

Ester Sales Medeiros Soares: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho aborda a Lei de Abuso de Autoridade (Lei 13.869 de 2019). O foco é a análise a respeito dos principais dispositivos dessa legislação. A questão problema que será respondida é sobre a real efetividade da nova legislação em comparação com a legislação anterior. O objetivo principal é analisar o crime de abuso de poder e suas diversas facetas, bem como compreender a necessidade de limitação do poder por parte dos agentes estatais. O assunto é importante na medida que trata sobre ações estatais que infringem os direitos fundamentais, e que merecem uma efetiva punição pelo direito penal.

(Metodologia) As penas que estão dispostas na Lei nº 13.869/19 terão aplicação independentemente das sanções de natureza civil ou administrativa cabíveis. Com pluriativos, atingindo mais de um bem jurídico. Quanto às penas, é preciso ressaltar que várias delas demonstram crimes de menor potencial ofensivo e outras apontam para a viabilidade de aplicação de suspensão condicional do processo. A responsabilidade civil e administrativa são independentes da criminal, no entanto, não é mais possível questionar sobre a existência ou a autoria do fato quando essas questões tenham sido decididas no juízo criminal.

(Resultados) Inicialmente, de forma a conceituar a responsabilidade civil da Administração Pública pelos atos de abuso de poder causado pelos. A moderna teoria do órgão público sustenta que as condutas praticadas por agentes públicos, no exercício de suas atribuições, devem ser imputadas ao Estado. Assim, quando o agente público atua, considera-se que o Estado atuou. A teoria da responsabilidade objetiva, também conhecida como teoria do risco, se subdivide em duas teorias: teoria do risco administrativo e teoria do risco integral.

(Conclusão) O estudo teve como foco principal a nova Lei de Abuso de Autoridade. Foi de grande importância estabelecer algumas premissas iniciais, como a compreensão da caracterização do Estado Democrático de Direito, pois dele advêm as prerrogativas dos agentes públicos que agem em nome do Estado. A prerrogativa tratada é o poder. O poder é um atributo conferido há alguns agentes públicos. Esse poder se manifesta pelo poder de polícia, sendo ele o administrativo ou o poder de polícia manifestado pelas autoridades policiais. Essas autoridades policiais, quais sejam: a polícia militar e a polícia judiciária, são as responsáveis pela segurança pública e organização social. Essas autoridades são responsáveis pela captura do acusado, e pela produção de provas a respeito da autoria e materialidade do fato criminoso. É evidente que essas funções só podem ser desempenhadas com a prerrogativa do poder. No entanto, existem limites para o uso do poder, os principais limites são os próprios direitos fundamentais, que protegem o indivíduo frente a atuação arbitrária do Estado. Fato é que a nova lei deve ser criticada a partir da análise da sua efetividade, o que ocorrerá a médio e longo prazo, tendo em vista que a legislação é nova no ordenamento jurídico brasileiro. Portanto, espera-se que a nova Lei de Abuso de Autoridade seja eficaz em comparação com a anterior, diminuindo a impunidade e limitando de forma mais concisa o poder estatal.

Palavras-chave: Abuso. Autoridade. Legislação. Punição.

ACESSIBILIDADE A EDUCAÇÃO COMO DIREITO FUNDAMENTAL

Autor(es):

Denilson Rodrigues da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Daniela Beatriz Sabino de Araujo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Krislaine Alípio Machado: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Alrimar Dantas de Freitas Junior: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Há vários conceitos existentes sobre a educação, mas devemos analisar a sociedade moderna e como está estruturada para se chegar a um conceito adaptado à estrutura atual moderna da sociedade. Desta forma, podemos descrever a grande importância da educação na formação ética e cidadã de um indivíduo que toda sociedade almeja. Qualquer indivíduo inserido na sociedade, fundamentalmente, tem direito acesso à educação diante da Constituição Federal Brasileira. Mas será que toda sociedade brasileira tem acesso à educação? E será que é de qualidade? A educação deve, somente, ser ensinada nas escolas (a chamada educação formal)? Indagações estas que serão de grande importância para o desenvolvimento do presente trabalho.

(Metodologia) Trabalho baseado em levantamento bibliográfico científico. Foram analisados cinco artigos científicos relacionados com o tema direito à educação como direito fundamental humano e comparado/analizado com o objeto de estudo. Tais artigos corroboram à compreensão e sistematização do trabalho. Foram utilizadas as seguintes palavras-chave para encontrar os artigos: direito à educação como direito fundamental, educação e direito, direito fundamental humano. Diante dessas palavras chaves foram analisados os cinco artigos mais essenciais para a pesquisa.

(Resultados) De acordo com a pesquisa, os resultados foram satisfatórios. Os dados mostraram que quando se tem condições escolares estruturais e tecnológicas e um ambiente educacional com meios dinâmicos e bem elaborados de ensinamento, há grandes possibilidades de crianças e jovens, que têm condições de vida menos favorecidas, terem uma vida bem-sucedida. Eles acabam evoluindo mentalmente e passam a analisar a sociedade com outros olhos, uma criança que os pais só puderam proporcionar o mínimo ou até menos do que isto. Ver-se que em um ambiente escolar, com ótima estrutura educacional, os jovens se sentem incentivados a ter uma vida mais produtiva e proporcionar aos seus pais esta mesma vida, mas para isso essas crianças e jovens carentes precisam ser atendidos com políticas sociais que possam dar condições educacionais justas.

(Conclusão) Conclui-se que para se ter uma educação acessível e de qualidade para todos, mais política pública devem ser desenvolvidas e aplicadas no país para que possamos ter uma educação como meio de acesso aos bens sociais, possibilitando a libertação do indivíduo perante a ignorância através da democratização da educação, incluindo-se campanhas de políticas públicas nas quais o estado e o principal responsável e provedor. E também, não somente, no âmbito escolar deve ser democratizada a educação, mas também no âmbito familiar e social para ser um ser humano que toda a sociedade almeja; atendendo às necessidades da sociedade moderna atual.

Palavras-chave: Direito a educação, educação como direito fundamental, educação e direito, sociedade moderna e educação como direito fundamental.

ACORDO NA FASE INICIAL DO PROCESSO: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

Autor(es):

Ian Galdino Alves: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Matusalem Jobson Bezerra Dantas: Docente do UNI-RN

(Introdução) Após realização de pesquisas, resta demonstrado que os processos, via de regra, os processos em que as partes optam por tentar resolver o conflito por meio de um acordo, especialmente na fase inicial do processo, comina em uma duração menor do processo, e isso sem perder a efetividade do feito. Isso porque, há economia de uma profusão de atos processuais, que se constata, também, uma diminuição de gastos, seja em relação ao tempo, ou ao dinheiro. É necessário destacar, que o acordo, deve corroborar para a resolução do conflito, e não só na economia de tempo ou dinheiro. Com isso, tem-se uma contribuição ao poder judiciário, que consegue focar em processos que demandam uma instrução mais aprofundada, em que as partes não conseguiram chegar em uma autocomposição.

(Metodologia) Buscou-se demonstrar e analisar o impacto do acordo quando feito na fase inicial do processo. E isso foi meio mediante pesquisa aplicada, a fim de demonstrar efetivamente o impacto do acordo firmado. Tanto foi analisado o direito material, quanto o processual, e a praticidade a eles aplicada. Assim, foi sobremaneira útil a realização da pesquisa explicativa, que demonstrou o passo a passo para a realização do acordo.

(Resultados) Quanto aos resultados, foi analisado, dentre outros dados, um caso em específico, onde as partes, mesmo sem a realização de uma audiência de conciliação, chegaram em um acordo, que pôs fim a um conflito que talvez precisasse de uma instrução. Assim, em não sendo necessária uma produção de provas maior, economizou-se tempo, tanto quanto dinheiro, e chegou-se ao escopo principal de uma demanda judicial, que é a resolução do mérito em uma duração razoável do trâmite processual.

(Conclusão) É cediço, portanto, o caráter efetivo do acordo, que dada a boa construção da peça inicial, a parte demandada, antes mesmo de manifestar-se nos autos, pode chegar a formalização de um acordo, de sorte que o mérito foi resolvido pelas partes, sem ter o magistrado que se debruçar em sua análise, mas, tão somente, homologar um negócio jurídico.

Palavras-chave: Acordo. Resolução. Razoabilidade.

ADOÇÃO AVOENGA: PRIMAZIA AO ATENDIMENTO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Autor(es):

Isadora Maia Fernandes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Beatriz de Melo Gadelha Meira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A presente pesquisa aborda a evolução do instituto da adoção e analisa, especificamente, a possibilidade da adoção avoenga no ordenamento jurídico pátrio. Isso porque, apesar do art. 42, §1º do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) expressamente vetar a adoção por ascendentes, entende a jurisprudência que esta deveria ser possível em alguns casos, levando em consideração, primordialmente, o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente. Dessa forma, a modalidade se apresentaria como uma alternativa para reconhecer a filiação socioafetiva já existente entre os adotantes, que seriam os avós, e a criança ou adolescente adotado, sem que fossem desfeitos os laços biológicos.

(Metodologia) A pesquisa pode ser qualificada como aplicada e exploratória, visto que consiste em voltar o estudo científico para a solução de um problema específico - que é a impossibilidade da adoção avoenga trazida pela lei - e tem como objetivo explorar a problemática, tornado-a mais clara, e indo, assim, em busca de soluções para a mesma. Ademais, pode-se dizer que análise temática será baseada na pesquisa bibliográfica e documental, tendo caráter qualitativo e dando-se através da leitura de doutrinas, artigos científicos, análises de especialistas, costumes societários e jurisprudências pátrias atualizadas acerca do tema, a fim de promover a construção teórica do tema proposto.

(Resultados) A partir dessa pesquisa, espera-se contribuir para ampliar o debate acerca da aplicabilidade dos princípios do melhor interesse da criança e do adolescente e da afetividade nos casos de adoção dos netos pelos avós. Isso porque, segundo decisões trazidas pelo Superior Tribunal de Justiça, estes princípios basilares do Direito das Famílias e do seu atual sistema protecionista são utilizados para justificar a possibilidade desse tipo de adoção ocorrer em casos específicos.

(Conclusão) Espera-se concluir que a vedação do artigo 42, §1º, do Estatuto da Criança e do Adolescente, a qual se refere à proibição de adoção por ascendentes, não deve ser considerada absoluta e que, tendo em vista o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, deve o juiz analisar os casos específicos, interpretando a Lei de uma forma que busque, em todo caso, sempre beneficiar o interesse da criança e do adolescente, e não o melhor interesse do adotando.

Palavras-chave: Adoção avoenga. Jurisprudência. Melhor interesse da criança e do adolescente. Princípio da afetividade.

ADOÇÃO HOMOAFETIVA À LUZ DO PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Autor(es):

Alana Karla Ferreira da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Emmanuelli Karina de Brito Gondim Moura Soares: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho tem como tema a adoção homoafetiva à luz do princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, fazendo uma análise junto a evolução dos modelos de família. É notório que ainda existem preconceitos acerca da adoção, quando diferenciam o filho biológico do filho adotivo, torna-se ainda um assunto delicado quando há formação da família homoparental. O que leva os tribunais a reconhecer esse tipo de adoção? Um lar para as crianças em instituições é mais saudável que um lar familiar de casais homossexuais? A questão em análise é proporcionar ao adotado uma família e um lar digno, que possa crescer com uma perspectiva de vida melhor.

(Metodologia) Para os métodos de procedimentos foram utilizados o histórico, com base no estudo da evolução dos modelos de família e o instituto da adoção; O comparativo, no estudo das diferenças entre adoções e as dificuldades por casais heterossexuais e homossexuais; E o método estatístico com a análise do aumento de adoções homoafetivas no Brasil. Junto com as pesquisas documentais, jurisprudencial e bibliográfica mostra o embasamento teórico necessário para o estudo da adoção à prisma do ordenamento jurídico.

(Resultados) Foram levantados questionamentos acerca da adoção homoafetiva se seria melhor manter o menor em um lar oferecido pelo Estado do que um lar familiar saudável, e nisto é notório o preconceito quando ainda é questionado se essa adoção pode influenciar a orientação sexual do adotado. É uma realidade que a maioria não quer enxergar.

(Conclusão) A contribuição da jurisprudência e da doutrina mostra que a não há impedimentos para que casais homoafetivos após o reconhecimento da união adotem uma criança ou um adolescente. Indeferir um pedido de adoção homoafetiva, afrontaria os preceitos fundamentais, discriminaria o ser humano por orientação sexual, iria ferir o princípio da isonomia no processo de adoção e o melhor interesse para o menor. Negaria ao abandonado o direito de ter um lar familiar, amor, carinho, dignidade e afeto.

Palavras-chave: Adoção. Casais Homoafetivos. Família. Princípios. Isonomia.

ADOÇÃO: O TRÁFICO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES PARA ADOÇÃO ILEGAL E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS

Autor(es):

Laura Beatriz Viana Peres: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Emmanuelli Karina de Brito Gondim Moura Soares: Docente do UNI-RN

(Introdução) A preservação da integridade das crianças e dos adolescentes se faz imprescindível ao melhor interesse desses indivíduos, sendo de extrema importância compreender a extensão dos seus direitos. Nesse sentido, o presente trabalho analisa as repercussões jurídicas, sociais e morais do tráfico de crianças e adolescentes para adoção ilegal, com o intuito de retratar os cenários precários aos quais esses indivíduos são submetidos e de que modo o ordenamento jurídico brasileiro protege os direitos legalmente garantidos.

(Metodologia) A pesquisa realizada para o desenvolvimento do trabalho consistiu na análise e interpretação de textos acadêmicos e previsões legais do ordenamento jurídico brasileiro diretamente ligados ao tema. A compreensão do material ora estudado fora realizada de maneira qualitativa a fim de verificar subjetivamente os aspectos abordados, além de estar presente na execução o método histórico, o qual auxiliou na interpretação dos conceitos e acontecimentos relacionados à historicidade do tema.

(Resultados) O instituto da adoção remonta séculos atrás, quando, no Direito Antigo, preceitos jurídicos como o Código de Hamurabi e o direito na Roma Antiga já tomavam conta dessa nova concepção de família. No Direito Brasileiro, houve diversas mudanças ao longo dos anos, podendo ser citado o Código Civil de 1916, o qual disciplinou o instituto da adoção no tocante à preservação da continuidade da família. Mais à frente, a Constituição Federal de 1988 foi responsável pela alteração das concepções de família e filiação, tendo também a Lei n.º 8.069 de 1990, criado o Estatuto da Criança e do Adolescente, garantido conquistas em prol dos interesses infante-juvenis. Nesse sentido, importante se faz abordar um aspecto bastante delicado acerca desse tema, qual seja o tráfico ilegal de crianças e adolescentes com o intuito de promover adoções ilegais, verificando o Art. 149-A do CPP. Consoante a terminologia jurídica, “tráfico” exprime o comércio ilícito e a negociação, de modo a sequestrar, vender, comprar, transferir ou transportar pessoas para fins de venda. Por conseguinte, o tráfico de crianças engloba tanto meninas como meninos de tenra idade os quais são submetidos às situações de exploração supracitadas. A adoção ilegal de crianças e adolescentes se constitui mediante a violação das leis previstas pelo ordenamento jurídico, sendo ela a Lei 12.010/09 prevê o processo de adoção legalmente estabelecido. Sendo assim, os criminosos se utilizam da falsificação de documentos oficiais e demais “estratégias” com o intuito de promover ato ilícito, causando-lhes danos irreversíveis ao seu estágio de desenvolvimento.

(Conclusão) Por meio das pesquisas realizadas, foi possível entender um pouco mais acerca do tráfico ilegal de crianças realizado com o objetivo de submetê-las à adoção ilegal. É possível perceber que esses jovens possuem os seus direitos cerceados desde o princípio das suas vidas, estando à mercê de atos ilícitos comumente ocasionados durante o seu viver. Infelizmente, o instituto da adoção previsto pelo ordenamento jurídico brasileiro não é respeitado em sua integridade, tendo em vista que indivíduos se utilizam de brechas morais para burlar as demandas legislativas vigentes. Os danos trazidos em decorrência de todo o processo ao qual essas crianças e adolescentes são submetidos são inúmeros, sendo correto especular que os traumas perdurarão com eles durante uma boa parte de suas vidas. Por conseguinte, faz-se imprescindível compreender de que forma o ordenamento jurídico atua em relação às consequências previstas à atenção desses crimes, propondo-se uma reflexão bastante interessante e socialmente importante acerca do tema.

Palavras-chave: Tráfico. Crianças e adolescentes. Adoção ilegal.

AGRAVO DE INSTRUMENTO E O SEU CABIMENTO NA RECORRIBILIDADE DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS A LUZ DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015.

Autor(es):

Richardson Emanuel de Brito Borba: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Jorge Bernardo Silva Fonseca: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Petrucia da Costa Paiva Souto: Docente do UNI-RN

(Introdução) O agravo de instrumentos, é um recurso que serve para impugnar as decisões interlocutórias de juízo monocrático, através do rol do artigo 1.015 do código de processo civil. A grande questão está em volta da decisão do superior tribunal de justiça, que concerne sobre o rol do artigo 1.015. Versando sobre as constantes dúvidas doutrinárias acerca da taxatividade, se o rol é considerado taxativo ou não. O STJ deu um carácter especial ao recurso sendo reconhecido como uma taxatividade mitigada. Que implica nos casos em que esse recurso é cabível, sendo permitido uma interpretação para averiguar seu cabimento em determinado assunto.

(Metodologia) Trata-se de pesquisas bibliográficas, através de livros e jurisprudência, bem como utilizada os mais variados sites, afim de possibilitar e elucidar o tema. Utilizou-se o método de abordagem o dedutivo, já que se procurou analisa, o agravo de instrumento e seu cabimento nas decisões interlocutórias. Como método de procedimento, utilizou-se o histórico, devido a analisar os códigos de processos civis anteriores.

(Resultados) O agravo de instrumento, atualmente, sendo considerado em seu rol uma taxatividade mitigada se configura de forma a se tornar cabível fora do que é previsto em lei. Os agravos de instrumentos anteriores iam de encontro a matérias de carácter que fossem prejudiciais a ponto de causar lesão grave ou de difícil reparação a quem foi afetado pela decisão interlocutória, o CPC de 2015, deixa previsto os casos, porém o STJ após afirmar taxatividade mitigada, abre margem para outros casos em que o agravo de instrumento é cabível, gerando insegurança jurídica, onde a cada decisão interlocutória, um agravo de instrumento é interposto.

(Conclusão) O agravo de instrumento, tem sua importância recursal, por ser ferramenta para combater as decisões interlocutórias e as alterações trazidas pelo Código de processo civil de 2015 trouxeram dúvidas doutrinárias acerca do tema. Sendo posterior decidido pelo Superior tribunal de justiça uma taxatividade mitigada, sendo aplicado este em diferentes casos fora os previstos em seu rol, que de certa forma tal insegurança por não saber onde pode ser previsto tal recurso, pode acabar gerando insegurança jurídica.

Palavras-chave: agravo de instrumentos, código de processo civil de 2015, taxatividade mitigada

ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA

Autor(es):

Caroline Katryn Miguel Teixeira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A garantia do crédito se caracteriza como um instituto importante à manutenção da economia social desde o Império Romano, quando a fidúcia era baseada apenas em relações de confiança, sendo o seu principal objetivo assegurar o credor fiduciário em detrimento de um crédito cedido ao devedor fiduciante. Nesse sentido, o presente trabalho tem como escopo a explanação e a análise da alienação fiduciária em garantia no ordenamento jurídico brasileiro, a qual se tornou, no decorrer da história, uma previsão legal demasiadamente relevante ao avanço da economia.

(Metodologia) A análise do material estudado para a confecção do trabalho em epígrafe foi realizada de maneira qualitativa, com o intuito de verificar subjetivamente os aspectos abordados, além de estar presente na execução o método histórico, o qual auxiliou na interpretação dos conceitos e acontecimentos relacionados à historicidade do tema. Ademais, a pesquisa realizada para o desenvolvimento das ideias consistiu na análise e interpretação de textos acadêmicos e previsões legais do ordenamento jurídico brasileiro diretamente ligados ao tema.

(Resultados) Em meio aos avanços socioeconômicos, a concessão de crédito para os indivíduos se tornou uma prática cada vez mais importante. No Brasil, foram instituídas as Leis n.º 4.728/65 e 9.514/97, as quais tratam, respectivamente, da alienação fiduciária em garantia de bens móveis e bens imóveis, com o intuito de desenvolver uma economia com maior facilidade. Assim, desde já se identifica a relevância do uso do crediário para o avanço da economia, tendo sido em decorrência desses motivos que as formas de garantia de crédito conquistaram o seu espaço dentro das normas jurídicas. Após, quando a obrigação for concretizada, resolver-se-á a propriedade, de modo a voltar para o titular inicial. Desta feita, a alienação fiduciária possui também caráter transitório, posto que a propriedade se desfaz quando a obrigação é cumprida, tendo em vista que o credor não recebe a propriedade para agregar o bem ao seu patrimônio, mas sim para garantir um crédito. Consistindo em um negócio jurídico utilizado para transferir a propriedade de um bem-imóvel, por exemplo – a fim de garantir um crédito, o instituto em questão propôs ao mercado imobiliário mais eficiência e segurança jurídica aos credores, possibilitando, assim, uma maior movimentação na economia, visto que o crédito é bastante relevante para que os indivíduos com menor poder aquisitivo possam adquirir imóveis com custos menores e de maneira parcelada – assegurando do outro lado, o credor fiduciário. A alienação fiduciária, por conseguinte, foi responsável por atribuir maior celeridade ao processo do credor na retomada do bem em caso de inadimplemento do devedor, consistindo em um importante avanço para os institutos imobiliários legais brasileiros.

(Conclusão) Em meio às análises e interpretações realizadas, foi possível compreender a importância advinda da alienação fiduciária em garantia. Como fora explanado, as mudanças socioeconômicas forçaram o âmbito legal a se atualizar a fim de promover aspectos legais justos e precisos relativos ao tema, de modo a configurar um importante instituto para o ordenamento jurídico brasileiro. Os papéis resolúveis e transitórios da alienação fiduciária são responsáveis por promover maior celeridade e eficiência ao mercado imobiliário, além de garantir a segurança jurídica àqueles envolvidos. Desta feita, é correto afirmar que a tendência referente à admissão de contratos de alienação é crescente, posto que esse instituto possibilitada vez mais a desburocratização da recuperação do crédito, passando mais confiança aos investidores e gerando uma economia mais movimentada para o mercado brasileiro.

Palavras-chave: Alienação fiduciária. Garantia. Bem imóvel.

ALIENAÇÃO PARENTAL: UMA ANÁLISE DOS ASPECTOS JURÍDICOS DA LEGISLAÇÃO E SUA RECENTE ALTERAÇÃO

Autor(es):

Julia Fernandes Damasceno Lisboa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Emmanuelli Karina de Brito Gondim Moura Soares: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho tem como tema “Alienação Parental. Uma análise jurídica e social da prática” e tem como principal objetivo a análise aprofundada dos motivos e principais causas da Alienação Parental e como o poder judiciário está atuando para a resolução do problema social. Sabe-se que na atualidade, as diversas formações familiares possibilitam que a prática da alienação parental seja realizada, não somente pelos genitores das crianças e adolescentes, mas também por outros membros familiares ou agregados da família. Com isso, um dos principais objetivos do trabalho será a análise da melhor estratégia a ser elaborada pelo judiciário em razão da grande diversidade de núcleos familiares no território brasileiro, uma vez que um grande problema causado pela prática de alienação parental é, justamente, a dificuldade de identificação desta.

(Metodologia) A metodologia da presente pesquisa se dará por meio da pesquisa bibliográfica, composta por coleta de dados a partir de artigos, livros e revistas científicas, e citações das diversas naturezas, tendo sempre como foco a análise da Lei nº 12.318/2010, e sua recente alteração. O objetivo do uso da metodologia supramencionada é a análise da evolução acerca do tema inerente à alienação parental, conforme a evolução das formações familiares no decorrer dos anos e nas consequências que a criança e o adolescente vêm sofrendo em razão dessas alterações, bem como o impacto que a mudança legislativa poderá causar posteriormente.

(Resultados) Partindo do pressuposto de que a Alienação parental é uma prática indutora dos distúrbios psicológicos trazidos às vítimas de tal conduta e de que os genitores e responsáveis pela criança e o adolescente possuem total controle dos atos ilícitos recorrentes da manipulação, torna-se cristalina a importância social acerca da discussão do tema, frente os problemas sociais causados pela ausência de conhecimento acerca da temática, bem como a importância das penalidades, que impõem os limites devidos.

(Conclusão) Apesar desse instituto estar presente no cotidiano das famílias e no judiciário há décadas, apenas em agosto de 2010 foi instituída a Lei nº 12.318/2010, tendo como propósito conceituar e gerar medidas de prevenção e repressão contra os atos de alienação parental. Com isso, faz-se necessário uma urgente discussão acerca da sua recente alteração, vez que o vasto período sem novas imposições gerou um grande impacto na sociedade brasileira, merecendo uma maior atenção no que tange às atualizações trazidas ao tema.

Palavras-chave: Alienação parental, família, criança, adolescente, direito da criança e do adolescente, melhor interesse da criança e do adolescente.

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O FILME “O CANDIDATO HONESTO 2” E A REALIDADE POLÍTICO-ADMINISTRATIVA NO BRASIL

Autor(es):

Maria Vitoria Duarte Vieira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Marília Carvalho de Melo guimarães: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Cecília Campos Câmara: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O filme “O candidato honesto 2”, estrelado no ano de 2018, conta com o ator cinematográfico Leandro Hassum como personagem principal e faz uma sátira à política brasileira da época, abordando como muitos políticos agem de forma desonesta em período eleitoral e durante o mandato, manipulando os eleitores e causando centralização do poder. Tais fatos esclarecem muito a realidade do Brasil, tendo em vista que a comédia deixa explícito o poder de manipulação e convencimento de um político desonesto, que não age de acordo com a Constituição e que por meio disso consegue se manter no poder por vários anos.

(Metodologia) Para realização dessa pesquisa foi utilizado notícias publicadas na internet, referências bibliográficas, históricas, dados para abordar e analisar o tema e o filme “O Candidato Honesto 2”, na tentativa de compreender e correlacionar o filme com a realidade político-administrativa no Brasil. Como abordagem, foi utilizado o método explicativo, visto que procura expor e explicar os fatos.

(Resultados) Entre os principais resultados que foram obtidos utilizando por base as pesquisas bibliográficas feitas e o enredo do filme “O Candidato Honesto 2”, destaca-se o fato de que apesar do filme retratar uma história ficcional, é evidente que pode-se relacionar à realidade político-administrativa no Brasil, em que a corrupção e a manipulação estão muito presentes. Nesse sentido, é importante destacar o posicionamento da Constituição Federal de 1988, documento mais importante do Brasil, em detrimento desses fatos, bem como sua organização, que se divide em unidades federativas e é caracterizada pelo presidencialismo e pela democracia. Ademais, possui uma estrutura que divide-se em três poderes, sendo eles: o poder executivo, o poder legislativo e o poder judiciário, que ao mesmo tempo em que trabalham de forma independentes, fazem de forma conjunta. Assim, o poder executivo é o responsável por administrar o estado, cujo presidente da república é o representante máximo desse poder, administrando e gerindo efetivamente o país, que o filme comentado acima mostra e satiriza o poder executivo.

(Conclusão) Diante o exposto, observa-se que a abordagem feita através do filme, apesar de fazer parte do gênero comédia, que muitas vezes é visto pela sociedade apenas como algo “engraçado” de assistir, se mostrou muito eficaz a fins de conhecimentos político-administrativo para a população ao fazer uma crítica fazendo com que muitos de seus telespectadores refletissem e pesquisassem mais acerca desse tema e da realidade política no Brasil.

Palavras-chave: Constituição. Política. Político-administrativo. Manipulação. Corrupção.

ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A OBRA CINEMATOGRAFICA O CANDIDATO HONESTO 2

Autor(es):

Ana Karolina Nascimento da Costa : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho aborda uma análise crítica sobre o filme Candidato Honesto 2, o qual faz uma analogia à política do Brasil, abordando a história de um político corrupto (João Hernesto) que foi condenado após receber uma “praga” de que só conseguiria falar a verdade, assim sendo, ele acaba confessando sobre a corrupção em seu governo, o que levou a sua condenação, e, após quatro anos de detenção ele acaba conseguindo sua liberdade provisória com o uso da tornozeleira eletrônica. Após sua liberdade provisória ele acaba se candidatando à presidência novamente, aliando-se a um grande corrupto para ganhar a eleição.

(Metodologia) A metodologia utilizada foi a documental e a bibliográfica, uma vez que o trabalho foi constituído com base no filme e utilizado ferramentas de busca em sites virtuais, relacionando assuntos relevantes sobre a temática do presente estudo, a ponderação dos direitos e os seus dispositivos legais.

(Resultados) Com a análise no filme foi possível depreender que a intenção do autor foi mostrar justamente a questão social, onde faz-se uma crítica ao fato de que a população é leiga em relação a funcionalidade do sistema eleitoral. Portanto, o filme consegue passar esse conhecimento social em forma de comédia, levando o público a repensar sobre a política de forma descontraída.

(Conclusão) O filme O Candidato Honesto 2, trouxe uma abordagem bastante eficaz, visto que foi usado uma linguagem “despojada” e leve para explicar como funciona o sistema eleitoral no Brasil. Por trás de uma comédia aborda-se assuntos sérios, além de uma crítica bem interessante onde mostra justamente a importância de se saber como funciona o sistema eleitoral e qual a importância de escolher bem os seus candidatos, pois não é somente votar no presidente e acreditar que ele vai conseguir fazer tudo, pois se ele não tiver apoio de pessoas do congresso que também acreditem nas propostas dele ele não consegue executar nada do planejado. Entretanto, muita gente não entende a importância da divisão entre o Legislativo, Executivo e Judiciário, tendo, inclusive uma pesquisa da revista veja de São Paulo onde afirma que 59,2% dos paulistanos não lembram em quem votou para vereador, por exemplo. Outra pesquisa feita pelo mesmo Instituto na mesma revista afirma que muitos dos entrevistados desconhecem a real função dos parlamentares, afirmando assim que os eleitores só conseguem ver o presidente como a figura representativa, sem entender que de fato a política administrativa do Brasil vai muito além da presidência, pois a divisão acontece entre os três poderes que trabalham em conjunto e interligados. Portanto, o filme consegue passar esse conhecimento social em forma de comédia.

Palavras-chave: Filme; política; candidato.

ANÁLISE DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 A PARTIR DA SUA COMPARAÇÃO COM O FILME "O CANDIDATO HONESTO"

Autor(es):

Eduardo Lisboa Dantas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Rubens Henrique Magalhães Drumond: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Guilherme Bertoldo Santos Araujo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O presente vídeo, tem como objetivo estudar a relação estabelecida entre o filme O Candidato Honesto (2014), de Roberto Santucci, com O que dispõe a Constituição Federal de 1988 referente ao tópico de administração pública abordado nos artigos 37 ao 43 da Carta Magna. Visando obter novos conhecimentos acerca do objeto do direito constitucional e administrativo.

(Proposta do roteiro) A proposta de roteiro presente no vídeo teve como objetivo um breve resumo de cada componente sobre o trabalho e suas conexões entre o filme e a Constituição Federal, onde cada um trouxe sua visão acerca da proposta. Foi dividido entre cada um o mesmo assunto com diferentes visões, opiniões e conexões.

(Efeitos esperados) O principal efeito esperado, é de elucidar a relação entre os princípios constitucionais como anteriormente mencionado, com as obras cinematográficas, no caso, o filme O Candidato Honesto. É esperado, portanto, que com base na nossa análise, fique explícito a relação dos princípios constitucionais descritos no artigo 37 da Constituição Federal de 1988 com o filme que foi escolhido.

ANÁLISE DA EFICÁCIA DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NA REINTEGRAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NA SOCIEDADE

Autor(es):

Maria Letícia Silva Costa Gomes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente estudo possui como objetivo analisar a eficácia e aplicabilidade das medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como, sua perspectiva histórica e dados a qual comprovam a reentrada e reintegração destes na sociedade. Dessa forma, procura-se expor os motivos que levam a reincidência da criança e/ou adolescente em atos infracionais e a importância da reintegração social, familiar e comunitária, bem como, a apresentação de artifícios para abrandar a recaída em atos infracionais e, por fim, faz-se uma análise comparativa quanto a aplicabilidade em outros países e sua eficácia, utilizando-se do Direito Comparado.

(Metodologia) Método de abordagem: Dialético - Uso de discussão e argumentação acerca da matéria. Método de procedimento: Foi utilizado o método estatístico tendo em vista o uso como base de dados obtidos através do Conselho Nacional de Justiça e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Utilizou-se também o método comparativo tendo em vista que foi realizada uma comparação em relação ao modelo de medidas aplicados a outros países e, por fim, o método histórico haja vista a análise realizada em legislações anteriores a vigente. Por fim, como fonte de pesquisa foi utilizado pesquisas bibliográficas, tais como: artigos, livros, portais jurídicos e até mesmo a própria legislação.

(Resultados) Primeiramente, gostaria de ressaltar a importância da família, que é o primeiro local que os humanos estabelecem suas relações, sendo os pais responsáveis pela formação e proteção dos filhos. Entretanto, muitas vezes essas crianças/adolescentes sofrem com violência física, psicológica e sexual, o que pode contribuir para degradação desses indivíduos como pessoas/cidadãos. Sendo assim, muitas vezes as crianças e adolescentes e suas famílias estão submetidas a situação de vulnerabilidade, sendo notório que a desigualdade social gera exclusão, discriminação, acesso precário a saúde, educação, tendo como consequência a exposição de crianças e adolescentes a criminalidade. Por fim, é importante expor que os crimes praticados por crianças/adolescentes não são compreendidos como crimes e sim como atos infracionais – tendo em vista que estes indivíduos ainda estão em formação biológica. Sendo o ato infracional a conduta contrária a lei, ordem pública, aos direitos dos cidadãos ou ao patrimônio, cometido por crianças ou adolescentes. Segundo o CNJ de 5.544 indivíduos, 1.327 retornaram ao menos uma vez entre 2015 e junho de 2019, sendo a taxa de reentrada de 23,9% conforme demonstra gráfico. Sendo a reiteração em ato infracional de 13,9%.

(Conclusão) As medidas socioeducativas possuem duas visões: O caráter de reeducação/ressocialização e o de natureza sancionatória. Sendo assim, a intenção do ECA é baseado na Teoria da Proteção Integral, isto é, conferindo direito a vida, saúde, alimentação, entre outros, por meio da família, sociedade e estado. Sendo assim, as medidas socioeducativas ineficazes não são o que são previstas em lei, mas sim, a prática, tendo em vista que não há subsídios suficientes proporcionados pelo Estado, ocorrendo por conseguinte, uma aplicabilidade incorreta. Portanto, faz-se necessário a necessidade de programas sociais para reeducar e ressocializar as crianças/adolescentes de forma eficientes, tendo em vista que muitos dos que já existem possuem alta demanda, não tendo profissionais suficientes para suportar a demanda.

Palavras-chave: Estatuto da Criança e do Adolescente. Adolescente em conflito com a lei. Medidas socioeducativas.

ANÁLISE DA MULTICULTURALIDADE SOB A ÓTICA DA MIGRAÇÃO FORÇADA E DO COSMOPOLITISMO DE KANT

Autor(es):

José Ailton de Lira Junior: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN

(Introdução) O surgimento de novas formas de interações sociais entre cidadãos de diferentes países, que se expandiu a partir do advento da globalização, possibilitou a eclosão de fenômenos sociais que se desenvolveram ao longo do tempo e restaram por se consubstanciar, na atualidade, como foco de discussões internacionais, dada a sua relevância. Recorrente em debates globais, a migração forçada sempre existiu, estando ligada, principalmente, ao advento de guerras, polarização política, ascensão de regimes autoritários de governo e crises econômicas estatais que dificultam o acesso a recursos básicos à subsistência humana, por parte da maioria da população do país. Nos últimos anos, com a constância dos problemas sociais supracitados anteriormente, o número de indivíduos buscando refúgio aumentou de maneira significativa, causando grande impacto nos países que os receberam e, conseqüentemente, na sociedade internacional. Para além do impacto de aumento populacional, o fluxo migratório relacionado aos pedidos de refúgio, gera, também, impacto cultural. É que, ao buscarem melhores condições de vida em novos territórios, os refugiados trazem consigo seus costumes e material cultural que passama coexistir com a diversidade costumes e hábitos locais. Assim, a partir da migração forçada na atualidade, o trabalho se destina a analisar a ideia do multiculturalismo, atrelando tal fenômeno ao conceito do direito cosmopolita de Kant, que considera o ser humano como um cidadão do mundo, observando, também, como a questão dos refugiados contribui para a expansão da ideia de multiculturalidade.

(Metodologia) O trabalho apresenta como método de abordagem a pesquisa exploratória e a pesquisa bibliográfica. Junto a isso, com relação aos métodos de procedimentos e aplicação de técnicas de pesquisa, serão utilizados dados sobre os refugiados, principalmente no Brasil, divulgados em sites oficiais, como o da Polícia Federal e o da ONU. Concomitante ao exposto, será utilizada doutrina de autores relevantes no âmbito do direito.

(Resultados) Espera-se expor, ao fim da pesquisa, de maneira descomplicada, a relação entre a migração forçada e a multiculturalidade, entendendo a influência de um sobre o outro, além de perceber como o direito cosmopolita de Kant está presente nessa associação.

(Conclusão) Até o momento, a pesquisa observa que a migração forçada, o cosmopolitismo de Kant e a multiculturalidade, convergem a medida que se relacionam ao processo de refúgio. É que, as três ideias formam uma espécie de processo: problemas que geram a migração forçada, a alocação contribui para a configuração da multiculturalidade, que consubstancia a ideia de Kant que, resumidamente, reconhece o homem como um cidadão mundial.

Palavras-chave: multiculturalidade; cosmopolitismo; refugiados.

ANÁLISE DE ARTIGOS CIENTÍFICOS SOBRE A PANDEMIA

Autor(es):

Beatriz Pacheco Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A pesquisa foi baseada no tema pandemia no cenário do país como um todo, de modo que a pandemia afetou diversos setores da sociedade, tais como a saúde e educação por exemplo. É importante ressaltar que a pandemia mudou muito a forma como passamos a enxergar as relações afetivas e a comunicação, valorizando muito mais o contato físico. Além disso, no âmbito da saúde a pandemia deixou uma crise sanitária enorme que sobrecarregou ainda mais o SUS, que pela taxa alta de contaminação do vírus o sistema entrou em colapso. A crise da pandemia também afetou o mercado de trabalho, por consequência direta do isolamento social adotado, agravando ainda mais a fome no país. A educação também foi afetada pelo efeito da pandemia, fazendo com que educadores e alunos se adaptassem a modalidade de ensino remoto, superando dificuldades e desenvolvendo novas técnicas de como lidar com um cenário tão diferente aprendendo com ele. O foco da pesquisa é mostrar como a pandemia afetou os diversos setores da sociedade e como ela trouxe inovações fazendo com que a sociedade aprendesse a lidar com a nova forma de viver durante dois anos dessa crise.

(Metodologia) A metodologia desse trabalho foi baseada em levantamentos bibliográficos e artigos científicos. Foram utilizados cinco arquivos na construção desse trabalho e foi utilizado a plataforma do Google acadêmico.

(Resultados) De acordo com os dados levantados da literatura, as principais consequências da pandemia foram: a necessidade do isolamento social obrigatório, contribuindo para o desemprego no Brasil; a educação híbrida em tempos de pandemia refletindo no aprendizado dos alunos e trazendo novas adaptações no ensino; o agravamento da saúde do idoso e as novas relações familiares diante da COVID-19. É notório que muitas pessoas foram afetadas em diversos aspectos. A crise da pandemia afetou o mercado de trabalho, por causa das medidas de isolamento, muitas pessoas perderam seus empregos, aumentando também a fome no Brasil, visto que muitas famílias não tinham dinheiro suficiente para comprar alimentos. Outro setor bastante afetado foi a educação, os alunos e docentes tiveram que se adaptar ao ensino a distância (EAD), acarretando inúmeras dificuldades de aprendizado, além da falta de conectividade entre as pessoas mais carentes. Em questões familiares, houve uma valorização do próximo e, também, uma maior procura por ajudas terapêuticas em função de melhorias. Com os idosos a atenção foi reforçada, por fazerem parte do grupo de risco e liderarem a taxa de mortalidade, os profissionais da saúde priorizaram o cuidado com a população idosa, sendo necessário entender suas peculiaridades e tentar ao máximo deixá-los em segurança.

(Conclusão) Este trabalho evidenciou o que ocorreu na pandemia e os fatores que afetaram os diversos setores de nossa sociedade, tais como saúde, educação, lazer, economia, etc. O que gerou instabilidade e sofrimento, principalmente, para as pessoas que foram afetadas economicamente, levando-as à estatística da fome no país, bem como, aquelas que foram vítimas do vírus e perderam a vida. Os artigos mostraram também uma série de alterações e mudanças as quais a sociedade teve que se adaptar para continuar vivendo, como o ensino a distância e evidenciou que houve dificuldade, mas também soluções para problemas pensados e trabalhados por muitas pessoas encarregadas por solucionar uma forma para viver durante uma pandemia.

Palavras-chave: Pandemia, Saúde, Vírus, Educação, Crise, Fome, Sociedade, Isolamento.

ANALISE DO FILME BACURAU À LUZ DA CARTA MAGNA DE 1988 COM ÊNFASE NA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

Autor(es):

*Eduardo Silva Assunção Guimarães: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Hannah Vitoria Pessoa Cavalcante Gomes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Bacurau é um filme dirigido por Kleber Mendonça Filho, o qual foi estreado no ano de 2019, com gravações que ocorreram aqui no Rio Grande do Norte, nas cidades de Parelhas e Acari. Na história, do dia para a noite, os moradores de Bacurau são surpreendidos com a retirada da comunidade do mapa, enquanto uma série de fatores nada comuns começam a acontecer, como a presença de drones e ataques aos moradores, a chegada de estranhos, inclusive, de americanos. Nesse sentido, o longa retrata, sobretudo, um racismo e preconceito estrutural, em um cenário de discriminação dos nordestinos, que são menosprezados a todo tempo. Dessa forma, por meio dessa história de Bacurau, entrelaçada dentro de um futuro distópico, pode-se fazer inúmeras relações com o que diz respeito ao Direito.

(Metodologia) A metodologia utilizada no presente trabalho é baseada no método indutivo, com o intuito de alcançar os objetivos já mencionados por meio da análise do filme.

(Resultados) Com base em nossa análise fica evidente a relação da vigência do Estado Democrático de Direito, especificamente consolidada na dinâmica das relações da comunidade, a qual preza essencialmente pelos direitos coletivos. o princípio constitucional de todos serem iguais perante a lei, garantido pelo Art. 5 da Carta Magna de 1988, prevalece de forma efetiva. O prefeito de Bacurau é um personagem muito importante para o desenrolar da trama, aquele que tem como função de governar a cidade, sendo o líder maior e mais próximo da população a nível local, no cenário do filme fugiu e negligenciou, agindo de maneira errada e indo contra com aquilo previsto em lei, ferindo de maneira direta os princípios da administração pública. Na situação que a cidade de Bacurau se encontrava, com invasões e muitas mortes, cabe ao presidente implementar uma medida provisória, entretanto nada foi feito, por aquele que em lei deveria atender e sanar o direito de toda a comunidade.

(Conclusão) Com base no exposto, é possível ver literalmente a vida se confundindo com a arte, apesar de Bacurau ser uma distopia podemos ver vários pontos que estão presentes no nosso dia a dia. Infelizmente, a postura do prefeito do filme ainda é realidade no nosso país, eles usam a máquina pública para o seu benefício, deixam de lado o interesse do seu povo, rasgam tudo aquilo que a Constituição Federal diz e fazem apenas o convém. Bacurau é uma crítica direta ao nosso sistema político, é a representação de que infelizmente teoria e prática estão muitas vezes distantes.

Palavras-chave: Bacurau Constituição Direito

ANÁLISE DO FILME GETÚLIO À LUZ DOS TEXTOS CONSTITUCIONAIS

Autor(es):

Klélia Maria Alencar de Medeiros Paiva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Daniel Araújo Guilhermino: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Cassilda Sousa Lima Leal: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Idylla Silva Tavares: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Partindo de uma contextualização histórica dos governos de Getúlio Vargas, analisamos alguns dos acontecimentos retratados no filme à luz dos textos constitucionais de 1946, vigente à época, e de 1988, atualmente em vigor.

(Metodologia) Quanto aos procedimentos, o presente trabalho caracteriza-se como estudo de caso, de natureza aplicada e objetivos explicativos, através da qual buscamos a aplicação prática de conhecimentos teóricos para a compreensão de problemas sociais reais.

(Resultados) Dos livros de história é possível constatar a relação conturbada de Vargas com os textos constitucionais. Chegou ao poder pela primeira vez em 1930, ao arripio da constituição de 1891, em vigor à época, com um golpe de estado que impediu o candidato eleito de tomar posse. Em 1934 promulgou nova constituição, mas já em 1937 a descartou, fechando o Congresso Nacional, extinguindo os partidos políticos e suspendendo as eleições para concentrar o poder em suas mãos, dando início ao Estado Novo, que perdurou até 1945, quando também terminou seu primeiro período de governo. O filme Getúlio retrata uma segunda e última fase do Governo Vargas, entre 1951 e 1954, quando retorna ao poder tendo sido eleito democraticamente e prometendo cumprir a Constituição Federal de 1946, a 5ª do nosso País, em vigor à época. No recorte temporal do filme, observamos a sugestão ao presidente a decretação de estado de sítio, na intenção de abafar as manifestações contrárias a ele. Tal medida já era prevista na constituição de 1946 em com algumas diferenças, também na de 1988. Contudo, regra geral, ambas condicionam tal ato à autorização pelo congresso nacional, o que não seria factível a Vargas na época. Sobre sua imunidade penal temporária, outro ponto de preocupação de Vargas, contrariamente à constituição de 1937, a de 1946 e todas as posteriores não contemplaram tal privilégio, admitindo a possibilidade de o presidente da República ser processado mesmo por fatos estranhos ao desempenho do mandato presidencial. Tanto o texto de 1946 quanto o de 1988 previam, uma vez admitida a acusação pela Câmara dos Deputados, o julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, em caso de crimes comuns, ou perante o Senado Federal, nos casos crimes de responsabilidade. A de 1988, no entanto, estabeleceu a impossibilidade de responsabilização do presidente por atos estranhos ao exercício de suas funções durante a vigência do mandato.

(Conclusão) O filme Getúlio retrata um período de redemocratização do Brasil após uma ditadura instaurada pelo próprio Vargas. A Constituição de 1946 muito se assemelha à de 1988, em que pese a volta dos direitos políticos e sociais oprimidos pelas Cartas Magnas que as antecederam. A análise crítica do filme possibilitou uma visão mais prática da teoria constitucional estudada em sala de aula, em especial pelo fato de o filme escolhido retratar acontecimentos reais da história brasileira, proporcionando uma melhor compreensão sobre os reflexos dos textos constitucionais na evolução da nossa nação, nos aspectos político, econômico, social e cultural.

Palavras-chave: constituição, redemocratização, Getúlio Vargas.

ANÁLISE DO FILME “SPOTLIGHT - SEGREDOS REVELADOS” E A SUA INTERPRETAÇÃO À LUZ DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA

Autor(es):

Ingrid Pereira Alves: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Introdução) O abuso sexual de crianças e adolescentes infelizmente é uma pauta comum e recorrente na sociedade. Devido à pobreza, à desestruturação familiar e à banalização da sexualidade, a pedofilia se instaura na vida cotidiana como uma perversão sexual, a qual interfere direta e drasticamente no desenvolvimento psíquico-infantil, de modo a causar traumas irreversíveis e transmitir doenças em decorrência da relação sexual. Nesse sentido, importante se faz refletir de que modo a Igreja Católica se utiliza da sua hierarquia para acobertar os casos que envolvem o seu clero, analisando, também, a previsão legal delimitada pela Declaração Universal dos Direitos da Criança.

(Metodologia) A pesquisa realizada para o desenvolvimento do trabalho em epígrafe consistiu na análise e interpretação de textos acadêmicos e previsões legais do ordenamento jurídico brasileiro diretamente ligados ao tema. A compreensão do material ora estudado foi realizada de maneira qualitativa a fim de verificar subjetivamente os aspectos abordados, além de estar presente na execução o método histórico, o qual auxiliou na interpretação dos conceitos e acontecimentos relacionados à historicidade do tema.

(Resultados) O filme “Spotlight - Segredos Revelados” retrata o escândalo referente ao abuso sexual de crianças cometido por dezenas de clérigos na cidade de Boston/EUA, caso este descoberto pela equipe jornalística Spotlight do jornal The BostonGlobe no ano de 2002. Essa revelação marcou um antes e um depois na linha temporal relacionada à descoberta de casos de abuso sexual praticados por religiosos dentro da Igreja Católica ao redor do mundo todo. A apuração dessa investigação revelou que indivíduos dos mais altos cargos da Igreja estavam acobertando a situação, de modo a realocar sistematicamente os padres acusados de má conduta, sendo estes autorizados a exercer suas funções em outras paróquias. Nesse sentido, importante se faz abordar que a violência contra crianças e adolescentes é definida como toda forma de violência contra pessoas menores de 18 anos de idade, incluindo-se os maus-tratos e os abusos físico, emocional e sexual. O clérigo na figura de abusador se utiliza da inocência dos jovens para se aproximar e, eventualmente, trair a sua confiança. Nesse sentido, importante se faz destacar a Declaração Universal dos Direitos da Criança, a qual foi proclamada em 1959 e ratificada por 196 países (excluindo-se os Estados Unidos da América), tendo estabelecido as suas previsões mediante a criação de dez princípios a serem seguidos. Ademais, destaca-se que essa não é a única previsão legal a respeito do assunto, sendo correto afirmar que existem diversos outros Tratados os quais preveem a preservação da integridade física e psicológica dos jovens.

(Conclusão) Apesar da pesquisa em epígrafe ainda não estar finalizada, foi possível entender, até aqui, um pouco mais acerca da prática do abuso sexual em crianças e adolescentes por parte de clérigos da Igreja Católica. Esta Instituição, reconhecida e renomada ao redor de todo o globo, comumente se utiliza do seu poder para acobertar o cometimento desses crimes e abafar os casos, evitando que venham a público e se tornem conhecidos pela sociedade. É importante reconhecer que os direitos das crianças e dos adolescentes são pautas ao redor de discussões e legislações na maior parte dos países do globo, os quais comumente acordam e assinam Tratados que refletem a efetivação legal desses direitos.

Palavras-chave: Abuso sexual. Crianças e adolescentes. Igreja Católica. Tratados internacionais.

ANALISE DO RACISMO ESTRUTURAL NO BRASIL ATRAVÉS DO FILME “MEDIDA PROVISÓRIA”

Autor(es):

*Cicera Damiana de Moura: Discente do curso de Pós-graduação do UNI-RN
Ana Letícia Fernandes de Abreu Peixoto : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Thays Eduarda Duarte de Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A harmonia racial é a uma das maiores falácias já criadas, uma manobra pra buscar apagar o ódio que os milhões de afrobrasileiros carregam pelos quase 400 anos de escravidão no Brasil. Há também uma face mais simples, quase como um slogan, de uma intensa política de branqueamento da população brasileira. Essa política foi extensão de uma situação reflexo da não aceitação do pós-abolicionismo da escravidão: os negros livres, tendo os mesmos direitos e garantias constitucionais que os brancos. Sendo assim, criando uma visão deturpada de que a população negra representa atraso para o Brasil e, portanto, não seria interessante promover a integração e ascensão dos mesmos.

(Metodologia) Tratou-se de uma pesquisa baseada na crítica social que o filme 'Medida Provisória' traz, permitindo investigar os princípios constitucionais que foram lesados.

(Resultados) A análise do filme, demonstra como resultado a inconstitucionalidade da medida provisória, visto que trata de matéria vedada pela CF/88 que no caso em pauta é a nacionalidade, onde se nega a nacionalidade brasileira dos “melaninados” que através do PROJETO RESGATE-SE JÁ, busca extraditar do país pessoas com características afrodescendentes, trazendo como slogan “volte para a África, agora você tem a chance de resgatar sua origem?”. Nestesentido tanto o projeto quanto a medida provisória admitida posteriormente, são uma afronta aos direitos e garantias constitucionais, e assim está na contramão do objetivo do poder público que é zelar pelo bem comum e tutelar os direitos dos cidadãos, mas no caso retratado no filme o que está em evidência é o preconceito e o racismo praticado contra as pessoas negras (ou com características afrodescendentes), e a violação de seus direitos e garantias fundamentais, como o direito a liberdade, igualdade, a segurança e a propriedade, assegurados pelo artigo 5º da CF/88. As medidas provisórias são descritas no texto constitucional em seu artigo 62. No entanto existem pressupostos formais de admissibilidade, a exigência de situação de relevância e urgência (conjuntamente), para que o Presidente da República possa adotá-las, com força de lei, porém é necessário submetê-las imediatamente ao Congresso Nacional (EC nº 32/2001). Todavia a CF/88 impõe limites/vedações materiais para a edição de medidas provisórias, deste modo são proibidas medidas que versam sobre vários conteúdos, dentre eles: nacionalidade, cidadania.

(Conclusão) A medida provisória nº 1888, sancionada pelo Governo descrita como uma forma de reparação social, ou seja, medida de correção para um país mais justo, na realidade significou um retrocesso para a sociedade, visto que violava vários direitos e garantias fundamentais, assegurados pela CF/88. Visto que tal medida deportava compulsivamente os cidadãos com traços e características afrodescendentes, para a África. Deste modo, a medida é inconstitucional, pois lesava vários bens jurídicos, tutelados pela constituição, tais como: dignidade da pessoa humana, a liberdade, honra, imagem, propriedade, todos os cidadãos, além de ser preconceituosa e racista, visto que a CF/88 veda qualquer forma de preconceito e que o racismo é tipificado como crime inafiançável e imprescritível e portanto sujeito a pena de reclusão.

Palavras-chave: Medida provisória. Racismo estrutural. Constituição Federal.

ANÁLISE POLÍTICA-ADMINISTRATIVA DO FILME “CINE HOLLIÚDY”

Autor(es):

Senyff de Souza Ribeiro: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
João Eurico Moura Pinheiro: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O filme analisado foi “Cine Holliúdy”, película nacional dirigida por Halder Gomes, que se passa no sertão cearense na década de 70, retrata de forma cômica a crise do cinema pelos interiores no país, relatando ainda como a televisão tomou conta e agravou o problema, além de homenagear o estado do Ceará e a Região Nordeste em si e de criticar a forma político-administrativa praticada comumente nos interiores do país.

(Metodologia) Para o fim pretendido, utilizou-se na pesquisa a metodologia exploratória e dedutiva, investigando o conteúdo de forma bibliográfica. Foram realizadas pesquisas relacionadas ao objetivo do trabalho e as informações foram obtidas através de livros.

(Resultados) Mesmo diante das dificuldades, uma pequena cidade chamada Pacatuba, muito carente, conta com a promessa do prefeito Olegário Elpídio que sempre prometeu trazer o cinema para a cidade. No entanto, é palco para Francisglaydisson, sua esposa e seu filho enfrentarem a pressão do prefeito a celebrarem um acordo com o mesmo para ele ganhar os créditos pela instalação/implantação do cinema, ou seja, uma crítica a gestão político-administrativa do prefeito que transgrediu diversos princípios dispostos na Constituição Federal de 88. Correlacionando os pontos do filme com a CF de 88, observamos na cena em que o Prefeito inaugura um banco de praça com o seguinte dizeres: “Nada é impossível para quem consegue. Olegário Elpídio”. O ato se repete mais a frente, na praça, exatamente no local onde a TV será instalada possui os seguintes dizeres: “Aqui, mais uma obra “ligeiro bala do Olegário, TV para o povo”. Ambas as situações ferem o Princípio da impessoalidade. Nos referidos casos, o prefeito Olegário Elpídio feriu o artigo 37 da CF de 88, no momento no qual ele pôs seu nome se promovendo em um patrimônio público com a intenção de marcar obras nas quais seriam realizadas por ele. O Art 37, XXII § 1º na sua redação diz o seguinte: “A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos”. Em outra cena observamos o excesso de burocracia para inaugurar o Cinema, onde o Prefeito mandou o delegado e em seguida o fiscal da prefeitura exigindo uma vasta documentação sugerindo uma proposta para a abertura do cinema sem a exigida documentação. O prefeito ainda manda arbitrariamente embargar a inauguração do cinema através de um auto de infração, que nele constava o lançamento de efluentes, embargo realizado totalmente de forma irregular em desacordo com o parâmetro estabelecido. Ambos os casos ferem o princípio da legalidade e moralidade. Nos casos, o abuso do poder público para embargar o estabelecimento enquadra-se no Art 37, XXII § 3º III – “a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública”.

(Conclusão) Após analisarmos o filme conseguimos constatar que há uma representação fiel da administração político-administrativa de muitos municípios espalhados pelo interior do país. Nos momentos nos quais o prefeito entra em cena vem sempre em suas falas e seus discursos em público ou até em seus atos, um ataque direto a como deveria ser realizado a administração pública, ferindo princípios desde a impessoalidade colocando seu nome nas obras municipais, quanto a moralidade usando abusivamente seu poder para se promover perante os seus eleitores.

Palavras-chave: Princípios da Impessoalidade, Moralidade, Legalidade.

ANÁLISE POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO LONGA-METRAGEM "NÃO OLHE PARA CIMA".

Autor(es):

*Ludimilla Jessika de Melo Bonifácio Fonseca: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Kellyane Duarte Santa Rosa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Janikelly Medeiros Araujo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente artigo de opinião terá como objeto a discussão acerca do filme “Don't Look Up (Não olhe para cima)”, em paralelo ao sistema político-administrativo do Brasil. Nesse sentido, será abordada a possibilidade de atuação dos entes ligados ao governo, de modo a analisar a eventualidade de variação das partes interessadas. Para tanto, serão examinados os aspectos significativos da forma de organização do Estado, a fim de identificar as plausíveis semelhanças levantadas a respeito da narrativa se esta fosse retratada em território Brasileiro. Por conseguinte, a apresentação do artigo 18, da Constituição Federal de 1988, explicitará uma das argumentações aqui propostas, de modo a se fazer compreender a ideia de que o interesse para resoluções de possíveis conflitos. Além da conscientização que, a negligência de tais responsáveis podem vir a desencadear sucessivos prejuízos a sociedade, maculando então seu principal objetivo: o bem comum.

(Resultados) Trazendo para tempos atuais, inevitavelmente fazemos comparações entre o filme e negacionismo vivido no contexto sociopolítico e cultural brasileiro, acometidos principalmente no período pandêmico, porém, faz-se importante mencionar que, apesar das comparações, o filme foi escrito antes da pandemia, com a ideia de tecer críticas à falta de atenção planetária com problemas climáticos, como o aquecimento global. O caput do artigo 37 da CF, diz que: A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Sendo estes, sua principal base. Remetendo ao filme e levando em consideração os fatos para a realidade do nosso país, Observamos que tais princípios não foram levados em relevância, visto que as autoridades envolvidas optaram por usar o episódio para se promover e tentar lucrar com isso. Ferindo assim o princípio da Impessoalidade. O princípio da impessoalidade consiste que os atos administrativos devem ser imparciais, inibindo quaisquer tipos de privilégios, interesses e discriminações e assegura a defesa do interesse público sobre o privado. O fato de ignorar a situação de perigo iminente para a sociedade a fim de lucrar financeiramente com isso, fere plenamente não só esse princípio, como também o da moralidade, que compele as entidades públicas a atuarem em conformidade com a concepção ética. Quanto a realidade brasileira, o que deveria ser feito numa situação como essa, de modo que as autoridades e representantes se portassem de maneira efetiva diante do tema, seria levar em consideração o princípio da Eficiência, onde visivelmente, é função da administração pública, seja ela direta ou indireta a seus agentes, a persuasão do bem comum, por meio do exercício de suas competências, de forma imparcial e neutra. Nesses termos, podemos afirmar que diante da circunstância, seria razoável que o principal representante do Executivo, nesse caso comparativo, o presidente da República, qual tal desempenha o papel de chefe de Estado e de Governo, tivesse tomado no âmbito do direito constitucional brasileiro, a iniciativa de criar uma Medida Provisória (MP), que trata-se de um ato unipessoal do presidente, com força de lei.

(Conclusão) Desta forma foi possível concluir que houve diversas semelhanças entre o filme com o modo de organização estrutural brasileira. Nesse sentido, entende-se que o processo de aplicabilidade de leis em detrimento a melhores condições sociais são fundamentais e imprescindível. Sendo assim, a discussão acerca do tema foi de extrema relevância no que concerne ao enriquecimento intelectual do grupo, uma vez que possibilitou o estudo mais detalhado acerca da CF.

Palavras-chave: Não olhe para cima; político-administrativo; constituição.

APLICABILIDADE DA BLOCKCHAIN NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASI-LEIRA: UM INSTRUMENTO DE EFICÁCIA, CELERIDADE E CONFIABILIDADE

Autor(es):

Eduardo Paulo Alves de Andrade: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Leonardo Medeiros Junior: Docente do UNI-RN

(Introdução) Não há dúvidas de que as criptomoedas são um assunto bastante discutido e comentado nos tempos contemporâneos, fala-se principalmente sobre seus impactos na economia global, mas faz-se necessário também compreender o fato de que os criptoativos são mais que apenas “moedas digitais”, eles derivam de sistemas muito mais complexos, tratam-se de tecnologias completamente inovadoras sendo criadas, com os mais diversos objetivos e possibilidades de aplicação. A evolução de tais tecnologias e sistemas de desenvolvimento são fomentados pela “economia” das criptomoedas, ao comprar um certo ativo, se está financiando o projeto, além de apenas adquirir um investimento que pode ou não evoluir a longo prazo. Nos tempos hodiernos, existem criptomoedas com os mais diversos projetos, que vão da conservação ambiental, reflorestando áreas desmatadas, até os NFT (non-fungible token), os quais são certificados de autenticação on-line, comercializáveis e que carregam todas as informações sobre antigos donos e também os preços aos quais foram vendidos. Em face a esta realidade, como seria possível implantar as tecnologias dos criptoativos, mais especificamente a Blockchain (corrente de blocos), nos sistemas da Administração Pública brasileira “E quais são os principais usos atuais desta rede organizacional”.

(Metodologia) Os procedimentos realizados a fim de coletar dados e compreender as vantagens e desvantagens da utilização da Blockchain nos sistemas da Administração Pública foram, em sua totalidade, por meio de pesquisas na internet, assim como a leitura de livros e a realização de um curso oferecido pela Escola Nacional de Administração Pública, o qual tinha como tema justamente a Aplicação da tecnologia da Blockchain na Administração Brasileira.

(Resultados) Apesar de o projeto ainda estar em fase de pesquisa, resultados parciais satisfatórios foram desenvolvidos, principalmente no ponto de a tecnologia de Blockchain já estar de fato sendo utilizada pela Administração Pública brasileira, com sistemas como o b-CPF e o b-CNPJ, os quais se tratam de banco de dados do Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas utilizados pelo Banco Central e pelos demais órgãos públicos, proporcionando uma consulta segura, rápida e confiável a tais documentos. Além desses, existe também o projeto PIER, desenvolvido pelo Banco Central, é utilizado como forma de compartilhamento de informações entre diversas instituições públicas e privadas, é uma forma de agilizar os processos de autorização dos pedidos das instituições financeiras em tempo real.

(Conclusão) Em face a esta realidade, percebe-se que não há um fim de fato para esta pesquisa, pois o número de possibilidades de implementação da Blockchain nos sistemas da Administração Pública apenas cresce, sendo uma tecnologia adaptável a diversas funções, mantendo sua confiabilidade e celeridade. Sendo assim, com os resultados encontrados, é de grande satisfação perceber que é possível de fato aprimorar os sistemas dos serviços públicos, encontrando, desta maneira, soluções rentáveis e extremamente funcionais para problemas ainda não solucionados. Contudo, ainda existem diversas respostas a serem encontradas, principalmente no tratante ao método de implementação desses sistemas e na transição de um sistema obsoleto a outro novo e atualizado.

Palavras-chave: Blockchain. Aplicação. Administração Pública. Eficiência.

APLICABILIDADE DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: A EFICÁCIA DOS MECANISMOS SANCIONATÓRIOS ANTE AS SOBERANIAS ESTATAIS

Autor(es):

Luanna Fortuna de Freitas Borges: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN

(Introdução) As transformações que o Direito Internacional sofreu ao longo da história, especialmente nas últimas décadas, são o ponto chave para entender os principais paradoxos levantados pelos críticos sobre a sua eficácia. A doutrina clássica tem dificuldades de abarcar as peculiaridades do direito internacional contemporâneo, já que este vem sofrendo uma espécie de crise paradigmática, o que afeta substancialmente os seus fundamentos e, conseqüentemente, enfraquece a sua aplicabilidade.

(Metodologia) A partir de uma revisão bibliográfica e documental, foram estudadas as conseqüências decorrentes da mudança de um cenário de coexistência para o atual contexto de cooperação, utilizando um método conceitual-analítico para que se possa entender as diferentes perspectivas desse fenômeno e seus reflexos no Direito Internacional.

(Resultados) A inclusão de novos sujeitos internacionais, somada à transição das normas de coexistência entre os países para normas de cooperação e a mitigação de alguns aspectos das soberanias estatais, trouxe uma mudança de perspectiva aos fundamentos do direito internacional público. Realizada uma breve revisão desses fundamentos para poder entender a obrigatoriedade do DIP, chegou-se à compreensão de que conflitos são inerentes às relações em uma sociedade e no âmbito internacional não seria diferente, especialmente em um recorte onde a autonomia dos povos é extremamente valorizada. Ainda, sobre a ideia dos fundamentos em mutação, existem elementos relevantes, quais sejam: consenso (representação da vontade estatal), objetivos e valores compartilhados e a segurança jurídica, esse último garantido pelo DIP. Dessa forma a sociedade como um todo poderia se valer dos seus ideais comuns como base fundamental do Direito internacional. No entanto, em um contexto de nacionalismos exacerbados e supervalorização das soberanias estatais, a obrigatoriedade do direito internacional público se torna um tópico delicado e, assim, podemos perceber a fragilidade de sua aplicabilidade, o que reflete na precariedade das sanções internacionais.

(Conclusão) Partiu-se do pressuposto da necessidade de uma revisão nos fundamentos do direito internacional público em mutação, para que se pudesse delinear as razões pelas quais a ordem jurídica internacional é obrigatória, qual o alicerce que valida o ordenamento jurídico internacional, visto que, entendendo o valor intrínseco das normas, podemos compreender o seu caráter vinculante. A partir daí, observou-se que a jurisdição internacional encontra problemas na hora da aplicação dos mecanismos sancionatórios determinados a alguns países, isso ocorre, entre outros motivos, devido ao respeito que se deve prestar às soberanias nacionais de cada Estado, que pelas mais diversas razões, podem não aceitar se submeter aos interesses coletivos internacionais.

Palavras-chave: Direito Internacional. Mecanismos Sancionatórios. Eficácia.

ARTHUR SCHOPENHAUER E SUA DOCTRINA DO DIREITO

Autor(es):

Arthur Fernandes Lopes de Andrade: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Introdução) A contribuição de Arthur Schopenhauer em sua doutrina do direito é um tema pouco pesquisado na academia e esta produção tem o intuito de colaborar com discussões relacionadas ao recorte temático. Schopenhauer foi um pensador Alemão, nascido em 22 de fevereiro de 1788 e falecido em 21 de setembro de 1860, autoproclamado sucessor de Immanuel Kant e grande desafeto de Georg Wilhelm Friedrich Hegel, muito conhecido por escrever a respeito de muitos temas, como ética e teoria e do conhecimento, mas não por se aventurar na doutrina jurídica, sendo, por isso, meu interesse inicial no tema em trazer algo não muito comentado para a discussão.

(Metodologia) A metodologia adotada durante a pesquisa foi bibliográfica e o método foi dedutivo, já que partiu da extensa obra de Arthur Schopenhauer, utilizando "O mundo como vontade e como representação", "Sobre o fundamento da Moral" e "Sobre a ética", por exemplo, buscando como fim chegar ao objetivo de relacionar o pessimismo antropológico schopenhaueriano e o egoísmo ao conceito de injustiça e à necessidade do Estado.

(Resultados) Schopenhauer se mostra descrente na figura humana e isso fica evidenciado no pessimismo antropológico, constatado por ele, seguido por sua tese que defende a imutabilidade da moral do homem. Schopenhauer percebe o ser humano como um animal movido pela vontade de viver, uma vontade cega e insaciável, a qual busca de qualquer forma o seu favorecimento em detrimento da vontade do outro.

(Conclusão) O pensador parte do pressuposto, semelhante ao hobbesiano, do Estado de Natureza, no qual não havia forma alguma de governo ou leis positivas; logo, as práticas egoístas reinavam, sendo a maneira universal de nomear estas práticas conhecidas por injustiça. Para Arthur Schopenhauer, a necessidade do Estado se pauta no anseio de defender aqueles que não possuem a capacidade para tanto e, também, na punição dos atos infracionais, mesmo que o indivíduo não tenha a possibilidade de ter seu caráter modificado. Anteriormente, no Estado de Natureza, cabia somente à consciência individual do homem valorar positiva ou negativamente os seus atos, enquanto, com o surgimento do Estado e das leis positivas, aquilo que estava apenas no campo moral se materializa e a proteção dos mais fracos se torna possível.

Palavras-chave: Egoísmo; Direito; Injustiça.

AS REPERCUSSÕES JURÍDICAS DA MULTIPARENTALIDADE

Autor(es):

Anderson Moreira da Silva : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Emmanuelli Karina de Brito Gondim Moura Soares: Docente do UNI-RN

(Introdução) Em 22 de setembro de 2016 quando o Supremo Tribunal Federal julgou o recurso extraordinário nº 898.060, no qual o plenário fixou a tese de Repercussão Geral 622, que assume caráter histórico no direito brasileiro. O STF afirmou que “a paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios”. Vista disso, além de solucionar de vez as questões envolvendo a parentalidade socioafetiva, abriu caminho no direito brasileiro para o fenômeno da multiparentalidade. Através do desse julgado do STF, as chances de novas decisões que declarem a existência de múltiplos laços parentais aumentam significativamente. E cada laço reconhecido fica apto a gerar os efeitos jurídicos próprios das relações de parentesco. Nesse sentido, o presente projeto de pesquisa visa investigar quais são os efeitos da decisão do STF que tornou possível a multiparentalidade no Brasil? Quais as repercussões jurídicas essa decisão traz para o direito de família sucessões, o direito previdenciário, e nos demais ramos do Direito? Como o tema de repercussão geral 622 foi firmado no sentido de se permitir a multiparentalidade, se faz importante que seja amplamente debatido com a sociedade. Embora o tema esteja cada vez mais presente no direito de família, ainda produz uma certa perplexidade em nossa sociedade, especialmente em virtude da mentalidade tradicional apontar a concepção de família como o modelo nuclear (pai, mãe, filhos). Dessa forma, se o tema não for bem trabalhado com a sociedade, o senso comum irá levar a conclusão de que o reconhecimento de múltiplos laços de parentesco traz inúmeros problemas práticos, gerando com isso mais insegurança jurídica do que justiça. Assim, é fundamental que se aborde e examine as consequências que se desdobram com a admissão de múltiplos laços de parentalidade. Por ser um tema que pode envolver desde assuntos sensíveis como a guarda e a pensão alimentícia, questões envolvendo a sucessão e até repercussão em outras áreas do direito como o previdenciário, o penal, o processual civil, administrativo e eleitoral.

(Metodologia) A metodologia utilizada é de cunho bibliográfico, com o método de abordagem qualitativo e quanto ao objeto, é de natureza exploratória.

(Resultados) A pesquisa ainda não está pronta.

(Conclusão) Ainda não há uma conclusão.

Palavras-chave: Multiparentalidade. Socioafetividade. Direito das Famílias. Direito Hereditário.

ASSÉDIO MORAL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO: UMA VIOLÊNCIA NATURALIZADA

Autor(es):

Catianne Silva Saraiva Andrade: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Adriana Gomes Medeiros de Macedo Dantas: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho visa promover reflexões acerca do assédio moral nas relações de trabalho no Brasil. A base para o estudo foi dada em face do alto nível de incidência do assédio moral no ambiente de trabalho que tem graves consequências e gera danos expressivos que não atingem somente o trabalhador vitimado, mas que se estende aos seus colegas de trabalho, à sua família, às empresas, ao Estado e à sociedade como um todo. Assédio moral é a exposição de pessoas a situações humilhantes e constrangedoras no ambiente de trabalho, de forma repetitiva e prolongada, no exercício de suas atividades. É uma conduta que traz danos à dignidade e à integridade do indivíduo, colocando a saúde em risco e prejudicando o ambiente de trabalho (TST. CSJT., 2019, p. 6). Segundo Vólia Bomfim Cassar, o assédio é “o termo utilizado para designar toda conduta que cause constrangimento psicológico ou físico à pessoa”. Enquanto o assédio moral é por ela caracterizado em face de “condutas abusivas praticadas pelo empregador direta ou indiretamente, sob o plano vertical ou horizontal, ao empregado, que afetem seu estado psicológico” (CASSAR, 2012, p. 912).

(Metodologia) O presente estudo trata-se de uma revisão bibliográfica onde ocorreu uma pesquisa descritiva com a finalidade de analisar o assédio moral, seus tipos, causas e consequências através de um estudo profundo envolvendo artigos publicados que abordam o assédio moral nas relações de trabalho. Foram rastreadas legislações, normas e artigos.

(Resultados) A violência no ambiente de trabalho não é algo novo, todavia, há uma preocupação mais recente, tanto doutrinária como dos Tribunais, em traçar um conceito preciso da figura, bem como, estruturar os elementos marcantes do psicoterror no trabalho. Assim, deve-se ter como principal consequência do terrorismo psicológico a agressão da saúde mental e física da vítima, que pode apresentar desde depressão, até chegar ao suicídio. Ademais, é válido destacar que no artigo 1º da Constituição Federal encontra-se o direito fundamental a “dignidade da pessoa humana” e “os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa”, onde, segundo Alexandre de Moraes “é através do trabalho que o homem garante sua subsistência e o crescimento do país, prevendo a Constituição, em diversas passagens, a liberdade, o respeito e à dignidade ao trabalhador” (MORAIS, 4. ed. São Paulo, 2002, p. 61).

(Conclusão) A partir dos levantamentos realizados neste estudo, concluiu-se que é crescente a prática do assédio moral. Portanto, tais condutas são incompatíveis com a Constituição Federal e com diversas leis que tratam da dignidade da pessoa humana e do valor social do trabalho. Por isso, a identificação correta das características do assédio moral acaba por permitir um combate mais efetivo a esse modo de violência dirigida ao trabalhador e, por consequência, resgatar o respeito nas relações de trabalho para manter-se um ambiente sadio e equilibrado.

Palavras-chave: Assédio Moral no Brasil. Relação de trabalho. Princípio da dignidade da pessoa humana.

ATOS INCONSTITUCIONAIS NA ERA VARGAS

Autor(es):

Felipe Bezerra de Brito: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Reinan Martins do Nascimento: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Francimarcia Regina da Silva Ferreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Paulo Henrique de Castro Araujo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Organização político-administrativa passou por diversas mudanças ao longo da história, até se consolidar com a Carta Magna atual. Nos Governos anteriores à Constituição de 1988, sempre ocorreram diversas mudanças nas constituições. Com isso, o presente artigo visa a realização de uma correlação entre a obra cinematográfica “Getúlio” e a Constituição Federal Brasileira vigente, expondo os pontos concorrentes e concordantes que possam existir entre ambos.

(Metodologia) Para a elaboração do artigo realizou-se pesquisas bibliográficas juntamente com uma pesquisa qualitativa, através de artigos da própria Constituição Federal, estudo de uma obra cinematográfica e com a análise da Constituição Federal Brasileira. Com intuito de explicar e analisar a relação desta com o filme Getúlio.

(Resultados) A pesquisa proporcionou um melhor entendimento a respeito do assunto, expondo a divergência entre os atos políticos-administrativos e os institutos jurídicos dispostos na constituição no mandato do então presidente Getúlio Vargas. Foi possível compreender que foram cometidos atos inconstitucionais como o fechamento do congresso e a suspensão das eleições presidenciais. O Congresso Nacional sendo um dos três poderes que compõem a administração pública tendo como função típica legislar e fiscalizar os atos do presidente ficou impossibilitado de exercer tais funções, deixando livre para que o presidente haja de acordo com os próprios interesses. Vale ressaltar que a CF/88 assegura que serão realizadas eleições presidenciais a cada 4 anos por meio de eleições diretas, durante o mandato G.Vargas agiu de acordo com sua própria vontade, registrando o direito da população exercer o direito de voto e indicar novos representantes. Desse modo pode ser notado que os atos realizados ferem os princípios constitucionais da constituição cidadã e da própria democracia.

(Conclusão) Diante o exposto, o estudo não teve como objetivo principal a identificação dos pontos negativos, vale destacar que foi durante o governo de Vargas que se obteve conquistas trabalhistas de forma significativa. O presente artigo surgiu com o intuito de realizar uma correlação entre os pontos da obra cinematográfica e a Constituição Federal de 1988. Desse modo foi proporcionado aprofundar e expandir o conhecimento referente a as atividades político-administrativas, são épocas diferentes e pensamentos distintos. Ao longo do tempo é moldada a compreensão e importância da função social do Legislativo, Executivo e Judiciário, mostrando que cada ente é essencial para o funcionamento equilibrado da nação brasileira.

Palavras-chave: Político-administrativo; Getúlio; Constituição.

AUTISMO: A REALIDADE POR TRÁS DA LEI N° 13.146/2015

Autor(es):

*Giovanna Lissa Silva de Almeida: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Analice Freitas Oliveira Pinheiro de Melo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Alane Hellen de Sousa Araujo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho visa mostrar que apesar do maior amparo ganho pelas pessoas com deficiência no Código Civil de 2002, após a publicação da lei 13.146/2015, ainda existem dificuldades para serem enfrentadas pelos portadores de Transtorno do Espectro Autista (TEA), no tocante a inclusão social e assistência médica no ambiente público e privado. Apesar da evolução da norma e assistência dada pela legislação brasileira a este grupo, veremos que a situação carece de atenção do Estado na elaboração de políticas públicas eficazes, conscientização, investimento e capacitação dos funcionários da saúde para lidar com essa comunidade.

(Metodologia) A metodologia utilizada foi o método explicativo com abordagem qualitativa de natureza aplicada, baseado em levantamento bibliográfico através do banco de pesquisa científico Google Acadêmico. Foram analisados seis artigos científicos relacionados ao tema. Utilizou-se, para análise de processo, o método dedutivo, aplicado na avaliação realizada no texto da constituição em relação a sua aplicabilidade.

(Resultados) Diante das pesquisas realizadas, tornou-se claro os avanços aos direitos das pessoas com deficiência. Os relatos das mudanças ocorridas são decorrentes do advento da lei 13.146/2015, uma vez que proporcionou a pessoa com Transtorno de Espectro Autista a sua capacidade incluída no Código Civil de 2002, as quais passaram ter total autonomia de exercer plenamente sua vida civil, o que antes era um impasse. Além disso, ficou disposto também na lei, que caso essa pessoa não tivesse autonomia de tomar decisões sozinha, ela poderia utilizar-se de dispositivos legais, amparados pelo direito, na tomada de decisões. Ademais, a legislação Brasileira dispõe da lei N° 12.764, lei Berenice Piana, grande marco de avanço para as pessoas autistas, pois defende de forma individualiza e específica seus direitos. Entretanto, apesar dos avanços garantidos nos textos das leis, percebeu-se, ainda, uma enorme necessidade de desenvolvimento dos mecanismos legais (civile processual civil) de modo a propiciar uma análise pessoal e individual de cada portador do transtorno autista, para não haver desamparo a nenhum indivíduo devido a generalização dos casos. Outrossim, ficou evidente que apesar dos amparos feitos pelo Código Civil, ainda existem negligências para com a pessoa autista, já que faltam políticas públicas eficazes para garantir o direito dessa população, como por exemplo, a falta de estrutura das escolas para atender cada tipo de transtorno especificamente, a falta de preparo dos profissionais da saúde para lidar com o assunto, e a falta de fiscalizações investimento do Estado nos setores que devem cuidar dessa comunidade.

(Conclusão) Embora o progresso da legislação brasileira referente ao autismo seja inegável, faz-se necessário o constante debate acerca desta problemática. A temática do Transtorno do Espectro Autista precisa e merece ser abordada em todos os segmentos da sociedade, a fim de conscientizar sobre a realidade desses indivíduos, deste modo agindo em prol da inclusão e do diagnóstico precoce. Ao abordar sobre as carências da inclusão social e assistências a saúde das pessoas autistas, o trabalho em questão, buscou esclarecer que os impasses e os efeitos nocivos na vida e no desenvolvimento da pessoa autista não se resolvem apenas com um texto em formato de lei, a falta de educação social e políticas públicas voltadas a estes sujeitos atrasam e destroem diretamente a efetiva relação familiar e social em que o autista está inserido.

Palavras-chave: Autismo, capacidade, inclusão, lei.

CAC: MUDANÇAS OCORRIDAS A SEREM SEGUIDAS

Autor(es):

João Vitor de Araújo Pereira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) Teoricamente, pretende-se compreender as falhas e lacunas na legislação vigente no que tange à Lei de Armas de Fogo, visando esclarecer os motivos pelos quais tal legislação não atende o seu objetivo maior, no qual, tendo dúvida se realmente esta reduzindo a criminalidade. A relevância social obtida com esta pesquisa acadêmica tem, na medida em que visa contribuir com as pessoas que não se utilizam de armas no seu dia-dia, esclarecer dúvidas e conquistar direitos para aquelas que cotidianamente fazem uso destas, seja decorrente do exercício da profissão ou por terem optado pela autorização para portar uma arma de fogo.

(Metodologia) O método de abordagem utilizado foi o da pesquisa qualitativa, em especial, em face da averiguação comportamental de um CAC já que buscou-se analisar, de forma dialogada, as diversas vertentes jurisprudências que versam sobre o tema que perpassa os seguintes ramos do direito: constitucional, penal e processo penal, visando o enfretamento do impacto social da problemática. Por conseguinte, trata-se de uma pesquisa teórico de cunho explicativo e documental, realizado através de pesquisa bibliográfica, em livros especializados, periódicos, internet e outros meios de informação. Como método de procedimento, utilizou-se o comparativo, referente ao confronto entre a norma e a vivência no dia a dia distintos. Dessa maneira, o método científico utilizado foi o dedutivo, tendo em vista que a pesquisa parte de princípios gerais para um caso específico.

(Resultados) A pesquisa ainda está em andamento, não havendo, portanto, resultados, se tornando inconclusivo.

(Conclusão) A pesquisa ainda está em andamento, portanto, se tornando inconclusivo.

Palavras-chave: CAC. Cultura Pro-Armas. Ordenamento brasileiro. Conduta cabível. Atualização das normas.

CAMPOS DE REFUGIADOS NA HUNGRIA: UMA ANÁLISE DA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS À LUZ DO DIREITO DA UNIÃO EUROPEIA

Autor(es):

Maria Clara Rodrigues Barata: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho retrata sobre a gravidade da existência de Campos de concentração para imigrantes em território húngaro. Alegando haver uma série de “abusos sistemáticos” por parte dos imigrantes que tentam chegar à Europa Ocidental e que, na visão de Budapeste, se aproveitam da facilidade de cruzar fronteiras do sistema Schengen; o Estado húngaro criou campos de trânsito com o objetivo de que todos os refugiados ou migrantes que entrem em seu território sejam detidos durante os muitos meses que demorará a apreciar o seu caso, em que esses só poderão sair do campo de detenção se decidirem voltar para o seu país de origem. Contudo, apesar de a lei que legaliza esses campos ter sido aprovada na Hungria, além da lei que proíbe a prestação de auxílio a imigrantes no país, elas apresentam uma clara violação as diretrizes tanto da União Europeia como da Organização das Nações Unidas – da qual a Hungria faz parte desde 1955 –, e, conseqüentemente, da Declaração Universal de Direitos Humanos. O presente artigo se utilizará da metodologia bibliográfica, com pesquisas à normas e jurisprudência internacionais, além do método dedutivo para realizar uma análise crítica acerca da violação citada.

(Metodologia) Será usado o método dedutivo para realizar uma análise crítica acerca de eventuais violações aos direitos humanos; além do método qualitativo, utilizando de pesquisas legislativas e bibliográficas – havendo o uso também do método bibliográfico.

(Resultados) O presente trabalho ainda encontra-se em desenvolvimento. Porém, até o momento, pode-se obter como resultado que a ascensão dos movimentos ultranacionalistas vem dificultando indubitavelmente a situação dos refugiados na Hungria – o que levou, inclusive, a criação de campos de concentração de refugiados, em que esses vivem em péssimas condições e tem diversos dos seus direitos humanos violados.

(Conclusão) O desenvolvimento da exposição do presente artigo deixou ainda mais notório a preocupante situação da Hungria frente a crise de refugiados. Desde de 2015, o país mergulhou profundamente nessa problemática, e como resposta o governo nacional decidiu tomar medidas extremistas e ultranacionalistas, que vão de encontro com os princípios do Tratado da União Europeia e da Carta Internacional de Direitos Humanos da ONU. Uma dessas respostas foi a criação de campos de concentração de refugiados, em que esses vivem em situações desumanas e tem diversos dos seus direitos violados. Dito isto, a comunidade internacional vem se preocupando em contornar tal situação e buscando implementar medidas efetivas que atenuem as problemáticas geradas pelas medidas tomadas pelo governo húngaro.

Palavras-chave: Hungria. Crise de refugiados. União Europeia. Campos de refugiados na Hungria.

COMO A RELIGIÃO CRISTÃ CULMINOU NA CRIAÇÃO DO DIREITO POSITIVO E A RELAÇÃO ENTRE AMBOS NOS DIAS DE HOJE

Autor(es):

Maria Eduarda de Melo Silva Nogueira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

*Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN
Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN*

(Introdução) A polarização política moderna, ao menos em cenário brasileiro, tomou a liberdade de basear-se na moral religiosa enquanto propaganda. E apesar da laicidade do nosso Estado ter sido assinada ainda nos tempos do Império, continuamos, por vias colonizadoras, a gozar de uma maioria cristã. A importância histórica desse caminho da crença a uma unificação que nos levaria à Globalização e nivelamento positivo é indubitável. Para essa conclusão, é suficiente a análise dos motivos dos primeiros grandes conflitos a partir da Alta Idade Média os quais transformaram-se em manifestações de crença civil e justificativa civil. Mas os limites parecem ter sido ultrapassados quando, apesar da autoridade normativa vir da vontade humana, essa sobrepõe-se a negar uma narrativa diferente, o que vai de encontro com teorias seculares da privatização religiosa e sua ligação jurídica estenderia os resultados de como seriam afetados não só os seus fiéis.

(Metodologia) Buscando explorar os conceitos previamente apresentados, esse trabalho baseia-se em levantamento bibliográfico através dos bancos de pesquisa Scielo, Google Acadêmico e Portal de Periódicos da Capes. E selecionou cinco dentre dez artigos para explicitar conceitos juntos dos autores Paula Montero, Marcelo Marciel Ramos, Márcio Henrique Peteira Ponzilacqua, Geraldo Miniuci e Vinicius Parolin Wohnrath, escolhidos pela maneira uniforme, detalhada e resultados contundentes acerca da mesma temática, além de seus níveis de expertise na área de escrita e atuação.

(Resultados) A teoria jurídica/política de Santo Agostinho de Hipona coloca em cheque a sua própria realidade quando contraposta com a sua vida antes do envolvimento doutrinário. O monoteísmo, apesar de um só, divide-se entre o bem e o mal, polos em cheque até os dias de hoje quando o mal é colocado como um caminho que desvia do bem, sem existência própria e é essa capacidade pecadora humana que explicita a necessidade da criação de uma regulamentação generalizada como a lei.

(Conclusão) Dostoiévski nos prende cedo quando coloca um personagem inteiro ao representar a razão sem perder sua característica humana, consequentemente falha. A obra delinea as razões dos castigos aos nossos crimes e como eles foram classificados como tal. A obra serve de contexto à teoria que desemboca na incerteza sobre se estamos fadados a repetir os mesmos erros por não compreendê-los ou o simples destino.

Palavras-chave: Direito, religião, estado laico, reforma, organização religiosa, Política e Liberdade Religiosa.

COMO A TEORIA RAWLSIANA INFLUENCIOU O PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO NO PROCESSO CIVIL DEMOCRÁTICO

Autor(es):

Gustavo Henrique da Silva Peixoto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Teoria Rawlsiana na obra *Uma Teoria da Justiça* (John Rawls, 1975) apresenta uma grande contribuição para o desenvolvimento de uma cultura de cooperação entre sujeitos, através de uma integração do Código de Processo Civil de 2015 e seu caráter contratualista, corroborando para estabilidade de um sistema processual coeso e funcional. Para tanto, fez-se necessário inserir uma teoria que propunha justificar uma reforma necessária, permitindo uma nova aceção, determinando garantias e a estabilidade dessas normas, por conseguinte, das decisões advindas dessas. Nesse sentido, os princípios implícitos no art. 6º e art. 190 do CPC/15, (cooperação e negócio jurídico processual, respectivamente) permitiram as partes a possibilidade de obterem do Estado-Juiz a prestação jurisdicional de maneira mais satisfativa, célere, justa e efetiva. Tal teoria, nasce da teoria dos 04 (quatro) estágios de Rawls, instituindo uma premissa primordial para o deslinde da marcha processual.

(Metodologia) A fim de compreender a conjuntura em apreço, essa reflexão baseada em linha própria de investigação utilizou o método dedutivo, apresentando os axiomas da base principiológica e bibliográfica da obra *Processo Constitucional e Democracia* de L. G. Marinoni (2021), no intuito de alcançar uma dimensão justa para todos os sujeitos que integram o liame processual, além de uma abordagem em caráter qualitativo perpetuada pela interdisciplinaridade.

(Resultados) A obra *Uma Teoria da Justiça* (John Rawls, 1975), traz consigo a concretização dos princípios que viabilizam a aplicação da justiça por equivalência, sendo dirimida em 04 (quatro) estágios, que iniciam desde a aplicação dos princípios que embasam a justiça por equidade e a igualdade, até aplicá-los nas instituições para chegar a justa concepção do que é justiça, mas sempre observando a posição original (diplomas legais) dos pressupostos. Assim, é possível adotar a teoria nas normas convencionadas em casos concretos, de modo a garantir a estabilidade do Juízo para evitar decisões injustas. A teoria supramencionada permite uma deliberação para aplicação dos princípios em fatos materiais, ao estabelecer uma espécie de Juízo político baseado em informações corretas e normas, instruindo aqueles que destas normas dependem. Notório ponderar que a justiça política e justa, contribui para efetivação da estabilidade processual, servindo as normas para ordenar a sociedade e contribuir para o bem comum. Logo, a superação do Código de Processo de 1973 permite aplicar a obra para mensurar a redução do arbítrio de juizes na resolução de demandas dentro das instituições jurídicas à luz do contratualismo e formação do Estado, o meio que se justifica na criação de um novo modelo social, assim, normas adequadas regem a vida em sociedade.

(Conclusão) Ante o exposto, infere-se que a aplicabilidade de princípios de justiça escolhidos através de uma posição original até sua estabilidade no sistema de normas, permite que o direito possa alcançar um status de equidade, inserindo objetivos e deveres em caráter de igualdade entre partes e a figura da atuação do Juiz, construindo uma linha de pensamento racional e efetiva. As estruturas básicas do direito a isonomia foi explicitada por meio de princípios basilares, comparando as decisões judiciais nos países que se baseiam em precedentes e julgamento entre casos semelhantes, permitindo a divisão entre moral e direito, justo e injusto, contribuindo diretamente para o discurso de uma teoria jurídico- normativa, não incorrendo em óbice ao comparar problemas metodológicos entre a aplicação do direito e o anseio moral como justificativa para combater o ativismo judicial e a insegurança jurídica.

Palavras-chave: Democrático; Igualdade; Justiça; Sociedade; Princípios.

COMO O DIREITO SUCESSÓRIO ADEQUA-SE A TRANSFERÊNCIA DE CRIPTOMOEDAS.

Autor(es):

Thiago Alves Fernandes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Leonardo Medeiros Junior: Docente do UNI-RN

(Introdução) Com o aprimoramento das tecnologias envolvendo os meios econômicos e sociais, o surgimento das criptomoedas como um novo mecanismo de ativos financeiros, torna-se algo de fundamental importância a ser discutido, devido a sua crescente popularidade e significância, para compreensão de sua aplicabilidade e suas relações com o Sistema Jurídico. Os bens dos indivíduos, nas últimas décadas, tiveram parte do seu poder econômico migrado para o âmbito da internet, seja em redes, moedas digitais entre outros, formando os “Bens Digitais”. Todavia, sua conceituação expressa por lei ainda não foi posta de forma objetiva, suscitando questionamentos acerca de sua regulamentação. As criptomoedas são emitidas e circuladas de forma virtual, por via do ciberespaço em programas open source (Software de código aberto) - código projetado para ser acessado abertamente pelo público: todas as pessoas podem vê-lo, modificá-lo e distribuí-lo conforme suas necessidades - sendo instrumentos monetários exclusivamente digitais. Portanto, percebe-se que a internet é imprescindível para o funcionamento destes ativos financeiros (FOBE, 2016, p. 53). A criptografia, utilizada nessas moedas virtuais, funciona com o intuito de verificar as transações realizadas, ou seja, no armazenamento e transmissão dos dados das criptomoedas há uma codificação avançada, visando oferecer segurança e proteção aos seus usuários. Conforme o que foi dito, nota-se a complexidade do funcionamento dos criptoativos, sua intangibilidade e expressão econômica - e como será exposto adiante - a forma como o Direito Sucessório brasileiro (im)possibilita a inclusão destes ativos financeiros para matéria de sucessões entre os herdeiros, buscando a melhor via para a transferência post mortem.

(Metodologia) 1 - Técnica de Pesquisa: Foi utilizado nesta pesquisa o estudo das normas vigentes, leitura de artigos e a presente doutrina acerca do referido tema. 2 - Método de Abordagem: Método dedutivo, partindo de uma generalização para uma questão particularizada. 3 - Método de Procedimento: O método aplicado trata-se do bibliográfico.

(Resultados) Os resultados do presente trabalho encontram-se em desenvolvimento.

(Conclusão) A conclusão do presente trabalho encontram-se em desenvolvimento.

Palavras-chave: Direito Sucessório. Criptomoedas. Bens digitais. Herança.

COMPARAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA: "MUNIQUE: NO LIMITE DA GUERRA" VS CARTA MAGNA DE 1988

Autor(es):

*Pedro Eduardo Bandeira Leão de Medeiros Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Hamanda de Medeiros Padilha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Carla Patricia Macêdo de Melo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O filme "Munique: No limite da Guerra" possui uma clara evidência documental de negociações internacionais. Sendo assim, torna-se possível que se estabeleça um comparativo entre as capacidades de cada poder interno para postular as negociações. Mediante tal observação, no corrente trabalho faz-se uma exposição da organização político-administrativa dos países que estão no filme, elenca-se os órgãos internos responsáveis, a diferença entre cada forma de Estado, forma de Governo e Sistema de Governo. Ademais, são abordadas questões referentes à nacionalidade, objetivando exaurir o presente tema e desenvolver de forma lúdica e comparativa os assuntos destrinchados na trama do filme e também os que se fazem presentes na Constituição.

(Metodologia) Foi utilizado, com fim de pesquisas informacionais e enriquecimento do objeto de análise, para além do filme, livros de história da época, biografias, documentários, livros de Direito e a própria Carta de 1988.

(Resultados) O trabalho elucida importantes conceitos, como a forma de governo, forma de Estado e sistema de governo, os cargos privativos de brasileiro nato e a repartição de competências. Outro ponto que pode ser destacado é a forma federativa com a qual o Brasil se distingue dos demais países abordados no filme, sendo estes todos Estados Unitários. Além disso, facilita uma maior compreensão dos Artigos 12, 18 e 21 da Carta Magna vigente no Brasil e versa sobre os limites da autonomia e os cenários de soberania que podem ser vislumbrados.

(Conclusão) O entendimento do sistema político de cada país possibilita a conclusão de que as democracias e regimes ditatoriais da época tinham uma dificuldade de estabilidade governamental, com a própria democracia sendo utilizada para minar as instituições e inflar poderes de alguns governantes. Ademais, os países envolvidos na trama do filme são Estados Unitários, enquanto o Brasil apresenta uma forma federativa e, por essa razão, a nossa Carta Política precisou indicar qualente federativo tem responsabilidade sobre as relações internacionais. Isso de forma que, internamente, há uma divisão expressa dos entes federativos autônomos, mas, para o âmbito internacional, a União veste-se de República Federativa do Brasil exercendo, assim, soberania.

Palavras-chave: Constituição; Munique; Cinema.

COMPETÊNCIA CUMULATIVA DA VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR COMO FORMA DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS DA MULHER

Autor(es):

Isabela Bezerra Dantas de Araujo Azevedo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Emmanuelli Karina de Brito Gondim Moura Soares: Docente do UNI-RN

(Introdução) O projeto abordado com o tema “Competência Cumulativa da Vara de Violência Doméstica e Familiar como forma de proteção aos direitos da mulher” visa pesquisar e questionar a vivência de muitas mulheres no Brasil, que ainda no século XXI, encontram-se em situação de violência doméstica nas suas várias nuances e não tem a possibilidade de quebrar o vínculo com o agressor, mencionando inclusive, que esse vínculo pode tornar-se efetivamente rompido a partir de um pedido de divórcio. Dessa forma, o artigo visa destrinchar e questionar o processo de divórcio em casos que há violência doméstica, porque foi percebido que o processo torna-se mais complexo por não envolver apenas uma esfera do direito. Há casos em que apenas romper o vínculo físico com o agressor é suficiente, mas nas situações mais complexas de violência, que representam a grande maioria dos casos, não é suficiente apenas o afastamento espontâneo, é ímpar que haja a aplicação de medidas protetivas para ter a manutenção da dignidade humana e respeito à vida. A partir de pesquisas bibliográficas, foi feita uma análise histórica de como foi institucionalizado o casamento e a dissolução dele no Brasil, enfatizando a figura feminina nesse processo, que passou de um momento que não tinha direito algum, até a criação da Lei Maria da Penha, que surge garantindo o respeito e a proteção às mulheres.

(Metodologia) Técnica de pesquisa: Leitura de artigos, analisar obras bibliográficas sobre os pilares do tema, mapear dados estatísticos sobre quantidades de divórcios e denúncias de violência doméstica. Método de abordagem: Método dedutivo. Método de procedimento: Método estatístico.

(Resultados) O resultado esperado é concluir que usufruindo da competência cumulativa de uma vara de violência doméstica, seguindo então o que prevê a Lei Maria da Penha em seu artigo 14, os direitos da vítima sejam resguardados.

(Conclusão) O tema traz a necessidade de mostrar fatos históricos que expressam o impacto feminino na sociedade, sendo possível olhar para a seara cível e criminal, onde a mulher passou de não ter direito algum em um processo de divórcio, a uma situação que independe de qual parte requer o pedido; e para a seara criminal, passou de não ter lei alguma que a protegesse efetivamente, a uma realidade que traz suporte à mulher, necessitando que seja abordado contexto histórico e embasamento de sumulas e jurisprudências quanto à possibilidade de fazer pedidos de áreas diversas em um único processo.

Palavras-chave: Divórcio; medidas protetivas; violência doméstica; ação civil pública; competência cumulativa.

CONDIÇÕES SÓCIO-JURÍDICAS DO ACESSO AO EMPREGO DE REFUGIADOS NA REALIDADE BRASILEIRA

Autor(es):

Jonas Sâmí Albuquerque de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) Esta pesquisa foi motivada pelo interesse em compreender as possibilidades de acesso ao emprego por parte de refugiados acolhidos no território brasileiro, frente ao paradoxo das condições sociojurídicas do Brasil e as estipulações internacionais da Organização das Nações Unidas (ONU). Diversas perguntas podem ser feitas sobre esta relação. Como ocorre o acesso ao emprego de refugiados no Brasil? O que dizem as normas brasileiras sobre o acesso ao emprego de refugiados? Em que sentido o Estado brasileiro segue as recomendações estipuladas pela ONU. Cabe considerar que a situação que envolve o refúgio no mundo vem proporcionando debates globais que incluem, a integração frente as políticas sociais, inclusive o acesso ao emprego para os refugiados nos países receptores. Na realidade brasileira, Silva *et al.* (2020) sinalizam há uma população acima de trinta mil pessoas que estão em situação de refúgio, incluindo-se as diversas nacionalidades, com uma maioria constituída por venezuelanos, sírios e congoleses.

(Metodologia) Esta pesquisa teve como alicerce teórico o Materialismo Histórico Dialético justificando-se pela necessidade de compreender a complexidade do objeto de estudo proposto para esta pesquisa, e que requer o entendimento da situação do mercado de trabalho para a população refugiada no Brasil, considerando-se o contexto macrossocial e histórico do local onde o mesmo ocorre, dialogando as recomendações da ONU. O Materialismo Histórico Dialético não se encontra sistematizado com o detalhamento de seus passos e fases que compõem a investigação. Entretanto, a adoção do mesmo como método de abordagem implica levar em consideração a totalidade do objeto estudado. Quanto a abordagem metodológica este estudo será mediado pela pesquisa qualitativa, justificada pela particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas da vida. Considera-se, portanto, as expressões-chave para essa pluralização, que Uwe Flick (2009) descreve como sendo a nova obscuridade, a crescente individualização das formas de vida e dos padrões biográficos. O estudo teve como fonte de pesquisa os dados secundários. Serão coletados nos sítios específicos da ONU, em especial nos documentos do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ANACUR), assim como dos documentos brasileiros ratificados desses organismos internacionais, especificamente os relacionados ao acesso ao emprego ou mercado de trabalho.

(Resultados) Os resultados preliminares apontam que há uma inserção no mercado de trabalho brasileiro de refugiados especialmente nos programas de jovem aprendiz, assim como em empresas do comércio e atividade alimentícia. Por outro lado, há dificuldade de ingresso em atividade de sua formação e qualificação, por motivo da não possibilidade de validação de seus diplomas e certificados que os possibilitariam a inserção no emprego formal e com maiores qualificações.

(Conclusão) Os refugiados não têm conseguido se valer de suas competências profissionais, pois mesmo em momentos de maiores oportunidades no mercado de trabalho, frente as oscilações econômicas, há dificuldades de políticas específicas de ampliem as possibilidades de validação de sus diplomas para o acesso a oportunidades de empregos qualificados.

Palavras-chave: Direito dos refugiados. Direito internacional. Direito brasileiro. Mercado de trabalho.

CONFLITO APARENTE ENTRE LIBERDADE DE EXPRESSÃO E LIBERDADE POLÍTICA

Autor(es):

André Gustavo Guedes Paiva Filho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) Informalmente os registros de domínio (o nome de endereço para um site) eram executados, manualmente, até 1995, onde à Internet era essencialmente acadêmica, não mais quando o provedor preambular nacional liberou acesso à Internet do Brasil. No ano seguinte, o Planalto modernizava-se com o sufixo .br. A máquina .br possibilitou "o uso de caracteres acentuados de nossa língua" e oferta "redirecionamento grátis do nome de domínio registrado para páginas de conteúdo em outras plataformas". A empresa .br "mantém a mesma política" desde sua criação. No ano de 2013 quando o Brasil é escalado na lista de Domínio de Topo, o relatório da União Internacional de Telecomunicações, agência da ONU, noticia que 40% da população mundial acessará a Internet até o fim do referido ano. A Lei nº 12.965, de abril de 2014, delimita os "direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil", em março do mesmo ano, a sociedade brasileira recebia a informação de o início da Operação Lava Jato. Os limites de atuação dentro de um Estado Democrático de Direito, estava latente, ademais, as sete ações que o Supremo Tribunal Federal recebeu, questionando decisão de Ministro da corte, no tocante a suspensão da reportagem na revista Crusoé, na Internet das Coisas, em abril de 2019; assim como, logo após, em dezembro de 2019, mediante conclusão da Polícia Federal sobre inquérito dos hackers da Lava Jato, em publicação de Veja. Portanto, quando o Ministro Marco Aurélio, no processo RE 600063 SP, vence por maioria aceitando a tese consentindo com a liberdade de expressão de parlamentar, mediante o parlamentar encontra-se devidamente nos limites de sua jurisdição, vem a proferir ofensas pessoais a terceiro em âmbito de discussão política, resguardando os limites constitucionais; por consequência, o Tribunal compreende que em caso concreto com aparente conflito entre direitos fundamentais, liberdade de expressão "agente político" honra de terceiro, devota-se a prevalência do interesse social, coletivo.

(Metodologia) A pesquisa foi realizada em matérias veiculadas em canais digitais de veículos jornalísticos, no período de 12/05/2022 a 05/06/2022. As abordagens tratadas nas matérias versaram sobre Democracia, Liberdade de expressão, política a brasileira e Estado democrático de Direito.

(Resultados) A indevida interpretação de parcela da sociedade sobre o que é Liberdade de expressão; Censura, tanto quanto, o que ocorreu no Brasil nos períodos de Ditadura invocados em 01/04/1964, corrobora o descompasso do povo com a Ciência de João Ubaldo Ribeiro, Kelsen ou dos Tribunais. Se em julho/2020 a mensuração pela Organização das Nações Unidas que apontou: "a pandemia de Covid-19 causou um reconhecimento dos níveis de desigualdade digital em todo o mundo", não tivesse pacificado este entendimento, seria incompreensível os fatos históricos retratados no presente artigo.

(Conclusão) Neste contexto, faz-se necessário instruir a população brasileira a devida história, tal qual, o que é Internet das coisas e como ocorreu sua chegada ao país, tal qual, os limites da liberdade de expressão e atuação estatal. A começar com a deliberação sociológica no tocante ao que é real; simbólico; imaginário.

Palavras-chave: Internet das Coisas; Política a brasileira; Direitos e deveres.

CONFRONTO DE IDEOLOGIAS MEDIANTE UMA OBRA CINEMATOGRAFICA E A CONSTITUIÇÃO

Autor(es):

Luiz Eduardo Pereira de Sousa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Felipe Souza Dionizio dos Anjos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Mateus Felipe Leite Torres: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A realidade do filme que será abordado, é construída em uma época contemporânea, ou seja, uma realidade político-administrativa praticamente atual. Neste sentido, é evidente que as análises e comparações são ainda mais fáceis de serem feitas, tendo em vista que a Constituição de 1988 foi produzida anteriormente à época da que o filme trabalha. Sobre tal aspecto, o filme mostra que, mesmo no contexto atual, grupos sociais podem vivenciar modelos políticos de décadas passadas, como, no caso do filme, o fascismo. Nessa perspectiva, nota-se que a abordar as diferenças e semelhanças entre a Constituição Brasileira e a realidade do filme, é de suma importância para a sociedade atual, abordando aspectos constitucionais, infraconstitucionais, proibições e, até mesmo, aspectos que se assemelham, como, por exemplo, uma sociedade nacionalista. Ademais, se tratando do filme, pode-se observar como a falta de uma Constituição, a qual dita e expõe os direitos e deveres de uma sociedade, atrapalha na composição de um determinado grupo, causando empecilhos e choque de ideias entre seus componentes, ficando claro a importância de se ter uma norma que rege uma nação em nosso país.

(Metodologia) Utilizar-se-á, assim, da natureza objetiva descritiva, a qual descreve as características do filme e da Constituição, bem como, por vezes, análises críticas sobre o empecimento do trabalho em questão. Adequar-se-á às técnicas de coleta de pesquisa padrão, a saber, pesquisa em sites e/ou leitura documental, assistindo o filme, de forma seletiva e informativa. Neste sentido, tal metodologia demonstrará e relacionará os artigos e princípios da Constituição Federal com o filme o qual escolhemos para trabalhar, buscando correlacionar os pontos abordados no filme e na Constituição, aprofundando os confrontos e semelhança entre as realidades analisadas.

(Resultados) Os resultados que mais acentuam a esfera do filme, são relacionados em como a ideologia social do filme aborda a população em questão; em como os adolescentes alcançam o resultado. Dessa forma, o resultado do trabalho é acentuar a divergência que existe entre os grupos e em como estes sofrem a influência da autocracia pregada pelo seu líder (ditador). Nesse sentido, tais resultados tem a finalidade de apresentar a sociedade os perigos de algumas ideologias extremistas que, como no passado, podem vir a aflorar em nossa realidade contemporânea, acarretando problemas para a população. Ademais, deve-se ressaltar a importância de uma Constituição Federal para uma nação, a qual irá reger toda uma sociedade, expondo direitos e deveres de cada indivíduo, buscando manter uma harmonia social entre todos.

(Conclusão) Em suma, fica evidente que a objetividade do trabalho foi alcançada. A ideologia social de poder atingir a realidade da influência nas populações em massa, assim como a persuasão gerada sob o público adolescente acerca do tema da autocracia e como está trabalhando com o psicológico social da população em questão foi deferida. Por fim, conclui-se que a moral do filme não só insulta a constituição, como também o direito subjetivo individual dos cidadãos em questão da obra.

Palavras-chave: Constituição. Anarquia. Filme.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL: A REALIDADE POR INTERMÉDIO DA ANÁLISE POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

Autor(es):

*Emily da Rocha Felipe: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Itamara Maria da Costa Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Raquel Rocha Alves: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Buscando-se uma visão crítica acerca da própria Constituição, realiza-se uma comparação entre o texto da Carta Maior e a situação político-administrativa vivenciada nos períodos de governo do ex-presidente Luiz Inacio Lula da Silva, Dilma Rousseff e Michel Temer, separadamente. Ademais, visa-se, principalmente, o entendimento de como as corrupções moldadas no espaço tempo desses governos são frutos de brechas do próprio texto constitucional, em que se desdobra no início de uma crise sem precedentes, afetando a sociedade brasileira até os dias atuais. Consequências de uma Constituição que buscou salvaguardar os interesses políticos e econômicos da época de sua criação, manejando a manifestação de uma falsapercepção de justiça e democracia para com o povo brasileiro. A análise aqui difundida nada mais obsta do que um aprofundamento no cerne da Carta Magna, buscando suas motivações reais e apontando o destino que nos foi traçado baseado em interesses alheios que nada dizem respeito ao bem da população como um todo.

(Metodologia) Baseamos-nos no documentário Democracia em Vertigem e nas aulas de Direito Constitucional. Assim como, analisamos o próprio escrito da Constituição Federal, buscando dimensionar os efeitos do texto nos mais variados momentos possíveis.

(Resultados) É fundamental compreendermos mais acerca da nação brasileira. Assim, é perceptível a dificuldade em seguir uma trajetória linear com o fito de uma sociedade civil mais equilibrada, assim como o respeito perante a Lei Maior. Seguindo esse raciocínio, em alguns momentos pontuais há predominância de conflitos interpessoais ocasionados pela polarização política de forma agressiva. Entretanto, deve-se pontuar que a Constituição Federal Brasileira, responsável por reger os comportamentos sociais e tem solidificadas regras primordiais para afastar conflitos. Ademais, mesmo tendo uma organização na Lei Maior, não há o devido respeito. Isso é notório ao ver os conflitos políticos pertinentes de interesses particulares entre os políticos da esquerda e direita. Mesmo a Constituição Federal Brasileira assegurando que tudo é feito a favor do povo, quando na verdade quem possui o poder utiliza-se para favorecer a si mesmo.

(Conclusão) O conteúdo ministrado em sala de aula foi fundamental para se ter um melhor embasamento e análise a respeito do documentário "Democracia em Vertigem". Seguindo essa linha de raciocínio, faz-se necessário a investigação levando-se em conta os vieses social e político-administrativo. Pelo viés social, podemos perceber que mesmo a Constituição Federal assegurando características básicas referentes a liberdade de expressão, a imagem e integridade da pessoa como um todo, é perceptível transgressão de tais direitos. Em afirmação, deve-se lembrar das manifestação mediante polarização política, que acabam propiciando um ambiente de segregação. Trata-se, pois, de uma atitude desconexa, visto que não há respeito pelos direitos supostamente resguardados daqueles envolvidos. Sob a ótica político-administrativo, vale salientar que o Brasil enquanto Federação, apresenta uma união de poderes perpétua, indissolúvel e autônoma. Contudo, durante a crise política em 2013, tem-se o início de operações com o fito de investigar uma série de corrupções, envolvendo a Petrobras, empreiteiros e principais partidos políticos. Conforme a operação procedia, iniciou a prisão dos envolvidos, incluindo membros do governo vigente. Findando no entendimento de que quem possui o poder usa dele para favorecer a si mesmo. Tal ideia confirma o caos do contingente populacional cujas consequências representam, indubitavelmente, um grave golpe ao bem-estar do ser humano.

Palavras-chave: democracia; organização político-administrativa; Constituição.

DAVID LANDAU E O CONSTITUCIONALISMO ABUSIVO

Autor(es):

José Eduardo Nunes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) Será apresentado, através deste projeto, o estudo da teoria do Constitucionalismo Abusivo, partindo da conceituação inicial cunhada pelo Professor David Landau da Universidade do Estado da Flórida nos Estados Unidos da América, a fim de demonstrar que o decaimento da democracia, nos dias atuais, não mais acontece através de golpes militares espetaculares ou por meio de bombardeios – como costumava ser nos anos 30 e 60 do século passado –, mas sim através do uso deturpado da Constituição, como é o caso de emenda-la a fim de permitir ao governante ocupante do poder concorrer a mais uma eleição, dificultar a fiscalização dos atos governamentais, mudar as regras eleitorais em favor de um determinado partido etc. O presente projeto abordará a visão de David Landau sobre o fenômeno do Constitucionalismo Abusivo, a fim de demonstrar as suas principais características, causas e efeitos.

(Metodologia) No projeto foi utilizada a metodologia de pesquisa bibliográfica, onde o autor se valeu de livros e artigos científicos já elaborados por outros autores, especialmente os do constitucionalista David Landau; bem como da legislação brasileira, em especial as leis que reverberam no plano constitucional, tendo relação direta com o Constitucionalismo Abusivo. Ato contínuo, o método de pesquisa foi o dedutivo e a abordagem escolhida foi a qualitativa.

(Resultados) Após a elaboração do projeto, foram constatados dois resultados: a deturpação do uso da Constituição está ocorrendo em diversos países do mundo, tornando, conseqüentemente, um país menos democrático do que era antes e que as democracias estão morrendo não mais por meio de golpes militares espetaculares ou meios abruptos de ruptura democrática, mas sim por meios institucionais - sendo estes quase imperceptíveis se tomados individualmente. Por fim, é de se ressaltar que o mundo vive um momento de decaimento do prestígio da democracia.

(Conclusão) O presente projeto, portanto, tem como objetivo expor a teoria do Constitucionalismo Abusivo cunhada pelo constitucionalista David Landau, a fim de dar mais publicidade ao seu pensamento e, tendo em vista que o fenômeno segue em uma crescente ao redor do mundo, demonstrar sua relevância de estudo.

Palavras-chave: Constitucionalismo abusivo; Constituição; Democracia.

DELEGACIA DO IDOSO

Autor(es):

Aline Beatriz Laureano de Almeida: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Bruna Fernandes de Almeida: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Nelisse de Freitas Josino Vasconcelos: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) mostrar ao público quando devem recorrer a delegacia do idoso, saber algumas curiosidades sobre as competências, os inquéritos, saber também onde se encontra localizada, além de dar algumas curiosidades de inquérito, de como funciona os processos dentro da delegacia, como a delegada apura alguns casos, além de citar o estatuto, onde cita as questões sobre prioridades dentro da delegacia.

(Proposta do roteiro) primeiro falamos sobre quando podemos procurar a delegacia do idoso, onde fica localizada, como podem entrar em contato, quais os casos possuem prioridade, quantos delegados possuem, quais são as competências da delegacia, não atendendo apenas idosos, mas também deficientes e em casos de mulheres idosas como prosseguem.

(Efeitos esperados) Espera-se que o público se conscientize quando devem procurar a delegacia do idoso, como podem entrar em contato, se precisarem fazer um boletim de ocorrência terem conhecimento se precisam se dirigir até a delegacia ou podem fazer de forma online, saber onde fica localizada, como tramitam os processos lá, entre outras curiosidades.

**DEMOCRACIA EM VERTIGEM: ASPECTOS POLÍTICO-ADMINISTRATIVOS DO DIREITO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO
À LUZ DO IMPEACHMENT DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF**

Autor(es):

Gabriela Nunes dos Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Julia Costa Ribeiro Dantas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Documentário Democracia em Vertigem, disponível na plataforma Netflix, traz a reflexão sobre o que define uma democracia e de como a conjuntura política é capaz de interferir na sua manutenção. Ele ilustra como a maior expressão da soberania do povo é questionada e quais são as etapas que sucedem o processo de destituição do maior título político da República brasileira, pela primeira vez concedido a uma mulher, em um cenário marcado pela crise e desarmonia entre os poderes e seus atores, desaguando no aprofundamento do antagonismo político no país.

(Metodologia) A análise da obra documental será feita a partir de pesquisas bibliográficas, análise fílmica e doutrinária com respaldo no método indutivo.

(Resultados) O documentário “Democracia em Vertigem” versa sobre as consequências dos grandes escândalos de corrupção que envolvem o poder Executivo brasileiro na última década, os quais desaguaram na instauração do polêmico processo por crimes de responsabilidade contra a então Presidente da República Dilma Rousseff, em 2016, detalhando o papel do Congresso Nacional no processo de denúncia, na formação de comissões, nas votações e no ulterior julgamento da chefe de Estado, aspectos esses que delineam o seu Impeachment, desmiuçando igualmente o papel - definido por lei - das casas legislativas e bem como os procedimentos legais aplicados. O documentário pontua ainda os interesses políticos que ferem o princípio da impessoalidade e corroboram no entendimento da inconstitucionalidade do processo Impeachment analisado.

(Conclusão) Finalmente, urge salientar a relevância da obra estudada para fins de compreensão da conjuntura político-administrativa brasileira, tendo em vista seu diálogo evidente com a Constituição Federal de 1988, bem como pelo destaque conferido a questões históricas e sociais que permeiam a busca pela consolidação da democracia no Brasil, fazendo -se, desse modo, um instrumento eficaz de conscientização e elucidação da própria população no tocante às questões regimentais e à organização e atuação dos agentes públicos encarregados de ratificar os seus interesses e assegurar o bem comum. Expõe ainda o papel indelegável das Casas Legislativas e sua responsabilidade de ser porta voz da vontade do povo, mesmo quando para questionar a exercício do mandato de uma Presidente Democraticamente eleita. É essencial destacar, portanto, a notória importância da democratização do acesso a produções de caráter eminentemente educativos como “Democracia em Vertigem”, que instigam a formação de um olhar crítico por parte do espectador e traz à baila questionamentos imprescindíveis diante do contexto no qual se encontra o país na atualidade.

Palavras-chave: Democracia; Impeachment; Organização político-administrativa; Senado Federal; Câmara dos Deputados.

DESAFIOS DO PERÍODO PANDÊMICO: UM ESTUDO CIENTÍFICO

Autor(es):

Livya Arend de Macedo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Marília Lima de Aquino: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Eduarda Lira Nelo de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Beatriz Pacheco Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A pandemia afetou diversos setores da sociedade, tais como a saúde, educação, mercado de trabalho, economia e todos os setores de uma forma geral. É importante ressaltar que a pandemia mudou muito a forma como a sociedade passou a lidar com as relações entre as pessoas, tanto afetivas como as relações de comunicação. Isto pode ser percebido, principalmente, após o retorno presencial, quando os indivíduos passaram a valorizar muito mais o contato físico, indicando que a ferramenta essencial da sociedade é a comunicação entre todas as pessoas. No âmbito da saúde, o novo CoronaVírus deixou uma crise sanitária enorme para se combater. Além das perdas imateriais, diversos indivíduos perderam seus auxílios - doença e, por isso, sobrecarregaram ainda mais o SUS. Com a taxa elevadíssima de contaminações diárias pelo vírus Covid-19, o sistema de saúde do país entrou em colapso, precisando de ajuda financeira por parte do governo, além de novas políticas públicas para sanar diversos problemas como a falta de medicamentos, de infraestrutura e de pessoal qualificado, ou seja, o caos que o sistema de saúde estava inserido. A crise da pandemia também afetou o mercado de trabalho, por causa da adoção de medidas de isolamento por todos os estados do país. Muitos indivíduos perderam seus trabalhos e entraram para a lista dos desempregados do Brasil, elevando, consideravelmente, a taxa de desemprego que já estava alta há anos, tornando a renda de muito quase inexistente ou mínima.

(Metodologia) A metodologia desse trabalho foi baseada levantamento bibliográfico através de buscas em banco de pesquisas científico para selecionar os artigos científicos. Foram utilizados cinco arquivos na construção do trabalho, usando as seguintes palavras de busca: pandemia e a sociedade, pandemia e saúde e período pandêmico.

(Resultados) Os resultados encontrados foram similares, apresentando as mudanças e situações as quais todos as pessoas passaram. De acordo com os dados levantados, de uma forma geral, todos tiveram fatores que trouxeram prejuízos, além de dificuldades em lidar com os acontecimentos, causando distúrbios emocionais. As perdas foram gigantes, pois o que aconteceu com a população durante a fase pandêmica foi algo fora do "comum" ou inimaginável. Por mais que cada autor pesquisado neste trabalho tenha focado em um contexto distinto da divisão social, em relação a pandemia, como por exemplo, a pandemia e o desemprego no Brasil, a educação híbrida em tempos de pandemia, a saúde dos idosos em tempos de pandemia, as relações familiares diante da COVID-19 e educação no contexto da pandemia, é notório que todos chegaram a mesma conclusão que muitas pessoas foram afetadas em diversos aspectos social, econômico e ambiental, além do impacto na saúde.

(Conclusão) A pesquisa evidenciou os impactos da pandemia nos diversos setores da sociedade: saúde, educação, lazer, economia etc. Tais impactos causaram ainda mais instabilidade na vida das famílias, principalmente nas de baixa renda. Além disso, aumentou ainda mais o desemprego no país e a linha da pobreza entre a população. Os impactos foram incalculáveis, pois, além dos danos materiais, muitas famílias perderam um, ou mais de um integrante para a doença causada pelo vírus COVID-19.

Palavras-chave: Período pandêmico, COVID-19, Desafios da pandemia.

DESERDAÇÃO NO CONTEXTO HODIERNO

Autor(es):

Maria Fernanda Bezerra de Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Rhamon Isaac Tajra de Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Vívia Frossard Maia Pereira Marinho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Leonardo Andrade Cândido: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O presente trabalho possui como objetivo elucidar o assunto exposto no Código Civil de 2015 em se tratando da deserdação, de maneira prática e lúdica, para a população ausente das discussões jurídicas.

(Proposta do roteiro) No vídeo apresentado é notório a presença da deserdação no contexto familiar, no qual é abordado a figura paterna que decidiu deserdar seu filho após encontrá-lo com sua esposa em um ato de traição, além de diversas agressões físicas e verbais sofridas. Dessa forma, é possível aduzir que se foi cumprido os requisitos necessários para a consumação do ato desejado pelo pai e, após consulta à advogada da parte, lhe foi orientado a forma de proceder no caso em questão.

(Efeitos esperados) O efeito esperado é transparecer, para o público, os requisitos necessários para a deserdação de maneira objetiva e de fácil entendimento, visto que o formato do presente trabalho possui como escopo atingir a grande massa a fim de que esse tema seja compreendido pela população do Brasil do século XXI.

DIREITO DE CONDOMÍNIO (ART. 1.314 A 1.358): DIREITOS E DEVERES

Autor(es):

Renilson da Costa Silva J: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Jadiel Esdras Andrade: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Fernanda Bezerra Freitas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Maria Emilia Pereira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O vídeo acadêmico, cujo tema aborda o Direito de Condomínio (Art. 1.314 a 1.358) dentro da respectiva 10ª Mostra de Vídeos Acadêmicos do UNI-RN -2022 têm como objetivo promover o conhecimento dos deveres e direitos de condomínio e provocar a reflexão e retenção das informações através de um método didático e lúdico.

(Proposta do roteiro) A proposta do roteiro consiste em apresentar as temáticas do Direito de condomínio no que diz respeito a: definição, classificação, natureza jurídica, personalidade jurídica de condomínio edilício, espécies, direito dos condôminos, deveres dos condôminos e os casos especiais de condomínio. Da mesma forma, esclarecer o tema utilizando uma linguagem acessível ao público e métodos interativos que exemplificam as concepções teóricas.

(Efeitos esperados) Trata-se dos efeitos esperados a retenção das informações pelo público e, conseqüentemente, a expansão do conhecimento sobre esse direito específico e a sensibilização no que se refere ao respeito mútuo, convivência e aplicabilidade da lei. Além do esperado resultado em torno da motivação e a geração de questionamentos sobre a busca pelo aprendizado dentro da nossa realidade.

DIREITO DIGITAL: CONCEITO E APLICAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE

Autor(es):

Ellen Tarssia Lopes Gomes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ana Lidia Barbosa Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Felipe Garcia Fernandes Gomes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rocco José Rosso Gomes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Direito Digital se trata da ciência a respeito das leis, normas, aplicações e, tudo isso de uma forma conjunta, resulta no regulamento das relações jurídicas que são estabelecidas no ambiente digital. As regras as quais estão presentes neste ramo do Direito, têm como foco principal proteger as relações e evitar violações aos direitos fundamentais. Além da natureza preventiva, apresenta também - em sua aplicação -, caráter repressivo, ou seja, determina punições decorrentes do descumprimento das normas.

(Metodologia) A internet, apesar de muitos pensarem o contrário, não é terra sem lei. Essa ferramenta é utilizada de forma exorbitante no cotidiano das pessoas. Foram encontrados, ao longo dos anos, inúmeras outras funções para a internet que não só realizar pesquisas.

(Resultados) Em 2014 houve o principado da lei do Direito Digital, mas, hodiernamente, muito se fala em LGPD, a famosa Lei Geral de Proteção de Dados que, recentemente fora editada e, apesar de ainda não estar em funcionamento na sua totalidade, é um enorme e positivo exemplo de como devem ser realizadas as relações jurídicas.

(Conclusão) Com o advento das tecnologias, cada dia ficou mais fácil se aproximar de quem está distante e expressar emoções através da rede. Não só emoções, mas, principalmente opiniões. O Direito Digital surge no intuito de trazer uma resolução para tratar sobre questões envolvendo o uso dessas tecnologias, como privacidade, liberdade de expressão, direitos autorais, proteção de dados e crimes no meio digital, como furto de dados, criação de sites fake e fraudes ao consumidor. É, afinal de contas, uma área que vem ganhando vasto e duradouro espaço no mundo jurídico. As regras advindas desse Direito têm o forte intuito de criar padrões de atuação, de modo a promover relações harmônicas e éticas online, dentro da rede. Entretanto, como cita o dito popular, "nem tudo são flores"; nem sempre o Direito Digital terá capacidade para exercer sua função, por esse motivo, as práticas lesivas à dignidade e/ou direitos de outrem devem ser levadas à responsabilização do autor em decorrência dos danos que foram causados, independente da matéria a ser tratada.

Palavras-chave: Direito digital, tecnologia, internet.

DIREITO DO CONSUMIDOR NAS COMPRAS PELA INTERNET

Autor(es):

Emilly Campos de Melo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Julia Elizabeth Diogenes Florencio: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Larissa Oliveira Mendes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O fluxo de compras pela internet tem ganhado cada vez mais espaço, e em consequência há a evolução dos crimes cibernéticos, bem como o avanço dos direitos do consumidor nas suas compras online, o que antes ficavam impunes devido à dificuldade que se tinha para rastrear o criminoso. E com isso, para conseguir entender quais os direitos que podem ser transgredidos nas compras virtuais se faz necessário, compreender quem pode ser conceituado como consumidor e quais direitos goza. Exemplifica-se o Código de Defesa do Consumidor, no seu artigo 2º, conceitua consumidor como “toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final”. Isso significa que os direitos do consumidor nas compras pela internet e as relações comerciais que surgem no ato de vender ou comprar estão amparados pelo CDC (Código de Defesa do Consumidor), por isso a tamanha preocupação em estudar e conscientizar sobre os direitos e riscos nas relações de consumo, uma vez que o consumidor é a parte mais vulnerável.

(Metodologia) Trabalho baseado em levantamento bibliográfico através do banco de pesquisa científico google acadêmico. Foram selecionados ao todo 5 artigos e as palavras chaves utilizadas foram “Direito”, “comercial”, “vendas”, “internet”. Os métodos de inclusão foram artigos de acordo com o tema e/ou consequencial dele, e os critérios de exclusão foram artigos falando apenas de direito do consumidor e não falavam sobre vendas pela internet nem suas consequências.

(Resultados) Em toda a investigação se considerou que sim a lei está evoluindo para se conseguir ainda mais segurança nas compras pela internet e que, somente com o seu uso em vigor, será possível diminuir tal problema gradativamente, pois com a lei em uso a fiscalização está se tornando cada vez mais ágil e rigorosa com os vendedores e compradores, exigindo o uso de dados pessoais para efetivação de compra e venda e, conseqüentemente, reduzindo o crime aos poucos.

(Conclusão) Portanto, a conscientização dos riscos que o mercado digital ocasiona, negativamente, diante desses crimes no âmbito do e-commerce, é de extrema relevância, pois promove conhecimento ao público alvo e menos incidentes, bem como a enfatização dos direitos, embasados em códigos e leis, proporciona a segurança para a população, tendo em vista as nefastas artimanhas de quem comete esses ataques cibernéticos.

Palavras-chave: compras pela internet, crimes cibernéticos, direito do consumidor.

DIREITO E RELIGIÃO: INFLUÊNCIA DOS DEZ MANDAMENTOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Autor(es):

*Sofia confessor Maia Marques: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Amelie Marassi Almeida Freitas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Sofia Lopes de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Os dez mandamentos são um conjunto de normas de convivência que teriam sido enviadas por Deus através de Moisés por volta de 1.250. a.C., isso está muito evidente no Direito dos povos hebraicos. Essas normas tinham como principal objetivo tornar o homem bom, justo, que pregue o amor e coloque a Deus acima de todas as coisas, prezando pelo respeito a esta divindade. O ordenamento jurídico brasileiro, por mais que pertencente a um Estado laicizado, sofreu uma forte influência cultural e religiosa e herdou diversas normas do decálogo. Este tema é de forte relevância pois aborda como é possível, mesmo após tantos milênios, um código de regência de comportamentos ainda seja tão atual.

(Metodologia) Este trabalho foi baseado em um levantamento bibliográfico através dos bancos direcionados para pesquisas científicas publicadas especificamente em sites universitários. Dessa forma, cinco artigos foram selecionados para a composição do tal. As palavras chaves presentes nos artigos mencionados foram “Dez Mandamentos”, “Cristianismo”, “leis”, “Código Penal”, “Direito brasileiro”, “Direito”, “Estado laico”, “Religião”, “sociedade”, “Constituição”, “Direito Hebreu”, “Normas de comportamento”, “Pentateuco” e “Direito Penal Brasileiro”. Para poder filtrar quais artigos seriam incluídos como fontes para a pesquisa elaborada, foram utilizados critérios referentes a busca especificamente pela abordagem da relevância dos dez mandamentos no direito atual e como a religião traz um grande impacto e transforma a esfera jurídica brasileira.

(Resultados) Foram abordados diversos aspectos do Ordenamento Jurídico do Brasil que firmaram bases nos dez mandamentos, sendo o mais evidente o Código Penal, que possui uma presença de grande parte dos mandamentos. Exemplos clarividentes disso seriam o Art. 121 do Código Penal que aborda o crime de homicídio, o Art. 155 do Código Penal que aborda o crime de furto e o Art. 157 do Código Penal que aborda o crime de roubo. Todas essas normas, que aqueles que contrariarem são sujeitos a sanções, estão expressas em mandamentos do decálogo. Ademais, existem aspectos morais muito presentes em nossa sociedade que foram herdados dos mandamentos de Deus, como o entendimento de não cometer adultério, que já esteve inclusive presente no ordenamento jurídico, mas hoje sua reprovação só incumbe a área moral, tendo como punição apenas a reprovação social.

(Conclusão) É possível concluir que o direito como é conhecido hoje no mundo moderno, foi por sua grande parte moldado pela religião e principalmente pelos dez mandamentos que foram normas de convivência introduzidas pela bíblia e garantiam direitos essenciais aos cidadãos da época que a humanidade julgou como essencial para o mundo moderno. Assim, formaram-se as normas jurídicas apresentadas no direito moderno, sendo responsável pela criação de vários seguimentos do direito em que há uma demonstração do quanto os dez mandamentos foram essenciais para a formação do direito dos dias atuais.

Palavras-chave: Dez Mandamentos, Cristianismo, leis, Código Penal, Direito brasileiro, Direito, Estado laico, Religião, sociedade, Constituição, Direito Hebreu, Normas de comportamento, Decágono e Direito Penal Brasileiro.

DIREITOS AUTORAIS E ARTE INDÍGENA: UMA ANÁLISE DA PROTEÇÃO INTELECTUAL SOB A PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS

Autor(es):

Isadora Bezerra Santos Vieira Pires: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Lianne Mendes Amorim: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Sofia Castro Gadelha Simas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Ana Letícia Batista Alves Silva : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN

(Introdução) A arte indígena é compreendida como expressão cultural tradicional oriunda da concepção destes povos como sujeitos de sociedades simples, entendendo tais sociedades como grupos com menor categorização de conhecimento e de complexidade de acervo tecnológico. Tal estudo se inicia diante da necessidade de melhor adequar a legislação atual referente à propriedade intelectual, visando a efetiva proteção da arte indígena no contexto atual. Isso porque, contemporaneamente, a lei vigente não consegue se flexibilizar de forma suficiente a proteger estes elementos de propriedade, permanecendo presa em um limbo, haja vista que os direitos de propriedade intelectual e, conseqüentemente, os direitos autorais discutidos no presente caso, são concebidos pela modernidade ocidental sem preocupação quanto à inclusão ou adequação imprescindíveis para lidar com a realidade diversa dos povos indígenas. Isto posto, a presente pesquisa busca a resolução da seguinte problemática: qual a relação dos direitos culturais e autorais com os direitos humanos fundamentais e quais as melhores ferramentas para garantir a proteção intelectual da arte indígena?

(Metodologia) Será utilizado o método dedutivo, partindo de conceitos gerais em análise posterior de casos específicos voltados à proteção dos direitos autorais da arte indígena. Para tanto, será utilizado o método de procedimento histórico, a fim de traçar a evolução da regulação referente à proteção intelectual e autoral das manifestações artísticas de povos indígenas; e o método funcionalista, visando analisar os diversos elementos que compõem a proteção autoral e como os métodos atualmente utilizados impactam a efetividade da guarda de tais direitos humanos. Além disso, serão utilizadas como técnicas de pesquisa a análise bibliográfica, em especial da CF/88, no que diz respeito à seção específica à cultura, e pesquisa documental.

(Resultados) A partir da pesquisa realizada, aferiu-se que os Direitos Culturais são constitucionalmente assegurados, e, considerando a natureza plural e ampla da cultura, tal proteção deságua na necessidade de regulamentação de uma série de direitos. Cria-se, inclusive, uma funcionalidade ao Direito Autoral, que, ao contrário do que é comumente posto, não se encontra restrito à esfera privada, mas gera impactos públicos, pois interferem com interesses coletivos e difusos de toda uma sociedade. Com isso, obteve-se como resultado a reafirmação do dever estatal de proteção das manifestações culturais dos grupos que integram o país, sendo imperativa a interpretação múltipla do direito autoral nesse aspecto.

(Conclusão) Diante do exposto, tem-se a guarda da propriedade intelectual, nesse caso, em específico, do direito autoral indígena quanto às suas manifestações culturais e artísticas, como extremamente relevante. Assim deve ser prestigiada a proteção integral firmada junto à CF/88 em relação aos direitos humanos. Logo, o fortalecimento do instituto em questão é basilar não só ao ordenamento jurídico, em sua constante evolução diante da sociedade, mas também a uma manifestação de justiça, em que se enxerga a necessidade de promoção de uma proteção especial a um direito que extrapola a esfera privada do direito autoral, devendo ser reconhecido essencialmente pelo o que é: um direito humano.

Palavras-chave: Arte indígena. Direitos Humanos. Direito Autoral. Proteção constitucional.

DIREITOS FUNDAMENTAIS EM COLISÃO - DIREITO CONSTITUCIONAL - INVESTIGAÇÃO DE DNA: VIOLAÇÃO DA DIGNIDADE HUMANA E DO PRINCÍPIO DA PRIVACIDADE OU CENSURA DO DIREITO À IDENTIDADE?

Autor(es):

Ana Clara da Cruz Araújo de Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Marília Izabela Soares Matos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Maria Eduarda Reis Varela: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

João Pedro Lira Neri: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) A essencialidade dos direitos fundamentais se mostra evidente em todas as faces da sociedade, não só brasileira, mas também internacional, porém, apesar de tamanha importância, percebe-se ainda casos em que um direito fundamental colide com outro e, diante desse impasse, é questionado se um dos dois pode ser considerado superior ao outro. A partir dessa contextualização, podemos focar em casos onde a investigação de DNA é apontada como uma possível violação corporal e até que ponto a verificação de filiação pode chegar.

(Metodologia) É crucial informar que os resultados atingidos foram obtidos por meio do estudo de artigos, bem como da leitura reflexiva de materiais da disciplina de direito constitucional. Desse modo, foi tido como objetivo o aprofundamento acerca desse tema pertinente na contemporaneidade, dado os inúmeros casos de crianças que apenas são registradas pela mãe, por ausência ou não se saber o pai biológico, tema este que inclusive é pouco abordado em comparação a tantos outros. Vale ainda mencionar a ideia principal representada, que é sua relação com direitos que são notoriamente necessários.

(Resultados) Ao comparar diversos artigos juntamente com as discussões do STF acerca do assunto, foi possível chegar ao conflito de diferentes direitos fundamentais previstos no CF, sendo eles: O direito à intangibilidade física do corpo - onde, em caso da recusa do réu, torna-se impossível agir compulsoriamente em benefício da outra parte -; Direito à identidade - voltado ao direito de ter uma identidade, tal como, ter conhecimento dos progenitores-; E o direito à dignidade humana - no qual, assegura a privacidade do indivíduo, independente dos problemas coletivos externos -. Ao analisar esse impasse, criou-se então um questionamento acerca disso: "É possível prevalecer o direito à identidade sem violar a integridade física do réu, tal como, não afetar a sua privacidade". O caso concreto referente a presunção de paternidade do cantor Gustavo Lima, é um exemplo claro desse conflito, apesar de ser uma figura pública, seu direito à privacidade foi violado a partir do momento em que a outra parte repassou informações privadas para a mídia, limitando o poder de escolha do mesmo, onde, para não sofrer pelo julgamento social ou, em palavras mais atuais, a cultura do cancelamento, o cantor vai dispor de sua integridade física, tal como, sua privacidade de maneira compulsória. Apesar da grande repercussão, o caso segue em segredo de justiça, tal como, o resultado do teste de paternidade.

(Conclusão) Diante do impasse, torna-se impossível distinguir qual desses direitos fundamentais deve ter prioridade em relação aos outros. Não há lei no Brasil que obrigue qualquer indivíduo a fazer o teste de DNA, sob o princípio de que ninguém pode ser forçado a produzir provas contra si mesmo, no entanto, de acordo com a súmula 301 do STJ, em ação investigatória, a recusa do suposto pai a submeter-se ao exame de DNA induz presunção juris tantum de paternidade. De forma clara, se não fizer o teste, está em seu direito à privacidade, bem como, não produz provas contra si mesmo, entretanto, ao mesmo tempo em que se recusa, também é considerado presunção de paternidade. Ou seja, em nenhum momento o réu teve direito a escolha verdadeiramente, bem como, não teve seu direito à privacidade acima dos problemas coletivos externos. O único direito que realmente se sobressaiu, foi o direito à identidade do requerido, que ao passar por cima dos direitos do réu, mesmo diante da recusa, teve a presunção de paternidade confirmada. Dessa forma, conclui-se que tal impasse é muito complexo para se tornar uma norma padrão, a melhor maneira de analisar o conflito será estudar o contexto de cada caso concreto de maneira individualizada.

Palavras-chave: Dignidade da pessoa humana; Direito à identidade; Intangibilidade física do corpo.

DIREITOS FUNDAMENTAIS EM CONFLITO: VIDA CONTRA HONRA NA EUTANÁSIA

Autor(es):

Maria Fernanda Mendonça Carvalho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) Eutanásia é a garantia de “morte honrada” a pacientes em estado terminal cuja cura é extremamente improvável. Sua prática consiste na abreviação consentida da vida dos citados pacientes através de uma conduta ativa dos profissionais da saúde visando diminuir o sofrimento dos enfermos impossibilitados de reversão do quadro clínico. No Brasil, tal prática gera muitas controvérsias, pois coloca em conflito dois direitos fundamentais igualmente assegurados pela Constituição Federal, quais sejam, a vida e a honra. Uma vez que não há direitos absolutos, tampouco hierarquia entre eles, a relevância da presente pesquisa reside na tentativa de apurar-se o entendimento jurídico brasileiro relativamente à eutanásia ao mesmo tempo em que se analisa a proporcionalidade da legislação vigente.

(Metodologia) A fim de alcançar tais objetivos, far-se-á uma análise jurisprudencial acerca do entendimento do STF relativamente à problemática da eutanásia a partir de uma pesquisa “feita com base nos dados publicizados em seu próprio site oficial” que exponha o voto fundamentado de cada Ministro. Além disso, ponderará essa medida através do Princípio da Proporcionalidade pelo método de Robert Alexy. Por fim, adotar-se-á a metodologia do Direito Comparado, com vistas a colocar em evidência as principais diferenças entre a atuação da legislação brasileira a respeito da eutanásia e a de países com percepções dissonantes.

(Resultados) A prática da eutanásia é considerada ilegal pelo ordenamento jurídico brasileiro, sendo punível com fulcro no artigo 121 do Código Penal ou no artigo 122 do citado dispositivo legal. Nos processos que visam a autorização da eutanásia em casos concretos específicos, cujo grau de recurso atinge a instância máxima, o STF tem julgado pela inconstitucionalidade da atividade em questão. Em geral, os Ministros do referido Tribunal fundamentam sua negativa ao provimento dessas demandas com base: em questões processuais; na ausência do direito alegado em certos casos concretos; e na negação da existência de lacuna constitucional relativamente à morte digna. Ademais, alguns deles, ainda, primam pela soberania do direito à vida bem como pela influência que a dignidade da pessoa humana tem na significação dessa garantia. Todavia, o entendimento jurisprudencial brasileiro parece ir na contramão de uma pluralidade de países, os quais têm vislumbrado o respaldo legal da prática da eutanásia em seus territórios. Devido ao fato de os diferentes Estados apresentarem ideologias e percepções de mundo únicas, essa atividade apresenta suas particularidades em cada um deles, a qual pode se dar de maneira irrestrita ou limitada por diversos critérios, dentre os quais os mais comuns são o etário e a impossibilidade de cura de certa doença. Bélgica, Colômbia, Uruguai e Holanda são apenas alguns dos países que demonstram benefícios da posituação do presente instituto.

(Conclusão) Com o objetivo de compreender se a decisão do STF relativamente à eutanásia foi proporcional, é imprescindível realizar o método da ponderação de Alexy, baseado no Princípio da Proporcionalidade. Primeiro, é necessário analisar a adequação: a medida visa proteger o direito à vida de pessoas com doenças em estágio terminal sem cura; assim, percebe-se que é adequada. Segundo, quanto à necessidade, tem-se que não existe nenhum outro meio de assegurar esse direito ao referido grupo; portanto, nota-se que a medida é necessária. Contudo, ao analisar sua proporcionalidade stricto sensu, afere-se sua desproporcionalidade por homogeneizar o tratamento da questão da eutanásia em todos os casos concretos, desconsiderando, assim, suas particularidades, impondo sempre a primazia de um direito fundamental em detrimento de outro.

Palavras-chave: Direitos Fundamentais. Proporcionalidade. Eutanásia.

DIREITOS HUMANOS E 2ª GUERRA MUNDIAL: REFLEXÕES EM TORNO DA TRÁGICA E MAIOR GUERRA JÁ VISTA NA HISTÓRIA DO HOMEM

Autor(es):

Cecília Miranda Alves de Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rasland Costa de Luna Freire: Docente do UNI-RN

(Introdução) A escolha de tal temática não poderia ser por acaso. Afinal, é como se estivéssemos o tempo todo em guerra, pois até quando não a vivemos, de fato, estamos nos preparando para ela. Considerando a banalidade do mal vivenciada, principalmente, durante a 2ª Guerra Mundial, percebe-se que o positivismo exacerbado impôs ao direito um período muito contraditório, no qual a morte estava “legalizada”, visto que tais barbáries caso julgadas, poderiam facilmente ser classificadas como estrito cumprimento de dever legal.

(Metodologia) O trabalho desenvolvido decorrerá de métodos de pesquisa bibliográfica, documental e observação sobre o estudo cronológico entre o período referido e seus reflexos na seara jurídica; além de uma contextualização histórica de conquistas jurídica, humanitária, valorativa da vida; diante de memórias que nos lembram de nunca repetir o positivismo radical que um dia já aconteceu, que impede que normas possam nascer sem um fundo ético ou sem moralidade; mas sem pretender uma realidade utópica, na qual não existem divergências globais conflitantes.

(Resultados) Sabe-se que após a 1ª e 2ª guerra mundial, o campo jurídico, tecnológico, armamentista, bem como as políticas militares, econômicas e, até mesmo, sociais nunca mais foram os mesmos. Após os descasos e infelicidades realizadas durante a 2ª guerra mundial, não só as pessoas, mas também os entes e instituições, do mundo todo, passaram a valorizar a vida de forma mais digna e relevante; e o neoconstitucionalismo marcou um período de pós positivismo jurídico. Isso porque na Segunda Guerra Mundial, a vida nunca foi tão banalizada, nunca valeu tão pouco. Foi, o conflito militar mais sangrento de todos os tempos: uma guerra genocida e por fim, nuclear. Consequentemente, depois de tamanha barbárie, o princípio da dignidade da pessoa humana se pôs acima das normas, e entre um valor fundante e o comando jurídico legal, o primeiro é supremo. Tanto que, hoje, em 2022, a própria ONU não tem a guerra como uma normalidade, realidade ou método de relação social aceitável. Foi extinta técnica e juridicamente, após esse último confronto global. Assim, não deveria ser mais uma possibilidade do Direito Internacional. Prova disso, foi o discurso da alta comissária para Direitos Humanos das Nações Unidas, Michelle Bachelet, agora em 2022, sobre o conflito entre Ucrânia e Rússia, no qual pediu que “os direitos e as aspirações da população mundial sejam colocados no centro”. Segundo ela, não existem vencedores nem perdedores na situação atual, e os confrontos estão ferindo “necessidades humanitárias em uma escala que ultrapassa a capacidade existente de fornecer assistência”.

(Conclusão) O ponto positivo é que esse pós-positivismo permitiu que o princípio da dignidade da pessoa humana esteja a cima da norma constitucional, estabelecendo internacionalmente os direitos humanos da forma que conhecemos hoje. Contudo, seguindo o pensamento de que direta ou indiretamente, conseguimos perceber e refletir objetivamente sobre a violência destrutiva desses acontecimentos: bombardeios, mortes em massa, cerceamento de condições mínimas de vida e de direitos fundamentais básicos; não podemos ignorar a reflexão acerca de como os direitos humanos são desrespeitados em tempo de guerra.

Palavras-chave: Direitos humanos; direito internacional; 2ª guerra mundial.

DUMPING: UMA ANÁLISE À LUZ DO DIREITO EMPRESARIAL E AMBIENTAL

Autor(es):

Diego da Silva Mendonça: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Guilherme Moro dos Santos Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Raimundo Inácio da Silva Filho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Luis Paulo da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Silas Andrade dos Santos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN *João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN*

(Introdução) Em razão da prática abusiva do dumping, faz-se necessário discutir o tema para buscar mitigá-lo, uma vez que em decorrência da concorrência desleal, empresas que sofrem os danos do dumping são fechadas, o que prejudica o mercado interno da nação, enfraquecendo a economia do país. Dessa maneira, encontrar ferramentas, por meio de uma dialética produtora do conhecimento científico, entre a subsunção normativo-legislativa aos fatos geradores desse fenômeno, no mundo real, é de suma importância, na medida em que as normas buscam frear arbitrariedades perpetradas por pessoas que buscam desvirtuar a paz social. O dumping, possui diversas modalidades, porém, o trabalho visa adentrar apenas no dumping comercial e ambiental, em que aquele consiste em práticas que tornam a concorrência desleal entre as empresas, em que na pior das hipóteses as leva a falência, e este consiste na utilização econômica da área ambiental em países que não exigem medidas para proteger o meio ambiente, sendo menos custoso o empreendimento ao empresário, logo, aumentando a margem de lucro do dele. Posto isso, em que pese o dumping possua várias facetas, observaremos algumas delas à luz da Organização Mundial do Comércio com fito de uma melhor concorrência mercadológica.

(Metodologia) O método de abordagem será o dedutivo, uma vez que buscará concatenar os fatos geradores do dumping à luz da legislação vigente, no intuito de, ao fim, chegar a conclusões capazes de mitigar essas práticas abusivas. Além disso, a técnica de pesquisa será a bibliográfica e documental, visto que produzirá o conhecimento por meio da leitura de diversos artigos e revistas científicas.

(Resultados) A princípio, foi possível observar que nem todas as formas de dumping são capazes de gerar uma responsabilização ao autor, faz-se necessário observar a conduta ao caso concreto. Nesse viés, caso seja uma conduta que prejudique de fato a concorrência, ocasionando a derrocada de outras empresas concorrentes em decorrência dessa conduta, poderá haver uma responsabilização, com base na OMC.

(Conclusão) urge, então, a necessidade de mitigar esse problema. Nesse sentido, o poder público, por intermédio das normas antidumping, frear os problemas causados por essa prática nociva à economia do país, com fito de fomentar o desenvolvimento econômico, o qual só será exitoso caso o comércio empresarial esteja consolidado na cultura da nação, visto que é ele a mola propulsora da prosperidade econômica. Desse modo, tratando-se de uma conclusão provisória, ainda estaremos somando a ela outros conhecimentos.

Palavras-chave: Dumping Concorrência desleal Direito Empresarial Direito Ambiental

EDMUND HUSSERL E O DIREITO: CRISE DA CIÊNCIA JURÍDICA

Autor(es):

João Paulo Cirilo de Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Introdução) As ideias fenomenológicas de Edmundo Husserl, pouco estudadas e analisadas no ambiente acadêmico contemporâneo do curso de Direito, surgidas na Alemanha ainda na virada do século XIX para o século XX, são de grande serventia para a análise e conceituação dos objetos tratados por todas as ciências, incluindo, portanto, a ciência jurídica – por conta de sua abordagem crítica acerca das metodologias gerais, acerca da consciência humana, acerca da atitude do cientista enquanto propositor e pesquisador e por conta de sua volta às essências das coisas, a fenomenologia proposta por Husserl serve como base epistemológica para o saber humano que se pretende científico, não ficando o Direito enquanto ciência de fora.

(Metodologia) Sendo assim, o presente trabalho utiliza-se do procedimento de pesquisa bibliográfica para realizar uma análise do tema levantado, utilizando-se de fontes primárias “textos do próprio Husserl”, de comentadores, muitos deles fenomenologistas adeptos dos métodos husserlianos, e de uma abordagem qualitativa desses mesmos textos lidos e analisados.

(Resultados) Espera-se, ao final de toda a pesquisa e como resultado desta, que as possibilidades de aplicação do pensamento fenomenológico de Edmund Husserl ao Direito, a partir de seus conceitos e suas críticas metodológicas às ciências naturais e à filosofia, surjam, sejam expostas e analisadas, de forma a direcionar possíveis caminhos para o Direito enquanto ciência jurídica e para a sua hermenêutica.

(Conclusão) Portanto, com os resultados obtidos e as possibilidades expostas e analisadas, propor de forma sucinta uma abordagem fenomenológica do Direito enquanto ciência jurídica, juntamente com autores posteriores a Husserl que ajudem com essa abordagem, tentando, ao mesmo tempo, demonstrar a importância perene e o espírito inovador das posições metodológicas e críticas adotadas por Edmundo Husserl e por pensadores husserlianos acerca da ciência e seus métodos.

Palavras-chave: Edmund Husserl. Filosofia do Direito. Ciência do Direito. Epistemologia jurídica.

**EFEITOS DA PANDEMIA DO COVID-19 NAS RELAÇÕES PARENTAIS REGIDAS PELO INSTITUTO DA GUARDA
COMPARTILHADA NO BRASIL**

Autor(es):

Leandro Batista Martins da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Emmanuelli Karina de Brito Gondim Moura Soares: Docente do UNI-RN

(Introdução) A abordagem acerca dos efeitos da pandemia do Covid-19 nas relações parentais regidas pelo instituto da Guarda Compartilhada no Brasil é de extrema importância. É importante destacar que, mesmo com o avanço de estudos científicos, a medida mais eficaz para conter o vírus, por muito tempo, foram as medidas de isolamento social. Tais medidas foram regulamentadas por decretos no âmbito Federal, Estadual e Municipal. Segundo os dados do Ministério da Saúde, o primeiro caso confirmado da doença no Brasil, foi no dia 26 de fevereiro de 2020, e de uma forma assustadora, no dia 27 de fevereiro, o país já tinha 132 suspeitos. No dia 11 de Março, a OMS (Organização Mundial da Saúde) classificou o surto de Covid-19 como pandemia, na época o Brasil tinha 8 casos confirmados e 907 suspeitos. Dois dias após a classificação da doença por Pandemia, o Ministério da Saúde, iniciou o processo de incentivo para o isolamento (no domicílio ou hospital por 14 dias, podendo ser estendido por recomendação média) e quarentena (com duração de 40 dias, podendo ser estendida) para as pessoas diagnosticadas com Covid, tendo em vista a grande possibilidade de contaminação em massa. No dia 17 de março, foi confirmada a primeira morte causada por Covid-19 no Brasil. Mesmo com grandes esforços científicos, tecnológicos e médicos no tocante ao enfrentamento da pandemia e na busca de tratamentos preventivos e melhoria da saúde das pessoas que já contraíram o vírus, até o momento não houve nenhuma medida mais eficaz que o distanciamento social, bem como medidas de higiene. (CRUZ, 2020, p. 269). Antes dessa nova realidade de pandemia, o correto era que os pais separados, quetinhem a guarda compartilhada de seus filhos, estimulassem a visitação de forma equilibrada, sempre levando em consideração o melhor interesse do menor. No entanto, com o avanço em grande escala do novo vírus, tornou-se necessário que a antiga realidade fosse adaptada às novas necessidades do momento, tendo em vista que, o contato presencial poderia causar prejuízos não só à vida da criança, mas também de todos aqueles com quem convive.

(Metodologia) O trabalho de conclusão de curso foi baseado na análise da doutrina e jurisprudências que tratam sobre a guarda compartilhada em meio ao período pandêmico. Utiliza-se o método dedutivo, partindo de princípios e regras gerais do Direito Civil e do Direito da Criança e do Adolescente, para analisar o instituto no contexto da pandemia. Para tanto, são observados os métodos de procedimento comparativo e analítico. A partir disso, para aperfeiçoar o conhecimento sobre o tema, as pesquisas foram direcionadas no Código Civil, Estatuto da Criança e do Adolescente, Constituição Federal, doutrina, além de matérias jornalísticas do período em que se refere.

(Resultados) O presente trabalho de pesquisa ainda está em fase de conclusão, por isso, não foi possível elencar os resultados do mesmo.

(Conclusão) O presente trabalho de pesquisa ainda está em fase de conclusão, por isso, não foi possível elencar as conclusões a respeito do meso.

Palavras-chave: Guarda Compartilhada. Direito de família. Pandemia. Efeitos.

ESCOLÁSTICA COLONIAL: UM PANORAMA DA HISTÓRIA DAS IDEIAS JURÍDICAS DA AMÉRICA LATINA

Autor(es):

Lucas Francisco Costa de Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Fabio Fidelis de Oliveira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A segunda escolástica ou escolástica barroca incitou interesse pela historiografia jurídica do século XX e vêm sendo estudada continuamente no século XXI, resultado dos avanços jurídicos acerca do Direito Internacional presentes em autores como Francisco de Vitória, Domingo de Soto e Francisco Suárez, responsáveis por atualizar a tradição jusnaturalista da escolástica medieval em concordância com o humanismo renascentista. Porém, pouco se fala da dita escolástica colonial, isto é, da gama de intelectuais que pensaram a teologia, o direito e a filosofia no período entre os séculos XVI-XVIII em pleno contexto latino-americano. Se faz importante ressaltar que a esmagadora maioria dos conteúdos ético-jurídicos tratados por esses pensadores eram resultados, diretos ou indiretos, do status quæstione da relação entre conquistadores e indígenas. Então, é possível destacar algumas personalidades que tiveram grande importância na história do pensamento jurídico da América Latina: (i) Alonso de Veracruz (1507-1588), primeiro catedrático de direito das gentes e um dos fundadores da Universidade do México. Conhecido como “O amparador dos Índios”, em sua obra teológico-jurídica *Speculum Coniugiorum* (Espelho dos Casais) traz avanços importantes para a defesa do matrimônio indígena, sustentando teologicamente que estes eram válidos quando analisados por um enfoque jusnaturalista, isto é, que os Índios tinham totais capacidades intelectivas de consentir matrimônios entre si e destacando a legitimidade da diversidade cultural, por isso é chamado por alguns autores de jusnaturalista e multiculturalista; (ii) Diego de Avendaño (1594-1688), professor em Universidades no Peru e na Bolívia, é conhecido por ser um dos maiores probabilistas da escolástica colonial, demonstra seu escopo argumentativo na obra *Thesaurus Indicus* (Tesouro Indiano). Seu contributo é mais filosófico do que jurídico, pois se centra em disputas acerca das opiniões prováveis que, ao longo sua obra, chegam a abarcar questão acerca da consciência do Juiz, da legitimidade dos impostos nas minas e dos conflitos entre jurisdições eclesiásticas e seculares; (iii) Pe. Antônio Vieira (1608-1697), nascido em Portugal veio ao Brasil ainda criança e é figura central da política colonial brasileira. Apesar de uma grande obra missionária estudou em um Colégio Jesuíta onde recebeu todo o arcabouço teórico das discussões escolásticas acerca do Novo Mundo, não à toa é descrito por alguns como um “escolástico caudatário da latinidade”. Seu maior contributo jurídico é a defesa dos índios contra a escravidão e a legitimação da soberania de algumas tribos indígenas aludindo que a coroa de penas é tão legítima quanto a de ouro.

(Metodologia) O procedimento metodológico ocorreu por meio de pesquisas bibliográficas, principalmente do artigo *Recepção e desenvolvimento da Escolástica Barroca na América Latina, séculos 16-18: notas sobre a contribuição de Walter Bernard Redmond* e no uso de outros artigos auxiliares.

(Resultados) Assim, é possível constatar uma variedade de opiniões e teses jurídicas no contexto colonial da América Latina, inclusive a afirmação de uma cultura acadêmica da época, visto os autores apresentados terem estudado ou ensinado em Universidades ou Colégios situados na América espanhola e portuguesa.

(Conclusão) Dessa forma, tendo em vista o analisado, se conclui que essas personalidades da escolástica colonial desempenharam papel fundamental para o nascimento de uma discussão jurídica típica de um pensamento latino-americano. Foram esses intelectuais escolásticos que primeiro discorreram e desenvolveram teorias do direito em solo ibero-americano, eles deram o impulso inicial na história das ideias jurídicas na América Latina e, ao contrário do que muitos tentam suscitar, fizeram atualizações inovadoras ao pensamento europeu.

Palavras-chave: Escolástica Colonial; América Latina; Alonso de Veracruz; Diego de Avendaño; Pe. Antônio Vieira.

ESCRavidÃO DIGITAL: A DISPONIBILIDADE PERPÉTUA PARA O LABOR

Autor(es):

Victória da Silva Torres: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Constituição Federal de 1988 consagra o trabalho como um direito social fundamental, em seu artigo 6º e fundamento de ordem econômica, artigo 170. Os dispositivos se direcionam para a valorização do trabalho humano, com diretrizes que buscam assegurar a todos uma assistência digna. No entanto, apesar desse direito social ter proteção constitucional no país, a realidade brasileira demonstra precarização e desregulamentação, diferente das garantias fundamentais descritas na Carta Magna. A problemática analisada consiste em um fenômeno decorrente do mundo digital, impregnado em tal grau na sociedade, ao ponto de levar à escravidão digital. E assim, faz-se necessário discorrer acerca do Direito à Desconexão do trabalho. A reflexão acerca do tema e das condições de trabalho se justifica levando em conta o significado da própria condição humana. O labor se trata de uma das medidas que tendem a suprir a existência do homem, em vista disso, é imperativa a análise da exploração dessa atividade comum a toda coletividade. Além disso, desempenha-se na presente análise relevante investigação acadêmica, uma vez se tratando de contradições que circundam o mundo do trabalho.

(Metodologia) A fim de compreender a conjuntura em apreço, a pesquisa se deu com base na investigação de bibliografias e documentos, bem como o uso da legislação, doutrina e jurisprudência. O método de abordagem utilizado foi o dedutivo, a partir da generalização do tema e o método de procedimento se trata do comparativo, a fim de se alcançar objetivos mais concretos, no intuito de abordar o paralelo entre o uso da tecnologia para o trabalho e o direito ao descanso.

(Resultados) Ao analisar as preocupações concernentes ao tema, a pertinência da problemática situa-se no uso da tecnologia em desfavor do homem, ferramenta que ao invés de auxiliar nas atividades laborais, oportuniza o trabalho ininterrupto dando espaço à precarização do trabalho. Diante do tema, faz-se imperativo assegurar direitos fundamentais, decorrente das novas formas de vinculação do trabalho e a falta de legislação específica. Precisamente, as consequências da atividade laboral ininterrupta residem no dano existencial, lesão ao lazer, convivência familiar e o surgimento de variadas patologias decorrentes da escravidão digital.

(Conclusão) Ante o exposto, conforme a Constituição Federal Brasileira é possível perceber a importância do trabalho como um direito social fundamental. Desse modo, é de se esperar que as diretrizes, referentes ao labor, descritas na Carta Magna sejam cumpridas de forma efetiva. No entanto, o cenário brasileiro demonstra adoecimentos, precarizações, em que a desregulamentação parece mais a regra do que a exceção. Discorrer acerca do Direito à desconexão sob a efetiva proteção jurídica é de suma relevância, e se mostra como um desafio incessante. Uma vez que para ter uma resposta jurídica adequada é necessário levar em conta o grande paradoxo do mundo do trabalho moderno. Isso se justifica porque parte considerável da população brasileira não tem oportunidade de emprego, enquanto outra parcela se entrega à exaustão do trabalho ininterrupto.

Palavras-chave: Escravidão Digital. Trabalho. Direito à Desconexão. Direito Fundamental.

ESTUDO SOBRE A FASE JUSNATURAL DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Autor(es):

Cicera Damiana de Moura: Discente do curso de Pós-graduação do UNI-RN
Ana Letícia Fernandes de Abreu Peixoto : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Jusnaturalismo também pode ser chamado de "direito natural" (ius naturale), o qual, é um sistema de normas de conduta intersubjetiva diversa do sistema constituído pelas normas fixadas pelo Estado (direito positivo). Consequente a isso, há dois importantes autores que contribuíram para a evolução do Direito Internacional, trazendo como consequência o tratado de paz que pôs fim a sangrenta e devastadora Guerra dos trinta anos.

(Metodologia) Tratou-se de uma pesquisa bibliográfica, documental, do tipo qualitativa. Permitindo investigar na literatura os principais autores que contribuíram para o desenvolvimento do tema, por meio da leitura de artigos científicos.

(Resultados) A forma de governo era o absolutismo, onde todo o poder era concentrado nas mãos do rei. Deste modo, a religião praticada pelo rei era a mesma imposta aos seus súditos. Neste contexto histórico do Direito Internacional, alguns autores se destacaram por suas importantes contribuições para a evolução deste, por exemplo, Francisco de Vitória e Hugo Grócio, são considerados os fundadores do Direito Internacional, com ênfase no direito natural. Francisco de Vitória teve como principal linha de pensamento a defesa dos direitos humanos, direito dos índios (povos originários), direitos dos povos/das gentes (a sociedade é um dos grupos humanos), direito de propriedade dos índios (modo de ocupação das terras). O referido autor defendia a guerra justa, visto que, esta deveria ser a última opção, bem como, só era admissível, para a correção de erros graves, devendo ser sempre precedido de esforços de conciliação e arbitragem, desta forma, o direito das gentes defendia a sociedade natural, regulando as relações entre os diferentes Estados, que embora livres encontram-se vinculados em uma comunidade internacional. Em paralelo a isso, Hugo Grócio defendia que o direito deriva da condição moral dos indivíduos que buscam obter algo de modo ético e justo. Retomando o momento em que o autor viveu (a Europa era marcada por inúmeros conflitos religiosos - entre o século XVI e XVII), o seu pensamento era opositor as ideologias religiosas, visto que, ele acreditava que o Poder Político público era quem deveria resolver os conflitos na sociedade, e não a igreja. A guerra teve e potencial devastador, no qual várias potências mundiais estavam em combate. Deste modo, o tratado de paz foi assinado dando fim a guerra, e trazendo em contrapartida a diplomacia e mecanismos de solução de conflitos. Vale salientar, que nenhum país saiu vencedor, pois todos estavam cansados de guerilhar e portanto decidiram assinar o tratado de forma consensual.

(Conclusão) Diante do exposto, foi observado que o pensamento dos autores, tem como objetivo principal, a busca pela paz mundial (paz perpetua) e o respeito entre os povos, respeitando os princípios da soberania e da igualdade, por meio da resolução pacífica de conflitos, arbitragem, conciliação, evitar conflitos armados e pacificação dos conflitos. Sempre alinhados com o respeito a coletividade e a ponderação, respeito as soberanias e integridades internacionais. Dessa forma o vínculo internacional é de coordenação (das soberanias) entre as nações, nunca de subordinação. Sendo o Direito Internacional obrigatório, após uma guerra, o país que causou o ato ilícito tem o dever/responsabilidade de reparar o dano causado, visto que, o objetivo do direito natural nunca será a guerra.

Palavras-chave: Jusnatural. Paz de Vestfália. Hugo Grócio. Francisco de Vitória.

ESTUPRO DE VULNERÁVEL EM SERVIÇOS DE SAÚDE: UMA ANÁLISE À LUZ DOS PRINCÍPIOS DE PROTEÇÃO A MULHER E DO SISTEMA PENAL

Autor(es):

Ismenia Emanuely Silva Ferreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) O estupro de vulnerável representa uma das mais importantes inovações promovidas pela Lei nº 12.015, promulgada em 07 de agosto de 1990. Com a criação do art. 217-A, o legislador penal, acertadamente, aboliu a presunção de violência nos crimes sexuais mediante a revogação do art. 224 do Código Penal, que promovia muitas vezes, a insegurança jurídica nas situações concretas e tratamentos diversos em casos idênticos quanto ao dissenso da vítima (ou ofendido). O que se tem visto com frequência são os abusos sexuais no âmbito hospitalar, isto é, médicos, anestesistas, dentre outros profissionais do mesmo ramo que passaram a se sentir confortável fazer de um ambiente que deveria ser de cuidado, um ambiente hostil. O termo “cultura do estupro” tem sido usado desde dos anos de 1970, esse termo foi utilizado como forma de apontar a sociedade que relativiza a violência sexual contra a mulher. Segundo dados levantados em nota técnica do IPEA, estupro é um dos crimes mais silenciados de todos, apenas 10% dos casos chegam ao conhecimento da polícia. À medida que as vítimas sofrem inúmeras barreiras para levar esses crimes às autoridades, pois no espaço que elas deveriam ser acolhidas, o que encontram é desconfiança e descrença. Nesse contexto, fica verificado que em nossa sociedade existe o termo denominado como culpabilização das vítimas de estupro, o que significa que o estupro não ocorreria caso ela tivesse comportamentos diferentes, usasse roupas diferentes ou frequentasse lugares diferentes. A pergunta é, como culpabilizar em casos em que a vítima se encontra em completa vulnerabilidade em um âmbito hospitalar e mesmo assim sofre abusos por parte de um profissional da saúde no qual deveria estar ali para zelar e cuidar da vítima? Durante o presente trabalho, buscará respostas para tais indagações a partir da análise dos principais argumentos dos entendimentos sobre o tema, bem como mostrar para qual deles a jurisprudência tem se voltado, visto que o assunto traz dúvidas e questionamentos insanáveis. Ademais, será discorrido acerca dos projetos de leis que podem aumentar a pena para crimes sexuais cometidos por profissionais da saúde no exercício de suas atividades. Ante ao exposto, a relevância deste estudo, se dá no fato de uma temática como essa gerar grandes discussões no meio acadêmico e na sociedade, tendo em vista que se trata de um tema de interesse público. Apesar do Código Penal ter tido diversos avanços sobre o tema, ainda há muito ao que ser enfrentado, pois a violência sexual contra a mulher vem crescendo nos mais diversos ambientes.

(Metodologia) Para atingir os objetivos propostos, o trabalho se desenvolveu – a partir de uma pesquisa bibliográfica, de caráter analítico, buscando fundamentar-se em posicionamento de doutrinadores especialistas no assunto, bem como na análise de casos práticos relacionados ao tema.

(Resultados) O resultado esperado para a presente pesquisa é a demonstração da hodierna ineficácia jurisdicional em relação ao combate da violência sexual em serviços de saúde, traçando uma perspectiva crítica no que concerne ao tema, de forma a contemplar saídas para problemática em questão.

(Conclusão) Em andamento

Palavras-chave: Estupro, Serviços de Saúde, Código Penal, Gênero, Aumento da pena.

EUTANÁSIA NO DIREITO BRASILEIRO E A AUTONOMIA DO PACIENTE EM ESTADO TERMINAL

Autor(es):

Clara Thainny Sousa Domingos : Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN

(Introdução) Para a maioria das pessoas a morte se dá a entender que o terminar de algo bom, a vida, o bem precioso que zelamos, por sua indisponibilidade e segurança a vida do ser humano o Estado efetivou expressamente em 1988, fixada no artigo 5º da Constituição Federal que aquele que morar no Brasil, sendo ele brasileiro nato ou não terá esse direito de vida preservada, não sendo permitido mesmo com a anuência do indivíduo optar por cessa-la mesmo em casos de doenças terminais, em caso por exemplo da Eutanásia. Sendo que no Brasil é permitido a Ortotanásia e Distanásia por decisões do paciente ou por seu responsável.

(Metodologia) Será usado para fins da apresentação artigos direcionados a cuidados paliativos, da negativa do procedimento baseado no pensamento majoritário do país com dados de porcentagem específicos. O acontecimento no mês de setembro de 2022 com o Ministério da saúde em conjunto com a universidade aberta do SUS (UNS-SUS) realizando a edição sobre “cuidados paliativos: uma abordagem multiprofissional” com a presença de especialistas renomados na área dos paliativistas.

(Resultados) A grande procura de fazer com que haja cada vez mais profissionais qualificados para atuação mediante casos de cuidados paliativos, tendo como diferencial aquele profissional que busca a sua melhor versão, ou seja, aquele que tem o dom de cuidar, aquele que tem paciência, determinação em ajudar não somente o paciente, mas toda a família a ensinado como ser rede de apoio nessa caminhada ao ultimo existir do parente. Mostrando as demais vias de solução para aquele paciente nesse estado, ele tendo a assistência devida no Sistema Único de Saúde (SUS).

(Conclusão) Diante do que foi exposto, compreende-se que por trás de toda decisão existe uma história com o propósito, diante dessa decisão de que não é possível, seja quem for dispor de sua própria vida, é inconstitucional dispor de um direito que fixa sendo ele caracterizado como inviolável. Assim da mesma forma que Cicely Saunders pensava e atuou em prol desse pensamento, a vida é o bem precioso, quem está vivo quer ser cuidado, mesmo que esteja indo para a reta final por uma doença incurável é possível viver ainda com qualidade, com dignidade.

Palavras-chave: Constituição Federal. Religiosidade. Eutanásia. Cuidados paliativos.

FASE VOLUNTARISTA DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: APONTAMENTOS E CONTRIBUIÇÕES

Autor(es):

*Amanda Beatriz Aguiar Cabral: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Anna Louise Silva Rosado de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

Orientador(es):

Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) Segundo Núñez (2018), o direito internacional consiste em um sistema de normas e princípios com a finalidade de regularizar os membros de uma sociedade, para sua posição jurídica e política. Proporcionando desse modo uma representatividade ampla e harmônica entre os países. Sob outra ótica, o entendimento deste, muitas vezes é confundido como o de um órgão não apenas regulador, mas também punitivo para os países que descumprem com suas ordens. Todavia, o papel do direito internacional é o de apresentar uma sociedade harmônica, expondo fatores sociais coletivos, e ainda, apresentar os problemas para as tomadas de decisões. Desse modo, uma corrente que está presente nesse pensamento é a da fase voluntarista, sendo essencial para o desenvolvimento da sociedade atual. Conforme Raposo (2009), o voluntarismo tem como princípios basilares a igualdade soberana dos Estados e o livre consentimento. Onde, o Estado irá agir como e conforme deseja, manifestando sua soberania em um poder absoluto para exprimir sua vontade.

(Metodologia) O presente trabalho foi elaborado por meio de pesquisa qualitativa, com fundo histórico e dogmática jurídica. Partindo do método dedutivo para realizar análises bibliográficas de doutrinas que abordam questões referentes ao direito internacional e sua fase voluntarista.

(Resultados) Podemos inferir que o Direito Internacional Público sob o viés da corrente voluntarista, parte-se da explicação da Autolimitação do Estado, segundo a qual o próprio Estado delimita o seu campo de ação por meio de regras jurídicas, as quais são criadas pelo Estado e para o Estado. Uma vez estabelecida a base de sua tese, na sequência do texto explora-se os reflexos da autolimitação do Estado para a teoria do Direito Internacional, primeiramente em relação ao fundamento voluntarista das regras de Direito Internacional, diferenciando-se do posicionamento jusnaturalista até então dominante; e, posteriormente, no que tange a sua posição monista com primado no Direito Interno enquanto base para compreender as relações entre o Direito Internacional e o Direito Doméstico. Essa teoria sofre críticas sobre como justificar a obrigatoriedade do direito internacional para um novo estado que possa vir a surgir, seja por emancipação ou outro motivo, por que ele deveria obedecer ao costume internacional? A corrente voluntarista não explica isso, pois se justificasse, um novo estado não precisaria cumprir o direito internacional. Isso enfraquece a corrente, maximizando a vontade do estado, baseando-se na teoria absoluta e também na autolimitação.

(Conclusão) Nessa perspectiva, alguns eventos mostram-se como marcos históricos para o surgimento e desenvolvimento do direito internacional. São eles o período do Congresso de Viena (1815) e do tratado de Versalhes (1919), onde o primeiro foca em reger uma ordem internacional; o que ocorre até o final da primeira guerra mundial, surgindo em decorrência disso o tratado de Versalhes, com a tentativa de se resgatar o status quo ante, das monarquias. E ainda, implementando um sistema com a função de penalizar países por meio de sanções, após a primeira guerra. O que não foi bem aceito por muitos, por ser considerado injusto, levando ao surgimento do grupo nazista. Nota-se que o tratado de Versalhes foi primordial no que se refere o direito internacional, apresentando erros e acertos que devem ser sopesados e estudados a fim de que apenas seus benefícios possam ser absorvidos.

Palavras-chave: Direito internacional público; corrente voluntarista; Estado.

FASES DO DIREITO INTERNACIONAL: MOTIVOS QUE FIZERAM O DIREITO INTERNACIONAL SER CONSIDERADO VOLUNTARISTA

Autor(es):

*Eduardo Lisboa Dantas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Guilherme Bertoldo Santos Araujo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

Orientador(es):

Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho, possui a intenção de analisar a fase voluntarista, que começou por questões religiosas no tempo do feudalismo, etapa histórica conhecida como A Guerra dos 30 anos. E que posteriormente, seria a fase responsável por inaugurar a fase voluntarista do Direito Internacional Público. Dado que, ao fim dessa guerra, seriam realizados dois tratados em duas cidades alemãs (Münster e Osnabruque) que vinculavam os países que assinaram o tratado a seguir o acordo de paz. Posto que os países não possuíam mais capacidade para continuar com uma guerra, considerada uma das mais longas e mais sangrentas.

(Metodologia) Nesta pesquisa qualitativa de iniciação científica, o instrumento de coleta de dados e informações se deram através de portais de notícias e sites online com o enfoque no mundo jurídico internacional. Com isso, pudemos aprofundar o assunto abordado com melhor clareza, além de uma leitura informativa bem desenvolvida. Após a análise, colocamos em prática todas as questões específicas que foram abordadas, a fim de uma melhor discussão sobre o tema e sua contextualização.

(Resultados) Em face da análise feita, pode-se concluir que a paz de Vestfália inaugurou uma nova fase do Direito Internacional, chamada de fase voluntarista, pois nessa fase, apenas os países que assinaram os tratados estavam submetidos a cumprir o tratado, ou seja, não possuía, ainda, um caráter que gerava um efeito erga omnes, como é o caso do Direito Internacional na fase objetivista, em que todos os países precisavam seguir as regras estabelecidas. Fazendo assim, o Direito Internacional ter um papel não só necessário, mas como importante nessas questões. Além disso, cumpre ressaltar que o principal nome dessa fase do Direito Internacional, foi o Hugo Grocius, que auxiliou na produção dos tratados dando fim, portanto, à Guerra dos 30 anos.

(Conclusão) Com base no que foi exposto, extrai-se como possíveis conclusões, o entendimento de como o Direito Internacional evoluiu em decorrência do passar do tempo e eventos históricos. Válido ressaltar que o Direito Internacional em sua primeira fase, era costumeira, pois era estabelecida entre os príncipes e reis de impérios que estabeleciam medidas que deveriam ser seguidas em determinadas situações, como por exemplo o costume de não matar o mensageiro (pessoa responsável por mandar as notícias e mensagens entre os reinos). Depois, o Direito Internacional passa pela sua fase jusnaturalista, que teve como principal expoente, o Francisco de Vitória. E por fim, chega em seu estado máximo no Tribunal de Nuremberg, onde passa a ser um direito objetivista. Sendo assim, conforme a leitura do assunto, torna-se possível compreender a evolução do Direito Internacional Público.

Palavras-chave: Direito Internacional, Fase Voluntarista e Tratados.

FAST FASHION E SEUS IMPACTOS NO DESCARTE DE RESÍDUOS TÊXTEIS: UMA BREVE ANÁLISE DO ENQUADRO NA LEI DE POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS, 12.305/2010.

Autor(es):

Livia Darc Alves de Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A sociedade do século XXI é movida pelo consumo através de uma constante busca de novidades rápidas e acessíveis, adaptando-se muito bem com a proposta de produção da modalidade Fast Fashion, promovida pela indústria da moda. Apesar de cumprir com seus objetivos, ou seja, a capacidade de abarcar uma grande demanda produtiva em curto espaço de tempo, os produtos gerados por essa categoria possuem qualidade inferior e alta velocidade de confecção que geram consideráveis impactos ambientais. Nos últimos tempos, a problemática ambiental trazida por essa modalidade tem ganhado mais destaque pois, por sua crescente popularidade, é possível encontrar riscos ambientais em todas as etapas da cadeia produtiva desse sistema. A título de exemplo podemos citar o impacto da geração e descarte excessivo de resíduos, seja na confecção dos produtos ou em seu destino final (consumidor) após acabar sua curta vida útil. Tendo em vista que é resguardado constitucionalmente o direito a um ambiente ecologicamente equilibrado, a legislação brasileira, honrando a Constituição Federal, desenvolveu normativas para a prevenção e controle dos impactos gerados, não apenas nesse caso, mas, em todas as produções em que exista a iminência de impactos ambientais que possam trazer danos permanentes à qualidade de vida de todos os seres. Uma dessas normativas é conhecida como a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela lei 12.305, em agosto de 2010. Na lei, é explicitada a necessidade de responsabilização pelo resíduo gerado assim, partindo do entendimento de que todos os seres são geradores de resíduos, é necessário existir uma responsabilidade compartilhada de todos os envolvidos na cadeia produtiva do item, ou seja, o cuidado deve ser do berço ao túmulo a fim de minimizar os riscos gerados. A responsabilização compartilhada passa a ser um grande desafio devido a extensão das cadeias produtivas, por isso, é reforçado na lei a importância da participação de todos, sendo pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas. O objetivo geral da lei 12.305 é a não geração de resíduos, o que devido a dificuldade de atingi-lo, o foco principal passa a ser o estabelecimento de que incentivem ações de minimização da sua geração, não sendo possível, é recomendada a reutilização desses itens ou sua reciclagem. Caso ainda exista rejeitos remanescentes, deve ser tipificado um destino e tratamento específico para estes. É exatamente nesse ponto que se justifica a produção desse trabalho que tem como objetivo geral analisar a adequação das empresas na modalidade Fast Fashion na normativa 12.305/10. Em relação aos objetivos específicos temos: a conceituação da modalidade Fast Fashion e como ela majora o descarte de resíduos em sua cadeia produtiva; a apresentação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e; a exposição de medidas alternativas sustentáveis na indústria da moda.

(Metodologia) A metodologia utilizada foi uma pesquisa bibliográfica através da análise do caso concreto e dos conceitos jurídicos do tema.

(Resultados) O presente estudo ainda não possui resultados pois ainda está em andamento.

(Conclusão) O presente estudo ainda não possui conclusão pois ainda está em andamento.

Palavras-chave: Fast Fashion; Direito Ambiental; Política Nacional de Resíduos Sólidos;

FAST FASHION X DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA: O TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO PRESENTE EM GRANDES LINHAS DE PRODUÇÃO

Autor(es):

Maria Clara Dantas de Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O trabalho, por si só, é um ato revelador da nossa humanidade, pois além de satisfazermos nossas necessidades básicas, através dele, possibilitamos uma ação transformadora sobre a natureza e sobre a si mesmo. Entretanto, esse significado perde o sentido a partir do momento em que, ao invés de transformar o indivíduo, o trabalho o aprisiona, retirando todos os seus direitos, dignidade, liberdade, e afrontando o mínimo necessário para o ser humano laborar com saúde e segurança. Deste modo, o modelo “Fast Fashion” (Moda Rápida), que consiste na produção intensa de artigos de moda que lembram a alta costura, no qual possuem um menor custo e um menor tempo de duração, é um exemplo preocupante dessa escravidão contemporânea. Assim, são grandes empresas que estão por trás desse intenso fluxo de produção, que exploram uma mão de obra barata, e colocam essas pessoas em estado de extrema penúria.

(Metodologia) Em relação a pesquisa, o método utilizado será o dedutivo, partindo de princípios que regem o direito do trabalho, focando no da Proteção e no da Razoabilidade dos fatos, e a ligação destes com os direitos garantidos pela CLT, que traz a consolidação das leis de trabalho, de modo a explicar que apesar de muitas garantias trabalhistas, o trabalho análogo à escravidão ainda persiste. Quanto aos métodos de procedimento, utilizarei o método descritivo, no intuito de apresentar uma análise teórica e crítica acerca da influência do Fast Fashion para as práticas reiteradas desse sistema de escravização contemporânea, principalmente dando ênfase na mão de obra imigrante, esta que por se encontrar mais vulnerável, acaba sendo a mais barata e conseqüentemente a mais explorada.

(Resultados) Como resultado da análise acadêmica, constata-se a prevalência do trabalho análogo à escravidão dentro do sistema de fast fashion, em que mesmo em meio aos flagras desse sistema ao longo dos anos, ainda há a sua prática acontecendo atualmente. Por conseguinte, mesmo com todas as garantias trabalhistas adquiridas, e com o trabalho análogo à escravidão sendo punido penalmente de acordo com o art. 149 e 149-A do código penal, ainda há a necessidade da atuação do estado com a implementação de políticas públicas preventivas, e da participação da sociedade civil, por meio de veículos sociais, se informando acerca do produto que estão consumindo e cobrando aos parlamentares por soluções, e pressionando empresas por uma maior transparência.

(Conclusão) Relativamente a linha de raciocínio acima, nota-se que apenas a lei não é por vezes o único meio de garantia suficiente dos direitos, precisando do apoio do estado e do papel do consumidor para a erradicação do problema. Nesse sentido, o trabalho análogo à escravidão deve ser visto com extrema urgência por se tratar de um problema que retira a dignidade humana dos trabalhadores que convivem nesse sistema de fast fashion, e por ainda há a reprodução desse sistema em pleno século XXI.

Palavras-chave: Trabalho análogo à escravidão. Escravidão contemporânea. Fast Fashion. Dignidade Humana.

FILME: O CANDIDATO HONESTO 2

Autor(es):

José Igor Ramos de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Eduarda Alves do Nascimento: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Alice Fonseca de Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O filme: candidato Honesto 2, é uma crítica a política brasileira, em forma de humor. O tal começa falando sobre João Ernesto ter sido preso, devido à corrupção que acabou revelando por falar apenas a verdade. Após 4 anos preso esteve sua liberdade concedida. Passou a viver longe da mídia, até que após ele salvar um menino que estava se afogando, o trouxe para mídia novamente. O mesmo em uma entrevista diz que não pretende voltar à política, no entanto, após receber uma proposta e ver um candidato oposto com propostas que diz que é anti corrupção, a favor das armas e violência, ele decide se candidatar novamente. Ele vai para a rua em busca de conquistar o voto do povo. Os dois candidatos seguem empatados. Em um debate percebe-se que de um lado tem um candidato que propaga o ódio e do outro lado João Ernesto que fala sobre ter perdido a campanha por falar a verdade, o mesmo diz que quer fazer o país diferente, de uma forma limpa, então o povo acredita nele e resolve dar mais uma chance, o tornando presidente da república. Em sua posse, o presidente é orientado a “tomar cuidado” com o seu vice, que quer fazê-lo de marionete.

(Metodologia) A metodologia utilizada no presente trabalho foi direcionada a obra cinematográfica “O candidato honesto 2”. Com o uso da plataforma Netflix relacionando com assuntos vistos em sala de aula pertinentes ao tema exposto acima. Relacionando com a Constituição Federal de 1988.

(Resultados) Ademais, o candidato João Ernesto chegou aos cinemas de todo o Brasil em 2 de outubro de 2014, exatamente há três dias das eleições gerais no país em um ano em que foi marcado por várias acusações, sujeiras e escândalos dentro da política no Brasil. Visto isso, o candidato sofre cassação devido aos crimes praticados e sofreu condenação transitada em julgado, tal situação é descrita no art.55 VI da constituição Federal. Toda via, o candidato se candidatou a presidente da república e ganha as eleições. Mas, ao decorrer do mandato sofre Impeachment afastando-se do cargo e o filme mais uma vez trazendo a crítica do Impeachment que aconteceu com a então ex presidente da república Dilma Rousseff em 2016 que no filme passar uma visão bem representativa de um vice- presidente que articula todo um golpe para que tal fato acontecesse no Brasil).

(Conclusão) A abordagem que é retratada no filme mostra todas as esferas da administração pública e como o conjunto dos órgãos responsáveis são escolhidos por interesses do candidato corrupto e não por suas qualificações. Portanto, em comparação com a forma que o governo atual muda sempre de representantes e ministros reflete bastante com as críticas sociais abordadas no filme. De modo que, quando alguém faz algo sem a permissão do presidente ou tenta fazer algo por contra própria é retirado imediatamente do seu cargo e substituído por outro que agrada e aja de acordo com seus interesses. Em suma, a administração pública deverá sempre visar a sociedade por um todo, oferecendo serviços de qualidade e ofertando serviços públicos de qualidade para que seja contemplados a todos o bem comum e que todos possam prosperar.

Palavras-chave: Constituição, impeachment, corrupção.

FORMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHER: ALIENAÇÃO PARENTAL

Autor(es):

Ana Paula de Souza Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Emmanuelli Karina de Brito Gondim Moura Soares: Docente do UNI-RN

(Introdução) A presente pesquisa tem por objetivo a busca por entender em qual momento se tem a concepção, de que a Lei nº 12.318/10 ou também conhecida como Lei de Alienação Parental, passa de medida protetiva, a uma forma de violência doméstica contra mulher. A Alienação Parental é tida como uma violação psicológica, onde a vítima é a criança ou adolescente, que estão sendo manipulados por um dos pais, avós ou por quem exerce tutela sobre elas, induzindo-as contra a outra parte que pode ser o pai, mãe ou tutor. E mostra que apesar de ser assunto muito abordado nos últimos anos, esta já vinha sendo objeto de estudos há muitos anos, pelo psicoterapeuta Richard Gardner, no ano de 1985, nos Estados Unidos; mesmo autor da obra "True And False Allegation of Child Sexual Abuse" (Alegações Verdadeiras e Falsas de Abuso Sexual Infantil).

(Metodologia) Fazendo uma comparação nas formas de aplicações das leis, nos casos de violência doméstica (Lei nº 11.340/2006), e logo mais a frente o surgimento de uma suposta denúncia de Alienação Parental, contra a vítima da violência doméstica. Com base na criação da nova lei (Lei nº 14.340/22) que altera a Lei de Alienação Parental (Lei nº 12.318/10).

(Resultados) Demonstrar uma realidade vivida, pelas vítimas de violência intrafamiliar, que cada uma se mostra mais presente na realidade de muitas famílias, tendo em vista que esse tipo de violência pode ocorrer entre os membros da família, a violência doméstica Lei nº 11.340/06, também conhecida como Lei Maria da Penha, que apesar de seu surgimento para coibição dos atos violentos de cônjuges (esposas ou companheiras) ainda assim este tipo de crime cresce constantemente.

(Conclusão) Sendo assim, os filhos do casal são usados como objeto repressivo para vítima não formalizar denúncia contra agressores; o genitor sendo acusado de violência doméstica, utiliza-se da interferência da Alienação Parental, para coibir ou se vingar da vítima que chega a conseguir criar coragem de formalizar uma denúncia contra o agressor, dessa forma pode o agressor se usando da lei de alienação parental de má fé, se passa por vítima, levando o judiciário a entender um contexto contrário do, da realidade de fato.

Palavras-chave: Violência doméstica. Alienação Parental. Má fé no uso da lei. Distinção de uso certo ou errado da lei de Alienação Parental.

FREIOS E CONTRAPESOS JUSNATURALISTAS: UM MODELO SUAREZIANO

Autor(es):

Lucas Francisco Costa de Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Fabio Fidelis de Oliveira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Francisco Suárez é um jusnaturalista espanhol, tido por muitos historiadores como o último grande expoente da Escola de Salamanca; foi responsável por traçar uma teoria jus-política do surgimento do “Estado” na aurora da modernidade, equilibrando correntes filosóficas, jurídicas e teológicas antigas e novas, fato que lhe legou a fama de ser o pensador que construiu a ponte entre a tradição medieval e a renascentista em várias instâncias. Em sua sistematização jurídica de uma “Teoria do Estado”, diferente da tradição medieval, atribuí a soberania de modo imediata a figura da comunidade política. Com o bom escolástico, fundamenta o princípio primeiro, ou mediado, da formação do “Estado” na figura de Deus, porém rompe com a tradição do direito divino dos Reis – onde o Papa legava poder temporal e espiritual a figura do Monarca – argumentando que a comunidade política, de forma imediata, e sustentada por sua liberdade natural, teria a escolha de constituir autoridade ao Rei ou a alguma forma de governo legítima por seu próprio consenso. Porém, é bem verdade que para que se cumpra a devida função social do governo é necessário que existam dispositivos extraordinários que possam ser usados para frear uma possível investida absolutista ou tirânica contra o povo. É a partir deste ponto que a doutrina dos freios e contrapesos se faz presente no jusnaturalismo suareziano. Assim, fundamenta Suárez a partir de três freios aos governos/reis tiranos: (i) adoutrina do tiranicídio, onde a população teria poder legítimo de destituir o monarca ou o governo vigente se este legisse contra o Direito Natural, isto é, se abusasse do poder cometendo injustiças; (ii) o *ius gentium*, pois a autoridade do poder “Estatal” encontrava uma barreira em outras comunidades políticas reunidas, isto é dizer que, a existência de outro povo ou reinado impedia e equilibrava a jurisdição entre estados vizinhos, pois um não teria legitimidade sob o outro, visto que as comunidades políticas é quem possuem a soberania inicial para escolher seus governos; (iii) a Igreja, por fim, se apresenta na doutrina política de Suárez como o limite da jurisdição temporal do Rei, isto é, ao Rei não era mais atribuído um status divino de seu poder, ao contrário, o poder temporal é responsável por conduzir as coisas temporais e o poder espiritual é encarregado de conduzir as coisas espirituais, enquanto aquele preserva o bem comum social, este conduz ao fim espiritual da salvação das almas.

(Metodologia) O procedimento metodológico ocorreu por meio de pesquisas bibliográficas, principalmente na obra *De Legibus* de Francisco Suárez, além de artigos secundários que ajudaram a aprofundar a fundamentação.

(Resultados) Concisamente, é possível notar que as aportações antiabsolutistas e antitiránicas de Suárez fundam a base de uma teoria jusnaturalista do “Estado” e de seus limites, adiantando, em certos aspectos, futuros autores iluministas. Dessa forma, é possível legar ao suarezismo uma contribuição original na história das ideias jurídico-políticas.

(Conclusão) Assim, a partir da pesquisa é possível concluir que Suárez, em sua obra, não quer inaugurar uma nova teoria jurídica de freios e contrapesos como a tratada por autores iluministas. Ao contrário, quer somente delimitar o campo de atuação do poder temporal dentro da sistemática jurídica de seu próprio poder; isto, porém, não quer dizer que seus aportes jurídicos não forneçam uma base sólida para se pensar um pioneirismo antiabsolutista que surgiu no seio da escolástica Ibérica.

Palavras-chave: Francisco Suárez; escolástica; antiabsolutismo; freios e contrapesos; Estado.

GARANTIA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

Autor(es):

Emanoel Vitor Sousa Xavier: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Amanda Nicolay Rodrigues de Melo Lula: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Anna Beatriz de Gois Filgueira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A abordagem sobre a garantia dos direitos da pessoa idosa diz respeito a uma série de discrepâncias na organização da dinâmica pessoal, familiar, social e profissional, sendo de grande relevância o reajustamento de políticas ligadas à saúde, à segurança social e ao ambiente laboral, além de ser baseada a qualidade de vida dos idosos - em uma certa influência de inúmeros aspectos não só físicos e psicológicos como também sociais e culturais. Nessa apreensão, é visto que a lei não é o fator suficiente para garantir sozinha a proteção dos idosos – tendo como essencial a garantia da integração e eliminação do estigma em relação a pessoa idosa junto à comunidade, proporcionando-o bem-estar e envelhecimento digno. Todavia, o permanecimento da invisibilidade social e a luta constante para que os direitos não sejam violados é direcionado ao descaso do Poder Público e da sociedade em relação ao desrespeito, principalmente no âmbito familiar – diante a negligência, abuso financeiro e abandono.

(Metodologia) A metodologia empregada foi a de levantamento bibliográfico de artigos (de estudos transversais com entrevistas) sobre a população geriátrica e a análise deles para investigar se houve melhoria do acesso dos idosos aos seus direitos e quais seus percalços sofreram. Dessa forma, foi realizado o peneiramento visando solidificar a base de perfil das situações mais significativas.

(Resultados) Nota-se que, no que se refere ao combate pela redução da desumanidade e a revitalização do espaço por meio da formação de áreas de lazer e de planos sociais, foi aperfeiçoado o movimento designado Agenda Redutora de Violência que foi amparada pela Fundação Oswaldo Cruz, com uma iniciativa tem passado por variadas barreiras e suas atitudes contidas pelos narcotraficantes que executam seus serviços na região. Ademais, houve um aumento considerável nos atendimentos às vítimas de violência intrafamiliar, identificou-se, também, que a cor/raça preta se associou ao maior escore de apoio social e ao menor número de morbidades, independentemente do sexo, idade, estado conjugal, escolaridade e renda mensal individual. Tomando como base os resultados apurados, é perceptível que intervenções voltadas à prevenção, operacionalizadas em grupos, reduzem sintomas depressivos e possibilita a promoção da saúde mental em idosos.

(Conclusão) Conclui-se, que, por mais que o Estatuto do Idoso seja parte de uma “legislação simbólica” e que, na verdade, não sairá do papel, permanecendo “letra morta”, foram identificadas ações operacionalizadas em grupo junto a essa população, contribuindo na redução de sintomas depressivos, na educação, na saúde e na perspectiva da aprendizagem ativa. Ademais, houve uma redução nos atendimentos presenciais realizados em 2020 e as ocorrências demandaram o encaminhamento principalmente à delegacia especializada. Desse modo, verificou-se que a cor/raça preta foi considerada fator de proteção para a pior autoavaliação da saúde e para o indicativo de sintomas depressivos.

Palavras-chave: Idoso; violência; maus-tratos ao idoso; política pública.

GRADES DO SILÊNCIO: O TRATAMENTO INDIGNO AOS PORTADORES DE TRANSTORNOS PARAFÍLICOS NOSISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

Autor(es):

Maria Letícia Miranda Dias: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este trabalho busca compreender os desafios da garantia dos direitos humanos aos indivíduos portadores de Parafilia no sistema prisional, identificando os procedimentos utilizados em relação à perícia psicológica, a fim de identificar se são plenos ou banalizados. Além disso, propor uma reflexão crítica acerca do selo com os parafílicos inseridos no sistema carcerário a partir da comparação do que é assegurado e o que é de fato aplicado nos casos concretos e fazer um panorama histórico sobre os oito tipos identificados pelos DSM-5 e o conhecimento acerca do assunto pelos aplicadores do Direito. A metodologia utilizada foi a argumentativa e de caráter exploratório, que a fim de tomar postura acerca do tema e desdobrar as causas da problemática com criticidade, sendo o método de abordagem à descrição de fenômenos e explicação dos mesmos. O presente trabalho foi desenvolvido por meio da pesquisa bibliográfica de livros e artigos publicados que possam levar a uma compreensão mais aprofundada da assistência psicológica aos portadores no cenário atual dos presídios e dos direitos humanos mitigados dentro dessas estruturas, afinal de acordo com Gil (2010) a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais amplo do que aquela que poderia pesquisar diretamente, proporcionando uma qualidade maior nas pesquisas. A Constituição Federal prevê na Lei 7.210/84 no Art. 1º que “a execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”. Dessa forma a prisão deveria ser um lugar a qual fosse proporcionado um espaço de saúde, psicossocial e pedagógico, de acordo com a LEP, de nº 7210/1984, em seu art. 41, inciso VII que dispõe ser direito do preso à saúde. No entanto, os presídios, como instituições, são espaços de humilhação, insalubre e de violação dos Direitos Humanos provocando até mesmo o adoecimento ou piora dos sujeitos que ali se encontram, incluindo os parafílicos, sejam eles portadores identificados ou identificados pela perícia.

(Metodologia) As metodologias utilizadas foram método de abordagem, através da descrição de fenômenos e explicação deles; método de procedimento bibliográfico e levantamento de dados e a técnica de pesquisa foi a pesquisa quali-quantitativa.

(Resultados) O presente trabalho ainda não foi concluído, então não há resultados a serem expostos até o momento.

(Conclusão) O presente trabalho ainda não foi concluído, então não há conclusão a ser exposta até o momento.

Palavras-chave: Parafilia. Transtorno Parafílico. Sistema Prisional. Justiça Criminal. Direitos Humanos. Princípio da Dignidade da Pessoa Humana.

IMPACTO DO HOME OFFICE: FRENTE ÀS JORNADAS DE TRABALHO DAS MULHERES

Autor(es):

Natalia Carolina de Souza Soares e Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rasland Costa de Luna Freire: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente artigo visa abordar as consequências da pandemia do COVID-19, frente ao home office ou trabalho remoto, como também é chamado, com enfoque nas mulheres, através de uma perspectiva de gênero. Tendo, portanto, como principal objetivo, analisar e apontar os impactos sociais e jurídicos que tal modalidade de trabalho trouxe para a vida das mulheres, principalmente quanto à perspectiva profissional. Levando em consideração que a inserção das mulheres no mercado de trabalho só se deu após as grandes guerras mundiais de 1914 a 1918 e 1939 a 1945, graças à ida dos homens à guerra, fazendo com que as mulheres tivessem que ocupar tal posição naquele momento. Já que até então os cuidados familiares e maternos exerciam forte pressão social, o que acabava por dificultar sua atuação em profissões no mercado de trabalho tradicional. Atualmente, após o isolamento social ocasionado pela pandemia do COVID-19, e a modernização das formas de trabalho, proporcionando maior flexibilização e diminuindo a necessidade de deslocamento, se faz notório os resquícios históricos dessa época, tendo em vista as dificuldades que as mulheres encontram em conciliar as jornadas de trabalho que lhe são atribuídas. É importante salientar que tal modalidade trouxe benefícios e desafios para trabalhadores e empresas. Porém, com relação às mulheres, particularmente, houve um aumento nas responsabilidades domésticas e de cuidado que, historicamente, sempre foram atribuídas à elas. Gerando acúmulo de funções e jornadas, sobrecarregando as mesmas. Portanto, podemos ressaltar as diferenças entre homens e mulheres nas perspectivas de trabalho e os diferentes impactos que o home office deixou na vida pessoal e profissional de ambos. Sendo importante compreender tais desafios e, deste modo, achar caminhos para diminuir os efeitos negativos e otimizar os benefícios, sendo vantajoso para as trabalhadoras e para as empresas, de forma com que as mesmas não fiquem novamente desprotegidas pela lei.

(Metodologia) A metodologia utilizada no presente trabalho, quanto ao método de abordagem é dedutivo, buscando a explicação de um fenômeno. Já quanto ao método de procedimento é histórico para traçar e exemplificar como se dá determinados acontecimentos na sociedade atual. Além do estatístico, a fim de comprovar tal realidade. E como técnicas terá pesquisa bibliográfica e documental, através de um propósito descritivo, no âmbito do direito do trabalho e abordagem de gênero quanto ao feminismo. Além de dissertações, teses e artigos científicos.

(Resultados) O resultado esperado para a presente pesquisa é traçar, de maneira crítica, os impactos que o home office trouxe para o dia a dia laboral das mulheres no cenário pós-pandêmico. De forma a demonstrar a necessidade da regulamentação para tal questão, a fim de reduzir os impactos negativos e otimizar as vantagens, como forma de resguardar os direitos trabalhistas das mulheres.

(Conclusão) Pesquisa em andamento, ainda sem conclusão.

Palavras-chave: Home office. Mulheres. COVID-19. Jornadas de trabalho.

INDIGNIDADE E DESERDAÇÃO: QUAIS OS FUNDAMENTOS PARA A APLICAÇÃO DE UMA SANÇÃO CÍVEL A UM MENOR?

Autor(es):

João Mateus Silva de Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Não é hodierno que no Brasil existem diversos casos de herdeiros indignos, como no dito popular, “acontece nas melhores famílias”. Entretanto, o que ocorre, seja na vigência do Código Civil de 1916 ou de 2002, é que, pela ascensão cada vez maior, da desigualdade social em quesitos financeiros e em acesso à informação, mesmo com o advento da internet, ainda existe uma parcela de pessoas que, além de não saberem a diferença entre a indignidade e a deserdação, não sabem da possibilidade de aplicação dessa norma jurídica. Entretanto, ocorrem casos em que o possível indigno e deserdado é menor de idade, posto isso, entra em voga a discussão sobre a aplicação das sanções cíveis da exclusão do herdeiro por indignidade mediante as possibilidades dos artigos 1.814 ao 1.818 do Código Civil de 2002 e quais os fundamentos para a aplicação da legislação.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa teórica, de cunho exploratório e documental, que tem como método de abordagem o hipotético-dedutivo, a fim de observar e diferenciar estes dois tipos supracitados de exclusão da sucessão, fazendo alusão a um caso concreto. Dessa maneira, foi analisada a aplicação da norma brasileira, comprovando a sua eficácia e demonstrando que a crimes não ficam impunes e não é só o Código Penal que aplica sanções nos acusados desses maus atos. A pesquisa foi desenvolvida mediante diversas fontes diferentes: jurisprudências, legislação, doutrina, artigos publicados em revistas ou sites na internet, análise de nossa Constituição.

(Resultados) Como desenlace do estudo acadêmico, é notório que, nem só a legislação pode ser utilizada como base para conclusões e determinações, visto que, o Código Civil em si, não estende suas sanções a menores de idade, o que é de suma importância para os resultados do caso concreto base da pesquisa e os artigos do capítulo V não aludem a prática de ato infracional análogo ao homicídio, doloso e consumado, portanto, fica evidente a necessidade da ampliação da discussão, visto que essa hipótese é objeto de severas controvérsias doutrinárias, seja sob a perspectiva da taxatividade, ou não, do rol do art. 1.814 do CC/2002, seja sob o enfoque dos métodos admissíveis e apropriados para a interpretação das hipóteses listadas no rol, razão pela qual as múltiplas possibilidades hermenêuticas do referido dispositivo induzem à inviabilidade do julgamento de improcedência liminar do pedido.

(Conclusão) Tocante ao discutido, capta-se a relevância da discussão de temas de forma amplificada, não só fazendo uso da legislação, principalmente no caso em questão, o qual limitar-se-ia à taxatividade do rol do art. 1.814 do CC/2002 e dos seguintes do capítulo V, podendo acarretar na não aplicação das cabíveis medidas correccionais e justas a um ato cometido não podendo ser definido como crime, visto que fora cometido por um menor de idade, tornando-se assim, análogo e não coincidente.

Palavras-chave: Indignidade. Deserdação. Herança. Direito Sucessório. Menor de idade.

INQUÉRITO POLICIAL E O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Autor(es):

Hansmyller de Moura Bernardo Caeira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Será apresentado, através deste projeto, o estudo sobre o Inquérito policial e o Estado Democrático de Direito. Partindo da classificação dos direitos e garantias fundamentais previsto na Constituição Federal 1988. Como também realizar um estudo sobre o inquérito policial, suas atribuições procedimentais e sua importância para garantir um Estado democrático de Direito a todos cidadãos, tais direitos são inerentes ao ser humano, com objetivo de lhe garantir uma vida plena, como todo e qualquer Estado civilizado. Posteriormente, será abordados críticas pertinentes ao Inquérito policial, as inconveniências na sede de investigação preliminar.

(Metodologia) No projeto será utilizada a metodologia de pesquisa bibliográfica, onde o autor se valerá de livros e artigos científicos já elaborados por outros autores. Em ato contínuo o método de pesquisa será o dedutivo, tendo em vista a utilização de dedução para se obter uma conclusão a respeito de terminadas premissas. A abordagem escolhida foi a qualitativa, tendo em vista que o autor pretende explicar e compreender o inquérito policial e suas atribuições diante do contexto social, a ponto de dá-lhe significados que não são quantificáveis. Será pesquisa explicativa, a fim de identificar e explicar os fatores que contribuem para a garantir o Estado Democrático de Direito, objetivando-se em explicar a realidade.

(Resultados) O projeto de pesquisa ainda se encontra em desenvolvimento, razão pela qual não há que se falar em resultados neste momento.

(Conclusão) O presente projeto de pesquisa, portanto, tem como objetivo expor o estudo sobre o inquérito policial, sua contribuição para garantir o Estado democrático de direito. Diante da importância do procedimento estudado, sendo portanto o instrumento essencial na garantia de direitos fundamentais, quais são alicerçados na Constituição Federal de 1988. Expor sua inconveniência existentes e propor possível melhoria, com objetivo da democratização do instrumento.

Palavras-chave: Constituição; Inquérito Policial; Estado Democrático de Direito

ISOLAMENTO SOCIAL E A PANDEMIA DA COVID-19: O PAVOR VIVIDO PELAS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

Autor(es):

Maria Pricila da Silva Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Mirian Anselmo de Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Einstein Batista Vieira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Jhammy Eduardo Medeiros Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Adriana Suely Ferreira de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Trata-se de estudo que aborda o recrudescimento da violência contra a mulher no contexto da pandemia da COVID-19. A violência de gênero não é temática recente. No entanto, em consequência do aumento exagerado no número de casos ocorrido no período, ganhou maior visibilidade e relevância durante a quarentena, a ponto de despertar o debate e a necessidade de maior aprofundamento, por parte da sociedade, quanto às razões que provocaram esse aumento e quanto a possíveis, e imprescindíveis, soluções para o problema.

(Metodologia) Quanto à metodologia do trabalho, foi empregada uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e bibliográfico. Na parte bibliográfica, foi realizada pesquisa e revisão teórica em artigos científicos disponíveis nos bancos de pesquisa científicos Google Acadêmico e SciELO. Na oportunidade, foram selecionados 5 (cinco) artigos com ênfase nas seguintes palavras-chaves: Isolamento social; COVID-19, Violência contra a mulher.

(Resultados) A partir da análise foi possível absorver e refletir que a necessidade de isolamento social provocou alterações na vida cotidiana das pessoas, restringindo deslocamentos, impondo novas formas de trabalho e desafiando o estabelecimento de uma harmonização entre o desenvolvimento das atividades laborais, o trabalho doméstico e a atenção dada à prole. Nesse contexto, as mulheres se viram mais expostas e vulneráveis a serem vítimas de violência doméstica, em virtude, por exemplo, da sua permanência em casa juntamente com o agressor. A obrigação da quarentena trouxe consigo estresse financeiro e emocional, isolamento social, diminuição de contato com as redes de sociabilidade e de pertencimento, a imposição de um convívio em tempo integral durante meses consecutivos. Diante desse quadro, a ONU chamou a atenção, em 2020, para o “chocante aumento global da violência doméstica” (ONU, 2020). No Brasil, dados apontados pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos mostraram que em abril de 2020 as denúncias registradas pelo Ligue 180 aumentaram 37,58% quando comparadas com o mesmo período de 2019.

(Conclusão) Conclui-se que a violência de gênero apresenta características de ordem física, psicológica, sexual e moral e que houve um aumento demasiado de casos em decorrência da Pandemia. Tal situação se configura também em uma questão de saúde pública e, no Brasil, apresenta-se sob uma ótica multicausal. Há forte influência de fatores ligados à forma de constituição patriarcal e machista, além de elementos de racismo estrutural e de exploração capitalista. Por fim, apresenta-se imperiosa a necessidade de uma mudança cultural da sociedade, a partir de intervenções no curto, médio e longo prazos, numa tentativa de se enveredar por caminhos de afirmação, de igualdade e de combate à violação dos direitos das mulheres. Para tanto, torna-se fundamental a sistematização e o desenvolvimento de ações preventivas e de conscientização, bem como a implantação e aprimoramento de mecanismos de denúncia, detecção, tratamento, acolhimento, controle de informações e, por fim, melhoria nas políticas públicas existentes.

Palavras-chave: Isolamento social; COVID-19, Violência contra a mulher.

JOÃO ERNESTO, A CARICATURA DA DESORGANIZAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

Autor(es):

Pedro Arthur Penha de Sousa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Vitória Azevedo Melo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Marianny Aparecida Maia de Melo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Sara Raquel da Silva Avelino: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Dayza Cibelle Silva da Rocha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O filme “O candidato honesto” é uma comédia brasileira, caracterizada como uma sátira sobre a política do Brasil, a qual retrata o personagem João Ernesto, através da atuação de Leandro Hassum as circunstâncias de um deputado federal em sua candidatura à presidência do Brasil, onde o mesmo simboliza um compilado da má-fé dos políticos que administram o país. Dentro dessa temática, o filme enfatiza mentiras e promessas lúdicas feitas no cenário de eleição, desse modo, expondo de forma irônica a facilidade em ludibriar o povo brasileiro, necessitando apenas de uma boa lábia e carisma. Em subsequência, o filme retrata numerosas polêmicas as quais renderam problemáticas sérias ao Brasil, sendo o maior retrato a precariedade da administração pública, além da ilegalidade das atitudes dos políticos, enfatizando o individualismo em detrimento da coletividade. Após inúmeras falhas e o peso de sua consciência falando mais alto, no desfecho do filme, discursando sobre o caráter político que o Brasil merece, o protagonista deixa a seguinte citação: “A democracia é a pior forma de governo que existe, mas só se a gente esquecer de todas as outras”, estabelecendo a reflexão de que, por mais que existam falhas na democracia, ela continua como um pilar da nossa sociedade.

(Metodologia) O método utilizado na construção do presente resumo científico foi o de pesquisa bibliográfica, feita uma coleta de dados a partir de artigos, livros e sites. Ademais, o método dedutivo, dispondo de teorias prévias, para chegar aos resultados.

(Resultados) À vista disso, a democracia se apresenta como um fator básico para a contextualização da política brasileira, exercendo o poder governamental através do sufrágio universal. Referencialmente à corrupção, com a citação dos casos análogos, sendo estes, a Lei Orçamentária da União, conhecida como Orçamento Secreto “pauta em aberta no atual momento de eleições”, e o Mensalão, utilizado como caricatura para a denominada “mesadinha” abordada no filme, trazem consigo a elucidação da desorganização da administração pública. Outrossim, a administração, construída diante da forma de governo do presidencialismo, assim sendo, uma forma administrativa em que o chefe de governo e o chefe de estado são a mesma pessoa, certificando que as repúblicas podem ser presidencialistas. Isso posto, parte-se para a execrável importunação dos postulantes de poderes políticos à legislação, como o candidato retratado no filme supracitado, banalizando assim, o bem-estar dos cidadãos os quais são responsáveis, desrespeitando o artigo 37 da CF/88, que destaca o princípio da eficiência governamental. À face do exposto, é possível vislumbrar a importância da Constituição Federal de 1988, a qual faz-se de efetivo impacto para a organização administrativa do país, refletindo assim, na sociedade. Destarte, garantida pelo artigo 18 da CF/88, a organização político-administração se torna imprescindível para a manutenção do Estado, visto que, o intuito é favorecer o interesse público com o objetivo de satisfazer as principais demandas necessárias em prol da organização do país.

(Conclusão) Portanto, através da legislação deve-se tomar medidas cabíveis para extinguir o corrompimento da democracia e da ordem coletiva. Ademais, como alternativas para implementar tais medidas, poderá haver o aumento das penas para qualquer ato inconstitucional, o investimento na ampliação e confecção de portais de transparência, para que os eleitores tenham a chance de saber no que seus candidatos estão investindo o dinheiro público. Em suma, para que somente assim o país seja exemplo de política e esteja livre da corrupção que afeta os brasileiros de qualquer classe, etnia ou religião.

Palavras-chave: Democracia, corrupção, presidencialismo, república, administração-pública.

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E O DEVER LEGAL NO ATENDIMENTO CLÍNICO E HOSPITALAR

Autor(es):

Fernando Carlos Dantas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Leonardo Medeiros Junior: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Direito Fundamental a proteção dos dados finalmente é colocado em norma autônoma no Brasil, devido à sanção da Lei Geral de Proteção de Dados nº 13.709/2018 (LGPD), que entrou em vigor em 18 de setembro de 2020. Levando em consideração o panorama atual da nossa sociedade, a Lei Geral de Proteção de Dados carrega grandes expectativas para a defesa dos direitos dos indivíduos. Nesse sentido, a coleta, o processamento, o registro e a busca das informações dos usuários dos serviços destinados a saúde no campo da área médica, relacionada aos tratamentos realizados sobre os dados dos pacientes, acabam se tornando cada vez mais importantes.

(Metodologia) Trata-se de pesquisa de análise que utiliza os métodos empíricos, quali-quantitativos de tipo teórico científico e procedimento bibliográfico e documental, através da análise de artigos publicados em revistas especializadas, legislações e doutrinas vinculadas ao tema, tratando através de levantamento de dados oficiais sobre a participação de clínicas e hospitais na adequação de suas normas em frente a LGPD, mais precisamente no setor privado, no Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte. Para isso, analisando pesquisas da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), da rede Secretaria de Estado da Saúde (SES) e consultas a políticas públicas aplicadas por Clínicas e Hospitais privados. Essa coleta inicial de dados e informação busca a contextualização do projeto.

(Resultados) Através da análise dos dados, é possível compreender a aplicação da LGPD nas clínicas e hospitais para caracterizar os problemas na relação do paciente com o atendimento, encontrando as deficiências em relação a aplicabilidade da norma e a verificação da observância efetiva do consentimento que segue a LGPD e suas diretrizes no âmbito do atendimento clínico e hospitalar em relevância dos recursos tecnológicos como ferramenta de auxílio na concretização do Direito a proteção de dados na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

(Conclusão) Diante de toda essa transformação, surge a necessidade de conhecer melhor o que diz a lei e suas mudanças na prática cotidiana, compreendendo os recursos tecnológicos capazes de seguir as diretrizes de privacidade no que diz respeito ao consentimento do paciente antes de divulgar informações privadas ou clínicas a terceiros. O paciente, durante sua consulta tradicional, gera um conjunto de informações clínicas e administrativas que são coletadas, armazenadas e processadas. A responsabilidade pelo cuidado das informações é transferida para diferentes equipes de profissionais e necessitam do amparo legal e a devida adequação as determinações dos dispositivos da LGPD, a fim de adaptarem as suas atividades de acordo com a nova realidade jurídica, o empoderamento digital do paciente torna-se peça-chave para a nova ordem na prestação de serviços de saúde, pois deverão ser incentivados a conhecer a responsabilidade por seus próprios atendimentos em saúde, individualmente ou com seus navegadores.

Palavras-chave: transparência, saúde, paciente, aplicação, informações.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DIREITO DA PERSONALIDADE

Autor(es):

*Senyff de Souza Ribeiro: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
João Eurico Moura Pinheiro: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

Orientador(es):

Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) A presente pesquisa visa estudar a liberdade de expressão e a cultura do cancelamento, exposta no caso da atleta de vôlei de praia Carol Solberg, onde a mesma foi denunciada pela procuradoria que atua junto ao Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD), que segundo a peça de acusação, a atleta, “pegou o microfone [...] para se manifestar politicamente gritando as palavras “só para não esquecer: fora Bolsonaro”. Porém, apesar da denuncia, a liberdade de expressão é respaldado no artigo 5º, nos incisos IV e IX da Constituição Federal, que assegura a livre manifestação do pensamento e a liberdade de expressão intelectual, artística, científica e de comunicação.

(Metodologia) Para o fim almejado, a pesquisa parte da metodologia exploratória e dedutiva, investigando o conteúdo de forma bibliográfica baseado na doutrina e jurisprudência. Foram realizadas pesquisas relacionadas ao objetivo do trabalho e as informações foram obtidas através de artigos e sites relacionados ao caso concreto.

(Resultados) O caso concreto objeto de estudo foi da atleta de vôlei de praia Carol Solberg, que deu sua opinião política ao término de uma partida, no qual falou ao microfone de uma emissora de TV “Só para não esquecer; Fora Bolsonaro”. No ocorrido chegamos ao resultado que houve conflito de direitos fundamentais, sendo eles, “liberdade de expressão” e “Direito da personalidade” dos patrocinadores que tinham receio de suas marcas serem manchadas por interesses políticos conflitantes. A atleta Carol Solberg, foi denunciada pela procuradoria que atua junto ao Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD) sendo punida por multa e advertência, ela por sua vez recorreu, e teve em segunda instância o julgamento que a sua atitude não feria o direito dos patrocinadores, assim sendo, isenta do pagamento da multa e a advertência cancelada sendo absolvida. O embasamento da parte autora era sobre o item 3.3 do regulamento do Circuito Banco do Brasil Vôlei de Praia Open que diz “o jogador se compromete a não divulgar, através dos meios de comunicações, sua opinião pessoal ou informação que reflita críticas ou possa, direta ou indiretamente, prejudicar ou denegrir a imagem da CBV [Confederação Brasileira de Voleibol] e/ou os patrocinadores e parceiros comerciais das competições”. Em casos de conflitos de Direitos fundamentais tem que ser analisado bem o caso concreto. Isto posto, foi entendido pelo STJD que a falada atleta não atacava diretamente CBV ou seus patrocinadores.

(Conclusão) Ante o exposto, podemos concluir que o esporte já demonstrou ser incentivador de debates políticos, sem afetar as competições. O político e o social convivem e dá grandeza a competitividade. O esporte é uma expressão cultural que alavanca a valorização humana, o debate é justo e necessário, bem embasado com estudos e pesquisas não merece ser calado em função de interesses políticos conflitantes.

Palavras-chave: Liberdade de expressão, Direito da Personalidade, Esporte, interesses políticos.

LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO E SAÚDE COLETIVA, CONFLITO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NO CONTEXTO DA PANDEMIA COVID-19

Autor(es):

Anna Louise Silva Rosado de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Clarice Cândida Diz de Abreu: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) Em 2019, o mundo foi acometido pelo vírus SARS-CoV-2, resultando em uma pandemia com inúmeros impactos e conflitos de interesses, dentre eles o de direitos fundamentais. Sabendo que a Constituição Federal de 1988, artigo 5º, XV mostra “a livre locomoção em território nacional em tempos de paz...”, cabe refletir se a pandemia pode ser vista como tempos de guerra. Pois a luta contra um ser invisível, cujo tratamento ainda era desconhecido, proporcionou mudanças bruscas na vida da população. As quais reverberam na liberdade de locomoção e no direito social à saúde, conforme descrito no artigo 6º da CF/88. E ainda em seu artigo 196, que versa sobre o dever do Estado em garantir a saúde coletiva de seu povo com o uso de políticas públicas que reduzam o risco de doenças. Devido as medidas restritivas e aos decretos que visam à proteção da saúde coletiva, mas que cerceiam o direito de ir e vir da população, inúmeros processos foram submetidos ao STF, pretendendo entender qual direito seria prevalecido.

(Metodologia) O trabalho foi elaborado mediante pesquisa qualitativa, partindo do método dedutivo para realizar considerações da jurisprudência em consonância com a CF/88.

(Resultados) É notória a pertinência dos direitos fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro, e sua igual relevância como meio de informar ao povo acerca de seus direitos. É manifesto que não existem direitos absolutos, porém diante de causas excepcionais podem ser tomadas medidas visando o bem da coletividade. Logo, buscando entender e solucionar o conflito aparente, o legislador pode realizar tal intervenção, a qual pode ser concretizada com o auxílio do princípio da proporcionalidade. Que propõe como resposta a esta colisão à instauração do lockdown para a proteção do direito à vida e a saúde, ponderando assim sobre a eventual restrição de um direito sobre outro. Conforme retratado, durante a pandemia foi percebida a colisão entre direito a locomoção (artigo 5º, inciso XV da CF) com direito a saúde (CF artigos 6º e 196), culminando em casos a serem avaliados pelos tribunais superiores buscando uma resposta acerca da prevalência dos direitos e da possibilidade de algum deles estar sendo ofendido. A situação surgiu em meio a necessidade de redução de contaminação e mortes, com isso foram implantadas medidas restritivas à população (quarentena e lockdown), que limitaram o direito de locomoção e em caso de descumprimento era aplicada multa. Nesse sentido, conforme a ação civil pública 0813507- 41.2020.8.10.0001 do TJ-MA pleiteada pelo Ministério Público, resta estabelecido uma ponderação entre os direitos fundamentais apresentados, mediante critérios de adequação, análise e proporcionalidade (LIMA *et al.*, 2020). Em razão das medidas de contenção do vírus não terem sido suficientes para conter o avanço da doença, ficou assentado então que a saúde da coletividade fosse assegurada por meio de medidas restritivas de locomoção.

(Conclusão) Nessa perspectiva, estados brasileiros adotaram medidas restritivas de locomoção, como forma de reduzir a proliferação do vírus. Mostrando assim, a predominância do direito à saúde sobre o direito à locomoção. Tendo em vista o princípio da proporcionalidade, destaca-se a necessidade da inserção dele como um mecanismo para equiparar a legitimidade das restrições à direitos fundamentais. A importância da justificativa do resultado das ações "se o que ganha é mais valioso do que aquilo que se sacrifica" (BARROSO, 2019 *apud* LIMA *et al.*, 2020). Segundo o STF no HC: 82.424/RS, o princípio da proporcionalidade pode ser utilizado como método geral de solução de conflitos, pois ainda que não exista um direito superior a outro, existem limites a que devem ser submetidos.

Palavras-chave: COVID-19, direito à locomoção, direito à saúde.

MARCO LEGAL DAS STARTUPS E O DESENVOLVIMENTO DO EMPREENDEDORISMO INOVADOR NO BRASIL

Autor(es):

Guilherme Benevolo Xavier Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Leonardo Medeiros Junior: Docente do UNI-RN

(Introdução) Vivemos uma Era digital, onde a criatividade, a inovação, e a agilidade tornaram-se pilares dentro dessa nova realidade, resultando em grandes transformações sociais e econômicas, em uma escala global. Diante dessa dinamicidade, um dos setores mais impactados foi o empresarial, onde a concorrência não é mais limitada apenas às grandes empresas do mercado, mas sim à jovens cheios de novas ideias, trabalhando na garagem de suas casas, entregando produtos e serviços de uma maneira inovadora. É nesse cenário onde se encaixam as Startups, caracterizando-se por serem empresas jovens, com um modelo de negócio escalável e repetível, baixos custos operacionais, além de atuarem em condições de extrema incerteza, visto que nem toda ideia inovadora é garantia de sucesso. Todavia, o Brasil nunca foi um país referência quanto ao seu ambiente de negócios, caracterizado pelo excesso de burocracias, altas cargas tributárias, falta de estímulo de crédito, dentre outras diversas barreiras que inibem o desenvolvimento do empreendedorismo inovador. Destarte, o presente artigo temo objetivo de explorar a Lei Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021, que institui o “Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador”, que surgiu com o principal intuito de regulamentar adequadamente a atuação das Startups no Brasil, bem como a adoção de políticas públicas que impulsionem seu desenvolvimento e corrijam as distorções existentes.

(Metodologia) Método de Abordagem é conjunto de estratégias de investigação, organizados de maneira sistemática, com a finalidade de se atingir o objetivo geral da pesquisa científica. No presente artigo, utilizou-se o método de abordagem dedutivo, partindo de uma análise geral, para se chegar, ao fim, em conclusões específicas e particulares. Visando uma melhor compreensão do tema abordado, caracterizado por etapas mais concretas de pesquisa, os métodos de procedimento utilizados foram o histórico e o comparativo. Dessa forma, será nitidamente perceptível os grandes impactos ocasionados após a aplicação da Lei Complementar 182/2021 no cenário empreendedor brasileiro. Por fim, quanto ao método de pesquisa, utilizou-se o bibliográfico, uma vez que serão feitas pesquisas em fontes primárias e secundárias, como a Lei Complementar nº 182, de 1 de junho de 2021, e a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, bem como jurisprudências e decisões dos Tribunais, artigos científicos, teses, periódicos, livros, monografias e entrevistas semiestruturadas com especialistas e empresários desse setor, para que possa haver uma melhor compreensão dos impactos causados na atuação das Startups em nosso país.

(Resultados) (Não há Resultados, visto que o artigo ainda não foi finalizado)

(Conclusão) (Não há conclusão, visto que o artigo ainda não foi finalizado)

Palavras-chave: Inovação. Startups. Empreendedorismo. Brasil.

MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO: O ABUSO DE AUTORIDADE

Autor(es):

Roberta Luiza Morais Miranda Fonseca: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Ministério Público é uma das Instituições mais relevantes do cenário legal brasileiro. A formação do seu corpo advém de princípios estabelecidos por análises jurídicas, bem como de previsões legal devidamente determinadas por meio da Constituição Federal. Nesse sentido, o trabalho analisa as repercussões jurídicas e morais do abuso de autoridade também presente nessa renomada Instituição, de modo a verificar a transgressão dos princípios e quais as previsões jurídicas criadas com o escopo de identificar e punir esses atos.

(Metodologia) As pesquisas realizadas para o desenvolvimento do presente trabalho consistiram na análise e interpretação de textos acadêmicos e previsões legais do ordenamento. A compreensão do material estudado foi realizada de maneira qualitativa, a fim de verificar subjetivamente os aspectos apresentados, além de estar presente na execução o método histórico, o qual auxiliou na interpretação dos conceitos e acontecimentos relacionados à historicidade do tema.

(Resultados) De início, há de se estabelecer que o Ministério Público (MP) se configura como um órgão que não faz parte de nenhum dos Três Poderes “quais sejam o Executivo, o Legislativo e o Judiciário” contudo, está diretamente ligado a todos eles. O Ministério Público brasileiro tem como responsabilidades principais a manutenção da ordem jurídica no Estado e a fiscalização do poder público em suas diversas esferas de atuação. A Constituição Federal de 1988 estabelece que o MP se figura como um órgão indivisível, com autonomia institucional para o exercício das suas funções, possui também independência administrativa e financeira. O interesse público aplicado aos princípios do MP se traduz como a observância dos poderes públicos, dos direitos consagrados pela Constituição e pelas leis e normas do sistema jurídico brasileiro. Ademais, no tocante ao interesse individual indisponível, há de se abranger que este se conceitua no direito do indivíduo e, ao mesmo compasso, no interesse e relevância pública do caso – sendo o direito público, nessa circunstância, mais relevante em relação ao direito individual. Outro ponto a ser abordado consiste nos aspectos demandista e resolutivo do Ministério Público, os quais podem ser traduzidos da seguinte forma: o primeiro perfaz a sua atuação perante o Poder Judiciário, exercendo as suas funções como uma espécie de agente processual; já o segundo se manifesta como uma espécie mediadora dos conflitos sociais, de forma a colocar em pauta a atuação extrajudicial. Nesse sentido, faz-se importante abordar o aspecto central ligado à tipicidade do tema, qual seja o abuso de autoridade do Ministério Público. O abuso de autoridade ocorre quando determinado indivíduo faz uso da sua posição hierárquica com o intuito de fazer valer as suas vontades particulares, de maneira arbitrária e ilegal. Assim, é importante analisar até que ponto o MP se faz valer dos seus poderes e se os limites da legislação são devidamente respeitados.

(Conclusão) Por meio das explanações e das pesquisas realizadas, foi possível entender um pouco mais acerca do Ministério Público, seus princípios norteadores e o respeito “ou não” dos limites estabelecidos a esse órgão. A análise de abuso de autoridade não é recente nas pautas da legislação brasileira, tendo em vista que, infelizmente, é bastante comum verificar autoridades se prevalecendo dos seus poderes com o intuito de burlar determinadas situações. O Ministério Público, apesar de ser uma instituição demasiadamente relevante para a composição do sistema legal brasileiro, não escapa dessa previsão.

Palavras-chave: Ministério Público. Princípios. Abuso de autoridade.

MITIGAÇÃO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA SOB A ÓTICA DA TEORIA DA PROPORCIONALIDADE DE ROBERTALEXY

Autor(es):

*Luanna Fortuna de Freitas Borges: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Cecília Miranda Alves de Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

Orientador(es):

Luiz Eduardo Marinho Costa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A presunção de inocência, prevista pela primeira vez na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão é de extrema importância para o direito de defesa dos réus, e por se tratar de princípio expresso na Constituição Brasileira, muitos presumem que é absoluto. Contudo, o STF já demonstrou, diversas vezes, que é possível relativizá-lo.

(Metodologia) Através de pesquisa científica com diversos debates sobre temas do direito penal realizados em grupo de estudos do SIPEF (projeto de extensão do UNI-RN), em conjunto com revisão bibliográfica e documental, foi utilizado um método conceitual-analítico para debruçar-se sobre critérios técnicos-objetivos criados pelo doutrinador Robert Alexy e entender a possibilidade ou não da execução provisória de pena em segunda instância.

(Resultados) O instituto da presunção de inocência foi consagrado em nosso país na Constituição Federal vigente, garantindo que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”. No entanto, o STF já teve entendimentos diversos sobre o tema quando relacionado à possibilidade de execução provisória da pena, após condenação em segunda instância. Com base em leis anteriores à Constituição e à Lei de Execução Penal, o STF mantinha entendimento que recurso extraordinário e especial não tinham efeito suspensivo, permitindo a execução em segunda instância. Entretanto, em 2009 foi julgado Habeas Corpus com declaração da inconstitucionalidade da execução antecipada da pena. Além disso, o poder legislativo modificou o art. 283 do CPP e restringiu as possibilidades de prisão. No entanto, sete anos depois, no julgamento do Habeas Corpus nº 84.078/MG, declarou-se a constitucionalidade da execução provisória de acórdão condenatório proferido em grau de apelação, mantendo sujeição à recurso especial ou extraordinário. Em 2019, durante o julgamento das ADC's nº 43, 44 e 54, o STF mudou novamente o seu entendimento declarando a constitucionalidade do art. 283 do CPP e condicionando o início de cumprimento de pena ao trânsito em julgado da ação e assim se mantém a jurisprudência majoritária atualmente. No entanto, o que se pretende explicitar aqui é que os ministros poderiam ter usado a teoria de Robert Aléxy para definir as balizas desse princípio, da seguinte forma: finalidade da medida (evitando que o indivíduo que responde por processo na esfera criminal tenha a execução da pena iniciada); adequação (garantindo que o estado puna apenas aquele formalmente considerado culpado); necessidade (do trânsito em julgado para que se estabeleça culpa em sentença condenatória); proporcionalidade em sentido estrito: qualquer outra justificativa em prol da sociedade no sentido de garantir execução da pena antes da decretação do fim do processo fere o direito do réu a não culpabilidade. Este esquema representa, portanto, uma orientação à aplicação do princípio da proporcionalidade, evitando limitar o exercício de direitos além do necessário, uma forma de proteção ao núcleo essencial dos direitos constitucionalmente garantidos.

(Conclusão) Diante das mudanças de entendimento da Suprema Corte, podemos perceber a ausência de unificação teórica que embasasse as decisões, gerando o sentimento de insegurança jurídica. Desta feita, analisando as especificidades dessa temática, faz-se imperioso observar o último entendimento consolidado do STF sobre a constitucionalidade do art 283, do CPP e entender a importância formal do título transitado em julgado de sentença penal condenatória para que, só então, se possa atribuir a qualquer indivíduo a culpa por um crime.

Palavras-chave: Presunção de inocência. Execução. Relativização.

MULHERES INVISÍVEIS NO CÁRCERE: REFLEXÕES ACERCA DA DESIGUALDADE DE GÊNERO NO SISTEMA PRISIONAL FEMININO DO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

Isadora Bezerra Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) O tema acerca das mulheres encarceradas no Rio Grande do Norte apresenta inúmeros problemas que devem ser abordados, como por exemplo, a desigualdade de gênero diante de um sistema pensado para homens, além do superlotamento, e condições precárias vivenciadas por essas mulheres. Não obstante, é de suma importância a reflexão quanto a aplicação efetiva dos direitos fundamentais previstos pelo texto constitucional para a seara penal e processual penal. Ainda hoje, mesmo diante de um crescimento exponencial da população carcerária feminina no Estado, sendo 535 mulheres reclusas que representam a taxa de ocupação total de 185,76%, de acordo com Sistema Prisional em números (CNPM, 2019), o sistema penitenciário é pensado exclusivamente para homens, representando inúmeras violações e desigualdade de seus direitos ao serem silenciadas pelo sistema que as tornam invisíveis. Diante da problemática apresentada, é notório que o sistema penal pouco se preocupa com aquela minoria esquecida.

(Metodologia) O artigo apresenta uma análise do encarceramento feminino no Rio Grande do Norte, refletindo a respeito da atual situação.

(Resultados) É notório a relevância da análise sob a perspectiva de gênero para que seja possível abordar sobre os conflitos que envolvem o sexo feminino e masculino e, então, compreender a sistemática em que está inserida a mulher encarcerada no sistema prisional brasileiro, especificamente, no Rio Grande do Norte. Além disso, a desigualdade entre homens e mulheres é observada na esfera criminal a partir do instante em que as encarceradas possuem histórico de abandono, violência e dependência química. Não obstante, elas possuem a função, na maioria das vezes, de transportar as drogas aos consumidores, ficando, então, vulneráveis à prisão. A partir do momento em que são detidas, sujeitam-se à discriminação e ao tratamento cruel em relação ao gênero. Ante o exposto, segundo os últimos dados divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça (2019), 5,11% da população carcerária do Estado é representada por mulheres, divididas em 3 (três) estabelecimentos exclusivamente femininos e 1 (um) destinado aos dois sexos (masculino e feminino). No mais, em relação ao referido número de mulheres privadas de liberdade, havia um total de 10 (dez) presas gestantes, ou seja, 1,87%. Visto isso, apesar do percentual de mulheres em cárcere parecer pequeno, é mister apontar que o Estado do Rio Grande do Norte apresenta apenas 288 (duzentas e oitenta e oito) vagas de reclusão para 535 (quinhentas e trinta e cinco) mulheres, sendo assim, permite concluir que a taxa de ocupação total feminina é de 185,76%, enquanto a taxa de ocupação masculina é 168,67%.

(Conclusão) Nesse ínterim, novas prisões destinadas exclusivamente às mulheres foram criadas por todo o Brasil. Não obstante, de acordo com os últimos dados divulgados pelo DEPEN, apenas 7%, entre todos os presídios no território brasileiro, que são destinados apenas à detenção de mulheres (BRASIL, 2014, p. 33). Conforme a referida pesquisa, a maioria dos estabelecimentos penais femininos foram construídos para homens, mas com adaptações de alas e celas para mulheres, sem qualquer tratamento voltado para a ressocialização das presas, evidenciando assim, a desigualdade de gênero. Conclui-se que políticas públicas no tocante ao cárcere afetam a dignidade da mulher, uma vez que adotam um modelo exclusivamente masculino para a elaboração de suas diretrizes, elucidando a violência a que as mulheres são submetidas, tanto no âmbito físico, quanto no psíquico e emocional.

Palavras-chave: Desigualdade de gênero. Direito Penal. Invisibilidade. Mulher encarcerada. Sistema prisional.

O ABANDONO AFETIVO INVERSO E SEUS REFLEXOS NA VIDA DO IDOSO NO BRASIL E A POSSIBILIDADE DE RESPONSABILIZAÇÃO

Autor(es):

Nathália da Silva Rodrigues: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Emmanuelle de Oliveira Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) É na família que iniciamos nosso processo de aprendizado, socialização e educação. É onde compreendemos como funciona a vida e onde nos sentimos acolhidos para voltar sempre que for necessário, onde os laços transpassam apenas a consanguinidade e são cheios de afeto e cuidado. Nessa perspectiva, apesar da família, em tese, ser o lugar para nos sentirmos acolhidos e cuidados, percebe-se cada vez mais casos de abandono de idosos dos mais diversos modos, sendo um deles o afetivo. Esta falta de amparo e cuidado causa ao idoso diversas consequências em sua saúde psicofísica. Tendo isso em vista, é indiscutível a realização da pesquisa para que se possa cada vez mais assegurar o direito do idoso e buscar formas preventivas que evitem tanto descaso com esta classe tão frágil e que, muitas vezes, dedicou a vida para aqueles que ao final os abandonam.

(Metodologia) Método de abordagem: dedutivo, visto que através das análises e exploração pelo conteúdo se chegou a uma conclusão, se valendo de um caráter exploratório. Além dos métodos de procedimento estatístico e funcionalista, tendo em vista que através do primeiro foram coletados dados de importante relevância para a compreensão do contexto do idoso, bem como o segundo visando o estudo da sociedade com intuito de averiguar a relação dos idosos com seus descendentes e/ou responsáveis. E, por fim, utilizando a pesquisa bibliográfica, documental e a presença técnica de histórias de vida.

(Resultados) O IBGE informou que, entre 2012 e 2017, a população de idosos no país saltou mais de 19%, e, no mesmo período, o número de homens e mulheres com 60 anos ou mais nos albergues públicos cresceu 33%, isto sem contar com os alojamentos privados, se não o número ficaria ainda mais expressivo. Esses dados mostram como o desamparo familiar com relação aos idosos cresceu, o percentual de idosos em albergues públicos é quase o dobro da porcentagem do salto populacional dos mesmos, ficando evidenciado o quanto o abandono está crescendo. Além disso, as denúncias pelo Disque 100 (canal telefônico disponibilizado pelo Governo Federal para denúncias de violação dos direitos humanos) tem uma incidência de oitenta por cento dos casos serem relacionados com o abandono de idosos. O abandono afetivo inverso consiste na situação onde os filhos negligenciam e abandonam afetivamente os seus pais idosos. A CF/88 dispõe que assim como os pais tem deveres a cumprir para com seus filhos na infância e adolescência, este dever é recíproco no que diz respeito aos deveres e cuidados que os filhos devem ter com seus pais na velhice.

(Conclusão) Apesar dos idosos terem os seus direitos garantidos, nem sempre estes são respeitados. Conclui-se, portanto, que está disposto em lei as sanções para os que abandonam, inclusive com a possibilidade de passar até mesmo para a esfera penal, tendo os idosos amparo dos princípios da afetividade e solidariedade familiar. Contudo, resta ser estipulado pelo Judiciário a possibilidade de indenização ao idoso, buscando que seja estabelecido um senso de consciência e responsabilidade pelos abandonantes e, conseqüentemente, que não voltem a repetir as condutas delituosas.

Palavras-chave: Abandono afetivo inverso. Idosos. Responsabilização civil.

O ABANDONO DIGITAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E O QUE REGE A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA QUANTO AO TEMA

Autor(es):

Bianca Chacon Barbalho Simonetti: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Emmanuelli Karina de Brito Gondim Moura Soares: Docente do UNI-RN

(Introdução) Com o surgimento da internet, a sociedade adaptou-se a nova realidade tecnológica, incluindo assim, diferentes tipos de pessoas das mais diversas faixas etárias. As crianças, por sua vez, já nasceram introduzidas nesse meio, aprendendo a fazer uso da internet desde os primeiros anos de suas vidas. A realização desta pesquisa visa o estudo de possível abandono digital dessas crianças e adolescentes, como também trabalha a possibilidade de responsabilização parental frente ao mesmo, trazendo quais os impactos, o que leciona a legislação brasileira e o ECA, dando ênfase ao atendimento do Princípio do Melhor Interesse, e a importância da eficácia desses ordenamentos diante da problemática.

(Metodologia) A pesquisa a ser realizada neste trabalho pode ser classificada como aplicada e exploratória, isto porque a mesma consiste em voltar o estudo científico para a solução de um problema específico, que é o abandono digital de crianças e adolescentes, como também tem como objetivo explorar tal problemática, tornando-a mais clara, indo assim, em busca de soluções para a mesma. Enquanto procedimento, este trabalho se realizará por meio de observações indiretas, pois não contará com pesquisas de campo, e sim com dados presentes em fontes de papel. Ainda, se utilizará de artigos com análises de especialistas, livros, análises de casos, e dados estatísticos.

(Resultados) Diante do estudo realizado e das informações coletadas, trouxe que as crianças e adolescentes são tidas como personagens vulneráveis no meio tecnológico, por mais que já nasçam inseridas no mesmo. Consoante a isso, os problemas abordados aqui foram sendo desenvolvidos e realizados na medida em que a sociedade passava a ingressar mais ao meio tecnológico. Em consequência, a legislação brasileira, procurou aplicar medidas que garantissem segurança a essas crianças expostas no meio em questão. A Lei do Marco Civil e a proteção garantida pelo ECA, são exemplos. Trazendo também a importância da participação desses responsáveis, em conjunto com o Estado, para que seja trabalhado o acesso ao excesso de informações e perigos que esse grupo está sujeito desde muito novos, no meio digital. Existindo, portanto, a necessidade da intervenção do Estado quanto a proteção de crianças e adolescentes no meio digital, legislando especificamente quanto ao assunto.

(Conclusão) Conclui-se que, a sociedade digital segue evoluindo rapidamente e espera-se o mesmo avanço ao Direito para se ter proteção para todos que estão inseridos na mesma. O abandono digital e os riscos que podem ser gerados devido a vulnerabilidade das crianças e adolescentes fazem com que elas estejam à mercê em caso desse abandono, comprometendo seu desenvolvimento psíquico ou emocional e facilitando que sejam vítimas dos diversos crimes. Dito isso, é buscado pleitear a segurança que devem gozar as crianças e adolescentes. Ainda, buscou-se discutir a importância do que legisla o ordenamento e os impactos obtidos e uma possível solução para a presente pauta, como a inserção da educação digital voltada para os indivíduos principais nessa pesquisa e a responsabilização do poder parental na garantia do Princípio do Melhor Interesse para os Menores.

Palavras-chave: Abandono digital. Crianças e adolescentes. Internet. Princípio do melhor interesse da criança e do adolescente.

O CÁLCULO DE BENEFÍCIOS É UM DIREITO FUNDAMENTAL?

Autor(es):

*Rafael Teixeira Ribeiro Dantas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Aldenir Gomes Falcão Júnior: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

Orientador(es):

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O trabalho busca fazer ponderações acerca do direito previdenciário brasileiro que, após a emenda constitucional nº 103 de 2019, alterou de forma significativa o cálculo dos benefícios previdenciários, se comparadas as formas de cálculos anterior e posterior aplicadas aos fatos geradores ocorridos antes e após a publicação da EC 103/19. É inegável que, do ponto de vista econômico, houve um prejuízo aos segurados e aos dependentes, pois a nova forma de calcular o valor dos benefícios visava, precipuamente, reduzir os valores pagos pela previdência social em detrimento de interesses individuais dos segurados. Contudo, levando-se em conta diversos princípios do Estado Democrático de Direito, dentre eles o princípio da segurança jurídica, em que o segurado foi inserido no Regime Geral de Previdência Social e iniciou seus respectivos recolhimentos para sistema de previdência que possuem uma natureza de seguro, podendo, inclusive; com ressalvas; ser comparado aos planos de seguro privados. Teria este segurado e os dependentes direito fundamental, considerado cláusula pétrea, com proteção, também, pelo princípio do não retrocesso? Tem-se, de um lado, o forte argumento da necessidade de reformas periódicas das regras de aposentadoria e cálculo dos benefícios previdenciários, a fim de adequar o momento econômico às condições do País para suportar o peso dos custos de um regime grandioso de previdência como o do Brasil sob pena de que o regime de previdência tornar-se um grande peso e, ao contrário do que se deseja, se torne como uma âncora que segura o desenvolvimento nacional. De outro lado, tem-se o princípio da proteção que vai resguardar os segurados e dependentes dos infortúnios da vida, considerando como risco social a que todos estão expostos. E que uma vez acontecendo, deve, a previdência social exercer sua função de proteção e não de submeter a pessoa do segurado ou sua família a dificuldades decorrentes da pesada limitação de recursos financeiros.

(Metodologia) Para alcançar os objetivos deste estudo, utilizou-se o método de abordagem hipotético-dedutivo. Com a realização de análise bibliográfica de doutrina e decisões recentes referentes ao tema.

(Resultados) Como Resultados são apresentadas decisões judiciais em que a fundamentação se baseia na sustentabilidade do sistema e que os argumentos usados para mudanças de cálculo são fruto de retórica vazia e que os princípios constitucionais que se referem aos sujeitos do segurado devem prevalecer, neste tempo, sobre o princípio de ordem econômica que funda a mudança legislativa e constitucional sobre direito previdenciário.

(Conclusão) Diante do exposto, conclui-se que; o peso, atribuído as famílias com a redução dos valores dos benefícios após a nova forma de cálculo estabelecida na EC 103/19, seria desproporcional em relação a "economia" aos cofres da previdência. Em que pese, a possibilidade de o governo poder ajustar as condições, requisitos e a própria maneira de se apurar o valor dos benefícios previdenciários; o preço que realmente se pagaria, como sociedade, seria o de expor uma parcela da população, acometida por algum risco social previsto em lei, a grandes dificuldades de cunho econômico. Dificuldades essas que não poderiam ser previstas pelo segurado quando ingressou no sistema Previdenciário. Sendo assim, mais uma afronta a princípio Constitucional a Segurança Jurídica. Por sua vez, o princípio da solidariedade ficaria mais adequado se fosse deslocado no sentido de conceder as famílias uma condição de dignidade e correspondente ao período anterior a ocorrência do fato gerador.

Palavras-chave: Direito Previdenciário; Direitos Fundamentais; EC 103/19.

O CANDIDATO HONESTO DEMAIS

Autor(es):

Adriel Augusto Cavalcanti de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Camila Giovanna Alves de Araújo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN

(Introdução) “O Candidato Honesto” é um filme de comédia protagonizado por Leandro Hassum (ator e humorista brasileiro) que conta a história de João Ernesto, deputado federal e candidato a presidência do Brasil durante sua campanha. Durante o filme, percebe-se comportamentos corruptos e imorais por parte do protagonista. Sendo assim, a obra retrata um político corrupto em campanha para o cargo mais importante da política brasileira que perde a habilidade de mentir.

(Metodologia) Utilizamos a análise da obra cinematográfica, consulta em críticas dos principais portais de entretenimento e pesquisas constitucionais e no conteúdo aprendido durante nossas aulas do curso para fazer comparação entre o enredo do filme e nossos estudos, mais objetivamente os princípios da administração pública presentes na Constituição Federal de 1988.

(Resultados) Compreendemos que João Ernesto era um político corrupto que perdeu a sua habilidade de mentir e foi obrigado a lidar com diversas situações onde sua legitimidade foi colocada a prova. O candidato teve que lidar com problemas familiares, ofensas aos seus aliados políticos, confissões de corrupção em uma CPI, imprensa e a pressão de um debate presidencial. Fizemos uma analogia com o conteúdo abordado em nossas aulas de Direito Constitucional II e o que mais chamou atenção foi como os princípios constitucionais da administração pública foram ignorados por diversas personagens. Nos fazendo chegar a nossa conclusão.

(Conclusão) O filme demonstra uma crítica caricata a cultura política brasileira que se mostra firme até os dias atuais. João utilizava de verba pública para viver uma vida de luxo e deboche com a população mascarada por um populismo direcionado a humildade e empatia. Durante as cena vemos pagamento de dinheiro para a campanha por cargos, um candidato a presidência confessando participação em esquemas de corrupção em uma CPI, utilização de fake news, entre outros atos ilegais e imorais praticados por João Ernesto. Ao colocarmos os princípios constitucionais da administração pública, sendo eles, princípio da legalidade, princípio da impessoalidade, princípio da publicidade, princípio da eficiência e princípio da moralidade, percebemos que todos eles são desrespeitados durante o enredo.

Palavras-chave: Cultura, política, administração, pública.

O CINEMA SOB A ÓTICA CONSTITUCIONAL

Autor(es):

Maria Clara Medeiros Gomes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Marcos Maciel Jacinto Ferreira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Brenda Leticia de Almeida Barbalho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Stanley Lima Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A presente pesquisa retrata, de forma crítica e comparativa, as diferenças existentes entre o regime político adotado na obra cinematográfica “V de Vingança” – filme de ação baseado na história em quadrinhos homônima de Alan Moore e David Lloyd, lançada em 1988 – e o regime utilizado pelo Brasil contemporâneo. Desse modo, utiliza-se a Constituição Cidadã, norma de maior importância no ordenamento jurídico brasileiro, a fim de equiparar e desaprovar o governo fascista da Inglaterra fictícia, que também vivia sob a égide de um regime totalitário. Com isso, por meio da pesquisa, pretende-se demonstrar a desarmonia encontrada em países que ainda hoje utilizam-se desse tipo de governo opressor e ditador, o qual corrobora para a ausência da dignidade da pessoa humana.

(Metodologia) A pesquisa foi organizada sob o método qualitativo, em que é salientada a importância das interpretações dos eventos.

(Resultados) A Constituição Federal no Brasil é uma decorrência natural de um regime político, no qual existe um povo subordinado às leis do Estado, em ambas as sociedades fictícia e real. Assim, o povo exige leis que regulamentem a função do Estado e proporcionem bem-estar à população, tornando impossível impedir a reação popular quando se trata das leis criadas para reger a sociedade. Dessa maneira, comparando as duas realidades, deduz-se que a sociedade prioriza a lei e a ordem político-social. Primeiramente, analisando o título III da constituição de forma comparativa com a realidade político-administrativo do filme, é possível definir a Inglaterra como a Capital Federal do Reino Unido, tese reforçada pela frase mais presente na obra, “Inglaterra Triunfa”. Ademais, como forma de influência política, o Fogo Nórdico integrou o cristianismo como religião nacional, sendo vetado qualquer outra forma de manifestação religiosa com penas graves, divergente da realidade brasileira, onde o Estado é laico. Devido a hegemonia inglesa, seu território se estende por todo o Reino Unido, com fiscalização constante dos meios de entrada e saída de produtos ou indivíduos no território, afora a proibição de qualquer tentativa separatista dos integrantes. Além disso, conforme os incisos do art. 21, a Inglaterra fictícia encontra-se em completo estado de sítio, no qual as ações militares e a força policial “Homens-dedo” atuam como a justiça e controle social, além de tudo, divergente da constituição brasileira, a hegemonia e a ideologia do partido não aceitam a celebração de paz entre as nações, como visto a criação da arma biológica e o grande poder militar para manter sua posição. Outrossim, comparando o art. 22 a 31 da constituição, toda a fiscalização de recursos e territórios está centralizada no próprio governo, não existindo quaisquer entidades federativas afora das forças policiais e militares para garantirem a segurança e controle de recursos e indivíduos. Por fim, o capítulo IV da Constituição aplica-se a realidade demonstrada no filme, tendo por diferença apenas a intervenção militar e uso da força bruta para manter a integridade nacional e a regência das questões internas, com pouco ou nenhum respeito à dignidade humana.

(Conclusão) Logo, comparando-se as cenas do filme à Constituição, nota-se a importância de se terem garantidos os direitos e deveres sociais, regido por uma Lei Maior que considere os direitos humanos e uma organização político-administrativa ética, com o fito de se obter o bem-estar social. Ademais, ainda que presentes estes benefícios na legislação, muitas vezes estão ausentes na vida dos atores sociais, contribuindo para um quadro nefasto.

Palavras-chave: Constituição Federal; ideologia; política.

O CONFLITO ENTRE O DIREITO À VIDA E A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Autor(es):

Antonio Eduardo de Araujo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho tem como base o grande conflito que teve no seio sociedade diante da ação direta de inconstitucionalidade nº 3.510 (ADI 3.510), no qual pós em antítese o artigo 5º da lei nº 11.105/2005, chamada Lei de Biossegurança e o Direito à vida, tido como um direito fundamental imprescindível e consagrado na Constituição Federal. A lei de Biossegurança deu permissão para que pudesse se realizar pesquisas científicas com células tronco embrionárias obtidas de embriões humanos inviáveis produzidos por fertilização in vitro, congelados há 03 (três) anos ou mais, com o devido consentimento dos genitores, que e desde que os projetos fossem submetidos à apreciação e aprovação dos respectivos comitês de ética em pesquisa. Porém após a sanção da Lei nº 11.105/2005 houve no país uma vasta reação contrária ao seu Art 5º, por uma parte de alguns segmentos sociedade brasileira. Houve ainda uma grande discussão de quando se daria o início da vida humana e se esses estudos não violariam questões da ética médica. Nesse contexto está inserido ainda o direito ao planejamento familiar, à liberdade e à paternidade, o dever do Estado de garantir a saúde de pessoas com várias doenças graves, que dependem dessas pesquisas para avançarem seu tratamento. Assim fica configurado o conflito entre os dois princípios ou direitos fundamentais.

(Metodologia) Foi utilizado método de pesquisa exploratória com a finalidade colher o máximo de informações sobre o tema, e realizar uma análise posterior do assunto. Partindo do material de estudo disponibilizado, dos objetos estudados na aulas e das pesquisas realizadas na Web, bem como caso concreto no qual há uma divergência entre dois Direitos fundamentais: o direito à vida (ART. 5º da Constituição) e o princípio à dignidade da pessoa humana (ART. 1º, inc. III da Constituição) que inclui o direito à saúde. O caso utilizado se baseia no julgamento pelo Supremo Tribunal Federal da Ação Direita de Inconstitucionalidade nº 3.510. De modo que, poderemos perceber que dever haver uma ponderação sobre os direitos fundamentais, e o operador do direito tem grande importância nessas resoluções de conflitos.

(Resultados) Os resultados presentes neste mostrarão a importância dos pesos e contrapesos nas soluções dos conflitos entre os direitos fundamentais das pessoas, que modo que se possa encontrar um senso comum independente de crença religiosa ou vertente política do operador do direito, de modo que ele possa encontrar soluções adequadas que respeitem a plenitude dos princípios e garantias constitucionais, em especial a dignidade da pessoa humana. Analisando o caso concreto a inviolabilidade do direito à vida foi o princípio mais questionado em relação ao seu alcance e à sua violação ou não pela Lei 11.105, trazendo para o cerce da discussão jurídica a opinião de cientistas e pesquisadores, que juntas foram de suma importância para a construção da opinião majoritariamente aceita pelo STF que julgou improcedente a ADI 3510, proposta pelo Procurador da República.

(Conclusão) Nenhum princípio ou direito fundamental é absoluto quando entra em conflito com outro, carecendo de ponderação e considerando o caso concreto. Analisando os procedimentos que foram adotados no julgamento da ADI 3510, para que os juristas pudessem confrontá-los com os princípios constitucionais, de modo a ponderar qual a melhor decisão a ser tomada, com o objetivo de equilibrar as garantias do direitos fundamentais, podemos concluir que não há qualquer violação do direito à vida pela autorização das pesquisas com células-tronco embrionárias e que outro princípio garantido constitucionalmente da dignidade da pessoa humana, foi respeitado.

Palavras-chave: Princípio da dignidade humana. Direito à vida. Células Tronco. Conflito

O CONFLITO ENTRE O RECURSO ESPECIAL 1819075 E O DIREITO DE PROPRIEDADE

Autor(es):

Daniel Silveira Santiago: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Artigo 1.1228 do Código Civil dispõe que o proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer injustamente a possua ou a detenha (BRASIL, 2002), já o REsp 1819075, autoriza os condomínios edilícios de fim residencial a deliberarem em assembleia acerca da permissão da utilização das unidades condominiais para fins de hospedagem atípica, por intermédio de plataformas digitais. Isto posto, sabemos que a propriedade privada tem origem nos primórdios da sociedade, passando por todo o desenvolvimento histórico e perdurando até os dias hodiernos. No Brasil, temos que a propriedade é um direito real, que são as relações jurídicas estabelecidas entre pessoas e coisas determinadas ou determináveis, tendo como fundamento principal o conceito de propriedade, seja ela plena ou restrita, como reitera Tartuce (2019). Já a Lei de Locações, preceitua que as locações por temporada são aquelas que não ultrapassam os 90 dias. Com isso, o REsp dispõe que a locação via plataformas digitais como um contrato atípico de hospedagem, e, assim, não se enquadraria no texto legal anteriormente citado. Isto posto, discute-se os entraves da economia compartilhada e do uso de plataformas digitais no Brasil.

(Metodologia) No trabalho, faz-se necessário a utilização do método dialético, caracterizado pela análise comparativa de ideias, ou seja, será analisado divergentes teses sobre o tema supracitado com o fito de gerar uma conclusão sobre essas, esclarecendo assim, a extensão dos direitos e limites das partes envolvidas, tanto do proprietário, quanto dos condôminos, buscando esclarecer os conceitos de natureza jurídica de hospedagem e de locação, assim como questionar o poder da convenção em vedar a atividade no condomínio residencial. Outrossim, foi utilizada a pesquisa Bibliográfica, além da análise de jurisprudências, em especial o entendimento do STJ.

(Resultados) Com base da análise acadêmica, constata-se que, de fato, existe um contrato atípico de hospedagem, no qual o mundo da “modernidade líquida”, como é trazido por Zigmund Bauman, facilita o contato entre o locador e o locatário. Nesse interim, a Constituição Federal é clara ao trazer em seu artigo 5º, incisos XXIII e XXIII, o direito a propriedade como direito fundamental e que deverá atender uma função social. Sendo assim, no que pese ser um contrato atípico de hospedagem, conforme exposto pelo STJ, e haver a divergência entre a definição se o aluguel por Airbnb se enquadrar na locação por temporada ou se seria um contrato de hospedagem. Essa modalidade de aluguel, por meio de plataformas digitais, independentemente de sua classificação atende a função social da propriedade.

(Conclusão) Ante o exposto, nota-se que o tema abordado encontra-se em uma lacuna legislativa. Sendo assim, encontra-se em aberto diversas possibilidades e interpretações. No entanto, pelo fato do direito a propriedade ser um preceito constitucional, enquanto tal omissão não seja sanada, dever-se-á respeitar o artigo 5º da CF nos casos em que a propriedade atenda sua função social.

Palavras-chave: Airbnb. Condomínio. Convenção condominial. Código Civil. Direito de propriedade.

O CONFRONTO ENTRE A DÉCADA DE 60 AMERICANA E A CF88 BRASILEIRA

Autor(es):

Roberto Francisco Guedes Lima Filho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Vinicius Gurgel Batista: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente artigo trata sobre o filme "Os Sete de Chicago" e, relaciona-o com os acontecimentos marcantes que aconteceram nos últimos anos no Brasil, como, por exemplo, as manifestações contra a então Presidente Dilma Rousseff no ano de 2016, as manifestações contra a realização da Copa do Mundo no Brasil e os movimentos contra os atos racistas. O trabalho abrange mais concretamente, os atos pacíficos de manifestações políticas, e sua relação constitucional, mostrando os direitos conquistados pela sociedade ao decorrer dos anos.

(Metodologia) A metodologia utilizada para a construção desse presente artigo foi voltada para um estudo de caso, enriquecida pela análise do próprio filme (por meio da plataforma de streaming Netflix), e trechos de entrevistas sobre os casos das manifestações.

(Resultados) Tendo como base a análise do filme em questão, observa-se a divergência de algumas cenas do filme em relação ao que está escrito na Constituição Brasileira, como, por exemplo, o direito à livre manifestação e o direito à ampla defesa e contraditório. No filme vê-se um Juiz extremamente parcial, interrompendo a todos os momentos os advogados de defesa, acusando os defensores de desacato pelo simples fato de falar somente a verdade, não garantindo aos réus o direito de fala e, também, descartando o testemunho que fosse favorável aos réus. Além disso, um dos réus não teve direito à presença de seu advogado. Por conseguinte, comparando com o que diz a Constituição do Brasil, evidencia-se um julgamento ilegal sem respeitar o direito do Contraditório e Ampla Defesa e, também, a Plenitude de Defesa.

(Conclusão) Destarte, com a análise do filme e com as pesquisas e buscas realizadas, vê-se a importância da evolução da sociedade em forma de democracia. Além disso, observa-se o poder da Constituição Federal Brasileira que, em seus artigos, prevê atos como os apresentados, e mesmo com qualquer governo à frente da nação, a CF não deixará de ser válida nem soberana. Ademais, o filme retrata de maneira dramática, a forma como eram tratadas as manifestações em tempos passados, com uso excessivo da força policial e, ainda, com o racismo imperando entre os comandantes do Estado. Logo, a partir disso, observa-se como a sociedade em geral evoluiu, trazendo de vez a liberdade de expressão e um Estado Democrático de Direito cada vez mais forte.

Palavras-chave: Os Sete de Chicago, Direitos Humanos, Direito Constitucional.

O DEVER DO CUIDADO: UMA PRERROGATIVA DO PODER FAMILIAR

Autor(es):

*Simone Maria de Oliveira Soares Mello: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Cynthia Cavalcanti Moura de Melo Faria: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

Orientador(es):

Emmanuelli Karina de Brito Gondim Moura Soares: Docente do UNI-RN

(Introdução) O poder familiar é o poder exercido pelos pais em relação aos filhos que decorre do vínculo jurídico de filiação, dentro da ideia de família democrática, do regime de colaboração familiar e de relações baseadas, sobretudo, no afeto, visando a garantia do melhor interesse da criança e do adolescente e a consequente proteção da sua saúde física e mental, segurança e bem-estar. Tal instituto é de fundamental importância para o Direito da Família, por esse motivo vimos a necessidade de aprofundarmos no assunto.

(Metodologia) O presente estudo tem como foco a compreensão do conceito de poder familiar e de seus desdobramentos. Fizemos um levantamento doutrinário e da legislação vigente, mais especificamente do Código Civil, da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente.

(Resultados) O poder familiar encontra-se preceituado no Código Civil brasileiro nos arts. 1630 a 1638 e, de acordo com esse dispositivo legal, os filhos estarão sujeitos ao poder familiar até atingirem a maior idade civil. O poder familiar abarca tanto direitos como deveres, sempre em prol daquilo que beneficiará a criança e o adolescente. Tendo como base os parâmetros elencados pela Constituição Federal em seu art. 227, os cuidados com os menores devem englobar o zelo com a saúde, a educação, a alimentação, o lazer, a profissionalização, a cultura, a dignidade, o respeito, a liberdade, a convivência familiar e comunitária, além da proteção contra situações de negligência, violência, discriminação, crueldade e opressão. É nesse cenário que, caso o poder familiar não seja exercido de forma adequada, caberá aos seus detentores uma responsabilidade civil por abandono afetivo. O Código Civil, em seu art. 1.637, enumera situações em que o poder familiar pode ser suspenso ou, em casos mais extremos, perdido. Também cabe citar a importante decisão do STJ que condenou pai a indenização por danos morais em virtude de abandono afetivo da filha, em que a Ministra Nancy Andrighi afirmou de forma brilhante que “amar é faculdade, cuidar é dever”. Levando em conta os aspectos emocionais, é de concordância entre os principais autores da psicologia que na primeira infância a personalidade humana será formada. Marcas ocorridas nesse início de vida trarão consequências para todo o desenvolvimento humano. Os responsáveis pela criação das crianças e adolescentes, aqueles que são os detentores do poder familiar, não podem se omitir de suas responsabilidades e nem da importância que suas ações e omissões terão no desenvolvimento daquele indivíduo. No entanto, ações equivocadas dos pais não podem ser tidas como o único fator que determina um comportamento inadequado do indivíduo. Desse modo, numa análise jurídica, cabe levar em conta cada caso concreto, para então, só se for cabível, se responsabilizar os detentores do pátrio poder por suas ações e omissões. Além do Código Civil brasileiro, O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) dispõe sobre o poder familiar bem como trata sobre as possibilidades de perda e suspensão do poder familiar.

(Conclusão) O conceito de poder familiar e seus desdobramentos encontra-se disciplinado no nosso Código Civil, na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Associa-se a diversos direitos e deveres. Caso o instituto seja desrespeitado, causando prejuízos ao menor, o detentor do poder poderá ser responsabilizado, podendo chegar a ter o poder familiar suspenso e, em casos mais extremos, até ocorrer sua perda.

Palavras-chave: Poder familiar. Pátrio poder. Poder parental. Abandono afetivo. Responsabilidade civil.

O DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO OBJETIVISTA E O PRINCÍPIO DO “IN DUBIO PRO SOCIETATE” COMO GARANTIA DE DIREITOS DA SOCIEDADE INTERNACIONAL EM TEMPOS DE GUERRA

Autor(es):

Joyce Rayane Alves dos Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) Derivada das fatalidades da segunda guerra mundial, a fase objetivista do Direito Internacional Público surgiu em um cenário de positivismo jurídico exacerbado internacionalmente. Nesse contexto, tribunais internacionais como o de Nuremberg e Jerusalém foram pioneiros ao buscar por meio da valorização da dignidade da pessoa humana, bem como por princípios e valores, a responsabilização daqueles que cometeram assassinatos, extermínios, escravidão, deportação, abuso de poder, entre outros crimes. Dessa forma, o Direito Internacional Público Objetivista resgatou os princípios do Direito Natural, permitindo que, mesmo sem lei e/ou voluntarismo, os culpados fossem efetivamente punidos. Tal atitude pode ser interpretada sob uma ótica do “in dubio pro societate”, em que crimes de guerra são punidos, independentemente da anterioridade de lei específica, tendo em vista a urgência da salvaguarda de direitos de toda sociedade internacional.

(Metodologia) Para a compreensão da presente temática foi realizada uma análise por meio da pesquisa bibliográfica e qualitativa sobre a corrente objetivista do Direito Internacional Público. Assim, trata-se de um estudo sobre a conjuntura dos tribunais internacionais no pós-segunda guerra mundial e o surgimento do pensamento objetivista, o qual permitiu resposta jurisdicional adequada por meio da valorização da sociedade internacional sobre a positividade “pura” do direito.

(Resultados) O Direito Internacional Público Objetivista se deu como resposta à urgência de uma nova perspectiva na aplicação do direito no pós-segunda guerra mundial, momento em que crimes de guerra foram a pauta. Nessa perspectiva, o Tribunal de Nuremberg foi o primeiro, por meio da teoria objetivista, a responsabilizar em juízo os causadores de conflitos, homicídios, extermínios, perseguições, escravidões e torturas. Nesse caso, a base de argumentação da defesa dos réus repercutia uma visão voluntarista, em que não se exigia responsabilidade pelos atos praticados, tendo em vista que seriam o cumprimento das ordens, tanto do direito alemão vigente à época dos fatos, quanto dos superiores militares, além da sustentação de que a vontade nacional deveria se sobrepor inclusive nos assuntos internacionais, independentemente da gravidade do tema. Dessa forma, para a aplicação da justiça nos casos de defesa da sociedade internacional em tempos de guerra se faz necessária uma postura que repercuta o princípio do “in dubio pro societate”, o qual determina que havendo dúvidas sobre determinada matéria em um processo penal, deve-se julgar favorável à sociedade. Assim, mesmo que os crimes praticados não se encaixem em nenhum tipo penal naquele momento, devido às circunstâncias excepcionais, perdurará a prevalência da segurança da sociedade internacional e, por conseguinte, a efetivação da justiça em crimes contra a paz e dignidade da pessoa humana.

(Conclusão) Por meio desta pesquisa é possível notar a relação entre o Direito Internacional Público Objetivista e o princípio do “in dubio pro societate”, tendo em vista a perspectiva da prioridade dos princípios “Jus Cogens”, isto é, dos princípios que zelam pela dignidade da pessoa humana, da segurança internacional e da paz, sendo regras que devem prevalecer sobre quaisquer outras. Desse modo, a resposta jurisdicional deve ser em favor da sociedade internacional, especialmente em tempos de guerra, momento em que há maior necessidade da valorização dos direitos e das garantias individuais.

Palavras-chave: Jus Cogens. Direito Internacional Objetivista. Sociedade Internacional.

O DIREITO PREVENTIVO COMO PROPULSOR DE ESCALABILIDADE E REDUÇÃO DE LITÍGIOS EM EMPRESAS

Autor(es):

Esther Sales Tinôco: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ursula Bezerra e Silva Lira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Mediante contexto de sobrecarga do Poder Judiciário, foram instituídas medidas de incentivo às formas alternativas de resolução de conflitos, especialmente com o advento da Resolução nº 125, do CNJ, e o Código de Processo Civil de 2015. Surge, pois, a necessidade de modificar a cultura do Brasil de agir apenas de forma reativa, havendo pouca atuação preventiva com a advocacia extrajudicial. Esse modelo de advocacia tem como objetivo mitigar os riscos jurídicos que passam despercebidos nas organizações, reduzindo a probabilidade de judicialização futura. Assim, o advogado empresarial seria procurado para prover orientações jurídicas e acompanhamento da dinâmica empresarial, onde as partes possuem autonomia e independência perante o Judiciário, colaborando, portanto, por um Direito menos litigante e mais célere, fator que promove escalabilidade nas empresas. Importante destacar que o conceito de escalabilidade passa pelo aumento da força produtiva das empresas sem aumento proporcional dos custos, elevando seu potencial de expansão.

(Metodologia) A metodologia a ser aplicada no presente trabalho é de pesquisa exploratória, tendo como foco a abordagem qualitativa de método hipotético-dedutivo, onde será analisada a hipótese de redução de litígios e escalabilidade de empresas a partir da aplicação do Direito preventivo. Como fontes de pesquisa, utilizar-se-á a pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e estudo de caso.

(Resultados) A presente pesquisa ainda está em andamento. Até o presente momento entende-se que a advocacia preventiva, considerada como um conjunto de ações que prevê, sistematiza e cria mecanismos para evitar ou reduzir os riscos, é um caminho para mitigação dos litígios com poder real de impacto no planejamento estratégico das empresas. Para tanto, percebe-se que no Brasil a cultura do litígio ainda intrínseca precisa ser modificada, fazendo-se necessária a comprovação do real impacto da prevenção na saúde financeira das empresas mediante associação do Direito preventivo com a excelência na gestão empresarial.

(Conclusão) Diante do exposto, mesmo a pesquisa ainda estando em andamento, conclui-se que é latente a necessidade de mudança da cultura do litígio no Brasil, para tanto sendo indispensável o fortalecimento de uma advocacia preventiva que preste às empresas uma assessoria contínua e personalíssima.

Palavras-chave: Direito Preventivo. Advocacia Extrajudicial. Gestão Empresarial. Desjudicialização.

O DISCURSO DE ÓDIO SOBRE A COMUNIDADE LGBTQIA+ E A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Autor(es):

*Linniker José dos Santos do Nascimento: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Robson Max Moreira Balbino: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

Orientador(es):

Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) A luta por direitos pelo grupo LGBTQIA+ ainda é extensa e contínua, com um trabalho lento pela sociedade, com diversos preconceitos e gargalos que vedam uma sociedade harmônica e social. O discurso de ódio sobre a comunidade LGBT é presente, e necessita de debates e destaque não apenas no meio acadêmico, mas na própria sociedade. O trabalho dos direitos humanos é essencial para combater o ódio a grupos, e a assistência prestada pelo Estado apresenta uma sociedade que vive para uma constituição social, como também o crime de homofobia infere na violação do direito humano fundamental de liberdade de expressão da singularidade humana.

(Metodologia) O presente trabalho através de análises bibliográfica, usou de artigos que abordam sobre o Discurso de ódio sobre o grupo LGBTQIA+, como também venha a inferir a dignidade da pessoa humana, e entendimentos jurídicos, jurisprudências. A partir da ferramenta Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e google acadêmico, buscou artigos que venham a crescer no crescimento do tema, buscando por palavras-chave, livros e artigos que apresente dados que infere-se ao devido tema.

(Resultados) De acordo com as pesquisas, apresentou-se ainda um enorme impacto contra o grupo LGBTQIA+, além do mais, esse ódio cresceu ainda mais, diante das Eleições de 2018 (PESSOA, 2020) Em que grupos usavam de redes sociais para atacar defendendo um viés político autoritário, como os próprios representantes políticos apresentando pensamentos contra a dignidade da pessoa humana, em referência ao grupo. O crescimento desses ataques afeta toda uma história que ganhou uma luta que teve um grande capítulo entre o grupo social, ainda lê-se dessa forma, junto ao partido de esquerda, destacando a sexualidade como sociabilidade de conotação política, fundada a partir de Estado democrático de direito com pluralidade e laicidade (SILVA E RUBIO, 2018). Esse tipo de comportamento faz retroagir a uma época que retira direitos essenciais fundamentais para sociedade viver de forma respeitosa e harmônica, respeitando as suas singularidades. Usam de princípios até religiosos, condenado pessoas sem que tenham nenhum respaldo social, jurídico e sim apenas doentio e criminoso.

(Conclusão) Esses pensamentos e comportamentos não são de legítimos, a constituição brasileira, uma constituição social, que defende em um dos objetivos fundamentais, no art. 3, que deve promover o bem de todos, sem que preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Como também encontra-se no art. 5, sobre a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdade fundamentais. Ou seja, respalda o respeito e a dignidade social sobre a comunidade, como criminaliza o comportamento tóxico, que advém de grupos radicalista sobre a pauta. O Estado tem um papel fundamental diante da relação coletiva, guiando em acordo ao respeito da singularidade humana, sobre aviolação do direito humano.

Palavras-chave: LGBTQIA+. Dignidade da pessoa humana. Direitos sociais.

O ESTIGMA DA FALTA DE CONHECIMENTO SOBRE ABORTO NO BRASIL E O PERIGO DA PRÁTICA ILEGAL.

Autor(es):

*Francisco Carvalho Leao Junior: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Rita de Sousa Rodrigues: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Débora Taise Oliveira de Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A prática abortiva quando cometida pela gestante ou com o consentimento da mesma é crime no Brasil, sendo permitida em apenas três situações específicas: gravidez resultante de violência sexual, probabilidade de risco à vida da gestante e em caso de anencefalia. Tal prerrogativa resulta em aumento da procura por procedimentos abortivos clandestinos que trazem inúmeros malefícios às mulheres que se acometem. Com isso, faz-se imperiosa a análise dos fatos que contribuem de má forma e provam o perigo do aborto ilegal.

(Metodologia) Esse Trabalho teve por base o levantamento bibliográfico realizado através de pesquisas e produções acadêmicas dos seguintes autores: "Necessidades em saúde de mulheres vítimas de violência sexual na busca pelo aborto legal" Danyelle Leonette Araújo dos Santos, Rosa Maria Godoy Serpa da Fonseca; "Aborto: um direito da mulher" Silvia Pimentel; "Evangélicos e aborto na constituinte (1987-1988)" Sydnei Melo, Universidade Estadual de Campinas; "Internações por aborto no Brasil, 2008-2018: estudo ecológico de série temporal" Maíra Dutra Uliana, Daniela Ferreira D'Agostini Marin, Maura Belomé da Silva, Camila Giugliani, Betine Pinto Moehlecke Iser; "Aborto e democracia" Luis Felipe Miguel.

(Resultados) Foram registrados através de pesquisas que mais de 60 hospitais responsáveis para realizar atendimento médico para as mulheres que sofreram violência sexual, apenas uma quantidade inferior a 40 realizaram aborto legal, além disso para realizar o atendimento ocorre uma grande burocracia no acesso ao direito de abortar. Além dessa burocratização, ocorre a falta de informação do acesso ao aborto legal, pois muitas vítimas de estupro desconhecem esse direito e foram ter ciência apenas quando pesquisam na internet sobre a prática do aborto ilegal. No interior do Brasil essa situação se agrava ainda mais, pois além da desinformação, ocorre também os julgamentos, resultado do estigma associado ao aborto que se perpetua no Brasil pela influência da Igreja Católica. Com todas essas dificuldades e preconceitos enraizados na sociedade brasileira, uma pesquisa feita Organização Mundial da Saúde revela que entre os anos de 2015 e 2019 ocorreram mais de 70 milhões de abortos e só 55% deles não foram abortos ilegais, feitos de maneira clandestina, podendo causar internações em hospitais, sequelas permanentes ou a morte. Mesmo que a legislação brasileira permita no código Penal de 1940, a interrupção da gravidez em caso de estupro ou se a vida da gestante esteja em risco, foram feitos 1 milhão de abortos clandestino e que levaram a mais de 100 mil internações hospitalares, por conta das complicações e condições precárias que muitas mulheres encontram para realizar a prática do aborto.

(Conclusão) Em virtude dos fatos mencionados na pesquisa, conclui-se que muitas mulheres não têm acesso ao conhecimento do aborto legal fazendo com que o clandestino tenha sucesso na promoção de altos índices de mortalidade e sequelas. Desse modo, é imprescindível que medidas de controle sejam tomadas. É de dever governamental que sejam criadas políticas públicas de apoio ao público feminino que se encontra em situação de vulnerabilidade e ignorância com o que diz respeito ao assunto. Desse modo, tendo maior pregação sobre a temática e criação de projetos de segurança à mulher, idealizados pelos prefeitos de cada município do país, teremos um Brasil onde esse não será mais um problema.

Palavras-chave: Aborto, estigma, conhecimento, burocracia e legalização

O EXCESSO DA LEGÍTIMA DEFESA E OS MEIOS USADOS PARA DETERMINÁ-LO

Autor(es):

Vívian Frossard Maia Pereira Marinho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A legítima defesa que está disposta no artigo 25 do código penal, sendo uma forma dos indivíduos se defenderem de uma agressão que está sofrendo, no qual o Estado não está presente para fazer a defesa, sendo, dessa forma, necessário que haja por si próprio e que ocorra no exato momento em que está acontecendo a agressão, uma vez que descaracterizará a legítima defesa se feita momentos após a agressão. O artigo 25 do Código Penal também traz alguns requisitos necessários para ser considerado legítima defesa, tais como a injusta agressão atual ou iminente, de direito próprio e até de direito alheio, devendo a reação ser de forma moderada dos meios cabíveis, e na ausência de um desses requisitos, seja de ordem objetiva ou subjetiva, será descaracterizada a legítima defesa. De acordo com o artigo 23 do Código Penal brasileiro, em seu inciso II, propõe que não será crime quando o agente agir em legítima defesa, uma vez que exclui as excludentes de ilicitudes, porém, no parágrafo único do mesmo artigo está explícito que o mesmo responderá pelo excesso, seja dolosa, com intenção, ou culposamente, isto é, sem a intenção de exceder.

(Metodologia) Tendo em vista a natureza do problema de pesquisa, o método de abordagem que é utilizado neste projeto é o dedutivo, também conhecido como método hipotético-dedutivo, haja vista que será analisado e estudado a lei do código penal brasileiro, tendo como base os artigos 23 e 25 do mesmo, assim como jurisprudências, artigos e bibliografias. A metodologia/ a técnica de pesquisa que está sendo utilizada é por meio de pesquisas bibliográficas referentes à área penal, de modo que partir de obras relacionadas ao assunto, são feitas análises e comparações, analisando a problemática da legítima defesa, como também o seu excesso e os meios usados para definir esse excesso, como também diferentes casos concretos e como foram analisados perante a justiça brasileira.

(Resultados) A pesquisa ainda está em andamento, não havendo, portanto, resultados, se tornando inconclusivo.

(Conclusão) Como já dito anteriormente, a pesquisa ainda não foi concluída, não havendo resultados, dessa forma, não havendo uma conclusão.

Palavras-chave: legítima defesa; excesso doloso ou culposo; defesa; exclusão de ilicitude.

O FILME “TROPA DE ELITE 2” SOB A ÓPTICA DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO DIREITO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO

Autor(es):

Maria Fernanda Mendonça Carvalho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Anna Heloise Lima da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O filme “Tropa de Elite 2: o inimigo agora é outro”, protagonizado por Capitão Nascimento – personagem esse vivido pelo ator Wagner Moura –, apresenta uma envolvente trama que, apesar de fictícia, baseia-se em diversos eventos reais bem como aposta em imagens caricatas de figuras polêmicas da realidade política carioca. Ao longo de seu desenrolar, são abordados problemas relativos à segurança e ao poder públicos, com enfoque em sua corruptibilidade, corriqueiros à realidade das classes mais baixas da cidade, contudo, frequentemente negligenciados – ou mesmo, financiados – pelas classes dirigentes da sociedade. Face ao cenário ora descrito, é apresentado aos telespectadores o funcionamento da burocracia alusiva à administração pública, a partir do qual é possível tecer uma análise de cunho jurídico sob essa visão.

(Metodologia) Com o fito de se alcançar os objetivos acima propostos, esta pesquisa utilizar-se-á da metodologia da análise fílmica e doutrinária, com respaldo no método indutivo, para analisar os elementos referentes à organização político-administrativa da máquina pública inseridos no filme sob a óptica do Direito Constitucional brasileiro.

(Resultados) Em seu decorrer, o longa-metragem desnuda os princípios regentes da administração pública “quais sejam, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”, assim como a sua desobediência nas ações de servidores e agentes públicos. Ademais, mostra a prática de crimes de responsabilidade por parte do chefe do Poder Executivo estadual em suas atitudes omissivas e comissivas que atestam o seu abuso de poder e o seu não comprometimento com o bem comum da população para a qual governa. Por fim, como consequência, é instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) com a finalidade de investigar o esquema de corrupção que envolvia não somente o governador da Unidade Federativa do Rio de Janeiro mas também membros do Poder Legislativo – em especial, os deputados estaduais – e da instituição policial – com destaque para os milicianos e para a Polícia Militar.

(Conclusão) Face ao exposto, os conceitos e as questões levantadas no filme condizem com as disposições da Constituição Federal e o entendimento doutrinário majoritário. Além disso, é importante frisar a relevância da metodologia de análise fílmica para a compreensão dos principais conceitos do Direito Constitucional brasileiro. Uma vez que os conceitos são muito abstratos, torna-se essencial agarrar-se a modelos de estudos baseados na materialização dessas definições, método esse que apresenta diversos benefícios, dentre os quais se podem citar o vislumbre da aplicação prática de institutos pouco usuais na realidade corriqueira da organização político-administrativa nacional, assim como o desenvolvimento da análise crítica não só das situações apresentadas no longa-metragem, mas também daquelas vivenciadas no cotidiano.

Palavras-chave: Administração Pública. Organização Político-Administrativa. Direito Constitucional.

O IMPACTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS NA ADMINISTRAÇÃO DOS CONDOMÍNIOS EDÍLIOS, SOBRE A LUZ DA NORMA REGULADORA N.º 2 DA AGÊNCIA NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS.

Autor(es):

Agenor Francisco dos Santos Neto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Com a criação da Lei Geral de Proteção de dados (LGPD), Lei Federal de n.º 13.709 de Agosto de 2018, buscou o legislador proteger, tanto em vias físicas quanto em digitais, as transações de dados dos cidadãos do brasileiros, ou como denominado pela própria lei, os titulares de dados. Com o advento da norma regulamentadora n.º 2 da ANPD, restou -se evidenciado, tanto na doutrina como na jurisprudência, que os condomínios edilícios por serem entes despersonalizados e detentores de variados dados, inclusive, dados considerados sensíveis, deveriam também se adequar ao controle e proteção de dados, seguindo a inspiração do modelo europeu, denominada de General Data Protection Regulation (GDPR).

(Metodologia) devido a abrangência do tema, e o seu enfoque que será, necessariamente, os impactos, necessita de uma pesquisa com o método funcionalista, pois será necessário um estudo da comunidade que reside nos condomínios edilícios, em conjunção com suas ações do dia a dia, sendo controlado pela gestão condominial. E também deve-se analisar a comunidade antes e depois da aplicação da LGPD, e o próprio plano de governança, deve-se buscar o método comparativo. Por fim, deve-se salientar a necessidade de aplicação de premissas, para entender qual o caminho certo ao condomínio para conseguir se adequar, porém, vai existir vias, e por finalidade busca-se encontrar o caminho com mais celeridade, segurança e fluidez, por isso, impende inteirar a necessidade de também aplicar o método dedutivo.

(Resultados) Partindo do apontamento acima, as transações de dados dentro dos sistemas individuais dos condomínios não podem simplesmente colher todos os dados sem apresentar um software com camada de proteção aos dados colhidos, como também, não podem ter em seus registros físicos ou digitais a retenção de dados sem descarte seguro em tempo periódico, como demais exigências impostas pela LGPD, em fiscalização da ANPD (Agência nacional de proteção de dados) e da norma reguladora de N.º 2. No Brasil, caso não sejam feitas, podem trazer riscos aos titulares, por terem dados vazados, e a vida financeira do condomínio, em eventuais sanções impostas ou de forma judicial ou por meio da própria ANPD. Nesse cenário, abordado acima, se aponta a relevância social desta pesquisa, pois a cada vez mais o número de condomínios edilícios cresce no Brasil, e com isso mais dados são colhidos. Reforçando, a necessidade da administração de um condomínio está adequada à LGPD.

(Conclusão) deve-se realizar neste instrumento científico, uma tradução normativa, uma vez que para muitos síndicos ou administradores ainda seja uma realidade complexa, e distante o processo de adequação. Visando também transformar eventuais falhas no cumprimento da lei, em garantias de segurança à sociedade civil e aos titulares dos dados colhidos nos condomínios, evitando sanções impostas pela Lei e pela própria Agência Nacional de Proteção de Dados, e processos judiciais relativos a essa dogmática.

Palavras-chave: LGPD. Condomínio edilício. Administração. ANPD. Corpo gestor. Condôminos. Norma reguladora n.º 2

O IMPACTO DA MEDIDA PROVISÓRIA 1.108/22 NO REGIME DE TELETRABALHO

Autor(es):

Nikole Camara Favero: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O intuito do presente trabalho, é demonstrar a importância da regulamentação do regime de teletrabalho e demonstrar, se de fato a Medida Provisória 1.108/22, que foi posteriormente convertida em Lei nº 14.442/22, trouxe segurança jurídica aos contratos de trabalho, após o enfrentamento da Covid-19. O cenário pandêmico mundial, em virtude da COVID-19, obrigou as empresas à adotarem modelos de trabalho remoto. Por sua vez, nossa Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), até então, não trazia normas específicas para regulamentar o teletrabalho, sobretudo o que se tinha eram normas superficiais sobre o tema, o que na época, ocasionou insegurança jurídica para as empresas e trabalhadores, que se viram obrigados a adotar o trabalho remoto/teletrabalho em virtude da pandemia, conforme mencionado. Inclusive, muitos na época, acreditavam que o trabalho remoto não era equiparado ao teletrabalho, em virtude da omissão legislativa que se tinha na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). A Medida Provisória nº 1.108/22 foi criada justamente para regulamentar esse modelo de trabalho, ora o teletrabalho, o trabalho híbrido, incluindo também em sua redação, a equiparação do trabalho remoto ao teletrabalho, proporcionando assim às empresas e aos colaboradores maior segurança jurídica. Por fim, este trabalho será produzido a partir do estudo do capítulo II-A da Consolidação das Leis Trabalhistas e da Medida Provisória nº 1.108/22, que foi posteriormente convertida em Lei nº 14.442/22, combinado com um estudo sobre o regime do teletrabalho antes e após a pandemia do COVID-19, incluindo ainda a comparação da redação legal da Consolidação das Leis Trabalhistas, no capítulo que trata sobre o teletrabalho, antes e depois do advento da Medida Provisória nº 1.108/22.

(Metodologia) Para que seja possível o desenvolvimento deste trabalho, será necessário realizar e demonstrar, através da análise histórica, o conceito de teletrabalho na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) antes e após o advento da Medida Provisória nº 1.108/22, não só o seu conceito histórico, mas também todo o seu regime utilizado no Brasil no tempo. Para isso utiliza-se o método de abordagem dedutivo, partindo do estudo da lei, técnicas de pesquisa bibliográficas, através da internet, livros e matérias jornalísticas, incluindo-se a abordagem documental, por meio de investigações nos jornais que acompanharam os acontecimentos durante a pandemia.

(Resultados) Até agora, tem-se como resultado que com o advento da Medida Provisória nº 1.108/22 o regime de teletrabalho, finalmente, teve sua regulamentação mais especificada, dando assim maior segurança jurídica aos contratos de trabalhos regidos por este regime.

(Conclusão) Isto posto, chega-se à conclusão de que com o advento da Medida Provisória nº 1.108/22, os empregados e empregadores foram beneficiados positivamente, pois obtiveram maior segurança jurídica em seus contratos de trabalho que são regidos pelo regime do teletrabalho. Por fim, vale ressaltar que o presente trabalho ainda está em desenvolvimento, e que esta é apenas uma conclusão parcial do que vem sendo pesquisado.

Palavras-chave: Covid-19. Pandemia. Teletrabalho. Trabalho Remoto. Consolidação das Leis Trabalhistas. Medida Provisória nº 1.108/22. Lei nº 14.442/22.

O IMPACTO DAS EÓLICAS NO DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE: SOBRE A LUZ DO DIREITO

Autor(es):

Dalyson Marlon da Silva Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Edinaldo Benicio de Sa Junior: Docente do UNI-RN

(Introdução) O devido projeto de pesquisa, tem o enfoque em analisar os impactos da energia eólica no desenvolvimento no Rio Grande do Norte, baseando-se na mudança da legislação, impactos ambientais e na administração pública. Considerando o crescimento exponencial das energias renováveis no estado do Rio Grande do Norte. Desta forma, é preciso analisar os impactos causados nas esferas administrativa e ambiental no estado. Vale ressaltar, que esse crescimento influencia no desenvolvimento do estado e em suas políticas públicas onde os aspectos econômicos e ambientais geram expectativas e discussões nas comunidades locais sobre essa problemática. É necessário compreender qual documento permite a instalação das usinas eólicas e qual órgão tem a competência para com o ato discricionário deliberar essa exploração. Qual órgão é competente para fiscalizar e punir os atos das empresas que se fazem presente nas esferas da federação brasileira. Pois a região nordeste é considerada a maior produtora de energia eólica no país, tendo em vista o grande número de parques instalados no nordeste, dos 619 parques eólicos instalados no país, 523 estão localizados nesta região, segundo artigo publicado pela empresa de energia: Neoenergia. O Rio Grande do Norte detém 26% das usinas eólicas em operação no país, conforme o boletim trimestral da SEDEC. A influência desses campos de energia eólica gera impacto ambiental e socioeconômico para a sociedade e para a administração pública. Um dos problemas identificados, é a falta de uniformização no processo de licenciamento ambiental, onde cada município da região apresenta obrigações diferentes para cada investidor. Os artigos e revistas que produzem material de direito administrativo e ambiental, constituíram bases para o desenvolvimento articulado e uniforme deste trabalho. Assim sendo, há a necessidade de examinar essa temática para identificar os desdobramentos no ordenamento jurídico após a chegada dessa forma de energia renovável. Onde os artigos e revistas que produzem material de direito administrativo e ambiental, constituíram bases para o desenvolvimento articulado e uniforme deste trabalho. Neste trabalho foram analisados também os sites estaduais que fazem referências ao desenvolvimento econômico, social e ambiental. Segundo o site da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Norte - Sedec: O Estado do Rio Grande do Norte vem fazendo seu papel e se prepara para um desafio nos próximos anos. Em consonância com o planejamento decenal de expansão de energia 2030, visa estudos locais, com medição de fluídos, tendo um acervo de base de dados geográficos, técnicos, econômicos, ambientais e sociais, adicionalmente a viabilização de escoamento de energia para grandes potenciais energéticos regionais. Além de zonas interessantes para projetos de parques eólicos offshore.

(Metodologia) A abordagem que será utilizada neste trabalho será a descritiva quantitativa, com ênfase nos fundamentos bibliográficos, que serão traçadas comparações pelos os artigos e matérias produzidas que estejam no contexto do tema, com base nas Leis: nº 6.931/81, Nº 9.784/99. Esses métodos foram escolhidos devido à natureza dos sujeitos da pesquisa: a administração pública e seus aspectos administrativos em relação aos seus atos e competência perante o desenvolvimento da energia eólica no Rio Grande do Norte.

(Resultados) O presente trabalho ainda não possui resultados pois está em andamento.

(Conclusão) O presente trabalho ainda não possui conclusão pois está em andamento.

Palavras-chave: Energia; meio ambiente; administração pública; IDEMA.

O OBJETIVISMO NO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Autor(es):

Daniel Araújo Guilhermino: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) Partindo da concepção voluntarista, faz-se uma contextualização do crescimento do objetivismo e explica-se brevemente seus conceitos principais, sua influência no texto da Carta da ONU e nos resultados do Tribunal de Nuremberg.

(Metodologia) Quanto aos procedimentos, a presente pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, pois, através de uma abordagem qualitativa com objetivo exploratório, busca proporcionar mais informações sobre o assunto em análise, tendo sido baseada na consulta a livros já publicados.

(Resultados) Até o fim da Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945) predominava no Direito Internacional Público (DIP) a concepção voluntarista que, traduzida no brocardo *pacta sunt servanda*, defendia o respeito às soberanias estatais e sua submissão às normas de Direito Internacional dependente apenas da própria vontade. Contudo, as atrocidades cometidas pelo regime nazista na Segunda Guerra Mundial levam a Sociedade Internacional a adotar uma nova concepção, ao menos em relação a temas cujas ações impactam além das fronteiras nacionais. Nesse ponto da história, o voluntarismo começa a dividir espaço com o objetivismo, que prega que “a obrigatoriedade das normas de DIP advém de princípios e regrassuperiores inerentes à sociedade internacional que prevaleceriam em relação ao ordenamento jurídico interno ou às vontades Estatais, se aproximando da ideia de direito natural” (GONÇALVES, 2017, p. 21). Foi influenciada por essa doutrina que a Carta da ONU redefiniu “o escopo da soberania e da independência dos estados conjugada com a ilegalidade do uso da força, exceto em conformidade com as normas da Carta” (ACCIOLLY, 2019, p. 47), o que pode ser entendido como uma relativização das soberanias nacionais. Exemplo disso é o disposto no item 6 do seu artigo 2º, através do qual determina a imposição das normas da Carta mesmo a países que não participam da ONU, ratificando, assim, o princípio da primazia do direito internacional sobre o direito interno. O objetivismo, contudo, teve seu auge com o julgamento dos líderes do regime nazista no Tribunal de Nuremberg (1945 a 1949). Tendo como um dos desafios centrais punir os responsáveis pelas atrocidades praticadas contra os judeus durante a Segunda Guerra, como fazê-lo se, para o direito alemão, tais atos eram perfeitamente legais? A resposta veio do resgate do jusnaturalismo impregnado no conceito de *jus cogens*, que ensina que, se a norma é injusta, não deve ser cumprida, em especial quando se trata de atentar contra vidas humanas. Com a tipificação dos crimes contra a humanidade e o reconhecimento de sua imprescritibilidade, Nuremberg trouxe grande avanço na proteção internacional dos direitos humanos, elevando-os à condição de *jus cogens*, o que significa serem elas imperativas e dotadas de eficácia independentemente da concordância individual dos Estados. Assim, conforme fundamenta Vattel (1758 *apud* ACCIOLLY, 2019, p. 74), “se alguma nação espezinhar abertamente esse direito, todas podem e devem insurgir-se contra ela, e ao reunirem suas forças, para punir esse inimigo comum, elas estão cumprindo seus deveres, para consigo mesmas e para com a sociedade humana, da qual são membros”.

(Conclusão) Ao mesmo tempo que respeitar as soberanias nacionais significa respeitar a individualidade de seus respectivos povos, parece essencial reconhecer que elas precisam se autolimitar em algum grau, de forma a não ferir direitos fundamentais dos demais entes que compõem a sociedade humana global do planeta terra. Nesse sentido, temos na teoria objetivista uma importante aliada, ao defender de forma imperiosa o respeito à vida e à dignidade humana no plano internacional.

Palavras-chave: direito internacional; objetivismo; *jus cogens*.

O ORÇAMENTO PÚBLICO E AS IMPLICAÇÕES DA EXECUÇÃO RACIONADA DOS RECURSOS FINANCEIROS ATINENTES ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE NO ESTADO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

Paulo José de Moraes Nogueira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente estudo tem como principal foco abordar o orçamento público e as implicações da execução racionada dos recursos financeiros atinentes às políticas públicas de saúde no estado rio grande do norte através da ótica constitucional, doutrinária e administrativa atentando-se a gestão e governança fiscal. Versa o tema sobre a importância das escolhas do estado no interesse a prestação de serviços básicos, com o tecnicismo e eficiência necessária a administração e execução do Orçamento Público, estabelecido pelas Leis Orçamentárias executados nos diversos entes da Administração. Além disso, debater as formas de execução orçamentária do ente nos anos corrente e nos anteriores.

(Metodologia) Com o propósito do desenvolvimento dos objetivos específicos em um corpo robusto de análise e argumentação, o presente estudo utilizou como base o tipo de pesquisa descritiva e adere como metodologia uma abordagem qualitativo-quantitativa, baseado em um estudo do conteúdo das obras de diferentes autores, em uma análise documental que permita um maior aprofundamento sobre o tema da pesquisa, como também o ingresso a pesquisa e sites oficiais do poder público.

(Resultados) Adentrando-se no assunto, atenta-se para um esclarecimento acerca do versos de ações que abarca as políticas públicas de saúde, neste sentido, é toda ação governamental promovida por programas sociais que buscam melhorar as demais condições de saúde da população. E desmembra-se por iniciativas de atendimento, como serviços de proteção, promoção e prevenção da saúde. Do estudo, na esfera administrativa, encontrada base no site oficial do estado do Rio Grande do Norte os resultados encontrados se dão na forma de aplicação dos recursos ao período e tempo corrente do ano de 2022, a esse tempo dentro os recursos e, conforme a LOA, dos estimado de receita total nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social o valor total se configura no montante de R\$ 15.985.073.000,00 e destes, são reservados e orçados a seguridade social o valor de R\$ 3.188.079.000,00 a serem empenhados, liquidados e pagos para prestação devida dos serviços.

(Conclusão) Deste modo, a produção do presente trabalho (ainda em desenvolvimento) em conclusões iniciais, conforme atualizado e posto em site oficial do o valor constante e utilizado no ano de 2022 já se aproxima do 1,4 bi, contando recursos a serem empenhados, liquidados e pagos, além dos restos a pagar que ultrapassam os 200 milhões de reais dentro todos os serviços prestados a todos os 167 municípios do estado.

Palavras-chave: Orçamento; Estado; Políticas Públicas

O PANOPTISMO E SUAS DIVERSAS RELAÇÕES

Autor(es):

Maria Antônia de Sousa Ferreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

João Henrique Leôncio Lopes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Lorena Costa e Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Larissa Costa e Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O tema da nossa pesquisa consiste no fenômeno do Panoptismo, o Panóptico de Bentham, que nada mais é que um modelo de prisão circular, no qual o observador pode ver todas as celas de uma torre central, então, não se trata apenas de punir, mas sim de vigiar para assim impedir que os indivíduos possam cometer algum tipo de delito. Também é possível identificar a presença de uma ideia de panóptico na visão de diferentes autores, como Foucault e Bentham, e por visão de várias áreas tecnológicas, por problemas sociais, como o tráfico de pessoas, e como o poder do panoptismo é vivido na sociedade em um estudo aprofundado sobre vigilância.

(Metodologia) Trabalho baseado em levantamento de dados bibliográficos através dos bancos de pesquisa científicos Google Acadêmico e SciELO. Foram selecionados 5 artigos, que continham palavras chave: Panoptismo. Vigilância. Panóptico. Controle social. Sociedade. Optamos como critério de inclusão para ser considerado fonte de pesquisa do trabalho, adissertação sobre o panoptismo e as diferentes áreas, épocas e problemas sociais que poderia ser englobado e discutido, sendo a metodologia do resumo comparativa e dedutiva.

(Resultados) O Panoptismo é uma ideia de sistema prisional eficiente, da autovigilância, da disciplina, e a diferença de visão de Foucault e Bentham, são considerados na nossa pesquisa. Assim como, a questão da vigilância, que se espalha na sociedade da mesma maneira que o poder, não é algo concentrado apenas em um, e sim disseminado no corpo social. Ademais, é possível considerar que o conceito de panóptico está até marcado em épocas históricas, como por exemplo, no tráfico de pessoas na época da escravidão, que usavam a ideia de vigilância e poder para coordenar todas as pessoas escravizadas na época. Assim como ao seu caráter histórico, onde desde a concepção do trabalhador nas fábricas já viviam condicionados é vigiados por seus patronos, a fim de um efetivo controle, onde o meio fabril, como um todo, se encontrava condicionado às vigias do chefe. Portanto, a ideia de modernização desse controle por meio do avanço da humanidade, se mostra atualmente em conjunto a ideia de intransigência, ocasionando uma hierarquia desde o início da nossa humanidade.

(Conclusão) A partir da análise desses artigos, se foi possível chegar a conclusão de que o panoptismo se insere cotidianamente em nossas vidas e nas nossas histórias. Esse por sua vez também funciona como a base de forma de controle social hierárquico aos mais diversos campos sociais, apresentando caráter sutil mas de maneira mais efetiva possível a nossa conjuntura social. Com isso, falando sobre a questão de vigiar, os indivíduos não somente se sentem vigiados pelo Estado, mas também pelos outros da sociedade, onde estão sujeitos à crítica individual e de um grupo social como um todo, podendo ser denominado como um "estado paralelo", que também vigia e pune.

Palavras-chave: Panoptismo. Vigilância. Panóptico. Controle social. Sociedade.

O PROBLEMA CRÔNICO DA CORRUPÇÃO NO BRASIL

Autor(es):

Matheus Cunha Gurgel: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Fernanda de Andrade Cavalcanti Marinho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
João Victor Maia Galvão Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
João Carlos Ribeiro Rossiter Pinheiro: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A corrupção existe há muito tempo, desde os tempos do Brasil Colônia. É um problema enraizado no nosso país, de difícil solução, com diversos tipos, cometidos todos os dias - os quais começam, desde o simples ato de “furar a fila” na lotérica e que vão até desviar verbas públicas. Um problema que assola o Brasil e impede que sejamos um país de primeiro mundo, com um salário mínimo digno, com comida na mesa de todos e sem uma discrepância de renda tão enorme. É de extrema importância entender como esse fenômeno cultural acontece e como devemos impedir que ele continue atrasando o país.

(Metodologia) O trabalho foi baseado em levantamentos bibliográficos, através do SciELO e Google Acadêmico. Cinco artigos foram utilizados. Como critérios de inclusão foram selecionados artigos científicos que tratavam ativamente da corrupção, em suas várias faces, e mecanismos que facilitam a execução deste. E como exclusão, foram descartados aqueles artigos que tratavam de política em algumas partes, para não deixar a pesquisa científica enviesada. Portanto, o trabalho foi elaborado da forma mais imparcial possível, sem marcas de posicionamento político de seus autores.

(Resultados) Os resultados mostram que, mesmo com todas as operações e as medidas tomadas, o fim da corrupção não está nem perto de acontecer, tendo em vista a alta corrupção enraizada no país, como dito anteriormente nos objetivos. Ademais, pode-se dizer que a eficácia do sistema judicial no combate à corrupção no Brasil é desprezível e pouco útil, o que apenas torna o controle administrativo ainda mais relevante, já que o sistema judiciário brasileiro é altamente ineficaz no combate à corrupção, com a probabilidade de ser punido menos de 5 por cento.

(Conclusão) Portanto, os efeitos de tentar remediar a corrupção sistêmica podem ter um longo alcance, atingindo até as estruturas políticas mais fundamentais de uma sociedade, o que pode também, ter um grande impacto no nosso país. Logo, com um melhor controle administrativo e tributário, com reeducação e conscientização dos cidadãos, podemos combater sim, a corrupção ativa e passiva - melhorando assim a qualidade de vida de todos. Fiscalização é essencial, algo que não se encontra sendo feito ultimamente.

Palavras-chave: Corrupção, administração pública, processo legal, judiciário, direito tributário, incidência tributária, estatais, universidade, corporativismo.

O QUE É O PÓS-MODERNISMO E COMO ISTO AFETA O DIREITO

Autor(es):

Juan Pablo Couto De Carvalho Filho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O trabalho consistirá num ensaio que responderá algumas questões sobre a validade do termo “pós- modernismo” e “pós-modernidade” e, de modo sucinto, indicará as principais ideias destas correntes e como isto afeta a arte do Direito e a Ciência Jurídica.

(Metodologia) Trata-se de uma investigação através de levantamento de opiniões autores consagrados que trataram do tema da pós-modernidade, abarcando desde os que trataram como uma época histórica e sociológica do pensamento (Baumann; Habermas; etc.) e os que são tidos como propugnadores de teses pós-modernas (pós-estruturalistas). Foram selecionados os artigos mais citados em português, segundo o Google Scholar, e o livro de Eduardo C. B. Bittar “O Direito na Pós-Modernidade”.

(Resultados) A pós-modernidade é o movimento de negação completa das metanarrativas, isto é, daquilo que podemos chamar de ideologias, religiões, etc.. A ideia de pós-modernismo na filosofia é, sobretudo, as discussões do pós-estruturalismo. Surgido na França como refutação ao estruturalismo, que acreditava que todo o mundo poderia ser descrito em termos de estruturas objetivas, o pós-estruturalismo – apesar de conceder a ideia de estruturas – nega que estas sejam reais ou objetivas, existindo apenas no discurso. A pós-modernidade como conceito histórico, no entanto, diz mais respeito à conceitos como a negação do projeto moderno de ciência objetiva e na descrença com os modos de governo contemporâneos. A negação da objetividade da realidade põe em xeque toda a objetividade do direito e das normas jurídicas. Assim, é mister que se tenha uma nova formulação de como o direito pode funcionar sem se utilizar da ideia de juiz imparcial e de normas imutáveis.

(Conclusão) O problema filosófico da pós-modernidade, como maior problema de nossa época, é mister que sua resolução seja feita na ciência jurídica, algo que, aliás, só pode ser feito através de esclarecimentos gerais sobre o tema e a sua discussão sistemática e consciente. Acreditamos que, neste breve trabalho, podemos dar um panorama suficiente para que essa investigação sistemática possa dar os seus primeiros passos, indicando as principais fontes sociológicas e filosóficas e as percepções sobre esse tema.

Palavras-chave: pós-modernidade, direito, sociologia, filosofia

O RECONHECIMENTO DO STEALTHING COMO VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Autor(es):

Maria Heloísa Clemente Gomes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente artigo se trata de uma análise acerca do Stealthing como violência contra a mulher, ou seja, violência de gênero. Sendo o fulcro do artigo, promover um estudo sobre o impacto do stealthing na dignidade sexual da mulher, bem como no âmbito jurídico, de acordo com o Direito Penal e Processual Penal, baseando-se na legislação pátria, sobretudo na Lei Maria da Penha (Lei no 11.340/2006). O stealthing é um termo em inglês que denota a prática em retirar o preservativo durante a relação sexual sem o consentimento do outro. A conduta em si não é tipificada no nosso ordenamento jurídico, mas nos Estados Unidos há uma lei sancionada que proíbe tal ato², e o caso da Suíça em que houve condenação por estupro, mesmo sendo a primeira vez que esse caso foi julgado. Se tratando de um assunto recente, mas que é muito debatido em outros países, há a necessidade da deliberação por parte da Lei Penal Brasileira, para que possa haver mais conscientização e prevenção, principalmente quando sabe-se que está se tornando recorrente, contudo é clarividente a ausência e escassez de pesquisas, tal como doutrinas que versam sobre o aludido assunto.

(Metodologia) A metodologia utilizada foi a dedutiva, harmonizando-se com a descritiva, bem como a coleta de dados em sites internacionais, noticiários e doutrinas que abordam a violência de gênero. Utilizando-se também do Código Penal Brasileiro.

(Resultados) Os resultados junto com a conclusão ainda estão em desenvolvimento, desse modo, deixarei os resultados em aberto e a conclusão com o que se obteve até o momento.

(Conclusão) A transformação social é latente em qualquer sociedade civilmente organizada, e no contexto do Brasil não seria diferente. Por isso, as casas legislativas através dos representantes do povo devem estar atentos para a criação de normativas que regulem e pacifiquem a vida em sociedade. Como explana o afamado brocardo: "Ubi societas ibi jus", onde há sociedade, há o direito, nesse enfoque a legislação deve dispor de mecanismos eficientes para efetivar o que emana a teoria da pena, a tríade da retribuição, prevenção e ressocialização. Ademais, é totalmente degradante o nosso país ser omissivo em possuir uma tipificação penal direta para proteger e evitar tais delitos, a Lei 11.340/2006 demorou anos para ser promulgada, a ser estampado direitos basilares, e é visível a mesma letargia para a punição direcionada do crime de stealthing. É necessária a construção de políticas públicas e de discussões interdisciplinares entre os órgãos de segurança pública e da saúde pública para fornecerem mecanismos eficientes e integrais para proteção das vítimas, haja vista que tais violações afetam diversos bens jurídicos tutelados pelo Estado. Apesar das dificuldades encontradas, muitas das vezes na configuração da materialidade delitiva, precisamos também reforçar as estruturas das polícias investigativas, do Ministério Público e do Poder Judiciário, visando o tratamento adequado às vítimas e da concretização da verdade real nos casos, em razão do silenciamento de diversas mulheres pelo poder hegemônico, financeiro e de status dos seus agressores.

Palavras-chave: Stealthing. Código Penal. Direito da mulher. Violência de gênero.

O REGIME JURÍDICO DA RESPONSABILIDADE CIVIL DOS AGENTES DE TRATAMENTO DE DADOS NA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD (LEI Nº 13.709/2018)

Autor(es):

Guilherme Eduardo Araújo da Nóbrega Coutinho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Leonardo Medeiros Junior: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) constituiu-se como elemento central de um marco regulatório sistematizador do tratamento de dados pessoais no território nacional, inclusive no meio digital, com a finalidade de salvaguardar direitos fundamentais de proteção de dados pessoais, liberdade, privacidade e autodeterminação informativa, anteriormente adstritos, explícita ou implicitamente, a abordagem constitucional ou leis esparsas. Ainda assim, a LGPD, ao tratar sobre a responsabilidade e o ressarcimento de danos, ficou silente quanto ao regime de responsabilidade dos agentes de tratamento de dados nas hipóteses de violação aos seus dispositivos legais. Desta forma, é ininteligível o critério adotado para responsabilização do agente de tratamento de dados violador das disposições normativas da LGPD; se objetivo, decorrente do risco da atividade empenhada, se subjetivo, centrado no elemento da culpa, de maneira que a opção por uma das modalidades de responsabilidade civil impactará diretamente os titulares que aleguem violação de seus dados e os agentes de tratamento alegadamente violadores.

(Metodologia) Utiliza-se do método dedutivo, partindo do direito fundamental à Proteção de Dados e da LGPD, para analisar o regime jurídico de responsabilidade civil aplicável aos agentes de tratamento de dados no âmbito da LGPD. Vale-se de pesquisa bibliográfica, a partir de investigação doutrinária, análise dos dispositivos da LGPD (Lei nº 13.709/2018) e normas correlatas a regulamentação da responsabilidade civil dos agentes de tratamento de dados, a exemplo do Código Civil (Lei nº 10.406/2002) e do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014).

(Resultados) Inexiste, no âmbito da LGPD, nitidez quanto à aplicabilidade da responsabilidade subjetiva, implicando na análise da culpa, ou objetiva, considerando a atividade de tratamento de dados como atividade que, por sua natureza, implique risco aos direitos de outrem. No âmbito doutrinário, reputando a atualidade do tema, o entendimento acerca do regime de responsabilidade dos agentes de tratamento de dados ramificou-se em três linhas de pensamento: (I) considera-se o tratamento de dados atividade de risco, sendo aplicável o regime de responsabilidade objetiva; (II) Responsabilidade civil do agente de tratamento de dados somente é configurada quando demonstrada culpa do ofensor e dano causado ao titular dos dados; subsistindo, ainda, (III) ideal de adoção de regime jurídico diferenciado;

(Conclusão) Conclui-se que a vigência da LGPD consolidou o entendimento de que a proteção de dados pessoais constitui-se como direito fundamental autônomo, o que fora assinalado com a Emenda Constitucional nº 115, a qual constitucionalizou o direito fundamental à proteção de dados no ordenamento jurídico brasileiro (CRFB, art. 5º, LXXIX). Assim, a LGPD, como elemento central de marco regulatório sistematizador do tratamento de dados pessoais no território nacional, delineia uma série de princípios e regras para salvaguarda dos direitos de titulares de dados pessoais. Não obstante, subsistindo violação ao direito dos referidos titulares em razão de falha na atividade de tratamento de dados, os agentes deverão responder objetivamente, considerando-se que atividade de tratamento de dados possui um risco intrínseco, reputando-se, ainda, que titular detém legítima expectativa de segurança de seus dados, conforme depreendido do artigo 44, caput e Parágrafo Único, da LGPD.

Palavras-chave: Lei Geral de Proteção de dados. Dados pessoais. Agentes de tratamento. Responsabilidade Civil. Regime jurídico de responsabilização.

ORGANIZAÇÃO POLITICO-ADMINISTRATIVA EXPOSTA NO DOCUMENTÁRIO "DEMOCRACIA E VERTIGEM".

Autor(es):

Pedro Arthur Penha de Sousa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Vitória Azevedo Melo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Marianny Aparecida Maia de Melo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Sara Raquel da Silva Avelino: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Dayza Cibelle Silva da Rocha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Vertigem tem origem do latim “vertigo”, ligado a sensação de que algo ao seu redor se encontra em movimento, enquanto na verdade não está; ou além, perda momentânea do autocontrole. Democracia em Vertigem, é um documentário original Netflix onde é abordado a “movimentação” da democracia brasileira desde a implementação da Constituição de 1988. Ao longo da obra, é possível observar facilmente a organização político-administrativa do Brasil, buscando ainda exteriorizar a realidade da política, quase nunca exposta.

(Metodologia) O método utilizado na construção do presente resumo científico foi o de pesquisas bibliográficas, feito uma coleta de dados a partir de artigos e sites. Ademais, utilizamos o método dedutivo, dispõe de teorias prévias para chegar aos resultados.

(Resultados) Ao longo da narrativa temas como princípio da eficiência governamental e irregularidades administrativas puderam ser observados. De início ficou observado a importância de Brasília como capital federal, designada no §1º do art. 18 da CF. Todo o desenvolver de ações e votações ocorrem no cerne da capital da nação, exemplo de ações legislativas, executivas e decisões judiciais do Supremo Tribunal Federal, exibindo dessa forma a administração pública direta adotada no regimento de nossa CF/88. Ao decorrer da obra, foi apresentado ainda o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff foi baseado nos crimes de responsabilidade do art. 85º da CF/88, o qual só teve andamento por obedecer rigorosamente avotação de 2/3 da câmara de deputados, previsto no texto constitucional. Através da cinematografia, buscou-se apresentar a realidade democrática de como funciona o sistema, evidenciando no trajeto do documentário um dos princípios da Administração pública, o princípio da eficiência, manifestado pelo zelo da “boa administração”, sendo assim aquela que consiga atender os problemas da população atingindo de modo satisfatório os anseios da sociedade, o que aconteceu nos governo do Ex presidente Lula, segundo a narrativa, como exemplo, ao citar a retirada do Brasil do mapa da fome, e a evolução econômica no G20.

(Conclusão) Portanto, o Documentário “Democracia em vertigem” é uma aula de administração política do Estado Brasileiro, estabelecendo conceitos básicos de como acontece a engrenagem da política e obediência da mesma quanto aos artigos do documento jurídico mais importante da união, a Constituição Federal, e diante de tudo apresentado, esperamos que nossa democracia não tenha sido apenas um sonho efêmero e esteja em vertigem.

Palavras-chave: Democracia; documentário; constituição; administração-pública.

ORTOTANÁSIA COMO DILEMA BIOÉTICO E JURÍDICO: A REDUÇÃO DO SOFRIMENTO DE PACIENTES TERMINAIS E A GARANTIA DA DIGNIDADE HUMANA

Autor(es):

Sérgio Jonas da Silva Filho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN

(Introdução) Segundo Leo Pessini (2001), ortotanásia, conhecida como "morte certa", consiste numa morte natural sem a interferência da ciência em pacientes de estado terminal que optam em não continuar com tratamentos terapêuticos que são inúteis em virtude da doença, garantindo ao paciente, a autonomia de escolha nos seus últimos dias de vida em consonância com a dignidade humana. No Direito Brasileiro, a ortotanásia está regulamentada na resolução 1805/2006 do Conselho Federal de Medicina, que autoriza os médicos a suspender o tratamento considerado ineficiente em doenças de pacientes terminais, procedendo-se os cuidados paliativos, visando amenizar o sofrimento físico, de forma que tal conduta médica não é considerada crime. A mistanásia é a morte por precariedade, isto é, a morte de pessoas que não tem acesso a tratamentos médicos eficientes e hospitais de boa qualidade por falta de condições financeiras, tais pessoas acabam morrendo sem assistência ou com assistência precária a saúde, a mistanásia difere-se da ortotanásia, pois apesar de ambas serem mortes "naturais", na ortotanásia, o paciente pede para que o médico pare seu tratamento e não busque mais o prolongamento de sua vida em virtude da doença incurável a qual é acometido, trata-se de uma morte voluntária, conforme a vontade do doente, já na mistanásia o doente não quer morrer, mas acaba falecendo por fatores alheios, decorrentes da falta de condições para um tratamento de qualidade, mas a semelhança é que ambas são mortes "naturais" e lentas. O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso se posicionou favoravelmente sobre a legitimidade da conduta dos médicos de praticarem ortotanásia, cita: [...] uma tese melhor é que o Código Penal deve ser interpretado à luz da Constituição, sob princípios como o da dignidade da pessoa humana e o da liberdade. A liberdade envolve o direito à autodeterminação, desde que o exercício dessa liberdade seja lúcido e não interfira no direito de uma outra pessoa. O segundo princípio que legitima a resolução é o da dignidade da pessoa humana, que compreende, além do direito a uma vida, o direito a uma morte digna. Não há nenhuma dúvida, nem ética, nem jurídica, à luz dos valores sociais e dos princípios constitucionais, de que a ortotanásia é legítima (BARROSO, 2006 *apud* MORATO, 2019, p.1).

(Metodologia) Trata-se de pesquisa com aplicação do método exploratório, objetivando entender tanto os cuidados destinados as pessoas pelas quais a doença não possui perspectiva de cura, quanto as consequências jurídicas para os médicos que suspendem o tratamento a partir da vontade do doente.

(Resultados) Pacientes terminais com câncer, Alzheimer e outras doenças que a medicina não encontrou cura, acabam padecendo com dores intermináveis, recorrendo a ortotanásia para ter os últimos momentos de vida sem o uso do tratamento que já se tornara ineficiente para a restauração da saúde.

(Conclusão) A Ortotanásia é considerada um ato lícito pela legislação brasileira, já que os procedimentos empregados pelos médicos, como a distanásia, que é o alargamento da vida artificialmente, em vez de promover a cura do doente terminal, apenas prolonga o processo de morte, causando a ele e a sua família um imensurável sofrimento.

Palavras-chave: Ortotanásia. Pacientes terminais. Morte digna.

OS COMPLEXOS PRISIONAIS BRASILEIROS E O (DES)CUMPRIMENTO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Autor(es):

Sarah Souto de Araújo Lordão: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) Se trata de um projeto de pesquisa sobre os complexos prisionais e sua problemática de negativa de direitos fundamentais no atual cenário brasileiro. Dessa forma, será trabalhado desde a perspectiva histórica do problema, partindo de raízes históricas, evolução dos direitos humanos e precedentes, além de trazer a condenação do Complexo prisional de Pedrinhas, no Maranhão, pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, como principal forma de evidenciar o problema, até os dias atuais onde será realizado o estudo de caso do Presídio de Alcaçuz (RN). Ademais, o presente projeto tem como principal escopo os direitos fundamentais e a sua aplicação na área do direito penal estudando o cumprimento (ou descumprimento) efetivo desses direitos tão essenciais e inerentes ao homem, sob a justificativa de uma maior efetividade a ser conferida ao sistema prisional do Brasil, que se encontra, em uma análise preliminar em descompasso com a letra da lei e a atual Constituição Federal no que diz respeito à observância dos direitos do preso.

(Metodologia) No presente artigo será utilizada a metodologia de pesquisa bibliográfica, onde serão utilizados livros e artigos científicos já publicados, de modo a enriquecer a pesquisa e conferir-lhes credibilidade. Assim, será trazido um pouco do universo do conhecimento acerca do tema que já fora documentado, e uma amostra, com dados empíricos que traduzem a exemplificação dos fatos analisados, utilizando uma abordagem quantitativa, onde se almeja explicar e compreender toda a construção histórica por trás do tema, trazendo o cerne explicativo e demonstrativo à natureza da pesquisa. Além disso, será utilizado o estudo de caso, onde será dissecado e devidamente analisado um dos casos concretos mais intrigantes a respeito do tema, de modo a dar credibilidade e comprovar toda a pesquisa que está sendo realizada, através do caso concreto.

(Resultados) Ainda não há resultados concretos, uma vez que a pesquisa ainda se encontra em desenvolvimento. Ademais, em uma análise preliminar, foi possível se chegar à necessidade de uma preocupação com os rumos a serem tomados pelos complexos prisionais brasileiros, partindo de um projeto, na teoria, infalível na letra da lei, mas que ao ser trazido ao plano concreto, apresenta diversas falhas e inobservâncias, principalmente em relação ao Estado, que pode ou não pode estar negligenciando essas pessoas, que é o resultado a que se espera chegar ao fim desta pesquisa.

(Conclusão) Ainda não há conclusão definitiva, uma vez que a pesquisa ainda se encontra em desenvolvimento. O que há de se falar no estágio atual em que a pesquisa se encontra, como conclusões preliminares, é que, as pessoas que se encontram cumprindo penas restritivas de liberdade no sistema penitenciário brasileiro se encontram em situações insalubres, em complexos de alta mortalidade e inchaço. Partindo de uma primeira análise, portanto, a conclusão máxima é que essas prisões precisam de reformas, tanto administrativas quanto em relação à sua infraestrutura, que está cada vez mais em decadência.

Palavras-chave: Direitos Fundamentais. Constituição. Complexos Penitenciários. Negativa de direitos.

OS DESAFIOS DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS: UMA REFLEXÃO ACERCA DA UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA NO STJ DIANTE DA RESPONSABILIDADE CIVIL NO ÂMBITO DO ABANDONO AFETIVO

Autor(es):

Camilla Cavalcanti : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Mariana Rose Costa da Silva Bezerra Dantas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Emmanueli Karina de Brito Gondim Moura Soares: Docente do UNI-RN

(Introdução) É mister afirmar que o presente artigo tem a ideia de propor uma discussão acerca da responsabilidade civil no âmbito do Direito das Famílias, especialmente quando se trata de abandono afetivo. O Direito das Famílias passou por inúmeras transformações, e dentre elas, o surgimento da teoria da desbiologização da paternidade, ou seja, apenas o vínculo biológico não era mais suficiente, sendo necessário buscar também, o vínculo afetivo entre pais e filhos. É indubitável o surgimento de obrigações com a chegada dos filhos, estando intrinsecamente ligados à afetividade, e conseqüentemente à dignidade humana. A partir do descumprimento desses deveres, pressupõe o dever de punir do Estado, e é nesse ponto que o artigo se propõe a fazer uma reflexão, tomando como base a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça que aborde esse tema.

(Metodologia) Para refletir o tema realizou-se pesquisa bibliográfica e documental em obras clássicas e contemporâneas, específicas da área do direito, instrumentalizando a pesquisa qualitativa. Ademais, os estudos corroboram para compreensão do abandono afetivo e a responsabilização civil, desde que comprovado o dano a integridade psíquica e moral dos filhos. Adjunto a metodologia adotada para a execução deste trabalho, cujo fomentada pela pesquisa teórica doutrinária, legislativa e jurisprudencial. Pautada na coleta de informações, por meio de análises leituras documentais e estudos de caso.

(Resultados) É possível concluir que a Carta Magna de 1988 inovou profundamente o conceito jurídico da família brasileira. Entende-se, pois, que é preciso restabelecer a parentalidade responsável, fomentando uma mudança de cultura numa sociedade onde muitos pais só exercem a paternidade nos finais de semana, quando o fazem. Arraigando que as ações de indenização sejam por conscientização da sociedade para o correto desempenho das funções paternas, de acordo com os ditames estabelecidos pela Carta Magna e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

(Conclusão) Por fim, apresentam-se as posições favoráveis e contrárias na jurisprudência sobre o tema, comprovando a dificuldade de uniformizar, devido a individualização dos casos. No afã de evitar demandas meramente gananciosas, e ao mesmo tempo não deixar sem resposta as verdadeiras vítimas do descaso paterno/materno.

Palavras-chave: Abandono Afetivo. Responsabilidade Civil. Jurisprudência. Superior Tribunal de Justiça.

OS DIREITOS HUMANOS FRENTE AOS IMPASSES DO DIREITO INTERNACIONAL

Autor(es):

Nathalie Louise: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Adson Nathan Santos da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Nicholas Matheus Braga da Fonseca: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Eduardo Estelito Duarte: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Hugo Soares Xavier de Sousa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho irá analisar as problemáticas relacionadas ao direito internacional, em específico, as diversas aplicações dos direitos humanos no cenário internacional. Nesse sentido, é relevante evidenciar as dificuldades que a comunidade jurídica e os órgãos internacionais apresentam durante as tentativas de execução efetiva desses direitos fundamentais em determinados países orientais. Impasse esse, que ganhou visibilidade em razão da Copa do Mundo que ocorrerá no Qatar em 2022, visto que o Qatar, assim como vários outros países, sofre diversos problemas sociais que recorrentemente ameaçam sua harmonia, ainda que consiga um pouco mais de destaque devido a copa.

(Metodologia) O trabalho foi baseado em levantamentos bibliográficos, metodologia de pesquisas participativas, dialético descritivo e jornalísticas. Assim, coletando informações através dos artigos científicos fichados, propondo os bancos de dados da SciELO e Google Acadêmico nos quais trazem análises com o direito internacional, usando-se como critério de inclusão as **Palavras-chave:** Direito Internacional, justiça, resolução de conflitos, direitos humanos, paz, estudo das realidades, dados históricos, reflexões, decretos-lei e leis. De modo que se atenha as problemáticas do direito em um cenário internacional e que se aproxime ao máximo a questão dos direitos humanos.

(Resultados) Se correlacionarmos os panoramas de cada artigo, podemos observar que um dos maiores resultados que se pode ter é sobre a morosidade na evolução dos Direitos dos homens através dos anos, principalmente no que diz respeito os direitos humanos, quando não se possui organizações internacionais de regulamentação, e Estados omissos. Isso porquê, se observarmos as problemáticas dos artigos, identifica-se que é a partir do Direito Internacional que se têm as bases e as diretrizes do Direito como um todo, no qual se complementar com às ordens jurídicas das nações. Ainda por meio de diversos exemplos através dos artigos fica exemplificado e comprovado que quando não há intervenções internacionais de órgãos como as Nações Unidas, as políticas internas dos países tem como resultado o insucesso na evolução dos direitos humanos, que seria o caso da preocupação com a realização de uma copa do mundo mediante os conflitos existentes no Qatar, ou até mesmo a questão dos refugiados que sofrem recorrentemente de todas as violências possíveis ao redor do mundo, desde a física a simbólica.

(Conclusão) Dessa forma, podemos concluir sustentando a ideia de que o Direito tem um longo percurso para melhorar, visto que, os artigos apresentados mostram diversos problemas que dizem respeito os direitos humanos e os direitos internacionais, e por isso, comprometem a promessa de uma vida digna e tranquila para os seres humanos, no momento em que não só ameaçam a paz mundial, mas que em micro panoramas marginalizam-se diversos povos. Tais ações para reverter esse cenário seriam novas políticas nas quais permitissem uma maior autonomia dos órgãos internacionais como as Nações Unidas, tendo assim não a perspectiva de apenas amenizar os problemas, mas sim exterminá-los a longo prazo.

Palavras-chave: Direitos humanos, paz, justiça, resolução de conflitos, decretos-lei, ONU, Direito Internacional, diplomacia, povos, violência, jurisdição, Estados.

OS DIREITOS HUMANOS SOB A ÓTICA EXISTENCIALISTA

Autor(es):

Arthur Fernandes Lopes de Andrade: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN

(Introdução) A pesquisa se pauta em um ponto de vista existencialista a respeito dos Direitos Humanos, tendo como foco uma análise camusiana destes direitos fundamentais. Albert Camus é um escritor, filósofo, dramaturgo e jornalista argelino, o qual faz parte, mesmo que a contragosto, da corrente filosófica existencialista, muito comentada na Europa das décadas de 40 e 50. Camus possui como base da sua doutrina os conceitos de "absurdo" e "revolta", os quais serão de extrema importância aqui, já que o homem só adquire seus direitos e só avança em direção à uma existência digna caso se revolte com situações que não condizem com a racionalidade ou com o espírito de seu tempo. Os Direitos Humanos, sejam de primeira, segunda, terceira ou de qualquer geração, são advindos da revolta, fruto de situações interpretadas como absurdas para o momento histórico vivido. Como reação às práticas absurdas, surge a busca por mudanças, modificações do status quo, visando dignidade.

(Metodologia) A metodologia que está sendo adotada na pesquisa é bibliográfica e o método é dedutivo, partindo de obras de Camus, Caio Jesus Granduque José, Flávia Piovesan e Norberto Bobbio, por exemplo, buscando como fim chegar ao objetivo de relacionar a maneira existencialista, ou melhor, camusiana de enxergar a vida e a defesa e manutenção dos direitos humanos.

(Resultados) O resultado parcialmente obtido é de que Camus percebe os Direitos Humanos, de forma levemente semelhante à Bobbio, como históricos, mirando novas liberdades, em detrimento de velhos poderes. Para Camus, ao se revoltar com situações absurdas, estamos caminhando em direção à mudanças no direito do homem, de forma que este direito, modernamente, passa a ser universal e desprendido de qualquer Estado, bandeira ou nação.

(Conclusão) Logo, nosso autor percebe os temas da revolta e do absurdo como imprescindíveis quando se trata na conquista e na manutenção dos Direitos Humanos. Informo que a pesquisa se encontra em estado inicial, logo não há de forma alguma resultados e conclusões inovadores ou revolucionários, nem muito menos relações entre Camus e Direitos Humanos que mudem drasticamente a condição do existencialismo como uma corrente que volte a ter a importância que antes lhe era dada, depois de tanto tempo.

Palavras-chave: Absurdo; Camus; Direitos Humanos; Revolta

OS IMPACTOS JURÍDICOS E SOCIAIS DO TRABALHO INTERMITENTE PREVISTO PELA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA BRASILEIRA

Autor(es):

Anamélia França da Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Edinaldo Benício de Sa Junior: Docente do UNI-RN

Edinaldo Benício de Sa Junior: Docente do UNI-RN

(Introdução) Para se manter atualizado e dentro das perspectivas realistas da sociedade, o direito brasileiro necessita de constante atualização, não sendo este fato diferente quando o assunto se refere ao Direito Trabalhista. As formas de se entender as relações de trabalho sofreram inúmeras mudanças com o passar dos anos, de modo a abranger novas possibilidades de contratação, remuneração e direitos e deveres relativos às partes envolvidas. Nesse sentido, importante se faz compreender de que forma o trabalho intermitente, previsto pela Lei n.º 13.467/2017, impactou a forma de se perceber as relações de trabalho, verificando, à vista disso, as repercussões que essa nova previsão legal trouxe ao âmbito trabalhista.

(Metodologia) A pesquisa realizada para o desenvolvimento do trabalho em epígrafe consistiu na análise e interpretação de textos acadêmicos, bem como de previsões legais estabelecidas pelo ordenamento jurídico brasileiro diretamente ligados ao tema. A compreensão do material estudado foi realizada de maneira qualitativa, com o intuito de verificar subjetivamente os aspectos abordados, além de estar presente na execução o método histórico, o qual auxiliou na interpretação dos conceitos e acontecimentos relacionados à historicidade do tema.

(Resultados) Em 1943, foi criada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a qual surgiu com o intuito de regularizar as relações de trabalho no Brasil, configurando-se como o conjunto de normas que regem as relações individuais e coletivas de trabalho, de modo a prever direitos e deveres dos empregados e empregadores brasileiros. Por conseguinte, importante se faz discutir acerca de uma definição trazida pela Lei n.º 13.467/2017 (Reforma Trabalhista), a saber: o trabalho intermitente. Es te, caracteriza-se como um modelo de vínculo empregatício o qual ocorre de forma não contínua, sendo os períodos de atividade determinados em horas, dias ou meses independentemente do tipo de atividade a ser exercida. Assim, o trabalho intermitente se traduz como a prestação de serviço não continuada, de modo a estabelecer um vínculo de subordinação e sendo cabível ao empregado todos os direitos do trabalho devidamente garantidos por lei – excetuando-se o seguro-desemprego. Por meio da convocação realizada pelo empregador, o trabalhador intermitente pode atender ou não ao chamado, tendo, inclusive, a liberdade de realizar outros serviços para empregadores distintos. O objetivo dessa modalidade consiste em facilitar aformalização de serviços de maneira intermitente, posto que permite, de maneira formal, que a empresa convoque o empregado para a efetuação de um serviço específico, remunerando-o consoante o período de efetivo trabalho e pagando valores concernentes aos direitos garantidos constitucionalmente.

(Conclusão) Consoante o estudo e a análise das repercussões jurídicas acima referenciadas, foi possível compreender de que forma os avanços socioeconômicos influenciam na necessidade de atualização por parte do ordenamento jurídico brasileiro. A previsão de trabalho intermitente trazida pela Reforma Trabalhista determinou um importante avanço para o âmbito legal, posto que essa nova conjectura abriu um leque de possibilidades por meio das quais empregadores e empregados são capazes de se beneficiar. Portanto, é correto afirmar que o trabalho intermitente veio como uma alteração positiva ao sistema trabalhista, tendo em vista a maleabilidade na forma de contratação e a possibilidade, para o empregado, de possuir vínculo com diferentes empregadores, de modo a optar, ainda, quais trabalhos ele irá exercer.

Palavras-chave: Trabalho intermitente. Reforma Trabalhista. Empregado.

OS LIMITES CONSTITUCIONAIS DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO FRENTE A DISSEMINAÇÃO DAS FAKE NEWS

Autor(es):

Nícolas Galvão de Miranda Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ursula Bezerra e Silva Lira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho visa apresentar uma análise sob a ponderação de direitos fundamentais interligados na discussão sobre os limites constitucionais intrínsecos a liberdade de expressão no contexto do fenômeno das fake news. Nesse sentido, segue a ponderação sob as premissas elencadas na obra de Paulo Gustavo Gonet Branco que defende que a ponderação “se faz em duas frentes básicas. Busca-se demonstrar a sua harmonia com o sistema democrático e se dirigem energias para desvendar-lhe a racionalidade”. Assim, deve-se compreender as fake news como um fenômeno presente na sociedade, apresentando suas características, os seus impactos no cotidiano das pessoas, bem como a sua implicação negativa na legitimidade das instituições. Desse modo, poderemos seguir as bases de Paulo Gustavo Gonet Branco, formulando como a liberdade de expressão deve se comportar na sociedade para estar em harmonia com o sistema democrático e quais seus limites na sociedade, fazendo um recorte específico sob as fake news. Como uma forma de compreender como o Brasil se relaciona com esse debate, o presente artigo analisará decisões relativas ao tema, sobretudo no que versa a justiça eleitoral e ao Supremo Tribunal Federal, identificando quais são os casos que são de competência da análise do judiciário e os precedentes jurisprudenciais formulados pelas cortes brasileiras.

(Metodologia) A presente pesquisa terá a combinação de dois métodos de pesquisa. A princípio, deverá ser utilizado o método dedutivo, com a finalidade de obter-se uma resposta através de uma análise geral das fake news na sociedade e no âmbito jurídico. Através disso, estabelece um paradigma histórico das fake news na sociedade, apontando o seu surgimento, a sua disseminação e seus efeitos práticos, o objetivo é ter uma demonstração de como as fake news podem prejudicar a ordem democrática e constitucional. Após isso, utiliza-se o método indutivo. Dessa maneira, faz-se uma análise de casos que ocorreram na justiça brasileira, que foram objetos de decisões judiciais, sobretudo, da justiça eleitoral e do Supremo Tribunal Federal. Por fim, a fonte de pesquisa será bibliográfica, estudando autores, títulos e obras que relatam a transformação da sociedade e sua interação direta com o direito.

(Resultados) Espera-se que como resultado do trabalho, possa ser apresentado de forma acadêmica à sociedade brasileira, premissas mais claras dos limites já previstos constitucionalmente à liberdade de expressão. Além disso, demonstrar o comportamento nocivo das fake news na sociedade, de modo que, a sociedade possa se incluir na responsabilidade de resguardar a nossa democracia e coibir a disseminação de notícias falsas.

(Conclusão) Por fim, visa-se demonstrar como o judiciário trabalha nas vertentes da liberdade de expressão e demonstrar que o seu trabalho tem fundamento jurídico na verdadeira proteção dos direitos fundamentais à liberdade de expressão no Brasil e na coação das fake news e seus propagadores.

Palavras-chave: Fake news; Liberdade de expressão; Direitos fundamentais; Ponderação; Limites; Constitucional;

OS LIMITES DA DOAÇÃO REMUNERATÓRIA NO PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

Autor(es):

Ysla Beatriz : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O planejamento sucessório é extremamente importante na organização das sucessões, é uma forma de antecipar este planejamento para que a transferência de bens e patrimônios de um indivíduo seja passado para seus herdeiros legais. A presente pesquisa tem como justificativa expor a importância acerca do planejamento sucessório no ordenamento jurídico brasileiro, em face das doações remuneratórias. Devido à falta de planejamento sucessório, existem diversas disputas por patrimônio após a morte do de cujus, se tornando peça-chave de eventos futuros, garantindo que todos os herdeiros tenham seus direitos reconhecidos legalmente. Ademais, é importante focar também em como as doações remuneratórias são importantes dentro do planejamento, mesmo sabendo que a doação é um ato de gratificação do doador ao donatário é necessário explicitar a razão da doação, e registrar no testamento, resguardando o direito do beneficiário. Dessa forma, esta pesquisa se sustenta na justificativa de haver uma necessidade de explicitar como o instituto da doação remuneratória é vasto e é pouco visto no Direito de Sucessão, e consoante, analisar quais os tipos de doação presentes no planejamento sucessório, por isso, é importante a análise acerca de até onde essas doações são possíveis sem afetar a herança dos herdeiros e a doação ao donatário.

(Metodologia) O método empregado na confecção deste trabalho pode ser classificado como pesquisa qualitativa, essa opção se justifica porque os procedimentos escolhidos foram o documental e o bibliográfico, com ênfase em doutrinas e a legislação presente no Código Civil, que versa acerca dos Direitos de Sucessão e da Doação Remuneratória. Ademais, foi usado também o método dedutivo, através de pesquisa bibliográfica e documental, com o objetivo de responder a questão-problema apresentada nesta pesquisa.

(Resultados) Como resultado geral do presente artigo acadêmico, tem-se a análise da possibilidade da promessa de doação remuneratória como um instituto presente dentro do planejamento sucessório, sendo algo tutelado pelo sistema jurídico brasileiro no artigo 544 do Código Civil, ainda, a matéria é estudada pelos Tribunais Superiores no que se trata da busca de soluções que surgem decorrentes ao tema.

(Conclusão) O Código Civil de 2002 trouxe diversas inovações que no Código anterior não estavam presentes, como o acréscimo do cônjuge como herdeiro necessário do de cujus. Ainda, para legitimar os argumentos presentes, nota-se que o objetivo do presente trabalho se fundamenta na análise de doação remuneratória, a posteriori, se analisou as formas de doação e suas características, diante disso, se trouxe a promessa da doação remuneratória.

Palavras-chave: Doação remuneratória. Planejamento sucessório. Código civil. Direito de sucessão.

OS PRINCÍPIOS A SEREM OBSERVADOS NA DESERDAÇÃO FEITA PELO AUTOR DA HERANÇA POR MEIO DE AÇÃO JUDICIAL

Autor(es):

Caroline Maria Vallim Barbosa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O direito das sucessões e o instituto da deserdação consistem em estipulações legais demasiadamente relevantes à composição do ordenamento jurídico brasileiro, de modo a estabelecer de que forma se deve proceder mediante o falecimento do autor da herança e a respectiva sucessão dos seus bens aos herdeiros previstos. Nesse sentido, o trabalho em epígrafe analisa as repercussões, os impactos jurídicos e as violações dos princípios ocorridas a partir do julgado realizado pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, o qual admitiu a deserdação por meio de ação judicial e foi diretamente de encontro às previsões legais e aos princípios até hoje estabelecidos.

(Metodologia) A pesquisa realizada para o desenvolvimento do presente trabalho consistiu na análise e interpretação de textos acadêmicos que tratam acerca do direito das sucessões, de modo a analisar os princípios abarcados pelo tema e verificar, além disso, as previsões do ordenamento jurídico brasileiro diretamente ligadas ao cenário proposto. A compreensão do material utilizado para estudo fora realizada de maneira qualitativa, a fim de verificar subjetivamente os aspectos abordados, além de estar presente na execução o método histórico, o qual auxiliou na interpretação dos conceitos e acontecimentos relacionados à historicidade do tema.

(Resultados) O direito das sucessões trouxe, a partir do conceito de família, a necessidade de aplicação e entendimento da sucessão hereditária, saindo, no decorrer da história, de uma ideia relacionada à comunidade e passando a desenvolver um entendimento ao redor da parentalidade. No ordenamento jurídico brasileiro, o direito das sucessões se constitui pelo conjunto de normas as quais disciplinam acerca da transferência do patrimônio de determinado indivíduo após a sua morte em virtude de testamento ou lei, sendo o fundamento do direito sucessório a propriedade. É nesse sentido que o Princípio de Saisine determina a transmissão dos bens do autor falecido para os seus herdeiros legítimos ou testamentários, os quais ingressarão na posse dos bens que constituem a herança de forma direta e imediata, ainda que sem tomar conhecimento da morte do antigo autor e independentemente de qualquer ato. Noutro ponto, o instituto da deserdação, plenamente ligado ao tema, consiste no ato unilateral por meio do qual se exclui o herdeiro da sucessão mediante a confecção de testamento, de modo a declarar expressamente a causa. Destarte, um dos principais pontos a ser analisado no presente trabalho consiste na análise do julgado do Tribunal de Justiça de Santa Catarina o qual admitiu a deserdação por meio de ação judicial e foi de encontro com todas as perspectivas jurídicas baseadas no ordenamento legal tidas até o momento, sendo de extrema importância analisar os desdobramentos obtidos e que podem vir a acontecer em decorrência da referida decisão.

(Conclusão) Por meio das explicações e das pesquisas realizadas em relação ao estudo do tema, foi possível compreender um pouco mais acerca dos aspectos históricos os quais envolvem tanto a criação e a evolução do direito das sucessões, bem como o desenvolvimento legal do instituto da deserdação. Os princípios que norteiam o ordenamento jurídico brasileiro nesse aspecto se fazem presentes, sendo de extrema importância o seu cumprimento por todos. O instituto da deserdação somente é previsto por meio da sua manifestação em testamento. Nesse sentido, o julgado do Tribunal de Justiça de Santa Catarina que admitiu a deserdação por meio de ação judicial desobedeceu e descumpriu tudo o que já fora disposto e uniformizado pelos entendimentos legais.

Palavras-chave: Direito das sucessões. Deserdação. Princípios.

OS REFLEXOS DA CULTURA DE SUBMISSÃO FEMININA NA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER

Autor(es):

Manuela Angelica Rhanna da Silva Imperial: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este trabalho de conclusão de curso, pretende fornecer informações ao leitor, no que diz respeito a análise do papel da mulher na sociedade, assim como seu progresso de maneira histórica. Será feita explicações fundamentadas acerca dos males que as mulheres enfrentam, como o machismo e os estereótipos de gêneros. Uma vez que, será observado também a figura feminina no âmbito penal, em referência a legislação e nos crimes contra a dignidade e violência sexual.

(Metodologia) A priori, as fontes de pesquisas utilizadas neste Trabalho, iniciou-se com a literatura dos grandes clássicos de Simone de Beauvoir, escritos de Rose Marie Muraro, assim como outros livros de literatura que versaram sobre a submissão feminina e seus avanços. Bem como, artigos científicos de trabalhos anteriores, reportagens em órgãos, fontes do direito, como doutrina e código, a respeito do tema. Além disso, até o fim da resolução desse presente artigo, continuarão sendo buscadas novas formas de conhecimento para a problemática em questão.

(Resultados) Busca-se mudar a perspectiva do público alvo no que tange o histórico da mulher na sociedade, seus avanços e suas lutas, por mais que, ainda existam retrocessos dentro do âmbito legislativo e penal, no que diz respeito a sua proteção e na punição do autor. Muitas vezes nos crimes contra a integridade feminina, a própria vítima sai como a vilã e causadora do problema, o que é uma visão extremamente errônea, e precisa cada vez mais ser combatida. O intuito desse presente artigo científico, é acarretar que seja visto em uma ótica fundamentada na extração de estudos e pesquisas, que é nos detalhes vivenciados pelas mulheres, que as tragédias acontecem e as lutas são forjadas diretamente no retrocesso de submissão que as mulheres ainda vivenciam.

(Conclusão) O presente trabalho, trás ao leitor o conhecimento sobre a aprimorada história da mulher. Assim como a exposição da cultura do estupro, que infelizmente existe na sociedade mundial. Onde existe mulher, existe a violência, outrossim, vai existir luta e esperança, para que de forma contínua, possam as mulheres continuarem conquistando espaço social e legislativo.

Palavras-chave: Mulher, violência feminina, legislação, cultura da submissão, dignidade sexual, machismo.

**OS REFLEXOS DAS AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO NO ÂMBITO DA JUSTIÇA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PARA O ACESSO À JUSTIÇA**

Autor(es):

Mariana de Freitas Gomes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Matusalem Jobson Bezerra Dantas: Docente do UNI-RN

(Introdução) Esta pesquisa versa a respeito dos reflexos dos meios autocompositivos para o acesso à justiça e o porquê da sua inefetividade em algumas searas, com enfoque nas audiências de conciliação realizadas no âmbito da Justiça Federal do Rio Grande do Norte no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC). Busca-se, mediante pesquisas bibliográficas, discutir acerca da origem desses Centros, sua forma de funcionamento atualmente, a formação dos conciliadores, bem como a análise de dados estatísticos e o estudo de casos concretos, de forma a atingir resultados para os mais diversos questionamentos, dentre eles: "O porquê de, apesar das mais diversas vantagens, os meios autocompositivos ainda possuem resistência no âmbito do Direito e na seara social?". Dessa forma, serão analisados como os métodos consensuais de resolução de conflito são alternativas de pacificação social sob a ótica de serem procedimentos menos onerosos, mais céleres, os quais prezam pelas vozes e vontade das partes, pelo diálogo e pelo "desafogamento" do Poder Judiciário, este cada vez mais assoberbado, em razão do desequilíbrio entre o grande volume de demandas judiciais, estastêm cada vez mais superado o conjunto de serventuários brasileiros, bem como da cultura do processo e da busca por uma sentença para resolver os problemas da humanidade. Logo, torna-se oportuno a análise das maneiras em que se pode amenizar tal problemática e melhorar a qualidade da marcha processual brasileira. Ademais, em conjunto com os meios mencionados, haverá o embasamento em casos concretos da Caixa Econômica Federal no setor de Recuperação de Créditos em um dos escritórios de advocacia credenciados em Natal/RN.

(Metodologia) Faz-se necessário a utilização do método hipotético-dedutivo, em que visa a construção de uma tese para responder os questionamentos. Ademais, fará uso de pesquisas bibliográficas e de pesquisa de campo no CEJUSC.

(Resultados) Ainda em andamento.

(Conclusão) Ainda em andamento.

Palavras-chave: Conciliação. Justiça Federal. Princípio da Cooperação. Código de Processo Civil Brasileiro. Cultura do Litígio. Justiça Multiportas.

OS SISTEMAS DE CONTROLE E PODER SOB A ÓTICA DE FOUCAULT

Autor(es):

Matheus Souza Dantas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Matheus Carlos da Silva Azevedo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Robson Jacinto Teixeira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Kayo Emanuel Silva do Nascimento: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Buscou-se avaliar o uso das ferramentas de controle e de poder descritas na obra *Vigiar e Punir* do pensador, filósofo e historiador francês, Michel Foucault, nas diversas esferas da sociedade, tendo, por vezes, um olhar crítico acerca do posicionamento deste pensador acerca da constituição das relações humanas no desenvolvimento da sociedade.

(Metodologia) O trabalho foi realizado por meio de levantamento bibliográfico nos bancos de dados Google Acadêmico e Scielo, nos quais realizamos a avaliação de artigos que se correlacionaram com o tema e ao final da análise realizamos a escolha de cinco artigos que versavam ou tangenciam o tema central da pesquisa, além de complementar a análise com a leitura da própria obra *Vigiar e Punir*, foco dos artigos selecionados e deste trabalho.

(Resultados) Todos os autores parecem concordar que é possível determinar que existe uma genealogia comum na formação das estruturas de controle e poder existentes na sociedade, que buscavam a formação de grupos que comandam e grupos que são comandados. Buscavam também a ordem social e, por fim, a constituição de saberes humanos que auxiliaram na manutenção das condições preexistentes de poder e dominação. Apesar de terem ganhado um caráter mais sutil ao longo de toda a história humana, esses mecanismos de manutenção e perpetuação de poder continuam bastante presentes e atuantes e, com ânimo de permanência, se tornaram parte das sociedades. Essas relações de poder e de controle das massas se aperfeiçoaram ao longo do tempo, deixando de ser truculentas e vorazes, para serem acolhedoras e aparentemente a melhor opção viável no juízo do próprio controlado. Essas novas relações de poder, fazem, muitas vezes, com que os dominados reflitam e cheguem a conclusão de que aquela relação estabelecida, aquele status quo, é o natural, o adequado, o aceito.

(Conclusão) Embora as demonstrações evidentes e incontestes de força e poder, como ocorriam na era medieval, e ainda na era moderna, descritas por Foucault na primeira parte de seu livro, tenham ficado para trás, a formatação e normalização do poder, da disciplina dos corpos, da domesticação humana ainda estão em nossas vidas, em todas as áreas do conhecimento humano, constituindo os saberes inclusive, gerando ciência e que podem passar despercebidos ao olhar desatento, mas não a uma análise minuciosa como a realizada pelos autores dos artigos analisados. Essa tecnologia de desenvolvimento de relações de poder atua em todas as instituições, na concepção das ciências, no desenvolvimento do consumo e dos interesses humanos.

Palavras-chave: Disciplina; Relações de poder; Adestramento de seres humanos; Panoptismo moderno.

OS SUPLÍCIOS DISSIMULADOS NA CONTEMPORANEIDADE

Autor(es):

Luan Fernandes Costa Correia: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Dennis Carvalho de Farias Azevedo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Isaac Ferreira Costa Paulino de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Daniel de Deus Barreto Moura: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ana Clara Gomes de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN
Rasland Costa de Luna Freire: Docente do UNI-RN

(Introdução) O tema escolhido em grupo foi “Suplício”, abordamos conceitos como penas cruéis, tortura, dignidade humana e os seus desdobramentos na contemporaneidade. O foco da pesquisa é a comparação entre as diversas formas de suplício na atualidade. A relevância da investigação dá-se em tomar conhecimento das novas faces de penas absurdas na sociedade.

(Metodologia) O trabalho foi baseado principalmente em pesquisas bibliográficas, literaturas de testemunhos, estudos de casos reais e entrevistas. O banco de dados foi encontrado por meio do Google acadêmico. Os critérios de inclusão que nos fizeram escolher os artigos foi a relação com o problema que queríamos investigar e a qualidade do material, contando com organização visual e elementos científicos de pesquisa. Contudo, vale a ressalva de que esta pesquisa está em fase inicial de desenvolvimento.

(Resultados) Os resultados encontrados durante as pesquisas foram similares, apesar de todos avaliarem uma esfera da sociedade ou um momento histórico diferente, como por exemplo, os regimes ditatoriais no Brasil e Argentina, nas facções criminosas do Rio de Janeiro, no meio virtual e nos regimes punitivos adotados nas penitenciárias e nos dogmas do direito penal. Com isso, os resultados específicos em cada eixo foram que: o suplício contemporâneo é banalizado pelos cidadãos, pois não chega ao conhecimento da sociedade o tratamento oferecido aos corpos apenados dentro dos presídios - espaço de corpos supliciados; As diversas semelhanças entre as penas aplicadas nos morros cariocas pelas facções e as aplicadas na Europa medieval podem sim serem consideradas uma nova forma de suplício; Além disso, chegou-se no resultado de que a midiática das atuais punições manipula os espectadores, fazendo com que estes não enxerguem outra forma de se lidar com os criminosos; há uma compreensão pelo estado ditatorial da tortura como prática funcional defendida como uma resposta adequada e necessária.

(Conclusão) De forma geral, conclui-se que os suplícios antigos se mantêm presentes na história “onde por um lado se embasa na concepção absolutista da segurança da sociedade, enquanto que do outro lado, há uma compreensão pelo estado ditatorial da tortura” até os tempos atuais, manifestando-se em novos conceitos, com o auxílio da mídia, alterando a forma como o povo interpreta a realidade, e ferindo não só o corpo do condenado, como também a sua integridade psicológica. Desta forma, os autores mostram como essa realidade é hipócrita, pois está vai de encontro com a lei do Estado moderno. Aindassim, deve-se salientar que a pesquisa está em fase inicial, logo, pretende-se com o decorrer de seu desenvolvimento obter-se mais resultados a partir do aprofundamento desta.

Palavras-chave: Suplícios, penas cruéis, contemporaneidade, novas formas.

PARCERIAS ENTRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL: FALTA DE ACESSIBILIDADE E CRIMINALIZAÇÃO BUROCRÁTICA

Autor(es):

Nathalia Kaluana Rodrigues da Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Através da Constituição Federal de 1988 as obrigações, limites e funções do Estado foram definidos, dentre elas, o direito do Estado de garantir ao cidadão saúde, educação e uma vida de qualidade. Todavia, segundo a literatura, ao longo dos anos o papel do Estado na elucidação desses deveres foi deveras questionado. Isso fez com que entidades do terceiro setor se organizassem através do princípio da subsidiariedade para construir um espaço de atuação junto ao Estado na garantia da execução de políticas públicas. Depois de muitas reivindicações e discussões acerca da falta de uma norma jurídica que garantisse a essas organizações a possibilidade de atuar junto ao estado, a lei 13019/14 foi aprovada a fim de estabelecer e formalizar o regime jurídico frente a essas parcerias.

(Metodologia) A metodologia empregada foi a revisão bibliográfica através de uma análise científica de 8 artigos e 2 livros. Os materiais foram selecionados por palavras chaves "organização da sociedade civil 13019/14" e buscou-se eleger aqueles que trouxessem um cunho histórico e discussões da aplicação da lei, bem como aqueles que foram publicados em revistas científicas.

(Resultados) A análise dos dados levantados na literatura mostra e discute todos os passos jurídicos para implementação das parcerias e como as reivindicações das OSCs ganharam força para concretização deste processo. Os autores analisam que as parcerias com as OSCs podem possibilitar ao primeiro setor agir de acordo com os princípios da economicidade através da sustentabilidade econômica que essas organizações propiciam por serem sem fins lucrativos. Diversos estudos mostram que as organizações sociais vêm tendo experiências bem-sucedidas nas áreas de habitação, saúde, cultura e recreação, educação e pesquisa, assistência social, religião, associações patronais, profissionais e produtores rurais, meio ambiente e proteção animal, desenvolvimento e defesa de direitos. De acordo com o Mapa das OSCs disponibilizado pelo IPEA, existem no Brasil cerca de 815676 OSCs e apenas 5% trabalham com a Administração Pública. Estas passam por constantes criminalizações burocráticas no setor público que limitam sua atuação, o que acaba indo no sentido contrário a lei 13019/14 que buscou ampliar o campo de atuação das OSCs.

(Conclusão) Apesar de ter sido publicada em 2014, a lei 13019 foi modificada em 2015 e só foi validada em 2017. Embora o principal objetivo da lei tenha sido a ampliação das parcerias entre OSCs e a Administração Pública, as entidades ainda enfrentam várias barreiras, sobretudo as de pequeno porte. Isso advém da falta de acessibilidade aos seus direitos e campos de atuação. Tal problemática é fruto de um processo de criminalização burocrática. Tendo em vista que temos um sistema que ainda está enrijecido para possibilitar a atuação da sociedade civil na aplicação de políticas públicas frente a um Estado que muitas vezes se encontra inoperante.

Palavras-chave: OSCs. Direito Administrativo. Terceiro Setor. Discriminação burocrática.

PARIDADE DE GÊNERO: MACHISMO ESTRUTURAL E A REPRESENTATIVIDADE FEMININA NA POLÍTICA.

Autor(es):

Deyse de Lima Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN

(Introdução) As mulheres já ocupam espaços sociais que antes eram exclusivos aos homens, as mulheres que já representam uma grande força para a economia mundial ainda possui muito mais a oferecer, elas representam mais de 40% da mão de obra global, 43% da força de trabalho atuante e mais da metade dos estudantes universitários do mundo. Além da força de trabalho das mulheres ainda não ter sido aproveitada em todo o seu potencial, elas ganham menos do que os homens e ainda se concentram em determinadas áreas da situação. Além disso, a outra questão importante a ser levada em conta, a perspectiva social. Quando viemos ao mundo um dos primeiros marcadores de identidade, ou seja, o que nos define como pessoa nesse planeta é o sexo com o qual nascemos. A partir do sexo definido como masculino ou feminino o mundo interage conosco e estabelece uma forma de relacionamento diferenciado. Assim, estar no mundo é vivencia-lo com base nesses marcadores de identidade, nas diferenças entre os sexos feminino e masculino.

(Metodologia) O método de abordagem utilizado nesta pesquisa é o método científico-explicativo, uma vez que, busca explicar os fatos e os objetos problemas. Averiguando obter respostas ao “por que” de tal realidade, aprofundando o conhecimento sobre ela. Decorrente disso, partindo da estimativa de que o direito tem atribuição latente enquanto instrumento da paridade de gênero, a presente pesquisa buscará conciliar as teorias da visibilidade feminina na política através de um olhar interligado. Dessa forma, busca-se a confirmação dessa presunção a partir de uma análise aprofundada dos conceitos postos na realidade prática.

(Resultados) É necessário analisar que, não obstante a relevância da inclusão de mulheres na esfera estatal, persistem impasses no cenário brasileiro que impedem a amplitude desse processo. Por fim, é notório perceber que historicamente as mulheres sempre foram afastadas e excluídas da política, é evidente que também há um certo distanciamento entre mulher e política, na medida em que parece ser um terreno onde não são aceitas, constituindo o que poderia explicar toda a ausência de sua participação na política formal.

(Conclusão) O presente trabalho é referente ao Machismo Estrutural e a Representatividade Feminina na Política, mais concretamente representações sobre gênero e política bem como o que diz respeito à interação entre gênero e outras variáveis socioeconômicas (classe social e idade) como fatores explicativos do diferencial de representações sobre política. O machismo estrutural é quando se diferencia o homem da mulher mais por características que acabam atrapalhando o indivíduo socialmente, por exemplo: por dizer que a mulher é mais emotiva e isso acabar dificultando a carreira da mulher na política ou em um alto cargo de uma empresa, por ela ser muito emotiva isso não será uma coisa boa. Bem pensar, acabamos discriminando mulheres em carreiras principalmente onde elas não são muito "femininas" - em que não há um grande número de mulheres, isso também é devido o machismo estrutural. Essa situação é decorrente do resultado de uma sociedade patriarcal, onde o núcleo familiar sempre foi responsabilidade da mulher.

Palavras-chave: Mulheres na política. A concretização da igualdade de gêneros na política. Representatividade. Democracia.

PEDOFILIA

Autor(es):

Deborah Peres Mesquita de Vasconcellos : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN

(Introdução) Pedofilia é originária do Grego. Tem pressuposto como a satisfação de desejos sexuais através de crianças e adolescentes. A pedofilia teve significativas pesquisas, que chegaram à conclusão de que não há cura para o problema, contudo existem terapias que podem reduzir a sua incidência. A pedofilia não chega a se consumir num ato físico com crianças, limitando-se apenas ao aspecto interior do indivíduo. Não se pode afirmar que o ato físico praticado com crianças possa ser chamado de pedofilia, mas sim rotulado como agressor sexual e legalmente reprimida legislação brasileira. Em síntese, podemos afirmar que nem todo pedófilo é um agressor sexual, mas pode se transformar em um a partir do momento em que materializa os seus desejos sexuais. O tema, mesmo diante dos avanços tecnológicos, encontra dificuldades. Existem divergências conceituais entre médicos e psicanalistas, principalmente por envolver o subjetivismo do indivíduo. Difícil também a apuração legal a partir do comportamento da vítima e da sociedade. Pois existe a falta da denúncia, da colheita de provas, além da inexistência de especialização.

(Metodologia) A lei 8.069, de 13 de julho de 1990, investigou coibir os atos de pedofilia, mas em razão da falta de estrutura do Estado e ainda pontos ligados ao delito, não foi obtido o êxito. A pedofilia ela vem sendo praticada no ambiente doméstico, pela família ou pelas pessoas próximas, o que sob modo dificulta inicialmente a identificação para poder aplicar a punição. A condição do estado vem sendo vigorada, mas há problemas.

(Resultados) A participação de algumas instituições como a UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) junto com a participação da comunidade internacional tem total fundamento no progresso de uma agenda global para o enfrentamento desse problema. Incessantemente, a mídia do nosso país reporta casos por toda região brasileira. Todavia, existe uma mobilização contra esse tipo de crime por parte do poder público, na qual o Estado, por meio de entidades como a Polícia Federal, procuram erradicar a prática da pedofilia, com ações voltadas tanto para campanhas de sensibilização e motivação da sociedade civil, quanto para o engajamento nessa luta, com a implementação de ações diretas de busca e apreensão de materiais que comprovam o crime e as prisão dos envolvidos.

(Conclusão) Prática esta, oriunda desde os primórdios da sociedade, a pedofilia vem sido tratada na sociedade atual como o crime totalmente bárbaro que geral tamanha repulsa. Após analisar alguns dos fatores que englobam esse contexto viu-se que se faz necessária uma maior abordagem e punição referente a este crime. De maneira efetiva e prática, a educação sexual nas escolas tem um papel essencial. Para que as crianças saibam identificar condutas abusivas e relatarem a seus responsáveis. Assim sendo, o combate à pedofilia será mais efetivo, o que reduzirá os episódios de abuso e levará à punição dos culpados.

Palavras-chave: chaves: Pedofilia. Criança. Adolescente.

PLANTÃO CIVIL: VIZINHANÇA

Autor(es):

Andrielly Gomes da Silva Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Linniker José dos Santos do Nascimento: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Luiz Lucas Lima de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Vanessa Carla Morais dos Santo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Deila Ferreira Pinto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Morais: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O principal objetivo do vídeo é o de conscientizar aos espectadores a respeito do uso anormal da propriedade e quais providências podem ser tomadas, nos casos em que há a perturbação ao sossego, saúde e segurança dos vizinhos, o que estes podem e podem fazer cessar tais interferências para com aquele que utiliza-se de forma anormal de sua propriedade. No caso do vídeo aqui submetido, há o excesso de barulho, prejudicial tanto aos vizinhos, quanto ao meio ambiente. Dessa forma, o presente trabalho surge com esse objetivo, o de levar a informação, tendo em vista ser uma situação fática que certamente alguém já se deparou e talvez não soube como proceder e até mesmo não tinha conhecimento da previsão normativa para essas situações.

(Proposta do roteiro) a proposta de roteiro do vídeo buscou trazer, principalmente, uma linguagem clara e de fácil compreensão para o público em geral, para que os objetivos pudessem ser alcançados. Dessa forma, o vídeo foi produzido nos liames do roteiro abaixo transcrito: I - jornalista interrompe programação para anunciar festa escandalosa do prefeito . II - Repórter de rua realiza a cobertura do evento e entrevista os atores principais, o Prefeito Lucas Stolze a vizinha inconformada. III - Briga da vizinha indignada com prefeito. IV - Jornalista chama correspondente jurídica a advogada especialista em direito de vizinhança. V - Jornalista encerra o plantão civil. VI - Créditos.

(Efeitos esperados) Os efeitos esperados são que a informação chegue, de forma clara, àqueles que não têm conhecimento do que fazer quando deparam-se com situação análoga, até mesmo por ser algo técnico e específico, mas que existe o direito e todos podem utilizar-se dele.

PONDERAÇÃO ENTRE DIREITO À LIBERDADE RELIGIOSA E O DIREITO À VIDA COMO PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Autor(es):

*Felipe Bezerra de Brito: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Thays Eduarda Duarte de Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

Orientador(es):

Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) Segundo Kant o ser humano deve buscar satisfazer suas necessidade e vontade, com o objetivo central de se realizar o próprio querer. Em qualquer ato que seja executado o indivíduo seja o objetivo final. Buscando cuidar do indivíduo e coletivo a Constituição Federal de 1988 assegura alguns princípios fundamentais onde pode induzir a uma interpretação errônea e levar ao entendimento que exista um aparente conflito.

(Metodologia) O escrito foi desenvolvido valendo-se de pesquisa qualitativa, através de artigos, teses e a Constituição Federal de 1988 juntamente como a tese kantiana sobre a dignidade da pessoa humana. Buscando primeiramente o conceito da dignidade humana, não diferente buscou-se a compreensão e interpretação dos artigos abordados com o intuito de explorá-los com base na CF/88 e jurisprudências a respeito do tema, nos quais abordam a resolução do suposto conflito aparente.

(Resultados) A pesquisa proporcionou um melhor entendimento a respeito do assunto, como é feito a interpretação, o que se deve levar em consideração e como ponderar a necessidade. O pensamento filosófico discorre que o homem busca a satisfação da própria felicidade, buscando realizar-se. A dignidade humana contempla o físico, mental, social e religioso, a pandemia de Covid-19 ocasionou uma colisão aparente entre Direitos Fundamentais assegurados pela Constituição Federal de 1988. O Artigo 5º - estipula ser inviolável a liberdade de consciência e de crença, assegurando o livre exercício dos cultos religiosos e garantindo, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e as suas liturgias. O artigo 19, I, veda aos Estados, Municípios, à União e ao Distrito Federal o estabelecimento de cultos religiosos ou igrejas, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público. Do outro lado o Direito à vida também sendo um Direito Fundamental, e primordial pois sem esse não existiriam os demais direitos assegurados. Nesse aspecto dispõe Alexandre De Moraes, “a Carta Magna deve assegurar o direito à vida considerando primeiramente o direito de permanecer vivo, e também, o direito a ter uma vida digna, promovendo sua subsistência”. Ressalta-se que o direito à saúde, visto como direito social tem sua relevância no contexto, por se tratar de um colapso na condição de saúde do próprio indivíduo como também no sistema de saúde que oferece o amparo social.

(Conclusão) Consumou-se no esclarecimento da resolução do suposto conflito aparente, fazendo-se valer da ponderação da necessidade iminente. Buscando compreender qual direito é necessário se sobrepor ao caso concreto, o qual não se podia abrir mão, não anulando o outro direito fundamental mas postergando o seu benefício. Ora a vida é o Direito fundamental mais importante e essencial, não sendo discutível se a restrição do direito à liberdade religiosa foi inconstitucional.

Palavras-chave: Liberdade Religiosa, Direito à vida e Dignidade

PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE PROCESSUAL X LGPD: UM OLHAR RETROSPECTIVO E PROSPECTIVO

Autor(es):

Laura Dalyane Nascimento Nunes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Matusalem Jobson Bezerra Dantas: Docente do UNI-RN

(Introdução) Sabe-se que a LGPD possui em sua literalidade normas que regem o tratamento de dados pessoais, assim torna-se indispensável analisar seu impacto no processo judicial, é imprescindível especificar as limitações aplicáveis quanto ao princípio da publicidade processual e tentar responder ao seguinte questionamento: como harmonizar a proteção de dados processuais com o princípio supracitado? Com o fim de elucidar questões postas no corrente texto, apresentar-se-á pontos relevantes da ideia e das principais classificações do princípio da publicidade, destarte quanto da lei geral de proteção de dados, será feita uma exposição da legislação precedente à LGPD, quão agora tratava de aplacar a publicidade absoluta dos dados. Analisaremos a aplicação da publicidade nos processos eletrônicos, o reconhecimento dos fundamentos legais para a ocorrência da LGPD nos processos judiciais e, por fim, a análise das possibilidades de harmonização na aplicação da proteção de dados sobre a publicidade processual.

(Metodologia) Foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica de caráter exploratório. Este método busca identificar o que foi produzido de conhecimento pela comunidade científica sobre esse tema e, ao mesmo tempo, avaliar as principais tendências da pesquisa sobre ele.

(Resultados) Relativo aos objetivos específicos previamente apresentados e posteriormente devida análise da literatura e legislação, dispomos que a publicidade deve existir como prática. Deve-se conceber qual o objetivo a atingir (controle democrático, aumento de eficiência, tutela de interesses de terceiros), quais os tipos de informações necessárias (o mínimo indispensável), qual o modo, passivo ou ativo, para pôr acesso, e qual a técnica mais econômica de se disponibilizar os dados etc. pois observa-se na LGPD, em sua literalidade, que o tratamento dos dados pessoais deve existir feito continuamente de acordo com um fim específico, continuamente de técnica adequada e estritamente para examinar determinada necessidade, ou seja, com o tratamento limitado ao mínimo indispensável e de maneira transparente.

(Conclusão) Disso pode-se concluir que a Lei Geral de Proteção de Dados pode ser utilizada como “ferramenta” para que os afetados persigam a legítima razão de não prejuízo para o exercício de uma ação de direito constitucional. Como não há regras específicas na LGPD e no CPC que definam todos os dados pessoais a serem considerados confidenciais em atos processuais, sua definição deve ser dada na prática das decisões judiciais e na regulação da aplicação da LGPD pelos tribunais. Lembrando que a lei não pretende proibir o tratamento, apenas regulamenta e impõe sanções por abuso no tratamento destes. Enquanto não estamos amparados normativamente de maneira específica, recomenda-se cautela na solicitação e no tratamento dos dados, caso a caso, detendo-se a aos dados estritamente necessários para a resolução do caso concreto, pois a publicidade processual é regra, mas não é regra geral ampla e irrestrita. Para tanto, busca-se o envolvimento de quem está na vanguarda do processamento de dados aliado ao desenvolvimento e uso de softwares que restrinjam o acesso aos dados que precisam ser preservados. Bem como realizar um mapeamento dos dados que permanecem nas instalações e os outros que possam ser eliminados definitivamente, tendo em conta que os dados apenas serão utilizados para os fins para os quais foram recolhidos e com o consentimento do responsável.

Palavras-chave: Publicidade processual; LGPD; harmonização.

PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS COMO DIFERENCIAL COMPETITIVO NA CAPTAÇÃO DE INVESTIMENTOS PARA STARTUPS

Autor(es):

Maria Beatriz Pinheiro Cavalcante: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN

(Introdução) A preservação da confidencialidade dos dados pessoais se tornou um impasse na atualidade, posto que, com os avanços tecnológicos, cresceu cada vez mais a necessidade de nichar os perfis dos usuários para aspectos de venda. Nesse sentido, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) veio para delimitar os direitos fundamentais garantidos aos indivíduos, de modo a estabelecer regras e limites concernentes ao uso desses dados. Noutro passo, a forma de utilização desses dados se mostrou um distintivo no que diz respeito às startups, de modo a configurar um diferencial competitivo na captação de investimentos.

(Metodologia) O trabalho em epígrafe se utilizou de pesquisas concentradas na análise e interpretação de previsões legais do ordenamento jurídico brasileiro, além de textos e livros acadêmicos relativos à LGPD e ao marco das startups. A compreensão desse material foi realizada de maneira qualitativa em razão da investigação subjetiva dos aspectos abordados, tendo sido utilizado o método histórico para auxiliar na interpretação dos conceitos e acontecimentos relacionados à historicidade do tema.

(Resultados) Em meio aos avanços obtidos com o decorrer dos anos e, principalmente, ao adentrar no século XXI, foi desenvolvida a ideia nos âmbitos tecnológicos e mercadológicos de que quanto mais um produto ou serviço é personalizável, maiores são as chances dele ser aceito na sociedade. Dessa forma, os dados pessoais dos indivíduos se transformaram nos principais ativos das empresas, tendo em vista a possibilidade de se traçar o perfil de cliente ideal a fim de potencializar as vendas. Como consequência disso, desencadeou-se um uso exacerbado e irregular dessas informações de modo a ferir a honra e a imagem dos seus titulares, adentrando na seara da privacidade a qual se constitui como direito fundamental. Nesse sentido, em razão da grande importância atrelada aos dados pessoais, foi criada a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n.º 13.109/2018), com a finalidade de proteger os direitos fundamentais de liberdade e privacidade, bem como o desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. As startups, por sua vez, podem ser definidas como uma empresa que possui um modelo de negócio repetível e escalável, detendo uma base tecnológica a fim de trabalhar em condições de extrema incerteza, buscando agilidade, competitividade e cultura própria. O investidor possui papel crucial no desenvolvimento do projeto, pois é ele quem fornece o primeiro aporte de capital para que a startup saia do plano das ideias e adentre o mundo das execuções.

(Conclusão) Por meio das pesquisas e da explanação acima realizadas, é correto afirmar que a utilização da privacidade e da proteção de dados se constitui como algo imprescindível na atualidade. Em um aspecto social, tal importância advém da exposição à qual os indivíduos se submetem no momento em que divulgam os seus dados pessoais ao mundo e, principalmente, às empresas. Já em um ponto de vista mercadológico, tal fator se estabelece como um diferencial competitivo na captação de investimento para startups, uma vez que a garantia de proteção de dados se constitui como um distintivo presente na política de muitas empresas. Assim, é correto afirmar que a preservação da divulgação desses dados, além de representar um direito fundamental, se traduz também como um aspecto relevante condizente ao local (ou startups) para onde os investidores direcionarão os seus aportes.

Palavras-chave: Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Investidores. Startups.

PROCESSOS LICITATÓRIOS SOB O MEIO ELETRÔNICO COM O ADVENTO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES

Autor(es):

Ana Beatriz Freire Lucas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Edinaldo Benicio de Sa Junior: Docente do UNI-RN

(Introdução) Os processos licitatórios foram inicialmente regularizados, aqui no Brasil, inicialmente pela Lei n.º 8.666/93, a qual foi responsável por discriminar e legalizar as variadas formas de licitação. Todavia, com o passar dos anos, percebeu-se necessária a atualização das referidas previsões no ordenamento jurídico, tendo em vista a celeridade nas mudanças socioeconômicas e os avanços tecnológicos obtidos praticamente de maneira instantânea. Por conseguinte, o trabalho em epígrafe visa analisar de que forma a implementação da Lei n.º 14.133/2021 ressignificou os conceitos já existentes dos processos de licitação e de que modo a tecnologia influenciou tal feito.

(Metodologia) As pesquisas realizadas para o desenvolvimento do trabalho em epígrafe consistiram na análise de previsões legais do ordenamento jurídico brasileiro diretamente ligados ao tema. A compreensão do material estudado foi realizada de maneira qualitativa, a fim de verificar subjetivamente os aspectos abordados, além de estar presente na execução o método histórico, o qual auxiliou na interpretação dos conceitos e acontecimentos relacionados à historicidade do tema.

(Resultados) Os processos licitatórios foram regulamentados a partir de 1993, quando fora criada a Lei n.º 8.666/93, a qual estabelece normas gerais a respeito das licitações e dos contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, compras e outros serviços. Todavia, mediante os avanços socioeconômicos e tecnológicos obtidos com o decorrer dos anos, foi necessário promover uma atualização dos dispositivos já existentes a fim de satisfazer os interesses coletivos legais. Nesse sentido, foi criada a Lei n.º 14.133/2021, a qual entrou em vigor não apenas para garantir as aquisições do Estado, mas para certificar que os processos necessários sejam realizados de maneira menos burocrática, além de prever diversas inovações ao sistema. A Lei n.º 8.666/93 foi desenvolvida com o intuito de exterminar os mecanismos governamentais que poderiam facilitar a corrupção nos cofres públicos, traduzindo-se como uma fonte da legislação deturpada da época. Ocorre que, essa conjuntura de leis acabou por tornar os processos de licitação em algo denso e burocrático, não se resultando tão eficaz como era esperado pelo legislador, tendo sido sob esses aspectos jurídicos e sociais que a Lei n.º 14.133/2021 foi estabelecida, representando, entre muitos cenários, um marco inovador para o Ente Público. A expansão dos meios eletrônicos por meio de princípios legais traduziu uma maior eficiência e economicidade relativos ao processo, de modo a promover maior segurança jurídica e celeridade aos procedimentos. Importante ressaltar que, a partir da aprovação da referida lei, os processos licitatórios possuem previsão para acontecer de forma online, sendo as licitações presenciais a exceção e não mais a regra, necessitando, para a sua ocorrência, justificativa fundamentada.

(Conclusão) Por meio das pesquisas e interpretações relativas ao tema, foi possível compreender de que forma a Lei n.º 14.133/2021 reportou um marco significativo ao avanço dos processos licitatórios. Conforme explicitado, a Lei n.º 8.666/93 previa a regulamentação dentro de um cenário limitado e disponível à década de 1990, trazendo a Lei n.º 14.133/2021 aspectos atualizados e devidamente correspondentes ao cenário da atualidade. Sendo assim, depreende-se que os progressos dos meios eletrônicos possuem impacto nas mais diversas camadas de uma sociedade – desde os meios de comunicação até o melhor desenvolvimentos dos processos licitatórios.

Palavras-chave: Licitação. Lei n.º 14.133/2021. Avanços tecnológicos

PROIBIÇÃO DO CASAMENTO ANTES DA IDADE NÚBIL, CONFLITO ENTRE EFEITOS JURÍDICOS DE NULIDADE OU ANULABILIDADE

Autor(es):

Filipe Coutinho da Silveira Meirelles: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Emmanuelli Karina de Brito Gondim Moura Soares: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente projeto de pesquisa versa sobre o tema, da invalidade do casamento de menores antes de atingirem a idade núbil. Especificamente com a alteração do artigo 1.520 do Código Civil trazida pela lei nº 13.811/2019, que passa a não permitir em qualquer situação casamento antes dos dezesseis anos, porém, a alteração não abarcou o artigo 1.550 do CC que prevê que tais situações tornam o casamento anulável, causando divergência doutrinária em relação à aplicabilidade dos efeitos jurídicos nesses casos. Dessa forma, venho, por meio deste projeto, apresentar os principais pontos que defendem o efeito da nulidade desses casamentos.

(Metodologia) Ciente da relevância da matéria, cumpro esclarecer que utilizei de pesquisa documental baseada nos critérios de defesa do tema apresentados pelo jurista Rolf Madaleno em seu livro de Direito das Famílias, que consiste em seguir o objetivo da lei 13.811/2019 visando proteger a infância e juventude, e passar a se tratar de impedimentos absolutos. Assim, alicerçamos a pesquisa na lei nº 13.811/2019 e no artigo 1.520 do CC, bem como em estudos referentes ao tema.

(Resultados) A lei nº 13.811/2019 alterou o artigo 1.520 do CC e passou a proibir em qualquer situação casamentos das pessoas que não atingiram a idade núbil, objetivando proteger a infância e a juventude, atendendo o princípio do melhor interesse da criança e adolescente, que deve ser resguardado pelo Estado, família e sociedade. Portanto, o impedimento para o casamento nessas hipóteses passa a ser absoluto, pretendendo deixar sem possibilidades a feitura dessa espécie de matrimônio. Destarte, a discussão paira na aplicabilidade dos efeitos jurídicos, baseado em sua análise, portanto, é notório, que a anulabilidade possibilita a prescrição e somente permitem serem alegados pelo próprio cônjuge menor, seus representantes legais ou seus ascendentes e, consoante o artigo 1552 do CC a ação sendo proposta pelo menor, devidamente representado, inicia a contagem do prazo a partir do momento em que o menor completa a idade núbil. Outrossim, conforme o artigo 1553 do CC o menor que não atingiu a idade núbil poderá completa-la, confirmar o casamento, com a autorização dos representantes legais, se necessário com suprimento judicial, destoando dos objetivos da nova alteração. Assim, torna pertinente a nulidade, pela imprescritibilidade, podendo ser alegado por qualquer interessado e pelo ministério público, não se convalida, vigorando sobre a impossibilidade absoluta sobrepujando a questão da proteção a essas crianças e adolescentes, pois, tratando de anulabilidade poderia ser relativizado pelo interesse particular.

(Conclusão) Diante do exposto, os argumentos que abarcam questões sobre impedimento absoluto, também dos efeitos para casamentos de pessoas que não atingiram a idade núbil, a competência para denúncia, a proteção da infância e juventude são alguns dos aspectos pertinentes que comprovam a aplicabilidade do efeito jurídico da nulidade na incapacidade do casamento referente a pessoas menores de dezesseis anos. Dessa forma, ao final da pesquisa consegui consubstanciar os argumentos de defesa para aplicabilidade da nulidade nesses casos e ressaltar a importância do conteúdo para atender ao princípio do melhor interesse da criança e adolescentes.

Palavras-chave: Menor de 16 anos. Casamento. Nulidade.

PROTEÇÃO DE DADOS E PODER PÚBLICO: A APLICABILIDADE DA LGPD ÀS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS

Autor(es):

Ana Flávia C. Azevedo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Edinaldo Benicio de Sa Junior: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente artigo tem como objetivo analisar juridicamente as possibilidades de aplicação da LGPD no Setor Público, a fim de compilar informações quanto à adequação de instituições que compõem a esfera pública à proteção de dados pessoais, em consonância com a normativa supracitada, por meio de pesquisas documentais e bibliográficas.

(Metodologia) Para isso, se faz necessário se valer de pesquisas documentais e bibliográficas que possibilitem tal feito.

(Resultados) Isso porque, diante dos avanços tecnológicos latentes em nossa sociedade, proveniente em grande parte da globalização e ampla utilização da internet, se fez necessária a normatização da utilização de dados a fim de proteger os indivíduos, mitigando abusos por parte dos detentores de informações de terceiros. Nesse contexto, surge a LGPD, Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, apresentando conceitos importantíssimos e regulamentando as relações com esses aglomerados de dados pessoais. Patricia Peck Pinheiro (2020) ao discorrer sobre a LGPD pondera que tal norma se aplica a todos que realizam tratamento de dados pessoais, sejam organizações públicas ou privadas. Assim, cabe também às organizações de caráter público identificar meios para viabilizar sua adequação à norma, considerando todas as suas particularidades. Nesse contexto, Babiere (BABIÉRE, 2020) explicita a importância de observar que os dados, diferentemente de outros ativos organizacionais, podem ser copiados ou replicados. Isso não ocorre com outros recursos, como bens móveis, imóveis, mas no meio digital é possível replicar dados em sistemas, extraí-los, transferi-los. E isso, por si só, gera uma demanda robusta por mecanismos que possibilitem a proteção desse ativo.

(Conclusão) Conclui-se, portanto, após pesquisa bibliográfica desenvolvida, que os entes que compõem a Administração Pública, ainda que agindo no cumprimento de suas funções, respaldado em seu interesse legítimo de prestar determinado serviço à sociedade, devem, assim como qualquer outra instituição que realiza tratamento de dados pessoais, justificar o tratamento, identificar a hipótese legal que permite o tratamento, informar ao usuário que tipo de tratamento e por qual motivo será realizado, além de prezar por todos os cuidados que garantam que a movimentação dos dados ocorrerá de maneira segura, seja ela de coleta, utilização, acesso, processamento, arquivamento, ou qualquer uma das formas previstas no art. 5º, X, da Lei nº 13.709/2018.

Palavras-chave: Lei Geral de Proteção de Dados. Proteção de Dados. Setor Público.

PROTEÇÃO JURÍCA NAS FAMÍLIAS FORMADAS PELO VÍNCULO SOCIOAFETIVO

Autor(es):

Lya Maria Araújo Batista Dantas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Emmanuelli Karina de Brito Gondim Moura Soares: Docente do UNI-RN

(Introdução) O direito enquanto norma surge a partir de um conjunto de valores que representam os interesses da sociedade ou de uma coletividade. Nessa perspectiva, na medida em que se passa por transformações socioculturais, os valores estão sendo ressignificados, impactando na necessidade de modificação de posições jurídicas e/ou legislativas. Outro aspecto relevante para instituir direitos e obrigações se refere aos costumes, que de maneira individualizada pode ser representado por realidade fática. Assim, a partir do reconhecimento de novos arranjos familiares na contemporaneidade e, tendo como eixo norteador deste estudo as famílias formadas a partir do vínculo sócio afetivo, acredita-se na importância de ampliar a reflexão e discussão no assunto, a fim de compreender a legitimidade dessas famílias, bem como, a necessária proteção jurídica, destituída de qualquer caráter discriminatório em relação à família biológica. Ao permitir igualdade de direitos e obrigações de forma que cada membro familiar exerça seu papel, sem distinção valorativa pelo vínculo da afetividade ou consanguinidade, se evidencia uma unidade familiar pautada no respeito e na dignidade de qualquer indivíduo daquela família. As famílias formadas a partir do vínculo socioafetivo possuem em seu favor a realidade fática para caracterizar-se enquanto núcleo da sociedade, uma vez que é público e notório como afeto o é elemento condutor imprescindível para manutenção das relações de parentesco, entretanto, requer solicitação jurisdicional para proteção jurídica enquanto família. Atualmente, existe a possibilidade do reconhecimento da maternidade ou paternidade socioafetiva. Todavia, é necessário também reconhecer a importância de cada membro da família e que as demandas da socioafetividade podem surgir para se pleitear outros representantes familiares, como tios, irmãos e avós, e não apenas a maternidade ou paternidade. Assim, partir de uma abordagem que supera uma tradição no conceito de família é reconhecer implicações em diversas áreas do direito, como no direito de família, direito previdenciário, de sucessões e no direito de herança. Logo, sabendo que as realidades fáticas, costumes, transformações sociais e culturais permitem criar e modificar direitos, e compreendendo os novos arranjos familiares, quais as possibilidades jurídicas de reconhecimento socioafetivos dos avós no registro civil da criança?

(Metodologia) Para desenvolver a pesquisa será necessário conhecer e descrever os elementos formais imprescindíveis para constituição do vínculo familiar. Além disso, através de evidências científicas, com uma abordagem dedutiva, ressaltar a importância da realidade fática e das relações afetivas, como norteadoras da garantia do reconhecimento da relação de parentesco. Para atingir a efetivação da pesquisa se utilizará do método comparativo, recorrendo às fontes formais, doutrinárias e jurisprudenciais, a fim de subsidiar a interpretação dos estudos.

(Resultados) Em andamento.

(Conclusão) Em andamento.

Palavras-chave: Família; vínculo sócioafetivo; avós afetivos.

PUNIR E RESSOCIALIZAR: UMA ANÁLISE SOBRE O SISTEMA PENAL E O DETENTO PSICOPATA.

Autor(es):

*Laura Sol Ananias Alves: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Clara Monte Jacinto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este resumo tem como foco principal apresentar um estudo sobre a relação estabelecida entre o sistema penal brasileiro e o detento psicopata. No decorrer da pesquisa ficou constatado que há necessidade de aprofundamento no tema para um melhor desenvolvimento sistemático, bem como a ausência de especificação normativa e processual torna-se a maior problemática encontrada para esses casos. Pois, apesar de haver normas garantindo a punibilidade penal, percebe-se o teor inconclusivo quanto a tais indivíduos, demonstrando, assim, um esquecimento relativo a estes para fins penais.

(Metodologia) Trabalho baseado em levantamento bibliográfico e através dos bancos de pesquisa científicos do Google Acadêmico, usando-se como principais **Palavras-chave:** Psicopatia; Personalidade; Ressocialização; Sistema carcerário. Ademais, os artigos selecionados precisavam abordar acerca da individualização e classificação penal e, para este fim, foram utilizados os Arts. 5º e 6º da Lei 7.210/84 (Lei de Execução Penal). Em concordância, também foi feita análise do Art. 26 do Código Penal Brasileiro.

(Resultados) Em decorrência do avanço dos estudos e da legislação, ainda hoje, no direito positivo brasileiro, a compreensão e aplicabilidade penal ao indivíduo psicopata é banalizada, já que, as duas funções da pena não são aplicadas de forma adequada, quais sejam: punir e ressocializar. Isto ocorre também, em face da alta complexidade que envolve as nuances mentais destes detentos, assim como é exposto em inúmeros estudos realizados no domínio do Direito, Psicologia e Psiquiatria. No mais, através da clara ausência estrutural dos centros penitenciários, é possível aferir que não há diferenciação quanto ao tratamento aplicado aos apenados, concluindo, de tal modo, que este resta prejudicado devido à expressa necessidade de separação e intervenção distinta referente aos psicopatas.

(Conclusão) No decorrer da pesquisa concluímos que o tratamento do indivíduo psicopata no sistema penal é superficial, provocando o desmembramento da função punitiva estatal, pois ao negligenciar o real objetivo do encarceramento, o índice de reincidência tende a aumentar. A situação problemática levantada não é em relação à momentânea falta de embasamento para lidar com tais casos, mas sim, a deficiência deve ser sanada. Cabe salientar que, para abarcar a personalidade em questão, é utilizado o Art. 26 do Código Penal, porém, vide estudos consolidados, o indivíduo psicopata não só compreende o dano causado por seus atos, como produz tal efeito com plena intenção de fazê-lo. Sendo assim, tratá-lo como inimputável ou semi imputável gera uma lacuna que deve ser preenchida. Em prosseguimento, faz-se necessário levantar o direito penal do autor, trazendo conexão com a classificação que, em tese, precisa existir para individualizar a personalidade do detento psicopata. Outrossim, está nitidamente claro que, apesar de todos os avanços realizados, nota-se, com o passar do tempo, que as fragilidades existentes desde os primórdios da identificação do transtorno de personalidade antissocial, permanecem até o presente tempo. Tal percepção denota-se mediante a análise dos casos ditos "primeiros" e dos atuais, conferindo semelhanças que já deveriam estar superadas entre estes. Por fim, a falta de importância dada pelo Estado aos apenados com esse perfil psicológico, acaba por apenas encarcerar o indivíduo, sem intenções de melhor ressocializá-lo no momento que encerra o cumprimento de pena, com a possibilidade de ser liberto em condições piores do que as quais ingressou.

Palavras-chave: Psicopatia; Personalidade; Ressocialização; Sistema carcerário

**QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO DO JUDICIÁRIO BRASILEIRO: IMPACTOS DAS NOVAS TECNOLOGIAS, DO
TELETRABALHO E DE PROGRAMAS DE QUALIDADE DE VIDA**

Autor(es):

Damásio de Lima Paz: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A qualidade de vida no trabalho (QVT) pode ser definida como medidas que visam o atendimento de necessidades físicas, psíquicas e sociais. No judiciário brasileiro, a introdução de novas tecnologias, a forma de exercer determinadas atividades por meio do teletrabalho e os programas para desenvolvimento e aplicação da QVT, estão sendo implantados e ampliados. Com isso, é preciso identificar se os impactos trazidos por essas alterações estão beneficiando ou prejudicando esse ambiente institucional.

(Metodologia) Trabalho baseado em levantamento bibliográfico através dos bancos de pesquisa científicos SciELO; Google Acadêmico, com a escolha de cinco artigos, publicados entre 2018-2022. Foi utilizada a palavra-chave "qualidade de vida" combinada com os termos, "teletrabalho", "novas tecnologias", "judiciário" e "justiça". Os critérios de inclusão e exclusão foram: país (Brasil), ano (últimos 5 anos), idioma (português).

(Resultados) Com a introdução de novas tecnologias da informação e comunicação (TIC), o Processo Judicial Eletrônico(PJe) na justiça do trabalho, segundo a perspectiva dos entrevistados, ao mesmo tempo que entregou agilidade na tramitação dos processos, ampliação do campo de acessibilidade à justiça e flexibilização dos horários de trabalho, gerou desconfortos pela ausência de consulta prévia sobre a implantação desse novo artefato, demanda e cobrança excessiva de trabalho, além da limitação dos treinamentos ofertados. Na implantação do teletrabalho no judiciário, foram citados benefícios e desafios em três áreas. Área institucional: benefícios; redução do consumo de insumos, diminuição do absenteísmo, ampliação das oportunidades de trabalho. Desafios; riscos ergonômicos e segurança dos dados. Área dos servidores: benefícios; flexibilização dos horários, diminuição do estresse, mais tempo para a família, menos preocupação com vestimentas. Desafios: autocontrole da produtividade, compromisso, risco de isolamento social. Área do ambiente social: benefícios; redução do uso de combustíveis, menos poluição e redução dos insumos materiais. Desafio: restrição do convívio social. No resultado avaliado - impactos do teletrabalho no ambiente do judiciário. Os programas de qualidade de vida no trabalho (PQVT) contemplam diversas atividades. Na pesquisa estudada, houve o direcionamento para o programa de ginástica laboral (GL). Quando avaliadas as consequências, foram observados fatores de aceitabilidade e dificuldade na aceitação. Dentre os fatores de aceitabilidade temos: controle do estresse, maior concentração, consciência corporal, integração social, mudança de hábitos e diminuição de dores, etc. Os fatores de resistência na aceitação foram: excesso de trabalho, tempo, local de execução, divulgação e conscientização da importância.

(Conclusão) Através dos estudos dos artigos pesquisados, foi possível extrair os aspectos que contribuem ou prejudicam a qualidade de vida no judiciário brasileiro, dentro dos temas; novas tecnologias da informação e comunicação (TIC), teletrabalho e programa de qualidade de vida no trabalho (PQVT) - ginástica laboral (GL). Foi possível concluir que TIC 's, exercem papel primordial nas novas configurações de trabalho dentro do judiciário brasileiro, porém, devemos analisar/tratar os seus impactos nas interações humanas. Assim também, o teletrabalho tem demonstrado grande capacidade de adaptação e ampliação desse campo de trabalho, podendo servir como meio de inclusão e melhoramento dessas relações. Por fim, o PQVT, traz a missão de aprimoramento dessas relações, construindo a percepção de saúde e bem-estar como ferramenta de crescimento múltiplo; individual, institucional e social.

Palavras-chave: Qualidade de vida. Novas Tecnologias. Teletrabalho. Judiciário. Justiça.

QUEM FALA?: A MULHER NEGRA NO JUDICIÁRIO BRASILEIRO

Autor(es):

Damásio de Lima Paz: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Adriana Conceição Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) Djamila Ribeiro, em seu livro Lugar de Fala (2019), ao discorrer sobre a fala de Grada Kilomba (2012, p. 56) explica que a mulher negra se encontra em um “vácuo” que a torna invisibilizada; por não pertencer ao espaço da “mulher branca” e nem do “homem”. Nessa posição, o seu lugar de fala é usurpado pelos padrões de colonização eurocêntrica, que restringe o poder e o saber aos homens de cor branca, garantindo o discurso único do locus social privilegiado. Como exemplo dessa realidade, podemos estudar o ambiente de trabalho do judiciário. Segundo o censo sociodemográfico do judiciário brasileiro (2013), respondido por 60% dos servidores dos tribunais e conselhos no país, mostrou que; apesar de 50,4% dos servidores serem mulheres, apenas 16,1% se declararam mulheres negras - menos da metade quando comparamos com o quantitativo das mulheres brancas (32,9%). Para tentar entender os efeitos causados pelo epistemicídio desse grupo, foi realizada uma busca bibliográfica com a intenção de conhecer e visibilizar as experiências, no ambiente de trabalho, através da própria narrativa dessas mulheres.

(Metodologia) Levantamento bibliográfico através da literatura, website e dos bancos de pesquisa SciELO; Google Acadêmico, com a escolha de dois artigos, publicados entre 2021 e 2022. Foi utilizada a palavra chave “mulher negra”, combinada com os termos “lugar de fala”, “judiciário”, “trabalho” e “justiça”. Os critérios de inclusão e exclusão foram: país (Brasil), ano (últimos 5 anos), idioma (português) e os termos (lugar de fala; judiciário; trabalho; justiça).

(Resultados) Foram coletados os depoimentos de cinco mulheres negras que integram o quadro de servidores de determinado poder judiciário. Com o intuito de atingir o objetivo, reproduziremos falas das entrevistadas quando questionadas sobre suas “atividades laborais no poder judiciário”, as quais se seguem: “clientes duvidam da minha posição de chefia”, “sofri represálias dos próprios colegas”, “um certo advogado mais idoso chegou a tratar a escrevente da audiência, que era branca e loira, como juíza, mesmo estando eu de toga e presidindo a audiência”, “eu percebo os olhares, resistências e desconfianças”, “havia um subalterno negro e de origem mais humilde que se recusava a obedecer as minhas ordens”, “sei que sou a exceção”, “ouvi de uma colega que minha beleza era exótica”, “há uma cultura que de certa forma condiciona a ascensão do negro à uma autorização social”. Percebemos, nessas falas, a confirmação da usurpação do locus social desse grupo. Há ainda um sentimento de inferioridade e adaptação aos padrões da branquitude, por não se identificarem com o espaço, visto que, os olhares lançados sobre elas, deixam a entender que são intrusas ou inferiores em capacidades; associação que tenta restringir a ascensão, dessas mulheres, a cargos considerados de alto escalão, prejudicando até a empatia de outros grupos silenciados (homens negros). Ainda nesse espaço, acontece o ataque a características físicas como forma de separação de classes. Essas ações corroboram com o “vácuo” social reservado a essas mulheres negras, imposto pelos padrões eurocêtricos de dominação.

(Conclusão) Foi possível conhecer e visibilizar as experiências de mulheres negras, do seu lugar de fala, no judiciário brasileiro. Experiências que demonstram a usurpação dessas falas; silenciando as intérpretes desse locus social. Na leitura dessas “vozes” percebemos que não há imposição, mas a tentativa de mostrar, através de suas vivências, o esquecimento que inviabiliza a sua posição como protagonista social. Com isso, podemos perceber “que existe nesse espaço uma disputada narrativas, mas ainda aquém do ideal por conta das barreiras institucionais que impedem o acesso de vozes dissonantes”, RIBEIRO (2019).

Palavras-chave: Mulher negra. Lugar de fala. Judiciário. Trabalho. Justiça.

REALIDADE POLÍTICO ADMINISTRATIVA: FILME MARIGHELLA E A CF 88

Autor(es):

Amanda Beatriz Aguiar Cabral: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Anna Louise Silva Rosado de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Clarice Cândida Diz de Abreu: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O filme “Marighella” se passa durante a ditadura militar no Brasil, mostrando a história de Carlos Marighella, um dos principais líderes de oposição à ditadura. Em resposta ao contexto de violação de direitos e sensação de impotência perante o combate ao regime ditatorial, parte da população se manifestou sob a forma de grupos de resistência e confronto direto pelo retorno da democracia. A qual foi cerceada durante os 21 anos de ditadura, voltando a surgir com a Constituição Federal de 88, marco da redemocratização brasileira. Enfatiza-se no filme a resistência dos cidadãos os quais viram que naquela luta armada, a única maneira de embate, era respondendo à altura. Dotados de poder inferior, criaram estratégias, como: assaltar bancos e cometer alguns delitos e assim poder financiar sua luta, bem como mostrar a realidade que fora maquiada pelos militares, obtendo a visibilidade da população. Se retrata o quão difícil era a vida dos revolucionários, visto que além de colocar suas vidas em risco, também colocavam a de seus familiares. Marighella abdicou da vida com a esposa e filho, para buscar um futuro melhor para o Brasil; onde seu filho pudesse viver com seus direitos garantidos. Infelizmente, em 4 de novembro de 1969, Carlos Marighella é vitimado de um atentado e morto pelos militares.

(Metodologia) O presente trabalho foi elaborado por meio de pesquisa qualitativa, partindo do método dedutivo para analisar as características do filme em questão em contraponto com a constituição de 1988.

(Resultados) A história mostrada em Marighella representa notoriamente, que durante a ditadura, vários direitos agora garantidos pela CF de 88 eram inexistentes. A estrutura jurídica do Brasil fora inteiramente modificada, sob o disfarce de uma democracia. Mas que era regida não por um presidente eleito pelo povo e sim por um general indicado pelas Forças Armadas. Contrário a isso, segundo a CF de 88 “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”. Bem como, que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual a todos. E por fim, que o Poder do Executivo será exercido pelo Presidente da República, com auxílio dos Ministros de Estado. Realizando uma comparação entre partidos políticos da época do filme com a CF de 88, é possível destacar que a ditadura era pautada no bipartidarismo (ARENA x MDB) com a presença ilegal do PCB sob apoio de Marighella. Em contrapartida, conforme o artigo 17, CF de 88 pauta-se no pluripartidarismo, com expressa proibição de financiamento estrangeiro. Ao longo do filme é clara a presença de tortura, racismo, censura, violência e ainda o autoritarismo militar. Os quais vigoraram durante os anos de ditadura e foram usadas como referência antagonista para a criação de novas leis, que foram em descontração a época antidemocrática vivida pelo Brasil no golpe militar.

(Conclusão) A CF de 88 faz uma reabertura política e social, com um intuito comum de reestruturação, segurança política e social. Cabendo destacar que assegura a dignidade da pessoa humana em seus princípios fundamentais. Trazendo um rol de direitos e garantias fundamentais, os quais eram violados na época da ditadura. Em seu artigo 5º, é expressa a proibição da tortura; assegurada a liberdade de pensamento; livre acesso a informação e o racismo é constituído como crime. Tentando curar as feridas deixadas pela ditadura militar, a Constituição de 1988 traz uma maior liberdade e garantia de direitos para os brasileiros.

Palavras-chave: Marighella, Ditadura Militar, Constituição Federal.

REFLEXOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E SUA APLICAÇÃO NO DIREITO: LIMITES, DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Autor(es):

*Felipe Thaynã Mesquita de Paiva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Daniel Rafael Aguiar de França: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Vinícius Nogueira Adeodato: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

Orientador(es):

Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN

(Introdução) A pesquisa nos propõe o estudo e a análise da Inteligência Artificial (IA) dentro do ramo do direito. Ou seja, buscaremos analisar a atuação dessa ferramenta, a IA, que pensam como humanos e que têm condições de atuar como seres humanos nas mais variadas áreas do direito, nos mostrando que a IA pode desempenhar várias atividades e habilidades no apoio ao trabalho dos operadores de direito. A inteligência artificial entra como resposta a questões das ciências jurídicas. Ainda faltam muitas outras, mas por exemplo: o problema da morosidade processual. Há, simplesmente, processos que duram anos, outros que nunca terminam antes de prescrever o direito. Quem não experimentou tantos anos de espera, não pode fazer uma ideia nem sequer aproximada do que é este fato: não receber resposta do seu pedido. De um lado sofre o jurisdicionado, do outro se habitua o Direito a não existir. É bem compreensível que no direito se têm várias atividades que são feitas de uma maneira relativamente repetitiva. Sendo assim, a Inteligência artificial usa a sua capacidade e habilidade para buscar sempre ganhar tempo e, consequentemente, ser eficiente durante a sua prestação de serviços. É necessário falar que esse tema é recheado de diversos aspectos dos mais variados campos da ciência, então, iremos delimitar esse tema em fatos conhecidos e relevantes por meio dessa pesquisa.

(Metodologia) Aborda-se a temática sob uma visão dialética. Pode-se dizer que o uso da Inteligência Artificial no Direito não é hipótese ou especulação, antes uma realidade atual, é porque já existe. Incube-nos fazê-lo mediante a pesquisa científica, com artigos acadêmicos, sites na web, revistas e livros. As relevâncias e controvérsias desta nova tecnologia perceberão com base na estatística e levantamento de dados no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), entre outras fontes responsáveis por coleta de informações e divulgações de dados.

(Resultados) Como resultado da pesquisa, provisoriamente, podemos afirmar que a tecnologia promoveu uma mudança no modo de atuar do judiciário. O mundo digital mudou as relações jurídicas. E que são várias as repercussões no Direito em face da tecnologia. As aplicações da Inteligência Artificial ao Direito, cumprimentaram os profissionais, usuários e clientes do setor jurídico de maneira desafiadora, onde todos têm a oportunidade de evoluir.

(Conclusão) Conclui-se que o uso da Inteligência Artificial promoveu uma mudança nas relações jurídicas e que, portanto, faz-se necessário nos adaptarmos a essa nova ferramenta. Ademais, pode-se falar também que é preciso ter cautela com a implementação dessa ferramenta no setor jurídico, uma vez que no momento em que o Estado fornece tais tecnologias, é preciso ter instrumentos para que elas não violem direitos do cidadão.

Palavras-chave: Inteligência Artificial. Relevâncias. Direito. Debates.

REGIME DE SEPARAÇÃO LEGAL DE BENS E INDIGNIDADE - ARTS. 1.641 E 1.814 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002

Autor(es):

Arthur Félix Andrade de Lima Batista: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Dalyson Marlon da Silva Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Ester Sales Medeiros Soares: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Isadora Bezerra Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Leandro Batista Martins da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O presente vídeo teve como objetivo principal a explanação de maneira dinâmica dos assuntos abordados na Disciplina de Direito Civil VI (Sucessões), quais sejam: Regime de separação legal de bens e indignidade previstos nos Arts.1.641 e 1.814 do Código Civil de 2015.

(Proposta do roteiro) Daniel conhece Maria, mãe de Leo e Arnaldo, e quer dar um golpe nela dois anos após o início do relacionamento. Relacionamento público através de fotos do casal, saída para restaurantes. Ele encontra o filho de Maria, Arnaldo, que além de ser seu amigo de infância não se dá bem com sua genitora e conta dos seus planos de matar Maria, para ficar com os seus bens. Arnaldo incentiva o amigo para que seja feito o plano, alegando que mesmo que eles não fossem casados ele teria direito aos bens. Daniel executa o plano e começa a dissolver os bens da falecida, então ele descobre que Maria tinha outro filho. Leo quer que os bens passem para ele, então discute com Daniel e em seguida vai consultar sua amiga que é advogada - Ester. Daniel vai consultar o seu advogado - Matheus que pergunta qual foi o ano que conheceu ela, se a relação tinha publicidade, e pediu que a certidão de óbito, quando descobre que Maria tinha mais de 70 anos.

(Efeitos esperados) Espera-se que o público ao assistir o vídeo possa compreender de maneira dinâmica os referidos assuntos.

RELAÇÕES TRABALHISTAS SOB A ÓTICA DE FRANZ KAFKA NA OBRA “A METAMORFOSE”

Autor(es):

João Victor de Melo Seabra: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Fabio Fidelis de Oliveira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho tem como finalidade apresentar ao leitor problemas que porventura pensamos ser atuais, mas a literatura nos mostra que são tão antigos quanto a história do trabalho humano. Dessa forma, propõe uma análise da obra “A Metamorfose”, de Franz Kafka, sob o viés do direito trabalhista, com enfoque na função social do trabalho, das relações de trabalho e das doenças que incapacitam o labor, relacionando os temas à obra supracitada e analisando algumas de suas várias interpretações.

(Metodologia) A pesquisa terá como metodologia uma análise das temáticas ora delimitadas a partir da análise da obra “A Metamorfose”, de Franz Kafka, e do cruzamento de informações com as leis vigentes no país, com enfoque na CLT.

(Resultados) 1 DA RELAÇÃO ENTRE A OBRA E A REALIDADE – Quando Gregor Samsa, certa manhã, despertou de sonhos intranquilos encontrou-se em sua cama metamorfoseado em um inseto monstruoso?. Esse início brusco, com talvez uma das aberturas mais marcantes da história da literatura, reflete perfeitamente problemas que enfrentamos atualmente no mundo do Trabalho. Na obra, se vendo transformado em inseto, a primeira preocupação da personagem é com o trabalho. Gregor, com uma realidade similar à que vivem muitos nos dias de hoje, não trabalhava em um emprego que gostava, mas sim em um que lhe desse condições financeiras para sustentar a sua família. Não apenas não gostava do emprego, mas verdadeiramente o odiava, descrevendo-o como “penoso”. O desprezo era tanto que, mesmo transformado, dedica seus primeiros pensamentos a refletir sobre como é horrível o seu emprego e todas as oportunidades e vivências que ele lhe tira, tornando-o infeliz. Ele trabalhava como caixeiro-viajante, um emprego no qual tinha que viajar dia após dia. Em decorrência disso, se preocupava com baldeações, refeições irregulares e ruins e não podia estabelecer laços afetivos com outras pessoas, pois o convívio humano mudava com frequência. Essas características da função eram particularmente extremadas em razão do seu empregador, que fornecia para ele o mínimo possível para exercer suas funções e, em alguns momentos, nem sequer isso. Como toda boa obra literária, o livro está sujeito a interpretações. O entendimento no qual se baseará o presente trabalho é que a metamorfose repentina que impediu Gregor de laborar foi, em verdade, o acometimento de qualquer doença o impediu de exercer as suas funções. Junto à transformação, vieram juntas as mais variadas dificuldades, que serão exploradas mais à frente, mas, justamente pelo fato de que a primeira preocupação do indivíduo foi com o seu trabalho, é nele que se baseia o presente documento. Essa doença incapacitante pode ser qualquer condição, de origem ocupacional ou não, que impeça um cidadão de trabalhar, a exemplo da Lesão por Esforço Repetitivo (LER), da depressão, da ansiedade e da síndrome de burnout. Transformado, era de se esperar que sua família, a qual era sustentada pela labuta da personagem, viesse a se compadecer da imprevisível reviravolta vivenciada e cumprisse o papel de apoio. Pelo contrário: por não trabalhar, Gregor se tornou, cada dia mais, um motivo de vergonha de sua família, contando com a empatia apenas de sua irmã que, pela baixa idade, não entendia a situação. Impedido de trabalhar, o personagem ficou totalmente alheio à sociedade. Seus pais, que agora começaram a trabalhar para o próprio sustento, escondiam-no das visitas e agiam como se ele não existisse. Em razão de seu ofício, não tinha laços de amizade ou qualquer relacionamento amoroso, privado de vida social.

(Conclusão) Trabalho ainda sendo feito.

Palavras-chave: Franz Kafka. Relações de Trabalho. A Metamorfose. Doenças ocupacionais.

REPETIBILIDADE DOS ALIMENTOS FACE AO ABUSO DE DIREITO

Autor(es):

Alan Bernardo Moura Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho tem a ideia central questionar e ter uma análise mais aprofundada da repetibilidade dos alimentos no ramo de Direito, onde no Brasil os alimentos sempre tiveram essas discussões, surgindo dessa, um ramo quase que autônomo do Direito Civil, que hoje conhecemos como Direito de Família devido a alta demanda desse tema, buscando sempre garantir a vida e a sobrevivência de indivíduos que não tem as condições de suprir essas necessidades básicas por si. Portanto cabe aos alimentos proporcionar tudo aquilo que é essencial e necessário para uma vida social básica a uma pessoa que não tem condições próprias de buscar tais necessidades, não possui condições de trabalhar ou até mesmo bens capazes de proporcionar renda suficiente para sua sobrevivência e manter seu próprio sustento. Desta forma, o direito não apregoa os alimentos como simples obrigações, ou seja, o alimentante que venha a pagar de forma indevida esses alimentos, não pode posteriormente pedir o resarcimento, mesmo que esse valor venha a ser excessivo, dito isso, a irrepetibilidade desses alimentos pagos, muitas das vezes trazem um enriquecimento ilícito, havendo então um abuso processual nos atos de má-fé praticados por quem tenha finalidade de agir no curso do processo de alimentos.

(Metodologia) (método de abordagem) indutivo-dedutivo (Método de procedimento) histórico (técnicas de pesquisa) pesquisa descritiva e bibliográfica.

(Resultados) Tratar do consenso quanto aos alimentos que venham a ser proporcionados de forma indevida e que de certa forma prejudica um polo e beneficia outro de forma a buscar um enriquecimento ilícito, contudo apresentar uma visão mais ampla e jurisprudência do tema nos dias atuais, onde vem trazendo relevância e favorecimento aos lesados pelo princípio da irrepetibilidade dos alimentos.

(Conclusão) O presente trabalho tem como ideia trazer uma abrangência ao seu tema. Repetibilidade dos alimentos trata de um princípio jurídico que tem como seu significado a não devolução de valores que vinherem a ser pagos a títulos de alimentos, ou seja, se o alimentante venha a pagar os alimentos, posteriormente o mesmo não poderá constatar que o valor não era devido, não havendo portanto a restituição desse valor já pago. Porém o seguinte tema já vem trazendo entendimentos divergentes e situações em que esse indivíduo que venha a ser lesado possa entrar com o resarcimento do valor prestado anteriormente, através de que venha a ser comprovada a má-fé por parte do alimentado.

Palavras-chave: Jurisprudência. Princípio. Alimentos. Direito de Família. Repetibilidade.

RESPONSABILIDADE DOS CLUBES DESPORTIVOS POR ATOS DE DISCRIMINAÇÃO PRATICADOS PELOS SEUS TORCEDORES

Autor(es):

Daniel Ginani Freire: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) É dever do Estado fomentar as práticas desportivas (CRFB, 1988). Nesse sentido, compreendemos o esporte como um direito de cada cidadão e sua participação dentro da política social e educacional da nossa sociedade, está estruturada de tal forma, que quis o legislador constituinte consigná-lo em nossa Carta Maior. Entretanto, o esporte tem servido de palco para a disseminação de atos de discriminação perpetrados por maus expectadores, dentro dos locais de realização dos espetáculos esportivos, sendo essa prática condenável em todas as suas formas. Diante disso, e tendo como base o Estatuto do Torcedor e as demais leis civis brasileiras, discute-se qual o grau de responsabilização dos clubes desportivos dentro desse infeliz contexto, uma vez que auferem renda a partir da venda de ingressos e devem, portanto, zelar pela integridade física e moral dos seus participantes.

(Metodologia) Cuida-se de pesquisa de natureza exploratória, na medida em que se propõe examinar as teorias e analisar os conceitos existentes acerca do assunto. Tem o propósito de buscar uma visão ampla acerca do tema. O método de abordagem é do tipo qualitativo, dando maior importância à compreensão do contexto do objeto pesquisado e na interpretação dos fatores subjetivos inerentes a esse objeto.

(Resultados) Os resultados esperados para o estudo em questão, desenvolvem-se dentro do contexto da necessidade de apresentar à sociedade uma resposta eficaz de combate ao crime de discriminação dentro do esporte. Verifica-se a importância da identificação dos dispositivos legais adequados para a correta subsunção do fato ilícito. Dentro do ordenamento jurídico pátrio, apresenta-se como possibilidade de fundamento jurídico a Lei 10.671/2003 ou Estatuto do Torcedor, especificamente em seu artigo 13-A, que estabelece condições acerca do acesso e da permanência do torcedor, semprejuízo de outras previstas em lei.

(Conclusão) Diante de todo o exposto, revela-se fundamental a garantia dos direitos dos cidadãos a uma prática esportiva livre de preconceitos, propagadora de saúde física e mental. Desse modo, as ações discriminatórias e as omissões dos responsáveis devem ser disciplinadas com a maior urgência em razão dos direitos fundamentais atingidos.

Palavras-chave: Prática esportiva. Atos de discriminação. Responsabilização dos clubes desportivos.

RESUMO E ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A OBRA CINEMATOGRÁFICA: “GETÚLIO”, E ANÁLISE HISTÓRICA VOLTADA AO DESENVOLVIMENTO CONSTITUCIONAL

Autor(es):

Marcos Moura Freire: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Neste trabalho busco esmiuçar de forma breve a obra cinematográfica dirigida por João Jardim: Getúlio. O diretor teve a difícil tarefa de biografar a vida de uma figura tão importante e que divide opiniões, numa trama interessante que traça apenas a parte final e conturbada de seu governo em que ele é deposto de seu cargo em meio a um instável cenário nacional em que a democracia e a constituição estavam correndo risco iminente.

(Metodologia) Este relatório que é de natureza descritiva, pois se trata de uma análise descritiva à respeito do filme Getúlio. Por meio de fontes secundárias de pesquisa, sendo elas o próprio filme, textos constitucionais e por meio de pesquisas na internet direcionadas a conteúdo histórico. Os resultados dessa pesquisa são de método qualitativo, visando conceitos e ideias da formação do estado brasileiro e elaboração de suas constituições. Por meio do método de abordagem indutiva, entendendo os fatos ocorridos e descrevê-los de maneira fidedigna.

(Resultados) De início, como bem representado na obra, Vargas passa a ser constantemente apontado como mandante do atentado da Rua Tonelero, que ocasionou na morte de um major da aeronáutica, e na tentativa de homicídio do então candidato a deputado estadual, Carlos Lacerda, inimigo número 1 de Getúlio Vargas e seu governo. Em meio a conluios e traições, Vargas é constantemente pressionado pela oposição e lideranças militares, afirmando que ele havia perdido a moralidade e controle de seu governo, uma vez que após investigações do assassinato, fora descoberto que teria sido praticado por homens de confiança da guarda presidencial. Estes fatos desencadearam maiores investigações que culminaram na descoberta de corrupção por parte de pessoas diretamente ligadas ao presidente Vargas, o clima já era instável e ainda com toda a pressão da oposição exigindo que ele renunciasse ao poder, recebendo acusações diretas por parte de membros do poder legislativo afirmando que Vargas possuía alma de ditador e era incompatível com o regime democrático, e que ele havia perdido a autoridade moral para exercer o cargo. Os generais das forças armadas estavam insatisfeitos com os movimentos nas ruas, querendo a todo momento permissão para intervenção armada nas ruas com força total sob justificativa de desordem e comunismo, porém Getúlio segura as pontas e se mantém firme a fim de provar sua inocência e não ceder a um possível golpe que o aterroriza em seus sonhos mais profundos, protegendo desta maneira as Leis constitucionais. Contudo, por trás das cortinas os Generais das forças armadas mexiam suas peças e planejavam removê-lo de suas funções. Por fim, derrotado e prestes a perder o cargo de Presidente, Getúlio comete suicídio com um único tiro no coração.

(Conclusão) No desenvolvimento deste trabalho foram adquiridos valiosos conhecimentos em torno da história do Brasil e do direito constitucional. No tocante a constituição vimos tratar-se de um momento histórico marcado por diversas revoluções e manifestos em que foram feitas diversas mudanças no texto constitucional por parte do Presidente, rasgando 2 constituições durante as descritas fases de seu governo por meio do golpe de 1930 e do estado novo em 1937, porém, protegeu a própria vida o Brasil de um novo golpe em 1954 defendendo a constituição de 1946.

Palavras-chave: Estado Nacional, democracia, constituição, fato histórico, golpe, ditadura, revolução de 30, estado novo.

SANÇÕES: USOS E FRAGILIDADES

Autor(es):

Maria Clara Medeiros Gomes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Marcos Maciel Jacinto Ferreira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Brenda Leticia de Almeida Barbalho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Stanley Lima Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) No âmbito do Direito Internacional Público, ainda que esse seja considerado obrigatório, o seu sistema de sanções é considerado extremamente precário. Assim, tem-se contrariada a garantia de segurança e o bem-estar internacional. Desse modo, convém analisar que o Direito Internacional se trata de um direito descentralizado e não possui uma autoridade superior, mas progride pela consensualidade de seus integrantes para um bem-comum e com penalidades mais diplomáticas. Nessa pesquisa, serão abordados estudos relacionados às sanções, como também a visão e opinião de pensadores que escreveram sobre a eficácia dessas sanções e a imposição de deveres. Logo, pretende-se demonstrar que as sanções internacionais devem ser mais eficazes a fim de se alcançar a paz internacional.

(Metodologia) Em relação à metodologia empregada, adota-se o método qualitativo como forma de abordagem, buscando compreender os fenômenos a partir de sua explicação e motivos, além da interpretação e análise de dados.

(Resultados) Conforme o filósofo inglês Herbert Lionel Adolphus Hart, em sua explicação sobre o direito, constitui como regra primária impor diversos deveres, exigindo que a sociedade faça ou deixe de fazer alguma coisa, fato imposto desde as sociedades primitivas. Assim, frente aos atos ilícitos em que o Estado acaso incorra, é equivocado supor a inexistência de sanções no Direito Internacional por não haver uma autoridade central, desprovida de força física e legitimidade para tanto. Todavia, em uma análise realizada pelos pesquisadores da Universidade Drexel, cerca de um terço das sanções costumam ter sucesso, fato que demonstram sua ineficiência em alcançar seus objetivos, além de, em certos casos, ocorrer consequências inesperadas ou de resultado oposto, fortalecendo o governo alvo ou gerando impacto negativo sobre os direitos humanos no país, no qual, em conformidade com o economista Paolo Pasquariello: “geralmente, as sanções acabam afetando a maioria das pessoas que vivem nesses países”. Apesar do caráter descentralizado do Direito Internacional, a inexistência de uma autoridade superior legitimamente reconhecida faz com que as sanções sejam aplicadas de maneira heterogênea, em virtude de não haver uma estrutura organizada para a finalidade de punição específica daqueles atos ilícitos decorrentes da sistemática jurídica internacional. No atual contexto de conflito no território ucraniano, as sanções contra a Rússia são consideradas únicas pelo alcance e a rapidez com que foram adotadas, afetando os bancos e membros do governo e da elite econômica, mas apesar disso, o país mantém seu avanço militar e estuda alianças com a China para obter recursos, além de sancionar os Estados Unidos por interferência, algo permitido na lei maior interna do país. Ademais, vale salientar o caso mais conhecido de sanção internacional, imposto pelos EUA à Cuba em 1961. Com a instalação do sistema socialista neste país, os EUA proibiram qualquer país de manter relações econômicas, mas conforme o observado, não houve a queda do sistema, com as sanções persistindo atualmente.

(Conclusão) Portanto, em concordância com Hart, “se o agente não é punido, não há uma falha na obrigatoriedade de se cumprir a norma, mas uma falha na eficácia dessa norma”. Logo, mesmo com a imposição das mais diversas sanções como punição para um país, não serão eficazes em caso de haver brechas, no qual o reconhecimento de uma autoridade maior poderia influenciar um maior número de Estados membros a corroborarem com as sanções impostas. Dessa maneira, a eficiência destas poderia ser maximizada, amenizando cada vez mais os riscos de novos conflitos.

Palavras-chave: sanções, eficiência, autoridade maior.

SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: CONTRIBUI PARA A RESSOCIALIZAÇÃO?

Autor(es):

Luiz Cláudio Pinto Cavalcanti Moura: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Neste trabalho o foco principal é discutir a realidade atual das prisões brasileiras e suas condições estruturais, se elas estão contribuindo para a diminuição dos índices de criminalidade e se realmente são eficazes para a ressocialização das pessoas privadas de liberdade. Será que o ambiente em que vivem os presos brasileiros é favorável para uma ressocialização e uma reinserção na sociedade?

(Metodologia) Trabalho baseado em levantamento bibliográfico através do banco de pesquisa científico – SciELO. Foram selecionados 5 artigos, os quais foram incluídos no trabalho por retratarem bem as condições de estrutura dos presídios brasileiros, as condições de saúde, educação, higiene a que estão submetidas os presos, e os perfis de prisioneiros que são a maioria nas prisões brasileiras.

(Resultados) De acordo com os resultados da pesquisa, o que se vê atualmente nos presídios brasileiros são condições completamente desumanas, como dito em um dos artigos, semelhante a de um campo de concentração nazista. São péssimas condições de higiene, que se agravaram durante a pandemia, pois as condições precárias colaboraram para o aumento de casos e de mortes pela covid-19, ocasionando problemas para a saúde pública do país. Muitos destes presídios estão superlotados, ou seja, provocam aglomerações, o que colabora mais ainda para o aumento de casos, como citado em um dos artigos, alguns com o dobro, o triplo, ou mais que a capacidade. O que se nota também nas prisões brasileiras, é que a população carcerária majoritária é formada por negros, de baixa renda, de baixa escolaridade, e que cometeram crimes não violentos. Se o objetivo das prisões brasileiras é promover a ressocialização e o retorno ao convívio social do detento, esse objetivo ainda está muito longe de ser concretizado.

(Conclusão) Para atingir o objetivo de promover a ressocialização e o retorno ao convívio social das pessoas privadas de liberdade, são necessárias condições dignas para um ser humano se viver, e não é o que foi encontrado nos artigos. O que se viu nos artigos, foram condições desumanas, presídios superlotados, más condições de higiene, contribuindo para a proliferação de doenças, falta de acesso à educação. Os presídios brasileiros atualmente são locais que tem como função principal apenas a repressão do indivíduo, e não na ressocialização deste, que deveria ser a sua função principal. Nas condições atuais, é impossível garantir uma ressocialização positiva a sociedade. É mais provável que o indivíduo volte ainda mais perverso e praticando novos crimes, muitas vezes “aprendidos” enquanto estava no presídio.

Palavras-chave: Ressocialização, prisões, Brasil

SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS EM SENTENÇA CONDENATÓRIA TRANSITADA EM JULGADO

Autor(es):

Roberta Fraga Ferreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente projeto de pesquisa tem o intuito de destrinchar a legislação brasileira frente a suspensão dos direitos políticos dos condenados após a sentença condenatória transitada em julgado. Inobstante a este fato, também cuidaremos em tratar do conceito do sufrágio universal, trazendo à baila princípios norteadores deste direito político, assim como os seus aspectos e efeitos, demonstrando a grave ofensa a princípios norteadores da nossa legislação. Este trabalho de conclusão de curso visa analisar a suspensão dos direitos políticos dos presos em situação de condenação transitada em julgado, para aferir até que ponto essa suspensão é considerada, legal e dignada. Tomando por base a tamanha relevância da Constituição Federal pelo seu caráter democrático e principiológico contido em todos os dispositivos legais.

(Metodologia) Os procedimentos adotados neste projeto cingem-se na comparação, pois consiste na investigação de coisas ou fatos e explicá-los segundo suas semelhanças e suas diferenças. Destarte, tem-se como principal finalidade deste projeto de pesquisa, o debate honesto e crítico a respeito da suspensão dos direitos políticos buscar e testar a validade dos argumentos.

(Resultados) Os resultados obtidos através do método utilizado são negativos do ponto de vista da autora, em razão da contradição entre a legislação e os princípios fundamentais do direito, como por exemplo: Ver um condenado sem exercer o direito político ativo pois de acordo com a legislação ele está a margem da sociedade até que cessem seus efeitos. Ao longo do texto capítulos retratam o significado do direito político ativo, que foi sendo sutilmente modificado ao longo dos anos, tanto pelo senso comum, quanto pela visão técnica legislativa, se distanciando cada vez mais da falsa narrativa imposta pela sociedade, de que os indivíduos a margem da sociedade estão em um patamar de insignificância, perante as demais, como acima fora mencionado.

(Conclusão) Conclui-se deste modo, que se deve apresentar um projeto de emenda constitucional para possibilitar o direito ao sufrágio universal para os condenados, equiparando, assim, a legislação aos princípios democráticos de direito, bem como elucidar o ferimento permanente na dignidades dos condenados com os direitos políticos suspensos, que não são considerados cidadãos frente as pessoas da sociedade sem privação de liberdade.

Palavras-chave: Direito Político. Sufrágio Universal. Legislação. Princípios. Voto.

TRABALHO DIREITO CONSTITUCIONAL

Autor(es):

*José Carlos Soares da Silva Filho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
André Gustavo Guedes Paiva Filho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Francisco Nascimento dos Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente artigo é um mini resumo da análise crítica da obra cinematográfica “Que horas ela volta?” abordando as principais características da obra cinematográfica e apresentando as correlações entre os pontos abordados na obra cinematográfica e na Constituição de 1988 com aprofundamento sobre a relação e ou confronto entre as realidades analisadas. O filme “Que Horas Ela Volta?” inicia em um ambiente externo, uma área de lazer residencial com uma piscina e uma mulher (Val) entretendo uma criança (Fabinho). A mulher está sentada e começa a falar com uma pessoa em um aparelhotelefônico residencial, ao desenrolar da conversa ficamos sabendo que é com sua filha (Jéssica) que ela está falando, por meio da conversa da personagem principal da obra cinematográfica é possível saber que ela está em seu ambiente de trabalho e é responsável pelo menino nesse ambiente, pois como a criança a pergunta que horas a mãe dele vai voltar, temos a certeza que Val é a responsável pela criança na ausência de sua mãe, que está no trabalho, assim como ela. A personagem principal (Val) possui vários momentos de confidências intergeracionais com o menino (Fabinho) que no ato seguinte mostra ao espectador que o filme avançou alguns anos para poder contar a história de Val.

(Metodologia) O presente artigo utilizou a metodologia qualitativa para poder interpretar e analisar as cenas da obra cinematográfica “Que Horas Ela Volta?”.

(Resultados) Os direitos fundamentais de Val e Jéssica são explorados na obra cinematográfica. De um lado Val com todos os seus poderes de brasileira, exercendo seu direito ao livre trânsito no território nacional para escolher firmar residência, como a Constituição Federal a confere em seu art. 5º, mediante a melhor oportunidade de emprego que ela pode oferecer a si mesma, como a Constituição Federal a confere em seu art. 7º, de um lado temos Jéssica uma filha que tem um histórico familiar de abandono, mediante classificação da Constituição Federal em seu art. 227, deixando seu filho em sua terra natal assim como a mãe para poder ter acesso ao direito a melhor educação, como a Constituição Federal a confere em seu art. 6º, que ela pode proporcionar a si mesma e ter melhores chances de um trabalho nas melhores condições possíveis. De um lado temos uma família classe média-alta paulista que contrata Val para realizar serviços domésticos e assim como outras famílias brasileiras possui uma definição branda para o que é ético, justo nesta relação de emprego.

(Conclusão) A correlação nesta história entre os direitos fundamentais de brasileiros com os deveres do Estado, assim como a divisão político-administrativa, coloca a eficácia do Estado em confronto, mostrando os poderes do Estado de transformar vidas uma vez que Jéssica consegue realizar suas metas intelectuais através de dinheiro público e a ineficácia na prática em relação aos direitos fundamentais de Val no seu ambiente de trabalho que não tem nenhuma prática explícita de trabalho análogo a escravo como é proibido pela Constituição Federal de 1988, mas deixa em aberto as garantias reais que essa mulher tem em seu ambiente de trabalho. Sendo possível a conclusão de que o Estado pode e deve se organizar Administrativamente para ofertar ao brasileiro sua proposta inicial, a obra cinematográfica delimita sua eficácia em seu fim social, mostrando essas realidades muito mais do que delimitando a eficácia político-administrativa do Estado.

Palavras-chave: Constituição 1988; Direitos Fundamentais; Estado.

TRANSFUSÃO DE SANGUE EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES TESTEMUNHA DE JEOVÁ: CONFLITO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E SEUS DESDOBRAMENTOS JURÍDICOS

Autor(es):

Lara de Melo Freitas Jammal: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Emmanuelli Karina de Brito Gondim Moura Soares: Docente do UNI-RN

(Introdução) O direito à liberdade religiosa é um tema atemporal, que traz à tona muitas outras discussões que remetem à família, podem se relacionar com a saúde, e se inserem ao contexto social. O Brasil tem sido palco para esse tipo de repercussão. Um exemplo ímpar é a transfusão de sangue pelas testemunhas de Jeová, gerando debates e controvérsias em prol dos princípios preconizados pela religião (FRANÇA; SANTOS, 2018). De acordo com a descrição de Mendes (2012) e Alcântara e Cerqueira (2015), as Testemunhas de Jeová surgiram nos Estados Unidos, no condado de Allegheny, Pensilvânia, em 1870, quando o empresário da indústria têxtil, Charles Taze Russell, decidiu criar com amigos um grupo de estudos bíblicos. Considerando suas inquietações teológicas, Charles Taze Russell visita a igreja Adventista em busca de respostas que atendessem sua angústia em conciliar a crença em um Deus bondoso com as ideias do suplício infernal e a predestinação. Em 1879, após o estabelecimento do grupo de estudos bíblicos, vieram as publicações de revistas das Testemunhas de Jeová, sendo reconhecidas como associação jurídica. Com o passar dos anos, suas publicações tiveram maior visibilidade, e, em 1914 venderam quase 1000% a mais do que os últimos exemplares, revelando o impetuoso crescimento da religião (MENDES, 2012). O autor (MENDES, 2012) chama a atenção para a questão relacionada à transfusão de sangue, sendo esta, uma situação que pode levar à desassociação do membro à religião. Ainda que a transfusão de sangue seja um procedimento comum na área da saúde, para as Testemunhas de Jeová é tratada como um desvio gravíssimo; para eles, tal procedimento apresenta um caráter teológico que impediria a garantia de ressurreição no “paraíso”. Quando ocorre uma situação a qual se vê a necessidade da transfusão de sangue em um indivíduo da religião “Testemunha de Jeová”, a equipe médica se vê em um impasse ao qual os obriga a salvar vidas, independente das convicções religiosas ou particulares. Ao mesmo tempo, também há um embate que envolve a questão jurídica, pois, a Constituição Federal de 1988 resguarda os adeptos das Testemunhas de Jeová que sua vontade seja respeitada através do princípio da dignidade humana (ALCÂNTARA; CERQUEIRA, 2015). Portanto, embora haja bastante polêmica, por diferentes razões, o foco do conflito a ser analisado neste artigo implica na liberdade de crença religiosa e no direito à vida.

(Metodologia) Para realização desse artigo optou-se por um estudo de revisão bibliográfica de caráter qualitativo, com abordagem exploratória e descritiva, desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica e método dedutivo (PRODANOV; FREITAS, 2013). Durante a pesquisa, foram realizadas buscas nos bancos de dados: livros, biblioteca de teses e dissertações (BDTD), PUBMED, Scielo, ScienceDirect. A estratégia de busca utilizada considerou as **Palavras-chave:** “Transfusão de sangue”, “Testemunhas de Jeová”, “princípio do melhor interesse”, “direito à liberdade religiosa”, “conflito de direitos fundamentais” e “crianças e adolescentes”.

(Resultados) A pesquisa está em andamento, portanto, ainda não existe resultados.

(Conclusão) A pesquisa está em andamento, portanto, ainda não existe conclusão.

Palavras-chave: Transfusão de sangue. Testemunhas de Jeová. Princípio do melhor interesse. Direito à liberdade religiosa. Conflito de direitos fundamentais. Crianças e adolescentes.

TRIBUNAL DO JÚRI: UMA INVESTIGAÇÃO ACERCA DA INFLUÊNCIA DA MÍDIA NO JULGAMENTO DE ELIZE MATSUNAGA

Autor(es):

Valéria Carvalho de Macêdo cruz: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente projeto visa a fazer uma breve análise da influência midiática no julgamento de um dos crimes contra a vida que mais repercutiu no Brasil: o caso Yoki, discorrendo sobre o Tribunal do Júri, seus aspectos históricos e os princípios que o regem. Em virtude da barbaridade do crime e por envolver um milionário que estava prestes a vender a empresa familiar por milhões de dólares, o crime teve inúmeros desdobramentos e, a cada um deles, a imprensa cobriu todo o caso em detalhes. Assim, se os veículos de comunicação social produzirem seus conteúdos de maneira imparcial e sensacionalista, é possível questionar como isso pode influenciar no veredicto dado pelo Conselho de Sentença, formado por jurados, que são pessoas leigas e que não têm conhecimento jurídico e técnico necessários para um julgamento isento do caso. Dessa forma, partindo da premissa de que a influência midiática é um fato, discute-se, aqui, a boa técnica que deve ser adotada pela defesa para a garantia dos direitos dos réus, bem como para que não haja completa interferência do conteúdo exposto pela mídia no momento do veredito dos jurados. Trata-se, portanto, de uma pesquisa desenvolvida a partir do método dialético e documental.

(Metodologia) Método de procedimento: Documental; Bibliográfico; Estudo de caso Fonte de pesquisa: Documentais; Bibliográficas.

(Resultados) 1. Tribunal do Júri - Noções Fundamentais: Mudanças relacionadas a competência de julgamento do Tribunal do Júri nas Constituições; 2. A influência da mídia na sociedade e no Tribunal do Júri: A interferência do conteúdo exposto pela mídia no veredicto dos jurados, ferindo o juramento de examinar a causa com imparcialidade, segundo o Art. 472 do CPP; 3. O caso Yoki: A mídia teve grande influência no caso. Todavia, a defesa de Elize fez uso de boa técnica que primordial para que a ré não fosse desfavorecida no momento do julgamento.

(Conclusão) 1. A evolução histórica do Tribunal do Júri e a importância da preservação de seus princípios; 2. Conflito entre o mau uso da liberdade de imprensa e demais garantias constitucionais com o direito de imagem do cidadão; 3. A mídia sendo considerada como 4º Poder e interferindo nos casos do Tribunal do Júri; 4. A presença da mídia no Caso Yoki; 5. A demonstração da boa técnica de defesa para garantir os direitos da ré.

Palavras-chave: Caso Yoki. Tribunal do Júri. Mídia. Influência da mídia. Direitos.

TROPA DE ELITE E A CONSTITUIÇÃO DE 1988

Autor(es):

Dinarte Araujo Neto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Isadora Cruz Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Júlia Kalline Pontes das Neves: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN

(Introdução) No filme, “Tropa de Elite 2”, assim como no primeiro filme o autor e diretor tentam mostrar da maneira mais fidedigna possível a realidade enfrentada por aquelas pessoas que vivem no Rio de Janeiro; como a alta criminalidade, criminosos cada vez mais bem armados, tráfico de drogas em massa, violência e corrupção escancarada. No segundo filme, motivo do presente texto, o foco está na corrupção política e em alguns policiais militares do Rio, que decidem se envolver nas milícias (organizações criminosas formadas por policiais).

(Metodologia) Para obter as respostas acerca da problematização apresentada neste trabalho, foi utilizado a Constituição de 1988, juntamente com uma análise meticulosa da obra “Tropa de elite 2”.

(Resultados) Ao analisar o filme, se torna evidente a violação do princípio da dignidade da pessoa humana e de direitos fundamentais que é garantido a todos pela Constituição Federal de 1988. E por diversas vezes a obra mostra o total descaso e irresponsabilidade para com o Art. 37 da CF, que diz, “a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”. Isso porque os agentes que teoricamente deveriam nos representar e cumprir com o regimento, algumas vezes são os propulsores desses atos ilícitos e antiéticos, com a formação das milícias e corrupção escancarada juntamente com os políticos, como foi visto no filme. Ademais, todo esse esquema reflete no aumento da criminalidade e ainda mais pobreza nas periferias. Na teoria, os atos administrativos devem ser imparciais, inibindo quaisquer privilégios, interesses, discriminações e devem assegurar a defesa do interesse público sobre o privado, entretanto, é notório que essa não é uma conduta real e presente na vida dos brasileiros.

(Conclusão) Ao término deste trabalho percebe-se que com um olhar mais técnico e também com base na Constituição Federal, foi possível identificar acontecimentos que podem passar despercebidos mas que refletem de maneira fidedigna a maneira como vivemos e como essas “peças-chaves” interferem na vida e futuro de toda uma população. O desrespeito escrachado para com a nossa CF é absurda e o sistema está longe de segui-la. Sendo assim, a eficácia desta abordagem foi de suma importância para que consigamos analisar com novos olhares e de diferentes perspectivas o que realmente ocorre na vida real, porém, de uma forma mais ilustrativa.

Palavras-chave: Constituição de 1988; Art. 37 da CF; Milícias.

TROPA DE ELITE E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Autor(es):

Matheus Procópio Chacon: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Laura Potter Barretto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Oscar Vinicius Medeiros Pisco Rocha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN

(Introdução) *INTRODUÇÃO* A vida policial no Brasil é repleta de conflitos internos e externos que sempre causam discussões entre a população, afim de entender os motivos e razões para certas atitudes e comportamentos, desta parcela de trabalhadores que tem por objetivo proteger e garantir a segurança dos cidadãos. A nossa proposta é apresentar semelhanças e relações de um clássico do cinema brasileiro, o filme Tropa de Elite, onde é retratado o cotidiano da polícia do Rio de Janeiro, com a realidade vivida em nosso país. Mostrando e visando os direitos fundamentais previstos na constituição e como estes são feridos com frequência não só no filme como também no meio em que vivemos. Afim também, de mostrar a importância de valores como respeito, ética e moral que são imprescindíveis para um bom convívio em uma sociedade onde todos os cidadãos tem direito à vida, liberdade, igualdade e propriedade. Para isso, construímos um artigo onde facilita o entendimento deste tema e nos força a refletir sobre um assunto que é problemático no Brasil.

(Metodologia) O presente trabalho buscou através de artigos e reportagens que infere-se ao devido tema, filme Tropa de Elite, tendo como objetivo relaciona-los

(Resultados) Após o estudo de caso, tendo como base os artigos, reportagens e afins, foi possível concluir que esse não é só um problema da polícia brasileira e sim do mundo, como no caso do americano que foi morto sem conseguir respirar. E pode-se concluir que esse tipo de conduta é dada pela falta de preparação tática e psicológica dos agentes públicos, refletindo assim diretamente na sociedade negativamente.

(Conclusão) Nessa perspectiva, é nítido como a Constituição Federal é violada de tantas maneiras e até por instituições públicas que deveriam dar o exemplo de cumprimento da lei. Cabendo destacar que muitos artigos e direitos fundamentais foram contrariados no decorrer do filme, tendo assim uma analogia com a realidade vivenciada na Polícia Militar do Rio de Janeiro. A Constituição traz consigo obrigações que devem ser seguidas por todos, não importando seu cargo político. No caso do filme, os policiais militares utilizam de sua autoridade para submeter a população a castigos extremos e de extrema falta de respeito e contradição com a lei federal. Por fim, vale ressaltar a extrema importância que todos os cidadãos brasileiros têm em seguir corretamente o que está escrito na carta magna.

Palavras-chave: Constituição, Polícia Militar, Realidade

TROPA DE ELITE E OS SEUS CONFLITOS COM OS DIREITOS HUMANOS

Autor(es):

João Guilherme Mendes Amorim: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Tropa de elite é um filme que trata de mostrar a realidade brasileira, mostrando não somente a questão policial, mas também entrando em viés político. Um roteiro que fala sobre tráfico, corrupção, combate ao crime organizado e Direitos Humanos retratados de diversas formas. O filme é uma das maiores obras cinematográficas brasileiras, teve grande fama e repercussão devido a maneira autêntica na qual retratou a realidade socioeconômica brasileira. O diretor do filme, José Padilha conseguiu passar a realidade do sucateamento da segurança pública, a grande hipocrisia da elite, além da quebra de alguns direitos fundamentais assegurados pela Constituição Federal de 1988, principalmente a criminalidade selvagem e quebra de alguns direitos fundamentais que são asseguradas pela Constituição Federal, que assolam as grandes metrópoles e em especial no Rio de Janeiro.

(Metodologia) Por meios de pesquisas qualitativas, sendo esse trabalho a partir do método dedutivo para análises de características apresentadas no filme "Tropa de Elite" em oposição a Carta Magna Brasileira de 1988.

(Resultados) No filme em questão ficou esclarecido a maneira na qual os policiais atuam em bairros marginalizados que afetam diretamente os previstos Direitos Humanos no Art. 6º da Constituição Federal de 1988, e também devido a uma falta de política correta havendo muita corrupção tanto na política como na segurança pública. Nessa perspectiva, com nossa reflexão foi possível ver que muito dos motivos disso ocorrer se trata da corrupção e a maneira que os policiais e os presidiários são tratados retratados no filme com a cena da Rebelião causada pelos Presidiários sendo assediados por superiores, vivendo em condições insalubres, ferindo o direito a dignidade que consta no Art. 1º da Carta Magna Brasileira, quando se vivem com mais de 20 pessoas em uma cela, além disso falta de apoio psicológico para um trabalho imensamente turbulento que mexe diretamente com as emoções e relacionamentos, mesmo fora do ambiente de trabalho.

(Conclusão) Por fim, com nossa pesquisa e observância ao filme, foi possível notar que há uma necessidade urgente de uma nova polícia onde sejam bem remunerados, tenham apoio psicológico, não sejam oprimidos por autoridades superiores e uma grande reforma na segurança pública com suas ferramentas de trabalho que estão sucateadas, e assim viabilizar uma nova polícia trazendo mais segurança e respeito a toda sociedade.

Palavras-chave: Constituição Federal, Direitos Humanos, Política

UMA ANÁLISE ACERCA DO PAPEL DA POLÍCIA E DOS MECANISMOS LEGAIS NO COMBATE E PREVENÇÃO DE CRIMES CIBERNÉTICOS: ESTELIONATO EMOCIONAL, SEQUESTRO DE INFORMAÇÕES SENSÍVEIS E TRÁFICO HUMANO

Autor(es):

Juliana Anita Macedo Pereira de Paula: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O projeto de pesquisa possui como objetivo a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso com escopo de analisar a atuação da legislação e mecanismos legais no combate e prevenção dos crimes cibernéticos internacionais com o intuito de elucidar a questão e buscar formas de erradicar essa problemática. Com enfoque nos crimes de estelionato emocional, sequestro de informações sensíveis e tráfico humano. Para alcançar esse objetivo será analisado o perfil das vítimas desses crimes, explicar como ocorrem os crimes, analisar como a legislação brasileira rege sobre a questão, bem como analisar a atuação da polícia e agentes policiais no combate e prevenção do problema.

(Metodologia) Texto de pesquisa argumentativa

(Resultados) O trabalho ainda não foi concluído, portanto não há resultados. Entretanto, observa-se que existem diversos tipos de crimes e várias formas de fazê-los. Apesar dos crimes cibernéticos serem antigos na história, a legislação dos mesmos é recente. A investigação desses crimes é diferente das demais pois ocorre no campo virtual, ou seja: torna-se mais difícil localizar o autor do crime porque diversas vezes esses se escondem por detrás de usuários e identidades falsas nas redes sociais além de utilizarem computadores públicos dificultando o rastreamento do IP. Ademais, existe a dificuldade de denúncia por parte da vítima. Esses crimes muitas vezes tem cunho sexual e podem vitimar qualquer tipo de pessoa (em sua maioria mulheres), em diversos casos as vítimas compartilham fotos íntimas com os criminosos que posteriormente são vendidas a terceiros ou são utilizadas para ameaçar as vítimas. Com vergonha, muitas pessoas não se dirigem as delegacias de polícia para fazer o boletim de ocorrência ou muitas vezes nos piores dos casos elas não compreendem que estão sofrendo golpes. Em diversos casos os criminosos simulam estar em um relacionamento amoroso com a vítima, quando a mesma já está emocionalmente envolvida o golpe é aplicado de diversas formas. Infelizmente muitas mulheres não enxergam que sofreram um crime pois muitas delas sofrem de algum transtorno mental ou estão atravessando um momento de grande carência afetiva (e por isso são escolhidas). Não sabe-se ao certo a quantidade exata de crimes cometidos no Brasil, entretanto o instituto Itamaraty já publicou alertas sobre os perigos dos golpes bem como a polícia civil de São Paulo indicou que os crimes cresceram durante a pandemia. A realidade é que essa problemática está presente em todas as camadas sociais e pode afetar qualquer pessoa. Faz-se necessária a divulgação nas mídias sociais acerca dos crimes alertando a população dos perigos de confiar-se em estranhos na internet. Para além disso, devem ser facilitadas as formas de denúncia dos crimes

(Conclusão) Faz-se necessária a divulgação nas mídias sociais acerca dos crimes alertando a população dos perigos de confiar-se em estranhos na internet. Para além disso, devem ser facilitadas as formas de denúncia dos crimes.

Palavras-chave: Crimes cibernéticos- vítimas - internacional

UMA ANÁLISE ACERDA DO CASO DA BOATE KISS: A GARANTIA DE PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

Autor(es):

Maria Clara Soares Costa de Araujo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) Em dezembro de 2021, houve uma grande polêmica na seara jurídica durante o julgamento, no Tribunal do Júri, do caso da Boate Kiss, uma vez que os quatro réus foram condenados pela prática de homicídio e tentativa de homicídio, na incidência de dolo eventual. Nesse viés, há uma grande discussão entre os doutrinadores do processo penal a respeito da condenação a partir da incidência do dolo eventual. Existe, também, um extenso questionamento entre a figura da do dolo eventual e da culpa consciente neste caso em comento, tendo em vista que os conceitos, já estabelecidos e consistentes, foram utilizados de forma pouco usual pelos promotores do caso, sendo, inclusive, acolhidos pelos jurados para a condenar os réus. Todavia, os advogados dos réus, inconformados com a decisão proferida pelos jurados, e diante das nulidades que acometera, recorreram da decisão. Por maioria, os desembargadores do Tribunal de Justiça de Porto Alegre, decidiram pela nulidade do Júri ocorrido e, em consonância com o princípio da soberania dos veredictos, determinaram por haver um novo Júri.

(Metodologia) Para tanto, o presente artigo científico parte de um estudo de caso, o da Boate Kiss, para analisar as nulidades processuais que podem ocorrer em um Tribunal do Júri a partir da violação dos princípios regentes, logo o método de abordagem a ser utilizado será o estudo de caso. De mais a mais, os métodos de procedimento serão o descritivo, bem como o estudo de caso e, para a consecução desse fim, as técnicas de pesquisa a serem utilizadas serão: a documental, trabalhando com a legislação do Código de Processo Penal, Constituição Federal e o próprio processo da ação penal julgada; a entrevista, na qual os profissionais do caso serão entrevistados, com perguntas pertinentes acerca das suas atuações; e a bibliográfica no âmbito do direito constitucional, penal e processual penal.

(Resultados) Os resultados esperados devem coincidir com os objetivos, identificar quais vícios processuais ensejaram a nulidade do júri do caso da boate kiss, bem como associar a violação de princípios constitucionais à nulidade, uma vez que deve ser demonstrado o prejuízo causado a uma das partes para haver a decretação da nulidade.

(Conclusão) Pode-se concluir, parcialmente, que os princípios que ensejaram a nulidade do julgamento são os princípios constitucionais, os de nulidade absoluta, incapazes de ser convalidados, uma vez que o prejuízo é considerado presumido.

Palavras-chave: Processo Penal. Princípios. Tribunal do Júri. Boate Kiss. Nulidades.

UMA ANÁLISE SOBRE A ALIENAÇÃO PARENTAL

Autor(es):

Ana clara silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Antonio Eduardo Miranda de Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Shirley de Moura Torres Castro: Docente do UNI-RN

(Introdução) A separação familiar é uma realidade de muitas famílias na contemporaneidade, como uns dos reflexos negativos da separação dos genitores, há a diminuição do tempo de convivência entre genitores e seus filhos, algo que deve ser bem observado nos processos de separação, em face do direito de toda criança e adolescente a ter o convívio familiar, conforme determina a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O termo surgiu em 1985, criado pelo psiquiatra americano Richard Gardne, no qual começou a observar uma realidade que acontecia entre muitas famílias que passavam pelo processo de divórcio. Onde, um dos genitores induz a prole a perder o vínculo com o outro genitor, ou até mesmo criar uma aversão a ele, interferindo diretamente no direito de convivência familiar entre pai/mãe e filho(s). E, no parágrafo único e incisos do supra artigo, o legislador trouxe um rol exemplificativo de algumas condutas consideradas alienação da criança ou adolescente, como por exemplo: desqualificar alguma conduta do genitor no exercício da paternidade/maternidade; impor dificuldades para o exercício da autoridade parental; dificultar, de alguma forma, o contato da criança ou adolescente com um dos genitores; impor obstáculos para concretizar o exercício do direito regular de convivência familiar; não fornecer informações pessoais importantes sobre a criança ou adolescente (informações acerca da escolaridade, médicas, alteração de endereço); apresentar falsa denúncia contra o genitor, familiares deste ou contra os avós, a fim de dificultar a convivência com a criança ou adolescente; bem como mudar-se para endereço distante, sem justificativa, a fim de dificultar a convivência da criança com seus familiares.

(Metodologia) O método utilizado foi o hipotético dedutivo na forma qualitativa com técnicas de pesquisas bibliográficas e documental em sites, artigos e leis, além de jurisprudência, tendo uma visão histórica social da definição e mudança legislativa da alienação parental, levantando os pontos positivos e negativos que este tema traz consigo.

(Resultados) Após análise da legislação, fica evidente, a importância desse tema na sociedade, sendo assim, um ponto positivo de se ter esse tipo de legislação. Muitas vezes quando o alienante ainda possui sentimento pelo seu companheiro e, em meio aos conflitos e ressentimentos ocasionados pela separação, passa a “usar” o filho como um meio para atingir o alienado. Sendo assim, é positivo esses dispositivos estarem presentes na sociedade para que não fiquem impunes os responsáveis por manipular, mentir, induzir crianças e adolescentes a desgostar de um dos pais, impossibilitando a convivência e bem-estar da criança em todos os seus pilares. Ademais, os pontos negativos versam sobre o fato de que esse instituto, atualmente, muitas vezes é mal colocado, ou seja, usado de forma indevida, muitas das vezes, para acusar injustamente um dos pais da criança para que este possa vir a perder a guarda, causando prejuízos incalculáveis para o menor envolvido.

(Conclusão) Diante do exposto, conclui-se que o tema abordado é de suma importância para o bem-estar e proteção da criança, pois se apresenta cada vez mais pertinente no dia a dia social, com a dissolução de famílias, que em muitos dos casos não ocorrem de maneira pacífica, afetando diretamente a convivência familiar, sendo os filhos as maiores vítimas destes conflitos. Portanto, cabe ao Estado proteger e regular a boa convivência afetiva familiar, por meio da intervenção, combate, prevenção e punição dos atos de Alienação Parental, para que tanto os filhos como os genitores tenham uma convivência harmoniosa e não sejam afetados em seus direitos.

Palavras-chave: proteção a criança e ao adolescente, convivência afetiva familiar

UMA ANÁLISE SOBRE A LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: A MUDANÇA PARA A LEI 14.230/21 E O REFLEXO NA PUNIBILIDADE DOS AGENTES PÚBLICOS

Autor(es):

Lucas Tomaz Sampaio: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Edinaldo Benício de Sa Junior: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Lei de Improbidade Administrativa passou por uma grande mudança no ano de 2021, através de sanção presidencial. Essa mudança foi a maior já vista nesta forma, que está em vigor desde 1992. No geral, a administração é composta por vários princípios norteadores que corroboram para o harmonismo do Estado, mais precisamente o da probidade, presente no artigo 37, parágrafo 4º, da Constituição Federal, trata e é definido como sendo o dever que o administrador tem de agir com honestidade e proceder de maneira coesa no exercício das funções nas quais lhe são atribuídas, não devendo se aproveitar dos poderes a qual a administração o dispõe, logo, qualquer ação que venha a ferir essa diretriz se caracteriza como um ato de improbidade. Deste modo, como qualquer mudança legislativa, há a discussão e a avaliação dos principais pontos tratados por essa mudança, e sem dúvida, a punição acerca dos gestores é um ponto fundamental a ser considerado em virtude dessa mudança. Muito se fala que essa alteração tornou menos rígida a punição dos administradores públicos, possibilitando um afrouxamento legal e dando maior possibilidade para que ajam discricionariamente e assim, passando a sofrer menos punições em virtude de suas atitudes.

(Metodologia) Quanto a pesquisa, o método de abordagem adotado será o dedutivo, no qual, tratarei dos princípios que norteiam a administração pública em seu sentido amplo, focando mais precisamente no Princípio da Probidade Administrativa e a ligação deste com a Lei de Improbidade Administrativa, levando em consideração, em que momento a haverá o cerceamento desse princípio e a aplicação da lei nos casos práticos.

(Resultados) Como resultado desse presente estudo, constata-se que a alteração legislativa que ocorreu nos moldes atuais, ensejou ao ordenamento jurídico como um todo, uma alteração significativa. Isso se dá, em virtude da relevância que o âmbito público possui no mundo do Direito, e pela Lei de Improbidade Administrativa está diretamente ligada ao bom funcionamento da máquina pública, o que permite a funcionalidade dos instrumentos estatais. Logo, se constatou que os agentes públicos passaram a ser bem menos punidos em virtude de seus atos, o que se alia a ideia de impunidade difundida pela sociedade.

(Conclusão) Deste modo, conclui-se que a alteração de uma lei atinge não somente aqueles são afetados diretamente por ela. No caso em tela, os agentes públicos são os sujeitos mais afetados, todavia, com a alteração, estes passaram a sofrer menos com a punição em decorrência da Lei de Improbidade e de seus atos ímprobos. No mais, esse cenário afeta também as instâncias públicas como um todo, uma vez que, atingindo um espectro do Direito, este acaba por influir em toda uma cadeia.

Palavras-chave: Direito Administrativo. Direito Constitucional. Improbidade Administrativa. Punibilidade. Agentes Públicos.

VIDA: LIBERDADE OU PRISÃO

Autor(es):

Matheus Vicente Ferreira Luiz: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ariel Costa Leite: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Vitor Rafael de Freitas Fernandes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Beatriz Câmara Monteiro: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Olivier Izac Andrade Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O referido trabalho trata da análise jurídica em relação ao direito à vida e à dignidade da pessoa humana. Desse modo, pensamos em até que ponto o Estado tem o poder para poder dispor do corpo e vida de alguém, questão fundamental para começar a entender sobre a autonomia e liberdade de escolha para um indivíduo e seus respectivos atos na vida civil, visto que, mesmo não tendo garantia para exercer tais atos, irão, de alguma forma, cometê-los. Dessa forma, é perceptível que há a necessidade de mudança, de transformação para com a sociedade, a qual necessita de novos princípios em seu ordenamento jurídico, que já não está mais condizente com tais ideais pensados na atualidade. A visão da vida como liberdade ou prisão se encaixa perfeitamente para compreender a relação do direito e Estado e seu poder para impor suas razões ideológicas sobre o indivíduo com direitos e deveres, que não pode recorrer, visto que está submetido a uma força de coação maior.

(Metodologia) A metodologia utilizada foi a bibliográfica, visto que foi feito um levantamento do tema através de pesquisa de artigos, textos e opiniões de estudiosos do assunto. Assim, o critério para a utilização desses artigos foi o nível técnico de conteúdo para obter maior conhecimento acerca desse viés. Algumas das palavras-chaves utilizadas foram morte digna, direitos humanos, dentre outras. Dessa forma, a fim de ter maior nível de conteúdo, rodas de conversa também foram feitas para debater o assunto e seu viés filosófico, haja visto que os artigos e textos trabalhavam meramente o conteúdo técnico, tanto jurídico quanto bioético.

(Resultados) Nessa perspectiva, entendeu-se que as autoridades governamentais acabam por deixar de atender muitas das demandas sociais atuais. Apesar do Estado ser laico, a opinião pública tem como base fundamentos religiosos, que configura um cenário atual da nação ao qual são permitidas tradições dos “bons costumes”, às vezes levando a violência moral ou física como justificativa para o surgimento de muitos debates. Outrossim, em muitos dos casos analisados no estudo dos artigos acima, nota-se a ausência da defesa de alguns princípios (de exemplos: princípio da dignidade da pessoa humana e o princípio da autonomia da vontade) estabelecidos na Constituição Federal para assegurar os direitos dos indivíduos envolvidos nas condições debatidas. Desse modo, percebe-se que o ordenamento jurídico tem grande mistificação e receio quando se trata de um direito à morte, tendo em vista que um de seus principais princípios é totalmente oposto a esse tema, isto é, o direito à vida. Durante as rodas de conversa também foi trazido à tona a ideia da integridade física e moral do indivíduo, que não é levada em consideração quando se trata da sua determinada situação, seja sob condição de corredor da morte ou até mesmo em leito de hospital. Logo, é perceptível que tal tema ainda precisa ser bastante debatido entre a população, que necessita, além de conhecimento do senso comum, entender e levar em consideração outros fatores.

(Conclusão) Portanto, concluiu-se que é de extrema importância a reflexão sobre esse tema, haja vista que, em tempos de terror e autoritarismo, é essencial a população tomar conhecimento sobre como o Estado tem e realiza um certo controle sobre todos eles, sendo fundamental gerar análises críticas acerca desse tema. O indivíduo deve então ter total liberdade sobre o direito de dispor ou não de seu corpo, como, quando e onde quiser.

Palavras-chave: direitos humanos, bioética, direito e dignidade

VIOLAÇÃO DO DOMICÍLIO FRENTE AO COMBATE AO TRÁFICO DE DROGAS

Autor(es):

Dione da Silva Fernandes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) É fato notório e estatístico, que o tráfico de drogas atualmente tem sido um dos principais crimes cometidos no Brasil. Segundo dados levantados pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) os crimes relacionados ao tráfico de drogas é o segundo tipo de delito que mais levam pessoas às prisões no Brasil, com 28% da população carcerária, ficando atrás apenas do roubo, que assim como furto e o homicídio, em sua maioria, tem como raiz etimológica, este. Notadamente, muito se discute acerca do assunto buscando meios para combatê-lo no intuito de restabelecer a ordem social. Mister analisarmos esta questão em todo o seu contexto para vislumbrarmos de forma mais clara e consciente o seu alcance e força diante de uma sociedade envolta a um conflito de poderes, no qual, se objetiva sempre o fim e não o meio. Drogas não são apenas um problema de cunho penal, ela atinge os mais diversos ramos da sociedade, e por isso, é um assunto de interesse geral. A caracterização do comércio ilegal de drogas, segundo o rol explicitado na Lei 11.343/2006, dar-se-á das formas mais diversas, desde o transporte até o depósito, local onde o material ilícito encontra-se estocado. Nesta modalidade, a ação policial encontra o seu maior desafio. Segundo o Art. 5º § XI da Constituição Federal “a casa é asilo inviolável do indivíduo”, desse modo, para que a autoridade policial possa adentrar a residência, mediante evidente suspeita de ilicitude, necessita estar na posse de um mandado. Este, por sua vez, necessita de prévia autorização judicial, o que demanda tempo devido a alta burocracia do sistema jurídico e administrativo no Brasil. Desse modo, submergimos a égide da questão: Até que ponto o direito fundamental a inviolabilidade do domicílio pode ser limitado, e quais os meios legais poderão ser utilizados na resolução do conflito entre o Direito Fundamental, o bem-estar social e a tutela estatal.

(Metodologia) Para tanto, farei uso do método dedutivo, partindo de um tema geral para o específico, e o explicativo, no qual, analisaremos desde o processo penal, suas diretrizes e aplicabilidade prática, os crimes em espécie, com enfoque no tráfico de droga, até os direitos fundamentais, entendendo o que vêm a ser domicílio no contexto atual, sua inviolabilidade e as consequências dos mandados de busca e apreensão coletivos. Como fontes de pesquisas temos a Constituição Federal de 1988, o Código de Processo Penal, a Lei de drogas 11.343/2006, a Doutrina e a Jurisprudência.

(Resultados) A pesquisa encontra-se em andamento de modo que os resultados finais ainda não foram obtidos.

(Conclusão) O trabalho ainda está em desenvolvimento.

Palavras-chave: Mandados de busca e apreensão coletivos. Garantias fundamentais. Ineficácia da ação policial.

VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DA POPULAÇÃO LGBTQIAP+ NO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

Autor(es):

Eirilânia Marreiro Cunha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Walber Cunha Lima : Docente do UNI-RN

(Introdução) Segundo Levantamento de Informações Penitenciárias do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), até o ano de 2017 o Brasil tinha a terceira maior população carcerária do mundo com, pelo menos, 726 mil pessoas, estando 89% da população encarcerada em unidades superlotadas, o que corrobora com as violações sistemáticas de direitos humanos. Já no que concerne à população LGBTQIAP+, nas últimas décadas estamos vivenciando um momento paradigmático em relação aos direitos dessa população. Todavia, mesmo que o Estado e as políticas públicas teoricamente avancem no reconhecimento de direitos, há por outro lado uma série de violações sistemáticas no que diz respeito aos direitos humanos dessa população em situação de cárcere.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa exploratória no qual se utilizou o método dedutivo, procurando evidenciar as questões ligadas às violações de direitos humanos da população LGBTQIAP+ no sistema penitenciário brasileiro, com análise acerca da segregação social desempenhada através do Estado.

(Resultados) Segundo Levantamento de Informações Penitenciárias do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), até o ano de 2017 o Brasil tinha a terceira maior população carcerária do mundo com, pelo menos, 726 mil pessoas, estando 89% da população encarcerada em unidades superlotadas, o que corrobora com as violações sistemáticas de direitos humanos. No que tange à população LGBTQIAP+, há uma série de violações aos direitos humanos das lésbicas, gays, bissexuais e, sobretudo, transexuais e travestis, sendo comum que transexuais e travestis sejam enviadas/os/es para presídios que não condizem com sua identidade de gênero, as mulheres trans são obrigadas a cortar os cabelos e usar roupas masculinas, além de não ter seu nome social respeitado e ser negado o direito à saúde e acesso à hormonioterapia.

(Conclusão) Observa-se, portanto, a importância do Estado em promover políticas públicas que viabilizem a reabilitação da população carcerária, sobretudo, da comunidade LGBTQIAP+, que são privadas não somente da liberdade, mas do acesso à saúde, assistência social e educação. Essa conjuntura evidencia que o baixíssimo investimento na estruturação do Sistema Prisional Brasileiro é o principal causador dessa série de violações de direitos que ocorrem, assim como impossibilita a ressocialização dos indivíduos. Ademais, se faz necessário o efetivo cumprimento da Resolução Conjunta nº 1, de 15 de abril de 2014, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária- CNPCP e do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT - CNCD/LGBT que designam parâmetros de acolhimento e reconhecimento dos direitos humanos da população LGBTQIAP+.

Palavras-chave: Direitos Humanos. LGBTQIAP+. Violações. Encarceramento. Sistema Penitenciário. Políticas Públicas.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E ISOLAMENTO SOCIAL

Autor(es):

Higor Eduardo Barreto de Queiroz: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Maria Damiana Silva de Carvalho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Maria Eduarda Costa Bezerra: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Maria Julia Martins Pessoa : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Samara Veruska da Rocha Ferreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Na atualidade, percebe-se os vestígios do patriarcado no que tange a violência contra a mulher, moldando assim, sua forma de falar, vestir, agir e pensar. Essa forma de violência atinge todas as classes sociais, etnias e faixa etárias. Bem como, está presente em todas as fases da vida da mulher, apresentando-se de diversas maneiras, econômica, psicológica, física e moral. É notório que, durante a pandemia, o isolamento social causado pelo Covid-19, mostrou lacunas nas políticas públicas de proteção à mulher, evidenciando assim, a ineficácia de penas concretas aos agressores.

(Metodologia) A estrutura metodológica predominante durante a jornada para a elaboração do presente artigo, se deu por meio de pesquisas bibliográficas, artigos e trabalhos de conclusão de curso. Tomando como base principalmente artigos produzidos nos anos 2000, a partir do novo CC (Código Civil) que oferece uma visibilidade maior a essa minoria.

(Resultados) A pandemia decorrente do COVID-19, é de uma doença respiratória que vem afetando o Brasil e o mundo nos últimos meses, afetando o pulmão e as vias aéreas. Uma das principais medidas tomadas foi o isolamento social, para que fosse evitado o contato social entre as pessoas, uma vez que, o covid-19 é transmitido por resquícios salivares. No entanto, a violência contra mulher é algo bem mais enraizado do que uma pandemia, visto que, desde os primórdios, a sociedade se firma em pautas machistas e patriarcais que a tratam como inválida. O patriarcado, que ascende os homens nos cargos de liderança, sem dúvidas, é algo que influencia a prática machista na sociedade. Apesar da população brasileira ser predominantemente feminina, esta não recebe a devida valorização, sendo inferiorizada e menosprezada. Os lares que eram considerados seguros, se tornam aterrorizantes para uma considerável parte da população feminina, visto que seus cônjuges que anteriormente eram vistos como pontos de apoio se contrapõem revelando comportamentos agressivos e manipuladores, impedindo suas companheiras de ter qualquer contato com seus familiares, confiscando seus aparelhos celulares e tornando-as prisioneiras. Outrossim, a desigualdade de gênero, uma questão oriunda de pensamentos arcaicos, que se revela através da inferiorização da mulher, tornando-a limitada a atividades domésticas, fazendo também, com que haja uma objetificação do corpo feminino, que gera uma dominação masculina sobre o corpo da mulher, fazendo com que a população feminina seja vítima de assédio e feminicídio. Em síntese, a violência contra a mulher está presente em diversas áreas, independe da classe social, etnia e faixa etária, mostrando-se assim, presente em qualquer ambiente. No entanto, apesar da revolução em meio às políticas públicas, ainda encontram-se grandes lacunas na efetivação, a exemplo disso, a Lei Maria da Penha, uma norma que visa a proteção feminina, porém, na prática, não tem êxito em grande parte de seus resultados, onde por vezes, a vítima fica desamparada e segue a mercê do seu agressor.

(Conclusão) Pode-se perceber, que a convivência diária das mulheres com os companheiros em meio a pandemia, escancarou as frágeis políticas de combate a violência contra mulher, e não se teve um amparo do governo para combater tamanhas covardias. Dessarte, as políticas públicas brasileiras não se mostram eficazes como deveriam. Uma vez que, os órgãos públicos responsáveis, não assistiram as mulheres em suas necessidades.

Palavras-chave: Mulheres, violência doméstica, isolamento social, machismo

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL: A IMPORTÂNCIA DO PAPEL DO FEMINISMO PARA SUA EXTINÇÃO

Autor(es):

Helena Cristina de oliveira Barra: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Adriana Gomes Medeiros de Macedo Dantas: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente artigo tem como escopo retratar as diferentes formas da Violência Obstétrica, com uma percepção feminista, sobre a maternidade no direito brasileiro e as consequências de padecer no machismo. Desde o início das civilizações, tem-se intrínseco à sociedade o mito da maternidade, com a consumação do feminino por meio de um papel de procriadora, como sendo esse o propósito da existência da mulher. A partir da análise da trajetória da mulher na sociedade, é possível mensurar o crescimento da participação feminina na conquista por seu espaço, e a contínua luta por formas que verdadeiramente as emancipe. Uma vez que a gravidez faz parte do ciclo da vida feminina, suas condições e expectativas precisam ser mais debatidas. Não se sabe muito sobre parto, até o momento de passar por um, apenas que se trata de um evento doloroso.

(Metodologia) Por meio da utilização da metodologia qualitativa, mediante pesquisa exploratória documental (leis, reportagens, jurisprudências) e bibliográfica (livros, artigos), este estudo busca trazer uma visão aprofundada sobre a Violência Obstétrica, sob a ótica do feminismo e de como ele pode ser um divisor de águas no combate a esse tipo de violência.

(Resultados) É interessante nomear uma situação que até então era naturalizada. A violência contra a mulher grávida, parturiente ou puérpera se manifesta em diversas formas e níveis, ocorrendo de maneira cíclica, do período gestacional até o pós-parto. Posto isto, com o pretexto de minimizar riscos e dores, os constantes avanços na medicina tornaram o período gravídico, da gestação ao trabalho de parto, um processo extremamente medicalizado, maculando um momento que carece de segurança, respeito e alegria pelo recebimento de uma nova vida. O processo gravídico é também um processo de resistência no qual luta pela não banalização do corpo. Corpo esse, utilizado como objeto de estudo e aprendizado quando a assistência reduz a mulher, dentro de uma relação assimétrica de médico-paciente, de sujeitos desiguais do ponto de vista de autoridade técnico-científica, pelo conhecimento que o médico detém. Por isso, a demora em identificar que sofreu uma violência, seguida de um trauma que paralisa e a falta de suporte, não apenas emocional ou moral, mas legal, ainda vai além e abarca uma redundância que é falar sobre uma prática de assistência para humanos sem haver o mínimo de humanização. Todo parto é natural, fisiológico, e é urgente tratar esse acontecimento como deve ser.

(Conclusão) Mediante as informações colhidas através desse estudo, conclui-se que, a Violência Obstétrica se trata de uma violência de gênero e de um problema de saúde pública, portanto, precisa ser combatido, ainda que timidamente tratado no legislativo. É imperioso ressaltar que se faz mister, portanto, uma proteção estatal que viabilize a garantia e execução de um parto saudável como regra, o que por enquanto ainda é exceção, pois, é possível reverter os danos da Violência Obstétrica, seja a nível pessoal ou na sociedade como um todo, começando por desconstruir esses fatores.

Palavras-chave: Violência contra a mulher; feminismo; direitos humanos; violência obstétrica.

“O CANDIDATO HONESTO” E O DIREITO CONSTITUCIONAL

Autor(es):

*Júlia Gosson de Tofoli: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Amanda Lima Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A princípio, "O Candidato Honesto" é um filme de comédia brasileira, lançado em 2014, em véspera de eleições. Foi protagonizado por Leandro Hassum, cujo protagonista, conhecido como João Ernesto Praxedes, é um ambicioso deputado popular corrupto que se candidata à presidência da República. Prestes a vencer as eleições, sua avó, vulgo Dona Justina, antes de morrer, lança um feitiço sobre ele de honestidade, fazendo com que a sua carreira política desande. Nessa perspectiva, o filme deixa o seguinte questionamento: "como vencer uma eleição falando apenas a verdade?". O referente artigo apresentará de maneira breve como funciona o sistema político brasileiro.

(Metodologia) Outrossim, torna-se imprescindível a ser abordado a repartição constitucional de competências, devido a descentralização no exercício do poder político, obrigatoriamente significa que existem entes que coexistem entre si e possuem plena capacidade autônoma. Dessa forma, a autonomia política de cada ente federativo implica na repartição de competências. Assim, tem-se que como orientação de divisão de competências, deve-se ter como base o princípio de preponderância dos interesses. Nessa perspectiva, compete à União tomar conta de assuntos do interesse nacional, já aos Estados cabe assuntos do interesse regional, aos Municípios, matérias do interesse local, bem como ao Distrito Federal, que representa o interesse regional e local, seguindo uma ordem de prioridade. Levando em consideração alguns artigos da constituição federal competentes à União.

(Resultados) Ademais, com o intuito de aprofundamento do conteúdo, faz-se relevante o estudo acerca das competências destinadas à União, Estado e Município, com mais evidência. Pois, a fim de relacionar com a proposta do filme comentado anteriormente, entende-se que o personagem principal, João Ernesto, antes de se candidatar a presidente era deputado federal. Nesse viés, tem-se que o cargo de presidente e deputado federal são postos que apresentam objetivos diversificados um do outro, apesar de serem cargos à nível federal, o presidente possui funções que são competentes à União. A título de ilustração, as principais competências da União estão representadas na Constituição Federal nos seguintes artigos: art. 21 "apresenta tarefas materiais exclusivas", art. 22 "atribuições privativas de cunho legislativo", art. 23 "competências comuns", e por fim, art. 24 "atribuições legislativas concorrentes com os Estados-membros e o DF".

(Conclusão) Dessarte, pode-se concluir que a política brasileira funciona sob o modelo de República federativa presidencialista, pois ambas as funções de Chefe de Governo e Chefe de Estado são exercidas pelo presidente. Os Estados são dotados de autonomia política formada pela União, Estados, Distrito Federal e os Municípios. Ademais, segundo Aristóteles a política é a ciência que tem por objetivo a felicidade humana, que atende aos interesses econômicos e sociais manifestados através de ideias e propostas que prezam para o bem-estar individual e coletivo. Portanto, com o passar do tempo, o termo "política" converte-se para algo conflituoso, um exemplo disso é o filme "O candidato honesto", o qual aborda vários vícios da política brasileira de forma divertida no cinema, como a corrupção, cuja crítica social é um dos grandes problemas do país, não só no âmbito da política, mas em todas as classes sociais. Dessa forma, a mensagem deixada no final do filme serve como alerta e de grande influência para a sociedade.

Palavras-chave: Organização; Constituição; Estado.

“O DESIGN QUE EU NÃO CRIEI MAS EU VENDI” PROPRIEDADE INTELECTUAL NO MERCADO DA MODA E AS REPERCUSSÕES JURÍDICAS NO TOCANTE AOS PEQUENOS DESIGNERS

Autor(es):

Lorena de Araújo Rocha da Nóbrega Dantas: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Amanda Luiza Bezerra Rodrigues: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Lívia Lorena Silva Araújo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN

(Introdução) Com a difusão e a democratização dos meios de comunicação, em especial com o crescimento das mídias sociais, principalmente durante e pós pandemia da COVID-19, a internet, além de um ambiente gerador de entretenimento, passou a ditar tendências. As pessoas que gostam de moda começaram a ter uma grande visibilidade nas redes, assim como as marcas e seus artistas. Entretanto, pequenos designers, como aqueles que ainda não adquiriram uma visibilidade e um reconhecimento em âmbito mais amplo, enfrentam dificuldades para proteger seus trabalhos. Mas isso não quer dizer que o mundo não os veja, pois muitos artistas estão sendo vítimas de plágio e pirataria pelas grandes marcas e grifes, estão tendo suas ideias e produtos “roubados” e reproduzidos sem os devidos créditos. Entretanto, o direito empresarial possui em sua estrutura o instituto da propriedade intelectual, sendo um conjunto de diretrizes elaboradas para dar proteção legal às criações humanas, garantindo ao criador o direito de utilizá-las para gerar lucro, porém, a efetividade dessa proteção tem sido levantada nas redes. Em um mundo em constante transformação e acirrada competitividade, a conexão entre moda, direito e economia vem chamando a atenção. Nesse caminho, o Direito como ferramenta reguladora da sociedade, não pode permanecer inerte frente às atuais problemáticas.

(Metodologia) A pesquisa será desenvolvida a partir de, primeiramente, o procedimento de uma análise histórica das mudanças que ocorreram na sociedade e a mudança de visão a respeito do mundo da moda. O método de abordagem será o dedutivo, partindo da análise do que diz a lei para o caso concreto. Além disso, as técnicas de pesquisa que serão utilizadas são a bibliográfica, documental e estudo de caso.

(Resultados) Considerando tratar-se de pesquisa em andamento, os resultados até então são parciais e expectáveis. Nota-se que mesmo possuindo um certo amparo jurídico com leis esparsas, a legislação brasileira, no que diz respeito ao direito da moda e a proteção de pequenas marcas, ainda é precária. Entretanto, é um assunto necessário de se debater, pois tem crescido cada vez mais as discussões que envolvem tal problemática.

(Conclusão) Diante do que se tratou até aqui, pôde-se afirmar que é de grande relevância questionar sobre esse assunto. É necessário uma análise crítica e humanizada em se falando da proteção aos pequenos designers e o incentivo ao seu trabalho, protegendo-os de plágios e pirataria. São, muitas vezes, trabalhos de uma vida toda, investimentos e esforços que em questões de minutos são “roubadas” e passam a gerar lucro para empresas multimilionárias. O direito precisa atuar prontamente na garantia de um mercado leal, oportunizando a todos ascender por seus talentos e receber os devidos créditos pelo trabalho que desenvolveu.

Palavras-chave: Direito da Moda. Fashion Law. Propriedade Intelectual. Direitos autorais. Pequenos designers. Plágio.

“PANCADA DE AMOR NÃO DÓI”: ANÁLISE SOBRE A PROTEÇÃO DA MULHER SOB A ÉGIDE DA SANÇÃO PENAL CLASSIFICADA PARA O CRIME DE DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA

Autor(es):

Camilla Cavalcanti : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente artigo propõe uma discussão teórica cuja base são os índices alarmantes de violência doméstica no Brasil, mormente, ao descumprimento das medidas protetivas urgentes. Discutindo os principais desafios encontrados no combate a este tipo de prática, principalmente, no que diz respeito ao papel do Estado na implementação de iniciativas que visem mitigar essas violações. Demonstrando um estigma no corpo e na alma da mulher

(Metodologia) Urge salientar o interesse acadêmico/científico nesta seara, isso porque o uso desse artifício contribui para aprofundar novos horizontes acerca dos subterfúgios existentes nas consequências da violência doméstica. Abordando esses aspectos, por meio de pesquisa qualitativa, somada a metodologia adotada para a execução deste trabalho, fomentada pela pesquisa teórica doutrinária, legislativa e jurisprudencial. Sendo assim, de acordo com a coleta de informações, por meio de análises bibliográficas, leituras documentais, estudos de caso e a ênfase no estudo da Lei 11.340/2006, bem como as principais características, conceitos e transformações em esfera nacional e internacional.

(Resultados) Nessa esteira, vê-se as principais dificuldades para a eficácia das medidas protetivas de urgência, em face da aplicação normativa mais conservadora, do Capítulo II da Lei nº 11.340/06, cujo assegura a manutenção da integridade física, moral, psicológica e patrimonial da mulher vítima de violência doméstica e familiar, garantindo-lhe, dessa forma, a proteção jurisdicional. Deve ser realçar, também, que a falta de fiscalização do cumprimento das medidas, de estrutura que a lei obriga, a falta de aparato policial, o sistema judiciário (baixo contingente), falta de infraestrutura da rede multidisciplinar, além da retratação (sentimento de culpa, medo, falta de recursos financeiros e filhos, e vergonha) são entraves para o cumprimento do poder normativo.

(Conclusão) Por fim, percebe-se que as mulheres ao longo da história foram tratadas pela sociedade, culturalmente machista, num sistema patriarcal, de modo desigual, com total desrespeito aos seus direitos humanos. E, dentre os grandes marcos dos movimentos sociais e feministas na evolução legislativa e política atual, destaca-se, ainda, a dificuldade em coibir, prevenir e garantir a proteção para mulheres que sofrem de violência mesmo que abraçada por medidas protetivas.

Palavras-chave: Descumprimento de medidas protetivas. Violência doméstica. Direito à proteção da mulher.

PÓS-GRADUAÇÃO - DIREITO

ANAIS

XXII



2022

CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

CONIC **22**
ANOS

DE 27 A 29 DE OUTUBRO

**DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
DA EDUCAÇÃO**

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra.

FACÇÕES CRIMINOSAS: O PODER DOS GRUPOS ORGANIZADOS E COMO OS PRESÍDIOS FEDERAIS IMPULSIONAM O CRESCIMENTO DAS FACÇÕES CRIMINOSAS

Autor(es):

Arthur Félix Andrade de Lima Batista: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este trabalho de conclusão de curso, pretende fornecer subsídios ao caro leitor para se ter maior evidência a respeito dos grupos organizados de dentro das cadeias estaduais e federais do país. Será feita uma comparação das mesmas, além do mais, falará como os presídios influenciam no crescimento desses grupos organizados.

(Metodologia) A forma como foi elaborado esse trabalho científico é através de artigos científicos de trabalhos anteriores e reportagem em órgãos de imprensa locais, nacionais e internacionais. Em sua respectiva amplitude, com todos os meios de visão. Vamos abordar também a visão de alguns doutrinadores a respeito do tema.

(Resultados) É buscar uma visão ao leitor melhorada sobre o respectivo assunto, facções criminosas, uma doença que se espalha cada vez mais pelo Brasil. É que afeta uma sociedade como um todo, drasticamente. Mostrar também como o crime organizado está cada vez maior e poderoso.

(Conclusão) Este trabalho traz ao leitor uma ideologia mais aprimorada sobre o crime, como uma revolta de presidiários, traz grandes consequências para o governo, desde a revolta, até sua formação, através dos problemas que o estado teria criando com os carcerários. E por fim, a pergunta polêmica. O crime organizado realmente compensa?

Palavras-chave: Facções Criminosas, grupo organizado, país, influencia, aspectos históricos.

GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA CIVIL

ANAIS

XXII



2022

CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

CONIC 22
ANOS

DE 27 A 29 DE OUTUBRO

**DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
DA EDUCAÇÃO**

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra.

ANÁLISE DE RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO E ABSORÇÃO DE ÁGUA DE CONCRETOS

Autor(es):

Renilson Fábio do Nascimento Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Renata Maria da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Ianka Jayane Cecília Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Jonas Melo Dantas: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Aysla Mayara da Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho demonstra como foram realizados estudos interligados a resistência à compressão do concreto, os quais foram feitos através de ensaios realizados no laboratório de materiais de construção do UNI-RN, sendo eles: confecção; slump; absorção de água e resistência à compressão. Todos os resultados obtidos no trabalho serão apresentados de forma comparativa e relacionados às Normas Brasileiras.

(Metodologia) A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e de campo, que auxiliou no aprofundamento do conhecimento prévio dos temas. Contudo, realizamos o teste de confecção dos corpos de prova de concreto, que, por sua vez, verifica sua absorção e resistência à compressão, de acordo com a sua classificação. Também foi possível medir a consistência do concreto, averiguar a absorção de água e logo após analisamos a resistência à compressão dele.

(Resultados) Após a realização do ensaio para a medição de consistência, obtivemos o resultado que o abatimento foi nulo, visto que, o concreto não deslizou ou desmoronou. Já no de absorção de água, calculamos a absorção, no qual foi alcançado o resultado de 1,08%. Nesse caso, dentro das normas determinadas pela a NBR, podemos classificar o corpo de prova como aprovado, considerando que, para haver a aprovação é necessário que a porcentagem máxima de absorção de água seja de até 10%. Para chegarmos a esses resultados, utilizamos a fórmula: $(P_{sat} - P_{sec}) / P_{sec} \times 100\%$ onde: P_{sat} = Peso saturado retirado do tanque após 48h; P_{sec} = Peso seco após 24h feito o slump; Abs = Absorção de água. Realizamos o cálculo: $Abs = (3,76 - 3,72) / 3,72 \cdot 100\% = 1,08\%$. Já o ensaio de resistência à compressão do CP feito de concreto, resultados obtidos em TF (Tonelada Força), e realizado o seguinte cálculo com a fórmula abaixo: $T = TF \times 1000 / A$ (área) $\times 0,0980665$ Onde a Área é: $A = \pi \cdot d^2 / 4$ $A = 3,14 \cdot 10^2 / 4 = 78,5 \text{ cm}^2$ $T = TF \cdot 1000 / A \cdot 0,0980665$ $T = 6,43 \cdot 1000 / 78,5 \cdot 0,0980665$ $T = 8,03 \text{ MPA}$ Tipo de Ruptura: Cisalhada.

(Conclusão) Ao realizar o ensaio para a medição de consistência, foi visto que o concreto tem uma consistência densa, sendo classificado como concreto S10, ideal para aplicação em concreto extrusado, vidro prensado ou centrifugado. Após a cura de 28 dias no tanque, retiramos o CP (corpo de prova) da água e deixamos ao ar livre para o rompimento na prensa hidráulica, com isso obtemos o resultado, que o concreto teria sido reprovado, visto que, não atingiu a meta de 20 MPA, sendo classificado como concreto não estrutural, pois não obteve resistência para assegurar a segurança da obra. O concreto não estrutural tem resistência menor e é utilizado em partes não estruturais do edifício, por exemplo: lastro para pisos. Na prática é muito comum a realização dos ensaios de concreto em estruturas já estabelecidas, para investigar a sua viabilidade, assim de acordo com os resultados obtidos, caso precise, realizar reforços na estrutura para que não tenha problemas futuros. Esse ensaio é de extrema importância, pois ele nos dá uma garantia de vida útil da estrutura, além de nos assegurar a segurança dos trabalhadores, como também dos futuros moradores, durante e após a realização da obra em questão.

Palavras-chave: Concreto, resistência, slump e corpo de prova.

COMPORTAMENTO DE VIGAS EM CONCRETO ARMADO QUANDO SUBMETIDAS A GRANDES VÃOS

Autor(es):

Leonardo Azevedo da Cunha Lima: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Armin Alfredo Rebouças Siqueira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Beatriz Soares Pereira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Tomás Barros Vasconcelos: Docente do UNI-RN

Anderson Albino Ferreira: Docente do UNI-RN

Fabio Romano Freire: Docente do UNI-RN

(Introdução) Com o avanço da engenharia e da alta tecnologia de novos materiais. A maneira de construir vem ganhando novas formas e design, assim o mercado da construção civil encontra-se em uma constante busca na evolução de projetos, observa. Um dos grandes desafios existentes nos projetos de estruturas é a criação de sistemas estruturais que consigam conciliar segurança e viabilidade econômica para dar estabilidade a grandes vãos. Com isso os estudos que vem sendo feito sobre esta temática, busca novas tecnologias de concreto armado e concreto protendido para solucionar esses novos desafios que a engenharia está sofrendo, juntamente com o dimensionamento correto dos vãos a serem adotados.

(Metodologia) Usou-se estudos de caso como metodologia para fazer dimensionamento de vigas de concreto armado com grandes vãos, esses experimentos em vigas de concreto armado foram feitos com ajudar de software CypeCAD para a analisa os valores de deformação. Foram 9 estudos de casos todos com situações diferentes, buscou-se fazer variações na fixação da viga, forma das amarrações e composição do concreto. Cada estudo tinha uma situação em comum todas as vigas são engastadas ou apoiadas, sendo alterado entre estudos o tamanho do vão. Os casos modificam a distribuição de carga e no posicionamento do apoio.

(Resultados) Os resultados foram feitos em cima de estudos de caso com ajuda de software. Observou-se que é possível reduzir as deformações de uma viga aumentando sua altura, rotacionando o pilar e criando balanços, decisões que podem ser feitas separadamente ou uma combinação delas, tudo de acordo com as possibilidades que o projeto pode fornecer.

(Conclusão) Tendo os resultados em vista, percebeu-se que aumentando a altura da viga, obteve-se uma redução considerável na deformação. Mostrando também que quanto maior a porcentagem de redução no engaste, maior será a redução no momento negativo. Nesse sentido para aumentar a rigidez da estrutura é adotar o posicionamento dos pilares em relação às vigas é imprescindível, visto que estes elementos conferem rigidez ao pórtico. Destas características, destacamos sobretudo o seu posicionamento e a sua orientação em relação às vigas. O número de pilares em um pórtico, por exemplo, aumenta a sua rigidez significativamente. Com isso fazendo com que a flecha fique no limite que é o dobro do comprimento do balanço

Palavras-chave: Comportamento de vigas em concreto armado quando submetidas a grandes vãos. grandes vãos. vigas em concreto armado.

ABSORÇÃO DE ÁGUA

Autor(es):

Guilherme Augusto Bezerra de Araujo: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Giuliano Martins de Melo Filho: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Pedro Dias Gurgel: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Marcus Vinícius Ramos Silveira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A absorção é uma medida de porosidade, das peças que compõe o revestimento, que se expressa pelo percentual de absorção de água encontrado entre a diferença de peso da placa seca e molhada, segundo um ensaio normatizado. NBR 15270-3 - Componentes cerâmicos - Parte 3: Blocos cerâmicos para alvenaria estrutural e de vedação - Métodos de ensaio.

(Metodologia) No estudo realizado, pegamos 6 corpos de provas, dentre eles, um tijolo, uma telha, uma pastilha de cerâmica, um corpo de concreto (10x20 cm), um piso cerâmico e pave. Pesamos cada item seco e em seguida colocamos submersos em um tanque com água por 1 dia. Após retirarmos do tanque, pesamos novamente cada um, sendo que agora com eles molhados. A partir do do peso da amostra seca e após imersão por tempo determinado, é possível determinar o percentual de água absorvida pela amostra. Por fim, já com as informações em mãos, calculamos a porcentagem de absorção de cada corpode prova.

(Resultados) - Tijolo, Telha, Pastilha de Cerâmica, Concreto, Piso Cerâmico e Pave. Segue a fórmula: $ABS = \frac{Psat - Psec}{Psec} \times 100\%$
Psec ABS = Absorção; Psat = Peso saturado; Psec = Peso seco; 100 % - Resultado em Porcentagem. Tijolo: Dados: Psec: 2,72 Kg; Psat: 2,96 Kg; Telha: Dados: Psec: 1,42 Kg; ABS = $\frac{Psat - Psec}{Psec} \times 100\%$ Psec ABS = $\frac{2,96 - 2,72}{2,72} \times 100 = 8,82\%$ ABS = $\frac{Psat - Psec}{Psec} \times 100\%$ Psec Psat: 1,54 Kg; Pastilha de Cerâmica: Dados: Psec: 0,098 Kg; Psat: 0,107 Kg; Concreto: Dados: Psec: 3,2 Kg Psat: 3,5Kg Piso Cerâmico: Dados: Psec: 1,33 Kg Psat: 1,45 Kg Pave: Dados: Psec: 2,80 Kg Psat: 2,93Kg Tabela de aferição: ABS = $\frac{1,54 - 1,42}{1,42} \times 100 = 8,45\%$ ABS = $\frac{Psat - Psec}{Psec} \times 100\%$ Psec ABS: 0,107 Kg ? $\frac{0,107 - 0,098}{0,098} \times 100 = 9,18\%$ ABS = $\frac{Psat - Psec}{Psec} \times 100\%$ Psec ABS= $\frac{3,5 - 3,2}{3,2} \times 100 = 9,37\%$ ABS = $\frac{Psat - Psec}{Psec} \times 100\%$ Psec ABS = $\frac{1,45 - 1,33}{1,33} \times 100 = 9,02\%$ ABS = $\frac{Psat - Psec}{Psec} \times 100\%$ Psec ABS= $\frac{2,93 - 2,80}{2,80} \times 100 = 4,64\%$

(Conclusão) Considerando a NBR 15270-3, e tendo em vista os cálculos descritos acima, temos a conclusão que todos os corpos de provas cerâmicos utilizados no ensaio de absorção de água, apresentaram resultados dentro da norma padrão, ou seja, > 10 % e < 22 %. De acordo com a NBR 9778, os materiais de concreto utilizados no ensaio, indicam ser compactos, ou seja, < 10%.

Palavras-chave: Absorção, Água, Bloco cerâmico, Alvenaria, Porcentagem, Pesquisa, NBR.

ACESSIBILIDADE E A IMPORTÂNCIA DA NORMATIZAÇÃO DE RAMPAS NA CONSTRUÇÃO CIVIL

Autor(es):

Monalisa Azevedo de Souza: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Ana Karolyne Lôbo Bezerra Abe: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Felipe de Oliveira Martins: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Marília Rodrigues da Silva: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O vídeo tem como ideia central dar uma breve contextualização do cenário da acessibilidade no Brasil e como a normatização de processos construtivos otimiza a experiência do usuário.

(Proposta do roteiro) Olá, nosso grupo irá falar sobre a acessibilidade para cadeirantes e a importância das rampas nos edifícios. Durante muito tempo não havia uma regularização rígida sobre inclinação das rampas, por isso é possível ver em muitos edifícios antigas rampas, estas que possuem inclinação superior ao permitido, tornando a utilização inviável ou até mesmo gerando riscos ao usuário. Com a implementação da NBR 9050 em 1985 já havia regularização de rampas, porém não havia um cuidado e uma fiscalização. Com o passar dos anos os parâmetros foram se tornando cada vez mais restritivos para se chegar ao atual, com pelo menos 5% e no máximo 8,33% de inclinação. Com as inclinações atuais vencer desníveis torna-se uma tarefa realmente acessível a todas as pessoas com mobilidade limitada, o que só comprova a importância por trás da norma.

(Efeitos esperados) É esperado que o vídeo sirva como um informativo, e que possa ajudar o espectador a compreender um pouco mais sobre o assunto abordado.

ACESSIBILIDADE NA CONSTRUÇÃO CIVIL

Autor(es):

Erick Alves Santos: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Maria Tereza de Lima Silva : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Yasmin Claudina Silva Araújo: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Marília Rodrigues da Silva: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O vídeo com o tema “Acessibilidade na construção civil”, dos autores Erick Alves Santos, Maria Tereza de Lima Silva e Yasmin Claudina Silva Araújo, orientado pela Professora Marília Rodrigues da Silva, é apresentado em LIBRAS e tem como objetivo apresentar as responsabilidades da construção civil no ambiente inclusivo e fomentar o debate da importância da acessibilidade na construção civil dentro do âmbito acadêmico.

(Proposta do roteiro) Olá! Nosso grupo irá abordar um pouco sobre ACESSIBILIDADE, tendo em vista que é um assunto muito importante na construção civil. O objetivo principal da norma NBR 9050/2020 é tornar os espaços mais acessíveis e inclusivos, eliminando barreiras para que pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida possam ter mais conforto e segurança ao acessar espaços públicos e privados. A norma aborda sobre a existência de dois tipos de pisos tátil, o direcional e o piso de alerta. O piso direcional tem a função de guiar as pessoas através de um trajeto reto e mais prático. Já os pisos de alerta, são usados para alertar as pessoas de obstáculos, perigos ou mudanças durante o trajeto. O piso tátil é importante para dar autonomia e segurança aos seus usuários, oferecendo a essas pessoas maior facilidade de mobilidade, de qualidade de vida e de acesso à serviços básicos, como nos casos dos prédios públicos adaptados.

(Efeitos esperados) A meta principal é promover de forma visual, um assunto de bastante relevância na construção civil, além de possibilitar a abordagem direta e simplificada do tema.

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE ESTRUTURAS DE CONCRETO, AÇO E MADEIRA EM SITUAÇÕES DE EXPOSIÇÃO AO FOGO

Autor(es):

Erick Alves Santos: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Maria Tereza de Lima Silva : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Yasmin Claudina Silva Araújo: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
José Cardoso da Silva Neto: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Felipe de Oliveira Martins: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Anderson Albino Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O incêndio consiste na propagação rápida do fogo levando sérios riscos aos seres vivos e as estruturas que ali estão presentes. Cada estrutura apresenta um comportamento quando submetida a altas temperaturas. No caso da madeira sua seção reduz gradualmente, em aço ocorre a perda de rigidez e resistência e no caso das peças de concreto ela se despedaça quando submetido a altas temperaturas. Desta forma, a ação do fogo nas estruturas deve ser considerada tanto no dimensionamento, quanto no comportamento das peças. O intuito é descobrir a resistência, a verificação do tempo que cada estrutura leva para entrar em colapso quando submetidas ao fogo, como também as medidas de proteção para cada elemento estrutural, diminuindo assim, o risco de vida e preservando os patrimônios.

(Metodologia) Foi realizada uma revisão bibliografia sobre as estruturas de concreto, aço e madeira, suas principais características, atributos e desempenho. O procedimento utilizado para a obtenção dessas informações são as pesquisas feitas por meio de revistas, artigos, dissertações, normas técnicas e sites confiáveis. Através dessas pesquisas foi realizada a análise de resistência ao fogo, comparando o comportamento dos materiais destacados.

(Resultados) Para o estudo da exposição ao fogo, as propriedades térmicas e as propriedades relacionadas a resistência e rigidez são as que mais influenciam no desempenho dos materiais. Relacionando um ao outro fica claro que o aço não tem uma boa relação com o fogo se deformando completamente mais rapidamente. Por outro lado, a madeira e principalmente o concreto possuem resistência maior a situações de incêndio. A madeira, por sua vez, tem uma boa resistência ao fogo por criar uma camada carbonizada, que age como uma espécie de isolante, impedindo a rápida saída de gases inflamáveis e a propagação de calor para o interior da seção, resultando tanto em um aquecimento quanto uma degradação do material a uma velocidade menor. Já o concreto, por não queimar e possuir baixa taxa de elevação de temperatura ao longo de sua seção transversal, resiste por mais tempo às ações de incêndio. De qualquer forma é evidente que independe da resistência das estruturas de madeira ou concreto, deve-se ocorrer uma vistoria no edifício a fim de evitar problemas e colapsos estruturais, garantindo a segurança do usuário.

(Conclusão) Portanto, com a análise dos resultados é possível concluir que cada material apresenta comportamento único quando submetidos ao contato com o fogo, e que mesmo existindo soluções para minimizar os efeitos negativos não há uma solução 100% eficaz, da mesma forma conclui-se que não há um material que seja melhor do que os outros já que cada uma tem sua melhor performance em uma situação específica, e cabe ao projetista analisar de acordo com a necessidade do projeto qual vai desempenhar de maneira mais eficaz sua função na estrutura.

Palavras-chave: Concreto. Aço. Madeira. Fogo.

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE METODOLOGIAS NO DIMENSIONAMENTO DE SAPATAS ISOLADAS

Autor(es):

Lanara Manuely Neres de Oliveira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Anderson Albino Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Sendo a fundação o elemento mais importante de uma construção, cujo objetivo é garantir de forma permanente a estabilidade da edificação, é essencial que o seu dimensionamento seja realizado de maneira adequada para garantir a transmissão das cargas atuantes ao solo com um adequado coeficiente de segurança. Esses alicerces são a primeira etapa de serviço em qualquer obra, tornando-se necessário antes da fase de planejamento do projeto verificar qual a resistência do solo e suas propriedades físicas através de ensaios realizados previamente. E um dos aspectos que é possível para assim garantir um bom dimensionamento a infraestrutura, evitando problemas futuros na superestrutura e conseqüentemente em toda a edificação é a elaboração de um projeto executivo confiável.

(Metodologia) Sendo assim, foi realizada a modelagem da superestrutura, dimensionamento e o detalhamento das armaduras com o auxílio do software estrutural TQS. Posteriormente foi extraído o mapeamento das cargas aplicadas, e foi desenvolvida uma planilha inteligente com base na metodologia do Comitê Europeu de Concreto (CEB-70) para dimensionar a fundação em sapata isolada rígida.

(Resultados) Com os resultados obtidos do dimensionamento pelos dois métodos, foi possível verificar o impacto estrutural de cada procedimento de cálculo e construir um orçamento preliminar de fundações com o auxílio do SEOBRA para verificar seu impacto financeiro e a metodologia mais econômica para esse projeto. Conclui-se uma redução de 24,09% em seu orçamento preliminar com o dimensionamento pelo método CEB-70 em relação ao software TQS.

(Conclusão) Todavia, os resultados do software não significam que sempre ocorrerá um superdimensionamento utilizando o mesmo, ou que não seja confiável no dimensionamento. Com o desenvolvimento desse trabalho foi possível observar a importância de conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso na área de estruturas, para poder manusear de forma adequada os softwares computacionais utilizados e corrigir parâmetros para evitar custos excessivos que o software apresenta com as configurações default. Em um projeto estrutural não existe apenas uma metodologia correta, cabe ao profissional habilitado observar qual método considera a solução mais econômica e segura possível. Para isso, é preciso interpretar os resultados obtidos, e conhecer os procedimentos de cálculos que estão sendo executados. Contudo, com esse trabalho foi possível obter uma visão global no processo de dimensionamento de uma estrutura, e colocar em prática os conhecimentos adquiridos ao longo do curso.

Palavras-chave: Estruturas. Fundações Rasas. Dimensionamento.

ANÁLISE ESTRUTURAL E VIABILIDADE ECONÔMICA DE DIFERENTES SOLUÇÕES ESTRUTURAIS PARA UM GALPÃO CONSTRUÍDO NA CIDADE DE PARNAMIRIM/RN.

Autor(es):

Ana Cecília Carvalho de Azevedo Sodré: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Anderson Albino Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho objetiva comparar a utilização de dois materiais na construção de um galpão em Parnamirim, Rio Grande do Norte. Tal empreendimento foi construído com pilares de concreto armado e cobertura metálica; a partir desse fato, foi feito o redimensionamento do galpão sendo inteiramente construído em estrutura metálica. Além disso, foram demonstrados os cálculos de redimensionamento do galpão, sendo utilizados para esta finalidade os softwares AutoCAD, FTOOL e Excel. Em seguida, utilizando-se dos dados dos projetos e do redimensionamento, pôde-se orçar com os materiais necessários para os dois tipos de execução e, conseqüentemente, compará-los entre si.

(Metodologia) Para a elaboração desse trabalho inicialmente será feita a revisão bibliográfica sobre o assunto. Serão utilizados artigos científicos, livros e normas sobre galpões, estruturas metálicas e concreto armado. Em seguida, será analisada a solução adotada para o estudo de caso. Será feito o dimensionamento de um galpão similar em aço. Logo após, será feita uma análise comparativa em termos estruturais e econômicos dos dois casos. O estudo de caso dessa pesquisa foi um galpão em construção em Nova Parnamirim-RN, o qual está sendo executado com a finalidade de uso para estocar produtos de uma distribuidora. O projeto que está sendo executado apresenta o galpão com sua fundação e pilares em concreto armado e sua cobertura em material metálico. Será feito um comparativo dessa atual execução com a mesma caso fosse feita apenas com material metálico. Para isso, serão analisados os projetos estruturais já existentes, as pranchas detalhando cada elemento estrutural que está sendo utilizado. Os dois orçamentos serão estudados e comparados entre si.

(Resultados) De acordo com os orçamentos, pode-se ver que há uma diferença de aproximadamente 40% entre os dois valores, os pilares em concreto armado têm um custo menor que se forem feitos em perfil metálico. Essa é uma das vantagens do uso do concreto armado, o seu menor custo de material e de mão de obra, estruturas metálicas necessitam de uma mão de obra mais especializada.

(Conclusão) O orçamento com os pilares em concreto armado teve um valor substancialmente menor em comparação ao de estrutura metálica. Foram utilizados como base para esses orçamentos as tabelas SINAPI, ORSE e foram coletados dados com a empresa Unimetals, presente em Natal-RN. Dessa forma, conclui-se que o pilar metálico por ser um material mais leve e pelo estudo de caso ser um galpão com pilares de no mínimo 12 metros de altura, necessitou de um perfil metálico bastante robusto para atender as solicitações. Dessa forma, fez com que o orçamento do material metálico ficasse quase o dobro do concreto armado. Sendo assim, o material que apresenta mais vantagens, para esse estudo de caso, é o galpão com pilares em concreto armado.

Palavras-chave: Galpão. Aço. Concreto armado. Estrutura. Comparativo de custos dos materiais.

AVALIAÇÃO DA ORÇAMENTAÇÃO DE UMA OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL: UM ESTUDO DE CASO

Autor(es):

Guilherme Jales de Lima Souto: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

*Anderson Albino Ferreira: Docente do UNI-RN
Leaivlam Rodrigues de Lima: Docente do UNI-RN*

(Introdução) O presente trabalho tem como objetivo demonstrar através de um estudo de caso envolvendo três projetos, entre eles, o projeto arquitetônico, o projeto elétrico e o projeto hidrossanitário e através deles propor um modelo para avaliar o processo de orçamentação na construção civil e a partir daí desenvolver os orçamentos dos projetos como um todo paramoldar uma proposta eficiente e eficaz. Tendo em vista o que foi dito, todo orçamento é uma atividade econômica e também um instrumento pelo qual se avalia a viabilidade econômica de uma construção. Tem-se três pontos para realizar-se um levantamento do mesmo, sendo eles, os serviços a serem executados, os materiais e equipamentos a serem utilizados e seus respectivos custos prováveis, conhecendo os três pontos para se dar início, é importante também ver onde que o orçamento tem influência direta, que é na própria qualidade do serviço, no sucesso de vendas e na rentabilidade da atividade em si.

(Metodologia) Serão desenvolvidos os projetos para ter uma base para a orçamentação, entre eles o projeto arquitetônico, o projeto elétrico e o projeto hidrossanitário. Realizando tais projetos, parte se para a construção da planilha orçamentária, que possuirá alguns caracteres, entre eles, uma coluna com a descrição dos serviços, outra com o quantitativo extraídos dos projetos previamente executados, o custo unitário de cada serviço e o valor final de cada serviço já levando em conta a multiplicação do valor unitário pelo quantitativo do serviço e a soma de todos esses resultados. Para a construção do custo unitário será necessário levar algumas tabelas de custos em conta, para a execução deste trabalho levaremos em conta as tabelas de custos da caixa o SINAPI, e o SEINFRA, acrescentando a isso a cálculo dos encargos sociais e do BDI (bonificação e despesas indiretas), com os encargos sociais incidindo diretamente e unicamente no custo da mão de obra, e o BDI incidindo na soma do todo.

(Resultados) Trabalho ainda em desenvolvimento.

(Conclusão) Trabalho ainda em desenvolvimento.

Palavras-chave: Orçamento, construção civil, orçamentação.

CONCRETO PARA AMBIENTE RURAL COM SUBSTITUIÇÃO PARCIAL DO AGREGADO MIÚDO POR RESÍDUO DE LODO

Autor(es):

Marília Medeiros de Meiroz Grilo: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Devido ao grande consumo de matérias primas na construção civil, a gestão ambiental tornou-se uma das grandes preocupações do setor, pois com o tempo esses materiais podem se tornar escassos. Apesar da abundância de areia de maneira geral, nem todas são adequadas para aplicação na indústria, por outro lado, observa-se o desperdício do lodo de tinta e seu descarte incorreto, o que acarreta no possível potencial da substituição parcial da areia por lodo em concretagem, para fins ambientais e diminuição de custos para os empresários.

(Metodologia) Esta pesquisa é experimental, de natureza aplicada e de abordagem quantitativa, realizada no laboratório de Engenharia Civil do UNI-RN, com o fornecimento do resíduo pela empresa BQMIL. Os corpos de prova foram feitos a partir do traço 1:2,2:3,9:0,68, substituindo 5% da areia grossa por lodo e moldados de acordo com a NBR 5738, (ABNT, 2015), utilizando moldes 10x20. Seguindo a NBR 16889, (ABNT, 2020), foi realizado o ensaio Slump para medição do abatimento do concreto, analisando sua consistência. O ensaio de absorção é feito seguindo a NBR 9778, (ABNT, 2009), através do peso seco e saturado, onde para ser aprovado, é necessário no máximo 10% de absorção. A resistência à compressão é averiguada a partir da NBR 5739 (ABNT, 1994), após a cura de 28 dias no tanque, os CPs são rompidos na prensa hidráulica e para ser aprovado é preciso resistência de 20 MPA.

(Resultados) O abatimento obtido na amostra foi de 60mm, classificando-o como concreto S50, segundo a NBR 8953, (ABNT, 2015). Quanto à sua absorção, a amostra obteve média de 1,48%, já a resistência à compressão atingiu média de 20,16 MPA, classificando-o como concreto para agressividade 1 (fraca), segundo a NBR 8953, (ABNT, 2015). O tipo de ruptura é definido a partir da NBR 5739 (ABNT, 1994), no qual os mais predominantemente foram Colunar e Cisalhada. Na análise de custo, 20 kg de areia grossa, capaz de produzir 9 traços de concreto para ambiente rural, custa em média R\$5,50, essa mesma quantidade de traços com a substituição, necessitará de 18,81 kg de areia, custando R\$5,18, assim, economizando 5,82%.

(Conclusão) Os resultados obtidos, através dos ensaios de consistência, absorção e resistência no concreto com substituição de 5% do agregado miúdo por lodo de tinta foram positivos, pois o abatimento foi de 60mm, classificando-o como concreto S50, ideal para alguns tipos de pavimento e fundações, a absorção de água, obteve média de 1,48% nas amostras, visto que, a absorção máxima estabelecida era de 10% e o ensaio de resistência à compressão o valor estabelecido era 20 MPA, meta essa que foi atingida com média de 20,16 MPA, classificando-o como concreto estrutural de agressividade 1 (fraca): ideal para ambiente rural. Assim, conclui-se que os objetivos desta pesquisa foram atingidos, posto que, o concreto com substituição obteve eficácia em ambos os ensaios, sendo congruente com o concreto padrão. Assim é possível alcançar redução de 5,82% no orçamento e diminuição do impacto ambiental promovido pela construção civil com a reutilização do lodo.

Palavras-chave: Concreto. Lodo. Construção civil. Economia. Sustentabilidade.

DETERMINAÇÃO DO LIMITE DE LIQUIDEZ DE SOLO ARGILOSO EXTRAÍDO DE UM VIVEIRO DE CAMARÕES

Autor(es):

Jorge Inacio de Souza Neto: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Vanessa Fonteles Ferreira de Moraes: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Jonas Melo Dantas: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Lucas Gonçalves Cavalcanti: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Iris de Souza Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Werner Farkatt Tabosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) Quando reduzido a um certo teor de umidade, o solo pode obter comportamentos diferentes. O teor de umidade em que ocorre a transição do estado plástico para o estado líquido é denominado limite de liquidez. Os ensaios de liquidez são conhecidos como Limites de Atterberg, no qual permite estabelecer os limites de consistência do solo. Isto é, até que grau de saturação o solo pode alcançar sem que se torne líquido.

(Metodologia) A amostra do solo foi separada e preparada primeiramente seguindo a NBR 6457 para a preparação do solo, para o ensaio que determina o limite de liquidez foi utilizado a NBR 6459 com o método de ensaio com secagem prévia. Todo o ensaio foi realizado utilizando-se a aparelhagem sugerida pela norma. O ensaio foi realizado no laboratório de mecânica dos solos do UNI-RN. Depois da amostra ser preparada, ela é transferida para uma cápsula de cerâmica e com o auxílio de uma espátula, amassada até formar uma pasta homogênea por no mínimo 30 minutos, esta é transferida para a concha do casagrande, onde é feito uma ranhura no centro. A ranhura deve ser capaz de se fechar após 35 golpes, depois mais dois pontos de ensaios são recolhidos com determinação entre 15 e 35 golpes. Parte do material ensaiado é recolhida, pesada e posta na estufa para que o peso seco e o saturado sejam determinados. A partir dos pesos da amostra, determina-se a saturação das amostras e o gráfico onde o eixo das ordenadas corresponde ao número de golpes executados em escala logarítmica e as abscissas corresponde ao teor de umidade das amostras em escala aritmética.

(Resultados) Três pontos foram obtidos para o ensaio onde 15, 23 e 30 golpes apresentaram respectivamente 34,45%, 28,80% e 28,55% de saturação das amostras onde houve união nas bordas.

(Conclusão) O limite de liquidez apresentado pela amostra do solo argiloso extraído de um viveiro de camarões é de 28%. Logo, a partir de 28% de saturação do solo, este passa a se apresentar no estado líquido.

Palavras-chave: Solo. Argiloso. Limite. Liquidez.

ENSAIO LABORATORIAL DE RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO DE CONCRETO

Autor(es):

*José Gilmar de carvalho Lopes filho: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
José Roberto Bezerra Barbosa: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Pedro Henrique do Vale Ferreira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
João Victor Araujo de Miranda: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Iago Davi Solano Borges: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

Orientador(es):

Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Para a realização desse ensaio a preparação consiste em colocar o concreto em moldes específicos com golpes, com uma barra de 16mm de diâmetro e 60 cm de comprimento, deixar o concreto descansando por 24 horas para que possa ser retirado o concreto do molde, retirando o concreto do molde se coloca no tanque com água, para que o concreto passe pelo seu período de cura que dura 28 dias, depois do seu período de cura, retira o concreto do tanque e faz o rompimento na prensa hidráulica.

(Metodologia) Pegamos corpos de prova de tamanhos 10 x 20 cm; Colocamos na prensa hidráulica para aferir sua resistência; Por fim, calculamos a força de tensão, para saber o resultado em Mpa para assim saber sua agressividade.

(Resultados) CORPO DE PROVA 10 x 20 1 Experimento: RESULTADO: 31,70 Kg 2 Experimento: RESULTADO: 37,20 KgF
RESULTADOS: 1 Pequeno $A = ? \times d^2 / 4$ $T = (F \times 1000 / A) \times 0,0980665$ $A = 3,14 \times 10^2 / 4$? $T = (37,2 \times 1000 / 78,54) \times 0,0980665$ $A = 78,54 \text{ Cm}^2$ $T = 46 \text{ MPA}$ (Respingo de maré) 2 Pequeno $A = ? \times d^2 / 4$ $T = (F \times 1000 / A) \times 0,0980665$ $A = 3,14 \times 10^2 / 4$? $T = (31,7 \times 1000 / 78,54) \times 0,0980665$ $A = 78,54 \text{ Cm}^2$ $T = 39,6 \text{ MPA}$ (Litorânea) CORPO DO PEQUENO PÓS – ESTUFA 10 X 20 1 Experimento: RESULTADO: 42,42 KgF RESULTADOS: $A = ? \times d^2 / 4$ $T = (F \times 1000 / A) \times 0,0980665$ $A = 3,14 \times 10^2 / 4$? $T = (42,42 \times 1000 / 78,54) \times 0,0980665$ $A = 78,54 \text{ Cm}^2$ $T = 52,90 \text{ MPA}$ (Respingo de maré) CORPO DE PROVA 15 x 30 1 Experimento: RESULTADO: 38,6 KgF 2 Experimento: RESULTADO: 63,23 KgF RESULTADO: 1 Grande $A = ? \times d^2 / 4$ $T = (F \times 1000 / A) \times 0,0980665$ $A = 3,14 \times 15^2 / 4$? $T = (38,6 \times 1000 / 176,62) \times 0,0980665$ $A = 176,62 \text{ Cm}^2$ $T = 21,43 \text{ MPA}$ (Urbano) 2 Grande $A = ? \times d^2 / 4$ $T = (F \times 1000 / A) \times 0,0980665$ $A = 3,14 \times 15^2 / 4$? $T = (63,26 \times 1000 / 176,62) \times 0,0980665$ $A = 176,62 \text{ Cm}^2$ $T = 35,1$ (LITORÂNEO)

(Conclusão) Os ensaios têm como suma importância mostrar os efeitos de resistência do concreto, que apresentam resultados que certificam a qualidade da estrutura por meio de informações como capacidade de resistência, desempenho em serviço e durabilidade da estrutura para resistir às influências previstas durante o processo executivo e uso da edificação.

Palavras-chave: Corpo de prova, Resistência à compressão, Prensa hidráulica e Agressividade.

ENSAIOS LABORATORIAIS DE DETERMINAÇÃO DE LIMITE DE LIQUIDEZ

Autor(es):

Renilson Fábio do Nascimento Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Ianka Jayane Cecília Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Renata Maria da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Aysla Mayara da Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Marília Medeiros de Meiroz Grilo: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Werner Farkatt Tabosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente estudo relata a importância de se conhecer as características do solo, todo o seu comportamento e a essencialidade da geotécnica, antes do mesmo ser utilizado para algo específico. Na Engenharia Civil, o solo é o elemento de alicerce para qualquer obra, usado para se fazer aterros compactados com diversas finalidades. Considera-se ainda o solo um material de característica heterogênea, de propriedades que variam entre si. Ele apresenta diferentes reações às tensões, à compressão, podendo até afetar o seu comportamento, a sua propriedade, além dos materiais que o compõem, que são distintos.

(Metodologia) O trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica, descritiva e de natureza quantitativa. Será utilizada a pesquisa de campo, pois a realização dela será feita no laboratório. O tipo do método será o indutivo, no qual a coleta de dados adotado na pesquisa será por ensaio que analisará os procedimentos e resultados. Para a realização do ensaio foram utilizados os seguintes materiais: Depósito de plástico; espátula; aparelho de casagrande; cinzel; cápsulas e balança.

(Resultados) De acordo com a NBR-6459, são necessários pelo menos três pontos de ensaio, cobrindo o intervalo de 35 a 15 golpes, realizados no aparelho casagrande. Golpes esses que são necessários para que as bordas inferiores da ranhura se unam ao longo de 13mm de comprimento, aproximadamente. O primeiro ponto do ensaio foi obtido após 15 golpes. Feito os cálculos necessários, foi encontrado um teor de 19,22%. Já no segundo ponto, foi alcançado com a execução de 30 golpes, onde o teor de umidade foi 19,92%. Por fim, o terceiro ponto foi alcançado após 35 golpes, atingindo uma umidade de 21,5%. Com isso foi possível observar que o teor de umidade obtido no segundo ponto “foge” um pouco da tendência da reta, ilustrando que esse desvio ocorreu por algum equívoco no procedimento do ensaio, como por exemplo: não homogeneização total da amostra. O Limite de liquidez marca a transição do estado plástico para o estado líquido. Segundo a norma, o teor de umidade correspondente a 25 golpes, é o limite de liquidez do solo (LL). Assim, o LL do solo analisado é igual a 19,7%. Ou seja, no solo analisado é necessário 19,7% de umidade para passar do estado plástico para o estado líquido.

(Conclusão) Após a realização dos ensaios, supôs-se que a amostra de solo trabalhada seja de solo Areno-Argiloso. Aplicando-se na engenharia, construções em terreno de solo arenoso próximos aos lençóis freáticos podem provocar rachaduras na estrutura, além de estradas sem pavimentação as quais grande maioria estão sob solo fracos ou saturados, sofrerem com o nível de água e o alto grau de saturação. Ademais, o solo arenoso se movimenta facilmente e é altamente permeável. Diversos e dos mais variados tipos de problemas podem acometer uma edificação por falta de estudo do solo. Um deles é problema na fundação, que pode impactar gravemente toda a estrutura da construção. Analisar o solo é fundamental antes de começar a execução da fundação de uma obra. A partir dessas análises, é possível saber as características do solo, como qualidade e capacidade de servir como suporte. Desse modo, toda obra deve realizar esse processo, assim evitando acidentes futuros, gastos e envolvimento em questões judiciais.

Palavras-chave: Engenharia civil, Mecânica dos solos, limite de liquidez e umidade.

ENSAIOS LABORATORIAIS DE GRANULOMETRIA POR PENEIRAMENTO E SEDIMENTAÇÃO, LIMITE DE LIQUIDEZ E LIMITE DE PLASTICIDADE

Autor(es):

*José Gilmar de carvalho Lopes filho: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
José Roberto Bezerra Barbosa: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Pedro Henrique do Vale Ferreira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
João Victor Araujo de Miranda: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Iago Davi Solano Borges: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

Orientador(es):

Werner Farkatt Tabosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) No presente trabalho foi estudada uma amostra de solo para identificar qual o tipo daquela amostra e onde melhor empregado aquele solo na construção civil, no qual, foram efetivados ensaios técnicos de solo como a análise granulométrica por peneiramento e sedimentação, a determinação do limite de liquidez e do limite de plasticidade. E os resultados obtidos nas análises, foram comparados com base as NBRs respectivas de cada ensaio, no intuito de verificar se estão dentro dos padrões das normas e sua classificação.

(Metodologia) O trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica, descritiva e de natureza quantitativa. Será utilizada a pesquisa de campo, pois a realização da pesquisa será feita em canteiros e frente de obras. O tipo do método será o indutivo, no qual a coleta de dados adotado na pesquisa será o questionário que analisará os procedimentos e medidas de segurança trabalho, percepção dos riscos e utilização dos EPI. Através do teor de umidade que limita os estados líquidos e plásticos, teores de umidade abaixo do LL, o solo passa a ser plástico e a ter resistência a cisalhamento. Limite de plasticidade tem um valor de umidade no qual o solo muda de um estado plástico para um estado semissólido. A granulometria por peneiramento e sedimentação é o tipo de análise granulométrica mais utilizada, pois permite definir o percentual dos grãos mais grossos e também determinar o percentual dos finos permitindo a caracterização completa da amostra.

(Resultados) Após realizado todos os ensaios e obtidos os resultados, conclui-se conforme os resultados obtidos da amostra de solo analisada em sua curva granulométrica onde foi realizado o peneiramento do agregado miúdo mostram que 12,05% são constituídos de areia grossa, 68,4% de areia média e 17,7% areia fina. Assim pode-se classificar a amostra em um solo arenoso com predominância de areia média. Na curva granulométrica feito no agregado graúdo, observou que 100% do solo passante é classificado como pedregulho. De acordo com a NBR 6502 – Rochas e solos, 1995. Conclui-se que após analisado tempo na tabela e no gráfico, percebesse que a tabela acima manteve de 0,5 minutos até 30 minutos com mesma densidade. Após passar 30 minutos começaram a ter alterações na leitura do densímetro, no qual inicia o processo em que as partículas do solo vão decantando, diminuindo as partículas suspensas, não drasticamente até 24 horas se acomodando no fundo da proveta, chegando a 1,011 g/ml no densímetro e mantendo uma temperatura constante de 25 Cº graus em todas as medidas. Considerando os números de golpes que, correspondem a 25, temos como resultado um solo que apresenta Limite de Liquidez, visto que, a ranhura feita no solo, após receber o impacto no aparelho de Casagrande fechou-se, porém não por inteira. Assim, determinamos que o teor de umidade do solo, ou seja, seu limite de liquidez equivale a 0,49%.

(Conclusão) Conclui-se conforme os ensaios realizados na amostra de solo analisado por ter a classificação de um solo arenoso, predominantemente de areia média, no qual este solo é utilizado na construção civil em grande parte de uma obra e suas características de fracamente plástico, baixo teor de umidade, não apresentando comportamento plástico permite que seja aplicada em alvenaria de pedra, tijolo, chapisco e concreto, emboços, reboco de parede, vigas, pilares e lajes.

Palavras-chave: : Granulometria, peneiramento, sedimentação, limite de liquidez, limite de plasticidade.

EXECUÇÃO DE MAPEAMENTO COM DRONE

Autor(es):

John Vítor Firmino da Silva Cruz: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Felipe Bezerra Ferreira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Felipe Nunes Marinho: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Julio Cesar Dutra da Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Carlos Gomes de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Um mapeamento com drones é simplesmente a captura de dados com sensores como câmeras RGB, câmeras multiespectrais e sensores, apontados para o solo. Durante um mapeamento com uma câmera RGB, o solo é fotografado diversas vezes em diferentes ângulos e cada imagem é marcada com coordenadas.

(Metodologia) A primeira etapa para definir o levantamento é o reconhecimento da área. Assim, definem-se os limites de interesse da área de estudo para determinar a cobertura do voo, em seguida definir a área que será coberta pelo levantamento Aerofotogramétrico, definida anteriormente, é utilizada como base para o planejamento das faixas de voo que o Drone irá percorrer capturando as imagens. O tamanho dos alvos devem ser levados em consideração para a visualização dos mesmos nas imagens aéreas durante o processamento dos dados. Somente após a demarcação dos alvos no campo, junto à coleta de coordenada dos pontos de controle com o GPS, o voo com o drone é autorizado. O ponto de decolagem é determinado de acordo com o acesso, priorizando pontos mais elevados do terreno. Por último é feito processamento dos dados, as imagens obtidas durante o aerolevamento, junto aos dados do GPS geodésico, são processados por meio de Softwares específicos, interpolando todos os pontos em comum obtidos da sobreposição das imagens e reconstruindo uma superfície 3D.

(Resultados) A proposta deste trabalho consistiu em mostrar como as novas tecnologias podem ser utilizadas para realizar um levantamento topográfico e comparar o processo com o método tradicional de levantamento (estação total). Em um levantamento com drones, devido à quantidade de pontos serem maiores, os produtos gerados terão alta definição e qualidade de resolução. Um drone possui câmeras de alta resolução, com a qual analisa-se a resolução do pixel e a distância focal, apresentando mais detalhes em relação à superfície do terreno.

(Conclusão) Os levantamentos topográficos com o uso de drones apresentam diminuição dos custos dos equipamentos, diminuição de equipes em campo, maior velocidade de aquisição de dados em campo e facilidade na operação como vantagens em relação aos levantamentos tradicionais com o uso de Estação Total. Na prática, o uso de drones para levantamento topográfico envolve diversas etapas, desde o planejamento do levantamento, a execução, a aquisição dos dados e os cálculos.

Palavras-chave: Mapeamento, Drone, câmeras, aerolevamento e terreno.

GESTÃO DE SEGURANÇA NA CONSTRUÇÃO CIVIL

Autor(es):

Wildson Micael Dantas Bonifacio: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Lanara Manuely Neres de Oliveira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Carlos Gomes de Moura: Docente do UNI-RN
Anderson Albino Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O setor da construção civil é um dos maiores responsáveis pelos acidentes e mortes durante o expediente de trabalho. A segurança do trabalho é a maior preocupação para o gestor da obra nos canteiros das construções para aplicar as normas e ações necessárias para promover um ambiente de trabalho mais seguro. A falta de controle e uma má gestão de resíduos, bem como o desuso dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI), podem gerar um ambiente tóxico e atingir a integridade física do profissional. O treinamento é fundamental para reforçar a importância dessas medidas. É possível oferecer capacitação para o uso correto dos EPIs, ferramentas, e para as respostas em casos de acidente.

(Metodologia) A realização deste trabalho se deu por meio de uma pesquisa qualitativa, com base na metodologia de pesquisa bibliográfica de trabalhos acadêmicos e pesquisas publicadas por terceiros, feitas sobre o tema em questão.

(Resultados) O aumento da conscientização da sociedade sobre a qualidade de vida exige das indústrias, melhorias nas condições de trabalho, pois uma parte da vida da maioria das pessoas, é vivida no ambiente de trabalho, então este ambiente precisa ter o mínimo de higiene, segurança e conforto possível, proporcionando assim qualidade trabalhista. Com a realização do trabalho e das pesquisas feitas, foi possível observar como é executada a gestão de segurança do trabalho no setor da construção civil, quais métodos e técnicas são utilizados, quais normas a serem implantadas e seguidas, tipo de implantação normativa, treinamento, qualificação, conscientização, entre outros.

(Conclusão) Os acidentes não causam repercussões apenas de ordem jurídica, mas também com os custos econômicos do empregado, estes são maiores do que os investimentos na implantação de gestão da segurança do trabalho. Investir em treinamentos técnicos e comportamentais, permite desenvolver competências específicas nos colaboradores, tornando-os mais produtivos, minimizando os riscos de acidentes pela conscientização e conhecimento dos perigos e riscos que envolve as atividades individuais e coletivas dentro dos canteiros de obras. Dessa forma, haverá uma maior conscientização da importância em garantir a segurança e integridade do trabalhador. Além de demonstrar que para isso, todos precisam se comprometer e se responsabilizar pelo cumprimento das normas e diretrizes necessárias, para um ambiente de trabalho seguro e acolhedor.

Palavras-chave: Gestão. Segurança do Trabalho. Canteiro de Obra.

IMPORTÂNCIA DAS TUBULAÇÕES DE PVC NO PROJETO HIDROSSANITÁRIO

Autor(es):

John Vítor Firmino da Silva Cruz: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Felipe Bezerra Ferreira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Felipe Nunes Marinho: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Julio Cesar Dutra da Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Leaivlam Rodrigues de Lima: Docente do UNI-RN Tomás Barros Vasconcelos: Docente do UNI-RN

(Introdução) Os polímeros são macromoléculas formadas por um grande número de pequenas moléculas, designadas monômeros. Quando estas moléculas se combinam ocorrem as polimerizações. Dentre os polímeros existentes, existe o PVC que é o polímero de adição policloreto de vinila, que na forma rígida é usado principalmente em dutos e tubos para água e esgoto. O PVC tem uma junção importante com tubulações. Naturalmente o PVC possui propriedades como boa resistência a intempéries, boa resistência química, isolamento elétrico, boa resistência mecânica e atoxicidade, além de ser auto extingüível.

(Metodologia) Para se obter os resultados desse estudo, utilizamos dos conhecimentos dados em sala de aula, tendo como base o projeto hidrossanitário feito na matéria de instalações hidráulicas e em pesquisas feitas sobre polímeros em livros e na internet, para nos aprofundarmos e ter uma perspectiva abrangente das propriedades e o propósito do PVC dentro do assunto abordado.

(Resultados) Através de estudos, é possível analisar uma grande diferença da utilização de diferentes tipos de polímeros, nos quais as propriedades do PVC se encaixaram como a mais benéfica para fabricação das tubulações hidráulicas. Suas vantagens são a resistência química e à corrosão, estanqueidade de juntas, tubulações menos rugosas, baixo custo e de fácil manuseio, não permite desenvolvimento bacteriológico em sua superfície, não é influenciado por variações de temperatura e são 100% recicláveis. Algumas outras vantagens do uso do PVC: Isolamento térmico: este material ajuda a manter a temperatura ambiente em dias mais quentes e frios, proporcionando maior conforto térmico. Vedação: Possui boa vedação contra chuvas e ventos. Segurança: O PVC é o material mais resistente contra impactos. Sustentabilidade: Os perfis de PVC são fabricados de acordo com normas ambientais.

(Conclusão) De acordo com os resultados, pesquisas e discussões relacionadas aos diferentes tipos de materiais e suas propriedades, foi possível chegar na conclusão de que as vantagens do PVC e suas funções, principalmente seu baixo valor no mercado e assegurando as tubulações de qualquer tipo de vazamento que possa prejudicar a estrutura da residência ou prédio, trazendo confiança na execução do projeto hidrossanitário, seguindo assim uma ideia de tranquilidade pro cliente e custo benéfico para quem está executando o serviço.

Palavras-chave: Hidrossanitário, tubulação, PVC, polímeros, custos.

IMPORTÂNCIA DE UM BOM ORÇAMENTO NA ENGENHARIA CIVIL

Autor(es):

John Vítor Firmino da Silva Cruz: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Felipe Bezerra Ferreira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Felipe Nunes Marinho: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Julio Cesar Dutra da Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Anderson Albino Ferreira: Docente do UNI-RN Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O orçamento de obra é algo tão imprescindível que chega a ser difícil explicar o tamanho da sua importância. Afinal, como bem sabemos, o orçamento serve como referência fundamental ao longo de todo o desenvolvimento de uma obra. O orçamento é uma fotografia financeira da obra em um determinado momento. Ou seja, é um modelo que representa a obra sob determinado aspecto, o financeiro. Então, é o orçamento que indica, ao fazer uma estimativa, o preço da obra.

(Metodologia) Ao falarmos de orçamento na construção civil é muito importante saber fazer, entender e calcular o orçamento da obra, que é composta de, custos diretos; são aqueles que estão diretamente relacionados ao serviço a ser executado. Já os custos indiretos são, gastos da administração da empresa, por exemplo: café, água, aluguel, segurança e entre outros. Também não menos importante o cálculo de BDI, é calculado em forma de percentual em relação aos custos totais e impostos, por final é calculado o lucro da empresa. Por fim impostos sobre serviço, os encargos sociais que são separados em diversos grupos, os "mais" importantes são o grupo A e B que retratam o maior valor, que são respectivamente os encargos sociais básicos e encargos sociais trabalhistas. Na construção civil, é importante sempre levar em consideração o valor do metro quadrado, pois nessa área o custo é determinado pelo espaço a ser construído. Assim, para saber o valor de uma obra, basta multiplicar o valor do metro quadrado pela área a ser construída. Outro fator que deve ser levado em consideração é o custo da mão de obra, que geralmente é determinado pelo tipo de serviço a ser realizado.

(Resultados) Através de estudos, pode-se ver que obteve bons resultados como abaixo de custo, mais eficiência no decorrer da obra, projeção de despesas e entre outros benefícios. Também foi evitado ou diminuído custos e despesas surpresas ou inesperadas para a empresa, foi visto que com o orçamento de obra, foi possível realizar negociações e procuras de menores preços e melhor material para a obra, assim tendo um melhor custo benefício.

(Conclusão) Sendo assim, para realizar uma obra mais segura, organizada, projetada, lucrativa e com menores gastos que podem ser evitados facilmente com o estudo do orçamento. Pode-se concluir que o uso do orçamento na construção civil é algo essencial para a gestão de uma boa empresa.

Palavras-chave: Orçamento, BDI, custo e obra

MECÂNICA DOS SÓLIDOS ENSAIO EM LABORATÓRIO

Autor(es):

Armin Alfredo Rebouças Siqueira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

John Vítor Firmino da Silva Cruz: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Julio Cesar Dutra da Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Werner Farkatt Tabosa: Docente do UNI-RN Leailvam Rodrigues de Lima: Docente do UNI-RN

Fabio Romano Freire: Docente do UNI-RN

(Introdução) O relatório foi proposto pelo professor Werner como nota para a unidade e para o CONIC. Nesse sentido, foi feitos ensaios propostos pelo professor que são: NBR 7181-2016 solo - análise granulométrica por peneiramento, NBR 7181-2016 solo - análise granulométrica por sedimentação, NBR 6459 - solo - determinação do limite de liquidez e NBR 7180 solo - determinação do limite de plasticidade.

(Metodologia) NBR 7181-2016 solo - análise granulométrica por peneiramento, NBR 7181-2016 solo - análise granulométrica por sedimentação, NBR 6459 - solo - determinação do limite de liquidez e NBR 7180 solo - determinação do limite de plasticidade.

(Resultados) O ensaio de análise granulométrica por peneiramento teve uma característica interessante, o solo escolhido pelo grupo não gero resíduo graúdo, com isso foi observado que o solo tinha características de um solo arenoso. Posteriormente com os outros ensaios ficou claro que o solo realmente era um solo arenoso. O ensaio de determinação do limite de plasticidade mostrou mais uma característica de um solo arenoso, o ensaio começou destorroando o solo e peneirando o mesmo, com o destorroado foi colocado um solo em um recipiente 200g do solo e colocou-se aos poucos água para ficar na consistência desejada para fazer o ensaio de plasticidade, no caso o ensaio perdia para fazer cobrinhas de 10 a 15 cm de comprimento e o diâmetro na espessura de uma caneta. Quando foi levado o solo para a placa de vidro fosca para tentar fazer as cobrinhas foi observado que não irá ter como fazer esse experimento, pois o solo era arenoso, o solo não se moldava. Com este último ensaio foi constatado que o solo realmente era arenoso.

(Conclusão) Outro ponto que foi solicitado no relatório seria aplicação do solo na engenharia civil, o solo escolhido pelo grupo tem característica de um solo arenoso como já foi falado, com isso o grupo buscou em diversos sites e artigos aplicações de solo arenoso na engenharia civil, e a utilidade de solo arenoso na engenharia são inúmeros, como, na composição de cimento, tem característica de um solo permeável muito usado na construção de sumidouros (sumidouro tem a função de permitir a infiltração da parte líquida do esgoto no solo), pois isto o solo arenoso é bastante usado para fazer com que a água infiltre no solo. Esta alta permeabilidade na construção civil é um desavio para construção, quando o local da obra é por predominância solo arenoso, tem que fazer estudos para saber a melhor forma de deixar o solo mais firme, elementos, como, estacas de concreto armado e as estacas metálicas são as mais usadas na solução deste problema de movimentação do solo. O solo arenoso só fica resistente quando o solo não tem por onde escapar, por isto usa muito o método de estaqueamento. Com isso relatório foi finalizado mostrando os pontos de positivos e negativos do solo arenoso.

Palavras-chave: Mecânica dos sólidos - análise granulométrica por peneiramento - análise granulométrica por sedimentação - determinação do limite de liquidez - determinação do limite de plasticidade

MECÂNICA DOS SOLOS - LIMITE DE LIQUIDEZ

Autor(es):

Guilherme Augusto Bezerra de Araujo: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Giuliano Martins de Melo Filho: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Pedro Dias Gurgel: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Marcus Vinícius Ramos Silveira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Werner Farkatt Tabosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) O limite de liquidez é definido como o valor da umidade no qual o solo se comporta como material plástico, é a umidade de transição entre os estados líquido e plástico do solo. Experimentalmente corresponde como teor de umidade com que o solo se fecha a certa ranhura sobre o impacto de 25 golpes, do aparelho casa-grande, onde são feitas várias tentativas com diferentes níveis de umidade, onde a ranhura se fecha com diferentes números de golpes.

(Metodologia) Para o preparo da amostra, devemos realizar o peneiramento do material a ser analisado. Com uma devida amostra do solo coletado, previamente secado ao ar, separa-se de 150g a 200g de material a ser passado na peneira de número 40. Após o peneiramento, coloca-se parte da amostra peneirada no recipiente de porcelana e aos poucos adiciona-se água destilada, essa adição irá variar conforme a necessidade. Devemos amassar e misturar de forma vigorosa e contínua com o auxílio da espátula flexível. Deve-se calibrar o aparelho casa-grande, regulando a altura de queda para 1 cm com o auxílio do gabarito verificador. Necessitamos de tomar uma porção suficiente da amostra preparada colocando e espalhando a mesma na concha de forma que ela ocupe aproximadamente – da superfície metálica do aparelho casa-grande. Devemos empregar o menor número possível de passadas da espátula para evitar a formação de bolhas de ar no interior da massa. Temos que verificar a espessura da pasta, caso ela não seja suficiente, devemos retirar o excesso ou adicionar mais massa. Usando o cinzel, devemos dividir a massa em duas partes seguindo o plano de simetria do aparelho de tal modo que a espessura da massa central seja de 1 cm. Em seguida, devemos golpear com velocidade de 2 voltas por segundo, contando o número de golpes até se constatar o fechamento da ranhura, assim paramos a operação. Posteriormente iremos coletar com a espátula e transferir parte da amostra para o recipiente, pesar o conjunto e levar para a estufa pré-aquecida entre 105 e 110 C para determinação da umidade. Repete-se o procedimento por mais três vezes.

(Resultados) Realizando todo o processo, observamos que o primeiro de 15 golpes, o peso úmido foi de 15,508 e o seco foi de 13,711; o segundo de 25 golpes o peso úmido foi de 18,265 e o seco 16,152; e o de 35 golpes o peso úmido foi de 18,503 e o seco foi de 16,648.

(Conclusão) Verificamos a importância desse processo, isso se torna muito importante para os dias atuais na construção civil, pois é um modo prático para determinar o teor de umidade de determinado solo, isso se torna importante para especificar os solos de acordo com a umidade para seus respectivos ambientes.

Palavras-chave: Umidade dos solos

ORÇAMENTOS NA ENGENHARIA CIVIL

Autor(es):

Leonardo Azevedo da Cunha Lima: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Armin Alfredo Rebouças Siqueira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Beatriz Soares Pereira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

Leaivlam Rodrigues de Lima: Docente do UNI-RN

Anderson Albino Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O tema norteador do trabalho e que contempla as três disciplinas é o orçamento. As matérias de Projeto de Extensão 3, Instalação Hidráulica e Tecnologia da Construção, são disciplinas do curso de Engenharia Civil do 3º ano. Essas matérias foram fundamentais para o trabalho, com o orçamento é possível identificar algumas irregularidades na obra, na indústria, empresa e etc. Por isto escolheu-se a temática orçamento para ser apresentada no conic.

(Metodologia) Trabalhou-se na composição de custos e foram utilizados vários sites que mostram o preço unitário da mão de obra de pedreiro, servente, instalador elétrico, mostrando toda mão de obra do serviço que deseja executar e mostrando também os gastos com insumos do serviço a ser feito (seinfra), como por exemplo, para fazer o serviço de levantamento de alvenaria de vedação, são listados todos os insumos, como, areia, cimento portland, tijolo usado para fazer o levantamento e cal hidratada, esses materiais são para fazer este serviço. Foi aplicado também os preços dos serviços feito aqui no RioGrande do Norte, o site do sinduscon/RN, que mostra os preços a serem aplicados em todos os serviços, além disso o site atualiza com o passar do tempo e com a variação do mercado, os preços adotados por serviço, por exemplo, dia 14 de outubro de 2022, no dia que este resumo está sendo feito, o preço do pedreiro está em 7,13 reais/hora, este valor pode sofrer alteração com passar do tempo. Esses foram alguns métodos usados para fazer o trabalho.

(Resultados) Cada disciplina tinha um orçamento distinto, o orçamento do projeto de extensão 3, foi feito em cima do projeto de instalação elétrica de uma residência, já o projeto usado para fazer o orçamento de instalação hidráulica foi um projeto hidráulico de uma casa (água fria) e na disciplina de tecnologia de construção foi utilizado o projeto de alvenaria. Todas as disciplinas abordaram um projeto dissemelhante, como isso os orçamentos ficaram diferentes. Mas todos os resultados foram por aproximações, sempre buscando ser o mais preciso possível.

(Conclusão) Observou-se que o orçamento é uma ferramenta muito importante para todas as áreas, desde da engenharia até a medicina, pois movimenta o dinheiro que é imprescindível ter controle. O dinheiro em uma obra ou em qualquer área é uma ferramenta que demonstra muitos aspectos, desde da super faturação, se a obra está atrasada, rendimento dos colaboradores eetc. Esses dados nos falam muito sobre o futuro de qualquer serviço / empreendimento. Com todos esses parâmetros que o orçamento nos mostra, ficar mais fácil fazer estratégias para solucionar possíveis desastres.

Palavras-chave: Orçamentos; Gestão; Construção Civil;

**PESQUISA REFERENTE A APLICAÇÃO DO CONCRETO PARA O AMBIENTE RURAL COM A ADIÇÃO DE FILLER CALCÁRIO
NA SUBSTITUIÇÃO DA AREIA GROSSA**

Autor(es):

Jorge Inacio de Souza Neto: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Os cuidados e as preocupações direcionados ao meio ambiente tornam-se cada vez mais intensos e frequentes, sendo assim necessário encontrar alternativas que ajudem a minimizar os impactos que são continuamente causados. Por meio de pesquisas e estudos, surgiram alternativas de reutilizar resíduos que podem aumentar a resistência do concreto e contribuir para a sustentabilidade, ao invés de serem descartados inadequadamente. Levando em consideração esses aspectos, a presente pesquisa buscou substituir parcialmente a areia grossa pelo filler em concretos, a fim de diminuir os impactos ambientais, o custo da produção, e principalmente melhorar as propriedades do concreto.

(Metodologia) No decorrer desta pesquisa foram confeccionados 15 corpos de prova de concreto com adição de filler calcário, em substituição da areia grossa em 10% do seu respectivo valor no traço, os mesmos passaram pelos ensaios de absorção de água, resistência à compressão e o slump test, tal como descreve as normas NBR NM 67(1998); NBR 9778, ABNT (2005); NBR 5739, ABNT (2007). Toda a pesquisa foi realizada nos laboratórios localizados no UNI-RN.

(Resultados) Após a análise podemos concluir que obtivemos resultados satisfatórios, atingindo uma absorção média de 1,05%, valor bastante positivo tendo em vista que o máximo estabelecido em norma é até 10%, quanto a resistência à compressão a média encontrada foi de 20,07 Mpa valor que atinge por pouco a meta estabelecida pela norma de 20 Mpa, por último no slump test onde foi obtido o valor de 3 cm, deste modo passando na norma estabelecida.

(Conclusão) A partir das substituições desses resíduos, que foram realizadas pela dosagem do concreto pelo Método da ABCP, conseguiu-se analisar a influência proporcionada ao concreto pela substituição de 10%. Também se avaliou a resistência à compressão aos 28 dias e a resistência à compressão. Com a obtenção dos resultados constatou-se que o traço com filler, trouxe resistência pouco acima da média e taxa de absorção superior. Assim, pode-se dizer que é viável a reutilização desse resíduo na construção civil, pois além de melhorar as propriedades do concreto, contribui para a diminuição do custo da obra e também auxilia na preservação ambiental.

Palavras-chave: Concreto. Rural. Resíduo. Filler.

PESQUISA SOBRE APLICAÇÃO DE CONCRETO PARA AMBIENTE RURAL COM ADIÇÃO DE RESÍDUO DE BORRA DE TINTA NA SUBSTITUIÇÃO DA AREIA GROSSA

Autor(es):

Lucas Gonçalves Cavalcanti: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Na construção civil, hoje, o descarte de materiais sem fins de reutilização só vem crescendo ao longo dos anos. Visto isso, o acúmulo desses materiais, como no caso a borra de tinta, podem gerar problemas ao meio ambiente, enquanto os mesmos poderiam estar sendo reutilizados para futuras obras. Além disso, por serem materiais descartados seu preço por utilização é nulo, por conseguinte, haverá uma redução do valor no produto em que forem utilizados, como no caso o concreto para ambiente rural.

(Metodologia) Para essa pesquisa foram confeccionados 15 corpos de prova de concreto com adição do resíduo de borra de tinta no lugar da areia grossa em 10% do traço, que passaram pelos ensaios de absorção de água, resistência a compressão e o slump test, tal como descreve as normas NBR 9778, ABNT (2005); NBR 5739, ABNT (2007); NBR NM 67:1998. Essa pesquisa foi realizada nos laboratórios de engenharia civil do UNI-RN.

(Resultados) Ao analisar os resultados obtidos podemos ver que todos passam com margens satisfatórias, visto que, na absorção a média encontrada foi de 1,16% e o máximo determinado por norma é 10%, em resistência a compressão foi encontrado a média de resistência de 21,71 Mpa o que passa pela norma uma vez que ela exige que tenha no mínimo 20 Mpa, e no slump test foi encontrado o valor de 3 centímetros, passando por norma também.

(Conclusão) Agora, visto que, o concreto com adição de borra de tinta na substituição do agregado miúdo na porcentagem de 10% para rural, passaram nos ensaios determinados pela norma, este concreto se torna viável seu uso sem riscos nas construções civis. Por fim, observando que, o concreto pesquisado tem seu custo reduzido viabilizando economicamente seu uso, devido, o resíduo determinado ser um material descartado o torna sem custo de aquisição, visto isso, a porcentagem aplicada do resíduo no lugar do agregado miúdo é sem custo, ou seja, haverá sim redução e, portanto, viabilizando o concreto pesquisado com adição de borra de tinta, além, de encontrar uma forma de reutilização do material.

Palavras-chave: Concreto. Borra de tinta. rural.

PREVENÇÃO DE RISCOS ATRAVÉS DO REFORÇO ESTRUTURAL

Autor(es):

John Vítor Firmino da Silva Cruz: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Felipe Bezerra Ferreira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Felipe Nunes Marinho: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Julio Cesar Dutra da Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Tomás Barros Vasconcelos: Docente do UNI-RN

(Introdução) A estrutura de uma construção pode ficar comprometida por diversos motivos, como falha de execução, ação do tempo e interferências de agentes químicos, físicos ou biológicos. Neste ponto, um processo necessário e eficaz é o reforço estrutural. Esse tipo de reforço trata-se de um tipo de obra de engenharia civil que fortifica a estrutura dependendo onde está localizada a sobrecarga nela, realizada em situações em que a estrutura de uma edificação sofre com alguma deficiência, falha original ou quando existe a necessidade de aumentar a carga suportada para determinado caso.

(Metodologia) Para se obter uma melhor compreensão sobre o estudado abordado, utilizamos dos conhecimentos dados em sala de aula e em pesquisas realizadas dentro de um canteiro de obras. Seguindo o exemplo de situações em que a estrutura de uma edificação sofre alguma falha ou necessidade de aumento de carga, é necessário utilizar algumas técnicas como, alteração de fundação, inserir novos pilares, aumento de armadura e entre outros. E usando desses conhecimentos com base, foi possível analisar como a carga influencia na estrutura e seus efeitos durante determinado prazo, podendo ser rápido ou em um processo mais lento/futuro.

(Resultados) Nesse caso, os resultados obtidos para um reforço estrutural fazem com que a estrutura absorva os esforços de forma segura e sem riscos. Com isso, os benefícios resultantes que esse reforço pode trazer são muitos como por exemplo: requerimento de maior área útil, necessidade de maior peso exercido, esteticamente, ação do tempo, agentes biológicos, físicos ou químicos e muito mais. Por fim, foi visto que o uso de reforço estrutural é algo essencial para estruturas dentro da engenharia civil, tanto como para segurança como também para demais funções.

(Conclusão) De acordo com os resultados, pesquisas e discussões relacionadas aos diferentes tipos de materiais e sua utilização, foi possível chegar à conclusão de que pode-se a utilização do reforço estrutural é algo extremamente importante e necessário na construção civil, Isto é, um processo indispensável para a manutenção da segurança e evitando alguma tragédia futura.

Palavras-chave: Reforço, Estrutural, Riscos, Construção

QUALIDADE DE VIDA DO TRABALHO NO CANTEIRO DE OBRAS

Autor(es):

Jorge Inacio de Souza Neto: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Vanessa Fonteles Ferreira de Moraes: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Lucas Gonçalves Cavalcanti: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Iris de Souza Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Na construção civil, uma grande parte do serviço utilizado é proveniente da mão de obra braçal. São poucos os serviços em que se utilizam máquinas para a produção na obra. Isso significa que os trabalhadores tendem a passar grande parte de seu tempo, trabalhando no sol quente, em condições insalubres que podem prejudicar o seu bem-estar, sua saúde mental, saúde física e vida social e pessoal, prejudicando assim a qualidade de vida desses trabalhadores. Esses fatores, que influenciam na qualidade de vida no trabalho (QVT), também são apontados como agentes que interferem no interesse e produtividade do funcionário no ambiente de trabalho. Se faz necessário uma maior atenção às condições destes trabalhadores, tendo em vista que sua segurança é de extrema importância. Acidentes de trabalho envolvendo construção ocupam o quinto lugar no ranking de setores que mais apresentam acidentes de trabalho, segundo o Ministério Público Do Trabalho e a Organização Internacional Do Trabalho, 2,5% dos acidentes ocorrendo neste setor.

(Metodologia) Este trabalho é baseado no levantamento bibliográfico através do Google Acadêmico. Foram investigados 5 artigos científicos relacionados à Qualidade de vida no trabalho, sua relação com a saúde e com as motivações dos trabalhadores. Palavras chave: Trabalho, saúde e satisfação. Os critérios determinados para a seleção foram limitar a pesquisa a artigos diretamente ligados aos cuidados com o trabalhador e o atendimento de suas necessidades sem se limitar a meios físicos.

(Resultados) Ao analisar os resultados dos 5 artigos determinados, é perceptível que todos têm em comum nos resultados, majoritariamente, a apresentação das mesmas opiniões sobre a qualidade de vida apresentada nas empresas pesquisadas. Visto que, em todas as opiniões dos funcionários tem como destaque a ineficiência ou descumprimento da qualidade de vida que deveria estar sendo aplicada no meio de trabalho, queixando -se, sempre de fatores como salário, benefícios, até sobre o ambiente de trabalho. A partir disso, é comum a redução de desempenho das empresas que não fazem prática de uma boa qualidade de vida, em virtude da falta de motivação dos funcionários.

(Conclusão) A qualidade de vida é um fator impulsionador da motivação, esta que se relaciona ao desempenho do trabalhador em seu ambiente de trabalho. A QVT também preza pela saúde, bem-estar, segurança e satisfação do trabalhador, e deve ser vista como investimento necessário para maior regozijo do trabalhador ao exercer sua função, alcançando melhores resultados e consequentemente produtividade para a empresa. O trabalhador necessita se sentir valorizado e seguro, portanto se faz necessário a implementação de programas de QVT nas empresas que desejam crescer.

Palavras-chave: Trabalho. Saúde. Satisfação.

QUALIDADE DE VIDA NA CONSTRUÇÃO CIVIL

Autor(es):

Guilherme Augusto Bezerra de Araujo: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Jonas Melo Dantas: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Pedro Dias Gurgel: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Marcus Vinícius Ramos Silveira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Durante a década de 1960, aumentou-se o interesse pelo aprofundamento do estudo da saúde, de forma que não fosse apenas avaliado o bem-estar físico do indivíduo, como também o psicológico, a condição financeira e as relações sociais, de modo a desenvolver e a popularizar o conceito de Qualidade de Vida. A qualidade de vida dos trabalhadores pode estar associada a diversos fatores, sendo o principal deles o ambiente laboral. De acordo com a literatura, condições físicas e instalações inadequadas e deficitárias, excesso de funções burocráticas, normas e procedimentos administrativos inadequados, remuneração insuficiente, longas jornadas de trabalho, falta de reconhecimento e desvalorização profissional podem tornar os funcionários menos motivados e, conseqüentemente, influenciar negativamente a qualidade de vida. Diante do exposto, torna-se fundamental estudar a qualidade de vida no ambiente laboral, uma vez que a avaliação da segurança física, mental, social, da saúde e do bem-estar permite identificar a satisfação pessoal do trabalhador, o que interfere na qualidade, no desenvolvimento e também na produtividade do trabalho. Assim, o presente estudo objetivou avaliar a qualidade de vida e seus fatores associados aos funcionários da construção civil.

(Metodologia) Trabalho baseado em pesquisa de campo exploratória a partir do estudo de caso da obra do Condomínio Rivera em Parnamirim/RN, abrangendo pesquisa em fontes secundárias de 5 artigos publicados no Google acadêmico e no Scielo com utilização das palavras-chaves: qualidade de vida, saúde, trabalhadores, construção civil. Foram utilizados como critérios de inclusão os artigos científicos que tratavam sobre análise de caso que mais se aproximavam com o objetivo da pesquisa e foram excluídas monografias, dissertação de mestrado e teses de Doutorado, em razão do curto prazo para realização da pesquisa.

(Resultados) A partir da análise dos dados pesquisados, foi possível verificar diversos tipos de questionamentos relatados sobre a qualidade de vida em locais de trabalho na área da construção civil. Dentre os pesquisados no ambiente de trabalho, foram obtidos os seguintes resultados: sobre a diversidade de gênero concluiu-se que existe uma prevalência de trabalhadores do sexo masculino, com aproximadamente, 85%; sobre a questão da saúde física, 30% aparece com sobrepeso enquanto 6% se encontram obesos. Os resultados da pesquisa revelaram que os trabalhadores sentem-se satisfeitos, embora não totalmente, com sua qualidade de vida. Todos os elementos de QVT investigados apresentaram resultados satisfatórios, portanto o menor grau de satisfação dos trabalhadores foi demonstrado em relação à diversidade da desigualdade de gênero por parte das mulheres.

(Conclusão) Logo, verifica-se a importância desse estudo subjetivo e multidimensional para aferir e avaliar o nível de satisfação dos trabalhadores da construção civil de forma individualizada e mais eficaz, ao considerar os aspectos que afetam as suas necessidades. Portanto, a Qualidade de Vida na construção civil é primordial para a produtividade e bem estar social do local, possibilitando melhores condições de vida para o futuro.

Palavras-chave: qualidade de vida, saúde, trabalhadores, construção civil.

REAPROVEITAMENTO DE MÁRMORE E GRANITO: PRODUÇÃO DE PEÇAS DE ACABAMENTO PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL

Autor(es):

Fabiana Maiany Pinheiro da Silva : Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Werner Farkatt Tabosa: Docente do UNI-RN Suerda Campos da Costa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A indústria da construção civil presente em todas as cidades do mundo pode ser considerada como uma das indústrias que mais cresce, estando assim em constante evolução avançando tecnologicamente a cada grande obra finalizada como hidrelétricas, pontes e barragens e até mesmo com o saneamento urbano. Ocorre que a indústria da construção civil utiliza principalmente recursos naturais como matéria prima vislumbrando alcançar algumas particularidades pré-definidas. Entretanto, observou-se que nem todo recurso natural é benéfico, alguns como por exemplo: materiais orgânicos quando inseridos na construção civil tem sua estrutura natural modificada gerando assim algumas patologias futuramente. Infelizmente nem sempre será possível extrair apenas um tipo de material rochoso. Geralmente é feita a extração do produto desejado dos minérios do entorno por consequência da implosão, que são separados e destinados à serrarias ou ao descarte. O descarte é feito em um local apropriado, devidamente licenciado pelo órgão ambiental competente, e que também tem sua capacidade de armazenamento limitada. Uma das áreas da indústria da construção civil que se destaca quando o assunto é o descarte de rejeito é a produção de peças em mármore e granito, que seguindo a tendência da construção civil tem intensificado suas atividades, aumentando consideravelmente o volume de peças inutilizadas devido às suas descontinuidades, fissuras, etc. Objetivando mitigar o problema, esse trabalho propõe a produção de peças utilizando resíduos de mármore e granito.

(Metodologia) Para avaliar como se desenvolveria a aplicação foram feitas visitas a duas marmorarias da Grande Natal, sendo uma de pequeno porte e outra de grande porte, onde foi visto o funcionamento da linha de produção que gera os rejeitos. Na mesma ocasião foram feitas entrevistas com os gestores ou responsáveis pelo setor de corte nessas empresas. Também foi confeccionado uma peça com os rejeitos do corte para verificar a viabilidade da proposta. Após a confecção do protótipo, foram realizados ensaios experimentais para obtenção de valores de massa específica aparente, absorção de água e porosidade aparente para avaliar a influência da quantidade de resíduo nessas propriedades.

(Resultados) Os resultados obtidos comprovam a eficiência da incorporação desse resíduo para uso como material alternativo e de menor impacto ambiental.

(Conclusão) Conclui-se que a aplicação dos conceitos sugeridos nesta pesquisa é uma excelente alternativa sustentável para reduzir o volume de rejeitos nas marmorarias, e por consequência o impacto ambiental da cadeia produtiva de beneficiamento das rochas ornamentais no Rio Grande do Norte.

Palavras-chave: Reaproveitamento, Rochas Ornamentais, Resíduos de marmoraria.

SEGURANÇA DO TRABALHO NO ÂMBITO DA CONSTRUÇÃO CIVIL, COM REALCE DA PERCEPÇÃO DOS RISCOS E USO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

Autor(es):

*Giuliano Martins de Melo Filho: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
José Roberto Bezerra Barbosa: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Pedro Henrique do Vale Ferreira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
João Victor Araujo de Miranda: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Iago Davi Solano Borges: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho faz um estudo sobre a segurança do trabalho na construção civil, tema de vital importância e amplamente discutido em diversos campos, principalmente na construção civil, por ser um campo de alto risco em que existem riscos diários e constantes, por se tratar de um trabalhador da área com alto histórico de acidentes por falta de gestão ou má gestão por parte da empresa e falta de atenção/cuidado por parte da empresa, e ainda problemas com a orientação adequada dos profissionais e a não fiscalização são temas que preocupam os pesquisadores. Com isso, a pesquisa terá como foco identificar a real percepção dos trabalhadores sobre a sua condição de trabalho, de forma a identificar o potencial de risco nesta área de trabalho tema de muita relevância pois aumentará a conscientização dos funcionários sobre os riscos no ambiente de trabalho e sugerir medidas preventivas para minimizar os riscos, reduzindo assim a probabilidade de acidentes de trabalho.

(Metodologia) A pesquisa terá como objetivo, coletar dados qualitativos e quantitativos, a fim de identificar a presença da ausência de algo, contribuindo para a elaboração de teorias sobre a segurança dos trabalhadores e a falta de equipamento necessário para tal trabalho. Para isso foram realizadas observações em campo e entrevistas individuais considerando o favorecimento da livre expressão das posições individuais, além da maior possibilidade de controle do pesquisador sobre os dados coletados. Precipuamente após realizada a pesquisa percebemos que em cidades interioranas, prevalecem obras residenciais e comerciais de pequeno e médio porte. Consequentemente, os trabalhadores realizam trabalhos informais, estando regularmente empregados, somente, engenheiros e supervisores, quando presentes na obra, que consequentemente acarreta diversas imprudências em relação ao trabalhador, tais quais não usar os equipamentos adequados, não obterem instruções de segurança e isso faz com que cada vez mais aumente a quantidade de funcionários, vítimas de acidentes que podem comprometer a vida no seu campo de trabalho. Com isso a pesquisa deve ser feita a fim de tabelar a ocorrência do uso e desuso do equipamento individual de proteção (EPI) e seu reflexo na segurança do trabalhador da construção civil.

(Resultados) A partir dos dados coletados, por meio da aplicação de questionários, estabeleceu-se este capítulo com o objetivo de coletar informações e diagnosticar comportamentos de empregados e empregadores relacionados aos temas do centro de pesquisa. Assim, ao gerar a contextualização dos achados da pesquisa a partir das informações bibliográficas coletadas, é possível verificar o percentual e a frequência de uso dos equipamentos de segurança, os motivos do não uso e a ocorrência de acidentes e doenças ocupacionais.

(Conclusão) A necessidade de combater esses obstáculos quanto ao uso correto dos EPIs é fundamental para a saúde ocupacional no setor da construção civil. Para isso é imprescindível que o Conselho Regional de Engenharia Civil e Arquitetura (CREA), com auxílio das normas da ABNT, trabalhem em harmonia para que reforcem cada vez mais a segurança dos trabalhadores através de uma rígida fiscalização, a fim de que diminuam os acidentes em serviço.

Palavras-chave: Proteção individuais; Segurança no Trabalho; Medidas de segurança.

SISTEMAS DE GERENCIAMENTO DA QUALIDADE NA CONSTRUÇÃO CIVIL EM ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO

Autor(es):

Wildson Micael Dantas Bonifacio: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Gustavo Morgan de Azevedo: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Fabiana Maiany Pinheiro da Silva : Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Anderson Albino Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O gerenciamento da qualidade e a produtividade na construção civil em estruturas de concreto armado, é de grande importância para o bom andamento de uma obra. É retratada a importância de ferramentas da qualidade para as empresas do ramo, com as particularidades do setor que dificultam a propagação desses conceitos de gestão nas obras. Onde são abordadas estratégias que objetivam maximizar os resultados de prazo custo e qualidade no setor, na elaboração de projetos e na aquisição de insumos e serviços construtivos para a execução das estruturas de concreto.

(Metodologia) No desenvolvimento deste artigo foram elaboradas pesquisas bibliográficas em artigos científicos de caráter exploratórios sobre o assunto. Apresentam-se métodos para evitar o desperdício de materiais e erros nos processos construtivos, demonstrando como aplicação prática o uso de ferramentas e controle da qualidade, através do acompanhamento dos serviços no canteiro de obras, que permite a aplicação das instruções de trabalho e registro de inspeção organização quanto ao planejamento e a execução de armaduras e do compósito para estruturas de concreto armado garantindo que a resistência estipulada em projeto, bem como o tempo de vida útil esperado.

(Resultados) Com a realização deste trabalho, foi possível expor os sistemas utilizados na gestão de planejamento da qualidade na execução de estruturas de concreto armado. Também foi possível observar que um bom planejamento resulta em um correto gerenciamento de escopo do produto, proporcionando uma organização no canteiro de obras, de melhores condições de higiene, segurança do trabalho, da correta operacionalização de processos em seu interior, do controle de recebimento e armazenamento de produtos e da qualidade na execução de cada serviço específico do processo de produção, entre outros.

(Conclusão) Os princípios regulamentadores da gestão da qualidade, foram desenvolvidos para auxiliar na melhoria dos produtos e com isso tornar as construtoras mais competitivas no mercado, cada vez mais oferecendo seus produtos com a melhor qualidade possível. A distribuição de informações de forma clara e organizada, é útil no subsídio para o enriquecimento da formação, aperfeiçoamento e mudança na postura de profissionais da área de construção, quanto no auxílio na tomada de decisão e planejamento de novos empreendimentos. Dessa forma o planejamento dos canteiros de obra e da logística de execução, especialização das equipes de produção, revisões nos procedimentos executivos, melhorias nas soluções adotadas pelos projetistas, favorecem a produção com qualidade.

Palavras-chave: Ferramentas de controle e qualidade; controle executivo para estruturas de concreto armado; qualidade na construção civil.

USO DE PLÁSTICO RECICLADO NA PRODUÇÃO DE ASFALTO

Autor(es):

Armin Alfredo Rebouças Siqueira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Leonardo Azevedo da Cunha Lima: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Beatriz Soares Pereira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Carlos Gomes de Moura: Docente do UNI-RN Tomás Barros Vasconcelos: Docente do UNI-RN

(Introdução) Com a crescente preocupação acerca do futuro do planeta e seus recursos naturais, diversas pautas etendências que levam em conta a preservação do meio ambiente ganharam grande notoriedade. A reutilização de materiais e reinserção destes em um novo ciclo de utilidade tornou-se algo muito bem visto pelas empresas. A reciclagem pode ocorrer de diversas formas, pois o material original pode ser reutilizado na sua mesma função primária, como também pode ser submetido a processos industriais e conferindo a este uma nova posição na cadeia. Nessa última possibilidade, pode ser citado com grande relevância a reciclagem de materiais plásticos na produção de asfalto. Países como o Reino Unido, Austrália e Estados Unidos, por exemplo, já utilizam a tecnologia para desenvolver suas próprias estradas de asfalto plástico. Na composição básica, ocorre uma substituição do betume, um produto de petróleo preto com alta viscosidade, pelos resíduos plásticos, que podem ser garrafas de água, refrigerante e sacolas plásticas descartáveis. O pavimento quente, quando em contato com os pallets de plástico, ocasionam a fusão destes, tornam-se assim materiais aglutinantes da mistura asfáltica.

(Metodologia) Este artigo traz uma abordagem qualitativa acerca do uso de plásticos reciclados na produção de asfalto. Os dados aqui expostos foram coletados por meio de pesquisa bibliográfica.

(Resultados) Feitas as análises devidas, é possível observar que o uso de plásticos na mistura asfáltica traz inúmeros benefícios. Dentre esses benefícios, o mais nítido é a preservação ambiental fruto da minimização da poluição causada pelos plásticos que são jogados nas ruas, oceanos, rios, e que não seguem um protocolo de descarte adequado. A partir do momento que esse plástico tem valor comercial agregado, pois as empresas têm interesse em comprá-los, naturalmente esses descartes inadequados diminuem. Outro benefício observado, é a diminuição do custo de produção. Essa redução é dada pela diferença de valor agregado entre um plástico reutilizado (barato) e o petróleo (caro). Além disso, o asfalto plástico pode ser ainda mais durável que o asfalto tradicional, o que recai nos dois benefícios supracitados, tanto de preservação ambiental quanto de economia. Uma desvantagem que é tida como um ponto de preocupação entre os estudiosos desse assunto é a emissão de gases tóxicos pelo superaquecimento dos plásticos. Além disso, a criação de microplásticos também é algo que ainda tem sido observado com certo receio pelos desenvolvedores da mistura asfáltica plástica.

(Conclusão) A reutilização de materiais plásticos para misturas asfálticas é algo muito benéfico e que pode trazer muitas vantagens tanto para quem produz, quanto para quem irá consumir esse material. Apesar disso, assim como a maioria dos novos materiais que vêm sendo desenvolvidos com as novas tecnologias, ainda é necessário que sejam feitas ressalvas acerca do seu uso, que aparentemente é seguro, mas principalmente quanto ao seu processo produtivo e os subprodutos que surgem deste.

Palavras-chave: Plástico; Asfalto; Reciclagem;

**USO DO BIOCONCRETO FRENTE AO CONCRETO NORMAL E OS EFEITOS DE "IMORTALIDADE" DA BACTÉRIA
BACILLUS SUBTILIS**

Autor(es):

Guilherme Jales de Lima Souto: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Tomás Barros Vasconcelos: Docente do UNI-RN

(Introdução) Durante o decorrer da história vários materiais foram sendo os mais usados a depender de dois fatores, a localidade e temporalidade, atualmente o concreto é o material mais utilizado na construção civil por conta de sua alta resistência a compressão e de vários outros fatores como também o seu custo benefício, devido a estes fatores, sempre foram realizados diversos estudos com o objetivo de tornar as qualidades desse material ainda melhores e poder transformar as suas fraquezas e pontos fracos em vantagens para ele, e um desses estudos levou em direção a uma nova classe de concreto o bioconcreto. Esta nova composição trouxe a solução para uma das intercorrências do concreto devido às intempéries e/ou esforços mecânicos, sendo esta intercorrência o surgimento das fissuras, trincas, rachaduras, fendas ou brechas a depender somente do tamanho delas e por sua vez, o bioconcreto tem a capacidade de "cicatrizas", de restaurar tais aberturas através da formação da precipitação do carbonato de cálcio e por consequência atribui o efeito de "imortalidade" ao bioconcreto através das bactérias *Bacillus subtilis*, *Bacillus licheniformis* e também do acetato de cálcio e a partir daí que ele consegue chegar até uma resistência à compressão de até 10% a mais do que o concreto normal.

(Metodologia) A metodologia adotada para este trabalho foi começar exemplificando o bioconcreto, trazendo a tona as suas características e benefícios, como também como ocorre a ação das bactérias *Bacillus subtilis*, *Bacillus licheniformis*, do acetato de cálcio e da areia, como formas da "auto cicatrização" do bioconcreto. Em seguida, um comparativo com o concreto normal levando como base a sua resistência à compressão, a ação da temperatura nas bactérias, exemplificando ainda a biomineralização e como ela afeta o bioconcreto.

(Resultados) Trabalho ainda em desenvolvimento.

(Conclusão) Trabalho ainda em desenvolvimento.

Palavras-chave: Bioconcreto, precipitação do carbonato de cálcio, construção civil.

UTILIZAÇÃO DE ARGAMASSA DE REBOCO COM ADIÇÃO DE RESÍDUO DE BORRA DE TINTA EM SUBSTITUIÇÃO PARCIAL DO CIMENTO

Autor(es):

Wildson Micael Dantas Bonifacio: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O mundo está em constantemente desenvolvimento, dessa forma existe uma grande demanda por habitações e edificações, há também uma crescente busca por qualidade, velocidade e principalmente redução de custos nas obras. Com isso o reaproveitamento de resíduos que são gerados nas construções, vem ganhando espaço no mercado, pois contribui com a sustentabilidade, evitando o descarte incorreto desses resíduos, e muitas das vezes com essa reciclagem proporciona uma redução nos custos da obra.

(Metodologia) O método utilizado foi o de pesquisa descritiva por meio dos ensaios de resistência de aderência à tração, absorção de água e resistência à compressão, feitos em laboratório, utilizando placas cimentícias e corpos de provascilíndricos, sendo metade com 10% de adição de resíduo e a outra metade com 30% de adição de resíduo, ao todo são 2 (duas) placas cimentícias e 30 (trinta) corpos de prova cilíndricos. Dessa forma sendo possível obter os resultados.

(Resultados) Com a obtenção dos resultados pelos ensaios realizados, analisou-se que no ensaio de absorção de água, tanto na amostra de 10% quanto na amostra de 30% de borra de tinta, foi possível a obtenção de resultados satisfatórios, de acordo com o local de aplicação, seguindo as normas vigentes. No ensaio de resistência à compressão foram obtidos valores satisfatórios, apesar das argamassas de reboco não terem a finalidade de resistir a compressão. Já no ensaio de resistência de aderência à tração, os valores obtidos para a amostra com adição de 10% foram satisfatórios em todos os casos, pois estavam dentro das normas, entretanto a amostra com 30% de adição de resíduo foi aprovada apenas para aplicação de reboco interno, porém, para aplicação em reboco externo, essa amostra foi reprovada, pois não atendia os valores estabelecidos pela norma vigente.

(Conclusão) Por fim, percebeu-se que a utilização da borra de tinta em substituição parcial do cimento nas argamassas de reboco, dependendo da quantidade adicionada e do ambiente de aplicação, proporciona uma argamassa com um custo inferior em comparação as argamassas convencionais e em relação a argamassa com resíduo em substituição parcial da areia fina, onde apresenta características resistentes satisfatórias, de acordo com as normas vigentes.

Palavras-chave: Argamassa de reboco. Borra de tinta. Cimento.

UTILIZAÇÃO DE ARGAMASSA PARA EMBOÇO COM ADIÇÃO DE RESÍDUO DE LODO NA SUBSTITUIÇÃO DO AGREGADO MIÚDO

Autor(es):

Iris de Souza Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O lodo é uma mistura de substâncias inorgânicas e orgânicas em decomposição, que por vezes podemos encontrar em locais de convivência pública como rios, mas também em ETS que produzem toneladas de lodo diariamente. Este lodo libera metais pesados quando incinerado e, coincidentemente, esta é a forma de descarte mais habitual. Pesquisas recentes apontam o lodo como um resíduo viável para produção de materiais cimentícios, como argamassas e concretos, além de reduzir o custo de produção destes materiais e reduzir a utilização da matéria prima, o mesmo pode ser capaz de entregar resultados semelhantes aos produtos tradicionais.

(Metodologia) A pesquisa foi realizada de modo aplicado no estudo de caso. 30 CPs (corpos de prova) foram produzidos, onde 15 possuíam 10% de lodo substituindo a areia média e 15 possuíam 30% de lodo substituindo a areia média no traço 1:3. Além disso, uma placa para cada porcentagem foi produzida a fim de realizar o ensaio de resistência à tração. Os corpos de prova possuem 10 cm de diâmetro e 20 cm de altura. A absorção de água destes foi calculada a partir do peso seco e do peso saturado de cada CP, que ficou submerso no tanque no mínimo 28 dias antes de ser rompido na prensa hidráulica.

(Resultados) O ensaio de resistência à compressão apresentou uma média de 27,9 MPa para resíduo igual a 10% e média de 19,8 MPa para resíduo igual a 30%. O pull off test teve uma média de 0,59 MPa para 10% de resíduo e 0,37 para 30% de resíduo. Em média, os corpos de prova de 10% e 30% não ultrapassaram 3% de absorção de água.

(Conclusão) O lodo derivado da borra de tinta é uma alternativa viável que ao ser reutilizada entrega resultados satisfatórios ao ser incorporado no traço da argamassa para emboço. Além de ser aprovado para uso em até 30% da substituição da areia média no traço da argamassa para emboço, o mesmo reduz o custo da areia média em até 30%, isto é, o saco de 20kg passa de R\$5,50 para R\$3,85.

Palavras-chave: Argamassa. Emboço. Lodo.

UTILIZAÇÃO DE ARGAMASSA PARA EMBOÇO COM ADIÇÃO DE RESÍDUO DE LODO NA SUBSTITUIÇÃO DO CIMENTO

Autor(es):

Vanessa Fonteles Ferreira de Moraes: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Visando a diminuição dos custos orçamentários em uma obra e a reutilização dos resíduos de lodo, esta pesquisa analisou o uso do resíduo de lodo em substituição de 10% e 30% do cimento na fabricação de argamassa para emboço.

(Metodologia) É uma pesquisa de natureza aplicada e qualitativa explicativa, realizada no Laboratório de Materiais de construção civil do UNI-RN. Foram fabricados 29 corpos de prova no total, 14 com substituição de 10% do cimento por resíduo de lodo e 15 corpos de prova com substituição de 30% do cimento. Após o tempo de cura de 28 dias foram realizados os ensaios de compressão, o ensaio de resistência à tração - pull off test e o ensaio de absorção de água.

(Resultados) Seguindo a norma da ABNT NBR 9778 para ser aprovado o resultado do ensaio de absorção de água tem que ser menor que 10%. Para a argamassa com substituição de 10%, o ensaio de absorção obteve média de 2,23% de absorção, já para a substituição de 30% do cimento, 4,85% de absorção de água. Para o pull off test, a norma da ABNT NBR 13528 estabelece a resistência de aderência à tração de 0,2 Mpa para ambientes internos e 0,3 Mpa para ambientes externos para ser aprovado. Na substituição de 10% obteve-se uma média de resistência à tração de 0,92 Mpa, e na de 30% 0,67 Mpa, sendo os dois aprovados tanto para ambientes internos como ambientes externos. No ensaio de resistência à compressão a norma da ABNT NBR 5739 estabelece uma resistência à compressão de 2 a 10 Mpa para ser aprovado. O primeiro teve uma média de resistência à compressão de 24,50 Mpa e o segundo 13,13 Mpa.

(Conclusão) Todos os ensaios obtiveram resultados positivos de acordo com as normas da ABNT NBR 9778, ABNT NBR 13528 e ABNT NBR 5739. Os resultados apontados no artigo comprovam a eficiência do uso do resíduo de lodo na argamassa para emboço e possibilita uma opção mais barata para os custos orçamentários, podendo chegar a R\$10,64 de economia em um saco de cimento de 50 Kg, sendo portanto a opção com 30% de resíduo de lodo a que possibilita mais economia no orçamento. Com os resultados obtidos nos ensaios e aprovados dentro das normas, é possível realizar novas pesquisas para aumentar a porcentagem de substituição do cimento.

Palavras-chave: Emboço. Resíduo. Lodo. Sustentável. Argamassa.

UTILIZAÇÃO DE ARGAMASSA PARA REBOCO COM ADIÇÃO DE RESÍDUO DE LODO NA SUBSTITUIÇÃO DO AGREGADO MIÚDO

Autor(es):

Iris de Souza Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Diariamente estações de tratamento de esgotos (ETS) produzem toneladas de lodo, que comumente é descartado por meio da incineração. O lodo é um conjunto de minerais e substâncias orgânicas e inorgânicas, que quando incinerado libera metais pesados no ar, prejudicando o meio ambiente. Pesquisas apontam o resíduo do lodo como uma alternativa para produção de materiais cimentícios e cerâmicos, como a cerâmica, o tijolo, o concreto e a argamassa por sua granulometria fina, além de reduzir o custo e o uso da matéria prima utilizada para fabricação dos mesmos. Assim sendo, com base nas normas que determinam o parâmetro de aprovação da argamassa com resíduo, esta pesquisa busca comprovar ou não a eficiência do lodo na substituição do agregado miúdo na produção de argamassa para reboco.

(Metodologia) O estudo de caso foi aplicado para verificação do cumprimento das normas referentes aos ensaios de resistência à compressão, pull off test e absorção de água da argamassa produzida com 10% e 30% de lodo em substituição da areia fina. Para isso, 15 corpos de prova e uma placa para cada porcentagem foram produzidos em laboratório a partir do traço base 1:3 e submetidos aos ensaios. A absorção de água foi calculada a partir do peso seco e do peso saturado (de no mínimo 72 horas imerso no tanque) dos corpos de prova, que permaneceram imersos no tanque 28 dias de cura antes de serem rompidos na prensa hidráulica para determinação da resistência à compressão. Nas placas foram aplicadas pastilhas metálicas com adesivo epóxi e assim que secaram o aderímetro foi aplicado às pastilhas para execução do arrancamento.

(Resultados) Para resíduo de lodo igual a 10% de areia no traço do reboco, as seguintes médias foram obtidas: 2% de absorção de água, 0,59 MPa no pull off test e 18,4 MPa no ensaio de resistência à compressão. Já os ensaios realizados para resíduo de lodo igual a 30% da areia no traço de reboco, as seguintes médias foram obtidas: 2,14% de absorção de água, 0,72 MPa no pull off test e 15,3 MPa no ensaio de resistência à compressão.

(Conclusão) O lodo derivado da borra de tinta quando introduzido no traço da argamassa comum, em substituição da areia fina, alcança os parâmetros de aprovação estabelecidos pelas normas referentes aos ensaios de absorção de água, resistência à compressão e pull off test. Além disso, o mesmo reduz o custo da areia fina em até 30%, isto é, o saco de 20kg passa de R\$7,00 para R\$4,90.

Palavras-chave: Argamassa. Reboco. Lodo.

UTILIZAÇÃO DE ARGAMASSA PARA REBOCO COM ADIÇÃO DE RESÍDUO DE LODO NA SUBSTITUIÇÃO DO CIMENTO

Autor(es):

Vanessa Fonteles Ferreira de Moraes: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Esta pesquisa analisou o uso do resíduo de lodo em substituição de 10% e 30% do cimento na fabricação de argamassa para reboco. O uso deste resíduo na fabricação de argamassa pode possibilitar mais economia no orçamento da obra. Por ser um material que seria descartado, a utilização deste resíduo sólido traz mais sustentabilidade para o meio ambiente.

(Metodologia) A pesquisa foi realizada no Laboratório de Materiais de construção civil do UNI-RN. É uma pesquisa de natureza aplicada e qualitativa explicativa, é um estudo de caso que emprega várias técnicas de pesquisa. Foram fabricados 15 corpos de prova com substituição de 10% do cimento por resíduo de lodo e 15 corpos de prova com substituição de 30% do cimento pelo resíduo de lodo. Após o tempo de cura de 28 dias foram realizados os ensaios seguindo as normas da ABNT NBR 5739 para o ensaio de resistência à compressão, ABNT NBR 13528 para o pull off test - ensaio de resistência de aderência à tração e ABNT NBR 9778 para o ensaio de absorção de água.

(Resultados) Para a argamassa para reboco com substituição de 10% do cimento por resíduo de lodo, a média obtida dos corpos de prova no ensaio de resistência à compressão foi de 12,46 Mpa, no pull off test a média foi de 0,61 Mpa e para o ensaio de absorção de água, uma média de 1,39%. Nos ensaios realizados nos corpos de prova com 30% de substituição, a média foi de 11,19 Mpa para o ensaio de resistência à compressão, 0,59 Mpa para o pull off test e no ensaio de absorção de água a média foi de 1,70% de absorção.

(Conclusão) O resultado estabelecido para aprovação na norma da ABNT NBR 5739 é de 2 a 10 Mpa no ensaio de resistência à compressão, na ABNT NBR 13528 estabelece para o pull off test 0,2 Mpa para ambientes internos e 0,3 Mpa para ambientes externos, e na ABNT NBR 9778 a porcentagem máxima de absorção para obter a aprovação é de 10%. Com os resultados apresentados é comprovado que o uso do resíduo de lodo na argamassa para reboco com a substituição do cimento, trouxe resultados com resistências superiores aos estabelecidos nas normas, além de possibilitar também a economia no orçamento, pois o resíduo de lodo seria descartado.

Palavras-chave: Resíduo. Argamassa. Lodo. Sustentabilidade.

UTILIZAÇÃO DO SISTEMA (PEX) NA CONSTRUÇÃO CIVIL VANTAGENS, DESVANTAGENS E VIABILIDADE

Autor(es):

Ana Karolyne Lôbo Bezerra Abe: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Leaivlam Rodrigues de Lima: Docente do UNI-RN

(Introdução) Segundo Souza (2011), a indústria da construção civil vem ao longo dos anos buscando se adequar as necessidades de mercado e com isso, está cada vez maior a busca por tecnologias na área das instalações hidráulicas. Diante disto, a utilização do PEX (polietileno reticulado) tem sido uma alternativa sustentável e que veio para suprir esta demanda, além de oferecer várias vantagens. A tubulação PEX – Polietileno Reticulado é atualmente no Brasil, o que há de mais moderno no setor de instalações hidráulicas, pois se trata de uma tubulação flexível que pode ser utilizada para diversas finalidades (EMMETI, 2011). A sua composição é um polímero de baixa densidade seu bom desempenho, cujo resultado decorre devido a alta tecnologia de fabricação do polímero, destaca-se principalmente na confiabilidade, durabilidade e segurança do material (DESIGN GUIDE, 2006). Uma das principais vantagens é sua flexibilidade, permitindo ao instalador, montar sem necessidade de utilizar tubos e conexões, essas características ajudam muito pois permite menor perda de carga em todo sistema, além de terem, uma boa resistência à temperatura e pressão. O sistema PEX apresenta grande resistência química e à corrosão, devidamente instalados podem ultrapassar os 50 anos de vida útil. O sistema PEX possui um diferencial no que se refere a instalação, esta pode ser feita de forma convencional, ou ponto a ponto através de um “quadro de distribuição”, em que essa distribuição, os tubos saem de um “quadro de distribuição” até cada ponto de utilização, sem a necessidade de conexões intermediárias (HYDRO-PEX, 2011). Uma das grandes desvantagens dos tubos PEX é que eles não têm diâmetros maiores do que 32 mm sendo assim de difícil manuseio e, portanto, contraindicados para utilização entre o reservatório superior e a entrada do apartamento, pois são trechos de grandes diâmetros. A viabilidade econômica do sistema é dita como um sistema mais caro.

(Metodologia) Foi realizado um estudo de revisão bibliográfica, onde foram utilizados sites de busca como google acadêmico, artigos científicos, aulas, monografias, TCC, Scielo e revistas científicas, foi analisado os de maior relevância para compor os aspectos bibliográficos.

(Resultados) Com a finalização desta pesquisa, foi possível notar que uma das principais vantagens desse sistema é: flexibilidade, permitindo ao instalador, montar sem necessidade de utilizar tubos e conexões, resistência e rapidez de instalação, já sua principal desvantagem: diâmetros maiores do que 32 mm e inviabilidade de utilizar em diâmetros maiores. Podemos destacar que é uma solução mais custosa do que em projetos executados com a utilização dos materiais convencionais

(Conclusão) A utilização dos sistemas PEX está a pouco tempo no mercado Brasileiro e se configura uma das tecnologias que nos últimos anos tem sido empregados com mais frequência em casas brasileiras, e tem como vantagens de utilização: flexibilidade, agilidade construtiva e resistência, apresenta como desvantagem não ser viável para diâmetros maiores e apresenta-se como um sistema economicamente inviável diante dos preços que são comercializados no país e a mão de obra específica para instalação da tecnologia.

Palavras-chave: polietileno reticulado, meio ambiente, sustentabilidade.

GRADUAÇÃO - INFORMÁTICA

ANAIIS

XXII



2022

CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

CONIC **22**
ANOS

DE 27 A 29 DE OUTUBRO

**DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
DA EDUCAÇÃO**

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra

METAVERSO : INTERAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM MUNDOS VIRTUAIS

Autor(es):

Danilo Mateus Oliveira Dantas: Discente do curso de Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):

José Lucas de Paiva Victor: Docente do UNI-RN

(Introdução) A internet tem o poder de aproximar as pessoas, ainda mais em tempos de distanciamento obrigatório, como o que aconteceu por conta da pandemia de Covid-19. Mas, mesmo com a possibilidade de fazer videochamadas, ainda não se pode reproduzir totalmente a experiência de sair de casa e explorar lugares novos, por exemplo. Essa é, justamente, a promessa do Metaverso. Embora algumas das profissões no metaverso não sejam oriundas da área tecnológica, a prática vai agregar tudo a um ambiente virtual (que, por si só, é tecnológico). Profissionais que trabalham com realidade imersiva, seja qual for a área, vão se destacar.

(Metodologia) Nesse trabalho foi utilizado a metodologia de pesquisa bibliográfica que utilizou a análise de artigos científicos, livros, teses de mestrado e doutorado e sites disponíveis na internet em busca de trazer para a sua fundamentação, o posicionamento de vários autores sobre o tema em questão. Assim, foi angariado conhecimento suficiente para montar o estudo sobre o Metaverso, sobre as vantagens e desvantagens e suas futuras profissões.

(Resultados) Com a evolução da internet que conhecemos, os hábitos da população mudam e a tecnologia que chega para facilitar as tarefas do nosso dia a dia, também nos obriga a nos aperfeiçoarmos. Desta forma, o mercado de trabalho precisa estar preparado para atender a essas novas necessidades. Com isso algumas profissões deverão sofrer impactos na forma que são desempenhadas hoje, como por exemplo: Advogado “digital”, os temas de legislação e ética no metaverso são muito discutidos. Embora muitos conceitos ainda sejam incipientes, é preciso entender como a sociedade civil vai lidar com crimes digitais: como crime de gênero e raça, por exemplo. Seguranças ou police metaverse profissional deve impedir violação ou qualquer forma de desrespeito aos avatares (que são as representações virtuais dos participantes) e impor regras determinadas pela plataforma. Estilista de moda digital este profissional será responsável por desenvolver produtos virtuais, como skins (as roupas de avatares) ou acessórios.

(Conclusão) Apesar de ainda ser visto por muitos como uma promessa de futuro, é importante começarmos a entender o que é metaverso e qual o seu impacto na vida das pessoas, principalmente das empresas. Mais do que um mero assunto do momento ou uma moda passageira, o metaverso tem dado sinais de que veio para ficar e revolucionar a forma como lidamos com a internet, como socializamos nos ambientes digitais e até mesmo nos reais.

Palavras-chave: Metaverso. Tecnologia. Profissões do Futuro. Ambiente virtual

PÓS-GRADUAÇÃO - INFORMÁTICA

ANAIS

XXII



2022

CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

CONIC **22**
ANOS

DE 27 A 29 DE OUTUBRO

**DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
DA EDUCAÇÃO**

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra

TESTE DE DESCONFIRMAR TRABALHO CONFIRMADO

Autor(es):

Igor Vítor da Costa Basilio: Discente do curso de Pós-graduação do UNI-RN

Orientador(es):

Romulo Fagundes Cantanhede: Docente do UNI-RN

(Introdução) É claro que a contínua expansão de nossa atividade obstaculiza a apreciação da importância das formas de ação. O que temos que ter sempre em mente é que a expansão dos mercados mundiais desafia a capacidade de equalização do sistema de formação de quadros que corresponde às necessidades. O que temos que ter sempre em mente é que a expansão dos mercados mundiais desafia a capacidade de equalização do sistema de formação de quadros que corresponde às necessidades.

(Metodologia) O que temos que ter sempre em mente é que a expansão dos mercados mundiais desafia a capacidade de equalização do sistema de formação de quadros que corresponde às necessidades. O que temos que ter sempre em mente é que a expansão dos mercados mundiais desafia a capacidade de equalização do sistema de formação de quadros que corresponde às necessidades. O que temos que ter sempre em mente é que a expansão dos mercados mundiais desafia a capacidade de equalização do sistema de formação de quadros que corresponde às necessidades.

(Resultados) O que temos que ter sempre em mente é que a expansão dos mercados mundiais desafia a capacidade de equalização do sistema de formação de quadros que corresponde às necessidades. O que temos que ter sempre em mente é que a expansão dos mercados mundiais desafia a capacidade de equalização do sistema de formação de quadros que corresponde às necessidades. O que temos que ter sempre em mente é que a expansão dos mercados mundiais desafia a capacidade de equalização do sistema de formação de quadros que corresponde às necessidades. O que temos que ter sempre em mente é que a expansão dos mercados mundiais desafia a capacidade de equalização do sistema de formação de quadros que corresponde às necessidades.

(Conclusão) O que temos que ter sempre em mente é que a expansão dos mercados mundiais desafia a capacidade de equalização do sistema de formação de quadros que corresponde às necessidades. O que temos que ter sempre em mente é que a expansão dos mercados mundiais desafia a capacidade de equalização do sistema de formação de quadros que corresponde às necessidades. O que temos que ter sempre em mente é que a expansão dos mercados mundiais desafia a capacidade de equalização do sistema de formação de quadros que corresponde às necessidades. O que temos que ter sempre em mente é que a expansão dos mercados mundiais desafia a capacidade de equalização do sistema de formação de quadros que corresponde às necessidades.

Palavras-chave: teste, confirmação, desconfirmação